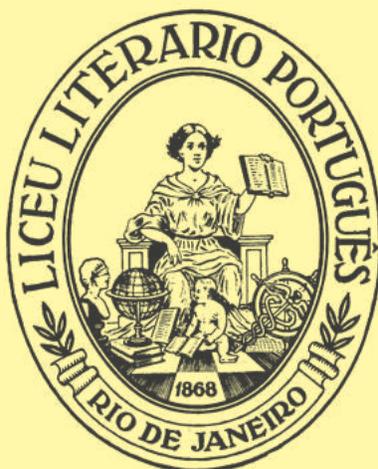


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 60 – jan.-jun. 2021 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 59 – jul.-dez. 2020 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO

Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2017-2019

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
Presidente de Honra:	Antônio Gomes da Costa (<i>in memoriam</i>)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airosa Branco
Suplentes:	Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Manuel Gonçalves de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara e Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Wolf Dietrich (Universidade de Münster)

Diagramação: Mauro Corrêa Filho

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Artigos	
“Ficar a + infinitivo” no português europeu	9
› Henrique Barroso	
Análise sociolinguística da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé da Amazônia	36
› Dante Lucchesi, Hellen Picanço	
O modo de organização enunciativo no gênero artigo de opinião	81
› Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Maria Cristina Vieira Bastos	
A construção conectora argumentativa [p(a)ra lá de x]: uma análise baseada no uso	105
› Mariangela Rios de Oliveira, Vanessa Barbosa de Paula	
<i>Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties (1825), G. Hamonière: um guia de conversação em língua brasileira?</i>	136
› Maria do Céu Fonseca	
Metáforas no discurso acadêmico em Economia e Biologia: evidências sobre a natureza do domínio-fonte	173
› Lilian Vieira Ferrari, Gabriele Felipe Fu	
Da paisagem à paisagem linguística como patrimônio ou da prática à teoria: para uma tipologia da paisagem linguística	198
› Helena Rebelo	
Os “papéis falantes” de Lavradio: edição e comentários paleográficos de uma carta setecentista	222
› Leonardo Lennertz Marcotulio, Marcus Vinícius Pereira das Dores, Davi Lopes Franco	
Intepretação de transitividade em gramáticas do português e do espanhol	255
› Dmitry Gurevich	
Collocation and semantic prosody – a gauge for bias in political discourse?	273
› Pedro Guilherme	
Dicionários escolares especializados: a lexicografia para o ensino fundamental	290
› Arabie Bezri Hermont, Manoela Moreira Coscarella	

Letramento escolar e a política linguística no contexto de multilinguismo em Moçambique	324
› Maurício Bernardo Cigarros, Enísio Guilhermina Cuamba	
Morfologia concatenativa e morfologia não concatenativa: do princípio morfológico ao princípio prosódico	353
› Cleci Regina Bevilacqua, Fernando Moreno da Silva	
“Mas quem ia carregar uma nota fiscal?”: uma investigação da função modal de <i>mas</i> em língua portuguesa	373
› Marcell Charchiglia Aquino, Ana Laura Macruz Cinto, Tamires Arnal Kahil	
Cláusulas finais e cláusulas consecutivas: um estudo dos aspectos discursivos na construção da argumentação	400
› Amanda Heiderich Marchon	
Gramaticalização do verbo <i>ver</i>: uma análise comparativa no português e no espanhol	430
› Izabel Larissa Lucena Silva, Fábio Fernandes Torres	
O campo lexical referente ao rural: processos metodológicos e construção	455
› Thyago José da Cruz	
Estudo diatópico-diacrônico das formas <i>tu</i> e <i>você</i> em cartas pessoais novecentistas paulistas e baianas	485
› Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Priscila Starline Estrela Tuy Batista	
A relação entre as categorias <i>tempo</i> e <i>aspecto</i> e o ensino de língua portuguesa: como fazem os livros didáticos	511
› Maria Auxiliadora Ferreira Lima, Rodrigo Alves Silva	
Arquivos Brasileiros de Linguística e Filologia	
A propósito de <i>sim</i>	549
› Cândido Jucá [Filho]	
Resenhas	
NAKAGAWA, Regiane Miranda de Oliveira et al. (Org.). Diálogos interdisciplinares: intercâmbios e tensionamentos nos estudos de cultura e linguagem.	554
› Florência Paulo Nhavenge, Alexandre António Timbane	
Colaboradores deste número	560

APRESENTAÇÃO

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.488>

O ano de 2020 decerto ficará marcado na história da civilização como um período de imenso sofrimento em face da severa pandemia viral que atingiu a todos os continentes do planeta. Suas consequências refletem-se não somente no âmbito da vida privada, em que inúmeras famílias pranteiam a dor decorrente da perda de familiares e amigos, como também no plano da vida social, dado o reflexo que se pode observar na economia mundial e nas políticas emergenciais que se impõem nos múltiplos setores dos serviços públicos, como o da assistência à saúde e o da reorganização da política educacional.

Se alguma consequência positiva se pode abstrair desse cenário tão doloroso, talvez possamos citar a maior produção de textos científicos por parte dos pesquisadores que, confinados pelos rigores do isolamento compulsório, talvez tenham usufruído de mais tempo para aprofundar a pesquisa e redigir artigos e resenhas científicos altamente qualificados. Essa é uma evidência que se percebe na expressiva quantidade de submissões que a revista *Confluência* recebeu em 2020, de que decorre a publicação deste número 60 com um volume maior de artigos acadêmicos. E tantos outros, igualmente qualificados, que não se puderam incluir na presente edição, restam à espera do número 61, previsto para o segundo semestre deste ano. Como detalhe especial, cite-se aqui o texto *A propósito de sim*, que consta na seção Arquivos Brasileiros de Linguística e Filologia, cujo autor, Cândido Jucá [Filho], figura entre os mais respeitados filólogos brasileiros do século XX.

Também neste ano de 2021 programa-se a publicação de uma edição especial, comemorativa dos 30 anos de vida da revista *Confluência*, com publicação ininterrupta de seus 60 números. São renovados estudos de escol que circundam a seara dos estudos linguísticos em suas várias vertentes, com especial enfoque na língua portuguesa. Todos estes números estão disponíveis para consulta do leitor interessado no portal da revista, inclusive os mais antigos na seção Números 1 a 45. O número especial, que se projeta para vir a público em meados de 2021, contará com a colaboração de membros do Conselho Editorial e da Diretoria da revista, num esforço conjunto para oferecer aos estudiosos um elenco de estudos qualificados que contribua para o aprimoramento e difusão dos estudos sobre a linguagem humana. Por ora, ficamos com este volumoso e não menos qualificado número 60, com a certeza de que seu conteúdo contribuirá para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e figurará com frequência expressiva em suas referências bibliográficas.

Boa leitura.

Ricardo Cavaliere

“*Ficar a + infinitivo*” no português europeu¹

“*Ficar a + infinitive*” in european portuguese

Henrique Barroso*

RESUMO

<*Ficar a + infinitivo*> é uma construção que focaliza o ‘começo’ da situação denotada pelo predicado cujo núcleo é a forma verbal de infinitivo. Este valor, o “inceptivo”, é expresso por um conjunto considerável de outras construções, de que *começar a*, *romper a*, *meter-se a + infinitivo* são apenas meros exemplos. Por conseguinte, constitui objetivo central deste artigo indagar as idiossincrasias da construção sob análise. Para tal, e recorrendo quase sempre a um *corpus* constituído por material linguístico autêntico, recolhido na imprensa escrita e em textos literários (finais do séc. xx e inícios do séc. xxi), convoco argumentos vários, de natureza estrutural (uns) e sintático-semântica (outros).

Palavras-chave: <*Ficar a + infinitivo*>; perífrase verbal; verbo (semi)auxiliar; ‘passagem’ e ‘início’ + ‘continuidade’ (de uma nova situação); Português Europeu.

Recebido em 1 de junho de 2020.

Aceito em 15 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.453>

*Universidade do Minho - CEHUM, hbarroso@ilch.uminho.pt, orcid.org/0000-0003-4765-7643

1 Este artigo constitui uma adaptação, para estes fins, da conferência plenária, com o mesmo título, proferida, a convite da Doutora Petra Svobodová (Univerzita Olomouc e Univerzita Karlova), no VIII Colóquio da Sociedade Checa de Língua Portuguesa, que teve lugar, entre 24 e 26 de abril de 2019, na Universidade Carolina de Praga, em Praga, República Checa.

ABSTRACT

<Ficar a + infinitivo> is a construction that focuses on the ‘beginning’ of the situation denoted by the predicate whose core is the infinitive form of the verb. This value, “inceptive”, is expressed by a considerable set of other constructions, of which *começar a*, *romper a*, *meter-se a* + infinitive are just examples. Therefore, it is a central objective of this article to investigate the idiosyncrasies of the construction under analysis. To this end, and almost always using a *corpus* made up of authentic linguistic material, collected in the written press and in literary texts (late 20th century and early 21st century), – I (will) call forth several arguments, both structurally and syntactic-semantic nature.

Keywords: <Ficar a + infinitivo>; verbal periphrasis; (semi)auxiliary verb; ‘passage’ and ‘beginning’ + ‘continuity’ (of a new situation); European Portuguese.

Introdução

<Ficar a + infinitivo> é uma construção verbal que partilha, prototipicamente, o mesmo significado com mais vinte e uma outras, distribuídas pelos seguintes nove grupos de acordo com outros tantos significados específicos que parecem veicular, a base da sua distinção: (i) <começar a + infinitivo> e <principiar a + infinitivo>; (ii) <desatar a + infinitivo>, <deitar a + infinitivo>, <largar a + infinitivo>, <romper a + infinitivo>, <deitar-se a + infinitivo>, <botar-se a + infinitivo> e <desandar a + infinitivo>; (iii) <entrar a + infinitivo> e <entrar + gerúndio>; (iv) <pegar a + infinitivo>; (v) <meter-se a + infinitivo>; (vi) <pôr-se a + infinitivo>, <ficar a + infinitivo>, <ficar + gerúndio> e <quedar-se a + infinitivo>; (vii) <recomeçar a + infinitivo>; (viii) <passar a + infinitivo>; (ix) <começar por + infinitivo>, <começar + gerúndio> e <principiar por + infinitivo>.²

2 Por forma a que melhor se possa perceber estes agrupamentos, e em jeito de orientação, eis as etiquetas que lhes atribuí, há já alguns anos, em documento privado não publicado: as duas do grupo (i) marcam o ‘início’ de uma situação simplesmente, isto é, sem quaisquer nuances; as sete do (ii), o ‘início repentino’; as duas do (iii), o ‘início mais ou menos repentino’; a única do (iv), o ‘início + intensidade’; a única do (v), o ‘início + hábito

Relativamente ao conjunto de construções acabadas de explicitar, e com base num *corpus* próprio³ (recolha, predominante, em textos literários e na imprensa escrita⁴ ao longo da última década do séc. XX e dos primeiros anos do séc. XXI), deve chamar-se a atenção para a seguinte propriedade: há algumas que estão amplamente documentadas (à cabeça, e com grande destaque, <começar a + infinitivo>, mas também, embora menos representativamente, a construção sob escopo: <ficar a + infinitivo>), outras consideravelmente (por exemplo, <pôr-se a + infinitivo>), outras pouco (é o caso da construção <meter-se a + infinitivo>) e outras, ainda, muito pouco (como <romper a + infinitivo>).

Não se vai tratar de todas estas construções agora – também não é esse o objetivo nem, em verdadeiro rigor, se poderia. Apenas da que faz parte do título, e para indagar do(s) seu(s) significado(s), da sua definição estrutural (ou seja, da sua natureza mais ou menos perifrástica), das possíveis restrições de seleção (ou da sua descrição sintática) e, por fim, numa breve conclusão, apresentar uma síntese em que se ressalta o que resultou de facto distintivo da análise aqui empreendida.⁵

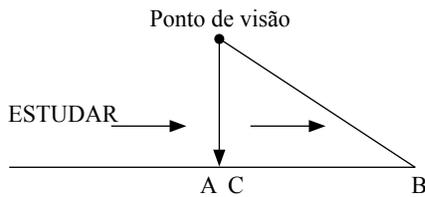
+ afinco, determinação’; as quatro do (vi), o ‘início + duração/continuidade’; a única do (vii), ‘novo início, depois de pausa’; a única do (viii), o ‘início, resultante da transição de uma situação para outra’; e, por fim, as três do (ix), ‘início de uma situação colocada em primeiro lugar numa série’.

- 3 Deste *corpus*, por assim dizer, maior estão disponíveis, porque publicados, os *corpora* relativos às construções <começar a + infinitivo>, <meter-se a + infinitivo>, <passar a + infinitivo> e <pôr-se a + infinitivo> (cf. BARROSO, 2019a, 2019b, 2017 e 2016, respetivamente), já estudadas.
- 4 De todos os enunciados recolhidos são indicadas as fontes, e deste modo: no *corpus*, por meio de uma sigla (ou, esporadicamente, de uma forma reduzida), seguida(s) da(s) página(s), se se tratar de um texto literário; da data, se se estiver na presença de um periódico; ou de ambas as indicações, se for uma revista. Há ainda alguns (muito poucos) que têm outras origens, a saber: os que não exibem qualquer indicação são produções do autor, na sua qualidade de falante nativo; dos restantes, indica-se a fonte em nota de rodapé.
- 5 Metodologia inspirada substancialmente em García Fernández (2006), e que tenho vindo a adotar em trabalhos da mesma natureza (cf. BARROSO, 2016, para <pôr-se a +

1. Do(s) significado(s): prototípico e específico(s)

Na primeira abordagem que fiz desta matéria e, mais precisamente, em que tratei da construção sob análise, escrevi o seguinte:

Segundo W. Dietrich, a **visão extensiva** [...] representa um caso especial da **visão angular**, «en el que coinciden los puntos A y B con el comienzo y fin de la acción» (cf. fig. 2, que é uma reprodução do esquema apresentado por este mesmo autor).



Ex.: **Fiquei a estudar** (ou **fiquei estudando**) todo o dia.

Fig. 2

Como se pode ver por este esquema, e contrariamente à **visão angular** (onde os três pontos – A, B e C –, como vimos ao estudar esta subcategoria aspectual, podem coincidir), aqui só o ponto A pode coincidir com o ponto C e nunca com o ponto B. Por conseguinte, e também por oposição à **visão comitativa**, esta subcategoria assinala a duração ininterrupta da acção verbal entre limites fixos, isto é, considera-se a acção verbal dinamicamente em extensão, desde o princípio até ao fim.

Este valor aspectual expressa-se na norma linguística portuguesa através das perífrases **ficar + a + infinitivo** (mais frequente na norma de Portugal) e **ficar + gerúndio** (mais frequente na norma do Brasil). Trata-se, pois, de duas variantes da norma portuguesa para expressar a mesma função gramatical. (BARROSO, 1994, pp. 105-106)

infinitivo>; 2017, para <passar a + infinitivo>; 2019a, para <começar a + infinitivo>, e 2019b, para <meter-se a + infinitivo>; e, ainda, em publicação, <desatar a + infinitivo> e <romper a + infinitivo>).

e, duas páginas à frente, mesmo a seguir à apresentação dos respetivos paradigmas, continuei com isto:

Do significado pleno 'permanecer, manter-se num dado lugar', **ficar + a + inf.** (ou **ficar + ger.**) não guarda qualquer sema. Isto quer significar que se deu um processo completo de gramaticalização, passando, por conseguinte, tais estruturas a funcionar como verdadeiros sintagmas gramaticais portadores de, pelo menos, uma significação gramatical aspectual primária: **visão extensiva**. Secundariamente, outros valores se podem deduzir. Nomeadamente o ‘durativo’ e, também, o ‘resultativo’.

Relativamente aos *corpora* aqui apresentados, verificamos que, e apesar de não termos encontrado exemplos para algumas casas do paradigma, as construções em causa funcionam efectivamente em português contemporâneo. De modo mais significativo, em todas as morfotaxes do indicativo.

Dada a natureza do seu carácter aspectual ('durativo'), **ficar** apenas coocorre com verbos desta índole, ou seja, também 'durativos'. Para corroborar esta afirmação, basta passar uma vista de olhos por todos os auxiliados (quer no infinitivo, quer no gerúndio) que aparecem em todos os exemplos dos nossos *corpora*. Todos eles são, no que diz respeito à sua significação linguística, verbos plenos. No entanto, muito embora em menor percentagem, também ocorrem verbos cópula (exs.: «Bom. Então, **fica a ser** assim.»; «Deste modo, o Benfica **ficará a ser** a melhor equipa da Europa em 1988.»). (BARROSO, 1994, p. 108)

Apesar de ambas as citações serem relativamente extensas (mero requisito da presente investigação), não as reproduzi por inteiro, e, mais, o que nelas se assere continua, no geral, válido. No entanto, como se verá ao longo deste estudo, há aspetos para os quais se fará a orientação do foco, exatamente por estarem a carecer de maior detalhamento e alguma atualização, designadamente: (i) por não se situar no mesmo quadro teórico, são outros o enfoque e a respetiva terminologia; (ii) a variedade do português considerada é só a europeia, e não também a brasileira; (iii) apenas se tem presente a construção <*ficar a + infinitivo*>, e não também <*ficar + gerúndio*>; (iv) sobre

(o grau de) gramaticalização da construção que se está a descrever e respetiva combinatória com os (vários tipos de) predicados verbais, é outra – e bem distinta – a presente abordagem. Por conseguinte, uma outra aproximação vem com certeza trazer também uma outra (ou, pelo menos, um pouco mais de) luz, isto é, permite-nos ir mais fundo no conhecimento da sua gramática.

Dado que <ficar a + infinitivo> (parece) focaliza(r) o ‘começo’ da situação denotada pelo predicado cujo núcleo é a forma verbal de infinitivo, pode dizer-se que se está na presença de uma construção aspetual **inceptiva** ou, numa expressão terminológica equivalente, de **fase inicial**. Este é, pois, o seu significado prototípico, o que todas as outras vinte e uma construções, de que se fez a listagem na introdução, partilham sem exceção. Porém, entre potenciais outras propriedades de igual importância, distingue-se por lhe acrescentar o(s) significado(s) específico(s) ‘duratividade/continuidade’ resultante(s) de uma ‘mudança’ de situação, caracterizada por incluir o fim de um evento e o início de um estado resultativo ou consequente⁶ – a(s) marca(s) individualizadora(s). Poder-se-ia dizer que <ficar a + infinitivo> marca ao mesmo tempo os significados expressos, por um lado, por <passar a + infinitivo> (‘passagem’ ou ‘mudança’ de situação) e, por outro, por <estar a + infinitivo> (‘em curso’, ‘duração/continuidade’), pelo que talvez se pudesse denominar de ‘ingressivo-durativo/continuativo’. Os enunciados (1) - (3) ilustram o que acaba de se afirmar.

- (1) 1.4. «[...], são humilhações que **ficam a queimar** a memória por todo o resto da vida, [...].»
- (2) 4.1. «E, às vezes, tratava-o tão desabridamente, que ele **ficava a pensar** na voz da sogra, quando, em solteiro, lhe rondava a porta e a velha o insultava por não querer dar-lhe a filha.»

6 Sobre esta e outras funcionalidades de *ficar*, combinado particularmente com adjetivos ou participios passados (não <ficar a + infinitivo>), em estruturas progressivas, cf. Rebouças (2019).

- (3) **22.1.** «Os tipos devem *ter ficado a rir* a bandeiras despregadas [ROTFL – ‘roll on the floor laughing’] com a nossa triste [símbolo] figura.»

Estes três enunciados, com outros cinquenta e dois, constituem o *corpus*⁷ aqui em análise.

7 Que disponibilizo logo a seguir às Referências bibliográficas, seguindo-se-lhe as respetivas fontes.

A propósito do *corpus* e respetiva organização, impõe-se este esclarecimento: os enunciados que aparecem no corpo do texto, numerados de (1) a (37), são na sua grande maioria imediatamente seguidos de uma outra indicação numérica constituída por um algarismo **em negrito**, o da esquerda, seguido de outro ‘em não negrito’, o da direita. O primeiro, que teoricamente vai de 1 a 24 (cf. BARROSO, 2007, pp. 133-151), indica/significa o ‘tempo verbal’ (simples ou composto) em que a construção aparece; o da direita, o número de ocorrências desta construção em cada tempo verbal, com a finalidade de documentar, sempre que possível, incluindo a ‘pessoa-número’, sobretudo propriedades de natureza sintático-semântico-lexical, a informação que de facto é relevante para a descrição da construção.

Desta feita, e neste *corpus*, temos ocorrências da construção <ficar a + infinitivo> nos seguintes tempos verbais (trata-se de uma nota meramente informativa, sem grande relevância descritiva, simplesmente porque na introdução se referiu a notoriamente díspar documentação/ realização das construções de que <ficar a + infinitivo> faz parte): **1.** ‘presente’ do ‘indicativo’, **2.** ‘pretérito’ ‘perfeito’ do ‘indicativo’, **3.** ‘futuro’ (do ‘presente’) do ‘indicativo’, **4.** ‘pretérito’ ‘imperfeito’ do ‘indicativo’, **5.** ‘pretérito’ ‘mais-que-perfeito’ do ‘indicativo’, **6.** ‘condicional’ (ou ‘futuro’ do ‘pretérito’ do ‘indicativo’), **7.** ‘presente’ do ‘conjuntivo’, **8.** ‘pretérito’ ‘imperfeito’ do ‘conjuntivo’, **11.** ‘infinitivo’ ‘não pessoal’, **12.** ‘infinitivo’ ‘pessoal’, **13.** ‘gerúndio’, **16.** ‘futuro’ (do ‘presente’) composto do ‘indicativo’, **17.** ‘pretérito’ ‘mais-que-perfeito’ composto do ‘indicativo’, **18.** ‘condicional’ (ou ‘futuro’ do ‘pretérito’) composto do ‘indicativo’, **19.** ‘pretérito’ ‘perfeito’ composto do ‘conjuntivo’, **20.** ‘pretérito’ ‘mais-que-perfeito’ composto do ‘conjuntivo’, **22.** ‘infinitivo’ ‘não pessoal’ composto, **23.** ‘infinitivo’ ‘pessoal’ composto e **24.** ‘gerúndio’ composto.

2. Da definição estrutural: perífrase e verbo (semi)auxiliar

Uma vez que a construção <ficar a + infinitivo> é geralmente tratada como perífrase verbal, é oportuno, neste momento, convocar os critérios habitualmente usados para, perante uma sequência no mínimo de duas formas verbais, se poder aquilatar se se está na presença de uma perífrase ou de um grupo verbal, seja este uma expressão feita, seja uma combinação sintática de dois ou mais verbos pertencentes a orações diferentes.

Tais critérios são (quase) exclusivamente de natureza sintático-semântica. É nesta base que operam, para o português, por exemplo, Gonçalves & Costa (2002) e, ainda, Raposo (2013). Com efeito, e de acordo com as primeiras (GONÇALVES & COSTA, 2002), tendo em consideração estes nove critérios,

- (i) impossibilidade de coocorrência com orações completivas finitas,
- (ii) impossibilidade de substituição do domínio encaixado por uma forma pronominal demonstrativa,
- (iii) impossibilidade de coocorrência de duas posições de Sujeito,
- (iv) passivas encaixadas sem alteração do significado básico da ativa correspondente,
- (v) impossibilidade de ocorrência do operador de negação frásica no domínio não finito,
- (vi) ocorrência dos complementos pronominalizados (cliticizados) em adjacência ao verbo auxiliar,
- (vii) não seleção do Sujeito,
- (viii) coocorrência com qualquer classe aspetual de predicados verbais e
- (ix) impossibilidade de ocorrência de modificadores temporais que afetem apenas a interpretação do domínio não finito,

concluem que <ter e haver + particípio passado> são os únicos verbos auxiliares do português ou, usando uma expressão sua (GONÇALVES & COSTA, 2002, p. 97), “os auxiliares puros do Português”, porque cumprem todos os requisitos usados para a sua determinação, e que a auxiliaridade

“é um fenómeno gradual, no sentido em que, entre os verbos tipicamente auxiliares e os não auxiliares (ou principais), existe um conjunto de verbos cujo comportamento oscila entre o dos primeiros e o dos segundos.” (GONÇALVES & COSTA, 2002, p. 49). Os demais (de passiva, temporais, modais, aspetuais), tradicionalmente auxiliares, são considerados pelas autoras como ‘semiauxiliares’, exatamente por não cumprirem o pleno dos critérios cujo elenco acabei de apresentar.

Por seu turno, o segundo (RAPOSO, 2013, p. 1231) faz esta outra apresentação das propriedades dos verbos auxiliares, colocando à cabeça as de índole semântica, básicas para o autor, no sentido de que estão na origem das demais (duas, assinaladas com as primeiras letras do alfabeto em maiúscula: A e B), seguindo-se-lhes as de natureza sintática (seis, e procedendo talqualmente: C, D, E, F, G e H), discriminadamente:

(A): Os verbos auxiliares não selecionam argumentos

(B): Os verbos auxiliares podem ocorrer com verbos impessoais em orações simples

(C): Os verbos auxiliares não selecionam orações subordinadas finitas introduzidas pelo complementador *que*

(D): Os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado

(E): Quando o complemento do verbo pleno de uma perífrase verbal é um pronome clítico, este pode ligar-se ao verbo auxiliar

(F): Uma frase ativa transitiva contendo uma perífrase verbal tem o mesmo significado básico da sua contraparte passiva

(G): As frases com perífrases verbais admitem a construção passiva pronominal concordando o verbo auxiliar com o complemento direto da frase ativa correspondente

(H): A negação frásica incide (apenas) sobre toda a perífrase verbal

Depois de as descrever, exemplificando sempre, apresenta, em jeito de síntese, a sua lista de verbos auxiliares do português (RAPOSO, 2013,

pp. 1254-1255), os que exibem, conjuntamente, as propriedades (A), (B) e (H): *ter* + pp (o auxiliar perfeito), *ser* + pp (o auxiliar passivo), *estar* (a) (o auxiliar progressivo), *ficar* (a) e *ir* + infinitivo, considerando os demais como verbos semiauxiliares, por exemplo (todos semiauxiliares aspetuais): *andar* (a), *chegar* (a), *começar* (a), *continuar* (a), *passar* (a), *tornar* (a) e *voltar* (a).

Tendo em consideração o que acaba de ser explicitado, avance-se agora com a aplicação dos seguintes testes (ou provas), cuja função é permitir averiguar tanto a natureza mais ou menos ‘perifrástica’ de <*ficar a* + infinitivo> quanto o caráter mais ou menos ‘auxiliar’ de *ficar* (a), simultaneamente (propriedades interdependentes).

Teste 1: Que não é o primeiro constituinte da construção em epígrafe (a forma verbal finita) que seleciona o argumento externo com a relação gramatical de Sujeito nem – contanto que existam e estejam presentes – quaisquer outros argumentos com outras relações gramaticais, mas sim o segundo (o infinitivo), basta atentar no confronto de (4) com (5) e (6), primeiro [*de alucinações*: argumento interno com a função gramatical de Oblíquo, exigido por *sofrer* e não por *ficar*], e (7) com (8), depois [*dever*: verbo com três argumentos: um externo/Sujeito, *um credor*, e dois internos/OD, *dinheiro*, e Oblíquo, *em alguns desses sítios*], para ver que assim é, por resultarem precisamente em estruturas agramaticais.

- (4) 5.4. «Já me sinto bem, mas naquele mesmo instante pensou que tinha enlouquecido, ou que desaparecida a vertigem ***ficara a sofrer*** de alucinações, não podia ser verdade o que os olhos lhe mostravam, [...]»
- (5) * «Já me sinto bem, mas naquele mesmo instante pensou que tinha enlouquecido, ou que desaparecida a vertigem ***ficara*** (de) alucinações, não podia ser verdade o que os olhos lhe mostravam, [...]»

- (6) «Já me sinto bem, mas naquele mesmo instante pensou que tinha enlouquecido, ou que desaparecida a vertigem *sofrera de alucinações*, não podia ser verdade o que os olhos lhe mostravam, [...]»
- (7) 22.2. «Provavelmente seria algum credor, pensou, é o mais certo, um credor, isto de artistas e literatos é gente que quase sempre leva uma vida irregular, deve *ter ficado a dever dinheiro em alguns desses sítios* onde se joga e agora querem fazê-lo pagar.»
- (8) * ? «Provavelmente seria algum credor, pensou, é o mais certo, um credor, isto de artistas e literatos é gente que quase sempre leva uma vida irregular, deve *ter ficado* dinheiro em alguns desses sítios onde se joga e agora querem fazê-lo pagar.»

Teste 2: Os verbos impessoais, isto é, os que não selecionam um argumento externo com a relação gramatical de Sujeito, porque podem ocorrer em estruturas deste tipo, na ocorrência, com <ficar a + infinitivo>, para além de evidenciarem a ‘periflasticidade’ (das construções) e a ‘auxiliaridade’ (do primeiro constituinte), comprovam, mais uma vez, que são os verbos principais (ou plenos) que selecionam aquele argumento com aquela relação gramatical. Os enunciados (9), com um verbo meteorológico (*chover*), e (10), com um verbo de existência (*haver*), ilustram o que acabo de afirmar (recordo e reforço: porque são verbos deste tipo, impessoais, carecem logicamente do argumento externo e respetiva relação gramatical).

- (9) «As nuvens apareceram e de repente *ficou a chover* torrencialmente.»⁸
- (10) «Se os decisores políticos europeus abrissem as fronteiras, *ficaria a haver* mais refugiados nos países da União Europeia.»

8 Enunciado colhido em Raposo (2013, p. 1236).

Teste 3: O segundo constituinte da construção, onde se encontra a forma verbal não finita (o infinitivo), não pode ser ocupado (substituindo aquela) nem por um ‘pronome’, como se pode ver confrontando (12) (pronome ‘demonstrativo’) com (11), nem por um ‘nome de significado afim’ (cf. (13) com (11)), nem ainda por uma ‘oração completiva finita’ (cf. (14) com (11)). Ao fazer-se, ou resultam agramaticais ou de gramaticalidade duvidosa.

- (11) 1.1. «Quando leio hoje certas obras poéticas ***fico a pensar*** qual será o conceito de poesia dos seus autores.»
- (12) * «Quando leio hoje certas obras poéticas ***fico a isso*** qual será o conceito de poesia dos seus autores.»
- (13) * «Quando leio hoje certas obras poéticas ***fico a pensamento*** qual será o conceito de poesia dos seus autores.»
- (14) * «Quando leio hoje certas obras poéticas ***fico a que penso*** qual será o conceito de poesia dos seus autores.»

Teste 4: Subida de clíticos: os complementos pronominalizados do verbo pleno de uma perífrase verbal podem ocorrer em adjacência ao verbo auxiliar, como o confronto de (16) com (15) e (18) com (17) não deixam ficar quaisquer dúvidas.

- (15) 3.4. «[...], venho pedir que espere três ou quatro semanas, assim que voltarmos ao trabalho começaremos a pagar, ninguém ***ficará a dever*** nada, é um grande favor que lhe pedimos, [...].»
- (16) «[...], venho pedir que espere três ou quatro semanas, assim que voltarmos ao trabalho começaremos a pagar, ninguém ***ficará a dever-lhe*** nada, é um grande favor que lhe pedimos, [...].»
- (17) 7.1. «[...], elas sempre nos vêm a posteriori com os seus problemazinhos particulares, ou, para que ***fiquemos a entender-nos***, com os seus rabos por esfolar, [...].»
- (18) «[...], elas sempre nos vêm a posteriori com os seus problemazinhos particulares, ou, para que ***nos fiquemos a entender***, com os seus rabos por esfolar, [...].»

Teste 5: A passivização das formas não pessoais do verbo mostramos que uma frase ativa transitiva que contém uma perífrase verbal tem exatamente o mesmo significado básico da correspondente passiva, senão veja-se confrontando (20) com (19) e (22) com (21).

- (19) 2.6. «A TAP vai retomar em Dezembro a linha Lisboa-Ponta Delgada-Boston. A transportadora aérea nacional tinha alegado prejuízos para abandonar esta rota, que ficou a ser explorada por uma operadora de “charters”, a Relvas Tours, que alugava um avião à TAP.»
- (20) «A TAP vai retomar em Dezembro a linha Lisboa-Ponta Delgada-Boston. A transportadora aérea nacional tinha alegado prejuízos para abandonar esta rota, que uma operadora de “charters”, a Relvas Tours, que alugava um avião à TAP, ***ficou a explorar.***»
- (21) 3.1. «Acho melhor irmos todos, observou o médico, assim ***ficaremos a conhecer o caminho*** quando precisarmos,»
- (22) «Acho melhor irmos todos, observou o médico, assim o caminho ***ficará a ser conhecido por nós*** quando precisarmos,»

Teste 6: A negação frásica incide (apenas) sobre toda a perífrase verbal, conforme se pode observar confrontando (24) com (23) e (26) com (25).

- (23) 12.1. «M. M. – Acho melhor não dizer para os outros clubes não ***ficarem a saber.***»
- (24) * «M. M. – Acho melhor não dizer para os outros clubes ***ficarem não a saber.***»
- (25) 16.2. «O Frederico achou perfeito. Mas eu não gosto de mentir e não sei se o sujeito não ***terá ficado a desconfiar*** que estou é a ler a Rita Ferro.»
- (26) * «O Frederico achou perfeito. Mas eu não gosto de mentir e não sei se o sujeito ***terá ficado não a desconfiar*** que estou é a ler a Rita Ferro.»

3. Descrição sintática ou das restrições de seleção

Entremos, agora, na secção em que se investigam as possíveis restrições de seleção que afetam a construção, não só as que concernem ao verbo semiauxiliar (ser defetivo, nesta qualidade, em determinados tempos, aspetos, modos), mas de modo particular – mais importante – as que dizem respeito ao auxiliado (aquele, o semiauxiliar, restringe muito frequentemente o tipo de verbos com que se pode combinar para construir perífrases, sobretudo por razões que se prendem com a classe aspetual⁹ deste último, o verbo principal).

Porque, como se disse já, <ficar a + infinitivo> é uma construção que descreve o início de uma situação mas com o foco particularmente orientado para a sua posterior ‘continuidade’, esta propriedade permite, ao contrário das congéneres (por exemplo, <começar a + infinitivo>), a sua compatibilidade com complementos que denotam duração, conforme se pode ver confrontando (27) com (28) (o sublinhado destaca o que aqui está em causa).

(27) 1.4. «[...], são humilhações que **ficam a queimar** a memória por todo o resto da vida, [...]»

(28) * «[...], são humilhações que **começam a queimar** a memória por todo o resto da vida, [...]»

No que concerne ao aspeto lexical, <ficar a + infinitivo>, porque *ficar* é um verbo de estado, constrói-se de preferência com predicados da mesma natureza – não dinâmicos, portanto –, mas sobretudo durativos, o que quer dizer que a sua combinatória com predicados de culminação e pontuais, que carecem de duração, não é normal nem frequente e, quando ocorre, dá lugar a leituras iterativas. Tudo isto pode ser corroborado nos seguintes enunciados: (29) e (30), exemplos de situações estativas, (31) e (32), de atividades ou processos não delimitados, e (33), de processo culminado ou *accomplishment*.

9 Sobre classes aspetuais de predicacões (distintas tipologias), com que em parte se opera aqui, cf. Vendler (1967) e sobretudo Moens (1987), mas também Cunha (2013, 2007, 1998), Oliveira (2003) e, ainda, De Miguel (1999).

- (29) 2.1. «Devo ter lido mal: cinco por cento? Como actualmente vale quatro pontos sobre cem, *ficámos a saber* que a sua ambição e a fé na razão da sua luta valem apenas um por cento. Como horizonte, é no mínimo modesto... Mas, como confissão, é de tomo!»
- (30) 23.1. «Foi o facto de *ter ficado a viver* sozinho tão cedo que explica que você e o seu irmão Paulo tenham seguido caminhos tão diferentes?»
- (31) 12.2. «[...]. Mas, se calhar, é uma desilusão, é capaz de cheirar mal da boca. Não será melhor *ficarmos a trocar* e-mail com nomes falsos e a curtir esta paixão distante?»
- (32) 20.2. «E eu que nem o quis deixar entrar em casa, por medo, se *tivesse ficado a fazer-me* companhia até tu chegares, não poderia ter roubado o carro.»
- (33) 17.1. «[...]. Disse-lhe que a Rita *tinha ficado a resolver* uns pequenos problemas de instalação. Vinha logo que pudesse.»

Pelo que escrevi acima (serem menos, ou bem menos, frequentes), o *corpus* não nos fornece enunciados com predicados de culminação (ou *achievements*) nem pontuais. Contudo, na qualidade de falante nativo, posso disponibilizar um de cada classe – (34) e (35), respetivamente –, mas sempre com leitura iterativa.

(34) «A D. Maria *fica a apagar a luz*.»

(35) «A Rita *fica a espirrar*.»

4. Conclusão

A presente investigação permitiu averiguar que a construção de fase inicial <ficar a + infinitivo> não pode coocorrer com predicções que denotem estados estáveis, o que é perfeitamente normal pois, se perduram ou duram sempre, não admitem nem princípio nem fim, e a construção sob

escopo focaliza o início de uma situação ou, mais precisamente, o fim de um evento e o início de um estado resultativo ou consequente. Porém, já é compatível com predicados denotadores de estados faseáveis, e exatamente por admitirem alguma fase, ou seja, exibirem estrutura temporal interna. Repare-se, pois, nos enunciados (36) e (37), que o confirmam, respetivamente.

(36) * «Os estudantes *ficaram a ser altos*.»

(37) «Os estudantes *ficaram a gostar de Linguística*.»

Termino com uma nota que diz respeito a todas construções inceptivas globalmente consideradas: parece que o número consideravelmente elevado de construções desta natureza tem a sua razão de ser: a especialização na manifestação da inceptividade *sui generis*, idiosincrasia que releva não só do(s) significado(s) específico(s) mas também da combinatória sintático-semântica da construção. Com esta contribuição, ficámos a conhecer tanto um(uns) quanto a outra para a construção inceptiva <ficar a + infinitivo>.

Referências bibliográficas

BARROSO, H. <Meter-se a + infinitivo> no Português Europeu. *Studia Iberystyczne*, 18, 2019b, p. 349-363. [<https://doi.org/10.12797/SI.18.2019.18.25>].

BARROSO, H. <Começar a + infinitivo> no Português Europeu. In: ALONSO, C. P.; RUSSO, V.; VECCHI, R.; ANDRÉ, C. A. (eds.). **De Oriente a Ocidente**: Estudos da Associação Internacional de Lusitanistas, vol. V – Estudos da AIL sobre Ciências da Linguagem (Língua, Linguística, Didática). Coimbra: Angelus Novus, 2019a, p. 145-186.

BARROSO, H. <Passar a + infinitivo> no Português Europeu: construção com valor discursivo ou operador aspetual? In: FERREIRA, A. M.; MORAIS, C.; BRASETE, M.^a F.; COIMBRA, L. R. (eds.). **Pelos mares da língua portuguesa 3**. Aveiro: UA Editora, 2017, p. 279-301.

BARROSO, H. <Pôr-se a + infinitivo> no Português Europeu. In: HLIBOWICKA-WEŁGLARZ, B.; WIŚNIEWSKA, J.; JABLONKA, E. (Org.). **Língua Portuguesa**. Unidade na Diversidade. Volume I. Lublin: Wydawnictwo Uniwersytetu Marie Curie-Skłodowskiej, 2016, p. 109-124.

BARROSO, H. **Para uma gramática do aspecto no verbo português**. Braga: Universidade do Minho, 2007. [<http://hdl.handle.net/1822/7987>].

BARROSO, H. **O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional/ sincrónica**. Porto: Porto Editora, 1994.

CUNHA, L. F. Aspeto. In: RAPOSO, E. P.; NASCIMENTO, M.^a F.; MOTA, M.^a A.; SEGURA, L.; MENDES, A. (Org.). **Gramática do Português**. Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 583-619.

CUNHA, L. F. **Semântica das predicções estativas**. Para uma caracterização aspectual dos estados. München: Lincom Europa, 2007.

CUNHA, L. F. **As construções com progressivo no Português: uma abordagem semântica**. Porto: Universidade do Porto, 1998. [Tese de Mestrado inédita]

DE MIGUEL, E. El aspecto léxico. In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (eds.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Vol. 2. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 1999, 2977-3060. [Real Academia Española – Colección Nebrija y Bello]

GARCÍA FERNÁNDEZ, L. (Dir.). **Diccionario de perífrasis verbales**. Madrid: Editorial Gredos, 2006.

GONÇALVES, A. & COSTA, T. da. **(Auxiliar a) Compreender os verbos auxiliares**. Descrição e implicações para o ensino do Português como Língua Materna. Lisboa: Edições Colibri e Associação de Professores de Português, 2002.

MOENS, M. **Tense, Aspect and Temporal Reference** (Ph.D.). Edinburgh: University of Edinburgh, 1987.

OLIVEIRA, F. Tempo e aspecto. In: MATEUS, M.^a H. M. *et al.* **Gramática da língua portuguesa** (5.^a ed.). Lisboa: Editorial Caminho, 2003, p. 127-178.

RAPOSO, E. P. Verbos auxiliares. In: RAPOSO, E. P.; NASCIMENTO, M.^a F.; MOTA, M.^a A.; SEGURA, L.; MENDES, A. (Org.). **Gramática do Português**. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 1219-1281.

REBOUÇAS, R. A. F. **Sobre o Verbo *Ficar* em Construções Progressivas** (Dissertação de Mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019.

VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. New York: Cornell University Press, 1967.

Corpus

1.1. «Quando leio hoje certas obras poéticas *fico a pensar* qual será o conceito de poesia dos seus autores.»

[P, 1994/07/10]

1.2. «O castro do Zambujal *fica a dominar* a modesta ribeira de Pedrulhos.»

[Ex, 1994/09/18]

1.3. «– Está a ser muito irónico...

– Apenas incómodo. Quando vou falar às escolas abordo estas coisas. Os jovens *ficam a pensar* nelas, por vezes ficam assustados.»

[P, 1994/07/10]

1.4. «[...], são humilhações que *ficam a queimar* a memória por todo o resto da vida, [...]»

[LC, p. 257]

2.1. «Devo ter lido mal: cinco por cento? Como actualmente vale quatro pontos sobre cem, *ficámos a saber* que a sua ambição e a fé na razão da sua luta valem apenas um por cento. Como horizonte, é no mínimo modesto... Mas, como confissão, é de tomo!»

[P, 1995/01/22]

2.2. «O galego *ficou a considerar* em silêncio olhos lassos, beija gorda e mole na cara bolachuda.»

[TF, p. 67]

2.3. «Já de sorriso apagado, Leonardo *ficou a olhar* para a mulher, surpreendido.»

[TF, p. 83]

2.4. «Porque é sobretudo aí que eu te sei amar. E te sei ver no que *ficaste a ser* para mim.»

[CS, p. 80]

2.5. «São instantes breves que alguém em mim escolheu e me *ficaram a resumir* a vida toda.»

[CS, p. 92]

2.6. «A TAP vai retomar em Dezembro a linha Lisboa-Ponta Delgada-Boston. A transportadora aérea nacional tinha alegado prejuízos para abandonar esta rota, que **ficou a ser explorada** por uma operadora de “charters”, a Relvas Tours, que alugava um avião à TAP.»

[Ex, 1996/11/16]

2.7. «[...] uma vigília tão atenta ao pintarroxo que se sobressaltou com os dois vultos e um cão raquítico errantes naquelas paragens e que, num trinado de aflição, largou do bico, quase diante deles, no seu voo precipitado, duas larvas, compridas e translúcidas, que **ficaram a contorcer-se**, caídas, depois do voo picado, atordoadas da queda e ainda assim tentavam escapar, sem calcular a direcção, à mercê do próximo predador.»

[*Não se pode...*, p. 123]

2.8. «[...] Por momentos, o tempo parou naquela praia, ninguém atentou na mágoa de mãe, que se pulverizou em mil partículas ínfimas que **ficaram a fazer parte** dos sedimentos da areia.»

[*Não se pode...*, p. 166]

2.9. «[...] Aí ela estacou, qualquer palavra dita por ele **ficou a ecoar**-lhe por dentro, a embater de um órgão contra o outro, que por sua vez também a rejeitava.»

[*Não se pode...*, p. 168]

3.1. «Acho melhor irmos todos, observou o médico, assim **ficaremos a conhecer** o caminho quando precisarmos,»

[EC, p. 56]

3.2. «[...] E, do homem, quando desaparecer, **ficará a saber-se** ainda menos que dos répteis gigantescos que tantas atenções despertam hoje.»

[JN, 1993/02/07]

3.3. «Também tu o **ficarás a saber** se fizeres como eu fiz, [...].»

[EC, p. 302]

3.4. «[...] venho pedir que espere três ou quatro semanas, assim que voltarmos ao trabalho começaremos a pagar, **ninguém** lhe **ficará a dever** nada, é um grande favor que lhe pedimos, [...].»

[LC, pp. 340-341]

3.5. «[...] e Joana Canastra ajudará no que for preciso, nem que seja amparar Faustina, conhecem-se há tanto tempo que nem hão-de precisar de falar, **ficarão a olhar** uma para a outra, sem chorar, [...]»

[LC, p. 344]

4.1. «E, às vezes, tratava-o tão desabridamente, que ele **ficava a pensar** na voz da sogra, quando, em solteiro, lhe rondava a porta e a velha o insultava por não querer dar-lhe a filha.»

[TF, p. 118]

4.2. «Só duas fumaças – cuidado com as beatas, que **ficavam a boiar** na sanita, seria melhor deitá-las pela janela ou escondê-las num bolso.»

[RT, p. 79]

4.3. «À primeira vista, quem **ficava a ganhar** com este artigo do regulamento era o rei, dado que, sendo menos numerosa a gente que o vinha incomodar com lamúrias, mais tempo ele passava a ter, e mais descanso, para receber, contemplar e guardar os obséquios.»

[CID, p. 9]

4.4. «Ele não sabia perder, ela não sabia ganhar. Depois recolhia ao quarto e **ficava a escrever** até tarde.»

[POP, p. 92]

5.1. «Santiago vestia pijama às riscas e ocupava-se a meter nova lâmina na máquina de barbear. Ela mal o viu. Ele voltara-se, porém, e **ficara a contemplá-la** com olho esperto de avaliador.»

[TF, pp. 35-36]

5.2. «Ela não respondia. Achegara a boca às faces do filho e começara a beijá-las e a chorar convulsivamente. Leonardo **ficara a olhar** para ela, calado, num estupor.»

[TF, p. 125]

5.3. «O experimentado **ficara a ouvir-se** do que ele próprio tinha dito e achava que trazia perigo de arrefecimento imediato.»

[NG, p. 41]

5.4. «Já me sinto bem, mas naquele mesmo instante pensou que tinha enlouquecido, ou que desaparecida a vertigem *ficara a sofrer* de alucinações, não podia ser verdade o que os olhos lhe mostravam, [...]»

[EC, p. 301]

6.1. «Quando o rancho chegasse, logo na aldeia se saberia que ela estivera no aposento do Agostinho Serra. E via-se interrogada pela mãe, a duvidar ainda do que se cochichava entre a vizinhança. Rua abaixo, cabeças surgiriam em todos os postigos. E *ficariam* depois *a falar* na novidade.»

[G, p. 269]

6.2. «*Ficaria a saber* muito mais se pudesse olhar o pai de frente, [...]»

[C, p. 304]

6.3. «[...], e eu direi que há um velho com uma venda preta a quem assentaria bem o nome de código de peixe-lobo, e uma rapariga de óculos escuros a quem poderíamos chamar peixe-gato, e a ex-mulher do tipo que escreveu a carta, e essa *ficaria a chamar-se* peixe-agulha, no caso de concordar com estas designações, albatroz.»

[EL, p. 247]

7.1. «[...], elas sempre nos vêm a posteriori com os seus problemazinhos particulares, ou, para que *fiqemos a entender-nos*, com os seus rabos por esfolar, [...]»

[HD, p. 273]

8.1. «Não deu resultado, houve quem *ficasse a fazer* cruces na boca, E também houve quem tivesse comido a dobrar,»

[EC, p. 103]

8.2. «Não estejas tão preocupado, pensou ela, irei daqui à porta em linha recta, no fim de contas tanto faz, ainda que *ficasses a desconfiar* de que não estou cega, a mim que me importa, não virás cá dentro buscar-me.»

[EC, p. 86]

11.1. «Sem um sistema monetário próprio, Andorra serve-se da peseta espanhola e do franco francês. Mas são possíveis as transacções noutras moedas, embora se corra o risco de *ficar a perder* no câmbio.»

[P, 1995/02/19]

11.2. «A senhora Mariana irritou-se:

– Talvez quisesse **ficar a dever** um favor desses! Para que ele, amanhã, lho atirasse à cara!»

[TF, p. 99]

12.1. «M. M. – Acho melhor não dizer para os outros clubes não **ficarem a saber**.»

[Ex, 1995/08/19]

12.2. «[...]. Mas, se calhar, é uma desilusão, é capaz de cheirar mal da boca. Não será melhor **ficarmos a trocar** e-mail com nomes falsos e a curtir esta paixão distante?»

[V 219 (1997/05/24 a 06/04), p. 69]

12.3. «Gosto mais deste horário; o horário ultranocturno depois não dá para **ficarmos a conversar**.»

[POP, p. 231]

13.1. «Um após outro, como quem se despede, foram desaparecendo os vinte e sete braços da estrela, **ficando** apenas **a desenhar** o impreciso roteiro das ruas desertas a escassa iluminação pública que ninguém se lembrou de fazer regressar ao normal de todas as noites.»

[EL, p. 93]

13.2. «Levantou-se e foi até à janela, **ficando a olhar** o jardim, como se já estivesse a pensar noutra coisa.»

[Eq, p. 60]

16.1. «[...]. O atraso da estreia **terá ficado a dever-se** a dificuldades imprevistas com a cenografia e a problemas de saúde de Eunice Muñoz, que é a protagonista.»

[V 211 (1997/04/03 a 09), p. 20]

16.2. «O Frederico achou perfeito. Mas eu não gosto de mentir e não sei se o sujeito não **terá ficado a desconfiar** que estou é a ler a Rita Ferro.»

[POP, p. 336]

17.1. «[...]. Disse-lhe que a Rita **tinha ficado a resolver** uns pequenos problemas de instalação. Vinha logo que pudesse.»

[POP, p. 44]

17.2. «Depois de uma narrativa não muito longa sobre os folguedos do Falco e da jovem algarvia, o Falcão regressa à Maria Irene. **Tinha ficado a olhar** para o quadro. Não gostava particularmente do retrato.»

[POP, p. 126]

17.3. «Frei Bonifácio, vendo a fala descair em intimidade, despedira-o. Saíra Isac, mas **tinha ficado a saber** da inocência do bispo de Coimbra.»

[CPó, p. 309]

17.4. «[...] depois de ter reconhecido que era mentira tudo quanto lhe havia dito sobre os motivos da famosa carta escrita à produtora cinematográfica, propôs para outra ocasião o que à meia confissão **havia ficado a faltar** para ser completa, sincera e conclusiva.»

[HD, p. 274]

18.1. «E se o Governo decidisse substituir *A Portuguesa* por um novo Hino Nacional? A polémica era certa e as suas consequências difíceis de avaliar. No fim, alguém **teria ficado a ganhar** com a iniciativa (os previsíveis direitos de autor aguçavam o engenho de muitos poetas...), mas não faltaria quem dissesse: “O Hino até nem era mau... Não havia necessidade...”»

[V 222 (1997/06/19 a 25), p. 82]

19.1. «E a Rita aceitou a explicação, embora **tenha certamente ficado a pensar**: Champagne francês, vestidos caros, restaurantes finos; o que é que eu estou aqui a fazer? Mas deixou-se estar.»

[POP, p. 312]

20.1. «Perguntou-me se o Tim acreditou que só então eu **tivesse ficado a saber**.»

[FH, p. 201]

20.2. «E eu que nem o quis deixar entrar em casa, por medo, se **tivesse ficado a fazer-me** companhia até tu chegares, não poderia ter roubado o carro.»

[EC, p. 20]

20.3. «Nada de arrufo, não, embora Teresa, se acaso **tivesse ficado a ruminar** no facto, talvez o relacionasse com aquela tendência do marido para a responsabilizar de as coisas não estarem nos sítios devidos quando eram necessárias.»

[RT, p. 18]

22.1. «Os tipos devem **ter ficado a rir** a bandeiras despregadas [ROTFL – ‘roll on the floor laughing’] com a nossa triste [símbolo] figura.»

[P, 1995/11/26]

22.2. «Provavelmente seria algum credor, pensou, é o mais certo, um credor, isto de artistas e literatos é gente que quase sempre leva uma vida irregular, deve **ter ficado a dever** dinheiro em alguns desses sítios onde se joga e agora querem fazê-lo pagar.»

[HD, p. 120]

22.3. «Não lhe passava pela cabeça ao comissário que a mulher dos rolos na cabeça pudesse **ter ficado a pensar** que, pelos vistos, à vizinha divorciada do primeiro andar direito lhe dera agora para receber visitas de homens, aquele que veio esta manhã, este já com idade de ser pai dela.»

[EL, p. 253]

23.1. «Foi o facto de **ter ficado a viver** sozinho tão cedo que explica que você e o seu irmão Paulo tenham seguido caminhos tão diferentes?»

[Ex, 2000/10/14]

24.1. «Entre um “tiroteio” de críticas violentas do PS ao PEV e PCP e vice-versa, a questão dos homossexuais foi atirada para depois, **tendo ficado a pairar** no ar a dificuldade dos dois partidos proponentes explicarem a razão porque os presentes projectos não contemplaram já o assunto.»

[JN, 1999/03/04]

Fontes do corpus

Textos literários

Campos, Fernando

(¹¹1999) *A Casa do Pó*. Lisboa: Difel [¹1986].

Carvalho, Ana Margarida

(2016) *Não se pode morar nos olhos de um gato*. Lisboa: Teorema.

Castilho, Paulo

(2000) *Por Outras Palavras*. Lisboa, Contexto.

(²1990) *Fora de Horas*. Lisboa, Contexto [¹1989].

Castro, Ferreira de

(¹³1990) *Terra Fria*. Lisboa: Guimarães Editores, Lda. [¹1934].

Ferreira, Vergílio

(1996) *Cartas a Sandra*. Lisboa, Bertrand Editora, Lda.

Namora, Fernando

(⁹1993) *O Rio Triste*. Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda. [¹1982].

Negreiros, Almada

(²1992) *Nome de Guerra*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda [¹1938].

Redol, Alves

(¹⁷1989) *Gaibéus*. Lisboa: Editorial Caminho, SA [¹1939].

Saramago, José

(2004) *Ensaio sobre a Lucidez*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

(2002) *O Homem Duplicado*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

(2000) *A Caverna*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

(¹²1998) *Levantado do Chão*. Lisboa: Editorial Caminho, SA [¹1980].

(1997) *O Conto da Ilha Desconhecida*. Lisboa, Assírio & Alvim.

(1995) *Ensaio sobre a Cegueira*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

Tavares, Miguel Sousa

(¹⁴2004) *Equador*. Lisboa, Oficina do Livro [¹2003].

Imprensa escrita

- Expresso* (semanário), Lisboa
Jornal de Notícias (diário), Porto
Público (diário), edição Porto
Visão (revista semanal), Lisboa

Siglas (das fontes do *corpus*)

- C* *A Caverna*, José Saramago
CID *O Conto da Ilha Desconhecida*, José Saramago
CPó *A Casa do Pó*, Fernando Campos
CS *Cartas a Sandra*, Vergílio Ferreira
EC *Ensaio sobre a Cegueira*, José Saramago
EL *Ensaio sobre a Lucidez*, José Saramago
Eq *Equador*, Miguel de Sousa Tavares
Ex *Expresso*
FH *Fora de Horas*, Paulo Castilho
G *Gaibéus*, Alves Redol
HD *Homem Duplicado*, José Saramago
JN *Jornal de Notícias*
LC *Levantado do Chão*, José Saramago
Não se pode... Não se pode morar nos olhos de um gato, Ana Margarida de Carvalho
NG *Nome de Guerra*, Almada Negreiros
P *Público*
POP *Por Outras Palavras*, Paulo Castilho
RT *O Rio Triste*, Fernando Namora
TF *Terra Fria*, Ferreira de Castro
V *Visão*

Análise sociolinguística da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé da Amazônia

Sociolinguistic analysis of variation in gender agreement in saterémawé indigenous portuguese from Amazonia

Dante Lucchesi*
Hellen Picanço**

RESUMO

Seguindo os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, o artigo apresenta os resultados de uma análise, em tempo aparente, da variação na concordância de gênero no Sintagma Nominal (SN), na variedade de português falado, em situação de bilinguismo, pelo povo indígena sateré-mawé, do Estado do Amazonas. Os dados foram retirados de oito entrevistas informais, com membros da comunidade, e submetidos ao cálculo estatístico, com o programa GoldVarb X. A variação na concordância nominal de gênero, que não ocorre normalmente no português popular do Brasil, resultaria da situação de bilinguismo da comunidade. E os resultados da análise quantitativa revelaram uma situação de mudança em progresso com a implementação do uso da regra de concordância na comunidade. Os fatores estruturais que condicionam o processo de mudança são: a configuração sintagmática do SN, a propriedade de flexão de gênero do nome núcleo do SN e sua vogal temática.

Palavras-chave: concordância de gênero, português indígena, variação linguística, mudança linguística, bilinguismo.

Recebido em 1 de junho de 2020.

Aceito em 5 de novembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.452>

*Universidade Federal Fluminense, dante.lucchesi@gmail.com, orcid.org/0000-0002-8058-2658

**Universidade Federal do Amazonas, india.parintintins@gmail.com, orcid.org/0000-0002-8058-2658

ABSTRACT

Following the assumptions of Variationist Sociolinguistics, the paper presents the results of an analysis, in apparent time, of the variation in gender agreement in the Nominal Phrase (NP), in the variety of Portuguese spoken by the Sateré-Mawé indigenous people, in the State of Amazonas, in a situation of bilingualism. The data were taken from eight informal interviews, with members of the community, and subjected to statistical calculation, with the GoldVarb X program. The variation in nominal gender agreement, which does not normally occur in Brazilian popular Portuguese, would result from the situation of bilingualism in the community. And the results of the quantitative analysis revealed a situation of change in progress with the implementation of the use of the agreement rule in the community. The structural factors conditioning the change process are the syntagmatic configuration of the NP, the gender inflection property of the NP's core noun and its thematic vowel.

Keywords: gender agreement, Indigenous Portuguese, linguistic variation, linguistic change, bilingualism.

Introdução

A variação na concordância de número do Sintagma Nominal (e.g., *as menina bonita* por *as meninas bonitas*) é geral em todas as variedades do português brasileiro (PB), havendo, porém, uma diferença na frequência de uso da regra que separa as variedades populares da elite letrada do país (SCHERRE, 1994). Porém, a variação no que concerne à categoria gramatical de gênero não é normalmente encontrada no português popular brasileiro (PPB), mesmo na zona rural (VEADO, 1982), onde as variedades linguísticas são mais desviantes do padrão normativo. A variação na concordância de gênero no SN (e.g., *um foto velho* por *uma foto velha*) fica, portanto, restrita a variedades do português que passaram por um processo mais intenso de contato entre línguas em sua formação, como o chamado *português afro-brasileiro* (PAB), a linguagem falada em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Essa relação da variação na concordância nominal de gênero com o contato entre línguas massivo e radical é reforçada pelo fato de desse mecanismo ser virtualmente eliminado no processo de criouliização, como o testemunham os crioulos portugueses

da costa ocidental da África (LUCCHESI, 2000; 2009a). A variação na concordância nominal de gênero também se encontra no português vernáculo de Angola, que é uma variedade de português falada como segunda língua (L2) por falantes das diversas línguas banto deste país (INVERNO, 2009), o que reforça ainda mais a relação entre o fenômeno e o contato entre línguas.

Não haveria, no geral, evidências diretas de que a variação na concordância de gênero observadas no PPB seja derivada de mudanças induzidas pelo contato, pois as variedades do PPB, como o PAB, são faladas atualmente por comunidades monolíngues. Naro e Scherre (2007), por exemplo, argumentam que a variação na concordância nominal e verbal no PB seria, essencialmente, o resultado de uma *deriva secular*, que teria suas origens já na passagem do latim ao português e que o contato do português com as línguas indígenas e africanas no Brasil só a teria acelerado. Contudo, uma análise mais atenta da história da morfologia nominal de gênero, na formação da língua portuguesa e em seu desenvolvimento ulterior, revela um processo de fortalecimento e ampliação do rendimento funcional da flexão de gênero, de modo que, ao invés de uma tendência a uma perda gradual das marcas de gênero, o que se vê é uma ampliação da marcação gramatical do gênero no desenvolvimento histórico da língua portuguesa (LUCCHESI, 2000 e 2009a).

Além disso, há uma vasta literatura produzida pela pesquisa linguística sobre situações de contato em geral que comprovam a relação empiricamente motivada entre o contato linguístico massivo e um processo de simplificação morfológica que atinge, sobretudo, as regras de concordância, que não têm valor informacional (WINFORD, 2003; MCWHORTER, 2007; AUTOR; TRUDGILL, 2001, 2009; 2010). Assim, a hipótese de que a atual variação no uso das regras de concordância nominal e verbal nomeadamente nas variedades populares do PB é o resultado de mudanças induzidas pelo contato entre línguas no passado tem-se mostrado muito mais plausível (LUCCHESI, 2008, 2012a, 2013, 2015a), sobretudo diante das fragilidades históricas, teóricas e empíricas da hipótese da deriva, conforme demonstrado por Lucchesi (2012b). De qualquer forma, a observação de como a concordância

de gênero se apresenta em variedades do PB que atualmente se encontram em situação de contato aportaria evidências empíricas significativas em favor da hipótese do contato.

O panorama linguístico do Brasil na atualidade se caracteriza por um monolinguismo amplamente hegemônico, na medida em que mais de 98% dos mais de 210 milhões de brasileiros têm como língua materna apenas o português. Nesse contexto, as situações de contato entre línguas, multilinguismo, bilinguismo e afins, são bem localizadas e marginais, compreendendo: as situações de fronteira, em que o PB convive basicamente com variedades do espanhol sul americano; as comunidades de imigrantes; e os povos indígenas. Entre esses últimos, pode-se visualizar um *continuum* desde povos indígenas que perderam sua língua nativa e são monolíngues em português até povos que preservam seu modo de vida, cultura e língua quase que integralmente, entre os quais a penetração do português é muito restrita. Em um nível intermediário, encontram-se as comunidades indígenas que ainda preservam sua língua nativa, mas experimentam um crescente bilinguismo, em função de sua integração na sociedade branca dominante. Por ser hegemônica e mais viável em termos socioeconômicos, a língua portuguesa tem-se imposto cada vez mais entre os povos indígenas, ameaçando a conservação da maioria das línguas indígenas que são faladas no Brasil (RODRIGUES, 1993).

As variedades de português faladas nas comunidades indígenas bilingues exibem, geralmente, um espectro mais amplo de variação do que aquele observado nas variedades monolíngues do PPB, em função não apenas dos efeitos gerais do contato, como a simplificação morfológica já referida acima, mas também em função do que Weinreich (1953) denominou *interferências* da língua materna sobre a língua a ser adquirida, a língua alvo, ou segunda língua. Essas interferências constituem o que se denomina *influência* ou *transferência do substrato*, quando uma língua dominante se impõem sobre a língua nativa da comunidade, como é o caso das comunidades indígenas, onde o português se impõem sobre a língua indígena, podendo levar

ao um processo de mudança de língua (ing. *language shift*), no qual a língua da comunidade cai em desuso e a língua dominante se impõe plenamente (HICKEY, 2010; ROMAINE, 2010). Diante disso, a descrição e análise das línguas indígenas é da maior relevância, como forma de documentar e conservar a diversidade linguística do país (RODRIGUES, 1993).

Paralelamente, o estudo do chamado *português indígena* é outrossim importante, não apenas pela relevância de se conhecer a diversidade étnica da língua portuguesa no Brasil, mas também pela observação direta dos efeitos do contato entre línguas e do bilinguismo sobre a estrutura linguística do português. Os resultados de tais análises podem lançar luzes, tanto sobre a forma como as situações de contato massivo afetam a estrutura das línguas em geral, quanto sobre a história sociolinguística do Brasil, na qual o português se foi impondo crescentemente sobre comunidades indígenas, levando à substituição e ao desaparecimento da imensa maioria de suas línguas. Com esses propósitos, foi realizada a análise da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé, cujos resultados aqui se apresentam.

As comunidades indígenas sateré-mawé, do município de Parintins, no Estado do Amazonas são bilingues, sendo que a maioria dos seus membros, sobretudo nas aldeias, tem a língua sateré-mawé como língua materna e falam o português como segunda língua. Contudo, a penetração do português é cada vez maior, em função das pressões socioeconômicas, sobretudo nas novas gerações e na periferia das cidades, que já abriga parte dessa etnia. Assim, a hipótese que orientou a análise foi a de que a variação na concordância gênero observada nessa variedade linguística resultaria da situação de bilinguismo em que o português é falado como segunda língua. Entretanto, estaria em curso na comunidade um processo de mudança no sentido do incremento do uso da regra de concordância de gênero, em função do domínio crescente da língua portuguesa, sobretudo entre os membros mais jovens da comunidade.

Para testar essa hipótese, foi realizada uma análise em *tempo aparente*, dentro do enquadramento teórico e metodológico da Sociolinguística

Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972], 1994, 2001a, 2001b, 2010), que se baseou em uma amostra de fala vernácula recolhida em duas aldeias sateré-mawé, por meio de pesquisa de campo realizada no ano de 2018. A análise buscou identificar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos do fenômeno variável, bem como possíveis interferências da língua indígena, com base em uma análise quantitativa dos dados linguísticos extraídos da amostra de fala constituída, com o emprego do programa Goldvarb X de cálculo estatístico (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Pretende-se, com essa análise, contribuir, tanto para a compreensão geral da mudança linguística provocada pelo contato entre línguas, quanto para a conhecimento da configuração atual da realidade sociolinguística brasileira e sobretudo de sua formação histórica.

Para cumprir esses objetivos, este artigo contém duas breves seções introdutórias e uma seção central mais extensa, na qual são apresentados os resultados da análise sociolinguística da variação na concordância de gênero no português indígena sateré-mawé. Na primeira seção introdutória, fala-se das contribuições e da relevância do estudo do chamado português indígena. A segunda seção traça um panorama da variação da concordância gênero na língua portuguesa. E na conclusão, é feita uma síntese dos resultados alcançados e apresentadas as implicações e os desdobramentos desta análise.

1. A importância do estudo do português indígena

Quem observa o panorama linguístico atual do Brasil não imagina que sua formação histórica é profundamente marcada pelo contato entre línguas, pois o Brasil é, na atualidade, um dos países de maior homogeneidade linguística do planeta, com mais 98% de sua população sendo monolíngue em português (LUCCHESI, 2015b). Porém, eram faladas no Brasil mais de mil línguas indígenas, quando se iniciou a colonização portuguesa no século XVI (RODRIGUES, 1993), e mais de 200 línguas africanas teriam sido trazidas

para Brasil, em função da escravização de povos africanos, entre 1550 e 1850 (*circa*) (PETTER, 2006). Portanto, a ampla hegemonia da língua portuguesa na atualidade é o resultado de um violento processo de homogeneização linguística que se perpetrou através do extermínio de povos indígenas, da escravidão e de processos degradantes de aculturação forçada (LUCCHESI, 2009b, 2015b, 2019a, 2019b). Como parte desse processo, as línguas indígenas brasileiras foram reduzidas a menos de trezentas na atualidade, e sua sobrevivência deve-se, sobretudo, ao seu isolamento em regiões mais remotas e pouco acessíveis da Amazônia e do Planalto Central. Contudo, a maioria dessas línguas enfrenta, hoje, um grande risco de desaparecer, em função das crescentes pressões da sociedade capitalista brasileira sobre as sociedades indígenas remanescentes. Dessa forma, o violento processo de homogeneização do país, continua em curso na atualidade. Como resultante linguística desse processo, emergem variedades do português que são faldas em muitos casos como segunda língua em comunidades indígenas bilíngues, configurando o que se denomina genericamente *português indígena*.

O Censo de 2010 do IBGE computou quase 900 mil indígenas na população brasileira (896,9 mil), que se distribuem por 305 etnias e falam 274 línguas. Contudo, só 37,4% dos indígenas com 5 anos ou mais falam uma língua indígena, e 76,9% falam o português.¹ Por esses números, obtém-se um percentual de 14,3% de bilinguismo indígena, o que corresponde a 128.257 indivíduos bilíngues, em língua indígena e língua portuguesa. Porém, o conceito de *português indígena* se aplica tanto aos indígenas bilíngues (ou multilíngues, no caso dos que falam mais de uma língua indígena), quanto aos que são monolíngues em português, independentemente de terem ou não algum conhecimento de sua língua ancestral (MAHER, 1998). Desse modo, o universo do português indígena recobre uma gama muito

1 Fonte: IBGE, Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Acesso em 25 de maio de 2020.

diversificada de contextos socio e etnolinguísticos. Apesar disso, o conceito genérico de *português indígena* (PI) se sustenta em função de um conjunto de características socioculturais e linguísticas comuns, que permitem reunir esse espectro de falares em uma variedade mais geral, que é heterogênea, como toda variedade linguística tomada em seu contexto social de uso, como o *português popular brasileiro*, ou mesmo o *português brasileiro*.

Porém, vamos nos concentrar aqui nas variedades de português faladas por grupos indígenas bilingues ou multilíngues. Com esse escopo, o PI se define, no plano sociocultural, por ser falado por grupos geralmente pouco numerosos, que falam uma língua ou mais línguas indígenas, que é ou são minoritárias, em face do português, língua dominante em termos socioeconômicos. Esses grupos vivem em graus variados de isolamento, sendo geralmente o extrativismo e/ou a agricultura de subsistência sua principal atividade econômica. Tal definição engendra uma série de parâmetros socioeconômicos variáveis, que devem ser considerados na análise sociolinguística de cada variedade de português indígena: (i) sua representatividade numérica; (ii) seu grau de isolamento/integração em relação à sociedade dominante; (iii) suas atividades econômicas. Esses parâmetros socioeconômicos, por sua vez, determinam parâmetros culturais e linguísticos que devem ser analisados e mensurados: (i) vitalidade da identidade étnica; (ii) conservação da cultura material e imaterial do povo indígena; (iii) conservação de sua língua; (iv) penetração do português na comunidade.

Todos esses parâmetros estão interligados. Quanto maior o isolamento, maior a conservação do *modus vivendi* e da cultura ancestral do povo, maior a vitalidade de seu sentimento de identidade e de sua língua, e menor a penetração do português. No outro extremo, temos os povos muito integrados, aculturados, com baixo sentimento de pertencimento étnico, com a língua desaparecida ou em vias de desaparecimento, tendo como língua hegemônica o português. Entre os dois extremos há todo um gradiente complexo e diversificado, pois não se pode pensar em termos de uma relação

mecanicista entre os fatores objetivos e subjetivos, uma vez que um povo indígena não precisa estar isolado para conservar sua cultura e valorizar sua identidade étnica e *a fortiori* sua língua nativa (FOUGHT, 2010).

Sobretudo nas últimas décadas, tem havido uma reação, com movimentos de conservação e valorização da cultura e da identidade indígena, até com ações de restauração linguística (MAIA, 2006; ALMEIDA; RUBIM, 2012; D'ANGELIS, 2014). Porém, trata-se de uma reação proporcionalmente diminuta, diante de séculos de violência e dominação econômica, simbólica e cultural, que levou ao extermínio de povos inteiros, ou de processos violentos e devastadores de aculturação forçada, de modo que integração à sociedade dominante significa para os povos indígenas, no mais das vezes, exploração, espoliação, violência física e/ou simbólica, destruição do seu habitat, aculturação forçada, perda da identidade e da língua. A redução de mais de mil línguas indígenas faladas no território brasileiro, quando se iniciou a colonização portuguesa, no século XVI, para as menos de trezentas línguas atuais nada mais é do que reflexo dramático de um genocídio secular e de um processo forçado e devastador de aculturação, que, aviltando os padrões de comportamento do indígena, relativamente à sexualidade, ao trabalho, à indumentária, à religião e à língua, conduziam-no igualmente à sua desagregação identitária, à depressão e à morte (FREYRE, 2002).

E o fato de a maioria das línguas indígenas hoje correr sério risco de extinção significa que todo esse processo ainda está em curso, embora tenha sido um pouco mitigado e processos e ações de resistência devam ser registrados pelo seu grande valor e significado, embora ainda muito reduzidas e limitadas. Assim, sendo, o quadro geral do contato do português com as línguas indígenas deve ser definido como uma situação em que uma língua dominante em termos socioeconômico e demográfico se impõe sobre uma língua minoritária, de modo que o português vai substituindo a língua indígena, progressivamente, nas diversas esferas de uso da língua, até o desaparecimento desta (HICKEY, 2010; ROMAINE, 2010). A base socioeconômica desse processo é a desintegração do *modus vivendi* e da

cultura ancestral do povo indígena e a integração dos seus membros no mercado de trabalho e de consumo da sociedade dominante.

Do ponto de vista das funções de uso da língua, o português penetra como língua de comunicação com mundo exterior. Em seguida, passa a ser a língua de uso dos indivíduos que se integram no comércio ou nas atividades produtivas com a sociedade branca, bem como das crianças que se alfabetizam em português. Muitas vezes, os adultos passam a falar em português com os filhos ou incentivar neles o uso dessa língua, como meio para que eles possam se inserir melhor na realidade socioeconômica que se impõe. Assim, na situação mais comum, a língua indígena vai se restringindo em seu espectro funcional e a proficiência nela vai decaindo, à medida que se passa para as gerações mais jovens, de modo que, no mais das vezes, os mais jovens só tem um conhecimento passivo ou dominam um reduzido vocabulário da língua dos seus ancestrais.²

Portanto, a situação de cada variedade do português indígena vai variar bastante, consoante o grau de integração do povo que a fala, por um lado, e grau de conservação cultural e linguística desse povo, por outro. O português pode ser, desde a língua já hegemônica, ou mesmo única do povo indígena, até ser uma segunda língua adquirida e usada em graus variados de proficiência, em um espectro funcional igualmente variado; ou seja, podendo ser essa variedade bem restrita, em seu grau de proficiência e espectro funcional. Quanto mais situado nesse último polo, maiores serão os efeitos do contato linguístico sobre essa variedade de português, sendo mais notáveis mesmo os processos de interferência ou de transferência da língua indígena para a língua portuguesa.³

2 Esboça-se aqui apenas um quadro muito geral e simplificado, que não considera, por exemplo, as situações de multilinguismo indígena, com casamentos interétnicos e/ou adoção de uma língua de outro povo indígena no qual um povo minoritário se integra, bem como os efeitos da miscigenação com os brancos.

3 Para uma discussão sobre a diferença entre interferência e transferência, veja-se Winford (2003).

Conquanto recubra um grande espectro de variedades, o PI deve ser caracterizado como uma variedade do português popular brasileiro, já que as comunidades indígenas geralmente se situam na base da pirâmide social do país. Desse modo, as características gerais do PPB, como, por exemplo, a ampla variação na concordância nominal e verbal, devem-se reproduzir no PI. Além disso, as variedades do PI devem exibir características linguísticas específicas decorrentes da situação de bilinguismo ou multilinguismo em que são faladas, que podem estar inserido em um processo de mudança de língua (ing. *language shift*) para o português. Nas situações de bilinguismo ou multilinguismo e de mudança de língua, em que os falantes de uma língua minoritária adquirem uma língua dominante como segunda língua (L2), em situações naturais de aquisição não tutorada, há sempre simplificação da L2, sobretudo no que diz respeito ao uso de afixos flexionais e regras de concordância nominal e verbal. E esses processos de simplificação são determinados pela falta de convergência entre a L1 e a L2, podendo ocorrer também interferências ou transferências da L1 sobre a L2 (WINFORD, 2003; TRUDGILL, 2009, 2010; MATRAS, 2010). Portanto, a variação na concordância nominal de gênero que se observa no português indígena saterémawé deve ser vista como o reflexo da situação de bilinguismo em que essa variedade do PB é falada, o que se coaduna com a fato de que, ao contrário do que se observa com a concordância nominal de número, a concordância de gênero é restrita a algumas variedades mais periféricas do PB.

2. A variação na concordância de gênero em português

Quem analisa o panorama sociolinguístico do Brasil, identificando os fenômenos em variação no nível da morfossintaxe, depara-se com uma questão instigante: por que a variação na concordância nominal de número é tão geral, enquanto a variação na concordância nominal de gênero é um fenômeno bem restrito?

No plano formal da gramática, a expressão da categoria gramatical de número, na língua portuguesa, é regular e tem um significado uniforme, atingindo quase a totalidade dos nomes e dos determinantes e modificadores nominais. A flexão de número é feita com o acréscimo do morfema de plural *-s* (com o alomorfe *-es*), sendo o singular não marcado: *casa* : *casas*; *flor* : *flores* etc. São poucos os nomes que não aceitam a flexão de número, mantendo a mesma forma no singular e no plural: *o lápis* : *os lápis*; *o vírus* : *os vírus* etc. Também entre os adjetivos são poucos os que não se flexionam em número: *proposta simples* : *propostas simples* etc. A maioria se flexiona em número, tanto os adjetivos de tema em *-o* quanto os de tema em *-e*: *feio* : *feios*; *inteligente* : *inteligentes* etc; havendo também a alomorfia em *-es*: *montês* : *monteses* etc. Já os determinantes do nome se flexionam sem exceção: *o* : *os*; *esse* : *esses*; *meu* : *meus*; *algum* : *alguns* etc.⁴ No plano semântico, o significado dessa flexão é bem geral e preciso, opondo ‘um’ a ‘mais de um’. Ainda no plano do significado, a oposição singular e plural diz respeito apenas aos nomes, e não aos seus determinantes e modificadores, que assumem a forma de plural juntamente com nome núcleo do SN, em função apenas do mecanismo sintático da concordância.

Toda a simplicidade e coerência da marcação do plural nos nomes poderia ser vista, em princípio, como uma barreira à erosão do mecanismo da concordância de número. Porém, não é isso que se observa, e a variação na concordância nominal de número é geral em todas as variedades do português brasileiro (PB), havendo apenas uma diferença na frequência em que ela ocorre que separa os falares populares da fala da elite letrada (SCHERRE, 1994). Assim, a variação na concordância nominal de número no PB estaria historicamente correlacionada ao maciço contato entre línguas que marca a história sociolinguística do Brasil (cf. Introdução).

4 Os quantificadores pronominais vêm quase sempre no plural: *muitos problemas*, *poucas soluções*, *vários palpites* etc.

A categoria gramatical do gênero, por sua vez, é, na maioria dos casos, um mero classificador gramatical, sem qualquer implicação semântica. Não há qualquer razão semântica para *cama* ser feminino, e *sofá*, masculino. Nem para *planeta* ser masculino e *linguagem* ser feminino – inclusive, no português arcaico era contrário, neste caso. Essa flutuação na fixação do gênero de algumas palavras, que se observa na história do português, também se observa no desenvolvimento diferenciado das línguas românicas. Assim, *o mar* é masculino em português, mas feminino em francês (*la mer*), *a flor* é feminino em português, mas é masculino em italiano (*il fiore*), e *o leite* é masculino em português, mas feminino em espanhol (*la leche*), podendo-se enumerar muitos outros exemplos. Há, porém, um reduzido conjunto de nomes em que o gênero não é arbitrário, os nomes que se referem a seres animados. Uma parte desses se flexiona em gênero, por meio do morfema de feminino *-a*: *o gato* : *a gata*; *o professor* : *a professora*; *o mestre* : *a mestra*; *peru* : *perua* etc.⁵ Em outra parte deles, o gênero é marcado pela derivação (e.g., *imperador* : *imperatriz*; *galo* : *galinha*), ou lexicamente: *homem* : *mulher*; *boi* : *vaca* etc. Mas há nomes, denominados *comuns de dois gêneros*, em que a oposição masculino/feminino é marcada apenas pelos determinantes e/ou modificadores: *o artista* : *a artista*; *o estudante* : *a estudante* etc. Em todos esses casos, a diferença no gênero gramatical têm valor referencial, refletindo a oposição no chamado gênero natural.⁶ Há ainda, os *sobrecomuns*, que só têm um gênero, podendo se referir tanto a seres do sexo masculino, quanto do feminino: *o cônjuge*; *a criança* etc. Por fim, há os chamados *epicenos*, que só têm um gênero, mas aos quais se agrega os termos *macho* e *fêmea* para indicar o gênero natural: *um jacaré fêmea*; *uma cobra macho* etc.

5 Há uns poucos alomorfes, como *avô* : *avó*, e marca subsidiária na alternância vocálica, como em: *porco* : *porca*.

6 Há, porém, nomes que não se referem a seres animados, em que uma pelo menos aparente flexão de gênero assume significados diversos do de gênero natural, como em: *barco* : *barca*; *porto* : *porta*; *ovo* : *ova*.

Como a maioria dos nomes não se flexiona em gênero, a indicação do gênero se faz pela concordância: *uma foto antiga; um dilema muito profundo* etc. E muitos falantes de português L2 têm dificuldade em marcar corretamente o gênero, sobretudo aqueles cujas línguas maternas não têm marcação gramatical de gênero. Porém, a variação na concordância de gênero, longe de ser geral, mesmo no português popular brasileiro, está circunscrita a algumas poucas variedades. Essa vitalidade da marcação gramatical do gênero pode ser explicada pelo desenvolvimento desse mecanismo morfossintático na história da língua portuguesa desde suas origens latinas.

Embora a língua latina exibisse uma divisão tripartida do gênero gramatical, com um gênero neutro recobrindo o nome dos seres inanimados, muitos nomes que deveriam ser do gênero neutro se distribuíam entre o masculino (e.g., *pees* ‘pé’, *rivus* ‘regato’ e *mensis* ‘mês’) e o feminino (e.g., *mensa* ‘mesa’, *manus* ‘mão’ e *memoria* ‘memória’). Havia uma concentração de palavras masculinas na segunda declinação, enquanto as palavras femininas predominavam na primeira declinação, o que permitia formar *lupa* ‘loba’ em oposição a *lupus* ‘lobo’. Porém, essa oposição entre masculino e feminino ficava diluída na declinação nominal latina de seis casos, com formas distintas para o singular e o plural. Por outro lado, havia uma numerosa classe de adjetivos que, a exemplo de *justus*, *justa*, *justum*, se flexionavam regularmente quanto aos três gêneros gramaticais. E já no período latino, ocorre um aumento da produtividade funcional desse paradigma, que indicava morficamente a oposição masculino/feminino, com a incorporação de adjetivos da chamada 2ª classe, que originalmente não faziam a distinção mórfica entre o masculino e o feminino (SILVA NETO, 1988, p. 231). Esse processo já prenunciava um fortalecimento da oposição morfológica entre o masculino e o feminino. O desaparecimento formal do gênero neutro (incorporado maciçamente ao gênero masculino) e a perda da flexão casual dos nomes fortaleceram sobremaneira a oposição mórfica entre masculino e o feminino, na passagem do latim às línguas românicas.

Assim, o morfema de feminino *-a* se fixa na gramática do português e das demais línguas românicas. Contudo, seu rendimento funcional era muito limitado no português arcaico, com palavras como *senhor*, *pecador*, *pastor* e *burguês* sendo usadas como feminino, sem se flexionar. No século XIV, registram-se na mesma situação: *enganador*, *merecedor*, *vencedor* etc. (MALER, 1964, p. 27). Com a evolução da língua, todas essas formas passaram a admitir regularmente a flexão com o morfema de feminino *-a*: *senhora*, *pecadora*, *pastora*, *burguesa*, *enganadora*, *merecedora*, *vencedora*. E o emprego do morfema de feminino *-a* generaliza-se a partir do século XVI, atingindo os nomes e adjetivos terminados em *-or*, *-ol*, *-ês* e *-nte*, como em: *doutora*, *espanhola*, *portuguesa* e *infanta*. Portanto, o rendimento da flexão de gênero só se incrementa, ao longo da história do português, o que pode explicar o fato de não haver uma ampla variação na concordância de gênero no PPB, como se observa na concordância nominal de número. Diante desse cenário, não cabe, no caso da concordância nominal de gênero, a hipótese de uma deriva secular no sentido da perda gradual de marcas morfológicas. E a relação histórica entre a variação na concordância nominal de gênero e o contato entre línguas se fortalece ainda mais, diante do fato de esse fenômeno só ser observado, ou em variedades do português que passaram por um intenso contato em sua formação, ou em variedades do português que ainda são usadas em situação de bilinguismo ou multilinguismo.

Tal é o caso da variação na concordância de gênero que ocorre no português vernáculo de Angola, a variedade de português falada como L2, por falantes das diversas línguas banto deste país. Inverno (2009, p. 97) informa que, não obstante seja geral entre os falantes jovens e instruídos, “no discurso dos falantes mais velhos e menos instruídos, raramente ocorre concordância de gênero entre o núcleo do SN e os seus determinantes”, como em: *os palavra*, *esses visita* e *o mamã*. Dessa observação inicial, pode-se concluir que a concordância de gênero se vai fixando, à medida que se aprofunda o domínio da língua portuguesa, falada como L2, entre os mais jovens.

No Brasil, Lucchesi (2000; 2009a) fez uma análise variacionista do fenômeno na fala de uma comunidade rural afro-brasileira, denominada Helvécia, que se situa no extremo sul do Estado da Bahia e pode ter passado por um processo de crioulização em sua formação (FERREIRA, 1984). Embora o nível de variação fosse baixo (cerca de 5%), foi suficiente para configurar um caso de variação estruturada. Os achados de Lucchesi são importantes para estudo que se apresenta aqui, pois ele adotou o mesmo enquadramento variacionista. No plano dos condicionamentos estruturais, Lucchesi constatou que:

- (i) a regra de concordância de gênero (CG) é mais aplicada nos SNs com estrutura mais simples, formados apenas por um nome regido por um determinante;
- (ii) adjetivos e modificadores pós nominais são bastante refratários à CG;
- (iii) o quantificador *tudo*, empregado como pluralizador nominal invariável, bloqueia a CG no SN;
- (iv) os núcleos nominais com propriedade de flexão são os mais favoráveis ao emprego da CG no SN;
- (v) entre os nomes femininos sem flexão de gênero, os de tema em *-a* (e.g. *casa, perna*) são os mais favoráveis à CG, e os de tema em *-o* e *-ão* (e.g. *foto, paixão*), os seus maiores obstáculos.

No plano do encaixamento social, Lucchesi observou que a regra de CG é aplicada quase que categoricamente na fala dos mais jovens, de modo que o fenômeno, que tem suas raízes no processo de transmissão linguística irregular produzido pelo contato entre línguas no passado, estaria desaparecendo na atualidade.

A variação na CG foi analisada também no chamado *português de contato* do Parque Nacional do Xingu, uma realidade etnolinguística que se aproxima mais da realidade observada aqui. Na região do Alto Xingu, são faladas pelo menos nove línguas indígenas: kamayurá e aweti, da família

tupi-guarani; wará, mehinaku e yawalapiti, da família aruak; kalapalo, kuikuro e matipu, da família karib; e o trumai, uma língua isolada. Na parte setentrional do parque, ainda se encontram os seguintes povos: suyá, juruna, kayabí, txukahamãe, krenakarore e txicão. Ao todo vivem no Parque quinze grupos indígenas, que formam uma sociedade mais ampla, congregada por objetivos comuns e “um complexo sistema de relações cerimoniais, sociais e econômicas”. Porém, todos esses povos mantiveram suas línguas nativas e têm um grau de contato com o português variável. Assim, a variedade de português que surge a partir do contato Expedição Roncador-Xingu com os indígenas tornou-se a língua franca do Parque, servindo, tanto para a comunicação entre brancos e indígenas, quanto entre os diversos povos indígenas que falam línguas mutuamente ininteligíveis entre si (EMMERICH, 1991).

No início da década de 1980, Charlotte Emmerich constituiu uma amostra linguística do português de contato do parque do Xingu, que ela definiu como uma variedade pidginizada do português, compreendendo um *continuum* que se estende desde variedades bem restritas de português faladas como L2 pelos índios monolíngues até a “competência praticamente bilingue dos jovens do Posto Leonardo Villas Boas, passando por uma gama de situações linguísticas estruturalmente diferenciadas”, segundo o grau dos processos de variação que tradicionalmente são associados à pidginização, como a redução nas flexões nominais de gênero e número e verbais de número e pessoa.

Lucchesi e Macedo (1997) analisaram a variação na CG na amostra constituída por Emmerich, com uma abordagem semelhante à empregada aqui. No plano dos condicionamentos estruturais, a análise variacionista com suporte estatístico constatou que os SNs mais simples, formados apenas pelo determinante e o nome núcleo eram a estrutura que mais favorecia a aplicação da regra de CG. Aplicação da regra também foi favorecida por SNs cujo núcleo era um nome com flexão de gênero (e.g., *professora*, *menina*). Esses resultados estão compatíveis com os encontrados na análise de Lucchesi em Helvécia (cf. supra). Já em relação aos SNs cujos núcleos eram nomes sem flexão de gênero, os resultados foram divergentes. A concordância de gênero

não foi favorecida pelos nomes de tema em *-a*, mas pelos nomes de tema em *-e* e *-*e*, como em *gente* e *vez*, respectivamente. Os autores explicaram isso pelo fato de muitas línguas do Parque possuírem uma grande quantidade de nome de masculinos terminados em *-a*, como *caraiβα* ‘homem branco’, que se mantêm inclusive no português de contato.

Portanto, essa análise da variação na CG em uma variedade importante do português indígena revelou interferências das línguas indígenas do substrato no quadro de variação encontrado. Diante disso, a análise aqui desenvolvida não deixará de considerar as características da língua indígena de substrato na análise variacionista do fenômeno.

3. Análise sociolinguística da variação na concordância de gênero do português indígena sateré-mawé

Os Sateré-Mawé habitam a Terra Indígena (TI) Andirá-Marau, localizada na região do Médio rio Amazonas, entre os Estados do Amazonas e do Pará, cujo espaço territorial compreende 788.528 hectares, com perímetro de 477,7 km. O território indígena Sateré-Mawé divide-se em três grandes regiões: rio Andirá, em Barreirinha; rio Waikurapá, em Parintins; e rio Marau-Urupadi, em Maués. A região do Andirá pertence ao município de Barreirinha, onde ficam mais de 50 aldeias, com uma população de aproximadamente 3,8 mil pessoas. Na região do Marau-Urupadi, pertencente ao município de Maués, ficam aproximadamente 37 aldeias, com cerca de 3,3 mil sateré-mawé (TEIXEIRA, 2005), e na região do Uaikurapá, pertencente ao município de Parintins, são apenas sete comunidades: São Francisco, com 172 habitantes; Nova Alegria, com 173 habitantes; Vila da Paz, com 140 habitantes; Vila Batista, com 331 habitantes; Nova Galileia, com 76 habitantes; Monte Carmelo, com 75 habitantes; e Ipiranga, com 110 habitantes (FUNAI/PARINTINS, 2018). A FUNAI (2018) estima que cerca de 519 Sateré-Mawé residem na área urbana de Parintins, sendo que aproximadamente 100 desses indígenas residem fixamente na casa de trânsito da cidade, situada na Rua

Silva Campos, centro, Parintins, AM. O restante dos sateré-mawé vivem em casas localizadas nos bairros periféricos da cidade, sobrevivendo como mão de obra barata no mercado de trabalho informal.

No que concerne às origens da língua sateré-mawé, há duas hipóteses concorrentes. Para Rodrigues e Dietrich (1997), existiria um ramo composto por mawé, aweti e o proto tupi-Guarani, dentro do tronco tupi. Porém, ocorreu uma primeira mudança: a família Mawé se separou do ramo, depois houve a separação entre aweti e o proto tupi-Guarani, formando a configuração atual de famílias linguísticas do tronco tupi, a saber: arikén, aweti, juruna, munduruku, mawé, mondé, puroborá, ramarána, tupari e tupi-guarani. A segunda hipótese é sustentada por Drude (2006), para quem não houve mudanças linguísticas significativas entre mawé, aweti e o proto tupi-Guarani, de modo que as separações entre elas foram simultâneas ou muito próximas.

Na morfologia nominal da língua sateré-mawé, não há flexão de gênero. A distinção de gênero entre pessoas e nomes de parentesco é feita lexicalmente, como em: *ihainia* ‘homem’ e *hariporia* ‘mulher’; *iwot* ‘pai’ *iti* ‘mãe’. Com os nomes que se referem a seres animados, o gênero pode ser indicado pela composição com as palavras *wari’i* (‘mulher/fêmea’) e *pa’iat* (‘homem/macho’), para indicar o gênero feminino e masculino, respectivamente, como em: *moi wari’i* ‘cobra fêmea’ e *moi pa’iat* ‘cobra’; *waipaka pa’iat* ‘galo’ e *waipaka* ‘galinha’; *aware* ‘cachorro’ *aware wari’i* ‘cadela’. Mas já se registram também influências do português nessa área da gramática, como em *hamiariru* ‘neto’ e *hamiarira* ‘neta’, em que se toma de empréstimo a flexão de gênero do português (SILVA, 2010, p. 154-156).

Dentro do enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972], 1994, 2001a, 2001b, 2010), o universo da pesquisa é a comunidade de fala sateré-mawé, constituída por 13.310 falantes da língua sateré-mawé (IBGE, 2010). Grande parte desses falantes é bilíngue em sua língua e português. A maior proporção de falantes da língua indígena encontra-se nas aldeias: 95,9% falam sateré-mawé em contexto de terra indígena, enquanto

apenas 54,9% falam sateré-mawé no contexto urbano. Não há diferença linguísticas entre as mulheres e os homens; entre aquelas, 95,9% falam a língua indígena, enquanto o percentual de falantes da língua indígena entre os homens é de 96,1%. No entanto, quando se considera o uso da língua portuguesa pelos sexos, a situação linguística muda bastante: 72,2% dos homens falam português, enquanto apenas 54,4% falam essa língua (TEIXEIRA, 2005).

A análise sociolinguística da variação na concordância de gênero no Sintagma Nominal, no português indígena sateré-mawé, foi feita em amostra linguística constituída em 2018, nas comunidades sateré-mawé de Nova Alegria e Vila Batista, localizadas no rio Waicurapá, município de Parintins, Estado do Amazonas. Foram analisadas oito entrevistas de tipo sociolinguístico, em que o entrevistador busca criar um clima de informalidade, para superar o que Labov (2008[1972]) denominou *paradoxo do observador*. Cada entrevista teve a duração aproximada de 45 minutos, e os entrevistados se distribuíram pelos dois sexos e por três faixas etárias.

Foi feita uma recolha exaustiva de todas as ocorrências de SNs femininos nas entrevistas transcritas. Essa base de dados foi codificada de acordo com as variáveis explanatórias definidas na análise, e essa codificação foi submetida ao programa de cálculo multivariado GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), que seleciona as variáveis independentes estatisticamente relevantes e mensura a interferência de cada fator sobre o fenômeno variável em foco, ponderando a ação simultânea de todos os demais fatores relevantes.

Há duas formas de tratar da variação da concordância no SN (SCHERRE, 1988; LUCCHESI, 2000). Na *abordagem sintagmática*, observa-se a aplicação da regra do SN como um todo, enquanto na *abordagem mórfica*, se observa a marcação em cada constituinte do SN.⁷ O mecanismo morfossintático da concordância se aplica no SN, quando todos os elementos flexionáveis do sintagma portam as mesmas marcas referentes às categorias gramaticais de número e/ou gênero. No caso do gênero, todos os elementos

7 Scherre (1988) denomina esta *atomística* e aquela *não-atomística*.

flexionáveis em um SN feminino devem receber o morfema de feminino *-a*, como em: *aquela gata preta e uma foto velha*. Se apenas um elemento do SN deixar de portar a marca de feminino, a concordância não ocorre, como em: *a gata preto e um foto velha*. Quando o núcleo do SN é um nome flexionável em gênero, a marca pode vir somente nesse nome núcleo, como em: *o gata preto*. Mas, no caso dos nomes não flexionáveis em gênero, o SN pode figurar sem qualquer marca de feminino, como em: *um foto velho*.

Assim, a variável dependente desta análise foi definida em termos binários, com o valor positivo de aplicação da regra de concordância, quando todos os constituintes flexionáveis do SN portam a marca de feminino, e com o valor negativo de não aplicação da regra, se ao menos um constituinte flexionável deixou de receber o morfema de feminino. Na amostra de fala analisada, foram depreendidas 1.069 ocorrências de SNs femininos, sendo que a regra de concordância de gênero foi aplicada totalmente em 951 ocorrências, o que representa uma frequência geral de aplicação da regra de 89% do total, como se pode ver na Tabela 1:

Tabela 1. Frequência da concordância de gênero no SN, no português indígena sateré-mawé.

Aplicação da regra de concordância	Nº de ocorrências/Total	Frequência
sim	951/1.069	89%
não	118/1.069	11%

Labov (2003) fixa em cinco por cento a frequência mínima para que ocorra a variação na estrutura linguística. O percentual de onze por cento encontrado permitiu assim observar um processo de variação encaixado na estrutura linguística e social da comunidade de fala analisada. Na primeira subseção a seguir, serão apresentados os resultados da análise quantitativa das variáveis estruturais que afetaram o emprego da regra de concordância gênero no SN como um todo. Na segunda subseção, serão apresentados os resultados quantitativos dos condicionamentos sociais.

3.1. A variação na concordância de gênero no Sintagma Nominal no português indígena sateré-mawé: o encaixamento estrutural

Para aprender os condicionamentos estruturais do fenômeno variável em tela, foram formalizadas sete variáveis independentes ou explanatórias: (i) a distinção entre SNs preposicionados e não preposicionados; (ii) a configuração sintagmática do SN; (iii) a caracterização morfológica do nome núcleo do SN; (iv) a vogal temática do nome núcleo do SN; (v) a concordância de número no SN; (vi) o número absoluto de constituintes do SN; e (vii) o número de constituintes flexionáveis no SN. Desses grupos de fatores, o GoldVarb X selecionou como tendo valor estatístico os grupos: (i) a configuração sintagmática do SN; (ii) a caracterização morfológica do nome núcleo do SN e (iii) a vogal temática do nome núcleo do SN. Além de identificar as variáveis com valor estático (i.é., aquelas que, de acordo com a distribuição quantitativa dos dados, efetivamente influenciaram o fenômeno variável em tela), o programa de regras variáveis fornece as frequências brutas de ocorrência do fenômeno em cada fator considerado em termos percentuais, bem como o *peso relativo* (P.R.), índice resultante do cálculo multivariado que computa a influência simultânea de todos os fatores conjuntamente.⁸ Os valores obtidos para cada variável explanatória selecionada pelo programa serão apresentados e analisados a seguir.

8 Esse índice resulta, portanto, mais confiável que a frequência bruta, pois, em cada ocorrência, todos os fatores atuam simultaneamente, de modo que, por exemplo, se a configuração sintagmática favorece a aplicação da regra de concordância de gênero em uma ocorrência, a natureza de seu nome núcleo pode desfavorecê-la, e assim por diante. No cálculo do peso relativo o Programa pondera a ação simultânea de todas as variáveis independentes.

3.2. A aplicação da regra de concordância de gênero no Sintagma Nominal no português indígena sateré-mawé, segundo a configuração sintagmática do SN

Para aferir como a configuração sintagmática do SN afeta a aplicação da regra de concordância de gênero (CG), essa variável explanatória foi estruturada da seguinte maneira:⁹

- 1) SN formado apenas pelo determinante e um nome núcleo [Det + N]
Ex.: *uma comunidade, a história, esses tecnologia* etc.¹⁰
- 2) SN formado pelo determinante, um nome núcleo e um constituinte que não participa da concordância de gênero (um adjetivo que não se flexiona em gênero, um sintagma preposicionado ou uma oração relativa) [Det+N+SX]
Ex.: *as crianças doentes, a casa dele, essa entrevista que nós tamo tendo, essa união de falá um com o outro* etc.
- 3) SN com um possessivo antes do nome núcleo [...Poss+N...]
Ex.: *o meu carteirinha, nosso língua, minha casa* etc.
- 4) SN com o quantificador *tudo/todo* antes do nome núcleo [...Q...N...]
Ex.: *tudo tapioca, tudo as coisa, todas as filhas que eu tive* etc
- 5) SN com outro modificador antes do nome núcleo [...Mod...N...]
Ex.: *algumas bananas, a primeira vista, uma boa pergunta* etc
- 6) SN com um adjetivo depois do nome núcleo [...N...Adj...]
Ex.: *a irmã mais nova, as coisa errado* etc
- 7) SN com qualquer modificador depois do nome núcleo [...N...Mod...]
Ex.: *essa banda todo, a cultura nossa, coisa nenhuma* etc

9 Alguns fatores inicialmente especificados foram reunidos depois, em função do baixo número de ocorrências.

10 A partir daqui todos os exemplos serão retirados da base de dados da análise.

A hipótese primeira seria a de que os SNs com estrutura mais simples e menos constituintes participando do processo de CG (ou seja, a primeira e segunda configuração acima) exibiriam uma frequência maior de aplicação da regra, como foi observado nas análises de Lucchesi (2000 e 2009a) e Lucchesi e Macedo (1997), para o PAB de Helvécia e o português indígena do Xingu, respectivamente (cf. seção anterior). A presença de um outro elemento participando do processo de CG faria cair a frequência de aplicação da regra, sobretudo se esse outro elemento vier depois do nome núcleo, porque a relação que une o nome núcleo aos constituintes à sua esquerda é mais estreita do que a que o une aos elementos da margem direita do SN. A especificação da presença do quantificador *tudo/todo* à esquerda do núcleo do SN se deve ao fato desse quantificador muitas vezes funcionar como um pluralizador invariável, nessa e em outras variedades do português que se formam em situação de contato massivo,¹¹ o que bloqueia a aplicação da regra de CG, como se pode ver nos exemplos *tudo tapioca* e *tudo as coisa*.¹² Assim configurada, esta variável apresentou os seguintes resultados quantitativos:

Tabela 2. Aplicação da regra de concordância de gênero no SN no português indígena sateré-mawé, em função da configuração sintagmática do SN.

Configuração do SN	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Det + N	558/620	90%	.529
Det+N+SX	154/169	91%	.547
[...Poss+N...]	95/103	92%	.554
[...Mod...N...]	93/110	84,5%	.381
[...Q...N...]	14/20	70%	.160

continua

11 Esse uso também foi observado por Lucchesi (2000) no português afro-brasileiro da comunidade de Helvécia, no extremo sul do Estado da Bahia.

12 Não foi possível isolar o efeito desse constituinte à direita do nome núcleo, em função do baixo número de ocorrências desse tipo na amostra analisada.

Configuração do SN	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
[...N...Adj...]	32/39	82%	.308
[...N...Mod...]	04/07	57%	.219
TOTAL	950/1068	89%	

Nível de significância: .043.

Os pesos relativos devem, em princípio, refletir os valores percentuais, sendo que qualquer oscilação nessa relação deve ser considerada em função da interferência de fatores de outras variáveis, o que não aconteceu neste caso, em um nível que seja digno de nota. A leitura dos resultados dos pesos relativos deve ser feita na comparação entre eles, porém os valores próximos a .500 devem ser lidos como de fatores cuja influência sobre o fenômeno analisado deve ser neutra. Valores acima desse patamar indicam um fator que favorece a aplicação da regra, enquanto valores abaixo desse valor desfavorecem-na. Assim, os SNs de configuração mais simples, formados por um determinante e o nome núcleo, com ou sem a presença de um terceiro constituinte que não participa do processo de CG, são os contextos que favorecem ligeiramente a aplicação da regra, com pesos relativos um pouco acima de .500, o que corresponde aos resultados percentuais, já que a frequência de aplicação da regra nesses casos eleva-se ligeiramente, passando de uma frequência geral de 89% para uma frequência de 90%, nos casos em que o SN é formado apenas pelo nome e o determinante (peso relativo de .529), e para 91% (peso relativo de .547), nos casos em que o SN é formado pelo nome, o determinante e um constituinte que não participa do processo de concordância. Nesse contexto, o possessivo se comporta como o artigo e o demonstrativo, ou seja, como um determinante *stricto sensu*, não como um modificador, pois, quando o núcleo é precedido por um possessivo, a frequência de aplicação da regra é de 92%, com peso relativo de .554.

Porém, se o nome núcleo é precedido por um pronome indefinido, um numeral ou por um adjetivo, a frequência de aplicação da regra cai para

84,5%, o que se reflete no peso relativo de .381. Se esse constituinte antes do nome for o quantificador *tudo/todo*, a aplicação da regra cai para 70%, o que corresponde a um peso relativo de .160; ou seja, é o fator que mais inibe a aplicação da regra de CG no SN. A presença desse quantificador, ou de qualquer outro modificador, à direita do nome núcleo, é o segundo fator que mais desfavoreceu a aplicação da regra, com uma frequência de 57% e peso relativo de .219.

Portanto, os resultados quantitativos da variável configuração sintagmática do SN possibilitam duas generalizações. A primeira é a de que a aplicação da regra de CG é favorecida nas estruturas mais simples, o que pode ser definido como *princípio da simplicidade*. A segunda é a de que a presença de um constituinte que se flexiona em gênero na margem direita do SN desfavorece fortemente a CG, já que a coesão entre esses elementos e o núcleo do SN é menor do que a que existe entre o núcleo e os elementos que o precedem, no que pode ser definido como *princípio da coesão*.

3.3. A aplicação da regra de concordância de gênero no Sintagma Nominal no português indígena sateré-mawé, segundo a caracterização morfológica do nome núcleo do SN

Além da constituição sintagmática, a caracterização morfológica do nome núcleo do SN relativamente à categoria gramatical do gênero mostrou-se igualmente um fator relevante no desencadeamento do mecanismo sintático da CG. A fundamentação teórica para a formulação deste grupo de fatores pressupõe que o mecanismo da CG se desencadeia a partir do nome núcleo, já que a categoria gramatical do gênero seria inerente à categoria lexical dos nomes. Desse modo, assumiu-se a existência de uma correlação entre a aplicação da regra de CG e o modo como o gênero é morficamente marcado nos nomes, distinguindo-se, basicamente, os nomes com flexão de gênero (e.g., *sogro/sogra*; *gato/gata*; *mestre/mestra*) *vis-à-vis* os nomes sem flexão de gênero (e.g., *planta*, *mente*, *foto*).

A hipótese gerada por essa formulação teórica é a de que os nomes com flexão de gênero favorecem a CG, enquanto os nomes que não se flexionam desfavorecem-na, como já observado em estudos anteriores sobre o tema (cf. seção anterior). Os resultados quantitativos confirmaram essa hipótese, como se pode ver na Tabela 3:

Tabela 3. Aplicação da regra de concordância de gênero, no português indígena saterémawé, em função da caracterização morfológica do nome núcleo do SN.

Natureza do núcleo do SN	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Nome com flexão de gênero	68/72	94,4%	.739
Nome sem flexão de gênero	883/997	88,6%	.481
TOTAL	951/1069	89%	

Nível de significância: .043.

Quando o nome núcleo do SN se flexiona quanto ao gênero, a frequência de aplicação da regra de concordância sobe de 89% para 94,4%, ao passo que essa frequência cai ligeiramente quando o nome núcleo não se flexiona em gênero. Os pesos relativos confirmaram essas oscilações percentuais. O peso relativo de .739 confirma que o nome com flexão de gênero é fator que favorece bastante a aplicação da regra de CG. E o peso relativo de .481 indica que o nome sem flexão de gênero desfavorece ligeiramente o emprego dessa regra. Retornando ao plano geral da teorização sobre o SN, pode-se pensar que a marcação do gênero parte do nome núcleo para os determinantes da margem esquerda e para os modificadores da margem direita, com proeminência dos primeiros.

Portanto, a conclusão que se pode extrair da análise deste grupo de fatores é: quanto mais explícita for a marcação do gênero no núcleo do SN, maior será a frequência de aplicação da regra de concordância, no que pode ser definido como *princípio da saliência*.

3.4. A aplicação da regra de concordância de gênero no Sintagma Nominal no português indígena sateré-mawé, segundo a vogal temática do nome núcleo do SN

Seguindo o princípio teórico da proeminência do nome núcleo no desencadeamento do mecanismo da CG no interior do SN, foi verificado se a vogal temática dos nomes sem flexão de gênero teria algum efeito sobre o emprego da regra de concordância. A hipótese adotada foi a de que os nomes de tema em *-a* (e.g., *floresta, sola, regra*) favoreceriam a aplicação da regra de CG, em função da homonímia entre essa vogal temática e o morfema de feminino *-a*. Ao contrário os nomes de tema *-o* ou terminados em *-ão*, como *foto* e *comissão*, desfavoreceriam a aplicação da regra, já que a maioria dos nomes masculinos terminam em *-o* ou em *-ão*. Já as palavras de tema em *-e*, como *lente* ou *liberdade*, ou de tema em um **e* teórico, como *mulher* ou *voz*, deveriam se situar em um nível de neutralidade.¹³ Os resultados quantitativos obtidos nesta variável foram os seguintes:¹⁴

Tabela 4. Aplicação da regra de concordância de gênero no SN no português indígena sateré-mawé, em função da vogal temática do nome núcleo do SN.

Vogal temática	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
-a	533/617	86,4%	.529
-e	171/177	96,6%	.547
*e	138/152	90,8%	.554
-o ou -ão	57/67	85,1%	.381
TOTAL	899/1013	88,7%	

Nível de significância: .043.

13 Adotamos aqui a descrição proposta por Mattoso Câmara Jr. (1987, p. 87-96).

14 Para aferir essa variável, foram retirados os SNs cujos núcleo fossem nomes com flexão de gênero (e.g., *menina, cachorra, gata* etc). Isso explica o menor número de ocorrências no total desse grupo de fatores.

Os resultados quantitativos confirmaram apenas em parte a hipótese inicial. Com efeito, os nomes terminados em *-o* e *-ão* se mostraram um fator inibidor da aplicação da regra de concordância de gênero, já que a frequência de aplicação da regra caiu de 88,7% para 85,1% nesse contexto. E o peso relativo de .381 indica claramente esse fator como desfavorecedor da aplicação da regra. Porém, os nomes de vogal temática em *-a* não foram o principal fator que favorecesse a concordância de gênero no SN. O peso relativo desse fator (.529) ficou um pouco acima da neutralidade, embora a frequência de aplicação da regra nesse contexto tenha caído ligeiramente, em relação à frequência geral. Os fatores que mais favoreceram a aplicação da regra de concordância de gênero foram os nomes de tema em *-e* e *-*e* teórico, com pesos relativos de .547 e .554, respectivamente.

De qualquer forma, deve-se salientar que o número de ocorrências de cada fator deste grupo reforça o raciocínio que fundamentou a hipótese inicial. Os nomes de tema em *-a* correspondem a 60,9% do total de nomes sem flexão de gênero. No polo oposto, os nomes terminados em *-o* ou em *-ão* perfazem apenas 6,6% do total. Já os nomes de tema *-e* e **e* teórico se situam em um nível intermediário, com 17,5% e 15%, respectivamente. Isso reforça a relação entre a terminação *-a* e o feminino, podendo-se pressupor uma pressão paradigmática em favor dos nomes de tema em *-a*.

Os efeitos dessa variável foram observados na comunidade afro-brasileira de Helvécia, que é monolíngue em português, porém não se confirmaram no português indígena do Parque do Xingu, em função de interferências das línguas do substrato indígena (cf. seção anterior). A mesma interferência do substrato indígena pode ser invocada para explicar o que também se observa aqui. Como já foi dito no início desta seção, não há flexão de gênero na língua sateré-mawé, porém o gênero pode ser indicado pela composição com as palavras *wari'i* (mulher/fêmea) para indicar o gênero feminino, e *pa'iat* (homem/macho) para indicar o masculino. Como se pode ver, a palavra que indica o masculino em sateré-mawé tem, em sua sílaba final, a vogal *a*, o que pode atenuar a pressão paradigmática que existe em

português no sentido de associar essa vogal ao feminino. Por outro lado, a palavra que marca feminino termina com uma vogal alta central *ɨ* e uma vogal alta anterior *i*, sons que se assemelham ao *i* átono, que é a forma como se pronuncia em português a vogal final das palavras terminadas em *-e*, como *rede* (esse *i* átono também aparece na sílaba final do plural das palavras que têm como vogal temática um *-*e* teórico, como em *mulheres* e *vozes*). Essa semelhança pode explicar por que os falantes do português sateré-mawé têm mais facilidade para marcar o gênero das palavras femininas terminadas em *-e* e *-*e* do que as palavras terminadas em *-a* (e.g., *mata*, *roda*, *comida* etc.). Portanto, na frequência como os falantes do português sateré-mawé fazem a concordância gênero em SNs cujos núcleos nominais não são palavras que se flexionam em gênero, manifesta-se uma influência do substrato indígena, como ocorreu no português de contato do Xingu. Isso reforça a ideia de que o português indígena constitui uma variedade diferenciada do português popular do Brasil, devido às interferências provenientes do substrato indígena.

4. A variação na concordância de gênero no Sintagma Nominal no português indígena sateré-mawé: os condicionamentos sociais

Um dos principais objetivos da análise sociolinguística em *tempo aparente* é determinar se um processo de variação observado sincronicamente reflete um processo de *variação estável* ou um processo de *mudança em progresso* (LABOV, 2008[1972], 1981, 1994, 2001a). No primeiro caso, as formas variantes tenderiam a permanecer em variação na comunidade indefinidamente. No segundo caso, observa-se a tendência de uma variante ser substituída pela outra. Para fundamentar esse diagnóstico, o sociolinguista baseia-se nos resultados quantitativos de variáveis sociais, como: idade, sexo, classe social ou nível de escolaridade. A idade é a principal variável na análise em tempo aparente, sendo o incremento do emprego da variante inovadora,

na medida em que se passa dos membros mais velhos para os membros mais novos da comunidade, a base para a identificação de um processo de mudança em progresso. O diagnóstico relativamente às demais variáveis sociais, vai variar em função da composição e estruturação de cada comunidade de fala analisada (LUCCHESI, 2004 e 2015a).

No que concerne ao fenômeno aqui analisado, a variação na concordância de gênero nas comunidades do povo indígena sateré-mawé decorre da situação de bilinguismo em que o português é adquirido como segunda língua ou simultaneamente à língua sateré-mawé. Em situações de contato entre línguas como essa, há a tendência à ocorrência de simplificação morfológica da língua que penetra na comunidade, no caso o português (WINFORD, 2003; MCWHORTER, 2007; AUTOR; TRUDGILL, 2001, 2009; 2010). Esse processo costuma afetar mais os mecanismos gramaticais sem valor informacional, como é caso dos mecanismos de concordância nominal e verbal. Por outro lado, observa-se a tendência nas comunidades indígenas brasileiras da penetração cada vez mais forte do português, já que as condições socioeconômicas e culturais são cada vez mais adversas à conservação das línguas indígenas. A assimilação socioeconômica e cultural dos povos indígenas pela sociedade capitalista brasileira faz com que as crianças e os jovens tenham mais motivação em adquirir português do que a língua ancestral dos seus antepassados. Assim, a tendência é a de que a proficiência em português seja maior entre os mais jovens do que entre os mais velhos.

Portanto, em relação ao fenômeno variável observado, o que se espera é que a variação no emprego da regra de concordância gênero, entre os sateré-mawé, seja menor entre os membros mais jovens da comunidade do que entre os mais velhos, configurando um cenário de mudança em progresso, no qual o emprego da regra de concordância tende a se fixar na gramática da comunidade. Para além da variável faixa etária, também foram controladas nesta análise as variáveis sexo e nível de escolaridade do informante.

4.1. A aplicação da regra de concordância de gênero no Sintagma Nominal no português indígena sateré-mawé, segundo a idade do falante

De acordo com a hipótese de que estaria ocorrendo nas comunidades indígenas sateré-mawé uma mudança no sentido da implementação da regra de concordância gênero no SN, o resultado da variável idade do informante deveria apresentar uma curva ascendente em que a frequência de aplicação da regra aumentaria na medida em que se passasse das faixas dos falantes mais velhos para os mais novos. Os resultados dessa variável são apresentados na tabela 5 e podem ser visualizados no gráfico 1:

Tabela 5. Aplicação da regra de concordância de gênero no SN no português indígena sateré-mawé, em função da idade do falante

Idade	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
de 20 a 25 anos	289/298	97%	.771
de 35 a 45 anos	463/527	87,9%	.441
mais de 60 anos	1968/243	81,5%	.275
TOTAL	950/1068	89%	

Nível de significância: .043.

Gráfico 1. Efeito da variável faixa etária sobre o uso da regra de concordância de gênero no português sateré-mawé



Os resultados da variável faixa etária confirmam a hipótese de mudança em progresso no sentido da implementação da regra de concordância gênero na comunidade, devendo-se destacar que essa variável foi a primeira a ser selecionada com valor estatístico pelo GoldVarb X. Os falantes com mais de 60 são os que menos empregam a regra, com uma frequência de 81,5%, enquanto os mais jovens exibem a maior frequência, 97%, ficando os falantes de 35 a 45 anos em um nível intermediário, mas um pouco mais próximo dos mais velhos. Isso fica mais nítido nos pesos relativos, que destacam os jovens como o fator que mais favorece a aplicação da regra, com peso relativo de .775, enquanto os pesos relativos das duas faixas dos falantes mais velhos ficam a abaixo da neutralidade, sendo que os falantes com mais de 65 são o fator que mais inibe a aplicação da regra, com peso relativo de .275, mais do que os falantes de 35 a 45 anos, que tem o peso relativo de .441. No gráfico 1, fica clara a curva ascendente que se acentua na passagem da faixa entre 35 e 45 anos para a faixa entre 20 e 25 anos, revelando que o ritmo da mudança tenha aumentado nas duas últimas décadas.

Portanto, pode-se concluir, em primeiro lugar, que a mudança está se acelerando no passado recente da comunidade, o que se explica pela maior integração dos membros mais jovens da comunidade na sociedade branca dominante, com maior escolarização e mais influência dos meios de comunicação de massa e da Internet. Em segundo lugar, deve-se salientar que a frequência de aplicação da regra de 97%, entre os falantes de 20 a 25 anos, situa-se no plano que Labov (2003) definiu como de regra semicategórica, ou seja, o uso da regra de concordância de gênero no SN está se generalizando no português indígena sateré-mawé, como ocorre nas demais variedades do português popular no Brasil. Assim, esse aspecto diferenciador do português indígena, decorrente da situação de bilinguismo, estaria desaparecendo no caso dos sateré-mawé. Os resultados das outras duas variáveis sociais também apontaram para uma situação de mudança em progresso.

4.2. A aplicação da regra de concordância de gênero no Sintagma Nominal no português indígena sateré-mawé, segundo o sexo do falante

Tradicionalmente, as pesquisas sociolinguísticas indicavam que as mulheres tendiam a liderar as mudanças em direção as variantes do padrão de maior prestígio dentro da comunidade (CHAMBERS, 1995, p. 102-103), porém essa generalização tem sido questionada nos últimos tempos (LUCCHESI, 2015a; FREITAG, 2015). Como enfatiza Lucchesi (2015a), o efeito de cada variável social deve ser definido no contexto sócio-histórico específico de cada comunidade de fala analisada, não se podendo isolar um efeito universal de uma variável como sexo/gênero. Assim, o papel da mulher no processo de mudança linguística deverá ser definido pela situação social da mulher em cada comunidade social específica.

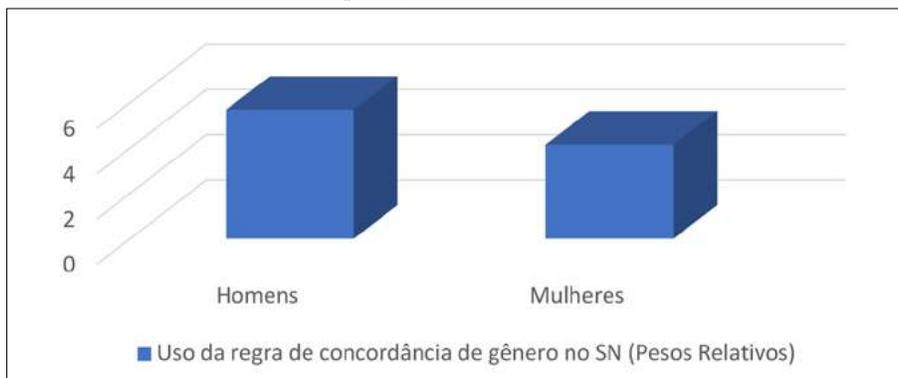
No caso das classes populares do Brasil, são os homens que tendem a liderar as mudanças de cima para baixo, nas quais as variantes do padrão de maior prestígio nos grandes centros urbanos estão sendo assimiladas pelos segmentos populares, tanto na periferia das grandes cidades, quanto nas comunidades rurais (LUCCHESI, 2009c, 2015a). Isso se deve ao fato de os homens, em média, terem mais contato com o mundo exterior e estarem mais bem inseridos no mercado de trabalho do que as mulheres nessas comunidades populares. Dessa forma, no caso aqui estudado, a expectativa seria a de que os homens liderassem o processo de mudança no sentido da implementação da regra de concordância gênero nas comunidades sateré-mawé. Os resultados do processamento quantitativo dos dados referentes à variável sexo são apresentados na Tabela 6 e podem ser visualizados no Gráfico 2:

Tabela 6. Aplicação da regra de concordância de gênero no SN no português indígena sateré-mawé, em função do sexo do falante.

Sexo	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Homens	531/591	89,8%	.569
Mulheres	419/477	87,8%	.415
TOTAL	950/1068	89%	

Nível de significância: .043.

Gráfico 2. Efeito da variável sexo sobre o uso da regra de concordância de gênero no português sateré-mawé



Os resultados quantitativos confirmaram a hipótese inicial. Os homens aplicam a regra de concordância de gênero em uma frequência um pouco maior do que as mulheres (89,8% contra 87,8%), mas os pesos relativos, que resultam de um cálculo multivariado, no qual o efeito de cada fator é mensurado considerando o efeito simultâneo de todos os demais fatores, são claros, indicando a diferença em favor da liderança dos homens no processo de mudança, com .569 para os homens contra .415 para as mulheres. Portanto, assim como acontece em outras comunidades populares do Brasil, os homens tendem a liderar, também nas comunidades indígenas, as mudanças em que as variantes linguísticas hegemônicas são assimiladas pela comunidade. Isso

ocorre porque, em média, os homens têm mais contato com o mundo exterior e têm uma melhor inserção no mercado de trabalho.

4.3. A aplicação da regra de concordância de gênero no Sintagma Nominal no português indígena sateré-mawé, segundo o nível de escolaridade do falante

Um processo de mudança de fora para dentro da comunidade em que uma variante de prestígio se impõe, corresponde ao que Labov (2008 [1972], 2001) denomina *mudança de cima para baixo*. Essa expressão de cima para baixo se refere, tanto à estrutura social, quanto ao nível de consciência, pois os falantes, ao tomarem consciência do prestígio social da variante, fazem um esforço consciente para empregá-la. Nesse contexto os falantes com um nível maior escolaridade tendem a liderar o processo de mudança, já que uma das funções desempenhadas pela escola é difundir a norma padrão, enfatizando as formas que são valorizadas socialmente e condenando o uso de formas sofrem uma avaliação negativa explícita (VOTRE, 2007). Assim sendo, a expectativa seria a de que os falantes indígenas com maior nível de escolaridade liderassem a mudança no sentido de implementação da regra de concordância gênero no SN. Os resultados dessa variável social são apresentados na Tabela 7¹⁵ e podem ser visualizados no Gráfico 3:

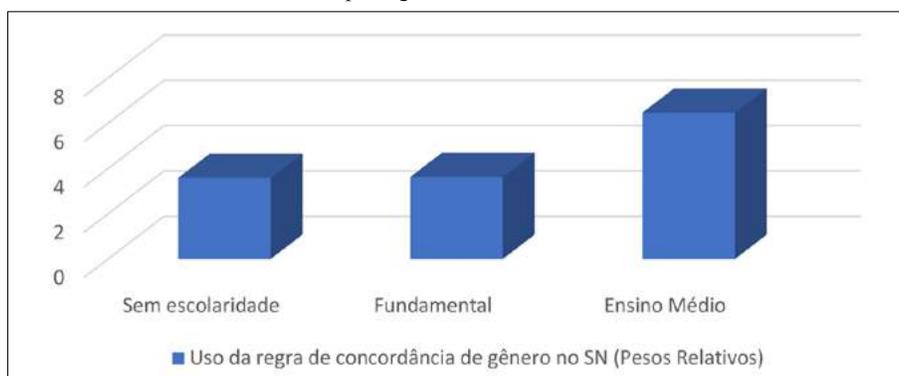
15 Na primeira rodada do GoldVarb, essa variável não foi selecionada como estatisticamente significativa. Isso se deveu a um problema na distribuição da amostra de fala analisada, pois os falantes mais jovens eram igualmente os que tinham um maior nível de escolaridade. Essa superposição fez com que, ao cruzar a variável idade, que foi a primeira a ser selecionada, com o nível de escolaridade, o Programa descartasse esta última, já que o Programa “interpreta”, nesses casos, que o fator determinante é o primeiro a ser selecionado. Portanto, o procedimento adotado foi retirar a variável idade e fazer uma nova rodada. Nessa segunda rodada, o nível de escolaridade foi a primeira variável a ser selecionada, mantendo-se a seleção das outras mesmas variáveis linguísticas e sociais. Deve-se notar também que nível de significância nessa segunda rodada foi ainda melhor do que o da primeira.

Tabela 7. Aplicação da regra de concordância de gênero no SN no português indígena sateré-mawé, em função do sexo do falante.

Escolaridade	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Sem escolaridade	164/199	82,4%	.357
Fundamental	292/344	84,9%	.361
Médio	494/525	94,1%	.645
TOTAL	950/1068	89%	

Nível de significância: .031.

Gráfico 3. Efeito da variável sexo sobre o uso da regra de concordância de gênero no português sateré-mawé



Os resultados do processamento quantitativo confirmaram o efeito do fator escolaridade no processo de implementação da regra de CG na comunidade, pois quanto maior é o nível de escolaridade do indivíduo, maior é a frequência de aplicação da regra. Os indivíduos sem escolaridade empregam a regra de CG em uma frequência de 82,4%, os indivíduos do nível fundamental empregam a regra com uma frequência de 84,9%, e os de nível médio de escolaridade, com uma frequência de 94,1%. Observe-se que a diferença é maior em favor dos indivíduos do Ensino Médio. Os pesos relativos

confirmam isso, o fator Ensino Médio tem o peso relativo de .645, indicando que só esse nível de escolaridade favorece efetivamente a aplicação da regra; já os pesos relativos dos indivíduos do nível fundamental e dos indivíduos sem escolaridade são, respectivamente, .361 e .357, indicando, por um lado, que não há muita diferença entre eles e que esses fatores desfavorecem a aplicação da regra de concordância de gênero. Portanto, os resultados quantitativos apontam no sentido de que a escolaridade favorece a aquisição da regra de concordância de gênero na comunidade indígena em estudo, mas esse fator só atua efetivamente quando o indivíduo chega ao Ensino Médio.

Conclusão

A análise sociolinguística de base quantitativa da variação na concordância de gênero no interior do SN na variedade de português das comunidades indígenas sateré-mawé do município de Parintins, no Estado do Amazonas, revelaram um processo de implementação da regra de nessas comunidades. Esse processo de mudança em progresso é liderado pelos indivíduos mais jovens (na faixa de 20 a 25 anos), do sexo masculino e que cursaram o Ensino Médio. A mudança se encontra em um estágio avançado de implementação, já que o nível de frequência de emprego da regra entre os indivíduos mais jovens é da ordem de 97%, o que já configura uma situação de regra semicategórica (LABOV, 2003).

O encaixamento estrutural do processo de mudança revelou que a aplicação da regra de CG é mais favorecida quando o SN é constituído apenas por um determinante e o núcleo nominal, o qual pode vir ou não seguido por um constituinte que não participa da concordância de gênero (um sintagma preposicionado, um adjetivo que não se flexiona em gênero ou uma oração relativa). A frequência de aplicação da regra de CG aumenta ligeiramente se o determinante for um possessivo. Por outro lado, outros modificadores, como os pronomes indefinidos, e sobretudo o quantificador *todo/tudo/toda*,

que podem figurar antes do núcleo nominal, desfavorecem a CG; da mesma forma, os modificadores à direita do núcleo também se mostraram um fator que desfavorece a CG no interior do SN. Além da configuração sintagmática, a natureza do nome núcleo se revelou, outrossim, um fator que interfere na aplicação do mecanismo da CG no SN, o que reforça a visão de que a marcação do gênero no SN se desencadeia a partir do nome núcleo. Dessa forma, os nomes que se flexionam em gênero favorecem a CG, enquanto os nomes que não se flexionam em gênero desfavorecem-na. A análise aqui desenvolvida definiu, então, que a aplicação da regra de CG é regida pelos princípios da simplicidade, coesão e saliência.

Por outro lado, entre os nomes que não se flexionam em gênero, os nomes femininos terminados em *-o* e *-ão* desfavorecem a concordância de gênero, em decorrência de sua similitude como os nomes masculinos, enquanto os nomes de tema em *-e* e **e* teórico, como *liberdade* e *vez*, são os que mais favorecerem a concordância de gênero, seguidos dos nomes de tema em *-a*, como *corda*. Esse último resultado, que foge ao padrão esperado, em função da homonímia entre a vogal temática *-a* e o morfema de feminino em português, se explica pela influência do substrato indígena, em função da semelhança das vogais finais da palavra *wari'i* ‘mulher/fêmea’, que é usada para indicar o gênero feminino na língua sateré-mawé, e a vogal temática *-e* ou **e*, que se realiza como um *i* átono final em português. Esse padrão divergente reflete, portanto, uma interferência do substrato indígena que individualiza essa variedade do português brasileiro.

A análise de outros processos de variação que também individualizam essa variedade do português brasileiro poderão ampliar ainda mais o conhecimento da diversidade etnolinguística da língua portuguesa no Brasil, bem como a compreensão de como o contato entre línguas afeta a gramática das línguas em geral e da língua portuguesa em particular.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; RUBIM, Altaci Corrêa. Kokama: a reconquista da língua e as novas fronteiras políticas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 4, n. 1, p. 67-80, 2012

CARDOSO, Denise Porto. **Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros**. São Paulo: Blucher, 2015.

CHAMBERS, Jack. **Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford: Blackwell, 1995.

D'ANGELIS, Wilmar. Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. In: BOMFIM, A. B.; COSTA, F. V. F. da (orgs). **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva**. Salvador: Egba, 2014. p. 93-117.

DRUDE, S. On the position of the Awetí language in the Tupi family. In: DIETRICH, W; SYMEONIDIS, H. (Eds). **Guaraní y “Mawetí-Tupí-Guaraní**. Berlin: Lit Verlag, 2006.

EMMERICH, Charlotte. O português de contato no parque indígena do Xingu. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. Lisboa: v. 5/6, p. 37-49, dez. 1991.

FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, Carlota et al. **Diversidade do português do Brasil**. Salvador: EDUFBA, p.21-32, 1984.

FOUGHT, Carmen. Ethnic Identity and Linguistic Contact. In: HICKEY, R. (ed.). **The Handbook of Language Contact**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 282-298, 2010.

FREITAG, Raquel. (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In: FREITAG, R. M. K., SEVERO; GORSKI, C. (ed.). **Mulheres, Linguagem e Poder - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, p. 17-74, 2015.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. 2, p. 121-645, 2002.

HICKEY, Raymond. Contact and Language Shift. In: HICKEY, R. (ed.). **The Handbook of Language Contact**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 151-169, 2010.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana M. (org.). **Português em Contato**. Madrid: Iberoamericana/Veuvert, p. 87-106, 2009.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (Ed.). **Variation Omnibus**. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, p.177-199, 1981.

LABOV, William. **Principles of linguistic change**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001a.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors**. Oxford: Wiley Blackwell, 2001b.

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). **Sociolinguistics: the Essential Readings**. Oxford: Blackwell, p. 235-250, 2003.

LABOV, William. **Principles of linguistic change; cognitive and cultural factors**. Oxford/Cambridge: Blackwell, v. 3, 2010.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna**. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EDUFF, 2008. p.366-390.

LUCCHESI, Dante. A concordância de gênero. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009a. p. 295-318.

LUCCHESI, Dante. História do Contato entre Línguas no Brasil. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009b. p. 41-73.

LUCCHESI, Dante. Conclusão. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009c. p. 513-546.

LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre língua. **Estudos de linguística galega**, Santiago de Compostela, v. 4, p. 45-65, 2012a.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (orgs.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012b. p. 249-274.

LUCCHESI, Dante. O contato entre línguas e a origem do português brasileiro. In: GUGENBERGER, Eva; MONTEAGUDO, Henrique; REIDOUVAL, Gabriel. **Contacto de línguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013.

LUCCHESI, Dante. **Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015a.

LUCCHESI, Dante. O contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil. In: VALENTE, André (Org.). **Unidade e Variação na Língua Portuguesa: suas representações**. São Paulo: Parábola, 2015b. p. 80-100.

LUCCHESI, Dante. Language in contact in Brazil and the genesis of creole languages. **Journal of Ibero-Romance Creoles**, v. 9, n. 1, p. 334-357, 2019a.

LUCCHESI, Dante. Por que a crioulização aconteceu no Caribe e não aconteceu no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. **Gragoatá**, Niterói, v.24, n. 48, p. 227-255, jan.-abr. 2019b.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão Linguística Irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009. p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009.

LUCCHESI, Dante; MACEDO, Alzira. A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu. **Papia**, Brasília, v. 9, p. 20-36, 1997.

MAHER, Terezinha. Sendo índio em português... In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 1998. p. 115-38.

MAIA, Marcus. A revitalização de línguas indígenas e seu desafio para a educação intercultural bilíngue. *Tellus*, ano 6, n. 11, p. 61-76, 2006

MALER, Bertil. **O Orto do Esposo**; glossário. Stokholm: Almqvist & Wiksell, 1964.

MATRAS, Yaron. Contact, convergence and typology. In: HICKEY, Raymond (Ed.). **The Handbook of Language Contact**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 66-85, 2010.

MCWHORTER, John. **Language Interrupted**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

PETTER, Margarida. As línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p.117-141, 2006.

RODRIGUES, Aryon. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **Delta**. São Paulo: v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.

RODRIGUES, A. D.; DIETRICH, W. On the linguistic relationship between mawé and tupi-guarani. **Diachronica**. Amsterdam: v. XIV, n. 2, p. 265-304, 1997.

ROMAINE, Suzanne. Contact and Language Death. In: HICKEY, Raymond (ed.). **The Handbook of Language Contact**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 320-339, 2010.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SCHERRE, Marta. **Reanálise da concordância nominal em português**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Linguística, 1988, 468 f.

SHERRE, Marta. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. Lisboa: v. 12, p. 37-49, 1994.

SILVA, Raynice Geraldine Pereira da. **Estudo morfossintático da língua sateré-mawé**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado em Linguística, 2010, 247 f.

SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988. TEIXEIRA, P. **Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena**. Manaus: UFAM, 2005.

TRUDGILL, Peter. Contact and simplification: Historical baggage and directionality in linguistic change. **Linguistic Typology**, v. 5, n. 2-3, p. 371-374, 2001.

TRUDGILL, Peter. Sociolinguistic typology and complexification. In: SAMPSON, Geoffrey; GIL David; TRUDGILL, Peter (eds.). **Language Complexity as an Evolving Variable**. Oxford: Oxford University Press, p. 97-108, 2009.

TRUDGILL, Peter. Contact and Sociolinguistic Typology. In: HICKEY, Raymond (ed.). **The Handbook of Language Contact**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 299–319, 2010.

VEADO, Rosa Maria A. **Comportamento linguístico do dialeto rural**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução À Sociolinguística: o Tratamento da Variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

WINFORD, Donald. **An introduction to contact linguistic**. Oxford: Blackwell, 2003.

O modo de organização enunciativo no gênero artigo de opinião

The enunciative organization mode in the gender opinion article

Maria Aparecida Lino Pauliukonis*
Maria Cristina Vieira Bastos**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar como o modo de organização enunciativo se apresenta no artigo de opinião *A metamorfose de W.*, escrito pelo articulista do jornal *Folha de S.Paulo*, Sérgio Rodrigues, publicado em 09 de maio de 2019. Com base no arcabouço teórico-metodológico da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, propomos uma análise textual-discursiva, observando as categorias linguísticas da enunciação e os procedimentos de encenação discursiva, relacionando-os aos efeitos de sentido produzidos no texto.

Palavras-chave: Modo enunciativo; Artigo de opinião; Efeitos de sentido.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the enunciative organization mode is presented in the opinion article *The metamorphosis of W.*, written by the newspaper's writer *Folha de S.Paulo*, Sérgio Rodrigues, published on May 9, 2019. Based on the framework the

Recebido em 15 de maio de 2020.

Aceito em 13 de novembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.416>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, aparecidalino@gmail.com, orcid.org/0000-0001-8057-9961

**Universidade Federal do Rio de Janeiro, khrys.bastos@hotmail.com,
orcid.org/0000-0003-3984-8861

theoretical-methodological approach of the Semiolinguistic Discourse Theory, by Patrick Charaudeau, we make a textual-discursive analysis, observing the linguistic categories of the enunciation and the discursive staging procedures, relating them to the effects of meaning produced in the text.

Keywords: Enunciative mode; Opinion article; Effects of meaning.

Introdução

O fim da hegemonia dos estudos estruturalistas deu lugar à análise da língua em situações efetivas de uso, privilegiando a função sociocomunicativa da linguagem. Nessa fase de mudanças, que teve início a partir da década de 1960, surgiram diferentes teorias preocupadas em analisar a língua contemplando as marcas linguísticas da enunciação e os aspectos contextuais, sociais e psicológicos, em que se inserem os parceiros do contrato de comunicação. Nesse cenário, surge, entre outras correntes, a Análise do Discurso (doravante AD).

Conforme Charaudeau e Maingueneau (2004), a AD é uma disciplina relativamente recente que nasce no interior das ciências da linguagem como resultado da convergência de diferentes pressupostos teóricos, que surgiram nos anos 60 na Europa e nos Estados Unidos. Em *lato sensu*, pode ser considerada como o estudo do discurso e, em *stricto sensu*, pode ser considerada como a confluência de disciplinas que tomam o discurso como objeto.

Em contraste com os estudos formalistas, que não levam em conta o sujeito e a situação de comunicação nos estudos de linguagem, a AD, por sua vez, estuda a língua como atividade ancorada em um contexto sócio-histórico, cujos sentidos são construídos de acordo com as identidades dos sujeitos, as formações discursivas e ideológicas e as circunstâncias contextuais.

Sob essa perspectiva, em meados da década de 1980, o linguista francês Patrick Charaudeau apresenta a Teoria Semiolinguística do discurso (doravante TS), uma vertente da AD que, ao abordar o ato de comunicação, examina sua constituição linguístico-discursiva, os aspectos psicossociais dos sujeitos comunicantes, bem como o contrato de comunicação estabelecido entre eles.

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da TS, analisamos, neste artigo, como o modo de organização enunciativo se manifesta no artigo de opinião *A metamorfose de W.*, escrito por Sérgio Rodrigues e publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, em 09 de maio de 2019, cuja temática política critica o então ministro da educação, Abraham Weintraub.

Visando a atender o objetivo proposto, apresentamos, primeiramente, os principais conceitos da TS, enfatizando a funcionalidade do modo de organização enunciativo, com suas modalidades e categorias. Posteriormente, apresentamos algumas considerações acerca das principais características do gênero artigo de opinião, destacando a presença da ironia, trabalhada como estratégia discursiva e argumentativa por Sérgio Rodrigues. Em seguida, procedemos à análise textual-discursiva, identificando as marcas linguísticas que evidenciam o processo da enunciação nas modalidades elocutiva, alocutiva e delocutiva no texto.

O objetivo geral deste artigo é demonstrar que o modo enunciativo, de forma implícita ou explícita, envolve certa subjetividade, mostra a maneira como o sujeito encena seu projeto de dizer e revela seu propósito comunicativo-argumentativo.

1. A teoria semiolinguística do discurso

Segundo Charaudeau (2007), a TS concebe o discurso como uma atividade psicossociolinguageira, em que a construção de sentido no discurso se realiza por meio da convergência de aspectos linguísticos, psicológicos e sociais, sob a responsabilidade de um sujeito intencional, sendo ele próprio, nos termos de Charaudeau (2007, p. 11) “psico-socio-linguageiro”.

Nesse sentido, a TS assume uma postura interdisciplinar ao abordar fenômenos mais externos à linguagem (lógica das ações e influência social), e outros mais internos (construção dos sentidos do texto). Com isso, podemos depreender que um de seus pressupostos básicos é o de que a linguagem mantém uma estreita relação com o contexto psicossocial em que ela se realiza.

A TS, portanto, integra questões da linguagem sob o ponto de vista interno e externo, porém priorizando o material linguístico em situação comunicativa.

Esse fato explica a análise semiolinguística do discurso proposta por Charaudeau:

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semiolinguística*. Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens (CHARAUDEAU, 2007, p.13).

Através de categorias de língua, a TS busca analisar o *do que* fala a linguagem por meio do *como* se fala, esse é o seu objeto de conhecimento, considerando sempre os sujeitos que compõem o ato de linguagem e seus respectivos projetos de fala, regidos por *contratos* de comunicação (CHARAUDEAU, 2008). Assim, a TS trata questionamentos da linguagem em uma perspectiva linguístico-discursiva, cujo sentido é construído pela ação languageira do homem em situação de troca social. Logo, para construir o sentido, o sujeito realiza o procedimento denominado por Charaudeau (2007) de semiotização do mundo, que se efetua por meio de dois processos: transformação e transação.

No processo de transformação, o sujeito falante parte de um mundo a significar (mundo referencial) a fim de transformá-lo em um mundo significado. Esse processo, conforme Charaudeau (2007, p. 13), é o da seleção linguística e abrange as operações de: a) identificação (processo de substantivação); b) caracterização (processo de adjetivação); c) processualização ou representação de fatos e ações (processo de

verbalização); d) modalização/explicação (marca o ponto de vista do locutor); e) relação (preposições, conjunções, pronomes relativos etc.).

Esse ‘mundo significado’, ou ‘representado’ converte-se em objeto de troca com outro sujeito, que assume o papel de destinatário, e caracteriza o segundo processo: o de transação, ou de expressão textual.

No processo de transação existem quatro princípios que estão correlacionados à própria enunciação: a) o princípio de alteridade, que estabelece uma troca, uma interação entre dois parceiros que se reconhecem, ao mesmo tempo, como semelhantes e diferentes; b) o princípio de pertinência, que considera a necessidade de haver um universo de referência comum, de modo que os saberes ali partilhados sejam apropriados ao contexto e à finalidade de troca; c) o princípio de influência, que evidencia o fato de os parceiros admitirem que, na troca, são alvo de um sujeito que tenta modificar suas ações, ou pensamentos; e d) o princípio de regulação, que se constitui como condição para que os parceiros se engajem no processo de reconhecimento do contrato de comunicação, e que orienta os sujeitos a gerirem a troca, de maneira a torná-la possível.

Sob esse arcabouço teórico, compreende-se que, na construção de um artigo de opinião, a instância de produção midiática, partindo de um acontecimento bruto ou de um tema polêmico, identifica-o (nomeação), qualifica-o (qualificação), insere-o em um quadro narrativo (ação) e estabelece as relações de causalidade (causação). Tudo ocorre em correlação com alguns princípios: o do reconhecimento dos parceiros da troca languageira (alteridade), da adequação do projeto de fala ao contexto sociodiscursivo e aos objetivos dos interlocutores (pertinência), da necessidade de captação/adesão do enunciatário ao projeto de fala do enunciador (influência) e da utilização de estratégias para garantir o sucesso da comunicação (regulação).

Segundo Charaudeau (2008), as operações do processo de transformação são reguladas pelas do processo de transação. Assim, o quadro que representa a semiotização do mundo é completado por essas duas operações que servem de base para o contrato de comunicação.

Conforme o autor, todo ato de comunicação realiza-se por meio de uma *mise-en-scène* discursiva, ou uma encenação, metáfora que se liga à ideia de teatro, e que se concretiza sempre sob um contrato comunicativo. O contrato de comunicação é um dos conceitos básicos da Teoria Semiolinguística do Discurso e se define como um conjunto de regras discursivas que determinam o que é ou não permitido no ato de produzir e de interpretar textos (orais ou escritos). A noção de *contrato*, tal como no domínio jurídico, é o que permite o reconhecimento mútuo entre os parceiros da troca linguageira, os papéis que cada um assume no ato (identidade), bem como o reconhecimento dos objetivos desse ato (finalidade) e do objeto da troca (o propósito), consideradas as coerções materiais/situacionais que o sobredeterminam (circunstâncias materiais e o dispositivo).

A dinâmica do ato de linguagem é também uma importante referência para a TS. Segundo Charaudeau (2008), consiste em uma encenação em que se conjugam os aspectos explícitos e implícitos da linguagem. O ato conta com quatro sujeitos interactantes, responsáveis pelos processos de produção e interpretação do discurso, que se instauram em dois circuitos: espaço interno e externo do ato comunicativo.

O espaço interno caracteriza o circuito de fala e nele se inscrevem um sujeito enunciador [EUE] e um sujeito destinatário [TUd], os protagonistas do dizer, constituídos ambos no interior do discurso, são seres da fala e não necessariamente têm de coincidir com os sujeitos reais; são chamados sujeitos discursivos. O espaço externo, por seu turno, configura uma representação da situação de comunicação, que se constitui como o material psicossocial do ato, ou seja, a própria situação de comunicação, incluindo dois indivíduos, também psicossociais, os chamados parceiros, na qual se estabelecem um sujeito comunicante [EUC], responsável pela origem e pela organização do ato e um sujeito interpretante [TUi], ambos sujeitos sociais, reais.

O sujeito comunicante, diante das restrições que configuram o contrato comunicacional, utiliza, para a concretização de seu projeto de fala, categorias de língua e processos estratégicos de construção do texto,

ordenados em Modos de Organização do Discurso. Segundo Charaudeau (2008), esses modos constituem-se como princípios de organização da matéria linguística que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante. São procedimentos de ordem linguageira que consistem no uso de certas categorias de língua, ordenando-as em função das finalidades discursivas do ato de linguagem e são eles agrupados em quatro modos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo.

O Modo de Organização Descritivo diz respeito ao fato de o sujeito nomear, qualificar seres, coisas e processos, bem como situar as coisas no/do mundo, dando existência estática aos seres; o Modo de Organização Narrativo apresenta uma sucessão de fatos, sucessão de ações em uma história, não sendo, portanto, estático; o Modo de Organização Argumentativo diz respeito à exposição de um ponto de vista e de sua defesa, com o estabelecimento de relações de causalidade a fim de influenciar o interlocutor.

Por fim, o Modo de Organização Enunciativo, que influencia a *mise-en-scène* dos demais modos (CHARAUDEAU, op.cit), refere-se à forma como o enunciador se projeta no discurso (modalidade elocutiva), como interage com seu interlocutor (modalidade alocutiva) ou faz referência a terceiros ausentes (modalidade delocutiva). Este modo, por sua vez, intervém na encenação dos demais modos pelo fato de dar conta do posicionamento do locutor no enunciado. Ou seja, a organização enunciativa permeia os modos descritivo, narrativo e argumentativo.

Destacamos, a seguir, o modo de organização enunciativo, suas categorias e funcionalidade, conforme o objetivo de análise deste artigo.

2. O modo de organização enunciativo

De acordo com Charaudeau, o modo de organização enunciativo não se confunde com a situação de comunicação nem com a modalização. A situação de comunicação envolve os sujeitos sociais presentes no circuito

externo do ato de linguagem, ao passo que o modo enunciativo focaliza os seres de fala, protagonistas do ato de linguagem em seu circuito interno.

A modalização abrange os procedimentos linguísticos que explicitam o ponto de vista do locutor, sendo, portanto, uma categoria de língua. Já o enunciativo diz respeito à maneira pela qual o sujeito encena seu dizer, constituindo, então, uma categoria de discurso. Isso significa que o modo enunciativo pressupõe a modalização e vice-versa, uma vez que “assim como as categorias de língua permitem a constituição do discurso, as categorias de discurso têm sua contrapartida nas categorias de língua” (Charaudeau, 2008, p. 81).

O modo enunciativo, na perspectiva da TS, consiste em organizar e ordenar categorias linguísticas a fim de elucidar o ponto de vista do sujeito enunciador em relação às instâncias da comunicação. Essas instâncias justificam a determinação das três modalidades, já citadas, do modo enunciativo: a elocutiva, a alokutiva e a delocutiva. A cada uma delas, correspondem procedimentos linguísticos específicos, que, por meio de estratégias modalizadoras, explicitam as diferentes relações enunciativas do locutor com seu texto, a saber: falando de si mesmo: - modalidade elocutiva, dirigindo-se ao destinatário: - modalidade alokutiva, e se expressando em terceira pessoa, mais objetivamente: - modalidade delocutiva.

2.1. A modalidade elocutiva

Nesta modalidade, o sujeito modaliza o discurso a fim de revelar seu ponto de vista sobre o mundo, sem que isso implique o interlocutor. Esse posicionamento do sujeito falante pode ser expresso como:

- Um modo de saber, que exprime a forma pela qual o sujeito tem conhecimento sobre um propósito (modalidades da constatação e do saber/ignorância);
- Um modo de avaliação, que indica a maneira pela qual o sujeito julga um propósito (modalidades da opinião e da apreciação);

- Um modo de motivação, que expressa o motivo que leva o sujeito a realizar o propósito (modalidades da obrigação, da possibilidade e do querer);
- Um modo de engajamento, que especifica o grau de adesão ao propósito (modalidade da promessa, da aceitação/recusa, do acordo/desacordo e da declaração);
- Um modo de decisão, que mostra o estatuto do sujeito em relação ao tipo de decisão (modalidade da proclamação).

2.2. A modalidade alocutiva

Nesta modalidade, o sujeito falante exprime seu ponto de vista implicando o interlocutor e impondo-lhe um comportamento, em uma relação de influência. Assim, o sujeito falante pode estabelecer com seu interlocutor dois tipos de relação:

- Relação de superioridade (ou relação de força): o locutor impõe ao interlocutor a execução de um(a) dizer/ação (“fazer dizer” / “fazer fazer”). Abrange as modalidades da interpelação, injunção, autorização, sugestão, proposta, julgamento, aviso;
- Relação de inferioridade (ou relação de pedido): o locutor faz uma solicitação ao interlocutor, assumindo o papel de alguém que precisa do “saber” ou do “poder fazer” do outro. Compreende as modalidades da interrogação e da petição.

2.3. A modalidade delocutiva

O comportamento delocutivo é caracterizado por um “jogo” de apagamento do sujeito falante e de seu interlocutor. O sujeito apresenta um ponto de vista externo, comportando-se como um testemunho da forma como os dizeres sobre o mundo se impõem a ele. Desse modo, produz-se um efeito

de objetividade/neutralidade da enunciação, como se o sujeito realmente não tivesse ponto de vista e deixasse o discurso falar por si mesmo. Em virtude desse efeito de imparcialidade, a modalidade delocutiva é predominante nos gêneros jornalísticos.

Contudo, convém ressaltar que essa aparente objetividade é apenas um efeito de sentido, produzido a partir de estratégias e procedimentos linguísticos e discursivos, uma vez que “a subjetividade (ou a inserção do sujeito produtor do texto no discurso) dá-se por graus variados de manifestação de sua presença” (CORTEZ, S. L.; KOCH, I. V., 2013, p. 15).

Os discursos externos ao sujeito falante podem se impor a ele de duas maneiras:

- Por si só: o sujeito apresenta os dizeres sobre o mundo e os relaciona a seu grau de asserção (modalidade da evidência, probabilidade etc.);
- São produzidos por um outro locutor e relatados pelo sujeito falante (modalidades de discurso relatado – citado, integrado, narrativizado e evocado).

Essas três modalidades constituem as formas como o sujeito enunciador se posiciona no texto e, no caso em análise, no gênero artigo de opinião.

3. O artigo de opinião: breves considerações

No que diz respeito a esse gênero textual, destaca-se por ser do domínio jornalístico que tem como objetivo analisar, avaliar e responder questões relevantes por meio da argumentação (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009). Em geral, a motivação para produção desse gênero decorre de acontecimentos da atualidade que já foram veiculados, tais como mudanças na política governamental e econômica, crises financeiras internacionais, eleições, reforma previdenciária etc. Sendo assim, o mais importante para

o articulista não é o acontecimento em si, uma vez que já foi retratado por meio de notícias ou reportagens, mas a análise crítica e seu posicionamento sobre o fato. Sobre esse aspecto, Rodrigues (2014 [2005], p. 173) aponta que o artigo de opinião apresenta uma dupla orientação, pois se “constitui como uma reação-resposta a esses enunciados da atualidade (o já dito) e busca a reação-resposta ativa do seu interlocutor”.

O Autor (op. cit.) enfatiza também que o artigo de opinião tem como tipo textual predominante a argumentação *stricto sensu*, visto que visa ao convencimento do leitor. Assim, a relevância de produção desse gênero exige uma polêmica passível de discussão para ser abordada, em que o autor apresenta uma solução ou avaliação sobre o problema apresentado. Desse modo, com pequenas variações, o artigo de opinião é estruturado da seguinte maneira: situação-problema, discussão e solução-avaliação.

A situação-problema indica a questão a ser tratada pelo autor, buscando contextualizar o leitor sobre o assunto, evidenciando o objetivo da argumentação e também a importância de debatê-lo; a discussão expõe os argumentos, revelando a opinião do produtor do texto a respeito da problemática em foco; já a solução-avaliação evidencia uma resposta à questão debatida, que pode apresentar uma reafirmação da posição assumida ao longo do texto ou uma apreciação do que foi abordado.

Geralmente, na estrutura do jornal, encontra-se na seção “Opinião”, área destinada à expressão de pontos de vista a respeito de acontecimentos relevantes. O autor do artigo de opinião, conforme salienta Rodrigues (2014 [2005]), é um colaborador que pode ser fixo ou eventual, sendo convidado para expor seu ponto de vista a respeito do tema abordado. Esse profissional deve ser alguém com destaque, prestígio social e midiático, o que outorga credibilidade à sua fala, construindo-se como “autoridade no assunto”, assim o articulista eleva-se a tal *status* com o apoio do veículo que publica seu texto.

No artigo de opinião de Sérgio Rodrigues, escolhido para esta análise, buscaremos discutir as estratégias do modo de organização enunciativo

empregadas, que revelam a intenção do autor em abordar uma problemática social, sugerindo críticas e conduzindo o leitor a julgamentos e, nesse caso, sempre trabalhando com a ironia.

A ironia, tema recorrente nas interlocuções sociais, vem ganhando papel de destaque nos estudos da AD, que buscam explicitar seu funcionamento, elevando-a de simples figura da retórica à importante estratégia discursiva e argumentativa. Dentre os vários estudos sobre o processo irônico, destacamos alguns, cujas considerações contribuíram para nossas análises: os trabalhos de Berrendonner (1988), Beth Brait (2008), Ida Lúcia Machado (2013), Penha Lins (2008), entre outros.

Segundo Berrendonner (1988 apud LINS, 2008) a ironia é definida como a figura de linguagem que leva a entender o contrário do que se diz. Recorrendo à tradição retórica, o autor define a ironia como uma “contradição lógica”, isto é, um enunciado irônico, em que uma proposição p , de uma parte, e uma proposição q , de outra parte, em que p e q são simultaneamente apresentados como válidos no engendramento da contradição, o que obriga o destinatário a escolher um dos termos; pois, um deles representa o que realmente pensa o locutor e o outro é falso.

Para Machado (2013), a ironia funciona como estratégia discursiva de captação e se destaca como a habilidade de se conseguir a cumplicidade de seu eventual auditório. Já Beth Brait (2008) interessa-se pelo fato irônico como uma forma particular de interdiscurso, caracterizando-o como uma ampla categoria do humor, encontrado em diferentes gêneros discursivos.

Penha Lins (2008), vê a ironia, como estratégia discursiva e argumentativa, que não se dá apenas no nível do enunciado, do dito, mas do ambiente situacional e discursivo nos quais os interlocutores e as enunciações se relacionam, passando-se de um dito a outro, explícito ou mais ou menos implícito, no produto enunciado. Neste artigo, partimos dessa concepção de ironia como uma produtiva estratégia discursivo-argumentativa, como se verá na análise proposta a seguir.

4. Análise textual-discursiva do artigo de opinião *A metamorfose de W.*, de Sérgio Rodrigues

Apresentamos, inicialmente, a identificação dos seres sociais, Sérgio Rodrigues e Abraham Weintraub e, posteriormente, passamos à transcrição integral do artigo de opinião que será depois analisado.

Sérgio Rodrigues é o sujeito produtor do ato de comunicação [EUc] e o sujeito receptor desse ato é o leitor de seu artigo [TUí]. Rodrigues, ser social, é articulista da *Folha de S. Paulo* e escreve semanalmente no caderno *Cotidiano* desse mesmo jornal. Seu trabalho como pesquisador e colunista nas áreas de gramática e linguística rendeu-lhe um de seus livros mais recentes, o *Viva a língua brasileira*, publicado em setembro de 2016. Como jornalista e crítico literário brasileiro, venceu o 12o. Grande Prémio Portugal Telecom de Literatura nas categorias Romance, e o Grande Prêmio pelo livro *O dribble* (2013), um drama familiar que tem como pano de fundo cinco décadas de história do futebol brasileiro. Atualmente, também é roteirista do programa *Conversa com Bial*, da TV Globo, sendo, portanto, bastante conhecido pelo seu público.

Abraham Weintraub, por sua vez, é professor de economia da Unifesp e, em 1º de janeiro de 2019, foi nomeado secretário-executivo da Casa Civil do governo Bolsonaro. Após a demissão do ex-ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, Weintraub ocupou seu lugar, em 8 de abril de 2019, como o novo ministro da Educação do governo Bolsonaro.

Ganhou notoriedade, logo após sua posse, ao anunciar um corte de 30% em recursos destinados às despesas discricionárias de universidades federais que, segundo ele, “estivessem fazendo balbúrdia” em vez de procurarem melhorar o desempenho acadêmico, conforme publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 30 de abril de 2019.

O artigo de opinião de Sérgio Rodrigues faz menção ao contexto situacional em que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, participou de uma sessão da Comissão de Educação do Senado. Nessa ocasião, em

seu pronunciamento, o ministro falou sobre as sanções administrativas que sofreu quando foi professor na Unifesp. Ao descrever o que passou, disse o seguinte: “Eu sofri na pele um processo inquisitorial. E fui inocentado. Durante oito meses eu fui investigado, processado e julgado num processo inquisitorial e sigiloso. Que eu saiba, só a Gestapo fazia isso. Ou no livro do Kafta ou na Gestapo”, disse, criticando sua falta de acesso ao caso. Na verdade, o ministro quis se referir ao livro “O Processo”, obra do famoso escritor tcheco Franz Kafka e não ao prato árabe (cafta). Tal fato repercutiu em jornais e nas redes sociais, o que motivou o texto a seguir.

Apresentamos, abaixo, o artigo de opinião de Sérgio Rodrigues, na íntegra:

A metamorfose de W.

Certa manhã, Weintraub acordou em sua cama transformado em ministro.

"O livro do Kafta" que o ministro da Educação citou terça-feira (7) em audiência no Senado apresenta um desafio interpretativo considerável. No entanto, à primeira vista o caso parece bastante simples.

Uma autoridade comete uma gafe. Os críticos riem e saem espalhando a notícia nas redes com sádico deleite: "Viram que formidável?" Os apoiadores rebatem: "Seus oportunistas esnobes, foi só uma gafe".

No caso, o deslize de Abraham Weintraub foi puro pastelão, uma troca de letras infantil e boba de tão óbvia. Quem nunca se deu conta da semelhança entre o nome do escritor tcheco Franz Kafka (1883-1924) e o do acepipe árabe? Quantos de nós, logo após pensar nisso, descartamos o trocadilho como tolo demais para merecer um enunciado?

Até este ponto o caso conserva sua aparente simplicidade binária. Dizem os governistas: tropeço banal, o cara estava nervoso, pode acontecer com qualquer um. Não é bem assim, insistem os gozadores. Convém lembrar que Weintraub é —pois é— ministro da Educação.

Aí a trama começa a se adensar. Se há inegável malícia e talvez até maus modos no riso fácil com um escorregão desse tipo, o ministro não pode fugir às responsabilidades do cargo. Não poderia em lugar nenhum do mundo, que dirá num país que vai definhando à míngua de educação, como no sertão nordestino definham lavoura e criação por falta de chuva.

A cadeira ocupada por Weintraub exige um estofamento mínimo. Seria ridículo sugerir que os titulares da pasta, sobretudo nos últimos tempos, foram todos pessoas de excelente formação. Contudo, é fato que nenhum deles "insituiu" o público a ler Kafka ou comer Kafka, nem passou as verbas do ensino pelo moedor de carne. Entre o imenso Paulo Freire e o mais despreparado dos professores, estende-se um rico leque de possibilidades. Não se trata de esnobismo intelectual. Kafka é um dos raros escritores que fazem parte do repertório cultural médio da sociedade. Nesse quesito, é o mais bem-sucedido do século 20, léguas à frente de Marcel Proust e James Joyce.

Ou seja, para citar Kafka ninguém precisa tê-lo lido nem sequer saber por alto quando ou em que região do mundo ele viveu. "Kafkiano", adjetivo da linguagem comum, quer dizer o que "evoca uma atmosfera de pesadelo, de absurdo, especialmente em um contexto burocrático que escapa a qualquer lógica ou racionalidade" (Houaiss).

Na mosca. Weintraub se referia ao processo administrativo que sofreu na universidade, comparando-o à burocracia insondável do genial romance "O Processo". Para isso não precisaria —ninguém precisa— ter lido o livro. Kafka é figurinha tão fácil quanto o árabe da esquina.

E ainda não falamos da barata, que nem barata era. O "monstruoso inseto repulsivo" em que Gregor Samsa acorda transformado, na também genial novela "A Metamorfose", nunca é nomeado direito. Pela descrição, parece estar mais para um besourão, talvez um rola-bosta. Em todo caso, foi a barata que ficou na cabeça de todo mundo. Figurinhas fáceis são assim.

Eis por que apontar o erro do ministro é o oposto de esnobismo intelectual. Digamos que, sendo formado em economia, uma das poucas ciências humanas que sua turma não teme e execra, ele nem precisasse ter lido Kafka para estar no cargo. Por que, então, tentar passar pelo que não é?

Ao acordar certa manhã de sonhos intranquilos, Abraham Weintraub se viu transformado em sua cama em ministro da Educação. Kafkiano, bicho.

Passemos à análise segundo o escopo teórico da Teoria Semiolinguística. Neste texto opinativo, o EU comunicante [EUC] – Sérgio Rodrigues – tenta traduzir o mundo para o TU interpretante [TUi] – o leitor de seus artigos –, passando de um mundo real para um mundo significado (representado). Cabe ao TUi entender o mundo (res)significado, através da

identificação do sentido das palavras, sintagmas, proposições e suas regras de combinação, levando-os à compreensão de um sentido literal ou explícito, ou seja, a uma visão referencial do mundo citado, mas também deverá interpretar o sentido social das palavras, o que o levará a um sentido indireto ou implícito, ou seja, à intencionalidade do EUC.

Conforme Charaudeau (2008), no processo de produção do discurso, o EUC é concebido como testemunha do mundo real, dotado de identidade e de estatuto, capaz de discursivamente engendrar o EU enunciador – [EUE], o qual imagina um TU destinatário – [TUD] (leitor ideal), e se comunica com ele. No processo de interpretação, o TU interpretante – TUi (ouvinte/leitor real) constrói a imagem de um [EUE] (falante/escritor ideal) a partir das estratégias utilizadas por ele e, dessa forma, formula hipóteses sobre o EUC (falante/escritor real), por meio de inferências, importantes no processo de interpretação do sentido.

No artigo de opinião, *A metamorfose de W.*, verificamos a intencionalidade do EUC a partir da intertextualidade que se estabelece, no título e subtítulo de seu artigo, com a obra *A Metamorfose*, do escritor tcheco Franz Kafka.

O EUC constrói a imagem de um EUE, que narra no primeiro parágrafo do texto a gafe cometida pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao trocar o sobrenome do escritor Franz Kafka por “Kafta”.

Ao selecionar a expressão referencial: “O livro do Kafta”, essa escolha do termo é intencional e representa um posicionamento político-ideológico do EUC, no que diz respeito à nomeação de Abraham Weintraub para ocupar o cargo de ministro da Educação e ter cometido tal gafe. Com essa escolha lexical para se referir a Weintraub, o EUE provoca um desconforto no leitor, promovendo sua reflexão, levando-o a questionar como um ministro de Estado, sobretudo da pasta da Educação, pode cometer um deslize dessa natureza. Observamos que as escolhas lexicais utilizadas pelo EUE no texto reforçam seu posicionamento.

Durante a progressão textual, o personagem *W.* sofre um processo de transformação, sendo descrito ironicamente pelo EUE, que o associa à metamorfose kafkiana, construindo, dessa forma, os efeitos de sentido que revelam uma opinião a respeito da polêmica gafe cometida.

Por meio das expressões referenciais selecionadas ao longo do texto, o EUE vai delineando a metamorfose sofrida pelo personagem *W.*, a saber: “Weintraub”, retomado pelas anáforas diretas: “o ministro da Educação”, em seguida por “uma autoridade”, depois por “Abraham Weintraub”, posteriormente por “o cara”, em que a ironia é trabalhada discursivamente e os efeitos irônicos vão sendo construídos no e pelo texto, com valor argumentativo bastante produtivo.

Ainda no que diz respeito às escolhas lexicais, a troca de “Kafka” por “kafta” foi retomada pelas seguintes expressões referenciais: “o caso”, a “gafe”, depois por “deslize”, “pastelão”, “o trocadilho”, “tropeço banal” e o “escorregão”. Essa seleção lexical corrobora o posicionamento crítico do enunciador, que tenta convencer seu interlocutor de que o erro cometido por Weintraub seria um erro banal, caso ele não ocupasse o mais alto cargo público da Educação.

Verificamos ainda que o léxico para designar os insetos no texto, a saber: “barata”, “monstruoso inseto repulsivo”, “besourão”, “rola-bosta” reforça sua argumentatividade, por meio de um processo inverso, ou seja, ironicamente, deixa nos implícitos, a imagem contrária àquela em que o ministro gostaria de se transformar: um intelectual e ministro da Educação respeitado, mas que, tal como ocorre em *A metamorfose*, não consegue alcançar tal objetivo.

No que se refere ao modo de organização enunciativo, verificamos que o texto apresenta marcas explícitas do posicionamento do EUE tanto com relação a seu interlocutor (comportamento alocutivo) quanto em relação ao que ele mesmo diz (comportamento elocutivo), além de apresentar, em vários momentos, o comportamento delocutivo, mais objetivo e característico dos gêneros jornalísticos, que tentam promover o apagamento do ponto de vista do enunciador no texto.

Observamos no segundo parágrafo, que o EUE apresenta argumentos que a princípio parecem mantê-lo neutro quanto à situação narrada. Refere-se aos “críticos” e aos “apoiadores” como se fosse um observador externo, que não se encaixa em nenhum dos dois grupos, utilizando a modalidade delocutiva. Verificamos como o EUE apresenta no discurso relatado, característico dessa modalidade, os argumentos que irão nortear a construção de sentidos no texto. Vejamos em (1):

(1) Uma autoridade comete uma gafe. Os críticos riem e saem espalhando a notícia nas redes com sádico deleite: "Viram que formidável?" Os apoiadores rebatem: "Seus oportunistas esnobes, foi só uma gafe".

Na passagem "Seus oportunistas esnobes, foi só uma gafe", o operador argumentativo em destaque tem por função indicar não apenas a força argumentativa do enunciado, como também a direção do raciocínio, como aponta (KOCH, 1992). Nesse contexto, o operador argumentativo “só” revela a conclusão dos “apoiadores” de Abraham Weintraub. Argumentativamente, essa posição se alinha à opinião dos governistas, quando atribuem à “gafe” do ministro a alcunha de “tropeço banal”, alegando que tal erro “pode acontecer com qualquer um”. Nesse trecho, a inserção de “outras vozes” - a voz dos “apoiadores” do ministro, a dos “governistas”, a dos “oportunistas” / “críticos” / “gozadores” – caracteriza o recurso da polifonia textual, também usada como uma estratégia de base argumentativa, que contribui para a construção do sentido e orienta o leitor para uma determinada conclusão. A partir dessas “outras vozes” elencadas, o EUE evidencia seu posicionamento contrário a elas e reforça sua crítica ao escolher o termo “escorregão” (que utiliza para a recategorização de “deslize”, apontado anteriormente), alegando que o ministro “não pode fugir às responsabilidades do cargo”.

Em seguida, no terceiro parágrafo, o EUE começa a explicitar seu posicionamento quanto aos argumentos apresentados em (1), utilizando a modalidade elocutiva e alocutiva, respectivamente, como verificamos em (2):

(2) No caso, o deslize de Abraham Weintraub foi puro pastelão, uma troca de letras infantil e boba de tão óbvia. Quem nunca se deu conta da semelhança entre o nome do escritor tcheco Franz Kafka (1883-1924) e o do acepipe árabe? Quantos de nós, logo após pensar nisso, descartamos o trocadilho como tolo demais para merecer um enunciado?

Inicialmente, apresenta em (2), um julgamento acerca do deslize de Weintraub: “foi puro pastelão” e, em seguida, utiliza a modalidade alocutiva, com os questionamentos apresentados, e incita seu interlocutor à reflexão, valendo-se, mais uma vez, da ironia como estratégia discursiva. Tal fato é ratificado em (3), quando por meio da modalidade elocutiva, o EUE manifesta explicitamente sua opinião por meio da locução adverbial “pois é”:

(3) Convém lembrar que Weintraub é —pois é— ministro da Educação.

A partir do quinto parágrafo “a trama começa a se adensar”. A partir dessa parte do texto, o autor conduz o leitor a fazer uma reflexão crítica acerca dos argumentos apresentados pelos apoiadores de Weintraub. Afinal, o deboche dos críticos “não se trata de esnobismo intelectual. Kafka é um dos raros escritores que fazem parte do repertório cultural médio da sociedade”. Vejamos (4):

(4) Não se trata de esnobismo intelectual. Kafka é um dos raros escritores que fazem parte do repertório cultural médio da sociedade. Nesse quesito, é o mais bem-sucedido do século 20, léguas à frente de Marcel Proust e James Joyce.

Por meio da modalidade delocutiva, o EUE ressalta em (4) a mediocridade do ministro pela gafe cometida; confere ao texto um tom mais informativo, situando o escritor tcheco como fazendo parte do repertório médio da sociedade e o mais bem sucedido do século 20, à frente de Proust e Joyce. Ao mesmo tempo, atribui aos leitores da obra *A Metamorfose* grau mediano de intelectualidade, além de citar sua popularização no Brasil, pela utilização do adjetivo kafkiano, dicionarizado no (Houaiss).

Durante todo o processo de construção de sentidos, o EUE vai tentando convencer seu interlocutor sobre a incapacidade intelectual do ministro Weintraub de estar à frente da pasta da Educação. Apresenta-a no processo de intertextualidade com *A Metamorfose* de Kafka, comparando-o a um ser repulsivo, que amanhece ministro sem ter a menor competência intelectual para ocupar esse cargo. Evoca as crises à frente do ministério da Educação, sendo a principal delas o corte de 30% nas verbas das universidades, além de uma sucessão de erros de ortografia, nas manifestações em redes sociais. Vejamos como o EUE, utilizando ainda a modalidade delocutiva, faz alusão a este contexto:

(5) Contudo, é fato que nenhum deles "insitou" o público a ler cafta ou comer Kafka, nem passou as verbas do ensino pelo moedor de carne.

Como podemos perceber no excerto (5), o EUE emprega “insitar” em lugar da forma correta do verbo “incitar”, em referência a um erro de grafia cometido pelo próprio ministro, e utiliza a metáfora “passou as verbas do ensino pelo moedor de carne”, remetendo ao corte de verbas realizado pelo ministro, associando-o à carne moída usada na preparação da cafta (tais fatos mencionados requerem do leitor conhecimento de mundo necessário à compreensão do texto).

O EUE demonstra o propósito comunicativo do EUC, ao ressaltar que Weintraub foi alçado ao cargo de ministro da Educação de forma surreal,

uma vez que é desqualificado para assumir tal cadeira, cujo assento requer um “estofo mínimo”, nesse caso, a expressão é utilizada como uma metáfora para definir o conhecimento necessário a quem ocupa o mais alto e relevante cargo no ministério da Educação.

De forma delocutiva e com o testemunho de vozes dos apoiadores, o trecho seguinte critica também os fiéis governistas e seguidores do ministro. Vejamos em (6):

(6) (...) Dizem os governistas: tropeço banal, o cara estava nervoso, pode acontecer com qualquer um. Não é bem assim, insistem os gozadores(...)

No excerto (7), observamos que o EUE, nas modalidades delocutiva e alocutiva no final do parágrafo, ressalta que Weintraub não tem gabarito para ser ministro da Educação e constrói a figura do ministro dissimulado, que tenta passar pelo que não é, e como mais um que aceita ocupar um cargo mesmo sem possuir as competências necessárias para tal.

(7) Eis por que apontar o erro do ministro é o oposto de esnobismo intelectual. Digamos que, sendo formado em economia, uma das poucas ciências humanas que sua turma não teme e execra, ele nem precisasse ter lido Kafka para estar no cargo. Por que, então, tentar passar pelo que não é?

Enfim, como pudemos observar, o modo de organização enunciativo de forma mais explícita ou menos explícita apresenta as impressões pessoais do enunciativo, mostrando a maneira como o sujeito encena seu projeto de dizer e revela o seu propósito comunicativo.

Considerações finais

Nossa análise procurou demonstrar que o modo enunciativo de organização do discurso, no artigo de opinião de Sérgio Rodrigues, manifesta-

se mediante as três modalidades enunciativas descritas por Charaudeau (2008): elocutiva, alocutiva e delocutiva.

Na modalidade elocutiva, o enunciador apresenta explicitamente seu ponto de vista sobre o mundo, tecendo avaliação, emitindo opinião sobre o que enuncia; na modalidade alocutiva, implica o destinatário, incitando-o a se engajar em seu projeto de dizer, estabelecendo uma relação de influência; na modalidade delocutiva, utiliza o discurso relatado, como recurso característico dessa modalidade, como o ponto de partida para o desenvolvimento discursivo-argumentativo no texto.

Esses comportamentos enunciativos observados no texto produzem um efeito de proximidade e de intimidade entre enunciador e interlocutor, como se ambos estivessem dialogando acerca do tema polêmico apresentado.

A intertextualidade com a obra *A Metamorfose* de Franz Kafka, trabalhada no texto, sob a perspectiva da ironia como estratégia discursiva e argumentativa, dá o tom de humor com que o enunciador apresenta sua avaliação crítica, na tessitura textual.

Dessa forma, também é possível captar o *ethos* discursivo do enunciador (imagem construída no interior do discurso), como o de uma pessoa bem-humorada, disposta a interagir e problematizar questões polêmicas com seus leitores, de forma crítica, mas leve e divertida.

Enfim, a TS de Charaudeau (2008) oferece muitas possibilidades de investigação e reflexão sobre as estratégias linguístico-discursivas de construção de sentidos no texto.

Esperamos que a análise deste artigo de opinião permita ao leitor ter uma visão mais ampla das estratégias construtoras de sentidos do texto, por meio da análise do modo de organização enunciativo, e que contribua para a ampliação da capacidade de reflexão sobre a língua em funcionamento e a melhoria dos processos conscientes de leitura, compreensão e interpretação de variados gêneros textuais.

Referências

BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, v. 7, n. 13, p. 1-12, ago. 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opinioao.pdf>. Acesso em 20 out. 2017.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2009.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 11- 30, 2007,

_____. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. Tradução e adaptação de CORRÊA *et alii*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CORTEZ, S. L.; KOCH, I. G. V. A construção do ponto de vista por meio de formas referenciais. In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. (Org.). **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, p. 9-29, 2013.

LINS, M. P. da. A ironia na construção do processo de criação do humor: uma análise de atos de linguagem de confronto em tiras de Mafalda. In: **SABERES Letras**. Vitória, v. 6, n. 1, set./dez. p.68-84, 2008.

Machado, I.L. A narrativa de si e a ironia: um estudo de caso à luz da Análise do Discurso. IN: **Cadernos Discursivos**. Catalão. Go, v. 1, n.1, p.1-16, ago./dez. 2013.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2014 [2005], p. 152-183.

RODRIGUES, S. A metamorfose de *W*. **Folha de S.Paulo**. Rio de Janeiro, 9 mai. 2019. Caderno Cotidiano. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2019/05/a-metamorfose-de-w.shtml>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

A construção conectora argumentativa [p(a)ra lá de X]: uma análise baseada no uso

The argumentative connecting construction [p(a)ra lá de X]: an usage-based analysis

Mariangela Rios de Oliveira*
Vanessa Barbosa de Paula**

RESUMO

Investigamos, neste artigo, a construção conectora argumentativa formada pelas subpartes *para*, *lá* e *de*, acrescidas de um elemento X, que pode ser um nome abstrato ou uma oração reduzida de infinitivo, codificada como [p(a)ra lá de X]_{CA}. Essa construção se distribui em dois subgrupos, a depender do preenchimento de X. Fundamentados na Linguística Funcional Centrada no Uso, nos termos de Traugott e Trousdale (2013) e Hilpert (2014), entre outros, assumimos que esse esquema se configura como membro da classe dos conectores argumentativos do português, passando a competir com outros membros dessa categoria pela instanciamento no uso contemporâneo. Em análise qualitativa, constatamos que [p(a)ra lá de X]_{CA} é uma construção complexa, parcialmente esquemática e composicional, pouco produtiva na língua, cumpridora de função gramatical, instanciada como mais uma estratégia de convencimento à disposição dos usuários.

Palavras-chave: Construção gramatical; [p(a)ra lá de X]; conexão argumentativa.

Recebido em 29 de abril de 2020

Aceito em 6 de agosto de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.404>

*Universidade Federal Fluminense / Universidade do Estado do Rio de Janeiro / CNPq / Faperj, mariangelariosdeoliveira@gmail.com, orcid.org/0000-0002-1474-281X

**Universidade Federal Fluminense, vanessabdepaula@hotmail.com, orcid.org/0000-0001-6859-5328

ABSTRACT

In this article, we investigate the argumentative connecting construction formed by the subparts *para*, *lá* and *de*, plus an element X, which can be an abstract name or a reduced infinitive sentence, coded as [p(a)ra lá de X]_{CA}. This construction is divided into two subgroups, depending on the completion of X. From the perspective of Usage-Based Linguistics, in terms of Traugott and Trousdale (2013) and Hilpert (2014), among others, we assume that this scheme is configured as a member of class of argumentative connectors of Portuguese, competing with other members of this category for instantiation in contemporary use. In qualitative analysis, we found that [p(a)ra lá de X]_{CA} is a complex construction, partially schematic and compositional, not very productive in the language, fulfilling a grammatical function, instantiated as another strategy of persuasion available to users.

Keywords: Grammatical construction; [p(a)ra lá de X]; argumentative connection.

Introdução

Neste artigo, tomamos como objeto de pesquisa uma específica construção, nos termos de Goldberg (1995; 2006) e Croft (2001), integrada pelas subpartes *para*, *lá*, *de*, acrescidas de um elemento X, que pode ser expresso por intermédio de um nome abstrato, como em (1), ou de uma oração reduzida de infinitivo, como em (2). Essa construção, cuja função maior é a conexão argumentativa (CA), é por nós codificada como [p(a)ra lá de X]_{CA} e desdobra-se em dois subesquemas, a depender da natureza morfossintática de X:

(1) *Para lá da democracia avançada* estará o socialismo, também aí sumariamente caracterizado. Por fim, virá o comunismo, «sonho milenário da humanidade progressista, sociedade sem classes, sociedade de abundância, de igualdade social, de liberdade e de cultura para todos». Na verdade, também esta genial inovação não foi produto de qualquer reflexão teórica. (http://www.ocomuneiro.com/nr04_02_AAVV.html)

(2) *Para lá de podermos continuar a disputar torneios*, agora também podemos tentar alcançar a fama através de cinco divisões. O problema da falta de competitividade está ultrapassado. (<http://www.fifauteam.com/pt/melhor-pior-de-fifa-13-ultimate-team/>)

Os trechos destacados nos fragmentos acima ilustram instâncias da construção em análise. Em ambos os contextos, as sequências são do tipo dissertativo, conforme Marcuschi (2002). Nesses fragmentos, ***Para lá da democracia avançada*** e ***Para lá de podermos continuar a disputar torneios***, em posição inicial de período, constituem articulações que concorrem para a conexão textual, no estabelecimento de relação avaliativo-argumentativa, assinalando a adição de motivos para a defesa do ponto de vista do locutor. Esse tipo de ordenação sintática confere a tais instâncias de uso o papel de adicionar, gradativamente, argumentos ao que é defendido, estabelecendo-se assim, um tipo de sequenciação hierárquica, que destaca e serializa as justificativas apresentadas na exposição da opinião.

Em (1), ***Para lá da democracia avançada*** se antepõe a *estará o socialismo*; no período seguinte, a série argumentativa continua com *Por fim, virá o comunismo*. Estabelece-se assim o gradiente *democracia avançada* < *socialismo* < *comunismo*, num tipo de conexão textual que concorre para a tese defendida. No fragmento (2), para chegar à conclusão de que *O problema da falta de competitividade está ultrapassado*, o locutor apresenta dois argumentos no período inicial: ***Para lá de podermos continuar a disputar torneios, agora também podemos tentar alcançar a fama através de cinco divisões***.

Na pesquisa da [p(a)ra lá de X]_{CA}, adotamos os pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), com base em Traugott e Trousdale (2013), Hilpert (2014) e Bybee (2010; 2015), entre outros. Esse aparato teórico conjuga o arcabouço do Funcionalismo à abordagem construcional da gramática, de vertente cognitivista, nos termos de Goldberg (1995; 2006) e Croft (2001).

Assumimos, neste artigo, que a [p(a)ra lá de X]_{CA} é uma construção gramatical, complexa e parcialmente esquemática. Trata-se de um pareamento semântico-sintático instanciando no português contemporâneo do Brasil e que integra o paradigma dos conectores argumentativos, competindo pelo uso com outros membros dessa categoria, como *além disso* e *além do mais*. Consideramos ainda que a natureza morfológica de X, se um nome

abstrato, como em (1), ou uma oração reduzida de infinito, como em (2), confere subfuncionalidades a essa construção. Assim, sendo a subparte X um nome abstrato, o papel argumentativo da construção se articula ao conteúdo proposicional da oração que integra; já sendo X uma oração reduzida, a relação argumentativa é feita com outro conteúdo proposicional, que está justamente na segunda oração. Em outros termos, distingue-se o escopo do nexu argumentativo articulado.

Em termos metodológicos, utilizamos como fonte de pesquisa a nova adição ao *site Corpus do Português* (2016)¹. Essa base de dados (*Now*) é constituída por páginas da *web* de quatro países de língua portuguesa, a saber, Brasil, Portugal, Angola e Moçambique, recolhidas entre os anos de 2013 e 2014. Na coleta das ocorrências que compõem o *corpus* analisado neste artigo, consideramos apenas as páginas que, de acordo com os critérios de seleção próprios do *Corpus do Português*, foram apresentadas como páginas do Brasil. Levantamos as primeiras 100 ocorrências da ordenação *p(a)ra lá de*, seguidas por elemento adverbial (como *para lá da rua* ou *para lá da meia-noite*), atributivo (como *para lá de elegante*) ou nominal/oracional reduzido, como as instâncias da construção que aqui analisamos. Após buscas empreendidas por instâncias da [p(a)ra lá de X]_{CA}, considerando também as possíveis contrações da preposição *de* com artigos, a partir dessas 100 ocorrências levantadas inicialmente, verificamos que 17 constituíam exemplares da [p(a)ra lá de X]_{CA}; esses são os dados sobre os quais nos debruçamos na seção de análise. Verificamos, pelo número de dados analisados face aos coletados, que se trata de construção de pouca produtividade na língua, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Até mesmo por conta do reduzido número de dados, nossas análises privilegiam o viés qualitativo, voltado para a interpretação desses usos, com foco nos contextos que os motivam, nas subpartes que compõem esse esquema, nos subtipos de conexão argumentativa articulados, com base nas propriedades de X, entre outros.

1 Disponível em <http://www.corpusdoportugues.org/>

Para dar conta de nossos objetivos, na sequência desta introdução, o presente artigo se distribui em quatro seções. Na primeira, apresentamos os fundamentos da LFCU que alicerçam nossas análises, privilegiando o viés construcional desse arcabouço teórico, a partir de nosso objeto de pesquisa, a [p(a)ra lá de X]_{CA}. Na segunda seção, tratamos mais especificamente da referida construção, com base na gradiência e na variabilidade, segundo Bybee (2010), que marcam as formações em torno das subpartes *para*, *lá*, *de* e *X*. A análise qualitativa das instâncias de uso dessa construção, com foco nos contextos motivadores e suas marcas constitutivas, se encontra na terceira seção. Por fim, na quarta seção, tecemos considerações com base nos resultados até agora obtidos com nossa pesquisa, ratificamos o lugar da [p(a)ra lá de X]_{CA} no paradigma gramatical do português e apresentamos perspectivas de continuidade da investigação dessa e de outras construções na língua.

1. Fundamentos da LFCU

A LFCU também é identificada como *Linguística Cognitivo-Funcional*, conforme Tomasello (1998). Essa tendência de análise compatibiliza pressupostos funcionalistas e cognitivistas na pesquisa dos usos da língua, bem como “parte do princípio de que há uma simbiose entre discurso e gramática: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente.” (CUNHA; BISPO e SILVA, 2013, p.14).

No que diz respeito ao objeto de interesse da LFCU, Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 17) afirmam:

Grosso modo, a Linguística Funcional Centrada no Uso inclui em sua agenda de pesquisa a investigação de temas relacionados à emergência e à regularização de padrões construcionais no nível da proposição – considerando fatores fonológicos, morfológicos e sintáticos – e do discurso multiproposicional – concentrando-se em aspectos linguísticos relativos à organização do texto (Givón, 2009). Para isso, busca identificar motivações discursivo-pragmáticas e semântico-cognitivas implicadas no uso desses padrões.

A trajetória que leva à convencionalização de modos de dizer que passam a constituir elementos gramaticais, tal como a construção que analisamos e suas instâncias de uso, tem a ver também, de acordo com Traugott e Dasher (2005), com *inferências sugeridas*². Ou seja, com negociações estabelecidas nas práticas interativas, em termos metonímicos e metafóricos, nas quais locutores convidam seus interlocutores a partilharem opiniões e pontos de vista. Para tanto, locutores se valem de recursos linguísticos já disponíveis, de sentido mais concreto e objetivo, que são reelaborados para novos fins, mais abstratos e (inter)subjetivos, obtendo, assim, a adesão dos interlocutores. Em termos de nosso objeto de pesquisa, inferências sugeridas motivam o pareamento de constituintes de base semântica espacial, como a preposição *para* e o advérbio *lá*, seguidos pela preposição *de*, aos quais se acrescenta uma subparte X, ocupada por nome abstrato ou oração no infinitivo. Esse arranjo, por conta de pressões de ordem discursiva e frequência de uso, motiva a formação de unidade semântico-sintático recrutada para o cumprimento de função textual, em prol da articulação de conexão argumentativa.

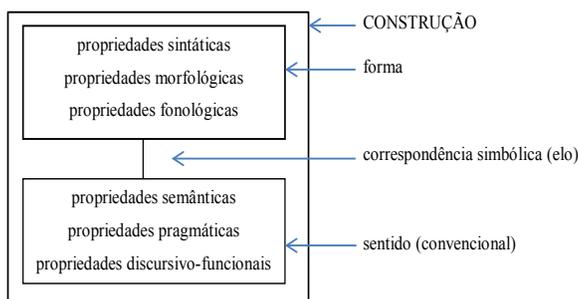
Aos estudos funcionalistas contemporâneos têm sido de grande valia as pesquisas cognitivistas desenvolvidas no âmbito da chamada *Gramática de construções* (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT 2001; CROFT E CRUSE, 2004; LANGACKER, 2008). O conceito de construção nesse enquadramento teórico, nos termos de Goldberg (1995, 2006), diz respeito ao pareamento/correspondência convencional de sentido e forma entre elementos da língua. Conforme tal perspectiva, o conteúdo de uma construção é convencionalizado na comunidade linguística, de tal sorte que é distinto da mera soma do conteúdo de cada uma das subpartes que a compõe. Nesse sentido, nosso objeto de estudo, a [p(a)ra lá de X]_{CA}, é tomada como uma construção ou, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), um esquema gramatical, porque cumpridor de função conectora, situada no nível procedural da língua.

2 No original, *invited inference*; também recebe, em português, a tradução *inferência convidada*.

Conforme Bergs e Diewald (2009), consideramos [p(a)ra lá de X]_{CA} como consequente de processo de construcionalização, ou seja, como pareamento forjado pela vinculação de partes mais independentes que, via frequência de uso em contextos específicos, acabam por se unir simbolicamente, em termos de sentido e forma, configurando uma unidade de nível mais alto, um novo nó no paradigma linguístico³.

Por conta do viés construcional assumido pela LFCU, concebemos a língua como uma rede de construções hierarquizadas e interconectadas, na qual se integram propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas. Orientado por tal concepção, Croft (2001, p.18) propõe o seguinte quadro esquemático, que especifica a correspondência simbólica entre traços semânticos e sintáticos de uma construção:

Quadro 1. Representação da construção segundo Croft (2001, p. 18)



A proposta de Croft (2001), sintetizada no Quadro 1, equilibra os eixos da forma e do sentido, superando a tendência de algumas análises

3 Como lidamos com dados do português contemporâneo, não podemos testar empiricamente esse pressuposto, mas assumimos, como hipótese, que assim se forjou a construção em análise, tal como constatado por outras pesquisas, como se encontra em Rosa (2019), Rocha (2016) e Teixeira (2015).

funcionalistas clássicas, que, em certa medida, priorizavam ou outro eixo. A esse respeito, Rosário e Oliveira (2016, p. 240) afirmam que

o mérito da proposta de Croft (2001) está também em permitir maior rigor à pesquisa nessa área, dado que se espera a detecção das seis propriedades referidas para a descrição interpretativa das construções, que se integram em rede de unidades convencionalizadas, denominada genericamente de *constructicon*.

Na esteira das pesquisas desenvolvidas na LFCU relacionadas ao estudo da língua em uso a partir da perspectiva construcional aqui referida, nossa investigação se volta para análise da [p(a)ra lá de X]_{CA}. Com base em Bybee (2010; 2015), interpretamos tal construção como um *chunk*, ou seja, um pareamento convencionalizado de conteúdo e forma, uma unidade sequencial e virtual forjada via repetição e ritualização de uso. Assim, a análise dessa construção deve levar em conta tanto suas propriedades formais (sintáticas, morfológicas e fonológicas) quanto suas propriedades funcionais (semânticas, pragmáticas e discursivas). Traugott e Trousdale (2013, p. 8) codificam esse pareamento como [[Forma] <---> [Conteúdo]], em que a seta bidirecional especifica a relação biunívoca entre forma e conteúdo, e os colchetes externos sinalizam que o pareamento é uma unidade convencionalizada.

Levando em conta fatores construcionais gradientes referidos por Traugott e Trousdale (2013), podemos classificar [p(a)ra lá de X]_{CA} como uma construção: a) parcialmente esquemática, porque formada por três partes fixas e preenchidas (*para, lá, de*) e por uma parte aberta, o *slot*⁴ X; b) reduzidamente produtiva, porque esse padrão de uso concorre com vários outros no paradigma dos conectores argumentativos do português e se instancia em sequências e contextos mais específicos e complexos, voltados

4 Na codificação construcional, o *slot* corresponde a uma subparte aberta, portadora de sentido, que pode ser preenchida por tipos específicos de constituintes. Quanto mais *slots* tem uma construção, tanto mais esquemática é.

para a argumentação e a persuasão; c) parcialmente composicional, porque ainda se encontram relativamente preservados alguns traços semânticos locativos das subpartes *para* e *lá*, conforme prevê o clássico subprincípio de persistência (HOPPER, 1991).

Adotando a proposta de hierarquia construcional de Traugott e Trousdale (2013), assumimos que [p(a)ra lá de X]_{CA} se classifica como um esquema, uma unidade em plano mais alto, que se distribui em dois subesquemas, ou duas subfamílias, como demonstrado no Figura 1:

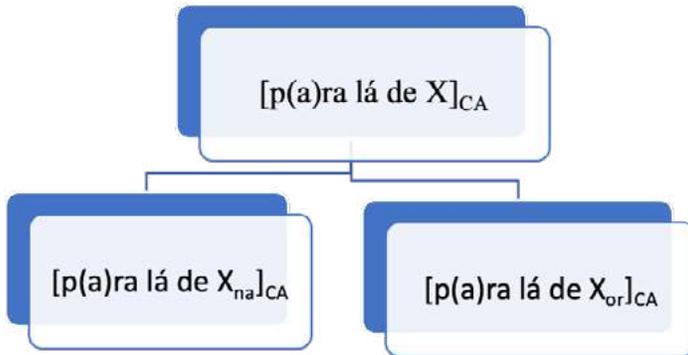


Figura 1. Hierarquia construcional da [p(a)ra lá de X]_{CA}. Fonte autoral

O nível superior da Figura 1 é ocupado pelo esquema maior, que corresponde também à funcionalidade mais ampla de conexão argumentativa. Formalmente, nesse esquema, registra-se o *slot* X, posição que pode ser ocupada por elementos de natureza morfossintática distinta. No segundo nível da Figura 1, o esquema se distribui em dois subesquemas, enquanto famílias mais específicas. À esquerda, tal como ilustramos no fragmento (1), se situam as construções que preenchem o *slot* X com nome abstrato; à direita, como exemplificado em (2), se encontra o grupo de construções que faz esse preenchimento com oração reduzida de infinitivo.

A disposição hierárquica ilustrada na Figura 1 demonstra ainda que todas as construções situadas no esquema partilham propriedades semântico-sintáticas e, por outro lado, a depender do nível em que se localizam, têm também suas especificidades, como demonstram Rosa e Oliveira (2020). Uma dessas especificidades é a de, ao se instanciarem no uso linguístico, sob forma de construtos, promoverem a conexão argumentativa em contexto intraoracional, no caso do subesquema [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA}, ou em contexto interoracional, articulando relação argumentativa com outro conteúdo proposicional, no tocante ao subesquema [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA}.

2. [p(a)ra lá de X]_{CA} – gradiência e variabilidade

A pesquisa da [p(a)ra lá de X]_{CA} no português ratifica a afirmação geral de Bybee (2010), segundo a qual as línguas exibem, a todo tempo, gradiência e variabilidade. A autora, que assume em sua análise uma perspectiva centrada no uso, faz analogia entre a língua e as dunas de areia. Tal como as dunas de areia, a estrutura linguística tem regularidade aparente; do mesmo modo que dunas se alteram continuamente em função do vento e de outros fenômenos atmosféricos, a gramática revela, em sua estabilidade natural e regular, aspectos de instabilidade e mudança, fazendo com que seja entendida como emergente.

Em termos de gradiência, [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA} está situada em ponto mais avançado de um *cline* de mudança linguística, motivado por pressões de ordem estrutural, ou metonímica, e semântica, ou metafórica, como assumido por Traugott e Dasher (2005). Como Oliveira e Paula (2019) demonstram, convivem hoje no português todos os pontos de aglomeração desses estágios, que culminam na construção por nós estudada. Essa convivência numa dada sincronia é justamente a gradiência a que Bybee (2010) se refere.

A motivação cognitiva de [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA} está no *localismo* (BATORÉO, 2000), ou seja, na concepção de que as relações espaciais fornecem a base semântica mais concreta e original para a expressão de

outras associações de sentido não-espacial. Na mesma linha, Ferrari (2011, p. 93) defende que *recorremos ao conhecimento de base experiencial relativo ao espaço e o projetamos para o domínio abstrato de tempo*. O localismo se expressa também na clássica derivação funcionalista *espaço > tempo > texto*, proposta por Traugott e Heine (1991), que expandem a articulação da dimensão temporal para a textual, na base da concepção de que relações lógico-textuais, próprias dos elementos gramaticais, têm sua fonte em elementos de sentido espacial e temporal, geralmente situados no léxico.

Das subpartes componentes do esquema por nós estudado, destacamos o locativo *lá*. Esse elemento tem como fonte o advérbio *lá*, usualmente empregado para fazer referência a local afastado do falante, contrapondo-se aos advérbios *aqui* e *cá*. O dicionário Aurélio (2010, p. 453), no verbete atribuído à palavra *lá*, menciona a construção *para lá de* com as seguintes acepções: “1. mais longe ou afastado que, além de. 2. Mais do que.” Essas informações nos parecem relevantes à pesquisa das instâncias de [p(a)ra lá de X]_{CA}, permitindo constatar a escala gradiente de que participa, face a construções com que se relaciona, tais como aquelas cujo *slot X* é ocupado por elemento adverbial ou atributivo, por exemplo, como será visto na Seção 2 deste artigo.

Essas constatações estão de acordo com o que Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) denominam de processo analógico *espaço > discurso*. Tal proposta, levando em conta nosso objeto de pesquisa, mostra-se adequada

para caracterizar um tipo de mudança muito comum nas línguas humanas, que leva elementos de valor espacial a assumir funções típicas de conjunção. Na base desse processo está o fato de que expressões de dados espaciais são mais elementares e concretas do que a indicação das relações textuais. (MARTELOTTA, 2003, p. 62)

Em termos experienciais e cognitivos, a relação apresentada acima pode ser pensada a partir de transferências entre domínios. Partimos de domínios concretos, baseados nas experiências dos falantes com o mundo físico, para domínios mais abstratos e subjetivos (LAKOFF; JOHNSON, 1999). Assim

orientados, para os objetivos da análise que desenvolvemos, defendemos ser válido estabelecermos um diálogo, guardadas as devidas proporções, com o estudo desenvolvido por Silva (2014), acerca da conceptualização de grau com base no conceito de localização. Segundo o referido autor,

O conceito de *localização* (vertical ou horizontal) aplicado metaforicamente à ideia intensiva dá-se devido à relação daquele com a percepção que temos não apenas quanto à posição superior/inferior/além/aquém dos seres e coisas no mundo, mas também com o fato de estes (as) se situarem num ponto considerado máximo ou além de um limite tomado como “normal”. (SILVA, 2014, p. 68)

Assim, assumimos que instâncias de uso de [p(a)ra lá de X]_{CA} abrem um espaço conceptual e o ampliam num outro, ultrapassando limites, como demonstrado nos comentários em relação aos fragmentos (1) e (2), anteriormente comentados

Na perspectiva da gradiência, como ilustra Venâncio (2015), temos hoje, em português, os seguintes usos mais objetivos e lexicais do arranjo formado por *para lá de X*, considerados ainda como cumpridores de função adjuntiva adverbial, em pareamentos mais composicionais, dado que cada subparte preserva os traços de sua categoria fonte:

(3) *O Rio nunca mais vai ter um autódromo, esqueçam. É preciso uma área muito grande, e só tem espaço na zona oeste, **para lá da Barra**, onde prédios e mais prédios são erguidos todos os dias, onde a especulação imobiliária é que manda. Falo disso no “Bom Dia, GP!”.* (Disponível em: <<http://flaviogomes.grandepremio.uol.com.br/2014/2014/11/ah-nao-diga-2/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.)

(4) *Agora essa, de substituir as duas melhores séries americanas dos últimos 15 anos, pelo Otávio. Foi de uma insensatez tremenda. Também não investia na série e as colocava **pra lá das 2 da manhã!!!** Otávio é ótimo e merecia até competir em horário mais nobre!!! Ou seja aposta o certo na*

hora e locais errados! (Disponível em: <<http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/30/na-estreia-publico-reclama-que-otavio-mesquita-substituiu-series-no-sbt.htm>>. Acesso em: 2 jan 2015)

(5) *Como o fotojornalista já está acostumado com essa prática no dia a dia, é ele o profissional requisitado ultimamente para cobrir as festas de casamento, tirar **pra lá de três mil fotos**, e depois criar um álbum com imagens conceituais e artísticas que estão mais para compor livro de arte.* (Disponível em: < <http://portaltagit.ne10.uol.com.br/cultura/17637/album-de-casamento-e-quase-um-livro-de-arte/>>. Acesso em: 18 set. 2014)

Apoiados no localismo e com base em Oliveira e Paula (2019), consideramos que em (3) temos o arranjo original de que derivam os demais no pareamento de *para lá de X*. Nesse fragmento, a última subparte é preenchida por termo espacial, na formação locativa *para lá da Barra*, que faz referência a um espaço distante e específico de uma região geográfica do Rio de Janeiro. Outros termos dessa sequência, como *Rio, autódromo, área, zona oeste e prédios*, concorrem para a conceptualização mais concreta de (3).

No fragmento (4), a objetividade e a concretude já estão diminuídas em *pra lá das 2 da manhã*, que passa a articular sentido temporal. Referentes como *últimos 15 anos, horário mais nobre* e *hora* concorrem, nesse dado, para ratificar a perspectivização temporal generalizada.

Em (5), temos *pra lá de três mil fotos*, em que o preenchimento de X por expressão quantitativa (*três mil fotos*) concorre para conferir a esse uso maior abstração. Por conta do sentido quantitativo, articula-se também certo sentido intensificador, uma vez esse arranjo atua para delinear e destacar o perfil do fotojornalista comentado no fragmento.

De acordo com Venâncio (2015), em pesquisa sincrônica, e como atestam Oliveira e Paula (2019), em pesquisa histórica, dos contextos ilustrados de (3) a (5), por inferências sugeridas, derivadas de pressões de ordem metonímica e metafórica, chega-se a uma construcionalização

gramatical, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Trata-se de um novo nó no *constructicon* do português, motivado pela fixação, na posição X, de elemento de natureza adjetiva, em usos como:

(6) *Adriana Lima, 33, foi flagrada em uma posição **para lá de indiscreta** por um paparazzi na sexta-feira (8). A modelo estava só de lingerie para gravar um comercial para a grife Victoria's Secret quando foi fotografada, ao lado de um carro conversível repleto de caixas de presente.* (Disponível em <http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2014/08/1499259-adriana-lima-exibe-derriere-em-comercial-de-lingerie-em-los-angeles.shtml>. Acesso em: 11 ag 2014)

(7) *A revista 'Sexy' divulgou as primeiras fotos sensuais da ex-BBB Clara Aguilar nesta quinta-feira (23). As imagens, que foram feitas em Nova York pelas lentes do fotógrafo Terry Richardson, esbanjam a beleza e sensualidade da loira em poses **para lá de quentes e ousadas**.* (Disponível em: <<http://www.redetv.uol.com.br/tvfama/post/46990/revista-divulga-fotos-quentes-de-ex-bbb-clara.html>>. Acesso 22 out. 2014)

Os elementos destacados nos fragmentos (6) e (7) nos mostram que, distintamente do que ocorre de (3) a (5), estamos agora diante de um arranjo mais integrado, em termos de sentido e forma, um pareamento mais esquemático e menos composicional. Ao se preencher X com termo atributivo (*indiscreta; quentes e ousadas*), a sequência *para lá de X* assume efetivamente sentido intensificador de grau, uma vez que o distanciamento, seja espacial (3), temporal (4) ou quantitativo (5), é agora perspectivizado como afastamento de um atributo, o que concorre para se efetive a construcionalização de um novo membro da classe dos intensificadores de grau. Assim, instanciada após um sintagma nominal, a construção escopa esse nome, qualificando-o intensamente, como termo periférico.

Como Venâncio (2015) e Oliveira e Paula (2019), assumimos que a construção formada com o preenchimento do *slot* X por termo adjetivo, em função intensificadora de grau, codificada como [p(a)ra lá de X_{adj}]_{IG}, passa

a integrar outro paradigma da língua, competindo pelo uso com membros dessa categoria, como *muito, demais, bastante, etc.* A paradigmática é considerada por Diewald e Smirnova (2012) como etapa final de trajetória de mudança linguística; nesse estágio, consolida-se um novo padrão de uso, que partilha traços com o sentido gramatical geral da categoria que passa a integrar e, por outro lado, contrasta com os membros da nova classe por traços distintivos que porta. Assim, assumimos que [p(a)ra lá de X_{adj}]_{IG}, como construção mais pesada, em termos de estrutura e de sentido face aos outros membros intensificadores de grau, é recrutado, principalmente em contextos de fala ou postagens de blogues, em sequências dissertativas, marcadas por maior informalidade e menor monitoramento. A consequência da paradigmática, com competição pela instanciação no uso linguístico, é o que Bybee (2010) considera como o traço da *variabilidade* linguística, anteriormente referida.

Além da construção intensificadora de grau, o maior vínculo de *para lá de*, em contextos específicos nos quais a subparte X é preenchida por nome abstrato ou oração infinitiva, acaba por convencionalizar um novo esquema na língua. Esse novo pareamento se constitui em construcionalização de nível gramatical mais avançado face às demais referidas nesta seção, e evidencia, também, a gradiência mencionada por Bybee (2010). Trata-se agora de uma construção de função conectora argumentativa, que se constitui no objeto deste artigo, tal como instanciada a seguir:

(8) *A ideia de passar por um segundo divórcio (ou separação) é aterradora -- envolve, **para lá da tristeza e do desapontamento**, a vergonha e a dificuldade em assumir outro fracasso perante a família e os amigos.* (<http://www.apsiologia.com/2006/03/casar-duas-vezes-com-mesma-pessoa.html>)

(9) *O jogador apenas necessita de introduzir as três variáveis de entrada e o programa faz tudo sozinho. Quando voltar a verificar a sua conta, poderá já ter mais alguns milhares de coins sem que se tenha esforçado para tal. A grande vantagem destes AutoBuyers, **para lá de poupar muito tempo** ao*

jogador, é a de efetuarem tudo com uma rapidez muito grande. (<http://www.fifauteam.com/pt/melhorpior-de-fifa-13-ultimate-team/>)

Como demonstram os fragmentos (8) e (9), estamos agora diante de um tipo de convencionalização gramatical que não mais está a serviço de expressão de circunstância, como em (3), (4) e (5), ou de grau intensificador, como em (6) e (7). Trata-se aqui da instanciação de um pareamento mais esquemático e menos composicional, de um efetivo *chunk* (BYBEE, 2010) que está a serviço de função lógico-textual, no nível gramatical mais convencionalizado, com atuação em prol da conexão argumentativa – a [p(a)ra lá de X]_{CA}.

De acordo com a Figura 1, apresentada na seção anterior, classificamos *para lá da tristeza e do desapontamento*, em (8), como instância do subesquema [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA}, na qual o slot X é preenchido por dois nomes abstratos coordenados (*tristeza* e *desapontamento*). Já em (9), temos a instanciação do subesquema [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA} em *para lá de poupar muito tempo*.

Ambas as ocorrências se situam em sequências dissertativas e concorrem, nesses contextos, para a articulação textual argumentativa. Em (8), o subesquema é instanciado na menção inicial aos prejuízos acarretados pelo divórcio, como *tristeza* e *desapontamento*, anunciando também outros prejuízos, como *vergonha* e *dificuldade em assumir outro fracasso*. No fragmento (9), o subesquema instancia a apresentação de vantagens a jogadores da internet: *poupar muito tempo*, renunciando ainda outra vantagem, com conteúdo proposicional distinto: *efetuarem tudo com uma rapidez muito grande*.

Conceituamos *conector* como qualquer elemento linguístico que estabelece a junção entre palavras ou porções de texto, participando da coesão (e coerência) textual, tal como as instâncias de uso da [p(a)ra lá de X]_{CA}. O *Dicionário Eletrônico Houaiss* [s/d] apresenta o termo *conector* como sinônimo de *conectivo*. Vejamos a definição:

s.m. 4 GRAM forma linguística que estabelece ligação entre dois termos de uma oração, ou entre orações num período (são as conjunções e os advérbios ou pronomes relativos); conector 5 LÓG termo (p.ex., ou, e, não), ou símbolo dele, que relaciona proposições de modo tal que a verdade ou inverdade da afirmação resultante é determinada pela verdade ou inverdade dos seus componentes

De acordo com Castilho (2010, p. 237), para funcionarem como conectores textuais, os elementos “devem ser expressões fóricas, por retomarem o que se disse e anunciarem o que se segue”, operacionalizando um movimento de retomada e outro de progressão textual. Dessa forma, conectores são responsáveis, nas palavras de Silva (2015, p. 87), “pelo processo de sequencialização textual, através do qual é possível construir interdependência semântica e/ou pragmática entre segmentos componentes de uma superfície textual”. É o que ocorre com [p(a)ra lá de X]_{CA} nos dados que compõem nosso *corpus* de análise, tal como ilustrado em (8) e (9).

Optamos pela nomenclatura *conector argumentativo* para a função maior da construção em análise porque, assim como Souza (2008), entendemos ser esse um termo de escopo mais amplo, atribuído aos elementos linguísticos que cumprem função de estabelecer conexão em ambientes contextuais voltados para o convencimento e a persuasão. Essa conexão pode ocorrer com menor escopo, como no caso do subesquema [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA}, ou atingir escopo maior, envolvendo a relação entre conteúdos proposicionais distintos, como no caso da [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA}.

Em termos de variabilidade, a paradigmática de [p(a)ra lá de X]_{CA} na classe dos conectores de subfunção⁵ argumentativa faz com esse esquema passe a competir pelo uso com outros membros de referida categoria, como

5 Como entendemos que há funcionalidades específicas articuladas pela conexão textual, optamos por assumir a argumentação como uma dessas funcionalidades, portanto, uma subfuncionalidade do domínio mais amplo da conexão textual operada pela construção em estudo.

além de, que também representa pareamento de fonte locativa. Tal como preconiza a abordagem funcionalista, na disputa pela instanciação na língua, esquemas mais complexos, em termos de forma e conteúdo, são mais recentes e mais *pesados*, por isso mesmo mais expressivos, constituindo-se em candidatos ótimos para contextos menos monitorados e mais informais em que prepondera maior força argumentativa. Assim, o uso de *além de* ou *para lá de* numa relação conectora argumentativa tem a ver com fatores de natureza intra e extralinguística em jogo na interação.

3. Análise qualitativa

Nesta seção, voltamo-nos para o tratamento interpretativo dos 17 dados de instâncias de uso do esquema [p(a)ra lá de X]_{CA}, levantados a partir dos 100 fragmentos da ordenação *para lá de* no *Corpus do Português*, como referido na parte introdutória deste artigo. O privilégio da metodologia qualitativa face à quantitativa deve-se ao reduzido número de ocorrências com que trabalhamos, o que impede que cheguemos, nesse momento, a maiores generalizações. Por outro lado, esses dados revelam padrões de ocorrência regulares e, com isso, permitem que possamos postular propriedades semântico-sintáticas comuns a tais usos.

Uma dessas regularidades é o fato de que [p(a)ra lá de X]_{CA} estabelece um tipo de conexão hierárquica, uma vez que promove relação entre o conteúdo articulado a um outro, em nível intra ou interoracional, ordenando-os sequencialmente. De acordo com Rosário (2016, p. 31), uma das premissas básicas da pesquisa funcionalista, tal como a que assumimos aqui, é que, “diante da necessidade de maior expressividade ou de um tipo de argumentação mais formal ou enfática, há a necessidade de criação de um arranjo sintático formal diferente dos esquemas já tradicionais que atenda a essa demanda”. Nesse sentido, entendemos que as instâncias de uso de [p(a)ra lá de X]_{CA} são motivadas pela necessidade de maior expressão e persuasão por parte do locutor, que antecipa e assinala a seu interlocutor, por intermédio de inferências

sugeridas (TRAUGOTT; DASHER, 2005), que será estabelecida uma relação argumentativa hierárquica, tal como observamos nas análises a seguir.

Nos ambientes contextuais que instanciam [p(a)ra lá de X]_{CA}, argumentos (preenchedores do *slot* X) são ordenados à frente de outros, com os quais se relacionam adicionalmente, firmando-se um tipo de gradação que ratifica o ponto de vista assumido e, conseqüentemente, as marcas argumentativas da sequência articulada. A disposição dos argumentos obedece a uma ordem de importância que não permite sua alteração sintática.

Esta seção parte dos dois subesquemas ilustrados na Figura 1, com base no entendimento de que se trata de grupos que partilham afinidades em relação ao padrão geral e que, por outro lado, têm suas especificidades, em termos funcionais e formais. Dos 17 dados em análise, a grande maioria, perfazendo 15 fragmentos, correspondem a instâncias de uso de [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA}. Esse é, portanto, o subesquema considerado mais regular e produtivo de [p(a)ra lá de X]_{CA}.

A seguir, apresentamos alguns desses fragmentos, nos quais a conexão argumentativa é articulada dentro da oração, com conteúdo proposicional aí referido. Detectamos que o nome abstrato a preencher o *slot* X pode ter configuração morfossintática diversa, como em:

(10) *Para lá da ironia, há qualquer coisa de “horível” nesse modo como metade duma vida é despachada, como se a morte real tivesse intervindo na sequência (não menos cruel) em que Henry falha a favor do filho (cujo retrato finge não reconhecer) a “conquista” da atriz, assumindo o comportamento que antes víamos no pai dele (e não o avô, personagem fabuloso, mas que já só em imagem emoldurada continua a presidir à decadência de Henry).* (<http://focorevistadecinema.com.br/FOCO1/benard-diabo.htm>)

(11) *Durante a lactação extensa, para lá do período de seis meses de amamentação exclusiva, há mudanças no volume e composição do leite materno.* http://www.healthcare.philips.com/br_pt/products/avent/breastfeeding/overview/breast_milk.wpd)

(12) ***Para lá das teias fisiológicas que entretecem o carro orgânico de que se vale o Espírito para o estágio educativo no mundo, é possível identificar os quadros obscuros de semelhantes desastres, nos quais as forças magnéticas desajustadas pelo pensamento em desgoverno assimilam forças magnéticas do mesmo teor, estabelecendo a alienação mental, que vai do tique à loucura, escalando por fobias e moléstias fantasma.*** (http://www.institutoandreluiz.org/nosso_lar_resumos.html)

Em (10), o construto ***Para lá da ironia***, em posição inicial de período e destacado por pausa, estabelece conexão argumentativa com a proposição *há qualquer coisa de “horível” nesse modo como metade duma vida é despachada*. Organiza-se, com essa disposição contextual, uma série correlativa, na qual se firma a gradação *ironia < qualquer coisa de horível*. Ao iniciar o fragmento com ***Para lá da ironia***, o locutor já estabelece com seu interlocutor o acordo para que fique atento ao que vem a seguir, bem como assinala ainda que esse conteúdo subsequente é tão importante quanto o primeiro, dado que este também se apresenta focalizado.

No fragmento (11), o período se inicia com o adjunto adverbial temporal *Durante a lactação extensa*, que topicaliza o período a que se refere todo o comentário. Na sequência, seguem-se informes acerca desse período, que se iniciam com ***para lá do período de seis meses de amamentação exclusiva*** e se seguem correlativamente com *mudanças no volume e composição do leite materno*. Assim, fica destacada que, durante a lactação extensa, há duas questões fundamentais: o período de amamentação exclusiva, fixado em seis meses, e as alterações no volume e na composição do leite materno. Interpretamos a configuração semântico-sintática do fragmento (11), como destacado por Rosário (2016), como conseqüente de maior expressividade por parte do locutor, na procura por alternativas que melhor codifiquem seus propósitos comunicativos. Nessa busca por maior expressão, ele se vale de estratégias de topicalização e de conexão argumentativa, lançando mão, entre outros recursos, da instanciação de [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA}.

Em (12), a complexidade semântica e morfossintática do preenchedor do *slot* X é maior, face a (10) e (11). Ao nome abstrato *teias filosóficas* se segue seu atributo, codificado pela oração adjetiva *que entretecem o carro orgânico*, que, por sua vez, é acrescido do complemento nominal oracional *de que se vale o Espírito para o estágio educativo no mundo*. Temos, assim, uma instanciação da [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA} revestida de maior complexidade e peso, em termos de sentido e forma: ***Para lá das teias fisiológicas que entretecem o carro orgânico de que se vale o Espírito para o estágio educativo no mundo***, que se correlaciona com a declaração seguinte: *é possível identificar os quadros obscuros de semelhantes desastres*, à qual também se seguem novos informes atributivos.

Portanto, constatamos que a complexidade referida se expande por todo o fragmento (12), organizado em torno de muitos referentes abstratos e vinculações sintáticas encaixadas.

Os fragmentos de (10) a (12) constatam que instâncias de uso de [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA} podem ocupar posição inicial ou medial na oração. Dos 15 fragmentos que compõem esse grupo, verificamos maior produtividade da posição medial, com nove dados, face à inicial, com seis dados. Embora trabalhando a partir de poucos fragmentos, como já destacamos, podemos atribuir essa tendência ao fato de que, sendo uma estratégia a serviço da conexão argumentativa, a instanciação da [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA} em meio ao que se declara e defende tende a promover maior destaque e força ao ponto de vista exposto, como em:

(13) *Amar a Igreja pressupõe sentir com ela, partilhar as suas alegrias e sofrimentos, viver na prática a gozosa realidade da comunhão dos santos, abrangendo, para lá da nossa geração, todos os que nos precederam.* (<http://www.pt.josemariaescriva.info/artigo/o-amor-e0-igreja-e-ao-papa-em-3ci3ecaminho3ci3e>)

(14) *Se aproximarmos tudo isto, dizia, teremos algumas razões para pensar que para lá da “simpatia” e da “felicidade” a que se refere Lubitsch, os*

sentimentos do realizador para consigo próprio e para com a humanidade em geral, eram tudo menos simpáticos e felizes e que Heaven Can Wait, se de fato foi pensado como despedida deste mundo, é uma das mais amargas despedidas que alguma vez alguém fez dele. (<http://focorevistadecinema.com.br/FOCOI/benard-diabo.htm>)

No fragmento (13), a inserção de ***para lá da nossa geração***, em meio ao comentário acerca da relação da humanidade com a Igreja, destaca a eternidade desse relacionamento. O locutor está se dirigindo aos interlocutores da sua geração, mas enfatiza a atemporalidade da relação do homem com os preceitos religiosos cristãos, por intermédio de específica conexão argumentativa, no estabelecimento de um tipo de correlação aditiva: ***para lá da nossa geração, todos os que nos precederam.***

Em (14), o locutor suspende sua declaração (*para pensar que*) e promove a inserção de ***para lá da “simpatia” e da “felicidade” a que se refere Lubitsc.*** Trata-se da entrada de um informe que focaliza dois termos, núcleos do *slot X*, *simpatia* e *felicidade*. Esses termos, na sequência do fragmento, são retomados numa associação correlativa que os desqualifica: *os sentimentos do realizador para consigo próprio e para com a humanidade em geral, eram tudo menos simpáticos e felizes*. Por intermédio de tal estratégia argumentativa, o locutor se vale de ironia, como que parafraseando, em tom jocoso, o que se dizia inicialmente.

Levando em conta Bybee (2010), podemos dizer que as instâncias de [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA}, ilustradas nos fragmentos aqui analisados, demonstram a gradiência e a variabilidade que caracterizam as línguas de modo geral. No tocante à gradiência, observamos que [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA} é um tipo de pareamento mais avançado, em termos funcionais e formais, do que outros arranjos em torno dos elementos *para*, *lá* e *de*, principalmente aqueles que preenchem o *slot X* com elemento adverbial, como apresentamos na Seção 2 deste artigo. A construção [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA} é um *chunk* mais convencionalizado do que os referidos arranjos e cumpre de papel em outro

nível da gramática, dado que atua em prol da conexão textual argumentativa, promovendo, também, um tipo de articulação correlativa.

No que concerne à variabilidade, os dados apresentados demonstram que [p(a)ra lá de X_{na-CA}] faz parte do paradigma dos conectores do português, passando a competir pela instanciação ao lado de outros de sentido correspondente, como *além de*, por exemplo. Conforme assume a pesquisa funcionalista, tal como defendido por Hopper (1991), consideramos que esse tipo de competição no nível paradigmático é consequente de trajetórias de mudança, que fazem com que, no caso específico da construção em análise, o arranjo *para lá de*, por intermédio de pressões contextuais de ordem metonímica e metafórica, formasse um *chunk* e resultasse numa *construcionalização gramatical*, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), em outros termos, na formação de um novo e inédito pareamento semântico-sintático na língua. A consequência é justamente a inserção de um novo constituinte em categoria gramatical, incrementando a variabilidade linguística.

Com relação ao subesquema [p(a)ra lá de X_{or-CA}], sua produtividade é muito baixa, detectada somente em dois dados, entre os 17 levantados. Retomamos a seguir esses dois dados, com a mesma numeração inicial, uma vez que já foram alvo de comentários expostos em outras seções deste artigo:

(2) ***Para lá de podermos continuar a disputar torneios, agora também podemos tentar alcançar a fama através de cinco divisões. O problema da falta de competitividade está ultrapassado.*** (<http://www.fifauteam.com/pt/melhor-pior-de-fifa-13-ultimate-team/>)

(9) *O jogador apenas necessita de introduzir as três variáveis de entrada e o programa faz tudo sozinho. Quando voltar a verificar a sua conta, poderá já ter mais alguns milhares de coins sem que se tenha esforçado para tal. A grande vantagem destes AutoBuyers, **para lá de poupar muito tempo** ao jogador, é a de efetuarem tudo com uma rapidez muito grande.* (<http://www.fifauteam.com/pt/melhor-pior-de-fifa-13-ultimate-team/>)

Como podemos observar, a conexão argumentativa deflagrada pela instanciação de [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA} nos fragmentos (2) e (9) tem seu escopo ampliado, uma vez que, agora, a articulação textual ocorre entre orações. Os usos destacados em (2) e (9) estabelecem relação avaliativo-argumentativa com outro conteúdo proposicional. Assim, firmam-se os pares correlativos: ***podermos continuar a disputar torneios - podemos tentar alcançar a fama através de cinco divisões*** (2) e ***poupar muito tempo ao jogador - efetuarem tudo com uma rapidez muito grande*** (3).

Comparados os dois subesquemas, a partir dos pressupostos da LFCU, consideramos [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA} um padrão mais pesado e expressivo em relação a [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA}. O fato de preencher o *slot* X com elemento oracional infinitivo, firmando conexão com conteúdo proposicional situado em outra oração, confere às instâncias de uso de [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA} maior densidade e escopo, em termos funcionais e estruturais. Trata-se, portanto, de um recurso altamente expressivo para propósitos argumentativos, ainda que as pesquisas apontem sua baixa produtividade.

Entre essas pesquisas, podemos citar a de Venâncio (2015), na qual foram levantados 386 dados do arranjo *para lá de*, seguido por elemento X, que poderia ser um elemento de base adverbial, adjetival ou verbal. O autor coleta esses usos em textos da modalidade escrita, veiculados na internet, em sites da plataforma *Uol*, no ano de 2014. Entre 386 dados pesquisados por Venâncio (2015), destaca-se a única ocorrência representativa de instanciação da [p(a)ra lá de X]_{CA}, mais especificamente pertencente ao subesquema [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA}, transcrita a seguir:

(15) ... *o Benfica é o clube mais bem sucedido na angariação de sócios no Mundo, acreditem que esta estratégia dos sócios é a maior força de clubes como o Benfica ou o Flamengo... ser sócio do Benfica dá-me muitas vantagens no dia a dia, para lá de ter 3 bilhetes gratuitos por ano (2 para o campeonato + 1 aniversário), tenho descontos na gasolina (Repsol), material desportivo da Adidas e em mais de 1000 instituições e empresas parceiras do clube, fica*

aqui uma pequena lista para terem noção das vantagens de se ser sócio...
(VENÂNCIO, 2015, p. 95)

Tal como observamos em (2) e (9), no fragmento (15), o locutor se utiliza de uma instância da [p(a)ra lá de X]_{or,CA} para argumentar a favor das vantagens de ser sócio de um grande clube de futebol. Nesse sentido correlacionam-se dois argumentos, dispostos em duas orações distintas, em gradação: *para lá de ter 3 bilhetes gratuitos por ano (2 para o campeonato + 1 aniversário), tenho descontos na gasolina (Repsol), material desportivo da Adidas e em mais de 1000 instituições e empresas parceiras do clube*. Com esse artifício textual, ganham relevo e peso os aspectos vantajosos de ser sócio de um grande clube esportivo. Mais do que mera enumeração de benefícios, a sequência assim organizada atua no convencimento dos interlocutores, de certa forma convidando-os a partilhar a apreciação vantajosa articulada, tal como teoricamente defendido por Traugott e Dasher (2005).

Os dados analisados nesta seção nos permitem ratificar que a relação de acréscimo argumentativo estabelecida pelas instâncias de uso de [p(a)ra lá de X]_{CA} anuncia uma informação que vai além, ultrapassa a anterior. Essa conexão argumentativa concorre ainda para que se estabeleça um tipo de correlação aditiva assimétrica, nos termos de Rosário (2016), uma vez que se fixa uma ordenação que dispõe os argumentos segundo determinado grau de relevância. Na figura a seguir, representamos graficamente esse movimento textual:



Figura 2. Correlação aditiva via [p(a)ra lá de X]_{CA}

Todos os 17 dados de instâncias de uso da construção por nós pesquisada podem ser dispostos segundo a sintaxe ilustrada pela Figura 2.

Levando em conta os dois subesquemas em que se distribui a [p(a)ra lá de X]_{CA}, podemos apontar duas distinções de ordem mais específica. Uma delas fica por conta do local em que se situa o argumento 2 – se dentro da mesma oração ou se em outra oração; a outra distinção está no tipo de núcleo dos argumentos 1 e 2 - se é um nome abstrato, no caso de [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA}, ou uma oração no infinitivo, no caso de [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA}.

Considerações finais

Os resultados por nós obtidos a partir da pesquisa da [p(a)ra lá de X]_{CA} demonstram que essa construção é hoje, na gramática do português, mais um membro da classe dos conectores argumentativos. Nos termos de Diewald e Smirnova (2012), trata-se de processo final de mudança linguística que culmina com a paradigmaticização, em que se convencionaliza e estabiliza um novo constituinte da gramática, com nova função e novo formato também.

Uma vez convencionalizada como um *chunk* cumpridor de função gramatical no nível da conexão textual, [p(a)ra lá de X]_{CA} porta traços gerais da categoria dos conectores, mais especificamente a dos argumentativos, e, por outro lado, tem ainda suas especificidades funcionais em relação aos demais membros dessa classe. Assim fixada no paradigma gramatical da língua, [p(a)ra lá de X]_{CA} passa a competir por instanciação com outros membros do paradigma, configurando a variabilidade dos usos linguísticos, como referida por Bybee (2010).

Os dados em análise demonstram que [p(a)ra lá de X]_{CA} é uma construção complexa, formada por quatro subpartes, sendo três específicas e um *slot* X; tal condição evidencia a relativa esquematicidade dessa construção. Observamos também que sua produtividade é baixa, uma vez que foi levantada em 17 ocorrências, entre 100 dados gerais do arranjo *para lá de*, acompanhado de constituintes de natureza morfossintática variada, coletados no *corpus* em análise. Em termos de composicionalidade, consideramos que esta também é relativa, uma vez que persistem traços da categoria fonte locativa em, pelo

menos, duas subpartes da construção: em *para* e, principalmente, em *lá*. Tal persistência confere a [p(a)ra lá de X]_{CA} a marca da sequencialização e da expansão, que, nesse caso, se abstratiza, atingindo a dimensão lógico-textual.

À conexão textual argumentativa, função maior da [p(a)ra lá de X]_{CA}, acrescenta-se a relação hierárquica. Por inferências sugeridas (TRAUGOTT, DASHER, 2005), a instanciação dessa construção já prenuncia a articulação de dois argumentos, num movimento contextual em que o locutor sinaliza e ordena dois blocos informacionais, em prol do convencimento do interlocutor.

Como demonstramos a partir das análises aqui realizadas, [p(a)ra lá de X]_{CA} é um esquema de nível mais alto que se distribui em dois subesquemas, como pareamentos mais específicos, do ponto de vista semântico e sintático. Assim, [p(a)ra lá de X_{na}]_{CA} articula conexão argumentativa com escopo mais reduzido, porque se faz no contexto da mesma oração, enquanto [p(a)ra lá de X_{or}]_{CA} opera a argumentação com escopo ampliado, uma vez que firma relação com outro conteúdo proposicional. As instâncias de uso de ambos os subesquemas são motivadas por seqüências tipológicas marcadas pela (inter) subjetividade, como as expositivas e dissertativas, em que se negociam pontos de vista e opiniões. Nesses contextos, os dados em análise aqui se configuram como mais uma estratégia a serviço de convencimento.

Os resultados que aqui apresentamos, numa abordagem qualitativa, com base em usos contemporâneos do português, ratificam que a agenda de pesquisa na LFCU é vasta e promissora. A vinculação da análise construcional às propriedades pragmáticas, discursivas e cognitivas do uso linguístico, seja em abordagem histórica ou com foco em sincronia específica, como a aqui realizada, concorre para um tratamento mais holístico dos dados. A combinação desses fatores tem demonstrado que: a) a mudança linguística resulta da combinação de motivações de ordem distinta; b) a mudança não é privativa de um só elemento, mas é contextualmente dependente e atinge outros itens do contexto de uso; c) uma vez convencionalizada uma nova construção na língua, amplia-se o *constructicon*, com a entrada de um novo

membro em paradigma gramatical existente; d) essa convencionalização fortalece a gradiência e a variabilidade que marcam os usos linguísticos. Em suma, como Oliveira (2019, p. 11), consideramos que “itens isolados não mudam, que são as propriedades e as relações estabelecidas em plano textual mais amplo as responsáveis pelo estabelecimento de motivações que levam à mudança linguística.”.

Referências

- BATORÉO, H. **Expressão do espaço no português europeu**: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BERGS, A.; DIEWALD, G. Contexts and constructions. In: BERGS, A.; DIEWADL, G. (ed). **Contexts and constructions**. Amsterdam: John Benjamins, 2009, p. 1-16.
- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. **Language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CASTILHO, A. T. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CROFT, W. **Radical construction grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W.; CRUSE, A. **Cognitive linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M.; CUNHA, M. **Linguística centrada no uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2013, p. 13-40.

DIEWALD, G; SMIRNOVA, E. “Paradigmatic integration”: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: DAVIDSE, K. *et al* (eds). **Grammaticalization and language change – new reflections**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2012, p.111-131.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GOLDBERG, A. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HEINE, B; CLAUDI, U; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HILPERT, M. **Construction grammar and its application to English**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. e HEINE, B. (ed) **Approaches to grammaticalization. Vol I. Focus on theoretical and methodological issues**, Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-36.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, versão 1.0, [s/d]. CD-ROM

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, R. **Cognitive grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org). **Gêneros textuais e ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARTELOTTA, M. E. A mudança linguística. In: CUNHA, M; OLIVEIRA, M; MARTELOTTA, M.E. (orgs). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003, p. 57-72.

OLIVEIRA, M. R. Análise funcional de conectivos em português: da abordagem clássica à construcional. In: **Revista de Letras**, Fortaleza, vol. 2, no. 38, p. 1-17, 2019.

OLIVEIRA, M. R.; PAULA, V. B. A construção intensificadora de grau [p(a)ra lá de X_{adj}] – trajetória, paradigmática e degeneração. In: **Diadorim**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 238-264, 2019.

ROCHA, R. A. **O esquema LocV_{conect}**: mudanças construcionais e construcionalização. 122 fls. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2016.

ROSA, F. S. L. **A mesoconstrução marcadora discursiva refreador-argumentativa**: uma análise cognitivo-funcional. 216 fls. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2019.

ROSA, F. S. L.; OLIVEIRA, M. R. “Alto lá”: a construcionalização de um marcador discursivo na língua portuguesa. In: **Working Papers em Linguística**, Santa Catarina, vol. 21, n. 1, p. 17-42, 2020.

ROSÁRIO, I. C. **Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional**. Niterói: Editora da UFF, 2016.

ROSÁRIO, I.; OLIVEIRA, M. **Funcionalismo e abordagem construcional da gramática**. São Paulo: Alfa, 2016, v. 60, p.233-259, 2016.

SILVA, A. F. **A construcionalização gramatical de “foi quando” como conector**. 285 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2015.

SILVA, J. **O grau em perspectiva**: uma abordagem centrada no uso. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, T. B. **Conectivos coordenativos portugueses**: por um estudo do sentido no universo textual. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2008.

TEIXEIRA, A. C. M. **A construção verbal marcadora discursiva VLocMD**: uma análise funcional centrada no uso. 297 fls. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2015.

TOMASELLO, M. **The new psychology of language**. New Jersey: Laurence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, E; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E; HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. Vol 1. Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VENÂNCIO, E. **Instanciações da microconstrução intensificadora “para lá de X” no português contemporâneo**. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2015.

Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties (1825), G. Hamonière: um guia de conversação em língua brasileira?

Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties (1825), G. Hamonière: a case of a brazilian language work?

Maria do Céu Fonseca*

RESUMO

Um texto publicado no Rio de Janeiro, no período de pós-Independência do país e dedicado à “conversação brasileira” suscita curiosidade no contexto da produção gramatical e metalinguística portuguesa; e, mais ainda, tratando-se de um guia de conversação bilingue pouco conhecido no quadro dos instrumentos de ensino que contribuíam para fixar usos de línguas estrangeiras. Pretende-se divulgar *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), de autor francês bem conhecido da gramaticografia de línguas estrangeiras, seguindo princípios da história das ideias linguísticas / historiografia linguística de filiação francesa (Sylvain Auroux) e anglo-saxónica (Konrad Koerner).

Palavras-chave: guias de conversação, língua portuguesa, século XIX.

ABSTRACT

A text concerning the “Brazilian conversation”, published in Rio de Janeiro during the country’s post-independence period, is considered of interest to the Portuguese grammatical and metalinguistic production; more so taking into account this text is

Recebido em 25 de maio de 2020.

Aceito em 13 de julho de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.435>

*Universidade de Évora, cf@uevora.pt, orcid.org/0000-0002-1335-2262

a bilingual conversation guide that is little-known within the framework of teaching instruments which contributed to establish the use of foreign languages. Hence, this paper aims to publicise *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), written by a French author well known in the field of foreign languages grammaticography, following principles of the history of linguistic ideas / linguistic historiography of French (Sylvain Auroux) and Anglo-Saxon (Konrad Koerner) affiliation.

Keywords: conversation manuals, Portuguese language, 19th century.

Apresentação

Pouco tempo depois da independência do Brasil, o francês G. Hamonière (1789-?) publica no Rio de Janeiro o *Guia da Conversação Brasileira e Franceza* (1825), anunciado com este título em português num catálogo das obras disponíveis na livraria e tipografia de Pierre Plancher (1779-1844), depois Plancher-Seignot sucessor, estabelecido no Brasil desde 1824. No quadro da produção de guias de conversação, cuja época de ouro em Portugal é o século XIX, há vários aspetos do contexto externo e interno desta obra que merecem ser analisados, tendo em vista o campo historiográfico dos materiais de ensino/aprendizagem de línguas europeias estrangeiras. Instrumentos típicos deste ensino são os guias de conversação, herdeiros da tradição textual dos diálogos escolares usados para a prática das línguas vulgares, sendo retomados os seus conteúdos relativos a diálogos, reportórios lexicais, vocabulários temáticos ou nomenclaturas e, por vezes, apontamentos de pronúncia.

O presente guia de Hamonière, autor bem conhecido no campo da gramaticografia de línguas estrangeiras, sobretudo românicas, situa-se numa rede de relações com outras obras do mesmo género, mas apresenta aspetos particulares interessantes. Faz parte de um catálogo do bem-sucedido tipógrafo francês Pierre Plancher com atividade no Rio de Janeiro. Trata-se do “Catalogue / de Librairie / De Pierre Plancher-Seignot, / Imprimeur-Libraire de Sa Majesté l’Empereur”, que foi publicado em extratos no periódico franco-brasileiro *L’Indépendant, Feuille de Commerce, Politique et Littéraire* (1827, Rio de Janeiro), criado pelo mesmo Plancher, tipógrafo, editor, livreiro e

periodista. Como adiante se verá, merece tal catálogo que se dedique alguma atenção ao número e teor dos seus títulos pela responsabilidade que cabe a Plancher na divulgação do pensamento gramatical europeu e na promoção de materiais (dicionários, gramáticas e guias de conversação) para a aprendizagem de línguas vivas estrangeiras. Que no recém-formado Estado brasileiro havia público para sustentar investimento assim diversificado em matérias e línguas, é facto assinalado pelo próprio editor na publicação em francês do jornal *L'Indépendant*. Na sua primeira edição, o Rio de Janeiro é apresentado como:

(...) véritable métropole de l'Amérique du Sud, point central des relations entre l'Inde, l'Europe et le Grand Océan Pacifique ; (...) où l'on voit un concours prodigieux d'Etrangers de tous les Pays dont le seul moyen de communication intellectuelle est le français ; (...) où toute personne dont l'esprit a reçu quelque culture, parle ou du moins entend et lit le français¹.

Ora, é precisamente o francês que está presente no confronto bilingue de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), de G. Hamonière, e é o francês que, embora de forma enviesada, constitui a língua de partida deste guia de conversação. Mais: apesar de guia bilingue, o francês é a metalíngua usada na identificação da obra, conforme folha de rosto reproduzida na Figura 1., a seguir; é a língua de organização alfabética do vocabulário, ainda que arrumada em coluna (da direita) reservada para a língua de chegada; e, já no contexto de dados da estrutura interna da obra, é o idioma que suscita um diálogo “Sobre o estudo da língua franceza / Sur l'étude de la langue française” (HAMONIERE, 1825, p. 70-72). Em parceria com o francês é anunciada no título uma “conversation brésilienne et française”. Na década de 20 do século XIX, esta conversação chamada

1 *L'Indépendant, Feuille de Commerce, Politique et Littéraire*, Rio de Janeiro, n.º 1, 21 Avril, 1827, p. 1. (<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700452>, consulta em maio de 2020). Neste fervilhar de pessoas e ideias, é de notar o papel das academias literárias como centros da vida cultural, que durante o século XVIII (sobretudo a partir da sua segunda metade) funcionaram no Rio de Janeiro, Baía e Minas Gerais.

de brasileira não pode deixar de evocar o seu contraponto ao lusitano e a polémica ‘brésilien-lusitanien’ que acompanhou durante o século a construção gramatical brasileira, como se verá no ponto 2. *infra*, em conformidade com princípios gerais conhecidos da pesquisa historiográfica (clima de opinião, exploração de fontes primárias, paradigmas epistemológicos, continuidades e descontinuidades do pensamento linguístico, cf. KOERNER, 2014).

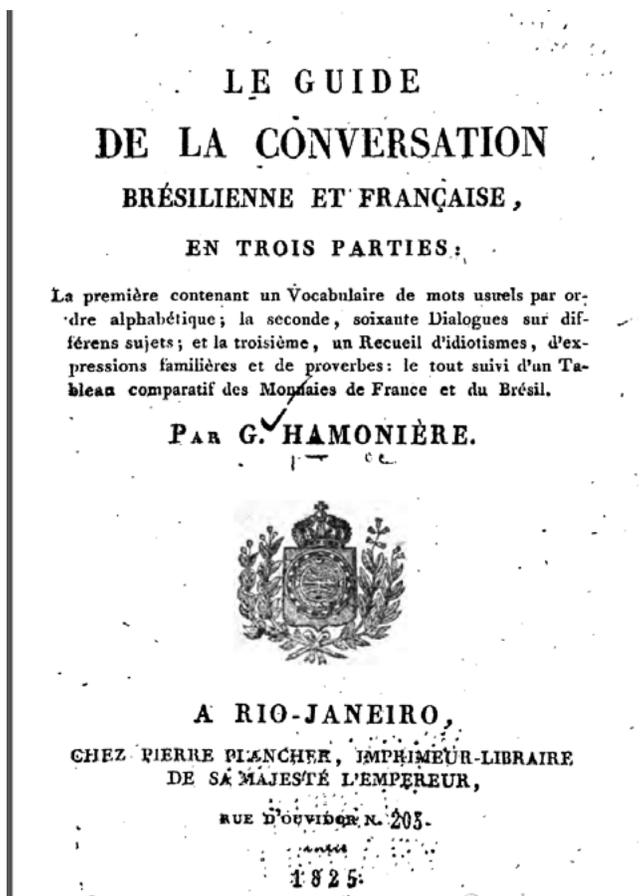


Figura 1. Folha de rosto de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), G. Hamonière

1. Características distintivas dos guias de conversação

Se é verdade que a gramática e o dicionário constituem os dois instrumentos básicos do processo de gramaticalização de uma língua (AUROUX, 1994, p. 109), é igualmente verdadeira a existência de outros instrumentos linguísticos que, a par daqueles ou antes deles², serviram propósitos de ensino, quer das línguas clássicas, quer das línguas vulgares (como L1 e L2). Titone (1968, p. 6) refere-se a manuais bilingues (grego/latim) usados para o ensino do grego no mundo romano, comparáveis “to our modern conversation handbooks”:

They begin with a Greek-Latin vocabular, first in alphabetical order, then semantically classified into capitula (...): there one finds names of gods and goddesses, of vegetables, fish, birds, and the like. There follows a series of very simple texts of a narrative or conversational character.

Noutro enquadramento cronológico e linguístico, Chevalier (1968, p. 134) descreve o ensino do francês no princípio do século XVI, assente em, por um lado, “les manuels de grammaire qui sont organisés autour de quelques règles” e, por outro, “les recueils de tours, d’expressions, de phrases qui se rapprochent soit du genre des Colloques soit d’un dictionnaire”. A estrutura descrita por Chevalier e Titone corresponde à tipificação dos livros de diálogos que se popularizaram no século XVI (cf. MASSEBIEAU, 1878) e que se situam na tradição dos manuais de conversação. Nestes termos, a resposta a uma pergunta como “What was a ‘conversation manual’?” (GALLAGHER, 2019, p. 67) tem de contemplar, qualquer que seja a tradição em estudo, os seguintes três traços distintivos da definição destes instrumentos preferenciais para uma abordagem comunicativa da língua estrangeira. São eles:

2 Note-se que “[w]hile two ingredients of language learning – vocabularies, and dialogues – were being widely used across Europe by the sixteenth century, in most cases written grammars of the vernacular languages did not yet exist” (MCLELLAND, 2017, p. 93).

- A natureza bi- ou plurilingue dos textos, registo que distingue os guias de conversação da generalidade das gramáticas de línguas estrangeiras³, às quais se aplica a característica apresentada por Thomas (2004, p. 83): “That the language the text describes differs from the language of the description marks these texts as L2 grammars”.
- Um segundo aspeto tem a ver com os conteúdos tripartidos em diálogos, uma secção gramatical mais ou menos desenvolvida e uma parte lexical do domínio de uma “pré-dicionarística bilingue” (VERDELHO, 2011, p. 17), relativa a vocabulários, nomenclaturas e coleções fraseológicas.
- Terceira característica, a autonomia relativamente a outros materiais, isto é, “[d]ifferent from stand-alone grammars and dictionaries (though conversation manuals commonly contained grammatical and/or lexicographical material), these were text which aimed to inculcate competence in reading, writing, and – crucially – speech” (GALLAGHER, 2019, p. 67).

Estas características configuram o género *manuals/guias de conversação*, correspondente ao que Sáez Rivera (2007: 1130) chama, na tradição espanhola dos séculos XVII e princípios de XVIII, *diálogo escolar* e classifica como “género prototípico de los métodos para aprender español [L2] en la época”, dada a sua exploração pedagógica ao nível do desenvolvimento de competências sociais, pragmáticas e linguísticas (lexicais e gramaticais). Dito de outra forma, são instrumentos didáticos “centrés quasi exclusivement sur la *compétence*, le plus souvent la compétence orale, parfois la production écrite” (DE CLERCQ, LIOCE & SWIGGERS, 2000, p. xix).

3 O registo bilingue não é típico das gramáticas de L2, embora ocorra; casos da gramática de português/francês de Rousseau (1705) ou de português/alemão de Meldola (1785).

Estes manuais entram numa categoria de textos não estritamente gramaticais destinados a um ensino de reduzido aparato teórico, rápido, prático e elementar de uma ou mais línguas modernas estrangeiras. Ao contrário das gramáticas e dicionários, que pressupõem níveis mais avançados de conhecimento da língua, estas obras são gramaticalmente incipientes, proveitosas “para aprender a ler, escrever, e falar”, como afirmou o flamengo Noël Berlaimont (1662: 9) no seu guia de conversação *Dictionariolum et colloquia* (1536)⁴, na medida em que têm “at its heart material that mimicked speech and could be employed in conversation by the reader”, como afirmou Gallagher (2019, p. 65) em relação à tradição inglesa do período de 1480-1715. Tornam-se, assim, instrumentos complementares do ensino estritamente gramatical de L2.

2. *Le guide de la conversation brésilienne et français, en trois parties* (1825): aspetos do contexto externo

Já atrás se aludiu ao papel formativo do editor e livreiro francês Pierre Plancher na divulgação de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), de G. Hamonière, publicado no Rio de Janeiro⁵. O apoio do monarca D. Pedro I, que lhe valeu o apregoado título de “impressor-livreiro de Sua Majestade o Imperador”, é fruto da sua chancela tipográfica em obras de natureza política e laudatória. A *Constituição Política do Império do Brasil* (1824) ou a *Relação dos públicos festejos que tiveram lugar do 1. de Abril até 9. Pelo feliz regresso de SS.MM.II., e A.I. voltando da Bahia à Corte Imperial do Rio de Janeiro* (1826), obras saídas da tipografia

4 O manual *Colloquia* (1536) de Berlaimont, originalmente bilingue (francês e flamengo), apresenta uma tradição editorial que se tornou plurilingue até meados do século XVIII. O português foi introduzido numa das versões octolíngues, em confronto interlinguístico com o francês, flamengo, alemão, espanhol, italiano, inglês e latim.

5 Para o que agora interessa, informações sobre o mercado editorial brasileiro e luso-brasileiro poderão encontrar-se em Cooper-Richet (2009, p. 539-555) e Lopes (2001, p. 360-371).

de Plancher e anunciadas no “Catalogue / de Librairie / De Pierre Plancher-Seignot, / Imprimeur-Libraire de Sa Majesté l’Empereur”, são ilustrativas da rede de influências que o francês criou nos anos imediatos à Independência.

No quadro do guia de conversação mencionado, interessa salientar a importância de outros títulos do mesmo catálogo na construção cultural do país, especificamente no sector da língua, literatura e cultura estrangeiras. Na bagagem que Plancher trouxera de Paris vieram vários tipos de obras gramaticais de autores da modernidade europeia, que o livreiro anunciava como disponíveis para venda na sua livraria carioca. Um de natureza doutrinária, outras de índole didática mais próximas da gramática prática, todas veiculavam os rumos do pensamento gramatical pós-portroyalino que, à volta das relações entre lógica, língua e gramática, provocou reformas gramaticais. No campo do pedagogismo de L2, recordem-se as *nouvelle méthode* de italiano e espanhol do portroyalino Claude Lancelot⁶. No Brasil, ao mesmo tempo que a tipografia Plancher trazia a público o *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), a livraria Plancher comercializava obras do campo da lexicografia e da gramaticografia de L2. Comece-se por alguns dos dicionários apresentados no “Catalogue / de Librairie / De Pierre Plancher-Seignot”⁷:

- *A Dictionary of the Portuguese and English languages, in two parts; Portuguese and English, and English and Portuguese* (1773), Antonio Vieira Transtagano.
- *Nouveau Dictionnaire Universel des Synonymes de la langue Française* (1809), François Pierre Guillaume Guizot.
- *Nouveau Dictionnaire de la langue française* (1802), P. Catoire.
- *Dictionnaire français-italien* (1822), Giuseppe Filippo Barberi.

6 *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue italienne* (1660) e *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue espagnole* (1660).

7 Publicado nas pp. 1-4 de *L’Indépendant, Feuille de Commerce, Politique et Littéraire*, Rio de Janeiro, n.º 2, 28 Avril, 1827.

Desta lista merece particular destaque o dicionário do filólogo e gramático António Vieira (1712-1797). Segundo Verdelho (2011, p. 26), é “um empreendimento marcante na história da lexicografia portuguesa”, que “[p]reencheu, de modo quase exclusivo, durante mais de um século, o campo lexicográfico luso-britânico, e teve repercussões epigonais até ao fim do século XX”. Quer a obra lexicográfica, quer sobretudo a gramatical constituíram fontes diretas de toda gramaticografia do português como língua estrangeira. Outro conjunto de obras do mesmo catálogo é constituído por diversos manuais de língua estrangeira, publicados em França, Inglaterra e Estados Unidos, nomeadamente:

- *Éléments de la langue anglaise* (1773), Louis-Pierre Siret.
- *Grammaire française et portugaise* (1820), Hamonière⁸.
- *A new methodical grammar of the French language* (1819), Ch. Max. de Bellecour.
- *A Grammar of the French language, with practical exercises* (1824), N. Wanostrocht.

Os nomes de Hamonière e Louis-Pierre Siret (1745-1797) eram conhecidos na gramática do português L2. Quanto ao “polyglotte Louis Pierre Siret” (CARAVOLAS, 2000, p. 103), cronologicamente situado no século das Luzes, a sua atividade gramatical faz eco do passado recente da gramática geral de Port-Royal (1660), assim como das ideias reformistas que autores fundamentais do iluminismo francês, como César Du Marsais, Noël Pluche, Claude Radonvilliers, introduziram na didática das línguas (FONSECA e GOMES, 2019).

Passe-se para outro sector de obras do mesmo catálogo, patente do envolvimento da casa de Plancher no comércio de livros de índole

8 Trata-se certamente da *Grammaire Portugaise divisée en quatre parties* (1820), uma gramática de português L2, cuja abordagem contrastiva justificará aquele título.

mais doutrinária. A livraria foi responsável pela divulgação no Brasil do *Dictionnaire de l'Académie française* (1694) e de *Hermes, Or, A Philosophical Inquiry Concerning Universal Grammar* (1751), de James Harris, esta depositária das Luzes e das ideias de universalismo e racionalismo gramaticais, a primeira representativa de regularização e sistematização; ambas, porém, cada uma no seu campo, foram modelos de reflexão sobre a língua. Já foi posta em relevo a dimensão que a corrente do racionalismo gramatical herdada de Port-Royal assumiu num primeiro momento da gramaticografia brasileira oitocentista (FÁVERO e MOLINA, 2006; CAVALIERE, 2014). O “período racionalista” (1808-1881) desta produção gramatical, na periodização de Cavaliere (2002, p. 110), é basicamente um fenómeno de importação de ideias, mas catalisado por uma outra ordem de fatores internos, inerentes à “expressão de uma nacionalidade emergente, sobretudo após a data expressiva da Independência” (CAVALIERE, 2002, p. 110; 2014, p. 44). Este ambiente independentista não esteve isento de repercussões ao nível da língua, agora chamada de brasileira para distinguir-se plenamente da portuguesa europeia.

3. Contexto de produção de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825)

3.1. ‘Conversation brésilienne’ ou ‘en brésilien’?

O confronto bilingue evidenciado no título dos guias de conversação vem, por vezes, acompanhado das razões dos autores ou editores sobre determinada seleção linguística, orientada por critérios de utilidade. Sem surpresas, a atração pelo português (e também pelo espanhol) decorre do seu proveito para o comércio interno (europeu) e para o comércio nas Índias Orientais (Ásia) e nas Índias Ocidentais (continente americano). Mais pontual é o argumento da relação genética nomeadamente com o francês num período

em que nascia o interesse pelo parentesco das línguas e em que a proximidade linguística entre membros da família românica era invocada pelos gramáticos⁹.

Mas outro é o quadro do presente guia de conversação. Nenhuma palavra escreveram Hamonière ou o editor Plancher a respeito da parceria linguística selecionada; nenhum dado forneceram sobre o confronto interlinguístico entre “a conversação brasileira” e “a conversação francesa”, deduzindo-se deste confronto bilingue uma dupla determinação discursiva provisória: língua brasileira e língua francesa. O que significa a designação de “língua brasileira” no primeiro trinténio do século XIX brasileiro? Porquê assim designar a língua do Brasil num instrumento de natureza metalinguística? As dúvidas coincidem com as levantadas por Leite (2015, pp. 71-93) a propósito de uma “gramática brasileira” de autoria autóctone¹⁰, coeva do guia de conversação de Hamonière. Na mesma linha de identificação de problemas idênticos, Leite (2015, p. 72) pergunta-se, ao destacar o título da gramática em estudo, se a “escolha do qualificativo para a língua é apenas uma questão retórica, ou representa uma tomada de posição científica ou metodológica do autor”. A montante das questões está a conceção de uma rutura epistemológica que diferencia o atual quadro periódico-historiográfico do anterior fazer gramatical em época “embrionária” (CAVALIERE, 2002, p. 108).

No caso do presente guia de conversação, outros factos adensam as dúvidas sobre as escolhas de Hamonière. Não pode ser ignorado, também do mesmo Hamonière, o *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en*

9 Sem se largar Hamonière, vejam-se os argumentos expendidos na sua gramática de português L2: “Il n’y a aucune langue que les Français puissent apprendre avec autant de facilité que la langue portugaise. Cette langue, dérivée du latin, ainsi que le français, l’italien et l’espagnol, a la plus grande affinité avec cette dernière langue, et beaucoup d’analogie avec da langue française dans une infinité de points (...). Sous le rapport commercial, l’utilité de la langue portugaise est incontestable. Cette langue des premiers conquérans de l’Inde possède un vaste domaine dans les deux hémisphères (HAMONIERE, 1820, pp. v, vi).

10 Trata-se da *Gramática brasileira, ou arte de falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro* (1828), cuja autoria Leite (2015, pp. 73-81) atribuiu a Luís Maria da Silva Pinto.

français, en trois parties (1817), nem os demais guias de conversação integrados na mesma coleção bilingue¹¹ do livreiro parisiense “Théophile Barrois, Fils” (e os sucessores “Bobée Hingray”) com atividade entre 1780 e 1830. Ora, o guia da “conversation brésilienne et française” faz parte desta coleção que inclui, segundo se apurou, os seguintes volumes da autoria de Hamonière:

- *Le nouveau guide de la conversation, en espagnol et en français, en trois parties* (1815).
- *Le nouveau guide de la conversation, en anglais et en français, en trois parties* (1815).
- *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français, en trois parties* (1817).
- *Le nouveau guide de la conversation, en italien et en français, en trois parties* (1818).
- *Un nuevo guia á la conversacion, en Español é Ingles; en tres partes* (1824)¹².
- *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825).
- *A nova guia da conversação, em italiano, e portuguez, dividida em duas partes* (1840)¹³.

11 A moda das *coleções* de livros ou *bibliotecas* ganha vulto em França, no século XIX (OLIVERO, 1999). Tendo em conta “as características dos guias de conversação, ao nível da estrutura bipartida em diálogos e vocabulário, e ao nível do confronto interlinguístico, a sua reprodução em séries ou coleções que fazem apenas variar a(s) língua(s), torna-se particularmente produtiva e rentável na ótica da gestão de meios e recursos” (FONSECA, 2019, p. 13-14).

12 Publicado nos Estados Unidos. Como indicado na folha de rosto, “Traducido de Hamonière y amplificado por Thomas S. Brady, Ensenador y Tradutor de Lenguas Antiguas y Modernas”.

13 Note-se que este volume já foi publicado em Lisboa, “Typographia Rollandiana”, e a sua estrutura não é cópia exata da dos demais volumes da coleção: está dividido apenas em duas partes – “Vocabolario Italiano e Portoghese” e “Dialoghi sopra diversi materie” –, excluída matéria de idiotismos, e não apresenta o paratexto bilingue “Advertencia”.

A identidade dos títulos evidencia os confrontos bilingues “en espagnol / en français”, “en anglais / en français”, “en portugais / en français”, “en italien / en français”, “en español / en Ingles”, “em italiano / em português”, mas não, note-se, “en brésilien / en français”, a seguir-se aquele mesmo padrão. Na totalidade da coleção publicada em Paris, é possível observar que as línguas particulares sobre as quais se constrói o conhecimento metalinguístico são identificadas por meio de uma designação e não de qualificativo presente no título e noutras passagens do guia publicado no Rio de Janeiro: “guide de la conversation brésilienne et française”; “Vocabulario Brasileiro e Francez / Vocabulaire Brésilien et Français” (HAMONIERE, 1825, p. [3]). Na maioria dos guias, Hamonière usa a designação de línguas particulares, com todos os seus atributos de unidade, arbitrariedade e convencionalidade; já no caso de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), o foco parece colocado numa imagem cultural predicada como “brasileira”. Ao proceder desta forma estaria Hamonière a visar, não a língua *do / no* Brasil, mas antes uma construção cultural brasileira? Ou estaria, pelo contrário, a individualizar o idioma brasileiro em contraponto ao lusitano, que já descrevera nos mais antigos *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français* (1817) e *Grammaire Portugaise divisée en quatre parties* (1820)? Precisamente nesta gramática de português L2, Hamonière (1820, p. vi), que era gramático experiente e conceituado, responde às duas questões levantadas através de reflexões equivalentes ao que hoje se designaria por variação linguística:

Elle [langue du Camoens] se parle en Portugal, sur les côtes orientales et occidentales de l’Afrique, dans plusieurs parties du continent de l’Inde, dans la plupart des îles de l’Océan indien et de la mer d’Afrique, à Madère, aux Açores et au Brésil, maintenant le point principal de la puissance portugaise. L’établissement du siège de la monarchie dans ce beau pays qui, par son étendue et sa situation, la salubrité de son climat, et les richesses variées de son sol, doit prétendre à un accroissement rapide de population et à de brillantes destinées, ne peut manquer de donner encore à la langue portugaise une nouvelle importance.

Aspetos da geografia do português esclarecem o posicionamento de Hamonière perante a língua; e aspetos sobre a vitalidade social da língua portuguesa no Brasil parecem sinal de abertura para uma identidade cultural brasileira. Mas a causa da constituição de uma língua considerada nacional não era sua; nem há indícios de que tenha entrado na liça de uma autonomia da língua brasileira, fruto do então envolvimento de vários gramáticos brasileiros “no movimento social de construção da história brasileira na formação do Estado” (ORLANDI, 2002, p. 192) e expressão “de uma nacionalidade emergente” (CAVALIERE, 2002, p. 58), também inspirada no trânsito de valores do movimento arcádico para o romantismo brasileiro.

A indiferença de Hamonière a esta corrente dominante do século XIX passa também pela ausência de reflexões acerca da língua falada no Brasil. Nem em *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français* (1817), enquadrado no contexto geográfico “de France, de Portugal et du Brésil” (cf. título do guia), nem em *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825) se atestam quaisquer aspetos da variedade brasileira do português ao nível da matéria vocabular ou lexical tratada nos guias. Resta então, ainda como última hipótese, o caso de o qualificativo “brasileiro(a)” no título de um guia de conversação já publicado em português – e que bem poderia ter viajado de Paris para o Brasil, tal qual se viu para outros livros pela mão de Plancher – não ser mais do que uma estratégia de marketing do livro nacional, como se de novo confronto interlinguístico se tratasse. A hipótese não é despiciente na ótica editorial, sobretudo atendendo a que o guia brasileiro nada anuncia de novo em relação ao seu antepassado guia lusitano; e se não, veja-se a seguir.

3.2. O Guia da conversação brasileira e francesa: estrutura interna

Apresentou-se no ponto anterior a coleção bilingue de guias de conversação do impressor parisiense Théophile Barrois, à qual pertence *Le*

guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties (1825), dadas as identidades estruturais (ao nível macro- e micro-) entre os sete volumes da coleção, critério tido por ajustado ao estabelecimento tipológico: “le premier classement possible [des collections], et sans doute le plus pertinent, est celui en fonction des textes qui constituent en effet la première unité bibliographique” (OLIVERO, 1990, p. 23). Na verdade, embora nem sempre seja fácil identificar tipos de coleções, em virtude de frequentes fenómenos de contaminação textual, é por de mais evidente, no caso, a existência de conteúdos uniformizados segundo um modelo que o índice espelha. Ora este modelo vem definido no título-padrão dos presentes guias e responde, por outro lado, à tipificação dos guias de conversação mencionada *supra* (ponto 2.).

Assim, a macroestrutura do guia da conversação brasileira e francesa compreende as três partes indicadas no título e especificadas num paratexto “Advertencia / Avertissement” (não assinado), aliás comum à generalidade da coleção, configurado em duas colunas paralelas ocupadas pelo português e francês. Tais partes são (HAMONIERE, 1825: [p.1]):

A primeira contem hum vocabulario assaz extenso dos nomes mais frequentados. Para facilitar o seu uso, e até mesmo, para em caso de necessidade, delle se poderem servir como de hum dicionario, o distribui em diferentes classes por ordem alphabetica segundo o francez.

A segunda parte se compoem de sessenta Dialogos apropriados ás usuaes precisões da vida, nos quaes, quanto o genio das duas linguas o permettia, procurei concordar huma com a outra.

Finalmente, na terceira parte, reuni huma grande quantidade de idiotismos, expressões familiares e proverbios que de ordinario se encontram na conversação. Foi o meu objecto, na collecção que forma esta terceira parte, dar huma idea do genio particular de cada lingua nas phrases familiares e figuradas.

Resta um “Tableau comparatif des Monnaies de France et du Brésil”, com informação das correspondências entre moedas de ouro, prata e cobre em circulação no sistema monetário francês e o real brasileiro/português.

Limitado à dimensão monetária, o quadro restringe os níveis de análise do anterior *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français* (1817), que abrange igualmente equivalências de outras unidades de medidas (comprimento e capacidade). Do ponto de vista macroestrutural, singulariza-se este guia e toda a coleção pela ausência de uma secção gramatical que, sendo de natureza elementar e desprovida de qualquer base teórica, tem presença habitual nos guias de conversação. Com pequenas variações, são sobretudo matérias grafo-fonéticas, acompanhadas frequentemente de transcrição figurada, e matérias de morfologia verbal contextualizada em estruturas frásicas, que constituem as prioridades gramaticais.

Note-se a pequena resenha de observações sobre a pronúncia do francês, italiano, espanhol e flamengo inseridas no manual de Noël de Berlaimont (1662, p. 378), com base nas quais, segundo o autor, “(...) as podereis [referência a “línguas”] por vos mesmo falar, e valeruos d’ellas, e conhecer a maneyra da pronunciação de muytas nações” (Berlaimont, 1662, p. 13). Note-se o aviso de Hamonière (1825, p. 70-71) aos leitores dos guias de conversação para a importância da pronúncia na conversação espontânea em francês: “para entender a conversação (...) se precisa estar muito acostumado a pronunciação; o que só se pode adquirir à força de fallar com Francezes”. Notem-se ainda, quanto à morfologia verbal – outro tema de eleição dos autores de guias de conversação –, as escolhas do baiano Caetano Lopes de Moura no seu *Nouveau guide de conversations modernes en français et en portugais* (1846)¹⁴, isto é, estruturas frásicas que contextualizam:

14 Este guia é a versão bilingue francês/português do poliglota *Nouveau Guide de Conversations Modernes ou Dialogues Usuels et Familiars Contenant en Outre de Nouvelles Conversations sur les Voyages, les Chemins de fer, les Bateaux à vapeur, etc. en Six Langues, français, anglais, allemand, italien, espagnol, portugais* (1846), de William A. Bellenger (responsável pelo francês), Charles Witcomb (autoria do inglês), Ignaz Steuer (autoria do alemão), Giuseppe Zirardini (autoria do italiano), Ramón Pardal (autoria do espanhol) e Caetano Lopes de Moura (no tocante à autoria da parte do português). Segundo o *Dicionário de Tradutores Literários no Brasil* (<https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/CaetanoLopesdeMoura.htm>, acesso em maio de 2020), “Caetano Lopes de

- “*Le verbe AVOIR conjugué avec les noms cidessus*” (MOURA, 1846, p. 2).
- “*Le verbe AVOIR conjugué avec interrogation*” (MOURA, 1846, p. 6).
- “*Le verbe AVOIR conjugué avec négation*” (MOURA, 1846, p. 8).
- “*Le verbe AVOIR conjugué avec négation et interrogation*” (MOURA, 1846 p. 12).
- “*Le verbe ÊTRE conjugué avec les adjectifs qui précèdent*” (MOURA, 1846, p. 14).
- “*Le verbe ÊTRE conjugué avec négation et interrogation*” (MOURA, 1846, p. 17).
- “*Conjugaison des verbes précédents*” (MOURA, 1846, p. 20).

Por conta do vocabulário as incursões nas áreas da morfologia e sintaxe através de exercícios repetitivos evidenciam um ensino gramatical com possibilidades de análise contrastiva. A opção de Hamonière por privilegiar, no guia da conversação brasileira e francesa (como em toda a coleção), o “Vocabulario Brasileiro e Francez” (HAMONIÈRE, 1825, p. 1-48), os “Dialogos sobre objectos diferentes” (HAMONIÈRE, 1825, p. 1-145) e os “Idiotismos, expressões familiares e proverbios” (HAMONIÈRE, 1825, p. 147-178)¹⁵ traduziu-se em maior investimento, quer na componente lexical, quer numa pragmática da fala ligada à conversação. Não por acaso, é a propósito de diálogos e de idiotismos que o autor (1825, [p.1] de “Advertencia”) toca

Moura (1780-1860), tradutor, médico, escritor e cientista baiano, partiu para a Europa no início do século XIX para viver na França napoleônica. Todas as suas obras foram escritas e impressas naquele país em razão de seu exílio voluntário. Embora pouco conhecido no Brasil, fazia questão de registrar no frontispício de seus livros – *Natural da Bahia*”.

- 15 A paginação de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825) é algo desorganizada. O índice de matérias, embora numerado como [181]-184, é posicionado no início do guia; a primeira e segunda partes têm paginação independente, mas a segunda e terceira partes têm numeração sequencial de páginas.

no conceito de génio da língua, tópos de origem francesa que desde o século XVII alimentou a reflexão gramatical sobre as características diferenciais das línguas e que perdurou até ao século XIX no ensino de línguas estrangeiras (HASSLER, 2012, p. 115). Léxico e sintaxe (ou discurso, por extensão), e não tanto morfologia, são campos mais propensos à discussão das especificidades de cada língua, do seu caráter e génio (HASSLER, 2010, p. 379). Em se tratando de texto bilingue, esta discussão é acentuada pelo ato de tradução e pelo mérito do tradutor na transposição de códigos. Hamonière (1825, [p.1] de “Advertencia”) adverte que: “procurei concordar huma com a outra [as duas línguas em apreço]” e “me vi precisado a traduzir algumas expressões por outras não litteraes, mas sim equivalentes”, donde se percebe que a tradução será tanto mais perfeita quanto maior for a mestria do tradutor em captar o génio da língua de chegada¹⁶. Todas estas observações preliminares seriam de grande valia para a análise, *per si*, de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), não fosse serem comuns à generalidade dos volumes da coleção e, portanto, dos pares de línguas neles contemplados. Não se lhes pode atribuir por isso senão um valor relativo e sempre reportado ao *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français* (1817), que funciona como uma espécie de palimpsesto, onde foram apagadas algumas letras para ser criado outro texto que, porém, não é diferente nem parece cumprir novos propósitos comunicativos, porque a integridade do texto-fonte *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français* (1817) se mantém. A sua comparação com o guia da conversação brasileira e francesa (1825) mostra que este é um sucedâneo mais pobre daquele, sem que a diferença de títulos se repercuta na descrição da língua.

16 Recorde-se que Nicolas Beauzée já havia escrito na *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751-1772) que “la traduction est plus occupée du fond des pensées, plus attentive à les présenter sous la forme qui peut leur convenir dans la langue nouvelle, & plus assujettie dans ses expressions aux tours & aux idiotismes de cette langue” (artigo “Traduction, Version”).

Passe-se para o “Vocabulario brasileiro e francez, français et brésilien” (HAMONIERE, 1825, p. 1), organizado por domínios temáticos em colunas paralelas, com o português à direita e o francês (por ordem alfabética) à esquerda¹⁷. No tocante a esta primeira matéria, importa destacar o modelo das nomenclaturas dos guias de conversação ou “thematically arranged vocabulary lists, (...) and model conversations in which key communicative events are modelled, from gossip about the weather or the latest Sunday sermon, to a sales negotiation in a cloth shop” (GLÜCK, 2014, p. 50). Como é sabido, a nomenclatura visa, não a procura de palavras, mas de assuntos ou temas organizados por domínios de significação e ligados às mais variadas situações de comunicação. São repertórios lexicais muito presentes em instrumentos de ensino/aprendizagem de L2, seja ao nível de gramáticas ou de manuais e guias de conversação: “Cuando se consolidan los métodos para la enseñanza de segundas lenguas, a finales del siglo XVIII, y, sobre todo, en el siglo XIX, (...) se fija también la forma y el contenido de las nomenclaturas” (ALVAR EZQUERRA, 2013, p. 23). O guia da conversação brasileira e francesa difundiu a seguinte nomenclatura de 23 temas com um total aproximado de 1.990 entradas (HAMONIERE, 1825, p. 1-47):

Dos accidentes, das doenças, e cousas que lhes pertencem (86 entradas);
Dos affectos e faculdades da alma, das virtudes e vicios (98 entradas);
Dos animaes e das suas pertenças (82 entradas); *Dos astros, dos elementos, e cousas que lhes pertencem* (61 entradas); *Da bebida e comida* (205 entradas); *De Deos, e das cousas relativas ao culto divino* (72 entradas); *Das dignidades, profissões e officios* (172 entradas); *Da*

17 A página, orientada horizontalmente, exhibe quatro colunas sequenciais, *layout* que revela um aproveitamento tipográfico do espaço. Não serão alheios a esta gestão móveis comerciais. Como refere Porto Dapena (2002, p. 172), ao aludir a dicionários/vocabulários dirigidos a turistas, “no es infrecuente que las dimensiones materiales de la obra no vengán determinados, como sería lo lógico y natural, por criterios lingüísticos o pedagógicos, sino por la propia editorial, que, de acuerdo con unas disponibilidades materiales, programa y encarga una obra lexicográfica que se atenga a unas dimensiones y características formales muy concretas”.

profissão militar, e suas pertenças (192 entradas); *Do homem e cousas que lhe pertencem* (136 entradas); *Dos jogos, e exercicios do corpo* (62 entradas); *Da marinha* (48 entradas); *Dos moveis, e cousas relativas ao serviço da casa* (114 entradas); *Dos mineraes, e das suas pertenças* (60 entradas); *Moedas, pesos e medidas* (32 entradas); *Da musica, e dos instrumentos* (46 entradas); *Dos utensilios, e das cousas relativas ás operações mecanicas* (54 entradas); *Do parentesco, e das suas pertenças* (68 entradas); *Das partes da casa* (70 entradas); *Das partes do universo, e dos povos* (78 entradas); *Da pintura e das côres* (46 entradas); *Das sciencias e artes, do estudo, e cousas que lhes pertencem* (40 entradas); *Do tempo, das suas divisões, e das principaes epocas do anno* (66 entradas); *Dos vegetaes, e das suas pertenças* (102 entradas).

Acrescentem-se a esta lista os dois temas “Dos vestidos, e do que serve ao adorno” e “Da cidade, do campo, e das cousas que ahi se encontrão”, mais cerca de 395 entradas à globalidade dos temas¹⁸ e ter-se-á, de um lado, o retrato da coleção bilingue de Théophile Barrois no tocante à nomenclatura padrão dos guias de conversação e, de outro lado, o resultado do exercício de redução de temas e de entradas feito por Hamonière no guia da conversação brasileira e francesa. Que os temas se repitam nos volumes da coleção não surpreende, atendendo ao próprio conceito de coleção. Também não é estranho que a maioria destes temas seja comum a nomenclaturas de outras obras (gramáticas e guias de conversação), estando em causa categorias ontológicas básicas da vida material e social (comida, bebida, vestuário, profissões, moedas). Mas ao mesmo tempo, um modelo único de nomenclatura e de entradas torna-se redutor de diferenças culturais. O universo francês que condicionou as escolhas linguísticas (conceptuais e lexicais) de Hamonière

18 As diferenças de valores são relativas a *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français* (1817). Note-se que, porém, a mesma nomenclatura de 25 de temas se repete em toda a série de guias de conversação, nas versões de inglês/francês, espanhol/francês, italiano/francês, italiano/português e espanhol/inglês. Confrontem-se, por exemplo, os dados quantitativos de *Le nouveau guide de la conversation, en espagnol et en français, en trois parties* (1815) no estudo de Alvar Ezquerro (2013, p. 447).

serve de padrão para as nomenclaturas das realidades estrangeiras inglesa, italiana, espanhola, portuguesa, brasileira; de tal forma que o desaparecimento de temas e entradas no guia da conversação brasileira e francesa não parece obedecer a uma lógica de motivação do universo de referência.

Tem ar de ser fortuito o apagamento nesta versão de entradas como as seguintes (de *“Das dignidades, profissões e officios”*)¹⁹: “Hum Funileiro”; “Hum Fundidor”; “Hum Luveiro”; “O Cancellor môr”; “Hum Carcereiro”; “Hum Fidalgo”; “Hum Mercador de panos”; “Hum Mercador de vinhos”; “Huma Modista”. A mesma situação para os seguintes termos/expressões (de *“Das partes da casa”*)²⁰ continua a parecer aleatória: “Hum quadro de chaminé”; “O Entulho”; “Hum Sumidouro”; “A Grimpa”; “Hum Telheiro”; “Huma Ripa”; “A Escarpa da chaminé”; “O Patamar”; “O Portão”; “A Grade da manjedoura”; “Hum Barrote”; “Uma Ventosa”. Ainda um último exemplo, difícil de explicar, de termos (de *“Das partes do universo, e dos povos”*)²¹ omitidos no guia da conversação brasileira e francesa: “Hum Escocez”; “A Escocia”; “O Egypto”; “Hum Italiano”; “O Mar”; “Napoles”. Esta ilustração evidencia também que o léxico de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825) é majoritariamente constituído por substantivos e por SN do tipo “huma perna de carneiro”, “a oração dominical”, “o mestre de lingoas” (HAMONIÈRE, 1825, p. 11, 15, 18), tendo-se igualmente atestado a presença dos advérbios deíticos “hoje”, “amanhã”, “hontem” (HAMONIÈRE, 1825, p. 45).

A matéria lexicográfica bilingue prolonga-se na terceira parte do guia com uma coletânea de aproximadamente 660 “Idiotismos, Expressões familiares e Proverbios” (HAMONIÈRE, 1825, p. 147-178), dispostos em duas colunas paralelas, com o português à esquerda e o francês à direita, em nenhuma delas se vislumbrando qualquer tipo de ordenação alfabética,

19 Atestadas em Hamonière (1817, p. 27-29).

20 Atestadas em Hamonière (1817, p. 63-65).

21 Atestadas em Hamonière (1817, p. 66-68).

problema sintomático da organização lexicográfica de expressões idiomáticas (XATARA e CASSIANO, 2011, p. 171-173). Nem pela primeira letra da expressão, nem por palavras-chave parece ordenar-se o seguinte elenco da primeira página de Hamonière (1825, p. 174):

Naõ sei o que hei-de fazer.	Je ne sais sur quel pied danser.
A necessidade não tem lei.	La nécessité ne connaît pas de loi.
Elle cahio de focinhos na terra.	Il a donné du nez en terre.
Dar de narizes a alguém.	Rencontrer quelqu'un nez à nez.
Não antevê de longe.	Il ne voit pas plus loin que son nez.
Pouco a pouco o passaro faz seu ninho.	Petit à petit l'oiseau fait son nid.
Elle crê ter logrado a ocasião.	Il croit avoir trouvé la pied au nid.
(...)	(...)

Do ponto de vista macroestrutural, a seleção das expressões e a sua delimitação por tipos constituem também matéria sempre discutida. Se os princípios de *auctoritas* e *usus* herdados de longa tradição gramatical, são critérios filológicos para a constituição de *corpora* lexicais, aos mesmos se submete certamente esta coleção fraseológica de Hamonière, que, aliás, revela conhecimento da gramaticografia portuguesa da época noutras obras²². Autoridade dos melhores autores e respetivos usos mais eruditos ou coloquiais e espontâneos terão sido as fontes de Hamonière atualizadas em vários volumes da coleção de acordo com as diferentes tradições nacionais,

22 Além de autor de uma *Collecção de pedaços em prosa, extrahidos dos melhores autores francezes e portuguezes, como Fénélon, Lesage, Florian, Berquin, João de Barros, Freire de Andrada, etc., etc.; precedida de huma escolha de anedotas, boas ditos e pensamentos diversos. Em francez e portuguez* (1818, Rio de Janeiro), Hamonière (1820, p. vi-vii) adverte na sua *Grammaire portugaise divisée en quatre parties* (1820, Paris) que “nous en avons puisé les meilleures sources” e esclarece o seguinte: “L'étude de la langue portugaise ayant été jusqu'à présent peu répandue en France, il n'a été publié que deux grammaires de cette langue, l'une par M. l'abbé Dubois, l'autre par M. Sané. (...). La seconde, qui n'est guère qu'une traduction de la grammaire portugaise écrite en anglais par Vieyra, contient des principes souvent inexacts, exposés sans ordre ni clarté, et est extrêmement incomplète”.

o que marca a singularidade dos registos lexicais fraseológicos de alguns dos guias, mas não de todos. O universo de referências fraseológicas/idiomáticas do espanhol é o mesmo em Hamonière (1815b, relativo ao confronto bilingue espanhol/francês) e em Hamonière (1824, relativo ao par espanhol/inglês), da mesma forma que o universo de referências fraseológicas/idiomáticas do português em Hamonière (1817, relativo a português /francês) converge com o de Hamonière (1825, respeitante a “conversation brésilienne et française”); e isto independentemente das equivalências interlinguais de provérbios, que são várias nestes guias²³:

- “Das agoas mansas me livre Deos, que das bravas eu me guardarei” (HAMONIERE, 1825, p. 154) / “Del agua mansa me libre Dios, que de la brava me guardaré yo” (HAMONIERE, 1815b, p. 323) / “Bisogna guardarsi da coloro che fanno la gatta morta” (HAMONIERE, 1818, p. 304).
- “Na terra dos cegos, o que tem hum olho he rei” (HAMONIERE, 1825, p. 155) / “En tierra de ciegos el tuerto es rey” (HAMONIERE, 1815b, p. 362) / “Among the blind the one-ey’d is prince” (HAMONIERE, 1815, p. 359) / “In terra di ciechi beato chi ha un occhio (HAMONIERE, 1818, p. 324).
- “Gato escaldado da agoa fria tem medo” (HAMONIERE, 1825, p. 156) / “A scalded cat fears cold water” (HAMONIERE, 1815, p. 327).
- “Quem o feio ama, formoso lhe parece” (HAMONIERE, 1825, p. 157) / “Quien feo ama, hermoso le parece” (HAMONIERE, 1815b, p. 349).

Para concluir a apresentação de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825) restam os diálogos ou domínio da conversação em que “he preciso muito uso, por que o estilo familiar he cheio de expressões que lhe são particulares” (HAMONIERE, 1825, p. 70). A classificação destes diálogos em “estilo familiar” é fundamental para os distinguir do género

23 Estas equivalências são de fácil atestação em guias de conversação trilingues ou plurilingues. A título de exemplo, veja-se a coleção de provérbios em português, francês e inglês que Emílio Aquiles Monteverde (1803-1881) apresenta em três colunas paralelas na obra *Colleção de phrases e dialogos familiares uteis aos portuguezes, francezes e inglezes ou exercicios para a conversação portugueza, franceza e ingleza* (1842, p. 167-171).

dos diálogos literários que o Humanismo cultivou e teorizou como arte²⁴. Os diálogos familiares bilingues ou multilingues são textos pedagógicos que visam o desenvolvimento de habilidades e competências comunicativas numa ou em várias línguas-alvo; são textos orientados por um “speech-purposed, meaning that the text at least attempts to be mimetic of spoken interaction” (GALLAGHER, 2019, p. 67). Os diálogos familiares pretendiam representar as propriedades da língua falada em representação da interação verbal, muito embora sejam “ante todo *textos escritos* en muchos de los cuales se produce un necesario traslado y adaptación de la oralidad espontánea a una mimesis escrita de la oralidad” (SÁEZ RIVERA, 2005, p. 795).

Importa ter presente que, enquanto imitação da interação verbal e representação do discurso, tais diálogos se caracterizam por elevado grau de artificialismo, que, sem a imprevisibilidade, sem a espontaneidade nem a criatividade da interação social, caricatura o processo da comunicação autêntica. Assim se percebe que os 60 diálogos de *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825) repitam os presentes em todos os volumes da coleção Théophile Barrois e, por outro lado, reproduzam modelos que já circulavam noutros guias de conversação. Não há verdadeiro conversar em muitos dos diálogos de Hamonière, sem coesão expressa do ponto de vista textual; quando muito, inferem-se nexos de coerência. Em todo o caso, como bem observa Sáez Rivera (2005, p. 295), ao nível da exploração pedagógica “nunca se ‘conversaba’ con estos textos en clase, sino que se memorizaban o se leían, sobre todo a viva voz” para serem reproduzidos em situações comunicativas de uso da língua estrangeira, definidas nos temas dos diálogos, bastante próximos da autenticidade: “Em hum café / Dans un café”, “Para comprar livros / Pour acheter des livres”, “Sobre o estudo da lingua franceza / Sur l’étude de la

24 Não por acaso, mas por necessidade de diferenciar registos discursivos, obras de diálogos contemporâneas de Hamonière censuram que “los interlocutores no hacen uso del estilo que debe serles propio: tal vez hablan en el estilo cortesano y poco despues en el estilo el mas vulgar confundiendo el tono y modo de la gente distinguida con el tono pedantesco, y el estilo familiar con el del populacho (MORAND e PLA Y TORRES, 1827, p. v).

langue française”, “Com a modista / Avec la marchande de modes” e outros reproduzidos no Quadro 1. seguinte (HAMONIÈRE, 1825, p. 1-145):

Quadro 1. *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), G. Hamonière

SEGUNDA PARTE.

SECONDE PARTIE.

Dialogos sobre objectos diferentes.

Dialogues sur différens sujets.

DIALOGO 1. Para saudar, e fazer os cumprimentos usuaes.

DIALOGUES 1. Pour saluer, et faire les complimens d’usage.

2. Para rogar, pedir ou offerecer.

2. Pour prier, demander ou offrir.

3. Para consentir ou conceder, negar ou escusar-se e agradecer.

3. Pour consentir ou accorder, refuser ou s’excuser et remercier.

4. Para duvidar, consultar, afirmar e negar.

4. Pour douter, consulter, affirmer et nier.

5. Para demonstrar alegria, dor, pezar, espanto, esperança, desesperação, etc.

5. Pour marquer la joie, la douleur, le chagrin, l’étonnement, l’espérance et le désespoir, etc.

6. Do tempo.

6. Du temps.

7. Levantando-se da cama.

7. En se levant.

8. Para se vestir.

8. Pour s’habiller.

9. Para almoçar.

9. Pour déjeuner.

10. Para jantar.

10. Pour dîner.

11. Deitando-se na cama.

11. En se couchant.

12. Em huma casa de pasto.

12. Chez un restaurateur.

13. Em hum café.

13. Dans un café.

14. Para ver a cidade.

14. Pour voir la ville.

15. Para alugar hum andar de casa.

15. Pour louer un appartement.

16. Com hum tapeceiro.

16. Avec un tapissier.

17. Com o sapateiro e o alfaiate.

17. Avec le cordonnier et le tailleur.

18. Com a lavadeira.

18. Avec la blanchisseuse.

19. Com hum mercador de pannos e sedas.

19. Avec un marchand de draperies et de soieries.

20. Com hum chapeleiro.

20. Avec un chapelier.

21. Com hum mercador de meias.

21. Avec un marchand de bas.

22. Com hum relojoeiro.

22. Avec un horloger.

- | | |
|---|---|
| 23. Com o medico, cirurgião e dentista. | 23. Avec le médecin, le chirurgien et le dentiste. |
| 24. Com hum banqueiro. | 24. Avec un banquier. |
| 25. Para comprar livros. | 25. Pour acheter des livres. |
| 26. Para escrever huma carta. | 26. Pour écrire une lettre. |
| 27. Para ir ao teatro. | 27. Pour aller au spectacle. |
| 28. Para se informar de alguem. | 28. Pour s'informer de quelqu'un. |
| 29. Sobre as modas. | 29. Sur les modes. |
| 30. Sobre as noticias. | 30. Des nouvelles. |
| 31. Sobre o estudo da lingua franceza. | 31. Sur l'étude de la langue française. |
| 32. Para tirar informações antes de principiar huma viagem. | 32. Pour prendre des informations avant de commencer un voyage. |
| 33. Para viajar. | 33. Pour voyager. |
| 34. Dos accidentes que podem acontecer viajando. | 34. Des accidens qui peuvent arriver en route. |
| 35. Com os postilhões, e chefe da posta. | 35. Avec les postillons et le maître de poste. |
| 36. Na carruagem publica. | 36. Dans la voiture publique. |
| 37. Com os guardas das alfandegas. | 37. Avec les commis des douanes. |
| 38. Em huma estalagem. | 38. Dans une auberge. |
| 39. Para pedir hospitalidade. | 39. Pour demander l'hospitalité. |
| 40. Para se embarcar. | 40. Pour s'embarquer. |
| 41. Durante huma viagem por mar. | 41. Pendant un voyage sur mer. |
| 42. Entre hum caixeiro viajante e hum negociante. | 42. Entre un commis voyageur et un négociant. |
| 43. Para jogar aos centos. | 43. Pour jouer au piquet. |
| 44. Para jogar o xadrez e as damas. | 44. Pour jouer aux échecs et aux dames. |
| 45. Da caça e da pesca. | 45. De la chasse et de la pêche. |
| 46. Para nadar. | 46. Pour nager. |
| 47. Do passeio. | 47. De la promenade. |
| 48. A primavera. | 48. Le printemps. |
| 49. O verão. | 49. L'été. |
| 50. O outono. | 50. L'automne. |
| 51. O inverno. | 51. L'hiver. |
| 52. Para alugar ou comprar huma casa de campo. | 52. Pour louer ou acheter une maison de campagne. |
| 53. Para comprar hum cavallo. | 53. Pour acheter un cheval. |
| 54. Para comprar huma carruagem. | 54. Pour acheter une voiture. |
| 55. Para alugar hum cocheiro e hum jockey. | 55. Pour louer un cocher et un jockey. |

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| 56. Para ajustar hum criado. | 56. Pour louer un domestique. |
| 57. Para ajustar huma criada. | 57. Pour louer une domestique. |
| 58. Dos adornos. | 58. De la toilette. |
| 59. Com a costureira. | 59. Avec la couturière. |
| 60. Com a modista. | 60. Avec la marchande de modes. |

Na grande maioria dos diálogos, o uso de estruturas pragmáticas, sintáticas e lexicais *pregramaticalizadas* é programado, no sentido em que “la lengua está simplificada hasta proporcionar una forma analizable por la gramática, para poder enseñar una serie calculada de estructuras o estrategias lingüísticas” (SÁEZ RIVERA, 2007, p. 1185). ‘Cumprimentar’ e ‘agradecer’, ‘rogar’ e ‘pedir’, ‘duvidar’ e ‘afirmar’, como aparece em diálogos de Hamonière (Diálogos 1-4, cf. Quadro *supra*), são atos ilocutórios cujo sucesso depende do uso de formas adequadas de expressão linguística e social. Ora, para exemplificar, os atos de fala ‘rogar, pedir’ (HAMONIERE, 1825, p. 3-4) são definidos a partir de quantidade considerável de enunciados diversos, supostamente atestados em situações rotineiras:

DIALOGO II.

Para rogar, pedir ou offerecer.

Faça-me este favor.

Conceda-me este favor, esta graça.

Muita seria a sua bondade se me quizesse fazer isso.

(...)

Eu lho peço.

Eu lho supplico.

Faça favor de dizer-me.

Tenha a bondade de me dizer.

Permita que lhe observe.

DIALOGUE II.

Pour prier, demander ou offrir.

Faites-moi ce plaisir.

Accordez-moi cette faveur, cette grâce.

Vous seriez bien aimable, si vous vouliez faire cela.

(...)

Je vous en prie.

Je vous en supplie.

Dites-moi, s’il vous plaît.

Ayez la bonté de me dire.

Permettez-moi de vous faire observer.

Como se referia atrás, o grau de coesão discursiva deste diálogo é nulo, porque a sequência de enunciados não configura um texto dialógico; e

o fragmento só é coerente se se atender a elementos contextuais – o tema do diálogo, nomeadamente – não diretamente observáveis na matéria textual. Além destas *conversas inferenciais*, que constituem um tipo de diálogo usado nos guias de conversação, há um segundo tipo, o dos verdadeiros diálogos com coesão declarada e coerência interna. Veja-se este tipo no seguinte fragmento de Hamonière (1825, p. 29-30):

DIALOGO XIII.

Em hum Café.

Faz muito calor.

Estou muito sequioso; preciso tomar algum refresco.

Entremos em algum café em que se fume.

Não o acompanharei; o fumo do tabaco, me atordoa: não me agrada o enviar huma baforada de fumo ao nariz do meu visinho.

(...)

Que querem, Senhores? regelos, limonada?

Dê-nos cerveja.

Esta cerveja he muito boa.

Ella não escuma muito.

He por ser nova.

DIALOGUE XIII.

Dans un Café.

Il fait très-chaud.

Je suis très-altéré ; on sent le besoin de se rafraîchir.

Entrons dans un estaminet.

Je ne serai pas de votre compagnie ; la fumée du tabac m'entête : je ne trouve pas de plaisir à envoyer une bouffée de fumée au nez de mon voisin.

(...)

Que voulez-vous, Messieurs ? des glaces, de la limonade !

Donnez-nous de la bière.

Cette bière est fort bonne.

Elle ne mousse pas beaucoup.

C'est qu'elle est nouvelle.

É sobretudo ao nível de matérias sintáticas que a exploração dos diálogos se revela pertinente. Facilmente se percebem os intuitos sintáticos visados por Hamonière (1825: 9-11) ao propor, para exprimir, por exemplo, “alegria, dor, pesar, espanto, esperança, desesperança, etc.”, as seguintes estratégias:

- O uso diferenciado do sintagma *estar/ser* + *adjetivo* em “Estou encantado”, “Estou triste”, “Estou desolado, estou perdido”, “Estou enfadado”, “Sou infeliz”.

- O recurso a frases optativas do tipo “Que alegria! que fortuna!”, “Meu Deos, he possível?”.
- O recurso a expressões lexicalizadas que evidenciam a realização de tipos de atos expressivos, como “Queira Deos”, “Deos o não permitta”.

Qualquer um dos casos corresponde a uma manipulação de estruturas sintáticas da língua que é comum em exercícios de natureza didática.

Últimas observações

Tendo-se já antecipado a conclusão de que o gramático francês Hamonière não visou qualquer contraponto entre “brésilien-lusitanien”, resta agora observar, para terminar, que nem mesmo *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825) teve adaptações para ser introduzido no Brasil.

Alguma relação que se queira estabelecer entre o presente guia e o seu homólogo *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français* (1817) passará necessariamente por considerar-se aquele um sucedâneo pobre deste em aspetos de forma e de conteúdo. Do ponto de vista tipográfico, ocorrências como erros na ordem alfabética do vocabulário francês (HAMONIERE, 1825, p. 43), gralhas ortográficas (“turco” por “touro” ou “portas” por “partes”) (HAMONIERE, 1825, p. 8, 39), troca de colunas entre o vocabulário do português e do francês (HAMONIERE, 1825, p. 8), uma paginação confusa, revelam um trabalho gráfico pouco cuidado. Estaria a indústria tipográfica brasileira pouco apetrechada para este tipo de edição? Ao nível do conteúdo, por outro lado, deu-se uma diminuição do número de termos do vocabulário (cf. *supra*), igualmente empobrecedora e estranha face à tendência lexicográfica para ampliar ou, pelo menos, manter *corpora* lexicais já constituídos, a menos que houvesse constrangimentos editoriais

do tipo do mencionado por Porto Dapena (2002, p. 93): “encargo de una editorial, que basándose en unas necesidades de mercado y, por lo tanto, en una rentabilidad económica, señala, entre otras condiciones, unos limites preciso a la obra lexicográfica encargada”.

De forma idêntica às conclusões que tira Leite (2015, p. 91) no seu estudo, a titulação deste guia como “conversation brésilienne” não representa uma conceção do gramático francês Hamonière de diferenciação dos idiomas falados no Brasil e em Portugal. Ora, se não é caso de um idioma nacional “brésilien”, menos ainda da sua defesa; se não há, além de reduções textuais, outras diferenças de conteúdo entre este guia da conversação brasileira e francesa e o guia de conversação em português e francês, nem sequer marcas de reflexão acerca de uma variedade brasileira do português, que no contexto da gramaticografia de português L2 só teve verdadeira expressão à entrada do século XX; se assim é, dizia-se, resta a variável comercial para justificar a republicação do anterior guia de conversação em português e em francês com um novo título, capaz de mobilizar maior número de leitores em período de pós-Independência. Note-se que, nas palavras de Ramos (1972, p. 16), “1824 e 1825 são acima de tudo anos brasileiros”.

Pode-se assim considerar *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties* (1825), de Hamonière, uma nova edição do seu *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français* (1817), republicação justificável no quadro do uso dos guias de conversação como instrumentos complementares do ensino estritamente gramatical. É igualmente válida também para o português a afirmação de Chevalier (1968, p. 404) de que “[l]a plupart des auteurs de grammaire ont écrit aussi des dialogues, ce qui montre bien que cet exercice faisait partie intégrante de l’enseignement du français”.

Referências bibliográficas

Fontes

BELLENGER, WITCOMB, STEUER, ZIRARDINI, PARDAL et MOURA. **Nouveau guide de conversations modernes** ou dialogues usuels et familiers contenant en outre de nouvelles conversations sur les voyages, les chemins de fer, les bateaux à vapeur, etc. en six langues, français, anglais, allemand, italien, espagnol, portugais (...). Paris: Baudry, Librairie Européenne, 1846.

BERLAIMONT, Noël. **Dictionariolum et colloquia octo linguarum, latinae, gallicae, belgicae, italicae, anglicae, & portugallicae**. Antuerpia: Apud Henricum Aertsens, 1662 [1530].

HAMONIERE, G. **A nova guia da conversação**, em italiano, e portuguez, dividida em duas partes: A primeira contendo hum vocabulario de palavras usuaes por ordem alfabetica. A segunda, sessenta Dialogos sobre diferentes objectos. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1840.

HAMONIERE, G. **Grammaire portugaise divisée en quatre parties**. Paris: Chez Théophile Barrois Fils., 1820.

HAMONIERE, G. **Le guide de la conversation brésilienne et française**, en trois parties: la première contenant un vocabulaire de mots usuels par ordre alphabétique; la seconde, soixante dialogues sur différens sujets; et la troisième, un recueil d'idiotismes, d'expressions familières et de proverbes: le tout suivi d'un tableau comparatif des monnaies de france et du brésil. Rio de Janeiro: Chez Pierre Plancher, 1825.

HAMONIERE, G. **Le nouveau guide de la conversation**, en anglais et en français, en trois parties: la première contenant un vocabulaire de mots usuels par ordre alphabétique; la seconde, soixante dialogues sur différens sujets; et la troisième, un recueil d'idiotismes, d'expressions familières et de proverbes; le tout suivi d'un tableau comparatif des monnaies, poids et mesures de france, d'Angleterre et des Etats-Unis. Paris: Théophile Barrois, 1815a.

HAMONIERE, G. **Le nouveau guide de la conversation**, en espagnol et en français, en trois parties: la première contenant un vocabulaire de mots usuels par ordre alphabétique; la seconde, soixante dialogues sur différens sujet ; et la troisième, un Recueil d'idiotismes, d'expressions familières et de proverbes, le tout suivi d'un tableau comparatif des monnaies, poids et mesures de France et d'Espagne. Paris : Théophile Barrois, 1815b.

HAMONIERE, G. **Le nouveau guide de la conversation**, en italien et en français, en trois parties: la première contenant un vocabulaire de mots usuels par ordre alphabétique; la seconde, soixante dialogues sur différens sujets; et la troisième, un recueil d'idiotismes, d'expressions familières et de proverbe; le tout suivi d'un tableau de la valeur des principales monnaies d'Italie en monnaie de France. Paris: Théophile Barrois, 1818.

HAMONIERE, G. **Le nouveau guide de la conversation**, en portugais et en français, en trois parties: la première contenant un vocabulaire de mots usuels par ordre alphabétique; la seconde, soixante dialogues sur différens sujets; et la troisième, un recueil d'idiotismes, d'expressions familières et de proverbes: le tout suivi d'un tableau comparatif des monnaies, poids et mesures de France, de Portugal et du Brésil. Paris: Chez Théophile Barrois fils, Libraire pour langues étrangères vivantes, 1817.

HAMONIERE, G. **Un nuevo guia á la conversacion en español é ingles**; en tres partes: la primera, contiene uno vocabulario general; la segunda, una serie de dialogos sobre vários asuntos; la tercera, una coleccion de idiotismos, expresiones familiares y provérbios: con una tabla mostranda el valor comparativo de los dineros de las americas. Traducido de Hamonière y amplificado por Thomas S. Brady, Ensenador y Tradutor de Lenguas Antiguas y Modernas. Nueva-York: Berard & Mondon, 1824.

MELDOLA, Abraham. **Nova grammatica portugueza dividida em VI partes**. Neue Portugiesische Grammatik in sechs Theilen. Hamburgo: Officina de M. C. Bock, 1785.

MONTEVERDE, Emílio Aquiles. **Collecção de phrases e dialogos familiares uteis aos portuguezes, francezes e inglezes** ou exercicios para a conversação portugueza, franceza e ingleza. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1842 (3.^a ed.).

MORAND, Charles e PLA Y TORRES, Cristóbal. **Dialogues classiques**, familiers et autres, à l'usage des étudiants des langues Française et Espagnole, avec des exercices préliminaires suivis d'un recueil des noms propres les plus usités. Paris/Lyon: Cormon y Blanc, 1827.

MOURA, Caetano Lopes de. **Nouveau guide de conversations modernes en français et en portugais** pour l'usage des Voyageurs et de ceux qui se livrent à l'étude des deux langues. Nouvelle édition revue, corrigée et augmentée de dialogues sur les Voyages, les Chemins de fer, les Bateaux à vapeur, etc. Paris: Baudry, Librairie Européenne, 1846.

ROUSSEAU, Josué. **Ensayo da arte grammatical portugueza, & franceza**, para aquelles, que sabendo a lingua francéza, querem aprender a portuguéza. Primeira Parte. Essai de la grammaire Portugaize & Françoize, envers ceux, qui sachants la Françoize, veulent apprendre la Portugaise. Lisboa: Na officina Antonio Pedrozo Galram, 1705.

SIRET, Louis-Pierre. **Éléments de la langue anglaise ou methode pratique pour apprendre facilement cette langue**. London : R. Philips, 1809 [1773]

SIRET, Louis-Pierre. **Grammaire française et portugaise**, à l'usage des personnes qui veulent apprendre le Portugais (...). Par L. P. Siret, avantageusement connu par ses deux grammaires anglaise et italienne. Revue et corrigée par le Cit. Cournand (...). Paris : Chez Bertrand, 1799.

Estudos

ALVAR EZQUERRA, Manuel. **Las nomenclaturas del español**. Siglos XV-XIX. Madrid: Liceus, 2013.

AUROUX, Sylvain. **La révolution technologique de la grammatisation**. Paris: Pierre Mardaga, 1994.

CARAVOLAS, Jean A. **Histoire de la didactique des langues au siècle des Lumières**. Précis et anthologie thématique. Montréal / Tübingen: Les Presses de l'Université de Montréal, 2000.

CAVALIERE, Ricardo. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 102-120, 2002.

CHEVALIER, Jean-Claude. **Histoire de la syntaxe**. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750). Genève: Librairie Droz, 1968.

COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX? **Varia Historia**, 25/42, p. 539-555, 2009.

DE CLERCQ, Jean; LIOCE, Nico; SWIGGERS, Pierre. Grammaire et enseignement du français langue étrangère entre 1500 et 1700. In: DE CLERCQ, Jean; LIOCE, Nico; SWIGGERS, Pierre (éds.). **Grammaire Et Enseignement du Français Langue Étrangère entre 1500 et 1700**. Leuven: Peeters, p. ix-xxxiv, 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. **As concepções lingüísticas no século XIX**. A gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FONSECA, Maria do Céu; GOMES Fernando. Louis-Pierre Siret (1745-1797) et la grammaticographie du Portugais Langue Étrangère (PLE) (a aguardar avaliação), 2019.

FONSECA, Maria do Céu. **O essencial sobre guias de conversação na tradição do ensino do português como língua estrangeira**. Évora: Centro de Estudos em Letras, 2019.

GALLAGHER, John. **Learning languages in early modern England**. United Kingdom: Oxford University Press, 2019.

GLÜCK, Helmut. The history of German as a foreign language in Europe. **Language & History**, v. 57, n. 1, p. 44-58, 2014.

HASSLER, Gerda. A discussão sobre a origem e o génio da língua portuguesa desde Duarte Nunes de Leão (1606) até Francisco Evaristo Leoni (1858): integração e transformação de conceitos europeus. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). **Ideias Linguísticas na Península Ibérica (Séc. XIV a Séc. XIX)**. Germany: Nodus Publikationen, p. 373-384, 2010.

HASSLER, Gerda. La description du *génie de la langue* dans les grammaires françaises et les grammaires d'autres langues. **Todas as Letras**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 99-120, 2012.

KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

LEITE, Marli Quadros. A “grammatica brasileira” do século XIX. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 71-93, 2015.

LOPES, Cláudia Neves. Édition et colonisation : le marché éditorial entre le Brésil et le Portugal. In: MICHON, Jacques; MOLLIER, Jean-Yves (dir.). **Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIII^e siècle à l'an 2000**. Québec/Paris: Les Presses de L'Université Laval / L'Harmattan, p. 360-371, 2001.

MASSEBIEAU, L. **Les colloques scolaires du seizième siècle et leurs auteurs (1480-1570)**. Paris: J. Bonhoure et C^{ie}, Éditeurs, 1878.

MCLELLAND, Nicola. **Teaching and learning foreign languages**. A history of language education, assessment and policy in Britain. London/NewYork: Routledge, 2017.

OLIVERO, Isabelle. **L'invention de la collection**. De la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIX^e siècle. Paris: Éditions de L'IMEC / Maison des sciences de l' Homme, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento lingüístico**. Para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.

RAMOS, Vítor. **A edição de língua portuguesa em França (1800-1850)**. Paris: FCG, 1972.

SÁEZ RIVERA, Daniel M. La explotación pedagógica del diálogo escolar en la didáctica del español (ss. XVI-XIX). In: CASTILLO CARBALLO, M.^a Auxiliadora et al. (Eds.). **Las gramáticas y los diccionarios en la enseñanza del español como segunda lengua: deseo y realidad**: Actas del XV Congreso Internacional de ASELE. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 792-798, 2005.

SÁEZ RIVERA, Daniel Moisés. **La lengua de las gramáticas y métodos de español como lengua extranjera en Europa (1640-1726)**. Memoria para optar al grado de doctor. Facultad de Filología. Universidad Complutense, Madrid, 2007.

THOMAS, Margaret. **Universal grammar in second language acquisition. A history**. London: Routledge Press, 2004.

TITONE, Renzo. **Teaching foreign languages**. An historical sketch. Washington: Georgetown University Press, 1968.

VERDELHO, Telmo. **Lexicografia portuguesa bilingue**. Breve conspecto diacrónico. In: VERDELHO, Telmo; SILVESTRE, João Paulo (Eds.). **Lexicografia bilingue**. A tradição dicionarística português-línguas modernas. Aveiro: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Universidade de Aveiro, p. 13-67, 2011.

XATARA, Claudia e RIVA, Huéinton Cassiano. Dicionários especiais francês-português: os dicionários de expressões idiomáticas. In: VERDELHO, Telmo; SILVESTRE, João Paulo (Eds.). **Lexicografia bilingue**. A tradição dicionarística Português-Línguas Modernas. Aveiro: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Universidade de Aveiro, p. 171-180, 2011.

Metáforas no discurso acadêmico em economia e biologia: evidências sobre a natureza do domínio-fonte

Metaphors in economics and biology academic discourse: evidence on the nature of source domain

Lilian Vieira Ferrari*
Gabriele Felipe Fu**

RESUMO

Este trabalho enfoca a ocorrência de metáforas em textos acadêmicos de Economia e Biologia. Com base na proposta cognitivista de que metáforas linguísticas refletem processos de pensamento (LAKOFF & JOHNSON, 1980), investigam-se metáforas mentais (primárias e analógicas), subjacentes às expressões metafóricas observadas em cada área. A análise evidencia semelhanças quanto à escolha de metáforas primárias e diferenças no que se refere às metáforas analógicas: o artigo de Economia privilegia metáforas analógicas partindo do domínio-fonte de Biologia (ECONOMIA É SER VIVO), enquanto o artigo de Biologia recorre ao domínio-fonte de Economia (BIOLOGIA REPRODUTIVA É ATIVIDADE ECONÔMICA). Os resultados trazem as seguintes contribuições teóricas: (i) contraposição à visão tradicional de que a objetividade de textos científicos exige linguagem literal; (ii) evidências de que o processo de metaforicidade atua em textos acadêmicos, em diferentes níveis hierárquicos; (iii) evidências sobre a natureza do domínio-fonte,

Recebido em 8 de maio de 2020.

Aceito em 14 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.409>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, lilianferrari@uol.com.br, orcid.org/0000-0001-7808-4425

**Universidade Federal do Rio de Janeiro, gabriele_mf1@hotmail.com, orcid.org/0000-0001-7808-4425

demonstrando-se que tais domínios também podem ser abstratos, desde que sejam intersubjetivamente verificáveis.

Palavras-chave: metáfora; discurso acadêmico; Economia; Biologia; domínio-fonte.

ABSTRACT

This work focuses on the occurrence of metaphors in Economics and Biology academic texts. Drawing on work by Lakoff & Johnson (1980), the investigation relies on the assumption that metaphorical expressions reflect metaphorical thought, and aims to characterize mental metaphors (both primary and analogical) reflected in metaphorical expressions in both areas. The analysis shows similarities regarding the choice of primary metaphors, as well as differences with respect to analogical metaphors. The Economics article shows a preference for analogical metaphors which have Biology as source-domain (ECONOMICS IS A LIVING BEING), whereas the Biology article has mostly Economics as source-domain (REPRODUCTIVE BIOLOGY IS ECONOMIC ACTIVITY). The results bring the following theoretical contributions: (i) counterevidence to the traditional view that the objectivity of scientific texts require literal language; (ii) evidence in favor of the occurrence of metaphoricity in academic texts, in different hierarchical levels; (iii) evidence that source domains can also be abstract, as long as they are intersubjectively verifiable.

Keywords: metaphor; academic discourse; Economics; Biology, source domain.

Introdução

Desde os estudos clássicos, a linguagem figurada tem permeado as reflexões sobre a linguagem, e a metáfora, em particular, tem sido considerada exclusiva da linguagem poética e dos textos literários. No entanto, é importante ressaltar que com o lançamento do livro *Metaphors we live by* (LAKOFF & JOHNSON, 1980), uma das obras fundadoras da Linguística Cognitiva, a metáfora começou a ser estudada como processo cognitivo que se reflete não apenas em usos linguísticos mais elaborados, mas também em expressões usualmente encontradas na linguagem cotidiana. Essa nova perspectiva promoveu uma proliferação de novas investigações sobre o assunto.

Na esteira desse novo encaminhamento, o presente estudo investiga a ocorrência de processos metafóricos no discurso acadêmico. Mais especificamente, propomo-nos, neste trabalho, a identificar expressões

metafóricas nos textos acadêmicos das áreas de Economia e Biologia. A análise terá como fundamentos teóricos a Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF & JOHNSON, 1980), os estudos sobre Metáforas Primárias (GRADY 1997,1998; DANCYGIER, SWEETSER, 2014), a Teoria das Metáforas Mentais Hierárquicas (CASASANTO, 2013) e a noção de Metaforicidade (MÜLLER, 2008). Assim, além de relacionar as expressões metafóricas identificadas a metáforas mentais subjacentes, objetivamos contrastar os tipos de metáforas mentais utilizadas em cada uma das áreas.

O trabalho está organizado em três seções principais. Na seção 1, são apresentados os pressupostos teóricos, detalhando-se a noção de metáfora conceptual (LAKOFF & JOHNSON, 1980) e os conceitos correlatos de metáfora primária (GRADY, 1997, 1998), metáforas mentais hierárquicas (CASASANTO, 2013) e metaforicidade (MÜLLER, 2008). Na seção 2, explicitam-se os procedimentos metodológicos que fundamentam o recorte do objeto de estudo, a seleção dos corpora e a definição de objetivos e hipóteses. A seção 3 apresenta a análise de metáforas mentais, subdivididas em metáforas primárias e metáforas analógicas, nos artigos de Economia e Biologia. Os dados analisados evidenciam que as referidas áreas recorrem a metáforas primárias semelhantes, mas diferem quanto à escolha de metáforas analógicas. Mais especificamente, verificou-se que os textos de Economia privilegiam metáforas analógicas partindo do domínio-fonte de Biologia, enquanto os textos de Biologia apresentam tendência inversa, recorrendo ao domínio-fonte de Economia. Nesse sentido, os resultados fornecem novos *insights* sobre a natureza do domínio-fonte que serve de base para o mapeamento metafórico. Embora tradicionalmente descrito como mais concreto do que o domínio-alvo, os resultados aqui apresentados indicam que também é possível eleger um domínio-fonte mais abstrato, desde que esse domínio se mostre cognitivamente acessível e intersubjetivamente verificável em determinado contexto comunicativo.

1. Pressupostos teóricos

1.1. Propostas cognitivistas sobre a metáfora

A Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF & JOHNSON, 1980) propõe que nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também falamos e agimos, é fundamentalmente metafórico, envolvendo um domínio-fonte mais concreto, correlacionado com a experiência humana, e um domínio-alvo mais abstrato. Para exemplificar a proposta, os autores analisam como a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA está infiltrada na linguagem cotidiana. No exemplo “Ele **atacou** todos os pontos fracos da minha argumentação” (*He attacked every weak point in my argument*), percebe-se que a discussão é retratada como um evento em que se pode atacar e defender posições, assim como também ganhar ou perder; ou seja, a discussão é conceptualizada em termos de guerra (LAKOFF & JOHNSON, 1980, p. 46-47). Na imagem a seguir, é possível perceber como a correlação entre alguns conceitos do domínio-fonte de GUERRA são mapeados para conceitos do domínio-alvo de DISCUSSÃO:

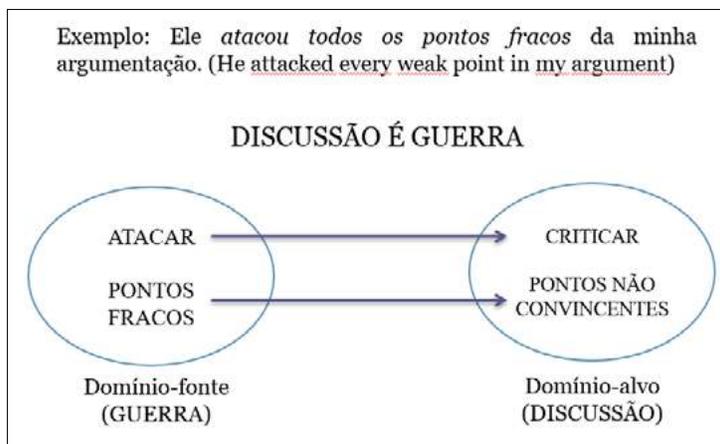


Figura 1. Mapeamento metafórico DISCUSSÃO É GUERRA

O mapeamento metafórico ilustrado na Figura 1 destaca a correspondência entre elementos do domínio-fonte de GUERRA e elementos análogos no domínio-alvo de DISCUSSÃO. Assim, “criticar pontos não convincentes” de uma argumentação é metaforicamente concebido como “atacar pontos fracos” em uma batalha.

Outro tipo de mapeamento metafórico subsequentemente apontado na literatura são as chamadas Metáforas Primárias (GRADY 1997, 1998; DANCYGIER; SWEETSER, 2014), que correlacionam cenas experienciais básicas a avaliações subjetivas. Os exemplos (1) e (2) refletem essa correlação experiencial através da relação entre quantidade e altura, decorrente do fato de que durante a infância, ao observarmos copos com diferentes volumes de água, começamos a correlacionar a altura da água com a quantidade de água dos copos. Essa correlação resulta nas metáforas primárias MAIS É PARA CIMA e MENOS É PARA BAIXO, ilustradas nos exemplos (1) e (2), respectivamente:

(1) Os preços estão *altos*.

(2) As ações *baixaram* mais do que deveriam.

Em (1), o termo “altos” é usado para indicar metaforicamente quantidade; no caso, a ideia de que os preços estão caros. De modo inverso, em (2), o uso do verbo “baixar” representa metaforicamente preços mais baratos para as ações. Assim, o valor quantitativo associado aos preços é reestruturado como altura (posição em uma escala vertical).

As metáforas conceptuais caracterizadas por Lakoff & Johnson (1980, 1999) mereceram atenção especial na elaboração da Teoria das Metáforas Mentais Hierárquicas (CASASANTO, 2013). A teoria retoma os pressupostos inicialmente associados ao tratamento da metáfora, reforçando a distinção entre Metáforas Linguísticas e Metáforas Mentais. O objetivo é evitar ambiguidades teóricas entre esses termos, destacando que as pessoas falam

frequentemente usando metáforas linguísticas, e pensam usando metáforas mentais. Na perspectiva de Casasanto (2013, p.3), o termo “metáfora conceptual”, costuma ser usado de forma ambígua, mesmo entre os estudiosos da metáfora, referindo-se, algumas vezes, a expressões linguísticas, outras vezes a representações mentais hipoteticamente não-linguísticas e, outras vezes ainda, a pareamentos de mapeamentos linguísticos e não-linguísticos. Para evitar essa ambiguidade, o autor propõe que os componentes linguísticos e não-linguísticos da metáfora conceptual sejam diferenciados através do uso dos termos “metáfora linguística”, para indicar expressões metafóricas na linguagem, e “metáfora mental”, para referência ao mapeamento implícito entre domínio-fonte e domínio-alvo, subjacente às metáforas linguísticas. O autor ressalta, ainda, que diferentemente de associações simples, as metáforas mentais consistem em sistemas de mapeamentos, geralmente entre dois domínios análogos (ex. tempo e espaço). Em trabalho posterior, Casasanto (2019) ressalta, inclusive, que esses sistemas de mapeamentos podem existir mesmo na ausência de uma metáfora linguística correspondente.

A Teoria das Metáforas Hierárquicas distingue, ainda, dois tipos de Metáforas Mentais: as Metáforas Correlacionais e as Metáforas Analógicas. As primeiras correspondem às Metáforas Primárias, descritas por Grady (1997, 1998, 1999), e são metáforas que surgem de correlações estabelecidas em direto contato com experiências corporais e sensorio-motoras. Assim como as Metáforas Primárias, as Metáforas Correlacionais podem envolver correlações entre tempo e espaço, aprendidos a partir da observação de deslocamentos no espaço ao longo do tempo (“o tempo voa”), correlações entre afeto e calor, em função de nossa interação física com outros seres humanos (“pessoa calorosa”), quantidade e altura, como resultado de avaliações subjetivas durante a infância da correlação entre essas duas dimensões (“preço alto”), entre outras. Já as Metáforas Analógicas são Metáforas Mentais construídas através do mapeamento criativo e analógico entre domínios-fonte e alvo, como no exemplo “Meu advogado é uma águia”, em que se faz uma analogia entre determinadas características do advogado

e traços associados a uma águia, sem que haja necessariamente uma relação objetiva de semelhança entre ambos.¹

Além de recorrente na literatura, como apontado na seção anterior, a ideia de que as metáforas tratam domínios abstratos em termos de domínios concretos é também confirmada por estudos sobre simulação mental (BERGEN, 2012). Esses estudos demonstram que realmente tendemos a simular mentalmente ideias abstratas de modo semelhante à nossa interação corporal com o mundo concreto.

Como apontam Dancygier & Sweetser (2014), entretanto, não é obrigatório que todos os domínios-fonte sejam concretos. É o que se observa, por exemplo, na Metáfora da Contabilidade Moral, discutida por Lakoff & Johnson (1999), em que a interação social é concebida como troca financeira (exs. “Estou te devendo essa”, “Preciso retribuir este favor”, etc.). Nesse caso, não há como sustentar que a contabilidade moral seja mais ou menos abstrata do que as transações monetárias. Entretanto, ainda que o pagamento de uma dívida financeira envolva complexidades e abstrações, é algo mais fácil de se verificar intersubjetivamente do que o equivalente moral de ações boas ou más.

Por outro lado, não parece ser obrigatório também que todos os domínios-alvo sejam abstratos. Quando se trata da metáfora FUTEBOL É GUERRA, os dois domínios “futebol” e “guerra” parecem apresentar graus de concretude semelhantes, ao mesmo tempo em que a logística envolvida pode ser bastante abstrata nos dois casos. Assim, em exemplos como “O time derrotou o adversário” ou “O jogador mandou uma bomba pro gol”, a escolha do domínio da “guerra” como domínio-fonte parece estar muito mais ligada muito às inferências que se quer produzir, a partir das emoções

1 A distinção entre Metáforas Correlacionais e Metáforas Analógicas corresponde apenas parcialmente à diferença entre *correlação* e *semelhança*, proposta de Grady (1999). Enquanto as Metáforas Correlacionais, propostas por Casasanto (2013), correspondem às Metáforas Primárias, também definidas por Grady em termos de correlação, as Metáforas Analógicas se afastam da noção de *semelhança*, proposta por Grady, já que a analogia envolve relações sem semelhança objetiva.

negativas e intersubjetivamente verificáveis relacionadas à guerra, do que à oposição concreto/abstrato.

Sendo assim, pesquisas recentes sobre metáforas têm apontado que a diferença crucial entre domínio-fonte e domínio-alvo não é a diferença pura e simples entre concreto e abstrato, mas sim a assimetria entre os dois domínios, de modo que o domínio-fonte resgata o que é intersubjetivamente compartilhado entre os falantes. O presente trabalho poderá contribuir para o aprofundamento dessas pesquisas, na medida em que permite tratar da questão da assimetria a partir de um recorte inédito, pautado na investigação de metáforas no discurso acadêmico em língua portuguesa.

1.2. A noção de metaforicidade

Outro aspecto teórico que merece destaque é a ampliação do escopo das investigações sobre a linguagem em Linguística Cognitiva, com a inclusão de aspectos multimodais (prosódicos, gestuais, etc.) como objeto de estudo. Dentro dessa perspectiva, as pesquisas destacam não apenas a ocorrência de expressões metafóricas, mas também de gestos metafóricos (CIENKI & MÜLLER, 2008). Ao mesmo tempo, identificam um processo cognitivo importante, descrito como *metaforicidade*, alinhado ao desenvolvimento recente de uma visão dinâmica, em que se reconhece que a metáfora é capaz de estruturar trechos extensos de discurso, e não apenas expressões linguísticas isoladas.

A noção de metaforicidade foi pioneiramente descrita por Cornelia Müller e colaboradores (MÜLLER, 2008; MÜLLER & CIENKI, 2009), com base ideia de graus de ativação. Dentro dessa perspectiva, promove-se a mudança de uma associação estanque entre um processo cognitivo de mapeamento entre domínios e uma entidade linguística, para uma visão processual, em que a metáfora é concebida como um fenômeno graduável.

Vale destacar que a proposta de Müller (2008) é compatível com o modelo de análise discursiva da metáfora, desenvolvido no âmbito da

Linguística Aplicada (CAMERON, 1999, 2003; CAMERON & MASLEN, 2010), que propõe a noção de *Metáfora Sistemática*, postulando que as metáforas emergem discursivamente em um sistema dinâmico complexo construído pelos participantes do discurso. Ao retomar essa perspectiva, em estudo sobre gestos e metáforas, Müller (2008, p. 140-141) ressalta:

A proposta de Cameron (1999) em um modelo de linguística aplicada advoga uma perspectiva teórica que faz do uso metafórico o ponto de partida para uma teoria da metáfora e integra distinções cuidadosas entre produtos e processos metafóricos (...). As observações apresentadas neste capítulo sustentam essa abordagem, na medida em que mostram como observações empíricas podem embasar conceptualizações teóricas. (...) O estudo de gesto e metáfora, sob essa perspectiva, revela que metáforas são o produto de uma atividade cognitiva (um processo) de ativação de metaforicidade e a metaforicidade é, portanto, um traço dinâmico das metáforas no uso linguístico.²

Nesse sentido, o conceito de *metaforicidade*, desenvolvido por Müller (2008), no âmbito da Linguística Cognitiva, está plenamente alinhado à noção de *Metáfora Sistemática*, atestando que as metáforas na linguagem (mas também nos gestos) devem ser consideradas como inerentemente dinâmicas.

Müller (2008, p. 228-233) ilustra esse fenômeno a partir da análise de um trecho de discurso, em que tanto expressões metafóricas quanto gestos metafóricos são usados para a expressar a ideia de carreira como um caminho que é determinado através das escolhas profissionais de iniciantes no mercado

2 No original: “Cameron’s (1999) proposal for an applied linguistics framework advocates a theoretical stance which takes metaphor use as a point of departure for a theory of metaphor and integrates careful distinctions of products and processes of metaphors (...). The observations presented in this chapter further support these approaches in that they show how empirical observations may inform theoretical conceptualizations (...). Studying gesture and metaphor in this way uncovers that metaphors are the product of a cognitive activity (a process) of activating metaphoricity and that metaphoricity is therefore a dynamic feature of metaphors in language use.”

de trabalho. Assim, a metáfora CARREIRA É CAMINHO é retomada em diferentes pontos do discurso analisado, com base no uso de expressões metafóricas (por exemplo, “entrar nos trilhos”) e/ou gestos direcionais com as duas mãos representando literalmente trilhos. Com base na análise de uma sequência de expressões metafóricas sucessivas (verbais, gestuais e verbo-gestuais), a autora conclui que metáforas podem ser produtos da conceptualização de uma argumentação mais ampla, refletindo um processo que estrutura trechos mais extensos de discurso.

Nos artigos analisados neste estudo, observamos metaforicidade em sucessivas metáforas verbais. Por exemplo, no artigo de Economia, a metáfora mental ECONOMIA É SER VIVO foi a metáfora mais produtiva, estruturando trechos extensos do discurso em diferentes níveis hierárquicos. Como exemplificado em (3), a metáfora ECONOMIA É SER VIVO correspondeu à metáfora mais genérica, sendo retomada novamente de maneira mais específica no exemplo (4), com a metáfora mental MERCADO DE CAPITAIS É SER VIVO:

- (3) Este artigo é uma resenha sobre políticas públicas e *crecimento econômico* [...], p.40 (ECONOMIA É SER VIVO)
- (4) Vale lembrar que, num país com *mercado de capitais em estágio embrionário* [...], p. 44 (MERCADO DE CAPITAIS É SER VIVO)

Como ilustram os exemplos acima, uma vez que a metáfora ECONOMIA É SER VIVO foi ativada, a projeção entre domínios pode acontecer em nível mais genérico, como em (3), ou em nível mais específico, como é o caso do exemplo (4), que se refere a uma subparte da ECONOMIA, que é o mercado de capitais.

A questão da metaforicidade será retomada na seção 3, em que se apresenta a análise detalhada do fenômeno nas áreas de Economia e Biologia.

2. Pressupostos metodológicos

Esta seção enfoca os pressupostos metodológicos da pesquisa, detalhando o objeto de estudo, o corpus analisado, os objetivos e as hipóteses.

2.1. Panorama de fundo, objeto de estudo e corpus

Como mencionado anteriormente, é comum a investigação de metáforas no discurso literário e poético, já que, tradicionalmente, a metáfora é concebida como um recurso da imaginação poética. Por outro lado, o discurso acadêmico, por seu caráter científico, costuma ser associado ao uso de linguagem mais objetiva, neutra e isenta de metáforas (GEERTZ, 1988; ZAMEL & SPACK, 1998). Para verificar a validade dessa assumpção, o presente estudo investiga a ocorrência de processos metafóricos no discurso acadêmico referente à Economia e à Biologia, a partir da análise dos artigos acadêmicos “Desvalorização, Crescimento e a Relação entre Poupança Doméstica e Câmbio” (FERREIRA & CARDOSO, 2009), da área de Economia, e “Aspectos da biologia reprodutiva de *Drimys brasiliensis* Miers (Winteraceae) em Floresta Ombrófila Mista, Sul do Brasil” (MARIOT, MANTOVANI, BITTENCOURT & REIS, 2014), da área de Biologia.

1.2. Objetivos e hipóteses

O objetivo principal do trabalho é contribuir para a literatura cognitivista sobre metáfora, a partir da verificação de assumpções que merecem investigação mais detalhada. A primeira delas é referente à suposta objetividade do texto acadêmico, que exigiria uma linguagem neutra e isenta de metáforas, como mencionado na seção anterior. A segunda diz respeito à natureza do domínio-fonte, que tem sido descrito na literatura como mais concreto do que o domínio-alvo. Por fim, busca-se investigar a noção de *metaforicidade* na estruturação do texto acadêmico. Para verificar se essas assumpções se sustentam, foram estabelecidas as seguintes hipóteses inter-relacionadas:

- (i) expressões metafóricas ocorrem em textos acadêmicos de diferentes áreas;
- (ii) as áreas de Economia e Biologia diferem quanto à escolha de metáforas mentais.
- (iii) os textos acadêmicos exibem metaforicidade, apresentando a mesma metáfora mental em diferentes níveis hierárquicos.

Para testar essas hipóteses, a análise busca listar e quantificar as expressões metafóricas encontradas nas duas áreas, e associá-las às respectivas metáforas mentais. Além disso, buscam-se caracterizar os níveis hierárquicos referentes às metáforas mentais mais frequentes e os domínios-fonte mais produtivos em cada área.

2. Análise de dados

Ao analisar os artigos acadêmicos de Economia e Biologia, verificou-se um total de 145 expressões metafóricas. Dentre esses dados, foi possível identificar dois tipos de metáforas mentais: metáforas correlacionais ou primárias e metáforas analógicas.

Na Tabela 1, é possível observar a distribuição de metáforas no corpus, em que há um total de 56% dos casos de metáforas analógicas e 44% dos casos de metáforas correlacionais ou primárias, considerando-se as duas áreas. Esses dados serão analisados mais detalhadamente nas próximas seções.

Tabela 1. Distribuição dos tipos de metáforas encontradas nos artigos de Economia e Biologia.

TIPOS DE METÁFORAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Metáforas analógicas	80	56%
Metáforas correlacionais ou primárias	65	44%
TOTAL	145	100%

Com base nos dados acima nota-se que esses resultados iniciais são compatíveis com a hipótese de que as expressões metafóricas podem ocorrer em textos acadêmicos de diferentes áreas, evidenciando a ocorrência de metáforas analógicas e metáforas correlacionais ou primárias.

Com relação à distribuição das metáforas por área, no artigo da área de Economia, foi encontrado um total de 91 expressões metafóricas, com uma percentagem de 60% de metáforas analógicas e 40% de metáforas correlacionais ou primárias, como mostra a Tabela 2:

Tabela 2. Distribuição de metáforas no corpus do artigo de Economia.

TIPOS DE METÁFORAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Metáforas analógicas	54	60%
Metáforas correlacionais ou primárias	37	40%
TOTAL	91	100%

Já no artigo de Biologia, foi encontrado um total de 54 expressões metafóricas que se dividem em 48% de metáforas analógicas e 52% de metáforas correlacionais ou primárias, como mostra a Tabela 3:

Tabela 3. Distribuição de metáforas no corpus do artigo de Biologia.

TIPOS DE METÁFORAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Metáforas analógicas	26	48%
Metáforas correlacionais ou primárias	28	52%
TOTAL	54	100%

As Tabelas 2 e 3 evidenciam uma frequência ligeiramente maior de metáforas analógicas no texto de Economia, ao mesmo tempo em que indicam uma tendência levemente inversa no texto de Biologia. Em linhas gerais,

entretanto, pode-se considerar que a distribuição dos tipos de metáforas tende a ser equilibrada nas duas áreas. Sendo assim, as seções 3.1 e 3.2, a seguir, contrastam, respectivamente, as Metáforas Correlacionais e as Metáforas Analógicas nas duas áreas.

3.1. Metáforas correlacionais ou primárias

No artigo “Desvalorização, Crescimento e a Relação entre Poupança Doméstica e Câmbio” (FERREIRA & CARDOSO, 2009), da área de Economia, foram encontrados um total de 37 Metáforas Correlacionais ou Primárias que se dividem em diferentes tipos, assim como mostra a Tabela 4:

Tabela 4. Distribuição dos tipos de metáforas correlacionais no artigo de Economia.

TIPOS DE METÁFORAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
MAIS É PARA CIMA	14	37,8%
MENOS É PARA BAIXO	7	19,0%
QUANTIDADE É ROBUSTEZ	4	10,8%
INFLUENCIAR É IMPACTAR	3	8,1%
COMPREENDER É VER	2	5,4%
DIMINUIÇÃO É ACHATAMENTO	1	2,7%
INFLUENCIAR É AFETAR	1	2,7%
LUCRATIVIDADE É OBJETO	1	2,7%
REGULAR É CONTROLAR	1	2,7%
CÂMBIO É PESSOA	1	2,7%
IDÉIAS SÃO OBJETOS	1	2,7%
EVITAR É IMPEDIR	1	2,7%
TOTAL	37	100%

Como mostra a Tabela 4, as metáforas correlacionais mais produtivas no artigo de Economia são MAIS É PARA CIMA e MENOS É PARA BAIXO, correspondendo juntas a 56,8% dos casos. Ainda relacionadas à quantidade, destacam-se as metáforas QUANTIDADE É ROBUSTEZ (ex. *relação robusta* entre valorização cambial e crescimento econômico) e DIMINUIÇÃO É ACHATAMENTO (ex. *a lucratividade* destes setores foi *achatada*). A produtividade dessas metáforas correlacionais, correspondendo a 70,3% do total de casos, parece refletir o enfoque dos estudos econômicos sobre quantificação de fenômenos financeiros.

No artigo “Aspectos da biologia reprodutiva de *Drimys brasiliensis* Miers (Winteraceae) em Floresta da biologia reprodutiva do Brasil” (MARIOT; MANTOVANI; BITTENCOURT; REIS, 2014), da área de Biologia, foram encontrados três tipos de metáforas correlacionais ou primárias, MAIS É PARA CIMA, MENOS É PARA BAIXO e EVITAR É IMPEDIR, contabilizando um total de 28 metáforas mentais, assim como mostra a Tabela 5:

Tabela 5. Distribuição dos tipos de metáforas correlacionais no artigo de Biologia.

TIPOS DE METÁFORAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
MAIS É PARA CIMA	17	61%
MENOS É PARA BAIXO	10	36%
EVITAR É IMPEDIR	1	3%
TOTAL	28	100%

Esses resultados indicam que os tipos mais frequentes de metáforas correlacionais ou primárias, em ambas as áreas, foram MAIS É PARA CIMA, como ilustrado nos exemplos (5) e (6), com 37,8% dos casos no artigo de Economia e 61% dos casos no artigo de Biologia, e MENOS É PARA BAIXO, como ilustrado nos exemplos (7) e (8), com 19% dos casos no artigo de Economia e 36% dos casos no artigo de Biologia:

- (5) [...] e às *altas taxas* de lucro e juros que tendem a prevalecer no país [...] (2009: 39)
- (6) Com isso, a *alta produção* de frutos observada é possivelmente decorrente da autofecundação. (2014: 877)
- (7) [...] não há qualquer evidência de desindustrialização ou de especialização em setores de *baixa* tecnologia. (2009: 42)
- (8) [...] o que resulta nesse *baixo* consumo de frutos diretamente na árvore [...] (2014: 886)

Esses resultados indicam a proeminência das metáforas correlacionais MAIS É PARA CIMA e MENOS É PARA BAIXO, independentemente da área. Tendo em vista que esse tipo de metáfora decorre da experiência humana mais básica de correlacionar quantidade e altura, é de se esperar que sejam mais salientes cognitivamente, e recrutadas sempre que valores quantitativos estejam em foco.

2.1. Metáforas analógicas

Nesta seção, analisam-se as metáforas analógicas observadas nas áreas de Economia e Biologia.

2.1.1. Artigo de Economia

Ao analisar as metáforas analógicas no artigo da área de Economia, verificou-se que foram encontradas metáforas mentais de diferentes tipos, como nos exemplos (9), (10), (11) e (12). Em (9), percebe-se uma analogia entre o domínio-fonte SER VIVO e o domínio-alvo ECONOMIA, em que processos econômicos são conceptualizados em termos de desenvolvimento

dos seres vivos. Em (10), o conceito Economia é concebido em termos de guerra e disputa, de modo que os economistas usam estratégias para preservar a competição de setores econômicos, resultando na metáfora analógica ECONOMIA É GUERRA/DISPUTA. Já em (11), percebe-se que há uma analogia entre o domínio-fonte CONSTRUÇÃO e o domínio-alvo TEORIA, em que o conceito “fundamento” estabelece uma analogia com os conceitos de construção, como alicerce, e teoria, resultando na metáfora analógica TEORIA É CONSTRUÇÃO. E por fim, em (12) nota-se que há uma analogia dos conceitos de viagem e conclusão científica, resultando na metáfora analógica PENSAMENTO CIENTÍFICO É VIAGEM:

- (9) O principal resultado é que, uma vez controlado por instituições, não há qualquer evidência de que política cambial afete o *desenvolvimento econômico*. p.41 (ECONOMIA É SER VIVO)
- (10) Bresser-Pereira é o único economista brasileiro a advogar, como *estratégia* para preservar a *competitividade* de vários setores nacionais [...]”. p.43 (POLÍTICA ECONÔMICA É DISPUTA)
- (11) Como discutimos acima, não há qualquer *fundamento* para a afirmação de que ‘para se desenvolverem países necessitam neutralizar esta tendência a sobrevalorização da taxa de câmbio?’. p.45 (TEORIA É CONSTRUÇÃO);
- (12) Obviamente, esse artigo não é o único nem o primeiro a *chegar* a esta conclusão. p.41 (PENSAMENTO CIENTÍFICO É VIAGEM).

Na Tabela 6, observa-se a distribuição de metáforas analógicas no artigo de Economia, sendo importante ressaltar que a presente pesquisa agrupou as expressões metafóricas dos domínio-fontes DISPUTA e COMPETIÇÃO

ao domínio-fonte GUERRA, porque se entendeu, como já apontado por Dancygier & Sweetser (2014), que os conceitos de disputa e competição estão relacionados ao domínio de guerra. Em termos de frequência, percebe-se que, na Tabela 6, a metáfora analógica ECONOMIA É SER VIVO, com 65% dos casos, foi a metáfora mental mais frequente no artigo de Economia, corroborando o pressuposto cognitivista de que a cognição humana tende a se basear em experiências corporais para construir pensamentos abstratos:

Tabela 6. Distribuição de metáforas analógicas no artigo de Economia.

METÁFORAS ANALÓGICAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
ECONOMIA É SER VIVO	35	65%
ECONOMIA É GUERRA/DISPUTA/ COMPETIÇÃO	15	28%
TEORIA É CONSTRUÇÃO	3	5%
PENSAMENTO CIENTÍFICO É VIAGEM	1	2%
TOTAL	54	100%

Ao analisar os exemplos (13), (14), (15) e (16), referentes à metáfora analógica mais frequente do artigo de Economia, verificou-se que a metáfora mental ECONOMIA É SER VIVO é retomada em diferentes níveis hierárquicos, desenvolvendo-se assim um processo cognitivo de metaforicidade (Müller, 2008). Nesse processo, a metáfora mental ECONOMIA É SER VIVO foi estruturada em trechos extensos do discurso em diferentes níveis de especificidade. Em uma escala hierárquica, a metáfora mental ECONOMIA É SER VIVO, no exemplo (13), corresponde à metáfora mais genérica, enquanto as metáforas mentais ECONOMIA DOS PAÍSES É SER VIVO, ECONOMIA INDUSTRIAL DOS PAÍSES É SER VIVO e MERCADO DE CAPITAIS É SER VIVO, em (14), (15) e (16), correspondem a metáforas mais específicas da escala:

- (13) Este artigo é uma resenha sobre políticas públicas e *crescimento econômico* [...] p.40 (ECONOMIA É SER VIVO)
- (14) Logo, *para se desenvolverem*, os *países* necessitam neutralizar a tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio. Segundo o autor, *países* emergentes que assim o fizeram *cresceram* bem mais. p. 39 (ECONOMIA DOS PAÍSES É SER VIVO)
- (15) Obviamente esta correlação positiva entre valorização do câmbio e *crescimento industrial* não implica em causalidade. p.42 (ECONOMIA INDUSTRIAL DOS PAÍSES É SER VIVO)
- (16) Vale lembrar que, num país com *mercado de capitais em estágio embrionário* [...] p. 44 (MERCADO DE CAPITAIS É SER VIVO)

Além disso, a Tabela 7 demonstra que a metáfora mental mais genérica ECONOMIA É SER VIVO foi a mais frequente dos dados, com 55% dos casos, sendo a metáfora mental responsável pela ativação da metaforicidade no texto:

Tabela 7. Metaforicidade da metáfora mental ECONOMIA É SER VIVO

METÁFORAS MENTAIS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
ECONOMIA É SER VIVO	19	55%
ECONOMIA DOS PAÍSES É SER VIVO	10	29%
ECONOMIA INDUSTRIAL DOS PAÍSES E SER VIVO	5	15%
MERCADO DE CAPITAIS É SER VIVO	1	1%
TOTAL	35	100%

Os resultados apresentados na Tabela 7 são compatíveis com a ideia de que a metáfora ECONOMIA É SER VIVO não apenas se reflete pontualmente em expressões metafóricas específicas no texto analisado, mas também orienta a estruturação do texto em termos mais globais, desencadeando o processo de metaforicidade (Müller, 2008). Assim, a metáfora é ativada em diferentes pontos do texto, através de Metáforas Sistemáticas (Cameron & Maslen, 2010), que indicam fenômenos econômicos mais genéricos ou mais específicos, tais como a economia dos países, a economia industrial e o mercado de capitais.

2.1.2. Artigo de Biologia

No caso das metáforas analógicas no texto de Biologia, foram encontradas as metáforas mentais BIOLOGIA REPRODUTIVA É ATIVIDADE ECONÔMICA, SOBREVIVÊNCIA É GUERRA E TEORIA É CONSTRUÇÃO, como ilustrado nos exemplos (17), (18) e (19), respectivamente:

- (17) Foram realizados 100 horas de observações durante o período de janeiro de 2005 [...] visando identificar os visitantes florais e os *consumidores primários* de frutos. p. 880
- (18) Porém, não existem *estratégias* de manejo de populações naturais sustentáveis desta espécie. p. 878
- (19) O objetivo deste trabalho foi a realização de estudos de biologia reprodutiva de *Drimys brasiliensis* visando *fundamentar* estratégias de exploração sustentável [...] p. 877

A metáfora analógica mais frequente no artigo de Biologia, como mostra a Tabela 8, foi BIOLOGIA REPRODUTIVA É ATIVIDADE ECONÔMICA, com 62% dos casos. É importante ressaltar que enquanto na metáfora analógica mais frequente do artigo de Economia, ECONOMIA É

SER VIVO, o domínio-fonte é ser vivo e o domínio-alvo é a Economia, no artigo de Biologia ocorre o inverso, já que a Economia se torna o domínio-fonte e a atividade reprodutiva relacionada a ser vivo é o domínio-alvo:

Tabela 8. Distribuição de metáforas analógicas no artigo de biologia.

METAFÓRAS MENTAIS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
BIOLOGIA REPRODUTIVA É ATIVIDADE ECONÔMICA	16	62%
SOBREVIVÊNCIA É GUERRA	9	35%
TEORIA É CONSTRUÇÃO	1	3 %
TOTAL	26	100%

Ao analisar os exemplos (20) e (21), referentes à metáfora analógica mais frequente do artigo de Biologia, verificou-se que a metáfora mental BIOLOGIA REPRODUTIVA É ATIVIDADE ECONÔMICA é retomada em diferentes níveis hierárquicos, envolvendo uma série de Metáforas Sistemáticas (Cameron & Maslen, 2010), em função do processo cognitivo de metaforicidade (Müller, 2008):

- (20) Nas 100 horas de observação apenas em três momentos foram visualizados esses *consumidores*. (AGENTES DE POLINIZAÇÃO SÃO CONSUMIDORES)
- (21) Possivelmente, os *recursos* florais oferecidos por *Drimys brasiliensis* não são *compensadores* (ÁRVORES SÃO FORNECEDORES)
- (22) (...) a alta *produção* de frutos observada é possivelmente decorrente da autofecundação, p.1 (ÁRVORES SÃO FORNECEDORES)

Os exemplos (20), (21) e (22) ilustram o fato de que, ao longo de todo o artigo, os agentes de polinização são conceptualizados como consumidores e a árvore cuja biologia reprodutiva é estudada, a *Drimys brasiliensis*, é tratada como um fornecedor de recursos (flores, frutas, etc.), que podem ou não ser compensadores.

Considerações finais

Neste trabalho, identificou-se um total de 145 metáforas mentais (analógicas e correlacionais) nos textos acadêmicos das áreas de Economia e Biologia.

A partir dos textos analisados, percebeu-se que os tipos mais frequentes de metáforas correlacionais ou primárias, em ambas as áreas, foram MAIS É PARA CIMA, com 37,8% dos casos na área de Economia e 61% dos casos em Biologia, e MENOS É PARA BAIXO, com 19% dos casos na área de Economia e 36% dos casos em Biologia.

No caso das metáforas analógicas, o tipo mais frequente na área de Economia foi ECONOMIA É SER VIVO, com 65% dos casos, e ainda se verificou que há uma metaforicidade sendo construída ao longo do artigo, sendo que a metáfora mental ECONOMIA É SER VIVO é retomada em diferentes níveis hierárquicos de especificidade. Já na área de Biologia, o tipo mais frequente de metáfora analógica foi BIOLOGIA REPRODUTIVA É ATIVIDADE ECONÔMICA com 62% dos casos, também instanciada em níveis hierárquicos e perspectivas distintas. Nesse sentido, pode-se concluir, que as metáforas mentais ECONOMIA É SER VIVO e BIOLOGIA É ATIVIDADE ECONÔMICA, associadas às suas instanciações mais específicas, são Metáforas Sistemáticas, nos termos de Cameron e Maslen (2010), responsáveis pela ativação da metaforicidade no texto, conforme proposto por Müller (2008).

Esses resultados são compatíveis com as hipóteses de que: (i) as metáforas são produtivas em textos acadêmicos, (ii) as áreas de Economia e Biologia diferem quanto à escolha de metáforas mentais e, em particular, de

metáforas analógicas, (iii) o processo de metaforicidade atua na construção dos textos acadêmicos analisados. Mais especificamente, os resultados indicam que as áreas compartilham metáforas correlacionais ou primárias, normalmente recrutadas em qualquer tipo de discurso. Entretanto, quando se trata do discurso acadêmico, o conhecimento compartilhado pode ser evocado, recorrendo-se a metáforas analógicas em que o domínio-fonte recrutado para estruturar metaforicamente uma área pode provir justamente de um outro domínio científico. No caso específico desta pesquisa, o domínio-fonte escolhido para a área de Economia provém justamente da área de Biologia, e vice-versa. Esses resultados são especialmente reveladores, porque questionam o pré-requisito normalmente apontado na literatura de que o domínio-fonte seja mais concreto do que o domínio-alvo. A ocorrência de domínios-fonte abstratos, como os que se evidenciam nesses casos, abre novas perspectivas de pesquisa sobre a relação entre os domínios cognitivos envolvidos no mapeamento metafórico.

Por fim, vale destacar que a identificação de um número expressivo de metáforas nos textos acadêmicos analisados parece indicar que o processo de metaforicidade é inerentemente constitutivo do pensamento científico. Essa generalização, entretanto, precisa ser investigada em trabalhos futuros através da ampliação do conjunto de dados e da inclusão de outras áreas do conhecimento na pesquisa.

Referências

BERGEN, B. **Louder than words: the new science of how the mind makes meaning**. New York: Basic Books, 2012. 296 p.

CAMERON, L. Operationalising ‘metaphor’ for applied linguistic research. In: CAMERON, L.; LOW, G. (Eds.), **Researching and applying metaphor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 3-28.

CAMERON, L. **Metaphor in educational discourse**. London: Continuum, 2003. 294 p.

CAMERON, L.; MASLEN, R. (Eds.). **Metaphor Analysis: Research Practice in Applied Linguistics, Social Sciences and the Humanities**. London, UK: Equinox. 2010. 306 p.

CASASANTO, D. The role of language in metaphor. In: Borkent, M.; Dancygier, B.; Hinnell, J. (Eds.). **Language and the creative mind**. Stanford: CSLI Publications, 2013, p. 3-18.

DANCYGIER, B; SWEETSER, E. **Figurative Language**. London: Cambridge University Press, 2014. 242 p.

FERREIRA, P. C. G; CARDOSO, R.F. Desvalorização, Crescimento e a Relação entre Poupança Doméstica e Câmbio. **Econômica**, Niterói, v. 11, n.1, p. 39 – 47, jun. 2009.

GEERTZ, C. **Works and lives**. Stanford: Stanford University Press, 1988.157 p.

GIBBS, R. W.; CAMERON, L. The social-cognitive dynamics of metaphor performance. **Cognitive Systems Research**, v.9, n.1, p. 64-75, oct. 2008.

GRADY, J.E. Theories are buildings revisited. **Cognitive Linguistics**, v. 8, n. 4, p. 267–90, oct./dec.1997.

GRADY, J.E. The “Conduit” Metaphor revisited: a reassessment of metaphors for communication. In: KOENING, J. P. (Ed.), **Conceptual Structure, Discourse and Language**. Stanford: CSLI Publications, 1998. p. 205-218.

GRADY, J. E. A typology of motivation for conceptual metaphor: correlation vs. resemblance. In: STEEN, G. & GIBBS, R. (Eds.), **Metaphor in Cognitive Linguistics**, Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 79-100.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: Chicago University Press, 1980. 242 p.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh; the embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Books, 1999. 642 p.

MARIOT, A. et al. **Aspectos da biologia reprodutiva de *Drimys brasiliensis* Miers (Winteraceae) em Floresta Ombrófila Mista, Sul do Brasil.** *Ciência Florestal*, v.24, n.4, Santa Maria, vol. 24, n.4, p. 877-888, out./dez. 2014.

MÜLLER, C. What gestures reveal about the nature of metaphor. In: CIENKI, A.; _____. (Eds.), **Metaphor and Gesture**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 219–245.

MÜLLER, C.; CIENKI, A. Words, Gestures, and Beyond: Forms of Multimodal Metaphor in the Use of Spoken Language. In: FORCEVILLE, C.; URIOS-APARISI, E. (Eds.) **Multimodal metaphors**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2009, p. 297-328.

ZAMEL, V.; SPACK, R. **Negotiating academic literacies; teaching and learning across languages and cultures**. New York: Routledge, 1998. 352 p.

Da paisagem à paisagem linguística como património ou da prática à teoria: para uma tipologia da paisagem linguística

From landscape to linguistic landscape as heritage or from practice to theory: for a typology of linguistic landscape

Helena Rebelo*

RESUMO

A paisagem tem sido alvo de estudo em diversas disciplinas. No âmbito da Linguística, tem aparecido a chamada “paisagem linguística”, que tem sido analisada sob diversos ângulos, incluindo uma abordagem interdisciplinar. É um assunto que também importa ao Património Linguístico, a vários níveis. Impõe-se responder às questões: Até que ponto será linguística a paisagem? Vê-se apenas ou lê-se, a paisagem? Vai-se realizando investigação sobre o assunto. Indo da prática à teoria, tem-se observado que existem vários níveis, isto é, degraus, a considerar para estabelecer uma tipologia da Paisagem Linguística. Assim, parte-se da paisagem em si, sem qualquer marca linguística, passando por aquelas que ganham um ou mais sinais esporádicos ou permanentes, em número reduzido e contável ou incontável por se multiplicarem.

Palavras-chave: Paisagem Linguística. Património Linguístico. Prática. Teoria. Tipologia da Paisagem Linguística.

Recebido em 16 de abril de 2020.

Aceito em 24 de junho de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.395>

*Universidade da Madeira, helenreb@uma.pt, orcid.org/0000-0002-8345-9436

ABSTRACT

The landscape has been studied in several disciplines. In the field of Linguistics, the so-called “linguistic landscape” has appeared, which has been analysed from various angles, including an interdisciplinary approach. It is a subject that also matters to the Linguistic Patrimony at various levels. The questions need to be answered: To what extent will the landscape be linguistic? Do you see only or read the landscape too? Investigations are underway on the matter. Going from practice to theory, it has been observed that there are several levels, that is, steps, to be considered to establish a typology of the Linguistic Landscape. Thus, one starts from the landscape itself, without any linguistic mark, passing through those that gain sporadic or permanent signs, in a small and countable number or countless because they multiply.

Keywords: Linguistic Landscape. Linguistic Patrimony. Practice. Theory. Typology of the Linguistic Landscape.

1. Investigação em torno do conceito de “paisagem linguística”: a prática

No campo dos Estudos Linguísticos, aplicados estes aos Estudos Regionais e Locais, mais propriamente à área específica do Património Linguístico, sobretudo madeirense, tem-se procurado desenvolver investigação e reflexão sobre “paisagem linguística”, isto é, o conceito em si e as suas manifestações. Vários são os autores que fazem caminho semelhante para compreender melhor o que é a “paisagem linguística” (cf., por exemplo, Backhaus, 2006; Blommaert, 2012; Coulmas, 2009; Gorter, 2013; Landry & Bourhis, 1997; Torkington, 2008), havendo quem opte, claramente, por uma abordagem interdisciplinar (para dar apenas um exemplo: Teis, Seide & Lucas, 2018). Pessoalmente, é também o plano que se vai assumido, por se considerar imprescindível, uma visão interdisciplinar, congregando estudos sobre a Paisagem e estudos de Linguística, com, a título exemplificativo, o contributo do próprio Património Linguístico (Rebelo, 2014, através da questão linguística, geográfica e administrativa da diferença madeirense entre “freguesia”, “sítio” e “lugar”) e do Turismo (Rebelo, 2017, para a reflexão sobre as descrições paisagísticas da documentação turística) ou

da Literatura (Rebelo, 2020, um artigo dedicado à descrição das paisagens madeirenses por Raul Brandão, um reputado escritor português nortenho, que importa considerar).

Nesse sentido, desenvolvem-se diversas experiências práticas para compreender a amplitude do fenómeno da “paisagem linguística”, essencialmente para a do Arquipélago da Madeira, mas não só. As ilhas arquipelágicas (*vide*, por exemplo, o caso de Malta, estudado por Godfrey Baldacchino), que são locais geograficamente muito bem circunscritos, interessam, sobremaneira, à pesquisa que se está a intensificar, mas outros casos, como o de Aveiro (Clemente, 2017 e 2019), também são relevantes. Assim, a observação da Paisagem recai sobre todos os territórios que se conhecem, sejam eles locais ou regionais, uma vez que um olhar de dentro (o do indivíduo local, para o qual se destaca o do ilhéu madeirense,) e um olhar de fora (o do turista ou do estrangeiro) raramente são coincidentes. Será importante realçar que os olhares dos turistas vistos no seu conjunto também poderão não ser coincidentes, já que os dos ilhéus também não o são. Aliás, é o que se tem comprovado nos exercícios práticos que se têm desenvolvido: a paisagem observada é, num momento preciso, a mesma, mas os olhares que se lançam sobre ela nem sempre convergem. A confluência acontece unicamente em descrições paisagísticas pré-fabricadas para “turista ver”, como as dos guias turísticos que, muitas vezes, repetem os pontos a visitar e o que se pode observar.

Numa das experiências realizadas (e que prossegue), pretendia-se investigar o uso da linguagem verbal nas construções linguísticas da paisagem concebidas por falantes comuns, com idades distintas, nomeadamente linguagem infantil vs. linguagem adulta. Seriam dois os descritores ilhéus de uma paisagem que lhes fosse familiar: uma criança e um adulto. Queria comprovar-se que estas construções linguísticas espontâneas sobre paisagens – mesmo de territórios conhecidos dos falantes – se distanciam em larga medida das descrições paisagísticas elaboradas por agências de publicidade para o Turismo. A experiência implicava três fases e foi concretizada pelo

intermédio de estudantes universitários. Numa fase preparatória, eles tinham de escolher uma paisagem, uma criança e um adulto. Deviam munir-se de um equipamento de gravação áudio, previamente testado, preparar materiais de desenho/ pintura para que a criança representasse a paisagem e um instrumento fotográfico destinado a captar a paisagem. Num segundo momento, iriam posicionar-se para que, à vez, e sem ser ouvido pelo outro interveniente, tanto a criança como o adulto observassem e descrevessem o cenário, gravando a descrição de cada um dos falantes, sem, portanto, que o outro ouvisse e sem o pesquisador interferir no discurso do falante gravado, salvo se fosse realmente indispensável para que não houvesse silêncios excessivamente longos. Testavam-se duas hipóteses: A) a linguagem usada pela criança deverá ser muito mais limitada do que a do adulto, inclusive se forem da mesma família, e B) as descrições paisagísticas individuais irão distanciar-se de qualquer descrição turística oficial. Metodologicamente, eram ambas as intervenções gravadas *in loco*, sem qualquer prévia preparação dos falantes, que sabiam, no entanto, ao que iam. Na derradeira fase, passava-se à audição repetida da gravação, para posterior transcrição do discurso pelo estudante-pesquisador, que devia desenvolver uma reflexão sobre a experiência e os resultados obtidos. Os dois textos daí resultantes vinham acompanhados do desenho do cenário que a criança visionou e de uma fotografia da paisagem observada, descrita, gravada e transcrita, sem material de estudo.

A hipótese A) colocada nem sempre se tem verificado (a linguagem verbal dos dois descritores, devido ao parâmetro “idade”, não implicou, claramente, menor/ maior domínio linguístico). Deveria ser diferente a produção textual da criança e a do adulto, mas isso nem sempre se comprova porque é indispensável ter em conta um outro parâmetro, além de mais alguns, o da escolarização. Em contrapartida, a B) tem sido comprovada: o discurso oral espontâneo (as descrições paisagísticas solicitadas na experiência) e o discurso escrito pré-elaborado (as descrições turísticas dos guias e de outra documentação do género) divergem substancialmente, situando-se, como seria de esperar, nos antípodas: menos elaborada aquela e muito mais construída esta.

No caso ilustrativo que se apresenta para a baía da localidade de Câmara de Lobos, na ilha da Madeira, paisagem humana e marítima tornada célebre por Winston Churchill e pela fotografia que o imortalizou a pintá-la (cf. Anexo 1: a, b, c e d), os dois informantes acentuam o seu posicionamento, centrando-se em si próprios, e não na paisagem. Para eles, ela não vale por si mesma, mas corresponde apenas ao que é visto por cada um (uso de “vejo” e de outras formas do verbo “ver”, inclusive em expressões idiomáticas assinaladas com [?] como para “deixa-me cá ver...”). A repetição da forma verbal “vejo” (cf. **negritos** adicionados aos textos dos anexos 1 e 2 - adulto: 16 ocorrências – uma pela negativa, ou seja, “não vejo” – em um pouco mais de 33 linhas de transcrição/ criança: 12 ocorrências em 14 linhas de transcrição) remete para o falante (descrições paisagísticas individuais) e não para a paisagem (a opção pela paisagem surge nas descrições paisagísticas turísticas: aí, a paisagem é dada a ver, ou melhor, a antever, já que o leitor do guia, em princípio, não a conhece porque ainda não a viu). O reduzido domínio linguístico tanto do adulto como da criança evidencia-se por ocorrer, unicamente, esse verbo e nenhum sinónimo, mas ambos realçam o que visionam e interpretam a paisagem (pelas palavras do texto, a criança vê mais do que alcança e, pelas do adulto, fica-se com a ideia de que a paisagem visionada não lhe é familiar, embora o seja porque é residente naquela localidade). Dizem, os dois, o que pensam ao ver e o que estão a sentir. Concorde-se, pois, com Teis, Seide & Lucas (2018, 22), que:

À primeira vista, a paisagem pode ser definida como tudo aquilo que o olhar abrange, o conjunto de imagens que um indivíduo capta e decodifica com o seu olhar. Contudo, não há nada de neutro, objetivo ou passivo nesta análise da realidade semiótica circundante. A paisagem é, nessa perspectiva, resultado da percepção subjetiva de quem a vê.

Comprova-se, nesta experiência, neste exercício linguístico prático, que a paisagem descrita – pelo adulto e pela criança – não assume integralmente

os mesmos contornos. O que é visto, olhado, contemplado e observado por um é, no geral, considerando, embora, que passaram alguns minutos, o mesmo que pelo outro, mas o modo como convertem o que visionaram em linguagem verbal varia, como é lógico, havendo, no entanto, algo em comum. Porém, o reduzido vocabulário, já comprovado pelo uso exclusivo de “ver”, também se encontra patente a nível de qualificativos nos dois discursos (contrariamente a Raul Brandão na descrição das paisagens madeirenses ou aos guias turísticos). Todavia, o movimento do olhar (cf. advérbios de lugar e locuções adverbiais) foi uma constante para ambos os descritores. Aliás, nas recolhas já realizadas para esta experiência, a descrição da paisagem natural (campestre, marítima, montanhosa, etc.) ou urbana, que um adulto e uma criança estavam a ver – gravados em formato áudio –, quando transcrita, apresenta-se num texto repetitivo, com um reduzido vocabulário e muitas marcas do registo oral. Isso é lógico porque se trata de um texto espontâneo. Por definição, este tipo textual e discursivo é constituído por frases inacabadas, bastante incompletas, entre outras particularidades. Contudo, apesar da espontaneidade que se esperaria, os dois informantes (e não apenas a criança) revelam um reduzido domínio do vocabulário da Língua Portuguesa.

Quando o estudante-pesquisador-transcritor reouve as gravações para as verter para a escrita, tem evidenciado que o resultado permite alargar a reflexão em torno do uso da linguagem quer infantil, quer de adultos. Simultaneamente, o resultado patente nas transcrições possibilita compreender que, pelas descrições paisagísticas destes falantes comuns, não se consegue identificar a paisagem que as originou, se não forem mencionados topónimos ou não houver outras localizações geográficas como gentílicos. Acontece, inclusive, de igual modo com paisagens muito conhecidas, uma vez que a paisagem representada pela linguagem verbal não permite a sua identificação, se não vier localizada ou se não houver identificadores específicos (ex.: Tour Eiffel -> Paris) que, por vezes, têm de ser particularizados (ex.: Cristo Rei da Madeira – o mais antigo –, de Lisboa ou do Rio de Janeiro?). Isso não acontece com as descrições paisagísticas que se encontram em guias turísticos

porque têm uma linguagem muito rebuscada e tópicos comuns, permitindo reconhecer imediatamente a paisagem (Rebelo, 2017), já que, no fundo, esta é transportada para o domínio do Património Edificado (ex.: Universidade de Coimbra) ou do Património Natural (ex.: a Laurissilva da Madeira). Deste modo, comprovadamente, observa-se que a paisagem em si pode ser património e a representação desta também o pode ser, nomeadamente as fotografias ou as pinturas (ex.: são património artístico as pinturas de Étretat de Claude Monet, que tornou célebre a paisagem marítima dos penhascos normandos, incluindo a falésia com o formato de elefante). As representações textuais da paisagem também podem alcançar essa dimensão. A associação da cidade do Funchal vista do mar a um “anfiteatro” tornou-se recorrente, quando se consultam descrições paisagísticas da cidade. Sucede o mesmo com Alenquer, perto de Lisboa, que se vai intitulado de “vila presépio”, pela altura da época natalícia. Estas generalizações descritivas, por serem muito recorrentes, tornam-se bens patrimoniais e deixam de variar a nível individual porque todos passam a ver a paisagem sob o mesmo prisma, deixando de a analisar, de a interpretar ou de filtrar o que é visto. O olhar de quem vê pela primeira vez (como o turista) fica condicionado ao que os outros viram e descreveram, escrevendo sobre a paisagem, se leu a descrição paisagística, antes de a contemplar ao vivo, pessoalmente.

2. Ver a paisagem e ler a/na paisagem: da prática à teoria

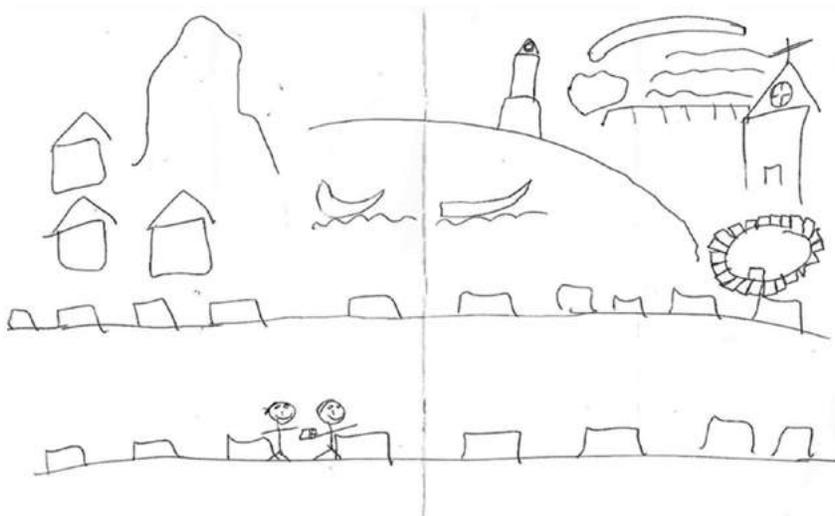
A criança e o adulto da prática experimental *supra* mencionada viram (“vejo”) a paisagem marítima da baía de Câmara de Lobos (Madeira) e descreveram-na. Transportam-na para as palavras: um modo de representação, entre vários outros. Aliás, por definição, a paisagem física corresponde à envolvência panorâmica que se pode ver e representar. Fotografar (cf. Fotografia 1) cristaliza a paisagem, isto é, uma parte dela.



Fotografia 1. Baía de Câmara de Lobos vista do Pico da Torre

Fotografia cedida por José Valter de Jesus, 2017

Se bem que fixa, fisicamente, aceita alterações (os carros que passam na cidade, o movimento da folhagem motivado pelo vento, o colorido do céu ao longo de um dia, a maior ou menor intensidade da luminosidade, etc.). Desenhar (cf. Desenho 1) altera-a em grande medida, a não ser que o realismo seja tão forte que a reproduza em grande parte.



Desenho 1. Baía de Câmara de Lobos vista do Pico da Torre por uma criança de 11 anos

Desenho cedido por José Valter de Jesus, 2017

A posição do indivíduo que visiona é muito importante, já que basta andar um passo ou para a direita ou para a esquerda do ponto estabelecido, basta virar a cabeça para um lado ou para o outro, assim como para trás, e a paisagem muda. Deixa de ser a mesma porque o ponto de vista (o ponto de onde se avista) também se alterou. Isso sabe-o qualquer pintor, desenhador ou fotógrafo. Aliás, numa máquina fotográfica, assim como num computador (cf. as instruções de uma impressora para reproduzir um documento em Word), o modo “paisagem” representa a dispersão do conteúdo num plano horizontal e surge por oposição ao “retrato” que é vertical. Nesse modo “paisagem”, há uma extensão da visão porque se vislumbra mais, abarcando um ângulo de 180°. O cinema também trabalha com planos e o que remete para a paisagem abarca sempre mais do que os outros. Muitas vezes, fala-se em “visão panorâmica”, que se pode ter de pontos estratégicos como miradouros. Aí, os olhos captam uma imagem geral do cenário. Vê-se ao longe, o que é completamente distinto

do que é observado ao perto ou visto de perto como com binóculos. Há, assim, aparelhos que permitem a concentração do olhar em determinado elemento, deixando de dar a noção do todo, ou seja, da paisagem.

Ora, num espaço ao ar livre, quem fizer o exercício de olhar à sua volta, ou melhor, à sua frente, verifica que o que é visto na globalidade é não verbal e, por isso, a paisagem seja ela natural ou humanizada não é, por definição, linguística. Destacam-se cores e formas, mas é difícil precisar os pormenores (como letras, por exemplo). É a aproximação do olhar que vai possibilitar capturar a existência de texto na paisagem e, apenas nessa situação, a paisagem passa a ser linguística: comporta linguagem verbal que se pode descodificar porque se vê e se lê. Então, regra geral, a “paisagem linguística” surgirá essencialmente em situações de visionamento por proximidade. Aliás, a linguagem verbal na paisagem cumpre, normalmente, uma função informativa (ex.: placas sinaléticas), além de identitária (ex.: topónimos) e, por isso, precisa de ser lida, depois de ser vista. Portanto, ver a paisagem não é igual a ler a paisagem (interpretá-la) ou ler texto inserido na paisagem (a paisagem visual com dados linguísticos).

De modo que uma paisagem sem referências específicas ou marcas linguísticas a identificá-la não é facilmente reconhecível, se não tiver algo que a individualize. Por exemplo, nos vídeos promocionais de automóveis (cf. o programa televisivo “Mundo Automóvel” do Grupo Rádio e Televisão Portuguesas – RTP), em que o carro surge numa estrada em paisagens idílicas (planícies, serras, campos, etc.), ninguém reconhece os locais ou o país por onde o carro deambula. Se não houver uma placa a identificar a localidade ou uma legenda a situar o território, a paisagem não é identificável. Assim, a publicidade revela que aquele veículo é uma boa escolha para qualquer condutor, seja ele de que país for.

É também esta ausência de identificação que permite a um realizador escolher filmar num determinado país para representar um outro e são inúmeros os casos (cf., por exemplo, documentário sobre as filmagens de “O Nosso Cônsul em Havana”, série dedicada a Eça de Queirós da RTP1),

querendo representar Cuba ou a China, algumas filmagens decorreram em Portugal, em cenários do interior português). Ver a paisagem, excluindo todas as palavras, toda a vertente linguística, não permite reconhecê-la. Se ela não comportar elementos diferenciadores, não se identifica. Pense-se nas duas lagoas das Sete Cidades, na ilha açoriana de S. Miguel. Não é preciso haver uma placa para se saber onde se está: isto, evidentemente, se já se tiver ouvido falar delas ou visto imagens. Pelo contrário, muitas praias da orla marítima portuguesa, se não forem identificadas com texto, podem corresponder a qualquer paisagem marítima, inclusive fora de Portugal. Outro exemplo que evidencia esta ideia é o das fotografias que determinadas marcas de computador fazem surgir nos ecrãs, quando a máquina fica em “stand by”. De onde é esta paisagem? É a dúvida que assalta qualquer utilizador, sendo observador, já que alteram as fotografias, renovadas automaticamente, quando o computador está ligado à Internet.

Assim, ver uma paisagem sem qualquer elemento linguístico pode ser limitador, redutor, já que falta a palavra para lhe acrescentar valor, embora a contemplação da paisagem elimine a palavra e permita uma fruição interior que se situa ao nível da meditação pura, em que o pensamento verbal é apagado. As paisagens com linguagem verbal possibilitam uma leitura do cenário porque, à partida, há nelas elementos para ver, mas também para ler no sentido literal do termo: decifrar as letras. Isso é distinto de “ler a paisagem”, que se traduz na descrição da paisagem ou na sua interpretação. Quando aparecem nuvens cinzentas, surgindo um bando de pássaros a voar, sabe-se que vai chover. São sinais disso, o que interessa à Semiologia. As cores de uma aurora e as de um pôr-do-sol não são coincidentes. As flores nas árvores indicam o tempo primaveril e a queda das folhas um outonal. A paisagem comporta informação não verbal e, quando se lhe junta texto, àquela informação, adiciona-se-lhe a verbal que amplia a leitura. A expressão “ler a paisagem” ganha um sentido literal (correspondendo a paisagem linguística), ultrapassando, mas incluindo também, o de “interpretar a paisagem” – abordagem semiológica. No extremo, lê-se a paisagem unicamente quando

se está perante uma descrição paisagística porque é apenas nesse caso que a representação é dada pela linguagem verbal, normalmente a escrita (cf. Anexos 1 e 2: a escrita reproduz a descrição feita oralmente). Em suma, a paisagem vê-se (mesmo se precisa igualmente de ser lida, ou seja, interpretada) e a paisagem linguística lê-se (embora também necessite de ser vista). Entre uma e a outra, a distância é grande, assim como sucede nos diversos tipos de paisagem linguística que podem ser considerados. As experiências práticas sobre Paisagem Linguística têm-se revelado proficuas para o desenvolvimento da reflexão teórica sobre o assunto.

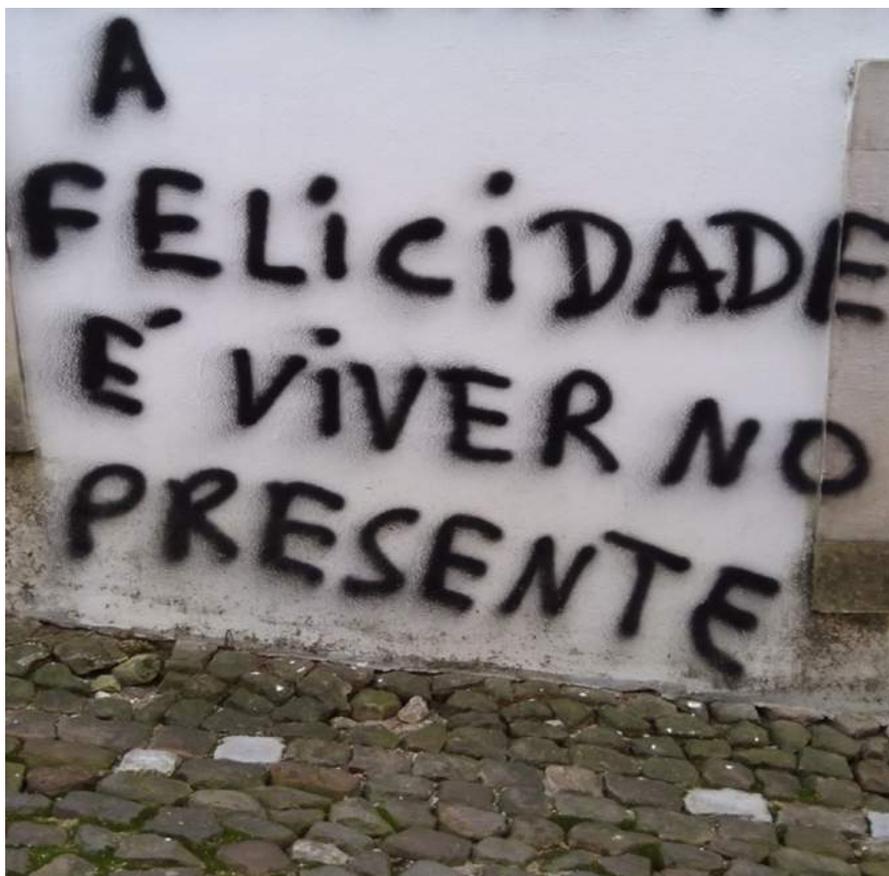
3. Tipologia classificatória das paisagens linguísticas: a teoria

Pelo que ficou explicitado, defende-se que, por regra, uma “paisagem” não é linguística. Di-lo-á qualquer dicionário na entrada que tiver para o conceito. Sendo um elemento essencialmente visual, vê-se; contempla-se; observa-se. No fundo, é um cenário que requer o sentido da visão (daí o uso recorrente de “vejo” nos anexos 1 e 2). Este será o primeiro dos sentidos envolvidos, embora possam estar outros implicados como o olfacto ou a audição, em que a sinestesia permite ter essa confluência. As descrições paisagísticas literárias vivem deste e de outros recursos estilísticos, o que é amplamente sabido.

Então, o que significa a noção de “paisagem linguística” que tem vindo a despertar interesse, sobretudo no quadro da investigação na área da Linguística? A paisagem linguística implica que o cenário, ou seja, o que os olhos estão a visionar, o que está à frente de quem olha, comporte uma (ou mais) representação simbólica que seja claramente linguagem verbal. Portanto, a paisagem linguística é/ foi, de algum modo, humanizada. Alguém passou por ali e deixou uma marca escrita. Quem passar por ela reencontrará essa marca verbal sujeita à descodificação. Pode haver uma marca ou podem ser múltiplas. As modalidades variam. Estas marcas podem ser diminutos

sinais (ex.: uma placa com um topónimo à entrada/ saída de um pequeno povoado isolado ou de uma aldeia maior), que mal se vislumbram à distância, e podem, por vezes, ter um elevado número sobreposto que pode constituir a própria paisagem (ex.: os “néons” de uma rua citadina com placas colocadas umas sobre as outras a indicar hospitais, museus, monumentos, etc.). Pode acontecer que placas sobrepostas ou outros elementos linguísticos ocupem apenas uma pequena parte da paisagem (ex.: “graffiti” ocasionais em paredes) e não a paisagem toda.

Consequentemente, é possível falar em graus relativamente ao elemento linguístico na paisagem, indo de uns diminutos signos, que não se vislumbram à distância, a um elevado número, que pode corresponder à própria paisagem ou, num grau inferior, ocupar parte da dela. O último grau será o das “descrições paisagísticas” porque o território é aí “dado a ver” através da linguagem verbal, através da leitura e da descodificação. Unicamente nestes casos, a paisagem é feita de palavras e não de representação visual. A fim de caracterizar, sumariamente, os diferentes tipos existentes a considerar, pelas marcas linguísticas que a paisagem física contém, listam-se. A classificação que se apresenta não esgota, decerto, os vários géneros de paisagem linguística (a paisagem física à qual foi adicionada linguagem verbal e a descrição paisagística). Pretende-se dar deles uma visão geral. Poder-se-ia estender a tipologia ao género de cenário (natural, rural, urbano, etc.) que constitui o pano de fundo da paisagem linguística, mas não se aprofunda esta parte. Ainda seria viável acrescentar outros parâmetros, como fazer variar os tipos de paisagem linguística em função das entidades que os sustentam ou os promovem, nomeadamente se têm um cariz oficial (as marcas linguísticas foram determinadas por instituições estatais, municipais, isto é, reconhecidas e legitimadas) ou não oficial (as marcas foram emitidas por indivíduos ou grupos de indivíduos não legitimados, como os “graffiti” fortuitos com texto: *vide* fotografia 2).



Fotografia 2. Frase pintada sem autorização

Da autora: Inscrição que se apresenta como não tendo sido autorizada, mas figura na parede de uma casa da Alta de Coimbra, 2018.

De momento, esta enumeração visa exclusivamente expor os tipos de paisagem linguística mais evidentes. Ilustra-se cada um com exemplos colhidos em diversos locais e que qualquer pessoa facilmente reconhece ou localiza. Como ficou explícito, vai-se do grau mínimo (cf. alínea **a**) abaixo): a paisagem não linguística permanente) ao grau máximo (cf. alínea **g**) na sequência listada) paisagem integralmente linguística, ou seja, a descrição paisagística).

a) Paisagem não linguística permanente

É a genuína paisagem, dita física, em que não se regista qualquer marca de linguagem verbal. É aquela que pintam ou desenharam os artistas plásticos, quando levam o cavalete, o bloco de folhas de desenho ou qualquer suporte que aceite a sua produção artística, em função do que contemplam: o céu, o mar, a montanha, a floresta, o rio, as flores, etc. Nessas representações pictóricas paisagísticas, nos quadros ou nos desenhos, pode haver uma legenda e uma assinatura ou outra unidade linguística qualquer, mas, muitas vezes, até vão no verso ou na própria estrutura do enquadramento porque a paisagem não tinha qualquer elemento linguístico. Este tipo não comporta palavras. É o cenário real; aquele que a vista alcança com cores e formas distintas. Através dele, comprova-se que a paisagem, por excelência, é não linguística. Se, por qualquer motivo, se lhe adicionar alguma linguagem verbal, deixa, evidentemente, de ser uma paisagem não linguística permanente.

b) Paisagem não linguística com marca(s) linguística(s) esporádica(s)

Se a uma paisagem não linguística permanente, consideravelmente estável, se acrescentam elementos linguísticos num certo período, ganha, assim, pontualmente, marca(s) linguística(s). Os exemplos são múltiplos. Veja-se o que acontece em altura de campanhas eleitorais com os cartazes que vão ocupando espaços destinados, ou não, às campanhas políticas. Lembre-se o que ocorre nas provas de atletismo muito na moda (“trail”, “ultratrail”, etc.) com avisos e indicações colocados em muros ou em troncos de árvores, multiplicando-se faixas publicitárias de patrocinadores, ao longo do percurso. Isto também se verifica em certas localidades (ex.: Santa Clara, em Coimbra), com as participações de defuntos, em que surge um retrato, ou nas das missas do sétimo dia, divulgadas em folhas A4 a preto e branco, afixadas, esporadicamente, em lugares públicos. São visíveis ao longe, embora

o texto da participação apenas se possa ler ao perto. Recordar-se, igualmente, as avionetas que transportam faixas compridas com texto publicitário e passam por cima dos céus das praias, em plena época estival. Em todos estes casos, e noutros semelhantes, a paisagem em si não comporta marcas linguísticas. No entanto, ocasionalmente, é-lhe, por um certo momento, adicionado um elemento linguístico que, todavia, não altera a essência da paisagem porque ela volta, em princípio, ao seu estado normal de não linguística passado pouco tempo. Será uma paisagem linguística ocasional, ou seja, uma paisagem não linguística com marca(s) linguística(s) esporádica(s) ou momentânea(s).

c) Paisagem com uma marca linguística permanente

A paisagem física pode ser identificada com uma marca linguística que é constante. Este tipo de paisagem aparece, normalmente, à frente de quem conduz e chega a determinada localidade, vendo um topónimo a indicar o nome da povoação aí situada. Há ali, exclusivamente, uma unidade linguística que permite identificar a paisagem, dando-lhe um nome próprio. Isso pode acontecer também com uma inscrição adicionada por alguém, quer por razões oficiais, quer por motivos profissionais. Quem não se recordará da marca “Licor Beirão” pintada em troncos de árvores em estradas nacionais portuguesas a publicitar a bebida originária da Lousã, no Centro de Portugal? A marca da bebida licorosa assinalava a estrada e era o único texto que se podia ler. Se não fossem apagadas, aquelas palavras constituiriam uma marca linguística permanente em paisagens com estradas, por onde circulavam mais ou menos viaturas.

d) Paisagem com várias marcas linguísticas contáveis e permanentes

Há paisagens com várias marcas linguísticas, podendo estas ser contadas e estarem ali permanentemente. Estes casos encontram-se, sobretudo,

em cruzamentos ou entroncamentos em que placas com os topónimos das redondezas são colocadas lado a lado ou umas acima/ abaixo das outras para que os condutores de automóveis se orientem. As marcas também podem ser de outro género e constituir um breve texto. Por exemplo, à entrada da cidade portuguesa da Guarda, há cerca de uma dezena de anos, existia (não se sabe se se mantém) uma placa com uma indicação para a identificação da cidade mais alta de Portugal com três “f”: “farta”, “fria” e “formosa”. Muitas vezes, em tom de brincadeira, alguns forasteiros transformam o último em “feia”). Este tipo de paisagem também se regista em ruas das cidades, por exemplo, em lojas, restaurantes, cabeleireiros ou outro tipo de comércio, que, além do nome, adicionam outra informação linguística que sinaliza a paisagem, nomeadamente particularidades dessas lojas. Também é possível registar linguagem verbal e linguagem não verbal, associadas. Em Coimbra, em frente à Sé Velha, está uma casa por onde o cantor Zeca Afonso passou e foi colocada uma placa comemorativa que marca, linguística e pictoricamente, a paisagem, visto que, além do texto, está um retrato do rosto do cantor.

e) Paisagem com várias marcas linguísticas incontáveis e permanentes

As paisagens excessivamente urbanizadas comportam múltiplas marcas linguísticas: nomes de restaurantes, cafés, bares, lojas, etc. com estampadas ementas coloridas afixadas ou tabuletas escritas a giz, colocadas nas ruas. A todo estes textos praticamente sobrepostos como um quebra-cabeça ou um puzzle que é preciso descodificar devidamente, juntam-se avisos, publicidades, “graffiti”, etc. Por exemplo, quem passear pelo centro da cidade de Macau à noite fica a olhar para os nomes dos hotéis, das lojas, dos restaurantes e de outros estabelecimentos com informação linguística dificilmente contável, sobretudo, num primeiro olhar, mesmo ficando permanentemente iluminada.

f) Paisagem com várias marcas linguísticas contáveis num certo período

A certas paisagens, durante determinados períodos, havendo já uma marca linguística, são adicionadas indicações verbais que são facilmente contáveis, ocorrendo ali num tempo bem determinado, por vezes, bem longo. Por exemplo, os avisos escritos de desvios em estradas em obras, com placas informativas sobre o género de obra que está a ser levado a cabo e o preço que custará, indicando ainda a empresa que a executa, além de haver outros dados textuais informativos ou propagandistas. Quando a obra está finalizada (tendo durado meses ou anos), desaparecem aquelas marcas linguísticas, contáveis e fixas durante um período considerável, que caracterizaram a paisagem física naquele determinado momento, podendo ficar alguma informação escrita, além da que está inicialmente. Este tipo de paisagem é diferente do que se descreveu em b) porque as marcas linguísticas (algumas delas) ficam na paisagem, incrustando-se nela para a moldar.

g) Paisagem integralmente linguística: a descrição paisagística

Completamente distinta das anteriores, refere-se o que se tem como “a real paisagem linguística”. É aquela que comporta, exclusivamente, linguagem verbal porque a paisagem, ou melhor, a sua representação, é toda ela constituída por signos linguísticos, que dão a ver o cenário construído, necessitando de ser lido. Aqui, não se lê na paisagem porque se lê a paisagem, ou melhor, a sua descrição. Logo, e lembrando, por exemplo, romances de qualquer escritor (como Eça de Queirós), as descrições de paisagens podem ser inventadas (territórios irrealis, imaginários ou fantasiosos) ou remeter para cenários existentes (territórios reais). Também pode suceder que sejam reconstruções à medida do descritor (cf. Anexos 1 e 2), espontâneas ou planificadas, orais ou escritas, publicitárias ou não. São meras descrições linguísticas. Embora se considerem as descrições paisagísticas como as

autênticas paisagens linguísticas, elas não costumam entrar no conceito de “paisagem linguística” em uso porque o habitual é considerar um determinado cenário, extralinguístico, onde se vislumbra linguagem verbal: a paisagem com linguagem verbal.

4. Considerações finais

A paisagem em si é, genericamente, não linguística e transforma-se, ou seja, é transformada pelo ser humano, em paisagem linguística, quando (ou se) é assinalada por uma ou várias marcas, que são contáveis ou incontáveis, sendo permanentes ou esporádicas (com menor ou maior duração temporal). Essas são paisagens com linguagem verbal e, por isso, linguísticas. Porém, a verdadeira paisagem linguística é aquela que é escrita, representada num texto, tornando-se descrição paisagística: quem escreve constrói a paisagem e quem lê visiona-a interiormente, reconstruindo-a através das palavras lidas. Porém, estas paisagens escritas/ lidas não costumam entrar no conceito de “paisagem linguística”.

Esta expressão tem remetido para a paisagem física com elementos linguísticos que marcam ou caracterizam a paisagem. Podem ser de diversa ordem. O mais comum é a toponímia, como a de placas toponímicas às entradas ou saídas das cidades (Bem-vindos a x! Obrigado por nos ter visitado! Até uma próxima!). A sinalética (do símbolo ao signo linguístico), nomeadamente na paisagem da autoestrada com tabuletas a indicarem os preços da gasolina e do gasóleo ou a facultar outras informações como monumentos a visitar nas proximidades, etc.). As campanhas publicitárias com “néons”, letreiros, painéis publicitários, incluindo nas paragens dos autocarros, etc. e as propagandísticas, sobretudo nas alturas das campanhas eleitorais, mas, igualmente, aquando das festas religiosas ou profanas locais, assim como das feiras gastronómicas, agrícolas, etc. Os “grafitti” também são um motivo interessante que pode conter unicamente desenho ou palavra (cf. Fotografia Graffiti), assim como combinar ambos. Por exemplo, os

estudos linguísticos de Moutinho & Coimbra (ex.: 1998) sobre os nomes das lojas evidenciam a importância da escolha do nome do estabelecimento que aparece na paisagem urbana.

Os motivos linguísticos – as marcas que se evidenciam – são, como se pode comprovar, diversificados, embora todos eles sejam signos linguísticos que transformam uma paisagem física qualquer numa paisagem (com marca) linguística. Ao olhar para ela, destacam-se palavras que precisam de ser lidas e decodificadas, caracterizando o cenário que envolve a pessoa que vê, olha, contempla, observa o lugar que surge à sua frente. A paisagem é não linguística, mas pode vir a ser linguística, requerendo por parte da pessoa que está à sua frente ver (o cenário) e ler (o que alguém escreveu). Portanto, as únicas reais paisagens linguísticas estão em textos e podem ser reconhecidas como património. As paisagens literárias (ex.: as de Raul Brandão que se mencionaram, mas também as de outros escritores, nomeadamente as de Eça de Queirós, referido *supra*) são um exemplo paradigmático disso mesmo. As paisagens perduram enquanto património no texto descritivo que as conserva, pela língua, imutavelmente, de geração em geração como qualquer outro bem patrimonial.

Referências

BACKHAUS, Peter. **Linguistic landscapes**: a comparative study of urban multilingualism in Tokyo. Clevedon-Buffalo-Toronto: Multilingual Matters Ltd, 2006.

BLOMMAERT, Jan. **Ethnography, super-diversity and linguistic landscapes**. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRANDÃO, Raul. “**Visão da Madeira**”, ilhas desconhecidas: notas e paisagens. Lisboa: Quetzal, 2011, p. 179-199.

CLEMENTE, Mariana. E se a paisagem nos contasse histórias? Uma nova perspetiva da cidade de Aveiro. **Diário de Aveiro**. (H)À Educação, CIDTFF, p. 11, 17 mai. 2019.

CLEMENTE, Mariana. **Paisagem linguística urbana: o caso de Aveiro e sua relevância educativa**. Aveiro: Universidade de Aveiro, Tese de Doutoramento, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/22801>. Acesso em: 20 Maio. 2020.

COULMAS, Florian. Linguistic Landscaping and the seed of the public sphere. In: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (Org.). **Linguistic landscape: expanding the scenery**. New York: Routledge, 2009, p. 13-14.

GORTER, Durk. **Linguistic landscapes in a multilingual world**. Cambridge: University Press, 2013.

LANDRY, R. & BOURHIS, R.Y. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: a empirical study. **Journal of Language and Social Psychology**, p. 457-463, 1997.

MOUTINHO, L. C. & COIMBRA, R. L. VEJAKY. Sobre desvios linguísticos nos nomes das lojas. **Revista da Universidade de Aveiro/Letras**. Aveiro: Universidade de Aveiro, n. 14, p. 127-141, 1998.

MOUTINHO, L. C. & COIMBRA, R. L. O Nome é a alma do negócio: estudo linguístico dos nomes das lojas em Portugal. In: **Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Colibri, v. II, 1998, p. 93-104.

REBELO, Helena. Património Linguístico, Paisagem e Cultura: abordagem à Linguagem do Escritor-Turista Raul Brandão para uma Descrição Histórica da Ilha da Madeira. In: PORTIGLIATTI, Bruno et al. (Org.). **T&H, Turismo & Hotelaria no Contexto da História**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Editora CCTA, 2020, p. 288-313.

REBELO, Helena. Paisagens Turísticas da Ilha da Madeira como Construções Linguísticas: Bens Patrimoniais Comunitários? In: **Estudos de Paisagem vol. II**, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: IHC-FCSH, p. 160-177, 2017.

REBELO, Helena. Património Linguístico Madeirense: Alguns Aspectos Lexicais, Fonéticos, Morfológicos e Sintáticos. In: MARCOS, Ángel (Ed.). **Língua Portuguesa, Estudos Lingüísticos** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, v. II, DIOS, 2014, p. 627-647

TEIS, Denize Terezinha, SEIDE, Márcia Sipavicius e LUCAS, Patricia. Os topônimos na Paisagem Linguística da Av. Zelina, em São Paulo: um Encontro na Interdisciplinaridade. **Revista do GELNE**, v. 20, número 2, p. 16-29, 2018.

ANEXOS

Anexo 1 – Transcrição da descrição paisagística de um adulto (64 anos).

“**Vejo** na ponta da baía um rochedo negro, mas à volta deste negro há espuma... espuma branca devido ao vento e à ondulação que não está muito forte, hoje, mas que se denota que talvez vá dar mais vento e mais mar revolto. Indo para dentro deste ilhéu, que eu estou a falar, que fica na extremidade sul, há ali um cais... que é penso eu... que deve ser um cais de pesca. Deserto, não há barcos, só **vejo** um barco a meio da baía isolado, talvez à espera do bom tempo para ir à faina da pesca. Todos os restantes barcos de pesca, tão característicos desta localidade, estão todos em terra, no ancoradouro. E é bonito de se **ver** as cores, o azul... sobretudo é o azul que me atrai e que me chama a atenção, talvez ligado à cor do mar... à cor do mar... à cor: o azul tão bonito... tão predominante desta... destas paragens. E **vejo** também que há palmeiras. É um sinal... é também... é já também característico (eh) as palmeiras aqui em Câmara de Lobos, talvez por ser uma árvore exótica e bonita de se **ver** [?]. **Vejo** pouca gente. **Vejo** ruas quase desertas (eh), talvez por ser cedo, ainda hoje também é domingo (eh). As pessoas também levantam-se mais tarde e é natural que a cidade ainda não apresenta aquela movimentação tão característica da... da... do..., de ir ao trabalho, de ir ao café, etc. etc. Indo um bocadinho mais para o lado direito, **vejo** um grande aglomerado de casas, muitas casas, muitas casas, umas quase... umas em cima das outras. Praticamente não há espaço. **Não vejo** jardins. **Vejo**, sim, telhados, muitas janelas, a cor das casas é tipicamente a cor das casas madeirenses, ou seja, o branco. A cor do telhado é cor de telhado (eh). É um laranja. Não sei se é bem laranja, mas é uma cor como nós dizemos... é cor de telhado. Muitas janelas, todas... a maior parte delas são verdes, persianas verdes, a maior parte destas persianas fechadas. Portanto, talvez por ser de manhã. Embora haja casas de cor bege, mas são poucas. **Vejo** ali uma com um muro roxo, que chama a atenção porque de facto não está de acordo com a predominância da cor destas casas... das paredes das casas. Mas de qualquer maneira, este aglomerado lembra-me um presépio, um presépio porque as casas não está no mesmo plano. Elas vão subindo, subindo, subindo até ao antigo ilhéu que agora é um jardim todo relvado. A cor predominante é o verde, com palmeiras. **Vejo**, ali, um círculo que eu não sei bem para que é, mas deve ser qualquer coisa importante para aqui. E descendo **vejo** rocha... uma rocha enorme, escarpada, com algum verde. Penso que deve ser plantas pequenas. **Vejo** também ali um tipo degraus, com ervas secas. Descendo, **vejo** casas no centro, já praticamente na estrada. **Vejo** agora passar um carro. Esse carro está a passar agora, precisamente ao lado da igreja matriz de Câmara de Lobos. A igreja, é um edifício bonito, simples, com uma torre branca:

tipo o cimo é uma pirâmide e por detrás da torre novamente o mar. Penso que por baixo... Ao lado da igreja ou por baixo da igreja deve de haver uma praia porque **vejo** espuma, **vejo** ondas e **vejo** espuma. É sinal que há ali costa; e a costa ali deve ser uma praia de calhau certamente, também tão característico aqui da Madeira.”

Anexo 2 – Transcrição da descrição paisagística da criança (11 anos)

“No Pico da Torre, conseguimos **ver**, ali em baixo, umas casas. A maioria delas o telhado é vermelho. Mais ao longe, também consigo **ver** o ilhéu. O mar está um pouco agitado. **Vemos** barcos na baía de Câmara de Lobos. **Vejo** uma vegetação de campos agrícolas e bananeiras. Também **vejo** umas obras ali ao fundo, a igreja, umas decorações ao pé de um telhado. **Vejo** a estrada e o caminho que vai dar ao Pico da Torre. **Vejo** a Praia do Vigário. Mais ao longe, **vejo** umas rochas, onde tem mais uma praia e um caminho que vai dar ao Funchal. Os barcos, a maioria deles, é azul, alguns vermelhos, verdes e só tem um barco no mar. **Vejo** muitos carros brancos. **Vejo** táxis e o estacionamento. **Vejo** uma fazenda; parece estar bem cuidada. Um lugar onde os senhores sentam-se e jogam às cartas. O mar, ao pé das rochas, de vez em quando salta. Mais.... **Vejo** também cafês. Deixa me **ver** [?] mais... As janelas, também consigo **ver**, verdes. **Vejo** a praça com pessoas, não muitas, e **vejo** muitas palmeiras. Ali ao fundo, ao pé da igreja, **vejo** um coreto, onde se pode jogar à bola e fazer jogos. Aqui em cima, está a começar a chover. Também conseguimos sentir o vento que se faz soprar com muita força. Aqui em baixo, **vê**-se uma praça cheia de casas, amarelas, brancas e também mais uma obra que deve estar quase a acabar.”

Os “papéis falantes” de Lavradio: edição e comentários paleográficos de uma carta setecentista

Lavradio’s “talking documents”: palaeographic edition and considerations of a 18th-century letter

Leonardo Lennertz Marcotulio*
Marcus Vinícius Pereira das Dores**
Daví Lopes Franco***

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo a divulgação e a popularização de uma carta do Marquês do Lavradio, que faz parte do *corpus* de uma pesquisa vinculada ao *Laboratório de Estudos Filológicos* (LabEFil/UFRJ). Esse material, sob um olhar científico e com um tratamento específico, serve de fonte documental para diversas pesquisas. Defendemos, por exemplo, que um manuscrito tratado filologicamente é uma peça fundamental para o estudo da história da língua, porque traz nas linhas e entrelinhas registros únicos de um estágio pretérito de língua. Para tentar entender, portanto, como o documento aqui abordado foi constituído sócio-historicamente, apresentamos, também, neste artigo, alguns comentários paleográficos, que visam a interpretação adequada desse texto manuscrito.

Palavras-chave: Documentos manuscritos. Cartas. Paleografia. Marquês do Lavradio.

Recebido em 9 de julho de 2020.

Aceito em 2 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.421>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, marcotulio@letras.ufrj.br, orcid.org/0000-0001-8227-5144

**Universidade de São Paulo, marcusdores@usp.br, orcid.org/0000-0002-9742-0903

***Universidade Federal do Rio de Janeiro, davifrancoteacher@gmail.com,
orcid.org/0000-0001-6669-6192

ABSTRACT

This paper aims to promote and share a letter written by the Marquess of Lavradio that is part of a corpus from a research project carried out by the *Laboratory of Philological Studies* (LabEFil) at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). Under a scientific perspective and a specific treatment, the analysed letter serves as a documental source for many potential researches. We claim, for instance, that a philologically treated manuscript is a key piece for studying the history of a language, since it may bring unique records from previous stages of the language in its lines. Thus, in order to comprehend how the letter we analyse was socio-historically created, we also present in this paper some palaeographic considerations that aim at properly interpreting this manuscript text.

Keywords: Manuscript documents. Letters. Palaeography. Maquess of Lavradio.

*Por mar ou por terra lá iam eles:
los papeles parlantes.*
(CONCEIÇÃO, 2015, p. 142)

Introdução

D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Pereira Aguilar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre, 2º marquês do Lavradio e 5º conde de Avintes, nasceu em Ribaldeira, Portugal, em 27 de junho de 1727, e ingressou, ainda muito jovem, na vida militar. Chegou ao Brasil em 1768, para exercer o cargo de governador e capitão-general da capitania da Bahia e, no ano seguinte, foi nomeado vice-rei do Brasil, transferindo-se para o Rio de Janeiro, nova capital da colônia, onde permaneceu por dez anos. (cf. Arquivo Nacional, 1999).

Dentre os personagens da máquina administrativa colonial portuguesa, Lavradio se destaca pela rica e numerosa coleção documental que deixou, conservada hoje em diversos arquivos de Portugal e do Brasil (cf. CONCEIÇÃO, 2011). No plano linguístico, a figura de Lavradio é também particularmente interessante. Como sinalizou Marcotulio (2010), as

cartas de Lavradio mostram um português escrevendo em terras brasileiras, o que seria uma evidência do que ficou tradicionalmente conhecido como português *no* Brasil:

(...) a situação de luso falantes, no século XVIII, distinguia sociolinguisticamente dois grupos que, visto em vários testemunhos, disputavam espaços políticos: de um lado, os descendentes de portugueses fixados no Brasil, e, de outro, os renóis *brasileiros*, descendentes de portugueses que nunca viram solo europeu. Somem-se a esses grupos os portugueses transitórios. (...) A esses dois grupos corresponde, exatamente, o que se define como *português no Brasil* e *português do Brasil*. (BARBOSA, 2005, p. 84-85)

Dialogando com Barbosa, Rumeu (2006, p. 819) esclarece que o português *no* Brasil pode ser entendido em sentido lato ou restrito:

Em sentido lato, a noção de Português *no* Brasil é determinada pelo aspecto geográfico, ou seja, privilegia-se a busca por textos produzidos no território brasileiro sem distinção da origem do redator, em virtude da não obtenção de informações precisas acerca da nacionalidade de todos os autores dos textos. Em sentido restrito, a língua portuguesa *no* Brasil é reflexo da produção escrita de portugueses que residiam no Brasil em convivência com *lusófonos (brasileiros)* na América Portuguesa.

O caso de Lavradio se encaixaria, claramente, no sentido mais estreito do termo. Trata-se de um sujeito português que teve sua formação escolar e militar em Portugal e que, com pouco mais de 40 anos de idade, passou a residir no Brasil por um período de onze anos, produzindo uma quantidade considerável de documentos.

Os materiais que entremostam o português *no* Brasil também apresentam relevância para a caracterização sócio-histórica do português brasileiro. De acordo com Barbosa (1999), somente é possível conhecer o que teria sido o português *do* Brasil da época se soubermos o que foi o português *no* Brasil. Sobre essa questão, complementa Rumeu (2006, p. 8222) que “a

partir dos textos escritos em terras brasileiras, seja possível contribuir para a análise da face assumida pela língua portuguesa na realidade sócio-histórica colonial e imperial do Brasil”.

Tendo em vista essas considerações iniciais, este trabalho, de orientação filológica, tem dois objetivos centrais. Em primeiro lugar, apresentamos a edição de uma carta do Marquês do Lavradio, ainda inédita, escrita em 12 de março de 1777. Em seguida, destacamos alguns aspectos paleográficos no material editado.

Para tanto, este texto está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, apresentamos o material selecionado para a constituição do *corpus* de pesquisa¹, os critérios de transcrição e edição, bem como um exemplo de uma carta editada. A segunda seção traz alguns comentários sobre aspectos paleográficos das cartas de Lavradio que compõem o nosso *corpus*: natureza do testemunho; reclames; grafemas e alógrafos; segmentação de palavras; junção de palavras; abreviaturas; e, por fim, uso de maiúsculas e minúsculas. A essa seção, seguem as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

1. O trabalho filológico de edição das cartas de Lavradio

Para este trabalho, selecionamos uma das dez cartas de Lavradio que já foram editadas pelos integrantes do *Laboratório de Estudos Filológicos* (LabEFil), pertencentes ao códice 10631 da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)²:

1 Embora aqui apresentemos apenas uma carta, está em andamento, no *Laboratório de Estudos Filológicos* (LabEFil/UFRJ), um trabalho de edição e futura publicação de todo o códice 10631 da Biblioteca Nacional de Portugal.

2 A cota de referência é: cod-10631. LAVRADIO, 2º Marquês do, 1727-1790. [Cartas do 2.º Marquês do Lavradio, 11º Vice-Rei do Brasil, para os governadores de várias capitanias do Brasil sobre assuntos respeitantes ao governo e defesa das mesmas]. - Rio de Janeiro 1776-1779. - [229] f., enc.; 36 cm. Disponível em <http://purl.pt/14392>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Quadro 1. Cartas de Lavradio editadas e estudadas

Carta	Data	Cota
1	8 de novembro de 1776	BNP, Cód. 10631, fol. 18v-20v
2	29 de dezembro de 1776	BNP, Cód. 10631, fol. 50r-53r
3	7 de março de 1777	BNP, Cód. 10631, fol. 69v-70r ³
4	9 de março de 1777	BNP, Cód. 10631, fol. 72r-73v
5	<u>12 de março de 1777</u>	<u>BNP, Cód. 10631, fol. 74r-74v</u>
6	13 de março de 1777	BNP, Cód. 10631, fol.79v-81v
7	20 de março de 1777	BNP, Cód. 10631, fol. 81v-82v
8	21 de março de 1777	BNP, Cód. 10631, fol. 83r-83v
9	26 de março de 1777	BNP, Cód. 10631, fol. 90r-91r
10	9 de abril de 1777	BNP, Cód. 10631, fol. 95r-101r

Trata-se de um conjunto de missivas escritas no Rio de Janeiro, no período de 8 de novembro de 1776 a 9 de abril de 1777, endereçadas ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Uma das características marcantes desse destinatário foi o fato de ele empreender esforços para colocar em prática as ordens da Coroa, levantando na capitania uma estrutura militar. À Capitania de São Paulo foi atribuído o papel de muralha entre os espanhóis e o território de Minas Gerais, já que este último lugar era um ponto estratégico para a retomada do Sul da América portuguesa.

As cartas escritas por Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha são de natureza informativa. Sobre as invasões castelhanas no território brasileiro, Lavradio revelava sua preocupação, mencionando assuntos referentes a bombas e munições para os casos de possíveis combates:

3 Uma edição desta carta foi publicada por Franco (2019), como Fonte Primária na revista *LaborHistórico*.

Sua Magestade | Catholica o nomeou *Capitaõ General* dosSeuz Ex- |
ercitoz; mandou apromptar 8 mil homenz *para* | Embarcarem; huã
Esquadra Comp^e, eNavioz | de transportez correspondentez aestes
grandez pro- | jectoz; *mitaz* Galiotas *para* Bombaz; *mitaz* Jangadaz;
| einfinitas Muniçoéz de Guerra de toda a *qualidade*. | Esta aparatoza
Expediçaõ seficava preparando *quando* | deLisboa partiraõ os ultimos
Navioz. (BNP, Códice 10631, 8 de novembro de 1776).

Em muitos momentos, Lavradio declara os sucessos das outras capitânicas para que o governador da capitania de São Paulo esteja ciente dos assuntos da colônia. Ao longo das missivas estudadas, são perceptíveis as ameaças e os avisos que Lavradio fazia a Martim Lopes Lobo de Saldanha. Caso ele perdesse aquele território, Lavradio o ameaçava de perder também o seu cargo. Lavradio implora ao longo de algumas cartas ao governador de São Paulo que auxilie o governador da Ilha de Santa Catarina, com o intuito de não perder aquele território para os castelhanos. No entanto, embora houvesse avisos, estratégias e conselhos dados, o território de Santa Catarina acaba sendo invadido, como se vê no trecho abaixo:

ILLustrissimoeExcelentissimoSenhor Em Carta de | 9 do Corrente
mez Avizei aVossaExcelência, *para* | queVossaExcelência com todas as
forças | *que* pudesse, auxiliasse ao General Antonio Carlos Furtado de
| Mendonça, *para* poder sustentar adefeza da Ilha de Santa | Catharina,
agora me chegaõ as *noticiaz* as maiz funestaz e do- | Lorozas, a respeito
da defeza daqueLa Ilha. (BNP, Códice 10631, 12 de março de 1777).

Com o intuito de proceder à edição de cartas que pudessem servir de fonte para estudos históricos do português, nomeadamente, como mencionado, para a história do português setecentista no Brasil, optamos por uma transcrição o mais conservadora⁴ possível, embora haja intervenções

4 “Aquele que se aproxima da forma original de redação do seu redator/autor”. (Cf. OLIVEIRA, 2019, p. 221).

pontuais introduzidas com o propósito de facilitar a leitura dos textos. Para tanto, tomamos como inspiração alguns dos critérios para a elaboração de edições semidiplomáticas do projeto *Para uma História do Português Brasileiro* (PHPB)⁵, os quais são apresentados a seguir:

1. A edição será justalinear;
2. As variações alográficas de um mesmo grafema serão uniformizadas;
3. Todas as abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se em itálico os grafemas omitidos;
4. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver;
5. A pontuação original será mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo scriptor será marcado [espaço], com exceção de espaços gráficos em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, devendo o editor estabelecer o intervalo conforme o original;
6. A acentuação original será mantida;
7. Os sinais de separação de sílaba ou de linha serão mantidos como no original;
8. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução;
9. No caso dos manuscritos, eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé, onde se registrará (rão) sua(s) variante(s) mais comum (ns) e, quando possível, considerações sobre a variação em si;

5 Disponível em <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/>>. Acesso em 24 abr 2019.

10. Inserções do scriptor, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem ao seguinte critério: se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: < >; <?>, se na entrelinha superior; <?>, se na entrelinha inferior. Se houver palavra(s) riscada(s) abaixo da inserção, deverá haver menção ou, conforme sua legibilidade, transcrição em nota de rodapé;
11. Supressões feitas pelo scriptor no original serão tachadas. No caso de repetição que o scriptor não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos;
12. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização;
13. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico;
14. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [*inint.*] para vocábulos e [*inint.* + n linhas] para a extensão de trechos maiores;
15. A mudança de fôlio receberá a marcação entre colchetes, com o respectivo número e indicação de frente (r, *reto*) ou verso (v);
16. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita por fôlio do documento.

Apresentamos, a seguir, um exemplo de uma carta editada de acordo com as normas apresentadas. A edição é precedida por uma ficha de descrição do documento. Essa e as demais cartas de Lavradio utilizadas neste

trabalho fazem parte do banco de textos editados do *Laboratório de Estudos Filológicos (LabEFil)* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do qual os autores deste texto são membros.

Quadro 2. Ficha de descrição do manuscrito

Data cronológica	12 de março de 1777
Data tópica	Rio de Janeiro
Tipologia textual	Carta
Autor	Marquês do Lavrado
Destinatário	Martim Lopez Lobo de Saldanha (Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo)
Relação social estabelecida entre remetente e destinatário	Vice-rei – Governador e Capitão General de SP
Testemunho	Apógrafo
Registro	Manuscrito
Suporte	Papel
Estado de conservação	Bom
Número de fólios	2
Cota	BNP, Cód. 10631, fol. 74r-74v.
Edição	Davi Lopes Franco
Revisão	Leonardo Lennertz Marcotulio
Data da edição	7 de janeiro de 2018
Data da revisão	30 de junho de 2018
Data de elaboração da ficha	3 de agosto de 2018
Conteúdo: Marquês do Lavradio expressa sua consternação pela notícia que recebeu do Mestre da Embarcação da Ilha de Rio Grande, já que os castelhanos invadiram a Ilha de Santa Catarina. Lavradio alerta que, agora, deve acalmar os socorros, para pensar em estratégias de não serem surpreendidos pelos castelhanos.	

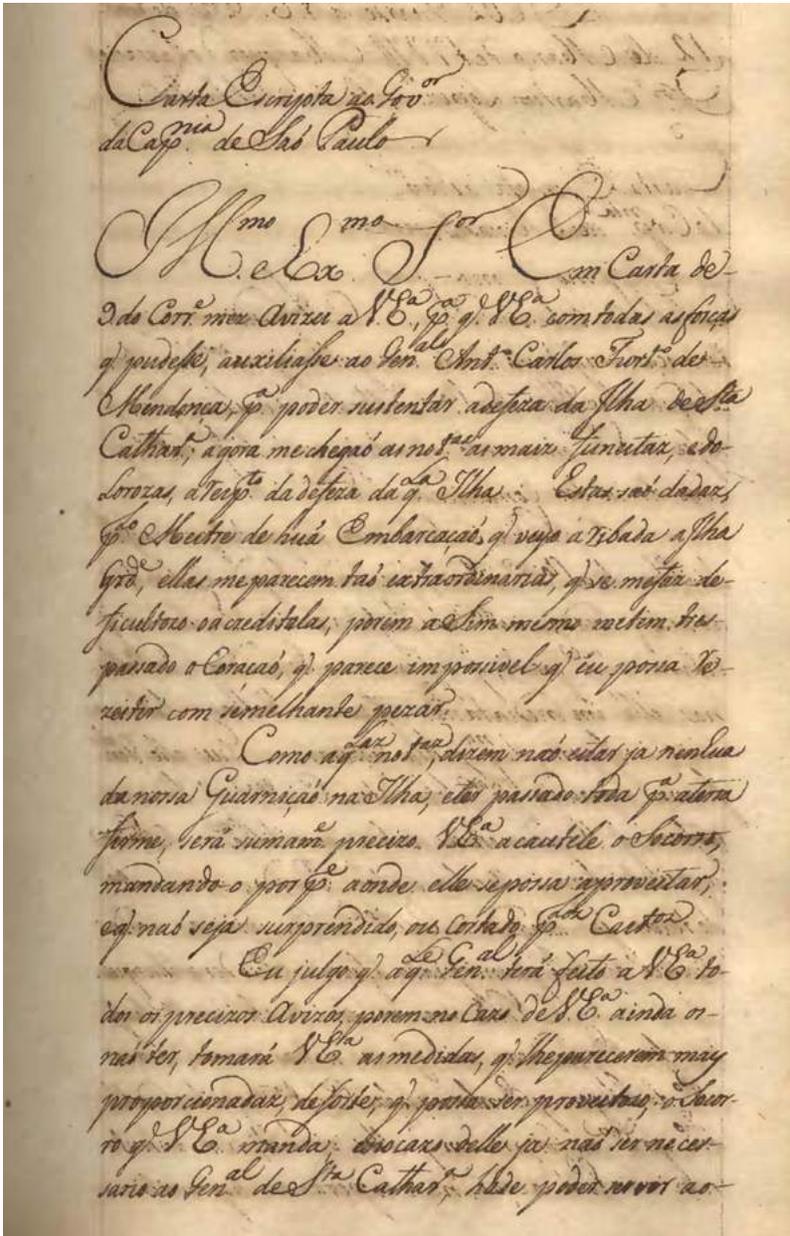


Figura 1. Fac-simile da Carta do Marquês do Lavradio a Martim Lopez Lobo de Saldanha

[fol. 74r]⁶

CartaEscripta ao Governador
daCapitania deSão Paulo

IllustrissimoeExceletissimoSenhor Em Carta de
9 do Corrente mez Avizei aVossaExcelencia, para queVossaExcelencia
com todas as forças
que pudesse, auxiliasse ao General Antonio Carlos Furtado de
Mendonça, para poder sustentar adefeza da Ilha de Santa
5 Catharina, agora me chegaõ as noticiaz as maiz funestaz, e do-
Lorozas, a respeito da defeza daqueLa Ilha. [espaço] Estas são dadaz,
peLo Mestre de huã Embarçaõ que veyo a ribada a Ilha
Grande, ellas me parecem taõ extraordinarias, que se mefaz de-
ficultozo o a creditalas, porem aSim mesmo metem tres-
10 passado oCoraçaõ, que parece impossivel que eu possa re-
zestir com semelhante pezar

Como aqueLaz noticiaz, dizem naõ estar já nenhua
da nossa Guarniçaõ na Ilha, eter passado toda para aterra
firme, será sumamente preciso. VossaExcelencia acautele oSocorro,
15 mandando-o por parte aonde elle sepossa aproveitar,
eque naõ seja surprehido, ou Cortado peLoz Castelhanoz.

Eu julgo que aqueLe General terá feito aVossaExcelencia to-
dos os precizos Avizos, porem no Cazo deVossaExcelencia ainda os-
naõ ter, tomará VossaExcelencia as medidas, que lhe parecerem mais
20 proporcionadaz, desorte, que possa ser proveitoso, oSocor-
ro queVossaExcelencia manda, enocazo delle ja naõ ser neces-
sario ao General deSanta Catharina, hade poder servir ao-

6 Há a indicação do número 74, por outra mão, à margem direita da página para indicar o fôlio do documento.

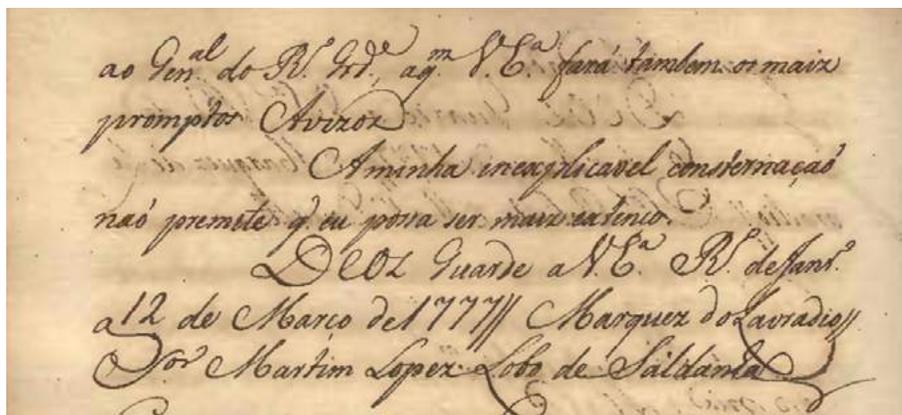


Figura 2. Fac-simile da Carta do Marquês do Lavradio a Martim Lopez Lobo de Saldanha (continuação).

[fol. 74v]

ao General do Rio Grande, a quem Vossa Excelência fará também os
maiz promptos Avizos.

A minha inexplicavel consternação
não permite *que* eu possa ser maiz extenço.

5 Deoz Guarde a Vossa Excelência Rio de Janeiro
a 12 de Março de 1777 // Marquez do Lavradio //
Senhor Martim Lopez Lobo de Saldanha.

2. Comentários paleográficos

Como aponta Dores (2019, p. 21), “todo editor de textos antigos precisa levar em consideração, no seu labor filológico, que a leitura e a transcrição de um manuscrito são tarefas árduas, mas que podem ser amenizadas com a utilização de teorias e técnicas específicas”.

Nesta seção, portanto, apresentamos alguns aspectos paleográficos interessantes que puderam ser extraídos das cartas de Lavradio em análise. Vale deixar claro, no entanto, que estamos entendendo como “paleográficas” algumas categorias de análise que comumente aparecem em estudos dessa natureza, embora também sejam contempladas em disciplinas que dialogam ativamente com a Paleografia, como a Codicologia, a Diplomática e a Filologia.

2.1 Natureza do testemunho

Em primeiro lugar, as cartas de Lavradio são documentos apógrafos, isto é, cópias de época. O códice se apresenta como um livro copiador, elaborado provavelmente por um de seus secretários (cf. CONCEIÇÃO, 2011) que poderia criar com mais liberdade o texto ou transcrever o que lhe era ditado. Nesse livro, como se pode ver no fac-símile disponibilizado a seguir, referente à carta editada na seção anterior, mais de um documento pode compartilhar o mesmo fólio.

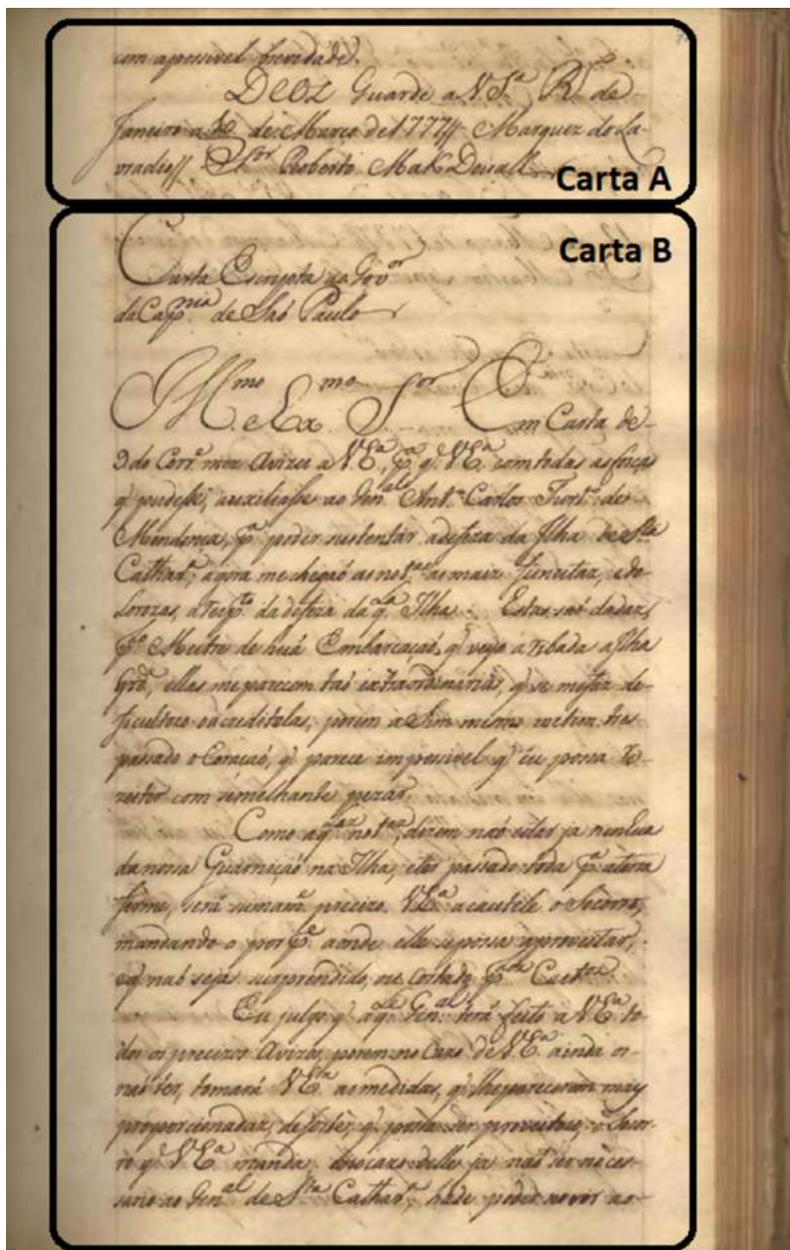
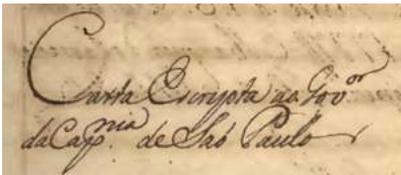
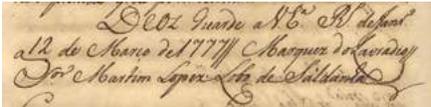


Figura 3. Fac-símile de um fôlio do livro copiador (marcação nossa).

Além disso, observa-se também um sistema de organização próprio do secretário. O início de todas as cartas, também conhecido como protocolo, é precedido por uma breve menção à espécie documental e ao destinatário. O final das cartas, o escatocolo, por sua vez, apresenta, em sequência, a seguinte informação, podendo ser separada por barras duplas inclinadas: despedida, data tópica, data cronológica, remetente, destinatário.

Quadro 3. Exemplos de protocolo e escatocolo

Início da carta	Final da carta
	
Carta Escrita ao Governador da Capitania de São Paulo	Deoz Guarde a Vossa Excelência Rio de Janeiro a 12 de Março de 1777 // Marquez do Lavradio // Senhor Martim Lopez Lobo de Saldanha.

Dessa forma, o documento em questão está dentro dos padrões apresentados na descrição diplomática de Bellotto (2002, p. 51), que define “carta” da seguinte forma: “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso”.

No contexto colonial brasileiro, período histórico em que está inserida a carta que aqui analisamos, a autora ora citada ainda descreve um tipo de carta muito comum que, embora direcionada a outra figura pública, se aproxima bastante do formato das cartas do Marquês do Lavradio:

Na administração colonial: correspondência enviada por autoridade subalterna/delegada ou súdito ao Rei, diferindo do requerimento ou petição pela natureza do teor documental, já que estes últimos destinam-se

a solicitar mercês, privilégios ou direitos de existência consolidada, desde que preenchidos os requisitos necessários. Questões de caráter oficial ou particular que se desejasse expor ao Rei, quaisquer que fossem os assuntos, desde que não de caráter peditório, eram-lhe dirigidas por meio de carta. [...] **Protocolo inicial:** Direção - Senhor, seguido da titulação do signatário. **Texto:** conteúdo, que nos casos mais frequentes é de teor administrativo. **Protocolo final:** datas tópica e cronológica e assinatura do autor. (BELLOTTO, 2002, p. 52, grifos da autora)

2.2 Reclames

De acordo com Dias (2006, p. 1), reclame “é a palavra, ou parte da palavra, ou grupo de palavras que, no final de uma página, de um fôlio, ou de um caderno, duplica o início do texto da página, fôlio ou caderno seguintes”. Esse recurso é muito utilizado em todo o livro copiador de Lavradio, sobretudo entre o verso de um fôlio e o recto do fôlio seguinte, como pode ser visto na carta editada e mostrada neste artigo, com a palavra “ao”. Além de facilitar a leitura, os reclames também podem funcionar como recursos de sequenciação dos fôlios, soltos em seu formato original, que seriam posteriormente costurados em códice. Outro exemplo pode ser visto no fragmento abaixo:

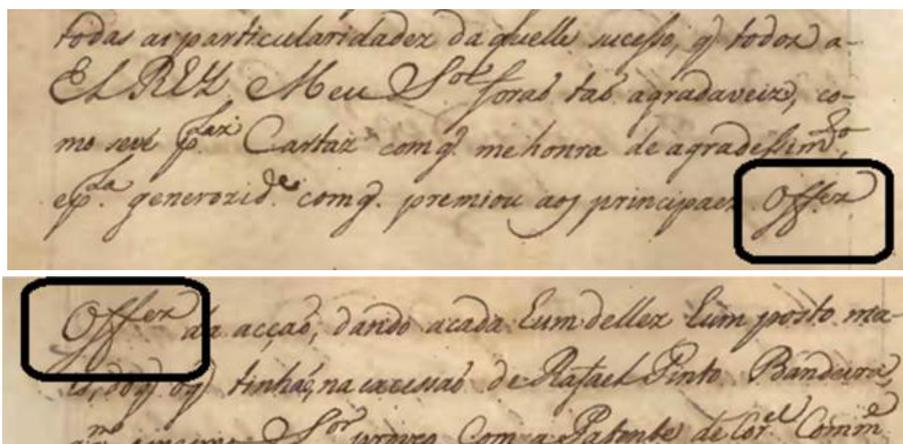


Figura 4. Exemplo de reclame (marcação nossa).

Em seu estudo sobre os reclames em textos manuscritos e impressos dos séculos XVI ao XIX, Dias (2018, p. 60) encontrou e categorizou 16 tipos de reclames.

Entre os tipos ou categorias de reclames temos: a) palavra; b) sílaba; c) segmento de palavra; d) sem fronteira; e) abreviatura; f) mais de uma palavra; g) abreviatura + numeral; h) abreviatura + palavra + palavra; i) palavra + abreviatura; j) palavra + sílaba; k) sílaba + palavra sem fronteira; l) sílaba + palavra; m) palavra + segmento; n) numeral + abreviatura; o) letra e p) numeral.

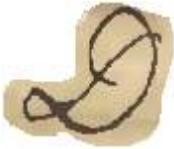
Essa variedade de tipos e de categorias aponta, com certeza, para a produtividade desse recurso tanto em textos manuscritos quanto em textos impressos. O último registro gráfico do fólho mostrado anteriormente (Figura 4), por exemplo, é *off^{ez}*, abreviatura de *officiaez*, e esta mesma abreviatura é a que inicia o fólho seguinte. Em alguns casos, é possível também encontrar casos em que o fólho é finalizado com uma abreviatura e o próximo é iniciado com a forma desenvolvida da abreviatura.

2.3 Grafemas e alógrafos

Procedemos também à elaboração do mapeamento do alfabeto das cartas de Lavradio, de modo a registrar, em termos paleográficos, a morfologia de alguns grafemas encontrados nos documentos e, conseqüentemente, dos alógrafos de cada grafema. A alografia corresponde a uma variação contextual da forma de determinados grafemas, isto é, refere-se às suas diferentes possibilidades de realização. Essa variação, como aponta Dores (2019, p. 25), pode “ocorrer seja pelo contexto gráfico de ocorrência da letra, pelo estilo de escrita da época e até mesmo pelo estilo de cada escrivão”. Vejamos abaixo, a título de ilustração, alguns grafemas e, em alguns casos, seus alógrafos, que mais chamaram a nossa atenção, como <d>, <e>, <f>, <g>

e <h>, Consideramos, sempre que possível, a posição ocupada pelo grafema na palavra, podendo ser inicial, medial ou final:

Quadro 4. Exemplos de alógrafos maiúsculos e minúsculos

	Inicial	Medial	Final
<D>	 <Deoz>	-	-
<d>	 <de>	   <Mandando>	-
	 <do>		
	 <delle>		

continua

	Inicial	Medial	Final
<E>	  <Estar>	 <aVE ^a >	-
<e>	 <estar>	 <Deoz>	 <brevidade>  <auxiliasse>
<F>	 <Furt ^o >	-	-

continua

	Inicial	Medial	Final
<f>	 <forças>  <funestas>	 <defesa>	-
<G>	 <Guarnição>	-	-
<g>	-	 <julgo>	-

continua

	Inicial	Medial	Final
<H>	 <Hé>  <Hoje>	-	-
<h>	 <huã>  <hum>	 <Catharina>  <nenhua>	-

Vejamos aqui alguns comentários gerais. Uma evidência de que o *scripta* dominava o traçado escrito fica perceptível ao analisarmos os grafemas iniciais de letras maiúsculas, uma vez que se nota nestas iniciais uma ornamentação em sua elaboração seja com traçados iniciais, seja com traçados finais.

Considerando que o *ductus* evidencia as características do traçado das letras (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994), constatamos que para a letra *d* minúscula em posição inicial e medial, embora haja alógrafos, em todas as suas materializações a sua haste vertical se une com outras letras adjacentes.

Notamos, basicamente, no *d* inicial e medial três letras com traçados semelhantes: nos exemplos de <de> e <todas>, o grafema <d> é formado por uma haste vertical inclinada para a direita a partir da qual se une, em sua metade inferior, um círculo para a esquerda. Os exemplos da letra *d* em <do> e <mandando> se aproximam muito da letra *d* de <de> e de <todas>; a diferença, no entanto, consiste no momento do traçado ascendente da haste vertical, pois o *scripta* faz uma duplicidade de traços na parte superior e finaliza da mesma forma com uma inclinação à esquerda, em formato ovalado. Por fim, nos exemplos de <garde> e <delle>, o *d* foi escrito com um círculo iniciado abaixo do ponto médio da haste vertical e finalizado com haste alongada e angulada para a esquerda na parte superior da letra.

O *E* maiúsculo é feito com um traçado no qual, na parte medial, se percebe um arco como se vê em , mas também pode ser representado na parte medial apenas por um leve apontamento para a direita como em <Estar> e <aVE^a>. As letras *e* minúscula inicial, medial e final possuem apenas um movimento simples, por meio de um pequeno arco voltado para a direita, podendo ou não se ligar com letras vizinhas. Chama a atenção, no caso de <Deoz>, o módulo de <e> ligeiramente maior do que o módulo encontrado nas demais letras minúsculas sem que, contudo, se configure um caso de letra maiúscula. Uma característica restrita ao *e* minúsculo final, exemplificada no *e* de <brevidade>, é um alongamento da haste com inclinação ascendente para a direita para finalizar a palavra.

A letra *f* pode ou não aparecer unida às letras vizinhas. No documento trabalhado, notamos que nessa letra há uma extensão de sua cauda que quase sempre ultrapassava a linha inferior e se sobrepunha às letras da linha de baixo. As letras *f* de <defesa> e de <funestas> foram construídas com um traço reto inclinado à direita, com círculos que iniciam e finalizam o traçado em suas extremidades inferior e superior. No *f* de <forças>, percebemos um traçado que se inicia angularmente à direita e se aproxima ao formato do outro *f*. No entanto, não se observa um círculo na parte superior da haste vertical, mas sim uma leve inclinação à direita no prolongamento do seu traçado.

O *G* maiúsculo é representado por um semicírculo aberto no meio ao qual se segue um traçado descendente que se forma uma cauda com arco no final com inclinação para direita. Na letra *g* minúscula, notamos que, assim como o *f*, há uma sobreposição às letras da linha de baixo por diversas vezes ao longo do documento. Esta letra é construída por um traçado em dois movimentos: o primeiro representa um semicírculo, iniciado no meio da linha em direção à esquerda e o segundo é um traçado descendente que forma uma cauda inclinada para a esquerda e que se une posteriormente à outra letra em seguida.

O *H* maiúsculo é construído inicialmente com um adorno inicial à esquerda na parte inferior, a partir do qual se prolonga o traçado à parte superior da palavra para sua finalização. Um outro traçado é feito da parte superior ao final que se finaliza com um traçado para a direita. Há ainda um traço que corta o centro da letra que é da esquerda para a direita. No que tange ao *h* minúsculo, percebemos dois tipos que aparecem tanto no começo como no meio das palavras. Em um deles, a haste do primeiro movimento sai do meio da linha e sobe até a parte superior e retorna para começar o segundo movimento, em forma de semicírculo que se ligará à letra seguinte ou finalizar, como vemos nos exemplos <Catharina> e <huã>. Já no *h* de outros exemplos como em <nenhua> e <hum>, o seu traçado se assemelha com a letra *e*, pois há uma haste que sobe para a parte superior da letra e ao retornar para descer faz uma breve inclinação à direita na parte medial da letra.

2.4 Segmentação de palavras

Nas cartas de Lavradio, o único tipo de segmentação registrado se dá em casos de translineação, isto é, quando a palavra a ser segmentada ocupa a última posição na linha. Nesse caso, parte da palavra fica localizada em uma linha e o restante da palavra, na linha imediatamente abaixo. A segmentação, nesse caso, respeita a fronteira silábica das palavras e conta com o símbolo gráfico do hífen:

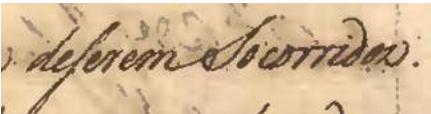
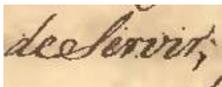
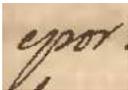
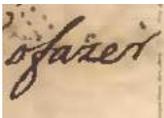
Quadro 5. Exemplos de segmentação de palavras

	Avi- zos
	desmembran- do
	Fran- cisco

2.5 Junção de palavras

Nas cartas de Lavradio, diversos são os casos em que palavras distintas se juntam às palavras seguintes da mesma linha, sem que haja um espaço (ao menos claro e definido) que defina a fronteira vocabular. Esse recurso, bastante utilizado em textos manuscritos, pode ser decorrente da cursividade e agilidade da escrita. Dito de outro modo, o enlace entre palavras pode não necessariamente corresponder a questões de ordem fonológica, como a representação de um vocábulo fonológico, por exemplo, mas simplesmente ao fato de o scriptor – em nosso caso, o secretário de Lavradio – não ter levantado a pena do papel. Isso pode ser ratificado por Chartier (1999, p. 16) ao destacar que “aquele que escreve na era da pena, de pato ou não, produz uma grafia única, diretamente ligada a seus gestos corporais”. Vejamos alguns exemplos ilustrativos:

Quadro 6. Exemplos de junção de palavras

	aozCastelhanoz
	deSantoz
	deseremSocorridoz
	desservir
	epor
	lheparecerem
	ofazer

2.6 Abreviaturas

As abreviaturas, recursos braquigráficos utilizados para se reduzir a forma de uma palavra, também podem ser observadas nas cartas setecentistas analisadas.

Sobre as abreviaturas, Gonçalves (2003, p. 188) aponta que

[...] são um exemplo da economia de meios gráficos, uma vez que baseiam a sua aparência formal em alguns elementos do significante fônico e

gráfico do signo linguístico, traduzidos, conforme os casos, ou por uma maiúscula inicial e o chamado ponto de abreviatura, ou por uma maiúscula seguida de outras unidades alfabéticas e do ponto. [...] Se o número de abreviaturas era considerável na prática dos copistas da época medieval, em virtude da tradição de escrita do latim, favorecida sobretudo pela escassez dos suportes materiais, o seu uso regular vai continuar durante séculos, mesmo depois de bem avançada a era da imprensa [...].

Uma prova da permanência desse uso regular de abreviaturas em textos modernos, apontados pela autora ora citada, é que, na carta que aqui apresentamos (composta de apenas 1 fôlio) encontramos 28 abreviaturas diferentes (sem contar as repetições). A seguir, apresentamos cada uma delas:

Quadro 7. Abreviaturas de uma carta de Lavradio (BNP, Cód. 10631, fol. 74r-74v)

	Gov. ^{or}		Cathar. ^a
	Cap. ^{nia}		not. ^{az}
	Ill. ^{mo}		Resp. ^{to}
	Ex. ^{mo}		daq. ^{la}

continua

	S. ^{or}		p. ^{lo}
	Corr. ^c		Grd. ^c
	V.		aq. ^{Laz}
	E. ^a		sumam. ^c
	p. ^a		p. ^e
	q.		Cast. ^{oz}
	Gen. ^{al}		R. ^o

continua

	Ant.º		Grd.º
	Furt.º		aq. ^m
	S. ^{ta}		Janr.º

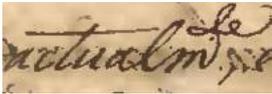
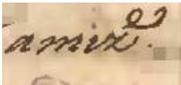
Duchowny, Coelho e Coelho (2014), ao tratar de abreviaturas em documentos manuscritos, apresentam oito classificações diferentes: letra sobrescrita, sigla simples, suspensão, contração, mista, sinal especial, numérica e letra reduplicada.

Dentre os recursos abreviativos utilizados pelo secretário do marquês, o mais produtivo se refere à contração de letras no interior da palavra, com sobreposição da(s) última(s) letra(s). Destacamos alguns exemplos:

Quadro 8. Exemplos de abreviaturas

Palavra abreviada	Palavra desenvolvida	Fac-símile
a conteçim ^o	a conteçimento	
activid ^e	atividade	

continua

Palavra abreviada	Palavra desenvolvida	Fac-símile
actualm ^{te}	actualmente	
amiz ^e	Amizade	
Ant ^o	Antonio	

Outros recursos abreviativos também são registrados nas cartas de Lavradio, como a utilização da letra inicial da palavra, como em "D." (*Dom*). Em outros casos, como em "q" (*que*), a letra inicial da palavra tem sua haste horizontal estendida para cima da letra, formando um laço que pode ser caracterizado como um traço geral abreviativo:

Quadro 9. Exemplos de abreviaturas

Palavra abreviada	Palavra desenvolvida	Fac-símile
D.	<i>Dom</i>	
q.	<i>Que</i>	

2.7 Uso de maiúsculas e minúsculas

Uma questão que chama a atenção nas cartas de Lavradio é o uso de letras maiúsculas e minúsculas. De uma forma geral, há uma sistematicidade

bastante clara no uso de maiúsculas em início de frase, formas de tratamento, topônimos e antropônimos. No entanto, é possível observar também a utilização de maiúsculas de forma mais aleatória, sem uma regulamentação aparente, em início de palavras dentro de sentenças ou até mesmo no meio de palavras. Sobre essa questão, Dores (2019, p. 31) destaca que “essa é uma característica de escritas manuscritas, sobretudo cursivas, em que é muito difícil diferenciar algumas letras maiúsculas e minúsculas”.

No fragmento abaixo, por exemplo, podemos ver, na primeira linha, a forma verbal “Seria” com a inicial maiúscula. Na sexta linha, encontramos “Pais” e “Irmãoz” com maiúsculas iniciais, ao passo que “filhoz” é iniciada por minúscula.

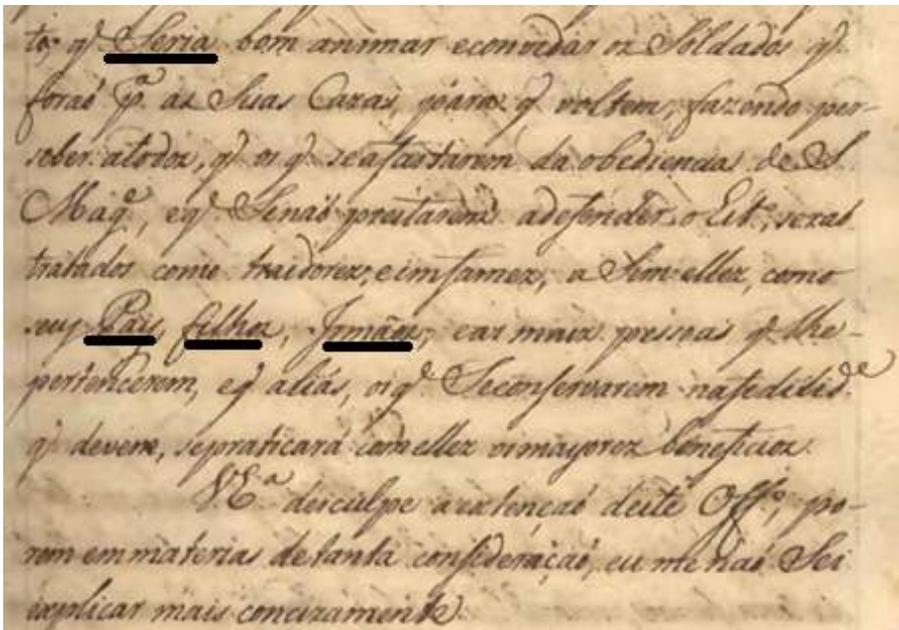


Figura 5. Exemplo do uso de maiúsculas e minúsculas (marcação nossa).

Considerações finais

Com este desprezioso trabalho, buscamos apresentar a edição de uma carta do Marquês do Lavradio, importante figura da história do Brasil Colônia. Essa carta faz parte de um conjunto documental maior que está em fase de edição, para futura publicação, pelos pesquisadores do *Laboratório de Estudos Filológicos* (LabEFil/UFRJ).

Apresentamos, também, alguns comentários paleográficos das cartas que compõem esse conjunto documental – códice 10631 da Biblioteca Nacional de Portugal – com vistas a auxiliar na leitura e interpretação desses textos. Isso, porque, segundo Dores (2019, p. 25),

a leitura de um manuscrito, a começar pela decifração da caligrafia, não é uma tarefa simples e fácil. A dificuldade de leitura inicia-se pelo fato de que, ao escrever, qualquer pessoa imprime, no suporte material, alguns traços particulares. É justamente por essas marcas – quase que uma impressão digital do escritor – que é possível identificar, por um processo de comparação, se uma letra é ou não de uma determinada pessoa.

Nesse sentido, a Paleografia é uma das nossas opções metodológicas que nos leva a refletir, também, sobre questões muito mais amplas como a toda a história da escritura e como a escrita é um instrumento memorialístico. As cartas aqui mencionadas são produtos sociais que atendem a certas características – o tipo textual, o contexto e a época de produção, a instrução de quem escreveu ou copiou etc. – que vão ditar algumas formas desses documentos.

Vale destacar, também, que os documentos são a materialização de eventos relevantes. Contudo, eles não nascem para ser históricos, mas se tornam ao serem abordados como fontes de pesquisas de períodos passados. As cartas que compõem o códice 10631, por exemplo, são fontes fundamentais para se recompor parte da história social do Brasil colônia. Além disso, por meio da edição – com rigor filológico – desse material, é possível ter um recorte, mesmo que pequeno, da língua portuguesa *no* Brasil.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. **Fundo Marquês do Lavradio**: inventário/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BARBOSA, A. **Para uma História do Português Colonial**: Aspectos Lingüísticos em Cartas de Comércio. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

_____. Demografia histórica e História da língua portuguesa no Brasil-colônia: reflexões sobre o fim dos setecentos. **Revista Linguística da ALFAL**, v. 17, p. 75-94, 2005.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer 8).

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 1999. (Tradução de Reginaldo de Moraes).

CONCEIÇÃO, A. A. **Sentir, Escrever e Governar**: A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

_____. Entre o ofício e a amizade: o discurso epistolar do vice-rei 2º Marquês do Lavradio no século XVIII. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 142-167, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2015v16n25p142>. Acesso em: 11 nov. 2019.

DIAS, E. N. **Subsídio para um estudo de reclame a partir de manuscritos e impressos em português (séculos XVI e XIX)**. 2006. 98 p. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **De uma página a outra**: o reclame em livros manuscritos e impressos dos séculos XVI a XIX. São Paulo: Miró Editorial, 2018, 143 p.

DORES, M. V. P. das. **O Primeiro Inventário de bens da Catedral de Mariana (1749-1753)**: edição e glossário terminológico. 2019. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M.; COELHO, G. H. Sistema de abreviaturas de documentos adamantinos setecentistas. **Revista Letras**, Curitiba, n. 90, p. 233-252, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v90i2.36430>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FRANCO, D. L. Carta do 2º Marquês do Lavradio escrita ao Governador da Capitania de São Paulo, ano de 1777. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial 2, p. 350-362, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24206/lh.v5iEspecial2.28779>. Acesso em: 28 jul. 2020.

GONÇALVES, M. F. **As ideias ortográficas em Portugal**: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MARCOTULIO, L. **Língua e História**. O 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.

MATTOS E SILVA, R. V. (Org.) **Para a História do Português Brasileiro**: primeiros estudos, v. 2, t. 2. São Paulo: Humanitas / FFLCH / FAPESP, 2001.

NÚÑEZ CONTRERAS, L. **Manual de Paleografía**. Fundamentos e história de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Cátedra, 1994.

OLIVEIRA, C. A Paleografia em prática no Arquivo Nacional: a leitura da escrita antiga na contemporaneidade. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 213-230, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24206/lh.v5i2.26450>. Acesso em: 28 jul. 2020.

RUMEU, M. Para uma história do português no Brasil: edição de cartas setecentistas e oitocentistas. In: LOBO, T. et al (Orgs.). **Para a história do português brasileiro**, v. VII, t. II. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 819-844.

Interpretação de transitividade em gramáticas do português e do espanhol

Interpretation of transitivity in grammars of portuguese and spanish

Dmitry Gurevich*

RESUMO

A transitividade, sendo uma das características semânticas principais do verbo português e espanhol, tem sido objeto de interesse dos gramáticos a partir das primeiras descrições dessas línguas. A interpretação do fenômeno da transitividade depende da posição teórica do autor (tradição clássica, estruturalista, gerativista ou funcionalista) e dos objetivos da gramática que pode ser teórica, descritiva, normativo-prescritiva ou didática. A transitividade é analisada nas gramáticas em duas óticas diferentes: abordagem léxico-sintática e abordagem sintático-estrutural. A primeira é tida como uma característica semântica particular do verbo transitivo que pode expressar uma ideia completa ou permite evitar a ambiguidade só quando é acompanhado de complemento. A segunda abordagem analisa a transitividade como uma característica da estrutura sintática cujo núcleo é formado por um verbo transitivo ou intransitivo. Mostra-se a dependência entre o tipo de abordagem da transitividade (léxico-semântica x sintático-estrutural) e o caráter da gramática (a teórica x a normativo-prescritiva).

Palavras-chave: Transitividade; gramática normativa; gramática teórica; gramática descritiva.

Recebido em 30 de maio de 2020.

Aceito em 9 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.443>

*Universidade Estatal de Moscou Lomonossov, dmtrgrvch@gmail.com,
orcid.org/0000-0002-1941-8226

ABSTRACT

The interpretation of transitivity in grammars depends on the theoretical perspective – and, consequently, the approach adopted by the authors (morphological, structuralist, functionalist, generativist etc.) -, as well as on the aims the grammar is meant to achieve (theoretical, descriptive, normative-prescriptive). Transitivity is regarded from the two different viewpoints: lexical-syntactic and structural-syntactic. In the first case it is looked upon as a property of a given word – a transitive verb that achieves its full lexical properties (or a particular shade of meaning) within the syntactic group where it governs the direct object. In the second case transitivity is regarded as a property of syntactic structure where the core is a verb, transitive or intransitive. The paper analyses the link between the way transitivity is looked upon (lexical-syntactic or structural-syntactic approach) and the theoretic vs normative-prescriptive type of grammar.

Keywords: Transitivity; normative grammar; theoretical grammar; descriptive grammar.

Introdução: duas abordagens de transitividade

A transitividade é uma das categorias semântico-gramaticais básicas do verbo em português e em espanhol. É a única característica não puramente lexical que aparece, junto com o verbete, em dicionários portugueses ou espanhóis, e ela quase sempre é analisada em gramáticas de vários tipos, sejam elas teóricas (morfológicas, estruturalistas, generativistas ou funcionalistas) ou normativo-prescritivas (acadêmicas ou didáticas). No entanto, apesar de uma longa tradição de tratar o fenômeno da transitividade como uma das categorias cognitivas e gramaticais formais, não existe interpretação estável. Fatores léxico-semânticos ou fatores gramaticais formais podem ser decisivos e, por consequência, a interpretação da transitividade será diferente.

A transitividade nas gramáticas por nós analisadas é interpretada em duas óticas diferentes: abordagem léxico-sintática e abordagem sintático-estrutural.

A abordagem léxico-sintática da transitividade é baseada, em grande parte, na categoria lexical (cognitiva), onde a transitividade é entendida como uma “passagem” de uma parte do conteúdo lexical do verbo ao objeto que

se entende como algo envolvido na situação. Esse objeto (complemento) aparece como regido semanticamente e sintaticamente pelo verbo que é uma representação linguística da situação.

A abordagem sintático-estrutural da transitividade é baseada na categoria gramatical (estrutural, de interdependência), onde a transitividade é entendida como uma peculiaridade da construção sintática que, em grande parte, é indiferente à semântica de um verbo determinado. Essa abordagem permite falar não de verbos transitivos mas de construções transitivas que compreendem um sujeito, um verbo e um objeto que exprimem o sentido transitivo só em conjunto.

1. Abordagem léxico-sintática da transitividade em gramáticas normativo-prescritivas e gerativistas da língua espanhola e portuguesa

A interpretação léxico-semântica é uma herança da tradição gramatical greco-latina. Através dos gramáticos renascentistas (NEBRIJA, 1981 (1492); BARROS, 1540) e os gramáticos do séc. XIX (BELLO, 1883 (1847)), com apoio nas ideias funcionalistas (ALARCOS LLORACH, 2000 (1994); SECO, 1996; CUNHA, CINTRA, 1985; AZEREDO, 2014; PAIVA RAPOSO et al., 2013) e, em parte, nas ideias da gramática generativa (MATEUS et al., 1989; BOSQUE, GUTIÉRREZ-REXACH, 2009) essa abordagem analisa a transitividade baseando-se no sentido léxico do verbo e categorias morfossintáticas do substantivo (acusativo como objeto direto). A noção básica é ampliação e precisão da semântica do verbo com a “ajuda” do complemento. O verbo aparece como o elemento principal da estrutura e o substantivo-complemento aparece como elemento secundário.

Tal abordagem parece ser sistemática nas gramáticas do espanhol e do português a partir das gramáticas de A. Nebrija e de J. de Barros, ela é principal e dominante nas gramáticas normativo-prescritivas, como, por exemplo, na *Gramática do português* (PAIVA RAPOSO et al., 2013; RAE

Nueva gramática de la lengua española, 2009) e nas gramáticas didáticas (CEGALLA, 2008 (1965); CIPRO NETO, INFANTE, 1998; MATTE, 2006). Essa abordagem leva também em consideração a forma morfológica do substantivo, por exemplo, a presença do artigo ou a possibilidade de se alternar com o pronome átono. De fato, a transitividade é analisada como a possibilidade semântica do verbo de fazer passar a ação para o objeto que tem a forma do “acusativo” e a função sintática do complemento.

Ainda a gramática de A. de Nebrija coloca na posição central a semântica do verbo, relacionando, assim, a ideia da transitividade com a possibilidade de fazer “passar” a ação a “outra coisa” (objeto):

Los verbos personales o pasan en otra cosa o no pasan; los que pasan en otra cosa llámanse transitivos, como diciendo 'yo amo a Dios', 'amo' es verbo transitivo porque su significación pasa en 'Dios'; los que no pasan en otra cosa llámanse absolutos, como diciendo 'yo vivo', vivo es verbo absoluto, porque su significación no pasa en otra cosa. (*aquí e doravante grifo nosso*) (NEBRIJA, 1981 (1492), p. 207).

Na gramática de J. de Barros a descrição do verbo começa com a oposição de verbos ativos e passivos, unindo a categoria gramatical de voz com a categoria semântica de transitividade, embora essa última não seja mencionada diretamente; a semântica do verbo também está na posição principal e a ação também “passa” para outra coisa:

Verbo ativo é aquele que se pode converter ao modo passivo e **pelo qual denotamos fazer alguma obra que passe em outra cousa**, a qual pomos no caso acusativo por semelhante exemplo: ‘Eu amo a verdade’ (...) o verbo ‘amo’, que é ativo, denota esta obra de amar a ‘verdade’. (BARROS, 1540, p. 18-19).

A. Bello que ainda usava o termo morfológico “acusativo oblicuo” para denominar a função sintática de complemento declara a equivalência entre o verbo “ativo” e o verbo “transitivo”, aos quais está oposto o verbo

“neutro” que é intransitivo; isso também justifica, para o gramático, o papel principal da semântica do verbo nos modelos da regência verbal:

Verbo activo o transitivo es el que en su uso ordinario **admite acusativos oblicuos**, como *ver, oír, amar* (...); intransitivo o neutro el que de ordinario no lleva acusativo alguno, o solo ciertos acusativos en circunstancias particulares, como *ser, estar, vivir*. (BELLO, 1883, §336 (§771)).

Nas gramáticas de espanhol moderno e nas descrições da língua a transitividade é interpretada de um modo seguinte.

S. Gili Gaya, que era adepto dos critérios cognitivistas na descrição linguística, uma coisa típica para os meados do séc. XX, e que também seguia as teorias da interrelação entra a morfologia e sintaxe, usava a terminologia dupla (morfológica e sintática), igualando “complemento acusativo” e “objeto direto”, e considerava transitivos só aqueles verbos que são capazes de ter objeto direto. A presença de complementos de outros tipos, isto é, elementos da sintaxe de outra índole que podem combinar-se com o verbo, só é possível quando o verbo é intransitivo:

Las oraciones cuyo verbo no lleva complemento directo se llaman intransitivas, aunque le acompañen otros complementos. Si **tienen complemento acusativo o directo** reciben el nombre de **transitivas**. (GILI GAYA, 1980, p. 54).

E. Alarcos Llorach que tentava combinar as ideias estruturalistas com o funcionalismo na descrição de uma língua considerava principal o sentido léxico da palavra, que, para o autor, determina seu comportamento gramatical. Quer isso dizer que se a “raiz verbal” (na terminologia de Alarcos Llorach, o conteúdo lexical de um verbo) exige a precisão por meio de um substantivo, esse verbo é transitivo:

La posibilidad o imposibilidad de que el verbo admita objeto directo ha sido el criterio de clasificación de los verbos en transitivos e intransitivos. Cuando la actividad denotada por **la raíz verbal** requiere la especificación

aportada por **el sustantivo que funciona como objeto directo, se considera el verbo transitivo**; en caso contrario, el verbo es intransitivo. (ALARCOS LLORACH, 2000, p. 337).

Em outro texto E. Alarcos Llorach escreve diretamente que é o sentido léxico que assegura o potencial sintático de verbo e não a sua função gramatical do predicado:

No es la función gramatical del verbo, la oracional, la que exige la presencia o ausencia de términos adyacentes, sino el valor semántico de su signo léxico. (ALARCOS LLORACH, 1973. *Apud* MUÑIZ CACHÓN, 1998, p. 390).

M. Seco formula a mesma ideia mais radicalmente considerando o objeto direto não só uma ampliação conteúdo lexical do verbo mas uma parte constituinte da semântica dele:

El complemento directo no es, a pesar de su nombre, un simple «complemento» o ampliación del sentido del verbo, sino que **es un ingrediente del mismo**, es el **objeto del fenómeno** expresado por el verbo. (SECO 1996, §8.5.1).

Finalmente mencionamos a chamada “gramática acadêmica” da língua espanhola. Aa gramática “acadêmica” em muitos aspetos está oposta às gramáticas que têm autoria pessoal. A gramática acadêmica além de se basear na teoria que não seja contraditória, deve seguir a tradição gramatical de épocas passada para garantir a continuidade. Por conseguinte, a gramática acadêmica não deve ter autoria pessoal ou individual, mas deve ser escrita no âmbito da escola acadêmica existente na língua e no país. Essa gramática deve obrigatoriamente descrever os aspetos de formação e uso de todos os elementos do sistema da língua que constituem o seu objeto. Pelo contrário, uma gramática não acadêmica pode concentrar-se só numa parte do sistema, à escolha do autor. Finalmente, a gramática acadêmica deve ser normativa

e prescritiva, nunca teórica ou descritiva, sendo um dos instrumentos de codificação da norma linguística, e deve estar completamente em acordo com as gramáticas escolares atuais.

A Gramática da Real Academia Espanhola (*Nueva gramática de la lengua española*) [NGRAE 2009] abarca as condições mencionadas. Essa gramática considera a transitividade desde o ponto de vista léxico-sintático tradicional e usa a terminologia também tradicional, de acordo com o seu caráter normativo e finalidades consultivas. A transitividade é compreendida como a capacidade do verbo para realizar o seu sentido léxico através de complementos e essa capacidade é da índole do verbo:

El concepto de transitividad se usa tradicionalmente con dos sentidos. En el más amplio, **los complementos que el verbo requiere** dentro del grupo verbal **pueden completar su significación** tanto si son complementos directos como si no lo son. (NGRAE, 2009, §34.1d).

Los **verbos** tienden a **ser transitivos o intransitivos** en función de su **propio significado**. (NGRAE, 2009, §34.1h).

As gramáticas modernas da língua portuguesa (tanto dos autores portugueses quanto dos brasileiros) adotam, grosso modo, o mesmo ponto de vista, mas é preciso levar em consideração a que tradição científica pertence o autor.

A gramática de E. Bechara, normativa, segundo os objetivos que ela persegue e segundo a estrutura que ela possui, e que combina o caráter prescritivo com os princípios da abordagem funcionalista, determina como transitivos os verbos que exigem a precisão lexical da sua semântica através de um complemento e como intransitivos os verbos que não exigem tal precisão:

Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica (...) temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos (...) Os verbos que necessitam dessa delimitação semântica recebem o nome de transitivos (...) Os verbos que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas não necessitam de outros signos

léxicos (...) A tradição gramatical chama transitivos a tais verbos (BECHARA 2001 (1961), p. 414-415).

A gramática normativa de C. Cunha e L. Cintra, que é criada no âmbito tradicional (léxico-morfológico) do tratamento da sintaxe de palavras e que presta certa atenção às variedades funcionais do português (a variação diatópica e diafásica), considera intransitivo o verbo se ele é capaz de expressar uma ideia completa e considera transitivo o verbo se ele precisa de um elemento que possa completar o sentido:

Os [verbos] **intransitivos expressam uma ideia completa** (...) Os **transitivos exigem** sempre o acompanhamento de **uma palavra** de valor substantivo (objeto direto ou indireto) **para integrar-lhes o sentido**. (CUNHA, CINTRA, 1985, p. 505).

A gramática normativa e, em parte, didática de D. P. Cegalla trata a transitividade do mesmo jeito, baseando-se na ideia de sentido completo ou incompleto do predicado:

Há **verbos** que, **por natureza, têm sentido completo**, podendo, por si mesmos, constituir o predicado: são os **verbos de predicação completa, denominados intransitivos** (...) Outros verbos há, pelo contrário, que para integrar o predicado necessitam de outros termos: são os **verbos de predicação incompleta**, denominados **transitivos** (CEGALLA, 2008 (1965), 335).

A gramática de C. H. da Rocha Lima, que tem a palavra “normativa” como parte do título e que assim declara seu caráter normativo, também adota uma abordagem tradicional quando passa da morfologia das palavras à sua sintaxe. C.H. Rocha Lima afirma a unidade do complexo semântico do verbo e do seu complemento e a omissão do complemento provoca a destruição do sentido do verbo. A transitividade ou intransitividade é compreendida como a possibilidade de o verbo realizar a sua semântica do predicado que exige ou não exige complemento:

O complemento forma com o verbo uma expressão semântica, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissão ou incompleto. (...) [Verbos] Intransitivos, que, encerrando em si a noção predicativa, dispensam quaisquer complementos. [Verbos] Transitivos diretos, que exigem a presença de um objeto direto. (LIMA, 2011, p.416).

A gramática de P. Cipro Neto e U. Infante, didática em muitos aspectos e destinada ao público escolar e, portanto, normativo-prescritiva, também se baseia na ligação semântica entre o verbo e os elementos regidos por ele e analisa a transitividade como instrumento de regência:

A regência verbal se ocupa do estudo da relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais) (...) Os verbos intransitivos não possuem complementos. (...) Os verbos transitivos diretos são complementados por objetos diretos. (CIPRO NETO, INFANTE, 1998, p. 508).

Praticamente a mesma interpretação da transitividade encontra-se na Gramática Houaiss de J. C. de Azeredo que combina uma abordagem normativo-prescritiva com uma abordagem funcionalista. A predicação completa ou incompleta é um conceito básico, para o gramático. Verbo transitivo é aquele que não tem a predicação completa e que forma com o elemento que o acompanha (complemento) uma união mutuamente condicionada:

Chamamos de **intransitivos** (ou de **predicação completa**) os **núcleos verbais que dispensam (...) um termo adjacente**. Os demais (de predicação incompleta) travam com o termo adjacente uma relação de implicação mútua. (AZEREDO, 2014, p. 213).

A volumosa *Gramática do Português* de E. B. Paiva Raposo *et al.* que adota uma abordagem principalmente funcionalista com elementos

de gerativismo também toma como principal o sentido lexical do verbo, considerando que esse sentido lexical determina as suas características sintáticas: número e tipos de argumentos que o predicado verbal possa ter (estrutura argumental), os papéis temáticos dos argumentos (agente, paciente, tema, locativo, etc.), a gramaticalização formal dos argumentos (sintagma nominal, sintagma preposicional, etc.) e a função sintática formal (sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento preposicional, predicativo, etc.). A gramática considera transitivo aquele verbo que tem pelo menos dois argumentos que possam desempenhar o papel de sujeito e de objeto direto:

Verbos transitivos canônicos, i.e. aqueles que **selecionam** (pelo menos) **dois argumentos**, um com a função gramatical de sujeito e outro com a função gramatical de complemento direto. (PAIVA RAPOSO et al., 2013, p. 384).

As gramáticas “acadêmicas” da língua portuguesa não existem, por isso não podemos mencioná-las aqui. Mas muitas gramáticas de português de autoria pessoal cumprem a maioria das exigências acima mencionadas, sendo completamente ou preferentemente normativas, tradicionais, que usam a terminologia “clássica” e concordam com a tradição didática. São, entre outras, as gramáticas de E. Bechara; C. Cunha e L. Cintra; C. H. Rocha Lima, E.B. Paiva Raposo et al., que estamos aqui analisando.

Resumindo podemos dizer que, segundo as gramáticas aqui analisadas, a transitividade é baseada no conceito de completar o sentido do verbo, isto é no complemento, propriamente dito. Esse complemento semântico pode ser tratado como objeto direto ao nível da sintaxe superficial e como argumento interno ao nível da sintaxe-semântica (ao nível de papéis temáticos). Tanto uma interpretação quanto outra partem do conceito do sentido lexical do verbo que é entendido como primário. A transitividade compreende-se como uma realização gramatical da suficiência ou insuficiência semântica do verbo que pode realizar o seu potencial lexical sem complemento sintático (verbo

intransitivo) ou só na presença de complemento (verbo transitivo). Entendida desse modo, a transitividade não é uma categoria exclusivamente sintática ou semântica mas é uma combinação.

2. Abordagem sintático-estrutural da transitividade em gramáticas descritivas e teóricas de espanhol e de português

A abordagem sintático-estrutural vem da tradição medieval escolástica que considerava como básica a “proposição” e, portanto, a lógica da “proposição sujeito-predicado”, que implica relações de mutualidade entre o predicado e seus argumentos que se complementam reciprocamente e que, se tomados isolados, não podem servir como instrumentos suficientes para representar um estado de coisas e, portanto, precisam de uma construção sintática organizadora. Já no séc. XX essas ideias foram desenvolvidas nas obras de L. Hjelmslev e de L. Tesnière que propuseram como elemento básico não as classes de palavras (partes de oração) mas os papéis sintáticos – sujeito, objeto, etc. – independentemente da sua natureza morfológica. A transitividade entende-se, nesse caso, como uma característica peculiar da estrutura sintática que reúne funções dos elementos nela envolvidos e não como uma característica do verbo entendido como palavra.

Nas gramáticas e nas descrições da língua espanhola essa abordagem não é aquela que tem o maior número de adeptos, mas persiste já quase mais de um século.

R. Lenz considerava objeto direto e objeto indireto ser elementos indispensáveis da oração que tinham, segundo o gramático, um papel independente e constituinte na oração:

El **complemento acusativo** con seguridad **debe considerarse** como **elemento fundamental de la oración**, y lo mismo me parece ser el caso con el complemento dativo. (LENZ, 1925, p. 50).

S. Hernández Alonso diz diretamente que a transitividade e intransitividades são características da estrutura sintática e não são características do lexema (verbo), por conseguinte, ele propõe analisar como elemento básico as construções (estruturas) transitivas / intransitivas e não verbos:

No debe olvidarse que la **transitividad e intransitividad son rasgos de la estructura, sintácticos**, y **no de los verbos**, ni paradigmáticos. Por ello, conviene no seguir hablando de los transitivos e intransitivos, y aplicar tales términos a la construcción que lleva por eje y núcleo al verbo (HERNÁNDEZ ALONSO, 1995, §7.1).

I. Bosque que não é partidário desse ponto de vista escreve, no entanto, que essa abordagem da transitividade é sustentada por vários estudiosos da língua que consideram uma das principais a função sintática do sujeito e do objeto direto que serve como instrumento de determinação e distinção de classe de palavras (substantivo, nesse caso), sendo a função sintática uma função primária:

Supongamos por un momento que consideramos básicas las funciones sintácticas de sujeto y objeto directo, y entendemos por sustantivo todo aquello que puede ser sujeto o todo aquello que puede ser objeto directo. (BOSQUE, 1990, p. 43).

Não podemos deixar de mencionar aqui a *Gramática Descriptiva de la lengua española* [Bosque, Demonte 1999]. Essa gramática embora seja escrita sob égide da Real Academia Española não satisfaz os critérios de uma gramática acadêmica, ela não tem caráter normativo-prescritivo. No que concerne à transitividade, a gramática tenta juntar as duas abordagens, a semântica e a estrutural, porque os parâmetros de transitividade analisadas na gramática separadamente (morfológico, semântico e sintático) acabam sendo insuficientes se tomados isolados. A transitividade é declarada na gramática como uma combinação de verbo com um sintagma nominal que é regido por esse verbo sintaticamente e semanticamente:

Mantendremos aqui que verbo transitivo es aquel que aparece con un sintagma nominal de complemento, al cual rige tanto sintáctica como semánticamente (BOSQUE, DEMONTE, 1999, §24.1.2).

As gramáticas e descrições da língua portuguesa também atestam a presença da abordagem sintático-estrutural.

J. A Peres e T. Mória, que seguem a tradição estruturalista, baseiam-se nas possibilidades sintáticas do verbo, particularmente nas possibilidades transformacionais. Trata-se dos verbos que aceitam a transformação “voz ativa” – “voz passiva”. A transitividade está relacionada com a derivação sintática, e o verbo transitivo é aquele que pode ter função de predicado tanto nas construções ativas quanto nas passivas:

Aos **verbos que admitem construção passiva chamou essa tradição [greco-latina] verbos transitivos**. (...) Um **verbo transitivo** (...) é um verbo que pode ser predicador de frases que **têm uma correspondente passiva**, pelo que tem pelo menos um argumento interno que recebe a função semântica de paciente (PERES, MÓIA, 1995, pp. 208-209).

Como podemos ver, o ponto de vista de J. A Peres e T. Mória tem muita coisa a ver com a teoria exposta em *Fundamentos de sintaxis formal* de I. Bosque e J. Gutiérrez-Rexach no que diz respeito à primazia do papel transformacional do verbo nas construções sintáticas passivas (BOSQUE, GUTIÉRREZ-REXACH, 2009, pp. 92; 377), e também concorda com a opinião de M. Mateus *et al.* no que diz respeito ao conceito de “argumento interno” através do qual se realiza a função gramatical do verbo transitivo. (MATEUS *et al.*, 1989, p. 163).

A gramática de M. H. de Moura Neves, que é funcionalista com elementos de gramática descritiva, considera a transitividade como um dos critérios de classificação de predicados verbais que podem entrar em relações com os respetivos complementos verbais. De acordo com L. Tesnière, Neves

se baseia na ideia de valência do verbo que abre possibilidades de interligação sintático-semântica entre o verbo e os seus argumentos, podendo construir-se uma estrutura argumental. A transitividade é definida como a capacidade de os verbos terem “casas” para preencher:

Outra classificação de predicados verbais pode basear-se na transitividade, com especificação do papel dos complementos verbais. Está implicada a valência verbal, isto é, a capacidade de os verbos abrirem casas para preenchimento por termos (sujeito e complemento), compondo-se a estrutura argumental. (NEVES, 2000, 28).

A gramática descritiva de M. Perini, que é puramente teórica e escrita segundo os padrões estruturalistas, critica a interpretação tradicional de opor os verbos transitivos aos verbos intransitivos. M. Perini não declara a oposição binária transitivo / intransitivo, mas uma oposição de três relações possíveis entre o verbo e o substantivo: presença obrigatória do objeto, presença aleatória (livre) e ausência obrigatória. Essa abordagem coloca na posição central não o verbo (transitivo ou intransitivo) mas o tipo de representação gramatical de relações particulares em cada caso entre o predicado e seus argumentos:

As duas classes tradicionais de “transitivos” e “intransitivos” se desdobram em pelo menos três classes de verbos, a saber, os que recusam OD, os que exigem OD e os que aceitam livremente OD (...) A descrição das transitividades deve ser feita em termos de exigência, recusa ou aceitação livre de cada uma das funções relevantes (PERINI, 2007, p. 164).

A gramática teórica de M.H. Mira Mateus *et al.*, escrita no âmbito generativista, considera básicas e centrais para o sistema da língua as relações sintático-estruturais. As autoras da gramática relacionam a função sintática do objeto direto e a função semântica de argumento interno, o que mostra, segundo as autoras, a existência de uma inter-relação inquebrantável entre o predicado e o objeto direto. O transitivo, portanto, é o verbo que ao nível sintático superficial admite objetos diretos:

OD [objecto directo] = relação gramatical do **argumento interno de predadores verbais**. (MATEUS et al., 1989, 163).

O **verbo que está seguido de um SN** [sintagma nominal] é um verbo **transitivo** (...); o verbo que não tem complemento nominal é um verbo intransitivo. (MATEUS et al. 1989, p. 198).

Resumindo podemos dizer que as gramáticas teóricas de espanhol e de português não escolhem um critério central mas vários critérios estáveis que, combinados de acordo com as teorias que seguem os autores, são: 1) sentido léxico do verbo; 2) capacidade do verbo de ter uma estrutura argumental; 3) capacidade transformacional e derivacional do verbo para construir diáteses ativas e passivas; 4) interligação e interdependência de verbo, sujeito e objeto direto/indireto entendidos como elementos sintáticos obrigatórios para uma construção transitiva.

Conclusão

A análise realizada mostrou a dependência do tipo de gramática e o modelo de interpretação da transitividade. Nas gramáticas que seguem o modelo clássico de explicar os fenômenos da língua, passando da morfologia das classes de palavras à sintaxe delas, a transitividade é tida como uma função do sentido lexical do verbo, em outras palavras, a semântica do vocábulo está colocada na posição central. Essa abordagem encontra-se na gramática “acadêmica” de espanhol e também nas gramáticas de autoria pessoal de português e de espanhol que têm caráter normativo-prescritivo declarado ou implícito, que pretendem ter um estatuto codificador e muitas vezes servem de fonte de consulta para os quais se orientam gramáticas práticas e didáticas. São as gramáticas de E. Bechara, C. Cunha e L. Cintra, D. P. Cegalla, C.H. de Rocha Lima, entre outros. A mesma abordagem aparece nas escolares.

Ao mesmo tempo, as gramáticas teóricas que visam explicar, de tal ou qual maneira, a natureza de fenômenos da língua, baseiam-se na interpretação da transitividade, num conjunto de fatores, não sendo o verbo

elemento decisivo único. A transitividade é entendida como realização de uma interligação de elementos que formam uma construção “sujeito–verbo–objeto” que tem dois níveis: semântico e sintático. Ao nível semântico cria-se uma interpretação do estado de coisas (situação) através da rede de papéis temáticos (agente, paciente) e ao nível sintático formal constrói-se uma oração com papéis gramaticais “clássicas” (sujeito, objeto direto).

Referências

ALARCOS LLORACH, Emilio. **Estudios de gramática funcional del español**. Madrid: Gredos, 1973.

ALARCOS LLORACH, Emilio. **Gramática de la lengua española**. Real Academia española. Colección Nebrija y Bello. Madrid: Espasa Calpe, 2000 (1994).

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2014.

BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigi[u]m, Typographum, 1540.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. ver e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001 (1961).

BELLO, Andrés. **Gramática de la lengua castellana**. Obras completas de Don Andrés Bello. Vol. IV. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramírez, 1883 (1847).

BOSQUE, Ignacio, DEMONTE, Violeta. **Gramática descriptiva de la lengua española**. 3 Vols. Madrid: Colección Nebrija y Bello, Espasa, 1999.

BOSQUE, Ignacio. **Las categorías gramaticales**. Madrid: Síntesis, 1990.

BOSQUE I., GUTIÉRREZ-REXACH, Javier. **Fundamentos de sintaxis formal**. Madrid: Akal, 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48 ed. rev. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2008.

CIPRO NETO, Pasquale, INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, Celso Ferreira da., CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GILI GAYA, Samuel **Curso superior de sintaxis española**. Barcelona, Bibliograf, 1980 (1943).

HERNÁNDEZ ALONSO, César. **Nueva sintaxis de la lengua española**. Salamanca: Ediciones Colegio de España, 1995.

LENZ, Rodolfo. **La oración y sus partes**. Estudios de gramática general y castellana. Madrid: Publicaciones de la revista de filología española, 1925 (1920).

LIMA ROCHA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. (49.ed.) Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MIRA MATEUS, Maria Helena, BRITO Ana Maria, DUARTE, Inês, FARIA, Isabel Hub. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

BON, MATTE Francisco. **Gramática comunicativa del español**. De la lengua a la idea. Tomo 1. Madrid: Edelsa, 2006 (1995).

MUÑIZ CACHÓN, Carmen. Transitividad e intransitivadores en el español peninsular y americano. **Verba**, 1998, Vol.25, pp. 389-399.

NEBRIJA, Antonio de. **Gramática de la lengua castellana**. Edición preparada por A. Quilis. Madrid: Editora Nacional, 1981. (1492).

NEVES, Maria Helena de Moura **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAIVA RAPOSO, Eduardo Buzaglo, BACELAR do NASCIMENTO Maria Fernando, COELHO da MOTA, Maria Antónia, et al. **Gramática do português**. II Vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

PERES João Andrade, MÓIA, Telmo. **Áreas críticas da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1995. 540 p.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española**. 2 Vols. Madrid: Espasa Libros, 2009. 3888 p.

SECO, Manuel. **Gramática esencial del español**. Madrid: Espasa Calpe, 1996. 418 p.

Collocation and semantic prosody – a gauge for bias in political discourse?

Colocação e prosódia semântica – um indicador para a parcialidade no discurso político?

Pedro Guilherme*

ABSTRACT

This paper aims to outline the relationship between collocation, semantic prosody and political discourse, as these linguistic phenomena may appear in utterances that subliminally carry biased views. The analyses of different corpora – namely one comprised of 2016 Donald Trump’s presidential campaign speeches – shows that there are indeed cases of collocation and semantic prosody that display a certain degree of bias in the speakers, mainly Donald Trump. The president’s collocational patterns also suggest that his discourse falls in line with his populist stance in politics. The paper then proceeds to discuss the dialogical relationship between the studied linguistic phenomena and society.

Keywords: Collocation, semantic prosody, politics, dialogism, corpus linguistics.

RESUMO

O presente artigo visa delinear a relação entre colocação, prosódia semântica e discurso político, uma vez que esses fenómenos linguísticos podem surgir em enunciações que veiculam, de um modo subliminar, visões tendenciosas. As análises de diferentes *corpora* (nomeadamente, um que consiste nos discursos da campanha presidencial de Donald Trump, em 2016), demonstra que há de facto casos de colocação e prosódia semântica que indicam um certo grau de parcialidade

Recebido em 31 de maio de 2020

Aceito em 9 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.446>

*Universidade da Beira Interior, pmlnguilherme@gmail.com, orcid.org/0000-0001-9871-7066

nos falantes, nomeadamente Donald Trump. Os padrões colocacionais do presidente sugerem também que o seu discurso é coerente com a abordagem populista à sua política. O artigo discute, depois, a relação dialógica entre os fenómenos linguísticos abordados e a sociedade.

Palavras-chave: Colocação, prosódia semântica, política, dialogismo, linguística de *corpus*.

Introduction

Language is the product and the driving force of society and thought and as organic as they are. As it reflects (on) the actions, choices and opinions of individuals and communities, the observation of its patterns may be likened to the analysis of a patient by a psychologist or psychiatrist: fears, desires, experiences, affections and aversions are expressed in both liminal and subliminal ways. It is, if we will, a part of the collective unconscious. While some linguistic patterns openly show how a linguistic community thinks (for example, English speakers think in a more qualitative way, whereas Portuguese ones are more qualitative – the former may ask ‘how old are you?’, but the latter directly requests a number, by asking, roughly translated, ‘how many years have you got?’), others have hidden meanings that resemble word association in a psychology or psychiatry appointment. These are collocation and semantic prosody; respectively, the usual proximity between lexical units («heavy rain», «winding road»¹) and the aura of meaning that a certain lexical unit carries and that may, inadvertently change the context of an utterance. These patterns, pervasive in a speakers’ community in general, become more evident or emerge when found in either public figures or the media in general (which, in the end, is what makes those figures public), as they may expose

1 I have decided to write down lemmas in italics and non-canonical lexical units (or utterances) in angular quotation marks (e.g.: *to be* / «was»). Therefore, if I refer to *to be*, I may be referring to all forms of the verb, while, if I refer to «been», only the past participle of the verb is applicable.

apparently hidden biases in their points of view. Politicians, being highly mediatic and influential in societies, often try hard to persuade their citizens. However, they fail many times, because of their actions or some curious “slips of the tongue”, some more conspicuous than others. Former Portuguese Prime Minister José Sócrates, for instance, raised many eyebrows – and made many burst out laughing when he mistakenly wished for an “increasingly poor country” – he quickly corrected himself, but it had already been said. Yet, there are cases in which these lapses have to be read between the lines, because they lie deep within the realm of collocation and semantic prosody. Therefore, this work aims to establish the link between these phenomena and bias in political discourse.

First, this article will describe semantic prosody, discussing some academic points of view and, of course, presenting some examples of its occurrence. Secondly, this work will reflect on the relationship between the phenomena and political bias; it will describe the method of analysis, present and discuss cases of semantic prosody and collocation in political speeches and, finally, outline the dialogic relationship between the linguistic phenomena and society.

1. What is semantic prosody?

Semantic prosody is a lexicogrammatical phenomenon that weighs on the fact that discourse is processed in “chunks”; instead of simply processing (receiving or producing) speech act sequences in a linear, “word-by word” fashion, the speaker (or the receiver) will instead perceive lexical units in relation to one another, *i.e.*, “by storing a number of frequently-needed lexical chunks as individual whole units [that] can be easily retrieved and used without the need to compose them on-line through word selection and grammar sequencing” (Schmitt, 2000, pp. 400, 401). This will, naturally, occur in terms of syntax, semantics and pragmatics. A lexical unit occurring within a clause or sentence demands compatibility with other elements: in a

syntactic level, a transitive verb, for instance, will co-occur with an object. Syntactic rules and restrictions will always apply. Obviously, meaning also plays a role in this puzzle of knots and terminals: an utterance has to make sense, and semantic functions will come into play. However, the linearity with which lexical units define meaning in an utterance is also processed as a series of “individual wholes” (Schmitt, 2000, pp. 400, 401). The key is collocation and co-selection. Whereas the former is, simply put, the frequency in which a lexical unit co-occurs with others, the latter is a function of collocation. The Portuguese verb *envidar* is an extreme example of collocation. The verb, that translates to ‘to endeavour’ (Harper-Collins, 2014), besides being transitive, requires a very specific and invariable object: *esforços*. Not only does it have a semantic preference of ‘effort’, but also a syntactic preference by the concatenation of the morpheme *esforço* with the «plural» one, which is deemed colligation (Berber-Sardinha, 2000a, p. 359). In fact, a KWIC (Key Word in Context) search of the lemma *envidar* (Linguatca, 2019)² returned the following result: out of 242 occurrences, 209 co-occurred with «esforços» (the remaining cases were that of the regressive form *envido*, a nominalization of the verb *envidar*, as well as what appears to be typing mistakes and a co-occurrence of the verb with the pronoun *tudo*), which suggests the semantic preference of the verb. Moreover, the search returned no cases of «esforço» as a co-occurrent, a clear indication of the aforementioned colligation. Co-selection, in turn, translates into our ability, as speakers, to recognize and apply the rules of collocation; one would not, for instance, associate *trabalho* (‘work’) with *envidar*, as that would instinctively trigger a feeling of strangeness. In summary, collocation, colligation and co-selection play an important role on the “naturalness” of a certain language; processing it in a “word-by-word” manner will often result in outlandish utterances which hardly reflect the living and breathing reality of any language.

2 This corpus is comprised of sections of the Portuguese newspaper *O Público*.

Semantic prosody, albeit a result of collocation and co-selection, plays a furtherly different role in language, as it extends units of meaning beyond their original lexical containers and their very own core meaning (the semantic function a lexical unit displays on its own, or that one may find in a dictionary). The phrasal verb *set in* is an example, as it was shown to occur in negative contexts such as those introduced by *rot* and *decay* (Sinclair J., 1991, pp. 74, 75). Thus, the semantic prosody of *set in* is negative, or, according to the author, that of “an unpleasant state of affairs”. Even though they are ground-breaking *per se*, these findings were of major importance due to the fact that they were attained by the examination of a linguistic corpus³.

Yet, it is Louw, keeping up with J. R. Firth’s statement that one “shall know a word by the company it keeps” (1962), who coins the term semantic prosody, due to the fact that, similarly to phonological properties that are carried over through distinct phonemes, it extends meaning beyond lexical boundaries. The phenomenon, or pattern (Berber-Sardinha, 2000b, p. 94) is thus described as “a consistent aura of meaning with which a form is imbued by its collocates” (Louw, *Irony in the text or insincerity in the writer? The diagnostic potential of semantic prosodies*, 1993). The relationship between semantic prosody and collocation is also stressed by Berber-Sardinha; “semantic prosody is the connotation conveyed by the regular co-occurrence of lexical items” (2000b, p. 93). Considering the example of *set in* and the contexts in which it occurs, Sinclair (2004, p. 34) states:

A semantic prosody (Louw 1993) is attitudinal, and on the pragmatic side of the semantics/pragmatics continuum. It is thus capable of a wide range of realisation, because in pragmatic expressions the normal semantic values of the words are not necessarily relevant. But once noticed among the variety of expression, it is immediately clear that the semantic

3 In fact, semantic prosody and collocation may only be studied properly resorting to corpus linguistics methods, as a linguist can only retrieve significant data via the computerized search of large bodies of text.

prosody has a leading role to play in the integration of an item with its surroundings. It expresses something close to the ‘function’ of an item—it shows how the rest of the item is to be interpreted functionally.

Therefore, if a certain lexical unit has a negative semantic prosody, its collocates are also expected⁴ to convey a negative meaning, whereas, should the collocates contrast with it, this expectation is not met, leading to either a sense of irony or that of insincerity (Louw, Irony in the text or insincerity in the writer? The diagnostic potential of semantic prosodies, 1993). If a speaker were to use the Portuguese verb *cometer* (meaning ‘to commit’, with a meaning of ‘to do’ or ‘to perpetuate’) in a positive context, its intentions would certainly be questioned, as *cometer* has a semantic prosody of crime and transgression. This, of course, is another extreme example, because the association between the verb and its collocates is well-known by the Portuguese speakers’ community. However, there are cases of seemingly neutral lexical units that considerably occur in negative contexts. Such is the case of *episódio* (‘episode’), which has been found to co-occur significantly with the adjectives *lamentável* (‘unfortunate’ and *triste* (‘sad’) (Guilherme & Osório, 2014, pp. 174, 175). As a matter of fact, the whole of negative cases amounted to 63%. The semantic prosody of *episódio*, is not, however, verified within the generality of speakers. This particular case was only found in political discourse: Guilherme and Osório, while examining two distinct language corpora (CETEMPúblico and DAR-I⁵), found that only the latter returned evidence of negative semantic prosody for *episódio*, whereas CETEMPúblico only returned 28% of negative cases.

4 Expectation in, in fact, closely associated with collocation and semantic prosody, as I will explain further in this text.

5 DAR-I, which stands for *Diário da Assembleia da República – 1.ª Série*, is comprised of transcriptions of all the meetings of the Portuguese parliament that took place between 1995 and 2013 (cf. Guilherme & Osório, 2014, p. 106).

2. Semantic prosody and bias

2.1 Corpus linguistics as a method of analysis

One of the best ways to accurately study patterns and phenomena in a language and its utterances may be to resort to corpus linguistics. These, comprised of either transcribed acts of speech or collated bodies of written text (that should not be literary, unless the linguist wishes to analyse patterns in an author's writing), are mostly available on the Internet. Some may be analysed via a web browser, although it is always best to process them in a dedicated program. Although there are many choices, my recommendation would be AntConc (2014), by Waseda University Professor Lawrence Anthony, as it is freeware and a powerful tool that can run KWIC, cluster/n-gram and collocate queries. Since some corpora are quite large (CETEMPúblico has, as of May 2020, 257.2 million words), conducting a KWIC query for collocates and therefore semantic prosody does not yield manageable results, as they may be too many. Thus, it is important to use the “collocates” query, which will let a researcher know the most significant collocates of a certain lexical unit, organizing the results by frequency or statistical measure (T-Score or Mutual Information; for further information, see (Stubbs, 1995).

2.2 Bias in political discourse: the example of Donald Trump

It is not uncommon to find, in the mass media, utterances that are tinged by semantic prosody. If a speaker were to use some of Donald Trump's most used words or phrases he/she would face the risk of being frowned upon, or that of ridicule. «Billions and billions», «huge», «great», and «believe me»⁶, for instance, if used in textual proximity, would lead interlocutors to believe that the speaker was doing a caricatural impression of the 45th president of the

6 Anyone paying attention to the news has quickly noticed the colloquial style adopted by Donald Trump, which may be a prerogative of his populist approach to politics.

United States of America. Although these lexical units (or groups thereof) did not themselves carry semantic prosody when first uttered by Trump, the frequency with which they have been used, when perceived by the community, may have caused that phenomenon to emerge. One such case is that of «believe me»: by analysing a corpus of 2016 presidential campaign speeches⁷ (Brown, 2017), I found the striking number of 275 iterations of the phrase. Repetition of certain lexical units has, of course, a long history in political discourse. John F. Kennedy is well-known for that: his famous speech that galvanized the USA about NASA's space program is famous for the repetition of «because», which amounted to six iterations. That repetition has the clear objective to imbue the speech with a sense of validation and determination:

We set sail on this new sea because there is new knowledge to be gained, and new rights to be won, and they must be won and used for the progress of all people. [...]

We choose to go to the moon. We choose to go to the moon in this decade and do the other things, not because they are easy, but because they are hard, because that goal will serve to organize and measure the best of our energies and skills, because that challenge is one that we are willing to accept, one we are unwilling to postpone, and one which we intend to win, and the others, too. [...]

Many years ago the great British explorer George Mallory, who was to die on Mount Everest, was asked why did he want to climb it. He said, "Because it is there." (Kennedy, 1962)

Although *because* is not known to have semantic prosody, its effect in this speech likens the phenomenon. The very same thing (or the opposite) happens with Donald Trump's repetition of the imperative «believe me». Such an imperative (usually preceded or followed by a comma in writing) may aim to avert an expected feeling of incredibility on the receiving end of the speech

7 This search was conducted via AntConc 3.4.4w (Anthony, 2014).

act, as some of the results from a KWIC search on the British National Corpus (Davies, 2020), unrelated to Trump, show:

Table 1. Results (truncated) of a search on BNC (" , believe me").

in the family way, all them as could be in it. Mm , believe me all trying to get rid. Was. (laugh) I'd got two pals
'm not gon na mention their names now but er quite a few characters , believe me . Er I were telling you about the pianos, in one particular terrace
employed three years before they were accepted into the pension scheme but you know , believe me I'm glad that I paid in for it. It was a bit
David observed.' And a lot of people knew him very well indeed , believe me .' Peggy was all too aware of that. Questions of Morality and
You can think about that, all by yourself in your room. Because , believe me , Andrew, there will be an apology.' He just turned his
of a lot more rent. No, that sort of money is needed , believe me .' McLeish, who had a built-in prejudice, well supported by experience
seem to have your share of crime. And those instructors aren't joking , believe me . They really teach them how to hurt." So I've
, ' he said.' Work will ease the pain, in time , believe me .' He meant well but how could Hari ever get over the shock
to me.' He stood before his mother.' I'm innocent , believe me , Craig has fooled you but he can't fool me, he wanted
smiled.' I understand. Together we will make it work, Hari , believe me , we shall have the finest business in the country.' Hari moved
individual suddenly to become' free'. Their structures would crumble. And , believe me , Ari, if you have developed as I hoped, you are truly
there isn't a hope in hell of getting access. I've tried , believe me . I've got as good a nose as any other man on the
to believe they've got power within themselves but it isn't like that , believe me . Just take my advice..." What's that?"
must stop writing to each other, Donald. I know it's hard , believe me , but continuing will only make life harder and harder if we are never
sipped at his glass of white wine.' Ascot will soon be forgotten , believe me ." Either that or I'll be dead.' Nick shook

Moreover, the number of “hits” displayed on the Trump section of the Clinton-Trump Corpus (Brown, 2017) contrasts deeply with those of the Corpus of Presidential Speeches⁸ (Brown, 2016), which amount to only 29. On the other hand, Trump’s iterations of «I believe», which convey certainty and confidence, add up to 54. Yet, deeming this a case of semantic prosody could be debatable, although public awareness of the use of «believe me» by Donald Trump could lead to a case of semantic prosody that, even if not eliciting a negative context, has the possibility to introducing a humorous one. Such a case happened in Portugal, when a group of comedians satirized football coach Paulo Bento’s overuse of *tranquilidade* (Guilherme & Osório, 2014, p. 20); this comedic sketch led speakers to either utter or receive the lemma with a chuckle. Semantic prosody, therefore, carries an evaluative meaning (Stubbs, *Words and Phrases: Corpus Studies of Lexical Semantics*, 2001, p. 65) that surpasses the good/bad dichotomy suggested by Morley and Partington (2009, p. 141). Nonetheless, the president’s speeches boast, of course, cases of semantic prosody.

Let us discuss the case of «totally». This lexical unit, which has gained popularity within younger generations, is often used as what one may call a “crutch word”. Alongside other peculiarities perceived in Trump’s wording, his extensive usage of «totally» triggered my instincts: does it occur in mostly neutral situations or does it associate with more nefarious contexts? The fact that Donald Trump alone made this utterance three times more than the remainder presidents combined⁹ instantly raised a flag. The search

8 This corpus is comprised of the speeches of all presidents who preceded Trump, *i.e.*, from George Washington to Barack Obama.

9 A search carried out on the Corpus of Presidential Speeches (Brown, 2016) shows that «totally» is only used 67 times, while Trump alone – although the corpus is titled Clinton-Trump Corpus, only Trump’s speech transcriptions were loaded into the program – used the word 200 times during his campaign speeches (Brown, 2017).

for collocates immediately after «totally»¹⁰ indicate that this lexical unit significantly occurs in negative contexts; therefore, this lexical unit displays a clearly negative semantic prosody, even though it could be argued that this can simply be a result of the widespread usage of «totally» by American English speakers in general as a “crutch word” along with Trump’s aggressive stance. Even if the correlation shown by the results is open to debate, this pattern is prone to have been repeated by the public in general (mostly Trump’s supporters, who were probably more receptive and attentive to his speeches), with the semantic prosody of «totally» being created or consolidated at this point. The list of main collocates is as follows:

10 This search was conducted via AntConc 3.4.4w (Anthony, 2014). Its results were sorted via the T-Score measure (chosen due to the relatively meagre size of the corpus).

Concordance		Concordance Plot		File View		Clusters/N-Grams		Collocates		Word List		Keyword List	
Total No. of Collocate Types: 99						Total No. of Collocate Tokens: 200							
Rank	Freq	Freq(L)	Freq(R)	Stat	Collocate								
1	21	0	21	4.56627	open								
2	14	0	14	3.72336	dishonest								
3	9	0	9	2.97759	rigged								
4	8	0	8	2.82549	unfit								
5	6	0	6	2.44271	false								
6	5	0	5	2.21584	depleted								
7	5	0	5	2.20711	corrupt								
8	4	0	4	1.96908	failed								
9	4	0	4	1.94211	under								
10	3	0	3	1.71983	divided								
11	3	0	3	1.71911	protected								
12	3	0	3	1.71025	renegotiate								
13	3	0	3	1.68413	totally								
14	3	0	3	1.67694	getting								
15	3	0	3	1.67023	lost								
16	2	0	2	1.41275	unhinged								
17	2	0	2	1.41275	destabilized								
18	2	0	2	1.41216	discredited								
19	2	0	2	1.41099	construction								
20	2	0	2	1.41069	unlimited								
21	2	0	2	1.40834	loyal								
22	2	0	2	1.40365	destroying								
23	2	0	2	1.40365	controlled								
24	2	0	2	1.40336	phony								
25	2	0	2	1.40130	disastrous								

Words Case Regex **Window Span** Same
 totally From... 0 1R
 Min. Collocate Frequency
 Invert Order 1
 Sort by Stat

Collocation of «totally» on Donald Trump's campaigning speeches

Even though almost every type of discourse is biased to a certain extent, politics are obviously fertile in partiality. Donald J. Trump is one of the most interesting case studies in this matter, as his speeches, as well as his general stance, are a far cry from being neutral or cautious. Even the sole case of «totally», as well as its collocates, may elicit a twofold conclusion: the President's wording is lax and aggressive, which falls in line with his populist attitude towards politics and may have served to appeal to the common people. After all, if a billionaire candidate (and then president) is able to adopt speech patterns prevalent in the masses, they will be more likely to follow him and accept his biased views on different matters¹¹.

2.3 The dialogic factor

A large part of language production and acquisition lies upon a certain degree of replication. While an infant will learn how to speak by acquiring lexicon and functional patterns from his or her environment, an adult will also remain doing so. As one's behaviour is a result of experiences, so does language: if a speaker experiences (*i.e.*, receives) certain language patterns, he or she is bound to replicate them. However, when a speaker makes use of a linguistic sign, its signified (or meaning) is not the same as that of another speaker's utterance. The use of the lemma *dog*, while directing to an animal of the *canis canis* species, will not be perceived in the same fashion by every speaker; some may think of different sizes, colours or breeds, or experience distinct emotions, like fondness, aversion or fear. This happens because every speaker has had different experiences that will create different utterances. Yet, these experiences may be shared within the speakers' environment, resonating

11 It is curious that the president of Brazil, Jair Bolsonaro, who is an outspoken admirer of his North American counterpart, managed to surpass both Trump's verbal laxism and aggressive stance on 22 April 2020 in a cabinet meeting, during which he uttered a large number of profanities while voicing his hostile opinion towards mayors and governors who defended a lockdown to counteract the Covid-19 outbreak.

in one another: a speaker who loves dogs may hear gruesome stories about people who have been attacked and develop a certain degree of aversion towards the species, and vice-versa. This interplay may be called dialogism:

Any concrete utterance is a link in the chain of speech communication of a particular sphere. The very boundaries of the utterance are determined by a change of speech subjects. Utterances are not indifferent to one another, and are not self-sufficient; they are aware of and mutually reflect one another... Every utterance must be regarded as primarily a response to preceding utterances of the given sphere (we understand the word 'response' here in the broadest sense). Each utterance refutes affirms, supplements, and relies upon the others, presupposes them to be known, and somehow takes them into account... Therefore, each kind of utterance is filled with various kinds of responsive reactions to other utterances of the given sphere of speech communication ... [and with] dialogic overtones, and they must be taken into account in order to fully understand the style of the utterance. After all, our thought itself – philosophical, scientific, artistic – is born and shaped in the process of interaction and struggle with others' thought, and this cannot but be reflected in the forms that verbally express our thought as well (Bakhtin, 1986, pp. 91, 92).

If we reflect on these words, we may conclude that collocation, colligation and semantic prosody are a product of dialogic relations. A certain collocational pattern comes from the repetition of frequently juxtaposed lexical units and its subsequent awareness, total or partial, by the speakers' community. The same will happen to semantic prosody: if a number of speakers is exposed to the occurrence of a certain lexical unit in specific types of contexts (mainly positive or negative, although there are nuances, as I have explained above), they are likely to replicate this pattern, thus consolidating it. On the other hand, should this pattern, once consolidated, be violated, the result will be that of perceived irony or insincerity. Louw (2000) presents the example of «fan the flames», which, of course, has negative semantic prosody:

The conclusion we reach as we unravel this line [President Clinton fanned the flames of optimism in Northern Ireland] becomes an act of critical literacy. For a split second the form is rejected as incoherent on the basis that optimism bears no resemblance to the normal collocates of this fixed expression. However, within a further split second, the critical message of the writer is unraveled: the peace process is, ironically, almost as aggressive as the war it is designed to end. The line has to be an intentional comment on US foreign policy.

Moreover, it is possible to find, in certain cases of semantic prosody, symptoms of a society in disrepair. Pedro and Osório (2014) found the striking case of the semantic prosody of *enriquecimento* ('enrichment', in the sense of becoming wealthy), finding that, in both political and journalistic discourse, it co-occurs with «illicit», «illegal», «personal», etc, which is a clear indication of widespread corruption in Portugal.

Conclusion

Language is, of course, both an indicator and an origin of thought, private or societal. As a result, analysing its patterns and phenomena, specially when semantics and pragmatics come into play, allows us to assess the current *zeitgeist* and predict its direction. While political figures, especially the most populist ones, aim to please the masses by saying what they want to hear, the masses will, to a degree, mimic their leaders' behaviour, including their linguistic patterns. In Portugal, for example, during the crisis of 2008 (and beyond), the umbrella term *sustentabilidade* ('sustainability') was widely used in the media, having developed a very positive semantic prosody. Surprisingly enough, when the government levied taxes in order to counteract the crisis (and observe the austerity imposed by the International Monetary Fund), a new tax emerged with the moniker *taxa de sustentabilidade* ('sustainability tax') (Guilherme & Osório, 2014). While the name may appear innocent, it is legitimate to believe that the name was picked solely because *sustentabilidade* was a "chic" word widely associated with ecological concerns.

Therefore, linguists may take semantic prosody and, obviously, collocation as a way to check the society's pulse, as its collective conscious (and maybe its unconscious) is often read between the lines.

References

ANTCONC. Version 3.4.4w. Retrieved from: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Accessed on 1 May, 2020.

BERBER-SARDINHA, T. *Linguística de corpus: histórico e problemática. Delta*. 16, 2, p. 323-367, 2000.

_____. Semantic prosodies in English and Portuguese: a contrastive study. (U. o. Murcia, Ed.) *Cuadernos de Filología Inglesa*. 9, 1, p. 93-110, 2000.

BROWN, D. W. **Corpus of presidential speeches**. Retrieved from: <http://www.thegrammarlab.com>. Accessed on 19 May, 2020.

_____. **Clinton-Trump corpus**. Retrieved from: [//www.thegrammarlab.com](http://www.thegrammarlab.com). Accessed on 19 May, 2020.

DAVIES, M. **British National Corpus**. Retrieved from: <https://www.english-corpora.org/bnc/>. Accessed on 25 May, 2020.

GUILHERME, P.; OSÓRIO, P. *A prosódia semântica em português europeu - estatuto e definição de um fenómeno lexical e gramatical*. Covilhã: **LusoSofia**, 2014.

HARPER-COLLINS. **Translation of envidar from the Collins Portuguese to English**. Retrieved from: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/portuguese-english/envidar>. Accessed on 20 May, 2020.

KENNEDY, J. F. **John F. Kennedy presidential library and museum**. Retrieved from: <https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/historic-speeches/address-at-rice-university-on-the-nations-space-effort>. Accessed on: 20 May, 2020.

LINGUATECA. **Corpus de extractos de textos electrónicos MCT/Público**.

Retrieved from <http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>. Accessed on: October 18, 2019.

LOUW, B. Irony in the text or insincerity in the writer? The diagnostic potential of semantic prosodies. In: BAKER, M., Francis, G., & TOGNINI-BONELLI, E. **Text and Technology: in Honour of John Sinclair** Amsterdam: John Benjamins, p. 157-176, 1993.

MORLEY, J.; PARTINGTON, A. A few frequently asked questions about semantic - or evaluative - prosody. **International Journal of Corpus Linguistics**. 14, 2, p. 139-158, 2009.

SCHMITT, N. Lexical Chunks. **ELT Journal**. 54, 4, p. 400-401, 2000.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

_____ **Trust the text: language, corpus and discourse**. London: Routledge, 2004.

STUBBS, M.. Collocations and semantic profiles: on the cause of the trouble with quantitative studies. **Functions of Language**. 2, 1, p. 1-33, 1995.

_____ **Words and phrases: corpus studies of lexical semantics**. Oxford: Blackwell, 2001.

Dicionários escolares especializados: a lexicografia para o ensino fundamental

Specialized school dictionaries: lexicography for fundamental education

Arabie Bezri Hermont*
Manoela Moreira Coscarella**

RESUMO

A pesquisa que deu origem ao artigo é do campo da Linguística e da Educação e, por meio dele, se tentará responder como é realizado o trabalho com o uso do dicionário em livros didáticos. Além dos pontos relevantes que nortearam a pesquisa, como compreender as acepções acerca de processos linguísticos, como sinonímia e hiperonímia com vistas a ampliar o repertório de palavras e os mecanismos da retórica dos sujeitos inscritos numa prática pedagógica escolar, além de analisar esses processos nas coleções aprovadas no PNLD: Projeto Teláris, Português Linguagens e Singular & Plural; perceber a importância do uso do dicionário nessas coleções como prática lúdica, considerando possíveis jogos a serem realizados para desenvolver capacidades de argumentação e criatividade. O artigo ancora-se nos principais autores da Linguística: Antunes (2012), Basílio (2013), Leal (2003) e Vilela (1994). A análise realizada foi de natureza qualitativa e verificou-se uma frequência de atividades que trabalharam com a polissemia.

Palavras-chave: Lexicografia. Dicionário especializado. Ensino fundamental. Coleções. PNLD.

Recebido em 20 de maio de 2020.

Aceito em 15 de agosto de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.422>

*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, arabie@uol.com.br,
orcid.org/0000-0003-2551-6145

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, manunoca@outlook.com,
orcid.org/0000-0002-2366-5721

ABSTRACT

A research that gave rise to the article is the field of Linguistics and Education and, through it, if you answer how it is done or work with the use of a dictionary in textbooks. In addition to the relevant points that guided a research to understand how accepted about linguistic processes, such as synonymy and hyperonymy with a view to expanding or repertoire of words and the users of the rhetoric of enrollments enrolled in a school pedagogical practice, in addition to analyzing these processes in those approved in the PNLD: Teláris Project, Português Linguagens e Singular & Plural; realize the importance of using the dictionary in these collections as a playful practice, considering possible games to be played to develop arguments and creativity. Main article in the main authors of Linguistics: Antunes (2012), Basílio (2013), Leal (2003) and Vilela (1994). The analysis performed was of a qualitative nature and there was a frequency of activities that work with polysemy.

Keywords: Lexicography. Specialized dictionary. Elementary School. Collections. PNLD.

Introdução

O trabalho com o dicionário nas propostas didático-pedagógicas pode ser de grande auxílio na tarefa de desenvolver habilidades de leitura e de escrita por parte de alunos da educação básica. Entretanto, poucas são as propostas de uso de dicionário nas atividades escolares e, quando isso ocorre, ainda são bastante comuns as solicitações de leitura e busca, no dicionário, de palavras desconhecidas, o que pode não gerar resultados bons e eficazes. O professor costumeiramente solicita que o aluno busque termos no dicionário para consulta, todavia não ensina a estratégia de leitura para a utilização do livro. O real problema é o conteúdo limitado sobre o dicionário em livros didáticos, que, por meio das atividades, poderia aprimorar como se usa esse suporte. Existem dicionários bastante categóricos, há que se ater ao Houaiss em versão eletrônica, uma plataforma completa que incorpora milhares de palavras ou lexemas. É mister que o docente estabeleça uma organização das atividades a serem realizadas com o dicionário e, posteriormente, uma elucidação da estrutura macro e micro do livro e das funções exercidas por ele, como a presença da sinonímia, da polissemia, de expressões idiomáticas e do gênero verbete.

1. O que é o léxico?

O léxico pode ser identificado como um vocábulo¹ ou como um repertório de palavras de uma língua e deve sempre ser pensado em um contexto da cognição social. Todas as palavras remetem ao acúmulo de conhecimento que o homem constrói em sua experiência social com grupos e culturas de que participa. Pode-se dizer que o léxico é mental, abstrato, em contrapartida, o dicionário é concreto, marcado por palavras institucionalizadas.

O léxico é, numa perspectiva cognitivo-representativa, a codificação da realidade extralinguística. Ou, numa perspectiva comunicativa, é o conjunto das palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si. Tanto na perspectiva da cognição-representação, como na perspectiva comunicativa, trata-se sempre da codificação de um saber partilhado. (VILELA, 1994, p. 13)

Um dos critérios essenciais para a comunicação entre os falantes de uma língua é o conhecimento do código utilizado por eles, ou seja, é imprescindível que os interlocutores saibam utilizar e interpretar as diretrizes que o compõem. O código é composto de vários componentes (como a sintaxe, a fonologia, entre outros). Um desses componentes é o léxico que faz com que comuniquemos uns com os outros, de modo que exista compreensão partilhada, sendo o léxico externo ou interno.

Mas o termo léxico significa sempre a mesma coisa? Não necessariamente. Segundo Basílio (2013, p.10), se estivermos comparando produto e processo, teremos duas leituras diferentes para o termo léxico. Em termos de produto, o léxico é composto pelas palavras da língua que

1 Irandé Antunes (2012) advoga que o léxico de uma língua pode ser visto como o amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação. O léxico como vocábulo, numa síntese bastante simplificada, seria explicado pela correspondência do lexema e do vocábulo à palavra no sistema lexical da língua e à palavra como constituinte efetiva de um texto.

estão dicionarizadas, o que chamamos de léxico externo ou concreto; mas, se estivermos pensando em termos de processos, o léxico se caracteriza como sendo o conhecimento que temos dos padrões gerais de estruturação que permitem, por meio dos processos de formação de palavras, a produção e a interpretação de palavras novas. A isso se dá o nome de léxico mental (ou léxico interno) ou virtual. Por exemplo, uma palavra como ‘descomer’, embora não faça parte do léxico externo, é perfeitamente cabível em termos do léxico mental/interno. Na teoria gerativista, essa formação do prefixo ‘des’ antes do verbo ‘comer’ é criada pela Regra de Formação de Palavras (RFP), mesmo que não seja uma forma institucionalizada, comum a um determinado grupo linguístico, ela funciona na criação de novas palavras, sendo categorizada como fenômeno de produtividade lexical, dentro da competência lexical dos sujeitos falantes de uma determinada língua. Há que se ater aos padrões existentes nas RFPs quanto a, por exemplo, operações morfológicas de mesma função. Substantivos com o sufixo -agem são formados somente a partir de verbos de ação; substantivos com -ção ou -mento são derivados de bases verbais sem restrição semântica, ou seja, as condições de produtividade são diferentes.

Isto é, de acordo com Basílio (2013, p.9-12), o léxico externo é um léxico real, concreto, reconhecido pela academia; o léxico mental, por sua vez, permite a existência de um léxico virtual, ou seja, um conjunto de padrões que determinam as construções lexicais possíveis e sua interpretação. Esse léxico virtual pode conter aquilo que chamamos de “buracos no léxico”, uma vez que só existe virtualmente e não na realidade, ou seja, no dicionário. Voltando ao nosso exemplo anterior, descomer, temos aí um ‘buraco no léxico’, ou seja, embora a forma seja possível, por aquilo que está contido no léxico mental, ela não é reconhecida e, portanto, não é dicionarizada. Assim, observa-se que o léxico mental é determinante na criação de novas palavras, ele possibilita a inserção de neologismos na língua, sendo integrado, aos poucos, ao cotidiano dos falantes.

2. O que é a Lexicologia?

O objeto principal de estudo da Lexicologia é a palavra, que “é elemento fundante na língua e se realiza por meio da linguagem” (GUERRA; ANDRADE, 2012, p. 231) A relevância das contribuições da Lexicologia para a presente pesquisa vem em decorrência da investigação das palavras e seus sentidos.

A Lexicologia é conhecida como a ciência que estuda as palavras de uma determinada língua em todos os seus aspectos, que pode incluir etimologia, a formação de palavras, a importação de palavras, a morfologia, a fonologia, a sintaxe e, principalmente, a semântica. Ou seja, a Lexicologia tem como objetivo verificar o relacionamento do léxico com os outros subsistemas da língua. Dessa forma, pode-se defini-lo como a ciência do léxico. (VILELA, 1994, *apud* CARVALHO, 1984, p.4)

Assim, constata-se que o fenômeno da Lexicologia é de acentuada relevância para o trabalho, uma vez que ele irá destrinchar relações existentes do léxico com os demais subsistemas da língua numa prática pedagógica de ensino. As seguintes perguntas orientam a pesquisa: o léxico foi trabalhado de maneira satisfatória nos livros didáticos? Existem atividades promotoras do saber linguístico pelo diálogo entre léxico e subsistemas? Como esses conteúdos foram abordados, numa perspectiva discursiva ou metalinguística/classificatória?

3. O que é a Lexicografia?

Diferentemente da Lexicologia, que é a ciência do léxico, a Lexicografia seria a ciência da elaboração de dicionários. Há produções da Lexicografia, como os vocabulários e os glossários.

A lexicografia, na realidade, pode ser entendida, efetivamente, como arte ou técnica, isto é, como saber teórico-prático, direcionado à

elaboração de dicionários[...] mas também pode ser interpretada como saber verdadeiramente científico, e, nesse sentido, consiste ou, como a lexicologia, em um estudo especial do léxico, que não é senão aquele contido nos dicionários, ou no estudo dos próprios dicionários em suas diversas facetas. (PORTO DAPENA, 2002, p. 200)

Nessa esteira, alguns autores falam igualmente de dois tipos de lexicografia: a que eles chamam de lexicografia prática, que viria a coincidir, ao menos em parte, com a lexicologia e, outras, com o estudo dos dicionários ou obras lexicográficas já elaboradas. (PORTO DAPENA, 2002, p. 200)

A Linguística divide-se em alguns ramos de estudo, como a lexicologia, tratada anteriormente, que consiste no vocabulário de um idioma, como a Língua Portuguesa possuínte de um léxico. A Lexicologia seria, dessa forma, a responsável por descrever o seu uso e sentido dentro da lexicografia – seção que elabora dicionários, enciclopédias e outras obras que identificam a língua falada no Brasil. Para que se possa compreender na práxis esses conceitos, o próximo tópico abordará os fenômenos linguísticos do campo da semântica para demonstrar como a intenção discursiva dos falantes interfere nas escolhas lexicais e preferências de processos como, sinonímia ou antonímia; hiperonímia ou hiponímia no discurso.

4. Fenômenos linguísticos

Os fenômenos linguísticos apresentam reflexões perpassando a heterogeneidade social, no que abrange a variação linguística, que nem sempre é devidamente reconhecida, levando ao preconceito ou à discriminação. No âmbito dessas diversidades linguísticas, as quais representam as variações de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas, serão discutidos exemplos de fenômenos linguísticos que demonstram as diferenças na seleção de palavras lexicais.

4.1 Sinonímia

Sinonímia é a relação lexical que se caracteriza quando há significantes diferentes, mas os significados são quase idênticos. As variações diatópicas, diastráticas e diafásicas contribuem para com o processo de construção de sinônimos. Por exemplo, a depender da região, usa-se ‘mexerica’, em vez de ‘bergamota’ ou ‘tangerina’. Em casos de variação diastrática, observa-se a gíria ‘maneiro’, sinônimo de “legal”, formas distintas de expressar uma ideia considerando a faixa etária. Na variação diafásica, em função do contexto comunicativo, emprega-se um vocabulário mais formal em situações solenes, como o termo ‘retificar’, em vez de ‘corrigir’, que continuam sendo sinônimos.

Para Vilela (2014, p.31), podemos dar uma definição referencial à sinonímia (os lexemas a e b são sinônimos se denotam o mesmo objeto, o que se verifica em coisas muito concretas), como também podemos dar uma definição por meio de abrangência das ocorrências e da correspondência significativa entre lexemas (sinonímia relativa em que a e b são próximos no sentido denotativo, mas diferentes no conotativo; sinonímia total em que os lexemas a e b são comutáveis em todos os contextos; sinonímia parcial: em que a e b apenas são comutáveis em alguns contextos.)

A sinonímia é total e absoluta em ‘Tenho uma consulta no dentista/ estomatologista’, ou, em ‘O /p/ é uma consoante surda/ não vozeada/ átona’. Há ainda, de acordo com Martin (2014, p.32), a sinonímia absoluta, mas não total, em ‘A Luíza é uma principiante / debutante em cinema’ ou em ‘Entrou como estagiária / Aprendiz no centro de gastronomia’. Por fim, há a sinonímia relativa em ‘A minha mulher/ patroa é quem decide as finanças da casa’. Ou ‘Retifiquei a prova/ Corrigi a prova’.

4.2 Antonímia

Segundo Leal (2003, p. 32, *apud* Castim, 1983), duas palavras, expressões ou grupos de palavras são considerados antônimos, quando possuem sentidos opostos. Essa oposição de sentido pode ser revelada por meio

de uma incompatibilidade total de semas – unidade mínima de significação de uma palavra ou de um morfema –, ou de uma incompatibilidade parcial. A relação de oposição que existe nos antônimos pode ser designada como uma relação de contraste. De acordo com o autor, há a incompatibilidade total, como em ‘Essa moça é muito bonita/ Essa moça é muito feia’, em que não há nenhuma aproximação da unidade mínima de significação das palavras. E há também a incompatibilidade parcial, em que parte das ideias são compatíveis e parte incompatíveis. Ou seja, há uma relação entre os termos, embora no segundo caso haja a presença do prefixo de negação: ‘Essa moça *não* é bonita’.

4.3 Polissemia

A polissemia se aproxima do conceito de homonímia, diferenciando-se desta sutilmente quando se aborda o aspecto da relação entre as palavras. Uma palavra polissêmica advém de uma palavra com um sentido original, primeiramente, pois é a extensão de um sentido já existente em outras esferas. Um exemplo disso é o lexema *dente* que pode ser encontrado também para designar *dente* de alho, sendo o mesmo sentido, considerando a forma de um dente, mas utilizado em um contexto diferente. Outro exemplo é a palavra *letra*, podendo ser relacionada à canção ou à caligrafia. Ambos os termos estão no mesmo campo semântico, remetendo ao conceito de ‘escrever’.

4.4 Hiperonímia e hiponímia

Hiperonímia e hiponímia são fenômenos linguísticos que se relacionam, sendo que a hiperonímia, dentro da sua função, considera o sentido genérico de uma palavra, como animal, e a hiponímia o sentido específico de uma determinada família de palavras, como cachorro, gato ou cavalo. Existe uma hierarquia taxonômica entre hiperonímia e hiponímia: as espécies agrupam-se em gêneros, os gêneros em famílias, as famílias em ordens, as ordens em classes, as classes em filos e os filos em reinos, numa hierarquia de níveis

cada vez mais abrangente. Esses conceitos são fundamentais para que o aluno compreenda os sentidos das palavras e a relação presente entre elas.

4.5 Expressões idiomáticas

Pedro (2007, p. 48, *apud* Xatara, 1995), ao definir expressão idiomática sugere que o falante, em primeiro lugar, percebe uma carência no léxico de uma determinada língua, que não lhe permite expressar certos matizes de sentimentos, emoções ou sutilezas de pensamento. A partir daí, cria combinatórias inusitadas para a sua comunicação. Essas combinatórias, quando são aceitas e se disseminam pela comunidade linguística, cristalizam-se sob determinada forma e passam a fazer parte do acervo da língua e, acrescentamos, da cultura.

À luz do autor (2007, p. 40), as expressões idiomáticas caracterizam um conceito, o qual, algumas vezes, já é denominado por uma palavra, ou o concretizam e lhe atribuem maior expressividade. Considerando a observação da autora, podemos pensar, por exemplo, nos enunciados a seguir:

Amanhã tenho que descascar um abacaxi

Amanhã tenho que resolver um problema

Como possuem um caráter dinâmico, as expressões idiomáticas podem desaparecer pouco tempo depois do seu surgimento, comportando-se como uma gíria, ou incorporar-se ao inventário de uma comunidade linguística.

4.6 Gíria

Linguagem informal com vocabulário rico em expressões metafóricas, jocosas, elípticas e com nuances efêmeras que as da língua tradicional, segundo a concepção da sociolinguística. A gíria é um fenômeno contemplado, especialmente, pelos jovens que criam palavras novas constantemente, podendo, essas, tornarem-se gírias, de modo que sejam

perpetuadas nas gerações seguintes. Exemplos de gíria, como *bicho*, *mano*, *vey*, *paia*, *na moral* são conhecidas e fazem parte do vocabulário coloquial dos falantes de língua portuguesa.

5. Os dicionários e seu uso

Segundo o MEC (2018), à medida que pretendem elaborar uma descrição plausível do léxico de uma língua — ou de uma parte dele —, os dicionaristas, ao conceber e elaborar suas obras, devem atender não apenas às suas convicções teóricas mas também às principais demandas práticas do falante às voltas com as palavras de sua língua.

Fora ou dentro da escola, um dicionário pode prestar muitos e variados serviços, cada um deles associado a um determinado aspecto da descrição lexicográfica, ou seja, do conjunto de explicações que ele fornece sobre cada uma das palavras registradas. Vejamos os mais importantes desses serviços:

Tirar dúvidas sobre a escrita de uma palavra (ortografia); esclarecer os significados de termos desconhecidos (definições, acepções); precisar outros usos de uma palavra já conhecida (definições, acepções); desvendar relações de forma e de conteúdo entre palavras (sinonímia, antonímia, homonímia etc.); indicar o domínio, ou seja, o campo do conhecimento ou a esfera de atividade a que a palavra está mais intimamente relacionada; essa informação é particularmente importante quando uma mesma palavra assume sentidos distintos (ou acepções) em diferentes domínios, como planta, em biologia e em arquitetura; dar informações sobre as funções gramaticais da palavra, como sua classificação e características morfossintáticas (descrição gramatical); indicar os contextos mais típicos de uso do vocábulo e, portanto, os valores sociais e/ou afetivos a ele associados (níveis de linguagem; estilo); assinalar, quando é o caso, o caráter regional de uma palavra (informação dialetológica); descrever a pronúncia culta de termos do português (ortoépia) e a pronúncia aproximada de empréstimos não aportuguesados; prestar informações sobre a história da palavra na língua (datação; indicação de arcaísmos e de expressões em desuso); revelar a origem de um vocábulo (etimologia) (MEC, 2018, p. 16-17).

Convém lembrar que o léxico é um componente dinâmico e aberto: novas palavras surgem a todo o momento, para suprir necessidades de expressão também novas; ao mesmo tempo, outros vocábulos se despedem da cena cotidiana para entrar na história da língua (palavras em processo de desuso e arcaísmos consumados). Portanto, nenhum dicionário, por mais exaustivo que se pretenda em sua cobertura e descrição, atinge efetivamente a completude. Mal é editado e publicado, e já o léxico mudou, aqui ou ali. Mesmo os dicionários mais antigos, como o Houaiss (2001), que comporta uma quantidade significativa de vocábulos, sendo um dos mais antigos e prestigiados dicionários, possui suas incompletudes, porém continua com sua devida importância como obra de consulta e pesquisa da língua portuguesa. Conforme o que o MEC (2018, p.18) preconiza, para o caso particular de Língua Portuguesa, um dicionário poderá dar subsídios importantes também para o estudo do léxico em seus diferentes aspectos. Na maior parte das propostas curriculares estaduais e municipais, um dos objetivos gerais da educação básica é desenvolver no aluno a capacidade de recorrer de forma adequada a diferentes linguagens, comunicando-se com eficácia em diferentes situações sociais.

De acordo com o Edital correspondente ao PNLD (2012), um dicionário escolar deve caracterizar-se, antes de tudo, pela etapa de ensino a que se destine e pelo seu porte, ou seja, pela quantidade de verbetes e de informações sobre o qual se reúne. Os dicionários de um determinado tipo diferem dos demais não só pela quantidade e pelo tipo de palavra que registram, mas, ainda, pelo tratamento que dão às explicações de sentidos, à estrutura do verbete e à organização geral do volume. Essas diferenças de porte e organização devem justificar-se pelas particularidades do usuário visado. Em consequência, mesmo no interior de um mesmo tipo, cada título oferece ao aluno da educação básica a que se dirige um acesso particular a diferentes aspectos da cultura da escrita, dos vocabulários e do léxico do português.

Considerando-se em conjunto os tipos estabelecidos pelo PNLD, é possível traçar uma clara linha divisória entre dois grupos de obras, correspondentes aos tipos 1 e 2, o primeiro, e 3 e 4, o segundo.

Na medida em que têm como público-alvo alunos em processo de alfabetização e de aquisição da escrita, os tipos 1 e 2 têm um porte limitado, o que os distancia bastante da seleção vocabular — representativa de todo o léxico — própria do dicionário padrão da língua. Nesse sentido, esses dois primeiros tipos não se constituem, a rigor, como dicionários. São, antes, repertórios de palavras organizados como tais, com o objetivo de introduzir (Tipo 1) e familiarizar (Tipo 2) o aluno do primeiro segmento com esse gênero e com o tipo de livro que, em sua versão impressa 4, o caracteriza. Via de regra, limitam as classes de palavras a substantivos, adjetivos e verbos (Tipo 1), raramente ampliando esse repertório (Tipo 2). Em contrapartida, os tipos 3 e 4, destinados a (pré-)adolescentes, já se inserem, ao menos no que diz respeito à nomenclatura —, e ainda que em diferentes graus —, em padrões bem estabelecidos de representatividade. E muito se aproximam de dois modelos culturalmente muito difundidos: o minidicionário (Tipo 3) e o dicionário padrão (Tipo 4). (MEC, 2018. p. 18)

Por isso é importante que haja a definição de quem é o usuário visado, de modo que as escolas possam adotar o dicionário mais adequado para a respectiva faixa etária e, assim, realizar um trabalho voltado aos objetivos relativos ao nível escolar no qual o aluno está inserido. Esse processo é ensejado pela busca das informações do livro, como os aspectos centrais da proposta lexicográfica; para que tipo de usuário a obra foi concebida e com que tipo de descrição e quais foram os critérios de seleção lexical adotados. Além disso, é imprescindível a discussão dos conceitos básicos da semântica lexical. À luz de Brauner (2003, p.31 *apud* Pustejovsky, 1995):

Os objetivos de qualquer teoria dentro da área da semântica lexical são: classificar adequadamente os itens lexicais de uma língua, em classes que relacionem suas expressões sintáticas e semânticas; representar formalmente a linguagem, para capturar a natureza gerativa da criatividade lexical e o fenômeno da extensão do sentido; descrever como as expressões da linguagem natural têm conteúdo e explicar como esse conteúdo pode ser modificado quando em contextos novos e, finalmente, fornecer um tratamento unificado tanto para o fenômeno da polivalência quanto para o da mudança de tipos e da polissemia. (BRAUNER, 2003, p.31 *apud* PUSTEJOVSKY, 1995)

6. As atividades do dicionário e seus objetivos

Considerando que o presente artigo prevê uma análise, predominantemente, dos anos finais do ensino fundamental das coleções didáticas aprovadas no PNLD de 2017, as dinâmicas do tipo 3 de dicionário serão priorizadas. O exemplo seguinte mostra uma atividade que relaciona semântica, aspectos sensoriais das palavras e representação gráfica das mesmas e seus efeitos de sentido.

À luz do MEC (2018, p. 58 a 60), as atividades foram elaboradas para expandir os repertórios lúdicos em sala de aula:

Dentre as atividades do MEC, a 4 e a 5 foram as que melhor se enquadraram no propósito didático da presente pesquisa

4. Sentindo os sentidos (nome dado à primeira atividade)

Objetivos: Praticar a capacidade de localização das palavras no dicionário; ajudar os alunos a associar as palavras com os cinco sentidos; exercitar a memória.

- Dê um dicionário para cada três alunos.
- Discuta com a turma sobre os cinco sentidos (visão, tato, olfato, audição e paladar) e dê um exemplo de uma associação particular para cada um.

Exemplo(s): *mangas e o sentido do paladar, o mar e o sentido da audição, a lua cheia e o sentido da visão, uma lata de lixo e o sentido do olfato, cabelos e o sentido do tato, etc.*

- Divida a turma em grupos de três, cada grupo com um dicionário. Peça a cada grupo que escolha uma letra do alfabeto. Escreva na lousa: visão / tato / audição / paladar / olfato. Explique que para cada um dos cinco sentidos eles devem encontrar pelo menos quatro exemplos de palavras que podem ser associadas com ele, todas começando com a letra escolhida.
- Que grupo encontrou mais associações? Algum dos sentidos foi particularmente mais fácil ou mais difícil de encontrar? Por quê? Frequentemente, isso refletirá as preferências pessoais dos alunos e pode levar a descobertas interessantes.
- Faça novos grupos em que cada pessoa venha de uma trinca anterior diferente. Elas conseguem se lembrar das palavras associadas com cada sentido? Este também é um momento revelador: a memória tende a favorecer certas associações, em geral as mais visuais, concretas. Foi este o caso?

5. Igual, mas diferente (Nome da segunda atividade selecionada)

OBJETIVO: Conscientizar sobre o fenômeno da homonímia.

- Faça uma cópia da folha “Homônimos” (modelo abaixo) para cada grupo de quatro alunos.
- Pergunte à classe o que significa a palavra cara. Faça emergir o maior número possível de sentidos: “uma roupa cara”, “minha cara colega”, “quem é esse cara?”, “que cara feia é essa?”, etc. Explique o que são homônimos e diga que existem muitos deles na língua. Peça aos alunos que verifiquem as diversas entradas para cara no dicionário para ver quantos homônimos são apresentados ali. Em muitos dicionários, os homônimos costumam vir numerados (...): manga 1, manga 2, manga 3, etc.
- Divida a turma em duplas e dê a cada uma a folha de homônimos abaixo.

HOMÔNIMOS (A) Procure estas palavras no dicionário e encontre pelo menos dois sentidos diferentes para cada uma. 1 manga/ 2 canto/ 3 pena/ 4 vela.

Homônimos (B) Procure estas palavras no dicionário e encontre pelo menos dois sentidos diferentes para cada uma. 1 vale/ 2 pasta/ 3 lima/ 4 peça.

- Depois do tempo necessário para a pesquisa dos alunos, copie as oito palavras na lousa e transcreva todos os sentidos encontrados por eles, para ver as coincidências e as diferenças.
- Pergunte aos alunos se alguns dos sentidos que foram encontrados representam novidades para eles, se eles tinham ideia de que aquela palavra poderia ter aquele sentido.
- Em seguida, copie na lousa (ou distribua uma folha em que estejam impressas) as seguintes frases:

HOMÔNIMOS (C)

1. Não gosto do João, ele sempre manga muito de mim!
2. Adoro música, mas não canto muito bem.
3. Marisa pena muito para cuidar de tantos filhos sozinha!
4. O soldado vela pela segurança do palácio.
5. Acho que essa roupa não vale o preço que você pagou.
6. No alto do morro, uma vaca solitária pasta no fim da tarde.
7. Enquanto você lima essas chapas, eu aperto os parafusos.

continua

8. Espero que o chefe não me peça outra vez para ficar até mais tarde.

- Pergunte aos alunos se estas palavras sublinhadas têm os mesmos sentidos que eles encontraram em sua pesquisa. O que elas significam agora? Explique a eles os sentidos de cada uma das novas aparições das oito palavras e que é muito comum, em todas as línguas, existirem palavras idênticas que apresentam muitos sentidos. Você pode até apresentar o termo técnico homônimo, explicando que é uma palavra de origem grega que significa “mesmo nome”. OBS: Se já tiver sido feito algum trabalho sobre as classes de palavras, o professor pode mostrar que no dicionário aparecem os sentidos das oito palavras quando elas são nomes (ou substantivos). (PNLD, 2012, p. 60)

Depois da explanação dos exercícios que podem ser trabalhados com o dicionário, nos diferentes níveis escolares, é importante conhecer o ponto de vista do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sobre as coleções desenvolvidas nesta pesquisa, de modo que as conclusões acerca das atividades e da presença do léxico estejam coerentes com a análise geral das mesmas pela abordagem de um programa que averigua a qualidade dos módulos e seus eixos.

7. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a avaliação dos livros

7.1 Projeto Teláris

Projeto Teláris (2016) é um livro didático de autoria de Ana Trinconi Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi. Ele é composto pelas unidades: prosa e verso na era da informação, a atemporal arte de narrar, gêneros jornalísticos e defender ideias, argumentar, opinar. Ao cabo dos capítulos, há uma proposta de produção de texto e, também, uma autoavaliação para que o aluno avalie seu desempenho.

No que diz respeito à coleção Teláris, o eixo de conhecimentos linguísticos, à luz do PNLD

favorece reflexões sobre aspectos relevantes da língua para o desenvolvimento de competências discursivas pelo aluno. Predomina a perspectiva textual-discursiva, o que estimula a reflexão sobre o uso e a função dos recursos linguísticos em jogo nos textos lidos, as escolhas de linguagem feitas pelos autores e os efeitos que isso pode suscitar no leitor. Há lugar também para a descrição e análise de fatos gramaticais, embora, em determinados momentos, o trabalho recaia sobre palavras e frases desvinculadas dos textos, considerando mais fortemente os aspectos morfosintáticos. (PNLD, 2017, p. 38)

Observam-se, desta maneira, alguns problemas no tocante ao estudo das unidades lexicais, considerando elementos que compõem o discurso, como os conectivos e outros marcadores argumentativos, que possibilitam uma aprendizagem mais discursiva e menos metalinguística. A análise geral do PNLD será ratificada por meio do presente trabalho que irá se debruçar na análise crítica das atividades propostas no livro.

7.2 Singular e plural

Singular e plural (2015) é um livro didático de autoria de Laura de Figueiredo, Marisa Balthasar e Shirley Goulart. Ele é dividido em cadernos: Caderno de Leitura e produção, Caderno de Práticas de literatura, Caderno de Estudos de língua e linguagem. Singular e plural para o 7º ano integra diversos gêneros textuais, de modo a reiterar o espaço midiático e digital como instrumento de ensino e aprendizagem.

No eixo de conhecimentos linguísticos,

De uma forma geral, o estudo dos conhecimentos linguísticos na coleção é motivado pelos textos. Observa-se, no entanto, uma abordagem ainda estrutural, especialmente no Caderno de Estudos de Língua e Linguagem, que envolve o detalhamento do sistema da língua. Componentes morfológicos e classes de palavras (substantivos, pronomes, verbos e adjetivos), por exemplo, são descritos em frases retiradas dos textos trabalhados na leitura. Alguns temas são retomados,

em diversos capítulos do mesmo volume, com o intuito de proporcionar uma progressão dos objetos de ensino em espiral, bem articulado e com aprofundamento. Com isso, percebe-se que a obra oferece situações variadas para se trabalhar o mesmo conteúdo, para reforçá-lo ou mesmo para trabalhá-lo por uma outra perspectiva. (PNLD, 2017, p. 49)

O trabalho com o gênero é uma frente na coleção, o que é positivo, pois o gênero direciona os estudos linguísticos e gramaticais, de forma que eles possam estar contextualizados numa perspectiva pragmática da língua. O estudo das unidades lexicais está presente na coleção, de modo que a morfossintaxe esteja relacionada aos efeitos de sentido, preconizando o entendimento da semântica por meio da estrutura gramatical.

7.3 Português: linguagens

Português: linguagens (2013) é um livro didático de autoria de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Em cada unidade, há os capítulos que trabalham com os gêneros textuais diversos, como relato pessoal, artigo de opinião, resumo, e outros que trabalham com gêneros orais: seminário e debate. Ao final das unidades, possui uma parte destinada ao ENEM, “Em dia com o ENEM e o vestibular”.

Há atividades que levam o aluno à reflexão sobre o léxico e seu papel no texto e no discurso. A abordagem se diferencia, porém, no tratamento de conteúdos linguísticos que não são trabalhados em articulação com o funcionamento comunicativo dos textos. A variação linguística é explorada de maneira mais consistente e detalhada apenas no volume 6. Já o ensino-aprendizagem das convenções da escrita é promovido em todos os volumes, mas de modo descontextualizado. Há, no conjunto da coleção, poucas orientações para o uso do dicionário. (PNLD, 2017, p.44)

Considerando a proposição, constata-se que há uma preocupação com o tratamento lexical, mas que poderia ser trabalhado juntamente com o

dicionário, o qual permite explorar aspectos lexicais diversos, por meio de atividades lúdicas.

8. Análise das coleções

A seguir, apresentaremos a análise de algumas atividades retiradas dos livros didáticos, sendo o primeiro Português: linguagens de Cereja e Magalhaes (2013)

8.1 Anúncio publicitário com intertextualidade

Descrição do texto: Uma propaganda da Esso com uma foto de uma placa de caminhão, em que há o seguinte texto: TOMA CONSELHOS COM VINHO, MAS TOMA DECISÕES COM ÁGURA. Benjamin Franklin.

“Diesel Garantido Esso. Para motoristas inteligentes.”

Fonte: Anúncio da unidade semântica e discurso (CEREJA; MAGALHAES 2013, p. 156)

A atividade, retirada do livro didático, apresenta aspectos importantes para a discussão acerca do léxico, sobretudo, devido à intertextualidade construída e à intenção discursiva, determinando um contexto que afeta motoristas. As perguntas relativas ao texto: *“Identifique a intertextualidade que há no anúncio”*; *“Quais os sentidos do verbo tomar?”*; *“Que tipo de sabedoria a frase pretende transmitir?”*; *“Por que a imagem do produto anunciado supostamente melhora quando agregada a esse valor?”* são de cunho analítico para com a construção imagética e verbal do anúncio, como questões a respeito do verbo *tomar*, que possui dois sentidos diferentes, possibilitando ao leitor uma inserção em um conhecimento específico linguístico de palavras polissêmicas, mesmo que de forma intuitiva. Além disso, percebe-se um valor atribuído àqueles que dirigem, pela frase “Diesel Garantido Esso. Para motoristas inteligentes.”, que seria o da inteligência. Assim, pode-se dizer de uma intenção discursiva com vistas a alcançar um

público alvo, por meio do argumento de autoridade intertextual de Benjamin Franklin e da propaganda da empresa de diesel ESSO, como elementos cruciais para o efeito de sentido do anúncio.

8.2 Atividade de polissemia

1. Há na língua portuguesa, inúmeras palavras que se referem a *dinheiro*. Por exemplo, quando o Estado é beneficiário do dinheiro do contribuinte (indivíduos ou instituições), esse dinheiro recebe o nome *imposto ou tributo*.

Identifique no box lateral o beneficiário do dinheiro designado por estes termos:

- | | |
|----------------------------|----------------------------------|
| a) Honorários - advogados | g) indenização - queixosos |
| b) Mesada - filhos | h) salário - empregados em geral |
| c) Pró-labore - sócios | i) dote - noivas |
| d) Anuidade - escolas | j) lucro - comerciantes |
| e) Gorjeta - garçons | k) renda - proprietários |
| f) Juros - agiotas, bancos | l) pensão - pensionistas |

garçons - agiotas - bancos - filhos - noivas - proprietários - mendigos - advogados
- autores - comerciantes

sócios - pensionistas - escolas - queixosos - empregados em geral

Fonte: exercício da unidade de polissemia, aqui com as respostas apresentadas
(CEREJA; MAGALHAES, 2013, p. 191)

Na unidade, *Língua: uso e reflexão*, capítulo 6, Introdução à semântica, há alguns conceitos caros para os estudos das unidades lexicais, bem como: sinonímia e antonímia, hiponímia e hiperonímia, polissemia. De toda forma, o que se deseja analisar são os exercícios que discutem esses fenômenos. O exercício 1, por exemplo, trabalha com a ideia de hipônimos e hiperônimos, de modo que o aluno possa aprender a usar esses termos e associá-los às respectivas palavras, estimulando, assim, a apreensão de palavras das diversas esferas da vida, como financeira, constitucional e do cotidiano, como *mesada*, *pensão* e *gorjeta*.

Podemos salientar que, para um estudante do 9º ano, talvez fosse interessante que uma atividade que envolvesse contextualização do tema, ou, imagens e diálogos, pudesse ser acrescentada. O dicionário poderia ser utilizado como ferramenta para a busca de sentidos e como ferramenta lúdica para construção de algum jogo. O jogo poderia ser criado pelos próprios alunos, ou orientado pelo professor que iria conduzir os objetivos e a estrutura micro e macro, bem como a avaliação dele. Esse tipo de dinâmica, adicionalmente, promove a interação dos colegas e estimula a criatividade.

8.3 Atividade de palavras polissêmicas

7. Observe a palavra polissêmica destacada nestas expressões:

Pé de mesa
Pé de cadeira
Pé de fruta
Pé de página

A palavra pé apresenta em todas as expressões o sentido 'base'. Esse é, então, o sentido que as expressões têm em comum.

Faça o mesmo raciocínio em relação às palavras polissêmicas de cada sequência abaixo. Leia-as e identifique o sentido que têm em comum.

Xadrez (tecido) – xadrez (prisão) – xadrez (jogo) 'forma visual quadriculada'

Rede de deitar – rede de computadores – rede elétrica 'entrelaçamento'

Orelha de caderno – orelha de livro – orelha do corpo 'formato de concha'

Fonte: exercício da unidade de Polissemia (CEREJA; MAGALHAES, 2013, p. 192)

Na atividade 7, o trabalho com a polissemia, expressões idiomáticas, foi realizado de forma que o aluno pudesse inferir e refletir as possibilidades de uso de uma palavra, todavia, percebendo, entre elas, pontos em comum que as permitem ter a mesma designação, como em *orelha de caderno*, *orelha de livro* e *orelha (do corpo)*. Constata-se, assim, que a atividade não se prende à classificação de polissemia, porém pretende mostrar, exemplificando, as relações existentes entre os termos polissêmicos.

Na segunda unidade do livro do 7º ano, *Singular e Plural* (2015) de Figueiredo, Balthasar e Goulart, há um trabalho sobre a diversidade cultural. É muito interessante deparar-se com uma unidade com esse tema, pois estabelece diálogo com as diferentes linguagens e representações de uma dada situação ou de um grupo social. Para o presente artigo, o dado de pesquisa dessa unidade proporciona um olhar atento ao léxico e seus desdobramentos.

O texto seguinte se relaciona à ideia da unidade sobre diversidade cultural, demonstrando as várias tribos existentes e a organização desses grupos, considerando o estilo próprio de cada um.

8.4 Painel de quadrinhos

Qual é a sua tribo?

Os rockers inspiraram os punks, que, por sua vez, inspiraram os emos, de onde recentemente vieram os From UK, que ainda não se sabe para onde vão. E você, onde se coloca nesse mapa?

Fonte: Revista Mundo Estranho, n.78. Agosto de 2008

Fonte: Imagem da unidade de Leitura e produção
(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2015, p. 72-73)

O texto explorou aspectos verbais e não verbais que contribuem para a compreensão discursiva. O título *‘Qual é a sua tribo?’* projeta o leitor e o convoca como parte da produção de sentido, uma vez que ele irá se identificar com uma determinada tribo, ou mais de uma. O subtítulo, sobposto ao título, esclarece e contextualiza um processo de interdependência, correlação entre os gêneros musicais retrógrados aos posteriores, demonstrando pontos comuns entre eles. Por meio das imagens e do texto verbal, percebe-se um lugar de fala, determinado por processos histórico-sociais de grupos que possuem protótipos linguísticos e visuais distintos. O que pretendemos ressaltar é a presença do léxico, como forma viva e dinâmica, no respectivo

texto, e a retomada do gênero dicionário, considerando a pergunta: *Qual é a sua tribo?* que pretende uma resposta de um tipo textual descritivo, moldando uma forma de dizer descritiva.

Observa-se no texto, com título *Tribo*, diferentes acepções da palavra tribo e uma sugestão de identificar a explicação de tribo, que se enquadra no infográfico supracitado. As acepções foram expressas com a divisão silábica, tal como um verbete, e com mais de uma descrição, em algumas delas. É preciso conhecer o gênero dicionário, verbete, para reconhecer que ele foi retomado no respectivo texto. Além disso, compreender o gênero, em sua totalidade, é saber o *como se fala e para quem*. Considerando esse critério, constata-se um padrão no modo de descrever uma dada palavra, que, costumeiramente, inicia-se com um sintagma nominal, marcado por um sujeito prevalentemente simples, um predicado e um complemento nominal. Como no exemplo, “*grupo familiar mais ou menos numeroso ou grande número de pessoas com um mesmo nome ou sobrenome*”; “*grupo de pessoas com ocupação ou interesses comuns, ou ligados por laços de amizade*”. Podem existir casos diferentes, é claro, com sintagmas verbais, mais de um adjunto adnominal ou complemento, mas, em geral, as definições dos verbetes seguem uma sintaxe direta e objetiva. A forma de escrita é clara, pois o público alvo são leitores que buscam definições de outras palavras, ou seja, a acepção deve ser parafraseada de maneira que não haja mais dúvidas.

8.5 Quadro descritivo

TRIBO

Substantivo feminino (sXIV)

1. **hist.pol** na Antiguidade judaica, cada um dos 12 grupos em que se dividiu o povo hebreu, tendo como ancestrais epônimos os filhos de Jacó.
2. **hist.mil** na Antiguidade grega, divisão militar primária, talvez por se tratarem estas, originalmente, de associações de companheiros de guerra.
3. **hist.pol** na Antiguidade greco-romana, divisão territorial das cidades, talvez por esta se basear, originariamente, em vínculos de parentesco.
4. **antrpol** grupo social autônomo que apresenta certa homogeneidade (física, linguística, cultural etc.), ger. composto de famílias ligadas a uma origem comum.
 - 4.1 nas sociedades ditas primitivas, grupo social que ocupa um mesmo território e se evoca origem comum; compõe-se de unidades autônomas menores (p.ex.,clãs), ger. fundadas sobre o parentesco, e organiza-se em torno de uma autoridade política;
5. **p.ext. ou p.ana.** grupo familiar mais ou menos numeroso, ou grande número de pessoas com um mesmo nome ou sobrenome.
6. **p.ana. ou fig.** grupo de pessoas com ocupações ou interesses comuns, ou ligados por laços de amizade.
7. **bio** categoria taxonômica que reúne gêneros afins de uma família. [As tribos podem ser agrupadas em subfamílias e divididas em subtribos.]
8. **mat** família de subconjuntos em que as operações de complementação e união numerável são fechadas.

Fonte: acepção na unidade de Leitura e produção
(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2015, p. 74)

Considerando esse texto de significação da palavra tribo, marcado por uma forma específica, algumas informações acerca do tipo de dicionário destinado a alunos do Ensino Fundamental são caras para que o trabalho com o dicionário esteja comprometido com a faixa etária que se busca atingir.

No texto seguinte será trabalhado o conceito de polissemia, considerando o contexto em que a palavra se encontra. Um mesmo termo pode ter mais de um sentido, dependendo do discurso. Mesmo que a palavra

água, por exemplo, não mude seu sentido, ela ganha extensões de sentido, bem como a diferença entre mar, água salgada, rio, água doce, e água para beber: água mineral.

8.6 Ilustração sobre polissemia

1. Qual é o sentido da palavra água nas ilustrações a seguir?

a) Imagem: uma ilustração com dois homens lutando judô e um árbitro. Um dos judocas está no chão gritando: *Aí... ÁGUA!*

b) Imagem: uma ilustração com um aluno, lendo o seguinte texto: “O navio cortava as águas em direção ao desconhecido”.

Fonte: exercício de polissemia da Unidade de Estudos de língua e linguagem (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2015, p. 206)

Nas ilustrações, observa-se que a palavra “*água*” foi mencionada com dois sentidos diferentes, considerando a primeira e a segunda imagem. Demonstrar como as palavras se constroem em frases comuns por meio de exemplos do dia a dia é a melhor forma de trabalhar o léxico, tal como foi construído. A polissemia é um fenômeno frequente na língua portuguesa e estar atento a essa forma é essencial para interpretar textos orais e escritos. Um ponto interessante da atividade é a retomada de conceitos como interlocução e situações discursivas no quadro “*Vamos lembrar*”. Os interlocutores sempre têm intenções específicas em relação ao discurso que produzem, possuindo variações de sentido, como criticar, ofender, fazer rir, enganar. Assim, é de total relevância pensar na polissemia, considerando os efeitos de sentido e as intenções discursivas dos locutários e alocutários nos enunciados, de acordo com a BNCC (2018, p. 85) uma vez que esses sujeitos constroem seus discursos com base nos processos de modalização, por meio de figuras de linguagem, como eufemismo, hipérbole, metonímia; fenômenos léxico-semânticos, sinonímia/antonímia, polissemia ou homonímia, de modo a acentuar o efeito de sentido desejado.

8.7 Atividade de verbetes de dicionário

Olha só que curioso!

1) Localize no dicionário as seguintes palavras e responda: quantas acepções tem cada uma? Casa – chave – dar – linha

Verbetes de dicionário são os textos que apresentam as acepções de cada palavra no dicionário. Cada acepção vem precedido de um número.

Além das acepções, o verbete traz a classificação gramatical do vocábulo descrito. Alguns dicionários também trazem exemplos de cada acepção em frases e informam qual é a origem da palavra.

Veja este exemplo:

Terremoto: sm (lat.terraemotu) 1. Vibração ou abalo da crosta da Terra; tremor da terra. 2. Grande estrondo. 3. Grande abalo social. Var.: terramoto.

Fonte: Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa.
São Paulo: Melhoramentos, 2007.

2) Folheie o dicionário, observando a quantidade de acepções das palavras em geral.

- a) Há muitas palavras que apresentam mais de uma acepção?
- b) O sentido de cada acepção muda totalmente ou há algo em comum entre eles?
- c) Se cada palavra tivesse apenas uma acepção, você acha que os dicionários teriam mais ou menos palavras? Por quê?

Fonte: exercício de polissemia da Unidade de Estudos de língua e linguagem
(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2015, p. 209)

Nessa atividade, o gênero verbete foi mencionado com uma intencionalidade didática, num formato de desafio, propondo ao aluno a localização de palavras, como *casa*, *chave*, *dar* e *linha*, no dicionário, para perceber a quantidade de acepções de cada uma. É uma excelente maneira de compreender o gênero, direcionando o aluno a reconhecer a utilidade do livro em contextos específicos de uso, por meio da análise de um termo, por exemplo. Além disso, o exercício convida o aluno a folhear o dicionário, levando-o a refletir sobre os padrões estéticos dos verbetes. As perguntas

metalinguísticas e epilinguísticas do livro permitem que o aluno reflita o gênero: *‘Há mais de uma acepção por palavra?’*, *‘Se cada palavra tivesse apenas uma acepção, você acha que os dicionários teriam mais ou menos palavras?’*, *‘Por quê?’* Todas essas indagações colaboram para com o processo de apreensão do gênero dicionário, de maneira verossímil, pois permite ao aluno desbravar suas funcionalidades e contribuições para com a língua portuguesa.

No livro Projeto Teláris (2016) do 9.º ano, de autoria de Ana Trinconi Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi, encontra-se a introdução da unidade:

Introdução do capítulo A língua na era da informação

A língua na era da informação

Se considerarmos a história da humanidade, é pouco o tempo que se separa a época em que a cultura era transmitida oralmente, e os conhecimentos eram acumulados apenas na memória ou registrados de modo primitivo, da época atual, em que a propagação dos conhecimentos e das informações corre em **bits** por segundo, por meio de satélites espalhados pelo universo.

bit: menor parcela de informação processada por um computador.

Fonte: Introdução do capítulo A língua na era da informação
(BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2016, p. 10)

8.9 Música no capítulo A língua na era da informação

<p>Pela Internet</p> <p>Gilberto Gil</p> <p>Criar meu web site Fazer minha home-page Com quantos gigabytes Se faz uma jangada Um barco que veleje</p> <p>Que veleje nesse informar Que aproveite a vazante da infomaré Que leve um oriki do meu velho orixá Ao porto de um disquete de um micro em Taipé</p> <p>Um barco que veleje nesse infomar Que aproveite a vazante da infomaré Que leve meu e-mail até Calcutá Depois de um hot-link Num site de Helsinque Para abastecer</p> <p>Eu quero entrar na rede Promover um debate Juntar via Internet Um grupo de tietes de Connecticut</p> <p>De Connecticut de acessar O chefe da Mac Milícia de Milão Um hacker mafioso acaba de soltar Um vírus para atacar os programas no Japão</p> <p>Eu quero entrar na rede para contactar Os lares do Nepal, os bares do Gabão Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular Que lá na praça Onze Tem um videopôquer para se jogar</p>	<p>Acepções</p> <p>Website; (rede + local) local na rede mundial de computadores</p> <p>Homepage; (casa + página) página central do website.</p> <p>Gigabytes: corresponde a 1 bilhão de bytes, que é a unidade básica de informações.</p> <p>Oriki: poesia ritual de povos da África ocidental.</p> <p>Orixá: nome das divindades africanas cultuadas pelo povo do grupo sudanês da África ocidental.</p> <p>Disquete: antigo disco externo de computador com documentos, programas, informações.</p> <p>Micro: abreviatura de microcomputador.</p> <p>e-mail: correio eletrônico.</p> <p>Hot-link: carregamento de conteúdo de um site na página de outro site, prática não recomendada.</p> <p>Helsinque: capital da república da Finlândia</p> <p>Acessar: obter acesso a informações, dados, processos, pessoas.</p> <p>Macmilícia: (neologismo) Mac é a abreviação de Macintosh (uma linha de computadores).</p> <p>Hacker: aquele que acessa sistemas de computador ilegalmente.</p>
---	---

Fonte: Música do Gilberto Gil no capítulo A língua na era da informação
(BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2016, p. 11)

A introdução do livro didático se constrói em um tempo e espaço específico marcado pelo processo da era tecnológica. O livro foi planejado com vistas a apresentar um panorama atual de pessoas conectadas nas tecnologias digitais, particularmente, os jovens, interlocutores do texto e “leitores – modelo”. Há uma contextualização sobre a história da humanidade e, conseqüentemente, da inserção das tecnologias, como meio de espalhar informação pelo universo. Ademais, na página seguinte, uma música de Gilberto Gil *Pela internet*, dialogando com o tema que abre a seção do livro. Na letra, há termos que foram negritados, alguns são de origem estrangeira; outros, neologismos. Esses termos possuem acepções no lado direito da página, determinando, assim, o gênero verbete. Essa apresentação dialoga com a realidade do aluno, inscrito em uma era tecnológica, a qual possui um protótipo de linguagem própria, como explicitado na letra de Gilberto Gil. Termos esses usados pelos jovens e compartilhados nas diversas plataformas digitais. As palavras criadas ilustram a dinamicidade do léxico, sujeito a mudanças e novos morfemas de sufixação.

Constata-se uma exaltação da tecnologia nas práticas de ensino de estudantes do ensino fundamental e médio para estimular o pensamento crítico, criativo, lógico, bem como a curiosidade, o desenvolvimento motor e a linguagem. O aluno deve estar apto, no ensino médio, a se aprofundar no letramento digital, ampliando suas capacidades orais, escritas e leitoras, contribuindo para com a sua formação e seu protagonismo nas práticas sociais. O tema tecnologia é de grande valia para o jovem, pois ele está inscrito nos processos midiáticos, produzindo conhecimento a todo momento, isoladamente ou em grupo.

Quanto à gíria, linguagem própria de um grupo social, é usada por pessoas com interesses em comum – por exemplo, a mesma classe social, o mesmo tipo de divertimento, de profissão. Dificilmente a gíria é entendida por aqueles de outro contexto, funcionando, assim, como um código próprio. Um exemplo disso é a seguinte imagem:

8.10 Quadro no capítulo de Empréstimos ou estrangeiros

Vocabulário básico dos surfistas

Imagem: prego

Prego. Pessoa que não sabe surfar.

Imagem: vaca

Vaca. Tombo feio.

Imagem: caixote

Caixote. Onda que quebra inteira.

Imagem de uma tigela com sopa

Caldo. Ser afogado por uma onda.

Imagem de um coco

Quebra coco. Onda forte e perigosa.

Imagem de um carro saveiro

Saveiro Supersurf. Carro oficial do Circuito Brasileiro de Surf Profissional.

Fonte: Quadro no capítulo de Empréstimos ou estrangeiros
(BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2016, p. 312)

Um anúncio publicitário que, ironicamente, reproduz as gírias dos surfistas, como prego – pessoa que não sabe surfar, vaca – tombo feio, caixote – onda que quebra inteira, e, assim, sucessivamente para anunciar o carro Saveiro Super Surf, o qual, pelo nome, remete a uma realidade linguística dos surfistas. As questões acerca do anúncio contribuem para a compreensão da linguagem e da associação imagética feita, respeitando, assim, a intenção discursiva do texto, o gênero, e seus efeitos de sentido. ‘O que cada imagem ilustra: o uso da palavra em seu sentido próprio ou o seu uso na gíria?’, ‘Qual foi a provável intenção do criador do anúncio ao escolher essas imagens para ilustrar as palavras em destaque?’, ‘Por que há a foto de um carro com essas imagens?’

Considerando o gênero poema, foi sugerida uma atividade lúdica por meio de jogo de palavras. Ela tem como intuito estabelecer a relação visual das palavras e de seus sentidos. O dicionário, se utilizado de forma lúdica, pode ser explorado como fonte de pesquisa e criação de jogos didáticos, como, por exemplo, jogos de palavras. Poderiam ser acrescentadas atividades, envolvendo figuras que são associadas aos nomes e acepções das diversas palavras e lexemas encontrados no dicionário, conforme se encontra na atividade seguinte:

8.11 Jogo de palavra na unidade Produção: poema

2. Leia agora o esquema abaixo para observar uma possibilidade de combinação de palavras a partir do jogo entre letras e fonemas de uma palavra, produzindo um texto de caráter poético.

C	A	T	A	V	E	N	T	O
C	A	T	A					
				V	E	N	T	O
	A	T	A					
			A				T	O
			A	V	E			
		T	A				T	O
				V	E			
				V	E	M		
		T			E	N	T	O
		T	A			N	T	O
	A	T			E	N	T	O

Cata-vento

Cata-vento	Ata o vento	Vem no ato
Vem atento	Ata a ave	Cata o vento
Cata o vento	E a ave	Ata e vem
Venta e tanto	Quem tem tato	Vem e ata
E tanto venta	Vem no vento	Cata-vento

Texto produzido pelas autoras desta obra

Fonte: Jogo de palavra na unidade Produção: poema (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2016, p. 82)

Verificamos a partir das atividades apresentadas que há diversas formas de se trabalhar o dicionário em livros didáticos, sendo a polissemia, o fenômeno que recebe maior tratamento na pesquisa.

Considerações finais

O léxico, como unidade viva e dinâmica, deve ser pensado e trabalhado nos diversos domínios discursivos, bem como nos gêneros textuais e escolares da educação básica. Retomando os objetivos da presente pesquisa, tem-se: compreender as acepções acerca de processos linguísticos, como sinonímia e hiperonímia com vistas a ampliar o repertório de palavras e mecanismos da retórica dos sujeitos inscritos numa prática pedagógica escolar, além de analisar esses processos nas coleções aprovadas no PNLD: Projeto Teláris, Português Linguagens e Singular & Plural; perceber a importância do uso do dicionário nessas coleções como prática lúdica, considerando possíveis jogos a serem realizados para desenvolver capacidades de argumentação e criatividade.

Por meio deste trabalho de análise das coleções de livros didáticos, foi possível conduzir a pesquisa, considerando os fenômenos da língua: polissemia, sinonímia, hiperonímia, expressões idiomáticas e gíria. Houve uma frequência significativa de atividades que trabalharam com a polissemia que, sobremaneira, favorecem o estudo do léxico. Além disso, como estratégia de ensino, a pesquisa tinha fins de exaltar o dicionário como possibilidade didática para uso em sala de aula. Em algumas unidades, identificaram-se atividades que exploraram o gênero verbete e as acepções de palavras inseridas no contexto do exercício proposto no capítulo.

Há que se observar o trabalho rarefeito com o dicionário, embora se tenha verificado boxes e comentários acerca do gênero verbete, além de capítulos com o tipo textual descritivo, levando o aluno a pensar uma ideia, conceituando-a e, assim, inferindo seu sentido, é legítimo confirmar um pequeno recorte dessa dimensão lexicográfica nos livros didáticos. Para que haja um trabalho realmente voltado ao ensino do léxico, as coleções devem retomar conceitos da esfera lexical, como *o que é lexicografia*, *o que é o léxico*, *o que é lexicologia* e, assim, continuamente, trazer como discussão a prática lúdica com o dicionário, de modo a elaborar um material didático ponderado por atividades referentes aos ciclos de ensino, como foi realizado

na presente pesquisa para que haja a inserção do dicionário em práticas que favoreçam o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e oralidade.

Referências

ANTUNES, Irlandé. **O território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 175, 2012.

BALTHASAR, Marisa; FIGUEIREDO, Laura; GOULART, Shirley. **Singular e Plural**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna. 2015

BASÍLIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto. 2013. Disponível em < <http://cabana-on.com/Ler/wp-content/uploads/2017/09/Formacao-e-Classes-de-Palavras-Margarida-Basilio.pdf>>. Acesso em 11 de out. 2019.

BERTIN, Terezinha; BORGATTO, Ana Trinconi; MARCHEZI, Vera. **Projeto Teláris**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática. 2016

BRAUNER, Gustavo. **Sobre a teoria semântica lexical: Fodor & Lepore X Pustejovsky** (Org: Jorge Campos da Costa). 2003. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/online/vsemanaletas/Artigos%20e%20Notas_PDF/Gustavo%20Brauner.pdf. Acesso em 5 de jul. de 2020.

BRASIL. **Base nacional comum curricular: ensino médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em 12 de set. 2019.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Com direito à palavra: dicionários em sala de aula** (El. Egon Rangel). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12059-dicionario-em-sala-de-aula-pnld-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 6 de mar. 2020.

CADERNOS DA PUC/RJ. **Prefixos: a controvérsia derivação/composição.**
In: Cadernos de Linguística e Língua Portuguesa. ,ol.1. 1989.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens.** 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2013

PORTO *DAPENA*, Jose Alvaro. **Manual de técnica lexicográfica.** Madrid: Arco/Libros, 2002.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. **Alfa.** São Paulo: Disponível em < <https://dadun.unav.edu/bitstream/10171/5412/1/Rese%C3%B1as.pdf>>. Acesso em 12 de set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNLD 2017: língua portuguesa – ensino fundamental anos finais.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017, p.98. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/8813-guia-pnld-2017>>. Acesso em 20 de set. 2019.

_____. **PNLD 2012: língua portuguesa – Ensino Médio.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2012. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34499-pnld-de-2012>> .Acesso em 20 de set. 2019.

GUERRA, Míriam Martinez; ANDRADE, Karylleila de Santos. O léxico sob perspectiva: contribuições da Lexicologia para o ensino de línguas. **Revista Eletrônica de Linguística.** v. 6, n. 1, p. 226-241, 1º Sem. 2012. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/14573>. Acesso em: 8 fev. 2020. DOI: 10.14393 n. 1,.

HOUAISS, A. e Villar, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEAL, Audria Albuquerque. As relações lexicais no livro didático: os exercícios de sinônimos e antônimos. **Graphos.** João Pessoa, v. VI. 2003. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/398416117/as-relacoes-lexicais-no-livro-didatico-pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2020.

PEDRO, Magali de Lourdes. **As expressões idiomáticas no ensino de português como língua estrangeira para estudantes uruguaios.** Programa de Mestrado em Linguística aplicada. Brasília, 2007. Disponível em: < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2834/1/2007_MagalideLourdesPedro.PDF >. Acesso em 8 de nov. 2019.

VILELA, Mario. **Estudos de lexicologia do português.** Coimbra: Almedina, 1994.

Letramento escolar e a política linguística no contexto de multilinguismo em Moçambique

School literacy and language policy in the context of multilingualism in Mozambique

Maurício Bernardo Cigarros*
Enísio Guilhermina Cuamba**

RESUMO

O estudo apresenta uma reflexão sobre o letramento escolar em Moçambique, passando pela política linguística que é implementada pelo Estado e o seu impacto no letramento escolar em uma das províncias. A metodologia usada foi a consulta bibliográfica e a análise documental, e chegou-se à conclusão que a política linguística de Moçambique não reflete a realidade linguística do país, porque a escola formal segue "na prática" um modelo único de educação para uma sociedade diferenciada, devendo-se, por isso, criar uma política linguística própria para o ensino das línguas nacionais (bantu), de forma a garantir o acesso ao letramento escolar de forma igualitária a todas crianças das zonas rurais e urbanas.

Palavras-chave: Letramento escolar. Aprendizagem do português. Política linguística.

ABSTRACT

The study features a reflection on school literacy in Mozambique, going through the linguistic policy that is implemented by the State and its impact on literacy rates in one of the provinces. The methodology used was bibliographic consultation and

Recebido em 22 de abril de 2020.

Aceito em 22 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.401>

*Universidade Licungo, Quelimane, mcigarros@gmail.com, orcid.org/0000-0003-1866-4684

**Universidade Licungo, Quelimane, egcuamba@yahoo.com.br, orcid.org/0000-0002-7468-7226

document analysis, and it was concluded that Mozambique's linguistic policy does not reflect the country's linguistic reality, due to the fact that the formal school adopts "in practice" a unique model of education for a differentiated society, leading to a need of creating specific language policy to the teaching of national languages (Bantu), in order to guarantee access to school literacy in an equal way to all children from rural and urban areas.

Keywords: School literacy. Portuguese Learning. Linguistic policy.

Introdução

Em Moçambique, a língua portuguesa encontra-se em situação de contato com línguas do grupo Bantu¹, isto faz com que ela seja língua segunda (L2) para a maior parte dos falantes, apresentando, assim, algumas variações sintáticas, morfológicas, fonéticas e fonológicas, chegando, em alguns casos, a influenciar negativamente o aproveitamento escolar dos alunos sobretudo, nos primeiros anos de escolaridade, (Ngunga, 2004)

O sistema Nacional de Educação Moçambicano é constituído por dois subsistemas de ensino, o Ensino Técnico Profissional, voltado para a formação técnica, e o Ensino Geral, voltado para a formação de componente geral e das ciências humanas. Esta reflexão assenta-se basicamente neste último.

O Ensino Geral é composto por doze anos letivos, os primeiros sete anos correspondem ao ensino básico que, no Brasil, é o ensino fundamental, e é composto por dois ciclos de ensino, o primeiro comporta desde o 1º ao 5º anos, o segundo comporta o 6º e o 7º anos. Os últimos cinco anos correspondem ao ensino médio, tendo a mesma designação no Brasil, sendo também composto, em Moçambique, por dois ciclos de ensino, os primeiros três anos inerentes ao primeiro ciclo, 8º, 9º, e 10º e os últimos dois inerentes ao segundo ciclo do ensino médio, 11º e 12º anos.

1 A palavra "Bantu" etimologicamente provém do termo "bathu", que significa pessoas - é usada para se referir a um grupo de cerca de 600 línguas faladas por perto de 220 milhões de pessoas na região da África contemporânea que se estende desde os montes Camarões (a sul da Nigéria), junto a costa Atlântica, até a foz do rio Tara (no Quênia). (Ngunga, 2004).

É, no entanto, possível que esta estruturação do ensino geral esteja susceptível a sofrer algumas alterações, uma vez que nos últimos anos o governo tem implementado várias reformas na estrutura curricular do país, como foi o caso da abolição dos exames finais em algumas disciplinas nas classes transitórias de um ciclo para o outro em todos os níveis (básico e médio).

A língua portuguesa foi instaurada desde a chegada dos portugueses (nos finais do Séc. XV-1498) até a conquista da independência, em 1975. A partir daí, o governo vem implementado vários programas no sentido de reconstituição dos valores patrióticos e nacionais.

Um dos traços marcantes do colonialismo e do qual o Estado moçambicano não pode se desprender é a língua, tendo, por isso, adotado uma política exoglóssica² por meio da Constituição da República (CRM) de 1990, no seu artigo 5, reconhecendo a língua portuguesa como língua oficial e declarando a valorização, promoção e desenvolvimentos das línguas nacionais (*bantu*) como veiculares e de educação dos cidadãos.

Observamos que, tal como acontece com a grande parte dos países multilíngues africanos, não se sabe ao certo quantas línguas nativas podem ser contabilizadas em Moçambique. Mas existem estudos que apontam para um conjunto vasto de cerca de vinte (20) línguas nativas do grupo *bantu*, que convivem simultaneamente com o português, criando uma situação de diglossia que motiva o Estado a implementar o ensino bilíngue, como forma de responder às adversidades linguísticas dos alunos procurando abranger um

2 Política Exoglóssica – aquela na qual os países colonizados adotam uma língua externa, pela grande diversidade étnica e linguística, como forma de preservar a unidade nacional, uma vez que, adotando a língua de uma etnia, as outras seriam subjugadas a um plano de rejeição, sendo que nenhuma delas era majoritária, ou seja, não atingia uma percentagem de 50% de falantes. Tal foi o caso de Moçambique e alguns outros países africanos, como: Angola, Benim, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Maurício, Mauritânia, Namíbia, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo, Senegal, Serra Leoa, Togo, Zâmbia e Zimbábwe.

número significativo de crianças, que ingressa na escola e que encontram na língua portuguesa, uma barreira no acesso ao letramento escolar, nesses primeiros anos de escolaridade. Segundo o Instituto de Desenvolvimento da Educação - INDE, (2003)

dos anos 90 até à actualidade, muito se fez para a promoção das línguas *Bantu* em Moçambique, culminando com a introdução da educação bilingue no ensino básico entre 1993-1997, numa fase experimental, nas províncias de Gaza (utilizando as línguas *Changana* e Português) e em Tete (utilizando as línguas *Nyanja* e Português), (INDE, 2003, p.127).

Fato que importa frisar na fase inicial da implementação experimental da educação bilingue em Moçambique é que foram selecionadas 16 línguas nacionais (*bantu*) que já possuíam uma padronização, sendo: *Emakhuwa, Cinyanja, Cinyungwe, Cisena, Cindau, Xichangana, Xironga, Xitshwa, Ciyao, Shimakonde, Echuwabo, Elómwe, Kimwani, Cicopi, Citonga e Cishona*. De entre elas, destacam-se: o *Emakhuwa* e o *Echuwabo* que são as duas línguas *bantu* faladas na província da Zambézia e que têm as suas variedades a medida que vão se expandindo pelos dezoito (18) distritos que a constituem: Quelimane, Inhassunge, Nicoadala, Namacurra, Chinde, Mocuba, Alto Molócue, Lugela, Maganja da Costa, Mopeia, Milange, Gilé, Luabo, Gurue, Ile, Morrumbala, Namarrói e Mulumbo.

A educação bilingue foi implementada em Moçambique como forma de criar uma oportunidade de maior integração de alunos com a língua materna diferente do português no contexto do ensino e aprendizagem. Para além desse fato, esta modalidade de ensino espelhava uma visão positivista e que, ao mesmo tempo, garantiria a revalorização das línguas nacionais no contexto do processo de ensino e aprendizagem e contribuiria para a melhoria da qualidade da educação no país, com enfoque principal para as zonas rurais, onde o português é segunda língua para parte significativa da população. De acordo com (Chimbutane, 2015)

a falta de uma política clara de ensino e aprendizagem da língua portuguesa não impediu, contudo, que se produzissem programas e materiais de ensino para esta disciplina [...] desde 2003, há em Moçambique dois programas de ensino ao nível primário: um programa monolíngue em português, no qual se usa esta língua como meio exclusivo de ensino, e um programa bilingue, em que para além do português, se usa também uma língua local como meio de ensino, (CHIMBUTANE, 2015, p. 53-61).

No entanto, atualmente, o ensino bilingue se mostra pouco coerente e soma alguns problemas, desde a falta de professores qualificados para dar cobertura a todas as línguas nacionais existentes em Moçambique em geral e na província da Zambézia em particular, inexistência de material didático para o acompanhamento aos alunos do programa de ensino bilingue e falta de sequência desta modalidade de ensino nas classes posteriores, uma vez que nela, as línguas nacionais (bantu) são ensinadas nas classes iniciais, apenas como reforço à aprendizagem da língua portuguesa e retiradas de forma prematura no segundo ciclo de ensino primário.

Apesar da implementação da educação bilingue na província da Zambézia, não se pode deixar de fazer menção que o português, que é a língua oficial e de ensino, se constitui como segunda língua para mais da metade da população e que as línguas nacionais (*bantu*) são as que representam o vernáculo de parte majoritária dos alunos que ingressam pela primeira vez na escola, principalmente nas zonas rurais.

Para tanto, apesar de o número de falantes do português vir a crescer nos últimos tempos na província da Zambézia em particular e no país em geral, devido ao prestígio que esta língua detém face às línguas nacionais (*bantu*), por ser a língua de oficial e de ensino, verifica-se ainda, um fraco aproveitamento pedagógico contínuo, impulsionado pelo desconhecimento da língua no ensino fundamental.

Consequentemente, o programa de educação bilingue, que a *priori* tencionava solucionar este impasse, soma mais problemas como: a falta de material didático, professores sem a formação psicopedagógica necessária

para lecionar na educação bilingue e uma contínua desvalorização desse modelo de ensino, que inicialmente se mostrava ser a luz para o contexto de multilinguismo em Moçambique, levantando, cada vez mais, grandes desafios para o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano em nível nacional.

Este artigo, tem como objetivo à luz das abordagens referentes ao multilinguismo, dos Novos Estudos do Letramento ou Estudos do Letramento no Brasil (KLEIMAN; ASSIS, 2016) e sobre as políticas linguísticas, apresentar uma reflexão inerente o letramento escolar na província da Zambézia, perpassando pela política linguística que é implementada pelo estado e o seu impacto nos índices de letramento escolar da província da Zambézia.

O artigo é composto por três seções principais: na primeira, é apresentada uma contextualização do português em Moçambique, perpassando pelo contexto de multilinguismo; na segunda, descreve-se especificamente o letramento escolar no ensino primário e, na terceira, versa-se sobre a política linguística em Moçambique, onde é feita uma análise do Plano Curricular do Ensino Básico e, por fim, apresentam-se as considerações finais em relação ao estudo.

1. O português em Moçambique

Depois da breve contextualização introdutória, no presente tópico, pretende-se apresentar o panorama que envolve o cenário linguístico do país, com especial enfoque para o meio que envolve a língua portuguesa.

Moçambique é um caso típico de país africano linguisticamente heterogêneo e multilíngue, onde coexistem diversas línguas, nomeadamente, línguas autóctones (de raiz *bantu*), faladas pela maioria da população, o português, diversas línguas estrangeiras (Inglês, Francês) e ainda outras línguas de emigrantes vindos do continente asiático e/ou seus descendentes.

A integração da língua inglesa, por exemplo, no rol das línguas faladas em Moçambique deve-se, por um lado, ao prestígio que esta detém no país, justificado pelo seu lugar privilegiado no mercado do trabalho (em

muitos anúncios de oferta de emprego tem sido solicitado o domínio oral e escrito do inglês como condição determinante para a admissão); por outro lado, Moçambique situa-se numa zona onde os países vizinhos (África do Sul, Malawi, Tanzânia, Suazilândia, Zimbabwe) têm o inglês como língua oficial.

Estes países, na sua maioria, são prósperos comparativamente a Moçambique, o que faz com que muitos moçambicanos para lá se desloquem à procura de melhores condições de vida, em busca de produtos de natureza diversa com valores mais acessíveis (comércio). Este fato faz com que muitos cidadãos vejam o inglês como uma língua que garante prosperidade. Aliás, a língua inglesa em nível internacional é considerada franca e um idioma que está levando ao monopólio da produção científica e redução da diversidade na pesquisa. Segundo Le Breton, (2005), "o inglês goza de uma posição dominante nos setores de pesquisa científica, da comunicação, da imagética e da cultura de massa".

Relativamente às línguas indianas, embora já implantadas no país há vários anos, predominam mais nas zonas costeiras e na região norte e são resultado do contato linguístico estabelecido entre os comerciantes árabes, as populações locais e os navegadores, a partir do século XV. Pouco se pode dizer a seu respeito, pela falta de estudos sobre elas (número de falantes, situação de uso, tipo de falantes, etc.), uma vez que as comunidades utentes dessas línguas se caracterizam, geralmente, por serem extremamente fechadas e, ainda, por estarem presas às suas culturas e tradições de forma enraizada.

De acordo com o Nelimo³ (1989), "o número de falantes do português em Moçambique está cada vez mais a aumentar, embora tal crescimento não permita precisar o grau ou tipo de competência dos falantes". Por seu turno, os estudos do INE⁴ (2017), indicam que, "a língua materna mais frequente em Moçambique é o *Emakhwa* com 25.3% de falantes e a segunda é a língua portuguesa com 10.7% de falantes", dados que são consolidados

3 Núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas.

4 Instituto Nacional de Estatística.

com a realização do IV Recenseamento Geral da População e Habitação em 2017, que apontam para uma continuidade na manutenção do português como a segunda língua materna mais falada no país. O *Emakhwa* possui 5.813.83 falantes de cinco anos e mais de idade e o português com 3.686.890 falantes de cinco anos e mais de idade, seguindo-se também outras línguas vernaculares que registram um número significativo de falantes, com destaque para o *Elómwue* com 1.574.237 falantes com cinco anos e mais de idade e o *Echwuabo* com 1.050.696 falantes com cinco anos e mais de idade, estas duas sendo pertencentes à província da Zambézia, (INE, 2019, p. 82).

Por um lado, este aumento no número de falantes de Português deve-se ao alargamento da rede escolar em Moçambique que teve um crescimento acentuado nos últimos anos e ao prestígio, cada vez mais crescente do Português; por outro lado, o grande êxodo das populações das zonas rurais para a cidade, aliado aos casamentos exogâmicos, fazem com que muitos pais nos centros urbanos passem a falar e a socializar os seus filhos em português ao invés das suas línguas maternas de origem *bantu*.

Contribui também para isso o fato de a língua de comunicação predominante nas zonas urbanas ser a língua portuguesa, sendo que as línguas vernaculares, são mais predominantes no meio familiar e nas zonas rurais. Alguns autores apontam para o prestígio que esta tem diante das línguas nacionais (*bantu*) afirmando que,

a língua portuguesa tornou-se um dos capitais sociais, intimamente ligado aos sistemas económico, ideológico e simbólico que controlavam a mobilidade social e a atribuição de habilidades pessoais [...] O Português tornou-se, consequentemente, um meio primário de comunicação nos domínios públicos, não somente em cenários institucionais mas também nas interações quotidianas urbanas em espaços públicos, tais como restaurantes, ruas, mercados, etc., (FIRMINO, 2006, p.136-142).

A língua portuguesa se beneficia de um estatuto privilegiado em relação às línguas vernaculares bantu uma vez que, para além de ser língua

oficial, é a língua de unidade nacional. Sendo ela que permite a comunicação entre todos os moçambicanos é, portanto, considerada, do ponto de vista político e social, um veículo necessário e importante para a coesão no seio da nação moçambicana. Porém, devido ao fato de ainda existir um número significativo de crianças que ingressam na escola sem o conhecimento dela, prevalece ainda hoje um problema recorrente para o setor educacional, somando-se a ele o fato de grande número de professores que atuam no nível elementar não possuírem domínio sistemático nas diversas línguas vernaculares bantu faladas em todo o território nacional. Essa temática será abordada na seção seguinte.

1.1. O bilinguismo e o ensino bilíngue

Vários estudiosos, quer linguistas, pedagogos, sociólogos, psicólogos, quer políticos debatem-se em torno do bilinguismo. Isto porque é um fenômeno predominante em todo o mundo, surgindo através do intercâmbio cultural e do contato entre diferentes línguas. O seu conceito não é estático e tem evoluído ao longo do tempo com grande dinamicidade, transformando-se ou remodelando-se em prespetivas distintas mediante o campo de estudo no qual se tem abordado.

Os linguistas usam o termo “bilinguismo equilibrado” para designar a fluência completa (entender, falar, escrever e ler) em duas línguas. Hamers e Blanc (2000) apresentam concepções de bilinguismo que procuram enquadrar as diferentes tendências de conceituação do termo, como a seguir se ilustra:

Segundo (HAMERS e BLANC, 2000, p. 6) o conceito de bilinguismo é bastante problemático e vasto, existindo por isso, diversas tentativas de conceitualização. De acordo com o dicionário de Websters (1996), bilíngue é todo indivíduo que usa dois idiomas e que é caracterizado como falante nativo, uma pessoa que usa habitualmente e especialmente dois idiomas com controlo de um orador nativo; bilinguismo é o uso constante de dois idiomas.

Na visão popular, ser bilingue é ser capaz de falar perfeitamente dois idiomas. Esta também é a aproximação de (BLOOMFIELD, 1935, p. 56), que define bilinguismo como o igual controle nativo de dois idiomas. Da divergência entre essas duas alas surge uma outra proposta defendida por Titone segundo a qual, bilinguismo é a capacidade individual de falar uma segunda língua, seguindo os conceitos e estruturas daquele idioma em lugar de parafrasear na língua mãe do falante, (TITONE, 1972).

Portanto, num contexto de multilinguismo, como o de Moçambique, os vários conceitos de bilinguismo podem ter enquadramento por se tratar de uma comunidade linguística onde, para além de falantes do português como língua materna, também existem majoritariamente falantes cujo português é segunda língua, tendo como suas línguas maternas os diversos idiomas que são distribuídos por todo o território nacional. Neste sentido, o bilinguismo seria a capacidade de um indivíduo falar duas ou mais línguas, sendo este conceito mais próximo ao que é apresentado por Titone (1972) - capacidade de um indivíduo expressar-se em uma segunda língua respeitando os conceitos e as estruturas próprias da mesma.

Assim sendo, olhando para a heterogeneidade linguística que caracteriza Moçambique, houve uma necessidade eminente de observar a questão das línguas maternas dos alunos no contexto escolar, que na sua maioria não era a língua oficial e de ensino, o que, até certo ponto, lhes criava alguns entraves no rendimento escolar, tendo a partir daí sido reconhecida a importância das línguas maternas como meio de ensino na escola. Segundo atesta a UNESCO, (1953),

é axiomático que o melhor meio de ensino para a educação da criança seja a língua materna. Psicologicamente é o sistema de sinais significativos que funciona automaticamente no cérebro para criar expressão e entendimento. Pedagogicamente, a criança aprende mais rapidamente através da língua materna do que por um meio linguístico desconhecido.

A educação bilíngue surge, nesta perspectiva, como um mecanismo de melhoria das condições do ensino básico em Moçambique, com um olhar nas experiências internacionais que se mostravam otimistas em relação a esta modalidade de ensino que foi inicialmente testada em Moçambique, em 1993. Na primeira fase, o projeto contemplava apenas duas províncias do país, nomeadamente: (Tete e Gaza), tendo como línguas maternas o *Nyanja* e o *Changana*, que, neste período, já haviam sido estudadas e possuíam padrões de escrita. Tal como defende Benson, (1997),

a Educação Bilíngue é, na sua essência, o ensino em duas línguas. Cada língua tem uma função ou um domínio diferente: a língua materna (L1) serve como língua de alfabetização inicial (leitura/escrita) e como meio de ensino das disciplinas no início; a outra língua (L2) é ensinada como segunda língua/estrangeira oralmente antes de ser introduzida nos outros domínios de ensino. Muitas vezes a L2 é conhecida como língua alvo, porque é a língua oficial do País em que depende a futura carreira escolar do aluno. Quando o aluno tem habilidades suficientes na L1 (oral e escrita) e na L2 (oral), a língua de alfabetização passa a ser a L2, este processo é conhecido como <transição> (BENSON, 1997, p. 14).

Isso permitiu que grande parte das crianças, sobretudo, das zonas rurais, falantes do português como segunda língua, pudessem ter acesso a um ensino mais adequado à sua realidade linguística e cultural. Não obstante, importa sublinhar que a educação bilíngue, em Moçambique, nesta fase piloto, teve o apoio financeiro do Banco Mundial (BM) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo a primeira responsável pela reprodução de material didático e a segunda pela assistência técnica.

Há que considerar que o ensino bilíngue se subdivide em dois domínios, que são o ensino bilíngue para alunos de grupos dominantes e o ensino bilíngue para alunos de grupos minoritários. No caso específico de Moçambique, encontra-se um ensino bilíngue voltado para os alunos de grupos minoritários, tendo-se, a partir daí, um ensino bilíngue que segue um modelo educacional subtrativo, que tem como objetivo garantir que os alunos

assimilem a língua dominante, nesse caso, o português, que é a língua oficial e tem um certo poder em relação às línguas vernaculares, Megale (2018).

Como forma de dar continuidade ao ensino bilíngue, o Estado introduziu as línguas moçambicanas no Plano Curricular do Ensino Básico, por meio de três modalidades distintas, a saber: a) Programa de educação bilíngue: Línguas moçambicanas – L1 / Português – L2, neste a língua portuguesa é lecionada como disciplina e as línguas moçambicanas são o meio de ensino; b) Programa de ensino monolíngue em português – L2, com recurso às línguas moçambicanas – L1, neste, as línguas moçambicanas são usadas como auxiliares na aprendizagem do português que é língua segunda para os alunos; e c) Programa de ensino monolíngue em português – L2 e línguas moçambicanas – Língua 1 como disciplina, (INDE, 2003).

No entanto, tal como defendem Almeida e Albuquerque (s/d) a educação bilíngue não se restringe apenas a uma prática de ensino onde duas línguas interagem. Tal é o caso anteriormente indicado. Os autores consideram que,

os fatores sociolinguísticos e a cultura local irão dimensionar a proporção e a relevância das ações a serem implementadas no âmbito das políticas públicas que irão promover essa Educação Bilíngue. Dentre essas ações se destaca a produção de material didático apropriado e que esteja em consonância com o currículo oficial, uma vez que os alunos dessas escolas, posteriormente, serão submetidos a avaliações externas de amplitude nacional, com base num currículo unificado, (ALMEIDA e ALBUQUERQUE, S/d. p. 6).

Neste caso específico, dado o caráter heterogêneo do mapa linguístico e sócio-cultural do país, a implementação da Educação Bilíngue tem enfrentado dificuldades técnicas e metodológicas, que fazem com que este processo, ainda hoje, seja considerado distante das reais necessidades de letramento escolar dos alunos falantes das línguas nativas bantu como maternas, como se demonstra mais adiante, no presente artigo.

1.2. Multilinguismo e o ensino do português na província da Zambézia

Por razões históricas, o continente africano é um cenário típico de diversidade linguística, e vários países, tal como Moçambique, que partilham esta característica, enfrentam dificuldades na gestão e implementação de políticas linguísticas que sejam inclusivas e abrangentes aos diversos contextos sociolinguísticos, isto é, uma política linguística que considere as diversas línguas faladas em todo o território nacional.

O multilinguismo que caracteriza o país faz com que muitas vezes não se consiga alcançar resultados satisfatórios ao nível educacional, pois os programas de ensino implementados não abrangem todas as esferas sociais. Ou seja, a política linguística, em curso no país, não se adequa à realidade linguística das diferentes etnias que dele fazem parte, uma vez que, para além dos nativos, há, em Moçambique, vários outros povos provenientes de regiões distintas e falantes de outras línguas. Essa realidade faz com que, no contexto escolar, os alunos aprendam uma língua que se distancia da língua por eles falada e aprendida em seu contexto social e familiar, criando, a partir daí, dificuldades na aprendizagem do português. Cenários desses são descritos por Moita Lopes (2013), como sendo complexos e superdiversos,

tal diversidade é causada tanto pelas migrações como também pelos avanços recentes das tecnologias digitais, o que tende a ser ampliado, em consequência das relações globais e locais. Na esteira da globalização, esses processos têm efeitos linguístico-discursivos locais em nossas vidas sociais, que precisamos avaliar, (MOITA LOPES, 2013, p. 103).

O multilinguismo permite no âmbito social a confluência de diversos grupos linguísticos e étnicos, fazendo com que no cenário moçambicano, para além das línguas nacionais (*bantu*), estejam também presentes o português que é a língua oficial e as diversas línguas estrangeiras, já indicadas, anteriormente, dando lugar a um contexto em que o multilinguismo esteja

instalado profundamente no âmbito da comunidade linguística, existindo assim, uma necessidade de o Estado criar uma política própria, para o ensino da língua portuguesa, de forma a abranger o maior número de alunos, sobretudo, nas zonas rurais, uma vez que são estes, que mais dificuldades apresentam na atual conjuntura linguística que caracteriza o país.

O conceito de plurilinguismo deve ser concebido, no contexto da presente abordagem, como a capacidade que os alunos têm de, em meio ao multilinguismo, congregar mais de uma língua, sendo que, para além da língua materna falada no contexto familiar, estes, no âmbito escolar deparam-se com mais idiomas sendo, por isso, o plurilinguismo classificado no nível individual.

Broch *apud* (SEMECHECHEM e JUNG, 2017, p. 4) afirma que “o plurilinguismo designa as competências do indivíduo, em mais de uma língua, incluindo uma postura linguística plural”.

Já o multilinguismo estaria ligado ao nível societal, ou seja, à diversidade linguística que caracteriza um país como Moçambique, onde coexistem várias línguas: o português que é língua oficial, as línguas nacionais (*bantu*) e as línguas estrangeiras. Para tanto, a pluralidade surge ligada ao plurilinguismo e a diversidade linguística ao multilinguismo. Neste cenário, quando se adota uma política linguística bilíngue que não reflete o plurilinguismo dos falantes, admite-se uma fragilidade na implementação dos programas educacionais.

Quando o governo moçambicano adotou o português como língua oficial e de ensino, logo após a proclamação da independência em 1975, olhando para a unidade nacional como fator impulsionador desta decisão, também adotou uma política linguística que considerou as línguas nacionais (*bantu*) para um plano subjacente, tanto que, no contexto da primeira república, um dos objetivos centrais era o de difundir o ensino do português e promover nos jovens a participação na edificação de um estado novo e moldar uma identidade nacional pós-colonialista.

Considerando este contexto, é importante descrever que, em Moçambique, há dois tipos de educação (a tradicional e a formal), tal como aponta o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO *apud* (TIMBANE, 2014, p. 2),

a educação tradicional corresponde aos ritos de iniciação, que tem por objetivo transmitir normas e valores do grupo étnico, preparando a criança para a vida adulta. Essa educação entra em contradição com a educação formal nos dias de hoje. Para além disso, muitas práticas socioeconómicas e a divisão social do trabalho na comunidade, que constituem aprendizagens no âmbito da educação familiar, são fatores que muitas vezes, condicionam a participação da crianças nas atividades escolares e põem em causa o próprio valor da escola.

Junto ao fator da educação tradicional, estão os valores culturais e as línguas pertencentes aos diversos grupos étnicos que compõem o próprio país, cada um com as suas especificidades.

Como já foi mencionado anteriormente, a província da Zambézia apresenta duas línguas nativas *bantu* majoritárias, que são o *Elómwue* e o *Echwuabo*, distribuídas pelos 18 distritos. Estas línguas têm as suas variedades, que fazem com que elas sejam faladas de formas diferenciadas nos locais onde são representativas, perfazendo um número de 7 línguas aparentadas⁵. Para tanto, idealizando um mapeamento linguístico dos distritos da província e as respetivas línguas tem-se a seguinte distribuição:

- Echwuabo - Quelimane, Nicoadala, Namacurra e Maganja da Costa;
- Elómwue - Mocuba, Alto Molócue, Gilé, Gurue, Ile e Namarrói;
- Marendje - Lugela, Milange, Morrumbala e Mulumbo;

5 Línguas aparentadas – são aquelas que possuem a mesma genealogia. No caso das línguas moçambicanas, todas derivam do Bantu, apresentando alguns traços de proximidade ou distanciamento uma das outras, mediante o local onde são faladas dentro do território nacional.

- Cisena – Mopeia;
- Maindo – Chinde;
- Emakhwua – Pebane;
- Ekarungo – Inhassunge.

Não obstante, a província da Zambézia é uma das que mais diversidade linguística apresenta e, coincidentemente ou não, é também uma das que registra um alto índice na taxa de analfabetismo ao nível do território nacional. Esta alta no índice de analfabetos no país tende a ser mais acentuada nas províncias localizadas mais ao norte do país, onde o número de habitantes das zonas rurais é mais significativo em relação ao número de habitantes das zonas urbanas (embora, esta tendência não seja abrangente a todas as províncias), e o desenvolvimento sócio-económico tende a ser mais baixo em relação à zona sul do país, quer em relação às oportunidades de acesso às escolas por parte dos alunos, quer em relação ao desenvolvimento infraestrutural. Observa-se que existe um número significativo de escolas sem condições mínimas para o decurso do processo letivo (falta de material didático, falta de professores com formação psicopedagógica para lecionar nas diversas línguas nacionais *Bantu*!).

A título de exemplo, os dados do último censo geral da população e habitação apontam que existe um fosso no índice da população de cinco anos ou mais anos (dos 5-14 anos de idade que representa a idade para frequentar o ensino primário), por condição de alfabetização (que não sabe ler e escrever) no país, uma vez que na zona urbana o número é de 223.661 habitantes e nas zonas rurais o número é de 1.076.608 habitantes, (INE, 2019, p. 65-66).

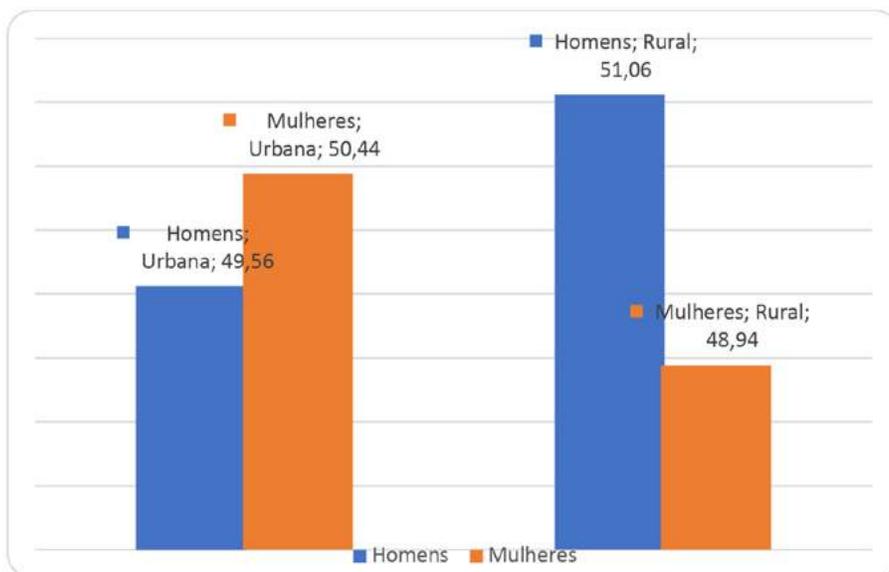


Figura 1. Gráfico de Percentagem de indivíduos que não sabem ler nem escrever na faixa etária dos 10-14 anos de idade em Moçambique (dados, extraídos do último censo realizado no país em 2017).

O gráfico acima ilustra a taxa de pessoas não alfabetizadas dos 10-14 anos de idade, nas zonas rural e urbana, que perfaz um total de 1.300.269 habitantes, equivalentes a 100% da população nessa faixa etária. O número de população não alfabetizada na zona urbana é de 223.661 habitantes, equivalentes a 49,56% de homens e 50,44% de mulheres, e na zona rural este número cresce para 1.076.608 habitantes, equivalentes a 51,06% de homens e 48,94% de mulheres. É importante sublinhar que, segundo os dados, na zona urbana há maior índice de analfabetismo para as mulheres e na zona rural, constata-se um alto índice de analfabetismo para os homens.

Neste sentido, a partir deste ponto de vista, a língua de ensino é, segundo os índices oficiais, o principal fator do desnível no acesso ao letramento escolar no país, sobretudo, nas zonas rurais, com especial enfoque para a província da Zambézia.

1.3. Letramento(s), letramento escolar e o ensino primário

Para falar do letramento escolar e o ensino primário importa antes focalizar o conceito "letramento(s)", que vem sofrendo alterações por conta das diversas mudanças sociais que vão acontecendo, implicadas pelas várias pesquisas realizadas no âmbito da escrita no seio social e que conduzem para um quadro segundo o qual o papel da escola seria o de massificar o letramento dos alunos por meio de uma pedagogização desse letramento, levando-os a desenvolver e reconhecer somente as habilidades do letramento escolar como válidas e necessárias na sociedade. Street (2006) prefere por isso falar de práticas de letramento do que de letramento, e como tal, sublinha que,

existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento. A noção de que a aquisição de um letramento único e autônomo terá consequências pré-definidas para os indivíduos e as sociedades provou ser um mito, quase sempre baseado em valores específicos culturalmente estreitos sobre o que é propriamente o letramento, (STREET, 2006, p. 466).

O autor ainda argumenta que existe um modelo ideológico de letramento, que congrega vários letramento(s) e que o letramento está ligado à personalidade. Sendo assim, é impossível falar de um único letramento, mas de letramentos em sociedades multilíngues. Ao pensar-se em letramentos deve-se ter em conta que uma multiplicidade cultural e linguística, bem como identitária, constituem as práticas letradas, fazendo com que sejam conflituosas as relações de poder e de ideologia, correndo riscos de sobreposição de culturas. De acordo com Street (2006), sempre há sobreposição de culturas e de relações de poder. No processo de ensino e aprendizagem, pode-se, no âmbito do letramento escolar, incluir as práticas letradas dos alunos, refletindo sobre seus hábitos, as suas habilidades, as suas

visões de mundo, as suas vivências e tudo quanto faz parte do seu universo, não os considerando como tábulas rasas.

Ademais, o letramento varia com o contexto social. Em Moçambique, como já se fez referência, coexistem dois tipos de educação, a tradicional e a formal. No segundo, os alunos terão acesso ao contexto escolar, após o seu ingresso no sistema nacional de educação e no primeiro, os alunos são preparados para a vida adulta em contexto familiar.

Cabe ao Estado saber definir como o letramento escolar pode ser conduzido na escola, procurando ajustar as diversidades linguísticas dos alunos aos programas de ensino implementados. Tais programas refletiriam em sua base sobre a realidade linguística, assim, seria possível uma (re)construção do quadro educacional nacional e uma melhoria nos índices de letramento escolar. No contexto de sala de aula, por exemplo, os professores não podem interpretar a língua portuguesa como se ela fosse externa aos alunos, mesmo que seja a sua segunda língua. Os professores podem procurar reconhecer, incluir e legitimar as vivências dos alunos, os seus conhecimentos nas línguas maternas que são muitas vezes, reconhecidas como línguas orais levando àquilo a que Tfouni e Perreira (2009) consideram "o outro lado" do letramento,

[...] o que nos leva à conclusão de que há formas discursivas alternativas aos letramentos escolares (baseados no discurso lógico-científico), as quais são utilizadas no cotidiano e que fazem suplência à ausência de escolarização. Isso quer dizer que existem práticas cotidianas letradas de linguagem, que não tem origem na escolarização, e tampouco são valorizadas no espaço escolar, práticas essas que possibilitam estratégias alternativas em se lidar com o raciocínio lógico institucionalizado, (TFOUNI e PEREIRA, 2009, p. 69).

Para isso, apela-se que a escola não adote um modelo único de educação para uma sociedade diferenciada como a moçambicana, onde coexistem múltiplas línguas. Pode-se gestar uma política linguística própria para o ensino das línguas nacionais (*bantu*), que incluam a totalidade delas,

não existindo um modelo autônomo, mas considerando o ensino das línguas existentes e seus saberes, possibilitando o acesso dos alunos ao letramento escolar, fazendo com que estes participem ativamente no processo de ensino-aprendizagem, se reconheçam em suas línguas e seus saberes e os saberes e identidades presentes na escrita do português no contexto escolar. A maior parte dos alunos das zonas rurais, que ingressa na escola, é letrada na língua portuguesa, sem que tenha um prévio contato com essa língua, sendo, por isso, difícil o desenvolvimento de suas capacidades de leitura, escrita e interpretação de textos em português. Estes precisariam de um ensino mais adequado à sua realidade e às suas necessidades, um ensino que considerasse os letramentos dos alunos nas suas línguas nativas e que buscasse com base nesses letramentos, desenvolver o letramento escolar na língua portuguesa.

1.4. Política linguística de Moçambique

Após a proclamação da independência de Moçambique em 1975, a língua portuguesa foi instituída como oficial, e como símbolo de unidade nacional, por força do contexto multilíngue que caracterizava o país e também, porque ideologicamente era a língua que favorecia a consolidação de Moçambique como estado-nação, uma vez que não existiam línguas majoritárias, e o português, apesar de ser a língua do colonizador, servia aos interesses do partido FRELIMO⁶, como fundamenta Firmino (2006)

acrescente-se que, na altura em que Moçambique ficou independente, só o português estava em posição de funcionar como uma linguagem do Estado e superar a maior parte dos problemas colocados pelas línguas autóctones, que incluíam: - as línguas autóctones serem deficitárias em termos de planificação linguística do corpus (careciam de gramáticas,

6 Frente de Libertação de Moçambique – o partido que venceu a luta Armada de Libertação Nacional contra as forças coloniais portuguesas e proclamou a independência de moçambique. A FRELIMO resulta da união de vários movimentos nacionais de resistência contra o colonialismo.

estudos descritivos, ortografias padronizadas, dicionários, etc); - nenhuma das línguas autóctones poder cobrir o país inteiro, razão pela qual são regionalmente e etnicamente marcadas; - as elites integradas nas instituições do Estado, de um modo geral, não conhecerem suficientemente bem as línguas autóctones a ponto de as usarem como línguas de trabalho em actividades oficiais; - nenhuma língua autóctone ter precedentes de uso em domínios ‘altos’ (FIRMINO, 2006, p. 164).

Este fato criou condições para que as línguas nacionais (*bantu*) fossem projetadas para um cenário de isolamento, uma vez que eram colocadas num plano secundário, como línguas tribais, regionalistas que até certo ponto poderiam causar divisionismos, sendo classificadas como línguas tercerizadas, mas usadas pela maioria dos moçambicanos como línguas de expressão no seio familiar, tribal e local.

Segundo Dias (2008, p. 86), “em 1980, o MEC⁷ propõe à direcção do partido FRELIMO a Política Linguística que se traduzia na generalização do bilinguismo funcional a todo o país e propõe também acções de planificação linguística para implementar tal política linguística”.

Apesar dos programas empreendidos pelo Estado, hoje, a política linguística em Moçambique ainda se caracteriza por uma autoafirmação da língua portuguesa e pelo silenciamento das línguas nativas *bantu*, e isso se reflete com mais incidência no nível primário, deixando marcas nos alunos, até aos níveis subseqüentes, fazendo com que o processo de aprendizagem seja implementado num contexto de instrumentalização, uma vez que, apesar de existir uma educação bilíngue, na prática, as línguas nativas *bantu* são marginalizadas no contexto escolar, porque a língua de ensino e oficial (o português) exerce poder sobre elas.

A seguir apresenta-se uma breve análise da política linguística Moçambicana, refletida no Plano Curricular do Ensino Básico (2003),

7 Ministério da Educação e Cultura – (Atualmente: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano)

conjugada com o Relatório Final sobre o Ensino Bilíngue em Moçambique (RFEBM), apresentado por Carolyn Benson (1997).

A análise centra-se essencialmente em três pontos que focalizam o objeto do presente estudo, que são: as línguas moçambicanas, o programa bilíngue e as estratégias de implementação do currículo bilíngue. Como política geral, o documento começa por indicar que a educação é um instrumento importante para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, visando promover o bem-estar dos cidadãos.

Segue expondo que, o Ensino Primário joga um papel importante no processo de socialização das crianças, na transmissão de conhecimentos fundamentais como a leitura, a escrita e o cálculo em português e de experiências comumente aceites pela sociedade. Assim, torna-se importante que o currículo responda às reais necessidades da sociedade moçambicana, tendo como principal objetivo formar um cidadão capaz de se integrar na vida e aplicar os conhecimentos adquiridos em benefício próprio e da sua comunidade, (PCEB, 2003).

Conjugado com a inclusão de cada vez mais alunos envolvidos no sistema nacional de educação (SNE), pela introdução das línguas nacionais no ensino básico, a política geral encontra-se perfeitamente enquadrada numa das metas apontadas pelo relatório final sobre o ensino bilíngue em Moçambique, que era o de dar início aos programas de ensino bilíngue a nível nacional, estando este fato dependente das condições existentes nas províncias, assim como da disponibilidade de recursos humanos para adequar o modelo de educação bilíngue à realidade, (BENSON, 1997).

Línguas Moçambicanas - o PCEB faz transparecer claramente que em qualquer sociedade o sucesso educacional só será alcançado se for conduzido na língua dos aprendentes, preservando-se a sua identidade, a cultura e os direitos humanos. Sublinha que acima dos direitos pessoais, estão os direitos linguísticos, defendendo por isso, a introdução das línguas moçambicanas no programa de ensino básico, em três modalidades já mencionadas anteriormente

no tópico 1.1. Desta forma possibilitaria aos alunos o acesso às línguas locais e o contato com a cultura moçambicana. Reforça, ainda, que uma das razões da implementação é o aumento da eficácia da comunicação num contexto multilíngue, contribuindo para o reforço da unidade nacional, (PCEB, 2003).

Importa destacar aqui, que a política de ensino bilíngue não deixa claro como as línguas moçambicanas terão um papel importante na valorização e na preservação da identidade dos alunos, uma vez que estas serão encaixadas no plano curricular, como mecanismo de auxílio na aprendizagem da língua portuguesa. Ademais, este programa bilíngue é particularmente para as regiões linguisticamente homogêneas, como atesta o mesmo documento na página 44, e Moçambique linguisticamente é heterogêneo, pois as salas de aulas são compostas por alunos falantes das diversas línguas nativas *bantu*, principalmente nas zonas rurais.

Este cenário já era apontado por (BENSON, 1997, p. 64), ao afirmar que “o que falta é uma política linguística educacional bem definida e completamente divulgada. A divulgação deve ser não somente a recepção do documento da política mas também a discussão técnica sobre as implicações para a prática”.

A complexidade linguística moçambicana faz parecer nulos os esforços empreendidos pelo Estado no sentido de dinamizar a Educação Bilíngue, mas é importante, sobretudo, incluir, cada vez mais, aqueles que são os atores educacionais (os professores) no desenho e na implementação das políticas de ensino bilíngue, oferecendo formação superior, capacitações constantes e material didático para o exercício das atividades letivas.

O programa bilíngue - o programa de ensino bilíngue em vigor em Moçambique é regido por uma política que congrega duas línguas: as línguas moçambicanas (uma delas) e a língua portuguesa. À medida que há progressão escolar do aluno, a tendência é diminuir a carga horária na língua nativa e aumentar na língua portuguesa, a partir do quarto ano de escolaridade. Verifica-se que a língua portuguesa passa a ser a língua de ensino e as línguas

nativas são ensinadas apenas como disciplinas opcionais, e nesses casos, a carga-horária que seria alocada para o ensino das línguas nativas passa para a língua portuguesa. A tabela abaixo, extraída do PCEB, ilustra esta tendência, (PCEB, 2003, p. 44).

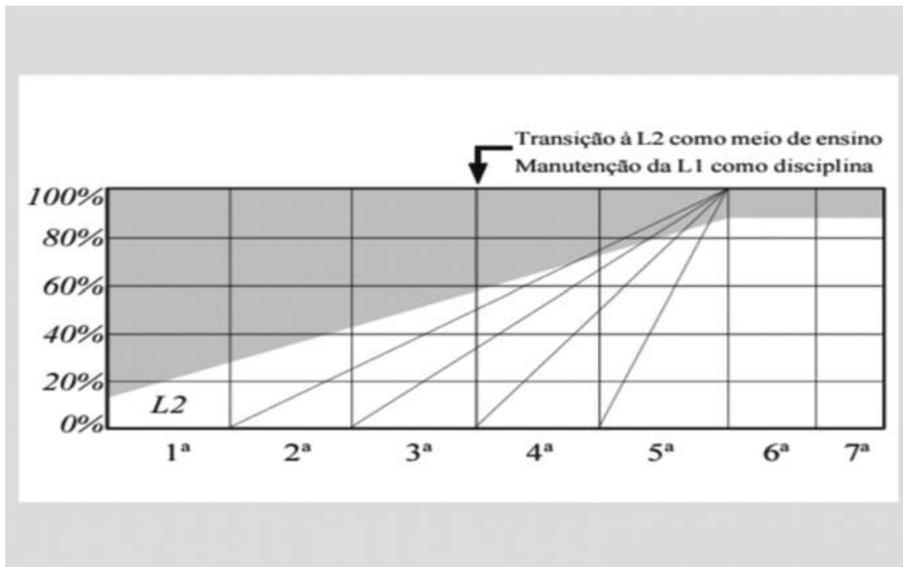


Figura 2. Proposta de implementação do Programa de Ensino Bilingue

Contudo, isso configura-se com a abordagem feita no decorrer do texto e que, de alguma forma, se conjuga com a análise feita por (BENSON, 1997). Tanto o PCEB, quanto a política linguística nela existente, mostram tendências de valorização das línguas nativas, mas falta ainda um ajuste adequado em relação a sua implementação, principalmente, olhando para os alunos que apenas mantêm o contato com o português no contexto escolar.

Estratégias de implementação do currículo bilingue - para qualquer currículo de ensino lograr sucesso, são necessárias estratégias de implementação, que possam fornecer diretrizes e condições, para que este

currículo seja aplicado eficientemente e alcance os objetivos e metas pré-estabelecidas. O PCEB apresenta estratégias bem formuladas, desde a criação de escolas primárias completas (ensino básico), formação de professores, capacitação e também a produção de material didático, ou seja, do livro escolar para o ensino bilíngue, PCEB (2003).

Na província da Zambézia, um dos grandes desafios que se tem constatado na implementação do ensino bilíngue tem relação justamente com as estratégias de implementação desta modalidade de ensino, pois, faltam nas escolas primárias professores com formação para atender demandas do ensino bilíngue uma vez que, nem os institutos de magistério primário, nem as universidades formam professores para atuar na educação bilíngue especificamente. Falta também, material didático, tanto para os professores, como para os alunos, o que faz com que o ensino bilíngue não logre os resultados desejados.

Seria necessário para tal feito: coordenar a preparação profissional dos professores bilíngues; desenvolver um currículo para o ensino bilíngue primário, produzindo objetivos adequados a cada nível; coordenar a produção de materiais didáticos nas línguas locais; monitorar os modelos utilizados pelos programas bilíngues descentralizados, (BENSON, 1997).

Ademais, há uma necessidade eminente de envolvimento da sociedade civil e da comunidade na idealização, produção e execução dos programas de ensino bilíngue, em todos os locais onde os mesmos são implementados. Como afirma Cavalcanti (1999), “...pode-se buscar uma contribuição para efetivar uma política linguística de inclusão, que tenha influência na modificação dos cursos de formação de professores e de técnicos e agentes educacionais”, (CAVALCANTI, 1999, p. 407).

Considerações finais

O panorama do ensino bilíngue em Moçambique, hoje, apresenta-se bastante complexo, devido aos inúmeros desafios que são impostos ao

Estado, havendo uma necessidade de se repensar a política linguística de Moçambique. Nas condições em que o ensino ocorre, ainda é utópico falar-se de um letramento escolar efetivo, sobretudo nas zonas rurais, devido à complexidade linguística e à falta de ajustamento da política linguística vigente no país. Como afirma Street (2014)

a tarefa política, por conseguinte, é complexa: desenvolver estratégias para programas de alfabetização/letramento que lidem com a evidente variedade de necessidades letradas na sociedade contemporânea. Isso exige que os planejadores de políticas e que os discursos públicos sobre letramento levem em conta as habilidades presentes das pessoas e suas próprias percepções, (STREET, 2014. p. 41).

A democratização do ensino, por um lado, garantiu o acesso de um maior número de crianças moçambicanas à escola; por outro lado, essas crianças não têm a garantia de um letramento escolar contextualizado às suas realidades culturais e linguísticas pelas limitações com as quais se deparam no acesso ao letramento escolar. Por exemplo, a falta de material didático nas diversas línguas para dar suporte aos professores e aos próprios alunos, de modo a que possam desenvolver as suas práticas letradas num ambiente que favorece a aprendizagem da língua sem barreiras.

O que se pode verificar é que a política linguística não está direcionada para a realidade linguística do país, ao mesmo tempo que não está alinhada com a formação de uma sociedade letrada, limitando-se apenas à alfabetização. Uma política linguística efetiva, para Moçambique, seria aquela que priorizaria um planejamento linguístico e não apenas uma política propriamente dita. Engajando toda a sociedade na tomada de decisões sobre ela, de forma a valorizar a totalidade das línguas nacionais e de seus falantes.

Conclui-se que a política linguística de educação bilíngue em Moçambique não reflete a realidade linguística do país, porque a escola formal adota “na prática” um modelo único de educação para uma sociedade diferenciada, gerando, deste modo, problemas educacionais no letramento

escolar dos alunos com o português como segunda língua, especialmente, nas zonas rurais, devendo-se, para sanar tal fato, criar uma política linguística própria, para o ensino das línguas nativas *bantu*, de forma a garantir o acesso ao letramento escolar igualmente a todas crianças das zonas rurais e urbanas de Moçambique.

Referências

ALMEIDA, S. A. De. e ALBUQUERQUE, F. E. Educação bilíngue, bilinguismo e interculturalidade no contexto escolar Apinayé: o professor de língua materna em perspetiva. **Anais Eletrônicos: IX Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada**. Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), s.d.

BENSON, C. J. **Relatório Final Sobre o Ensino Bilíngue**. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação (INDE), 1997.

CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **Delta**. v.15, n. especial, p. 385-417, 1999.

CHIMBUTANE, F. Línguas e Educação em Moçambique: uma perspectiva sócio-histórica. In: GONÇALVES, P. & CHIMBUTANE, F. **Multilinguismo e Multiculturalismo em Moçambique**: em Direcção a uma Coerência entre Discurso e Prática. Maputo: Alcance Editores, 2015.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.

DIAS, H. N. **As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar**; em direcção a uma prática linguístico-escolar libertadora. Maputo: Texto Editores, 2008.

FIRMINO, G. A. **«questão linguística» na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique**. Maputo: Texto Editores, 2006.

HAMERS, J. F. & BLANC, M. H. A. **Bilinguality and Bilingualism**. 2. ed. London: Cambridge University Press. 2000.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO (INDE). **Plano Curricular do Ensino Básico**. Maputo: MINED (Ministério da Educação), 2003.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO (INDE). **Programa de Educação**

Bilíngue para o 2.º Ciclo do Ensino Básico (3.ª a 5.ª classes). Maputo: MEC (Ministério de Educação e Cultura), 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), **IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017: resultados definitivos**, Moçambique. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2019.

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspetiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LE BRETON, J-M. Reflexões anglófilas sobre a geopolítica do inglês. *In*: LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 12-26, 2005

MEGALE, A. H. Educação bilíngue de línguas de prestígio no Brasil: uma análise dos documentos oficiais. **The Specialist**. v. 39, n. 2, p. 1-17, 2018.

MOITA LOPES, L. P. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. *In*: MOITA LOPES, L. P. **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 101 – 119, 2013.

NELIMO (Núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas). **Relatório do I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas**. Maputo: NELIMO-INDE, 1989.

NGUNGA, A. **Introdução à Linguística Bantu**. Maputo: Imprensa Universitária. Faculdade de Letras e Ciências Sociais U.E.M, 2004.

SEMECHECHEM, J. A. e JUNG, N. M. Plurilinguismo na escola: políticas linguísticas locais. **ORGANON: Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, v. 32, n. 62, p. 1-18, 2017.

SOARES, M. **Letramento: um tema, três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, B. V. **Letramentos Sociais. Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014

STREET, B. e BAGNO, M. Perspetivas interculturais sobre o letramento. **Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 8, p. 465-488, 2006.

TFOUNI, L. V. e PEREIRA, A. C. Letramento e Formas de Resistência à Economia Escriturística. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.6, n.º2, p. 67-79, 2009.

TIMBANE, A. A. O ensino da língua portuguesa em Moçambique e a problemática da formação de professores primários. **Revista Artíficos**. v. 4, n.7, p. 1-21, 2014.

Morfologia concatenativa e morfologia não concatenativa: do princípio morfológico ao princípio prosódico¹

Concatenative morphology and non-concatenative morphology: from the morphological principle to the prosodic principle

Cleci Regina Bevilacqua*
Fernando Moreno da Silva**

RESUMO

No estudo dos processos de formação de palavras, a morfologia tem papel fundamental, pois nos ajuda a entender os constituintes morfológicos, as partes que formam uma palavra. Ao lado de processos tradicionais, como a composição e a derivação, há processos ditos marginais, que convocam, além dos princípios morfológicos, princípios prosódicos. Os processos tradicionais pertencem à morfologia concatenativa, e os processos marginais, à morfologia não concatenativa. Os não concatenativos redefinem o conceito tradicional de “morfema”, pois há elementos (ditos não morfêmicos) que não atendem às condições de morfema apreoadas pela

Recebido em 6 de julho de 2020.

Aceito em 9 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.389>

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cleci.bevilacqua@gmail.com, orcid.org/0000-0002-1002-9080

**Universidade Estadual do Norte do Paraná, moreno@uenp.edu.br, orcid.org/0000-0002-9273-9667

1 Este texto apresenta parte de pesquisa de pós-doutorado realizada junto ao PPG-Letras da UFRGS e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da bolsa de Pós-Doutorado Sênior (Processo 102106/2019-3).

gramática, como significação e recorrência. Para entender a concepção desses novos constituintes morfológicos, objetivamos, neste artigo, mostrar as diferenças entre as morfologias concatenativa e não concatenativa, destacando três processos que se baseiam no princípio morfofonológico: cruzamento vocabular, truncação e siglação.

Palavras-chave: morfologia não concatenativa, morfologia concatenativa, formação de palavras.

ABSTRACT

Morphology is fundamental in the study of word formation processes. It helps us to understand the morphological constituents responsible for word formation. In addition to traditional processes, such as composition and derivation, there are other non-traditional processes, which are based on prosodic principles. Traditional processes belong to concatenative morphology and prosodic processes belong to non-concatenative morphology. Non-traditional processes redefine the traditional concept of “morpheme”, because there are elements (called non-morphemics) that do not satisfy the morpheme conditions defended by grammar, such as meaning and recurrence. In order to understand the conception of these new morphological constituents, in this article, we aim to expose the differences between concatenative and non-concatenative morphologies, using three processes that are based on the morphophonological principle: lexical blend, truncation and acronymization.

Keywords: non-concatenative morphology, concatenative morphology, word formation.

Introdução

Para formação de novas palavras, os processos mais produtivos são a derivação e a composição. Apesar dessa predominância, não são os únicos. Há também “processos marginais” como, por exemplo, cruzamento vocabular, truncação, siglação e reduplicação, que não seguem um princípio puramente morfológico, pautando-se também na prosódia, numa íntima relação entre morfologia e fonologia. Os processos tradicionais que seguem um princípio regular pertencem à morfologia concatenativa. Já os processos que se baseiam em princípios morfofonológicos, à morfologia não concatenativa, pois o encadeamento regular e linear é substituído pela

supressão de segmentos (*motocicleta* > *moto*), pela repetição parcial ou total de sílabas ou palavras (*pega-pega*, *titio*) ou pela sobreposição ou fusão de segmentos (aranha + anzol > *aranzol*).

A imbricação provocada pela morfologia não concatenativa (morfologia + prosódia) mostra, além da íntima relação existente entre os níveis da linguagem, que o conceito tradicional de morfema² (menor unidade linguística de significação) deve ser revisto, já que há, conforme aponta Gonçalves (2019, p. 62-3), elementos não morfêmicos que não satisfazem às condições da noção de morfema, como conteúdo, recorrência e identificação na estrutura da palavra. A primeira condição (unidades portadoras de significado), por exemplo, não ocorre na vogal (*parisiense*: Paris + i + *-ense*) e na consoante de ligação (*cafeteira*: café + t + *-eira*). A partir das considerações anteriores, redefinimos morfema como qualquer elemento que participa da construção da palavra.

Dada a importância desses processos marginais para entender a concepção de novos constituintes morfológicos, objetivamos, neste artigo, mostrar as diferenças entre as morfologias concatenativa e não concatenativa, dando destaque a três processos de formação de palavra que se baseiam em princípios morfofonológicos: cruzamento vocabular, truncação e siglação.

1. Morfologias concatenativa e não concatenativa

Nos processos de formação de palavras, os recursos mais comuns são a composição e a derivação. Segundo Borba (2003, p. 44), “[...] enquanto a composição associa formas livres [mestre e sala > *mestre-sala*, passa e tempo > *passatempo*], a derivação associa um radical a uma ou mais formas presas [= os afixos][*favor* > *favorável* > *desfavorável* > *desfavoravelmente*]”. Essas são definições consensuais e tradicionais da literatura morfológica.

2 “Morfemas são as unidades de significação responsáveis pela formação das palavras.” (MESQUITA, 2014, p. 152)

Há, porém, morfemas, como, por exemplo, *log(o)* “palavra, razão, estudo”, que, embora sejam classificados tradicionalmente como radicais (segundo a gramática), são considerados também, pela oscilação posicional, confixos por funcionar ora à esquerda (*lógico, logomania, logaritmo*), ora à direita (*diálogo, psicólogo, biólogo*). Eis um dos motivos do *continuum* composição-derivação, já que, ao lado dos prototípicos, há constituintes de difícil classificação.

Ainda que no português brasileiro a afixação (derivação por afixos) e a composição – mecanismos essencialmente morfológicos – sejam os processos mais comuns de formação de palavras³, não são contudo exclusivos. Além dos princípios morfológicos, outros princípios, como os prosódicos, capitaneiam a criação lexical: são os chamados “processos marginais” (GONÇALVES, 2016b).

Os processos marginais são formações “malcomportadas” (JENSEN, 1991 apud GONÇALVES, 2006, p. 220) porque não seguem um princípio puramente morfológico, pautando-se também na prosódia, numa íntima relação entre morfologia e fonologia:

Princípio morfológico: *ilegal* (i + legal), *mandachuva* (manda + chuva)

Princípio morfofonológico: *apê* (apartamento), *Lu* (Luciana)

Com isso temos, de um lado, a morfologia concatenativa e, de outro, a não concatenativa.

A morfologia concatenativa é regular e linear. Tanto a composição quanto a derivação se realizam pelo encadeamento linear dos morfemas: $X + Y \rightarrow Z$. Concatenar é “[...] ligar(-se), juntar(-se) numa cadeia ou sequência lógica” (HOUAISS, 2009, s.v. *concatenar*). Radicais e afixos são ligados linearmente

3 Rio-Torto (1998, p. 23) e Araújo (2002, p. 79) confirmam isso, respectivamente, no português europeu e no português brasileiro.

uns aos outros, isto é, “[...] um formativo se inicia exatamente no ponto em que outro termina” (GONÇALVES, 2016, p. 67). O encadeamento pode ser:

- a) Encadeamento linear na composição: *ponta + pé* → *pontapé*; *guarda + roupa* → *guarda-roupa*; *gira + sol* → *girassol*; *passa + tempo* → *passatempo*.
- b) Encadeamento linear na derivação: *in + feliz* → *infeliz*; *feliz + mente* → *felizmente*

Nesses processos há ideais concatenativos (BYE; SVENONIUS, 2012, p. 429-430) que se baseiam predominantemente na morfologia, numa concepção tradicional de morfema, que prevê as seguintes características:

- a. Precedência: são linearmente ordenados (i.e., não sobrepostos);
- b. Contiguidade: são contíguos (i.e., não descontínuos);
- c. Aditividade: são adicionados (i.e., não subtraídos);
- d. Preservação: um morfema é preservado quando demais morfemas são adicionados a ele;
- e. Autonomia segmental: o conteúdo segmental de um morfema é livre de contexto (i.e., morfemas não deveriam ter seu conteúdo segmental determinado por uma entrada lexical ou por outro morfema);
- f. Disjunção: estão dissociados um do outro (i.e., não há haplogogia).

A morfologia não concatenativa, por sua vez, repensa esses conceitos, porque não se pauta apenas na morfologia, mas também na fonologia. Por isso, também pode ser chamada de “morfologia prosódica”. Nessa perspectiva, o processo formativo se torna irregular e não linear, e o encadeamento é substituído pela supressão de material segmental (*motocicleta* → *moto*), pela repetição parcial ou total de sílabas ou palavras (*pega-pega*, *titio*), pela

sobreposição ou fusão de segmentos (aranha + anzol → *aranzol*), entre outros. A não concatenatividade morfológica se manifesta em vários processos marginais⁴ de criação lexical, como os seguintes:

- a) cruzamento vocabular: sobreposição de palavras.
carnaval + natal → *carnatal*
monstro + menstruada → *monstruada*
- b) truncação: redução de uma palavra, sem alteração de significado.
cerveja → *cerva*
flagrante → *flagra*
- c) siglação: formação a partir de letras iniciais de palavras.
Faculdade de Engenharia Civil → *FEC* [fɛ.kɪ]
Banco Brasileiro de Descontos → *Bradesco*
- d) reduplicação: repetição de sílabas ou palavras.
mata-mata, pega-pega, blá-blá-blá.

Para visualizar a diferença entre as morfologias concatenativa e não concatenativa, tomemos os exemplos da composição (linear) e do cruzamento vocabular (não linear). Na composição, ainda que haja perda de segmentos – como os processos fonético-fonológicos da crase (água + ardente > *aguardente*), elisão (plano + alto > *planalto*) e haplologia (dedo + duro + -ar > *dedurar*) –, preservam-se os morfemas das formas de base. Na figura 1, trazemos o caso de *girassol* para ilustrar o fenômeno:

4 Para mais pormenores, cf., por exemplo, Gonçalves (2016b).

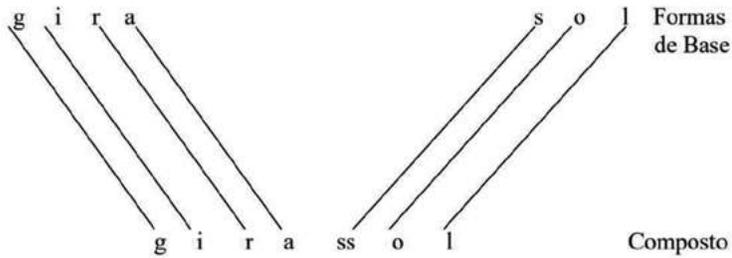


Figura 1. composição. Fonte: Martini (2010, p. 3)

No cruzamento vocabular, o encadeamento linear dá lugar à sobreposição, como vemos nos exemplos de *apartamento* e *namorido*:

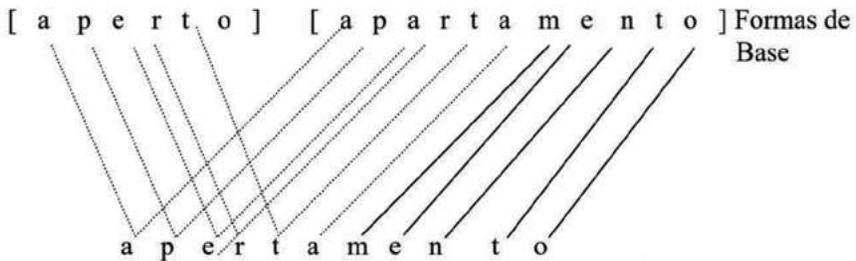


Figura 2. cruzamento vocabular. Fonte: Martini (2010, p. 3)

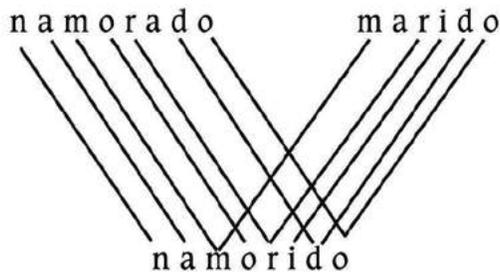


Figura 3. cruzamento vocabular. Fonte: Nóbrega (2015, p. 175)

Na composição e na derivação, afixos e radicais são dispostos sequencialmente, numa ordem linear dos constituintes; no cruzamento vocabular, os constituintes se sobrepõem, manifestando-se simultaneamente, e não sequencialmente, fazendo-se com que a correspondência entre base e produto aconteça de maneira vertical:

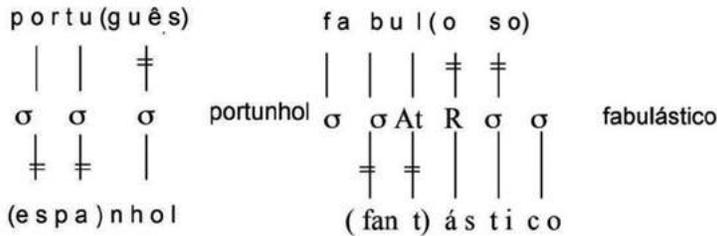


Figura 4. cruzamento vocabular. Fonte: Pereira (2016, p. 525-6)

Segundo Pereira (2016, p. 523-4), ainda que o cruzamento vocabular possa ser considerado um tipo de composição, são significativas as diferenças entre os dois processos de criação lexical:

- a) a composição permite a junção de mais do que duas bases, enquanto os produtos de cruzamento vocabular atestados resultam da junção de apenas duas bases;
- b) nos compostos, as bases são preenchidas por constituintes morfológicos (radicais ou palavras); no cruzamento vocabular, como o conteúdo segmental das bases não é integralmente preservado, não são reconhecíveis os constituintes morfológicos;
- c) a composição preserva a sequencialidade linear dos constituintes; no cruzamento vocabular há ruptura da sequencialidade linear por meio de sobreposição;
- d) na composição (morfofossintática) é preservada a estrutura prosódica de cada uma das bases, constituindo o composto um sintagma fonológico;

- o produto do cruzamento vocabular constitui uma única palavra fonológica, perdendo-se a estrutura prosódica dos seus componentes;
- e) a composição é regida por princípios morfológicos ou morfossintáticos; o cruzamento vocabular obedece a certas condições prosódicas, pelo que é um processo que se situa na interseção da morfologia com a fonologia/prosódia.

Feito esse preâmbulo sobre os processos tradicionais e marginais de formação de palavras (também chamada de lexemização⁵ ou criação lexical), vamos destacar três processos de formação de palavras pertencentes à morfologia não concatenativa: cruzamento vocabular, truncação e siglação.

2. Cruzamento vocabular

Quando discorremos sobre morfologia não concatenativa, diferenciando composição e cruzamento vocabular, já pudemos entendê-lo. Mas continuaremos a discussão a fim de esclarecer ainda mais o fenômeno. Antes disso, contudo, convém elencar as várias designações para o fenômeno, posto que há um verdadeiro rol de variantes denominativas relacionadas ao conceito: amálgama, amálgama de palavra, amálgama lexical, *blend*⁶, *blending*, *coinage*, combinação, contaminação, cruzamento, cruzamento de palavra, fusões vocabulares expressivas (FUVES), mescla lexical, mesclagem lexical, mistura, *mot-tiroir*⁷, *mot-valise*⁸, palavra-valise, palavra entrecruzada, palavra mesclada, palavra-síntese, *portmanteau*, entre outros.

5 Ato de criar um lexema (unidade lexical), de naturezas lexical ou gramatical.

6 Mistura (do ingl. *blend*)

7 Palavra-gaveta (do fr. *mot-tiroir*)

8 Tradução literal: palavra-maleta. Segundo Michaelis (2015, s.v. valise), valise (do fr. *valise*) é uma “maleta que se carrega na mão, com poucas peças de roupas e objetos pessoais, durante uma viagem.”.

Alguns autores (por exemplo, ANDRADE; RONDININI, 2016) discutem a relação entre cruzamento vocabular e composição, perguntando se cruzamento vocabular é um tipo peculiar de composição. É compreensível esse debate por conta do sentido do termo “compor”, isto é, formar. De fato, ele é formado de partes de outras palavras, denominadas “palavras-fonte” ou “palavras-matriz”. Semanticamente, portanto, não seria incoerente denominá-lo “composição”. Mas, nos estudos morfológicos, sim, pois o termo “composição” em Morfologia designa especificamente uma formação (ato de formar) em que o resultado preserva os radicais (morfemas lexicais) das palavras-fonte: “passatempo” (passar + tempo). Diferentemente do cruzamento vocabular, que não segue uma lógica morfológica, não respeita radical nem afixos ou desinências, sendo guiado apenas pela criatividade: “bestarel” (besta + bacharel), “sacolé” (saco + picolé).

O cruzamento vocabular é um processo de formação de palavras que consiste (substituindo o verbo “compor”) em sobrepor, amalgamar, fundir, misturar, mesclar ou cruzar partes de palavras numa só. O resultado, como diz Araújo (2000, p. 9), é aplicação de duas operações: (i) encurtamento das palavras-fonte, resultando em partes, e (ii) cruzamento delas. A forma *macarronese* é fruto de macarr(ão) e (mai)onese. Esses fragmentos de palavra que forma o cruzamento – (macarr) e (onese) – são chamados em morfologia *splinter* (do ingl. “lasca”, “estilhaço”), um elemento à parte, algo situado entre radicais e afixos, encontradiço em uma série de palavras sempre na mesma posição (à esquerda ou à direita): *macarronese*, *bacalhonese*, *ovonese* (GONÇALVES, 2016, p. 89). O *splinter* pode produzir um cruzamento vocabular ou uma recomposição, que deriva do truncamento: “Europa” (**eu**rodólar, **eu**rotúnel). Quando o *splinter* é de origem estrangeira, é chamado “xenoconstituente” (p. 87): ciber- (cibercrime, cibercafé, cibercultura), -tube (pornôTube, brasileiroTube, UFFTube), e- (e-vendas, e-professor, e-comunidade).

Valendo-se do termo *blend*, Minussi e Nóbrega (2014, p. 176) estabelecem três tipos de cruzamento vocabular: fonológico, morfológico e semântico:

- a) fonológico: quando há similaridades fonológicas entre os dois elementos constituintes, e esses elementos são formados por duas raízes, parte dos segmentos das palavras-fonte são sobrepostos ou apagados, resultando num cruzamento vocabular fonológico.

Exemplos:

matel: ma(to) + (mo)tel

apartamento: (aparta)mento + aperta(do)

roubodízio: roubo + (ro)dízio

namorido: namo(rado) + (ma)rido

- b) morfológico: truncamento ou redução de uma ou de ambas as palavras-fonte. Exemplos:

cariúcho: cari(oca) + (ga)úcho

portunhol: portu(guês) + (espa)nhol

- c) semântico: reanálise semântica de parte das palavras-fonte, substituindo segmento reanalisado por segmentos equivalentes ao de outra raiz com traços enciclopédicos opostos. Exemplos:

boadrasta: (ma)drasta

bebemorar: (come)morar

boacumba: (má)cumba

Notamos que a motivação para o cruzamento, muito vezes criativo, é o efeito risível (humor, ironia, sátira), apreendido discursivamente. A lógica de formação não é regular, morfológica; é marginal, destrutiva, não importando a perda de partes de uma ou das duas palavras-fonte.

3. Truncação

A truncação é a redução sofrida pela palavra com eliminação de segmentos ou sílabas, sem perda do valor semântico: *moto* (motocicleta), *cine* (cinema ou cinematografia), *pornô* (pornografia), *apê* (apartamento), *auto*

(automóvel), *cerva* (cerveja), *odonto* (odontologia), *facu* (faculdade), *Sampa* (São Paulo), *portuga* (português), *eletro* (eletrocardiograma), *Fla* (Flamengo), *Expô* (exposição). A truncação pode ser também contextual: “Elias falou rápida e emotivamente”. Também recebe outros nomes: abreviação vocabular, *clipping*, derivação truncada, truncamento, redução, encurtamento, braquissomia, braquilogia, braquigrafia.

Como observa Araújo (2002, p. 65), a forma plena e a forma reduzida “[...] devem ser semântica e pragmaticamente intercambiáveis, ou seja, uma forma pode ser substituída pela outra sem que haja perda de sentido”.

A redução na palavra nem sempre segue um princípio morfológico, como em *apê* (apartamento) e *cerva* (cerveja). Por conta disso, pautando-se também na prosódia, a truncação é considerada um processo “marginal” de formação de palavras.

Araújo (2002, p. 64-73) mostra que a tendência geral é a truncação de palavras com no mínimo três sílabas redundando em formas dissilábicas com sílaba final aberta e com acento na penúltima (*cerveja* → *cerva*; *flagrante* → *flagra*) ou na última sílaba (*bijuteria* → *biju*; *refrigerante* → *refri*). Menos comuns são as abreviações monossilábicas (*Flamengo* → *Fla*) e trissilábicas (*responsabilidade* → *responsa*; *delegado* → *delega*; *português* → *portuga*). Na monossilábica, a truncação se aproxima da hipocorização⁹. Mas é diferente dela porque a hipocorização encurta apenas antropônimos (*Juliana* > *Ju*), ao passo que a truncação abrevia qualquer palavra.

Martini (2010, p. 210-2) propõe a sistematização do fenômeno da truncação por meio de cinco padrões fundamentais:

- a) preservação apenas da sílaba mais à esquerda da forma de base: *bi* (bilhão), *Fla* (Flamengo), *Flu* (Fluminense);

9 Processo morfológico que forma hipocorístico, que consiste na alteração de antropônimos (prenome e sobrenome) com propósito afetivo. Exemplos: *Felipe* > *Lipe* ou *Lipinho*, *Isabel* > *Bebel*, *Roberto* > *Robertão*, *Paulo César* > *PC*.

- b) preservação do pé métrico principal da forma de base; o corte ocorre à esquerda da forma de base: *mor* (amor), *Mengo* (Flamengo), *Nense* (Fluminense);
- c) cópia integral das duas primeiras sílabas da palavra-matriz e acento paroxítono: *Bota* (Botafogo), *palha* (palhaço), *bisa* (bisavó), *café* (cafajeste), *carna* (carnaval);
- d) cópia integral das duas primeiras sílabas da palavra-matriz e acento oxítono: *belê* (beleza), *expô* (exposição), *motô* (motorista), *cupu* (cupuaçu), *refri* (refrigerante), *dirê* (diretora), *preju* (prejuízo);
- e) preservação de parte da palavra-matriz e acréscimo por sufixação de uma vogal *o/a* ou uma sílaba: *sarja* (sargento), *sanduba* (sanduíche), *trava* (travesti), *motoca* (motoqueiro), *vagaba* (vagabunda), *loto* (loteria), *boteco* (botequim), *reaça* (reacionário).

Para Duarte (2008, p. 112), a truncação está relacionada com o fenômeno da substantivação (ou conversão substantival), pois as unidades abreviadas podem, assim como os substantivos, ter flexão (*as teles, as múltis*) e dar origem a derivados (Floripa > floripeiros).

Além da substantivação, a truncação pode provocar a recomposição, formando, a partir da redução (televisão > tele), novas palavras: *telecurso* (tele + curso). Se a composição é a junção de radicais ou palavras, a recomposição é a junção de forma abreviada com palavras plenas. É, pois, o inverso da abreviação, sendo o resultado de duas operações¹⁰: (i) abreviação: *televisão* > *tele*; (ii) expansão: retorno à forma extensa, juntando-se com outra palavra: tele + curso > *telecurso*. Outros exemplos:

10 Duarte (2008, p. 108-9, grifo do autor) opõe dois processos: decomposição e recomposição: “Formas como *auto* e *foto*, em *autopista* e *fotolegenda*, são tratadas sob o nome de *recomposição*, que consta de dois estádios: a *decomposição*, pela qual uma forma vale por todo o vocábulo (ex.: *foto* em lugar de *fotografia*) e a *recomposição*, que implica a adição da forma decomposta a um lexema (ex.: *fotolegenda* e *fotonovela*)”.

- (i) (abreviação) fotografia > foto → (expansão) foto + novela > fotonovela
 (ii) homossexual > homo → (ii) homo + fobia > homofobia
 (iii) Europa > euro → (ii) euro + dólar > eurodólar

Nessa ligação por subparte, em que o formativo abreviado constitui uma porção independente e ressignificada da construção de que se origina, “compacta o significado do todo e leva essa acepção ‘zipada’ para novas formações” (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014, p. 180), conforme é possível observar na figura abaixo:

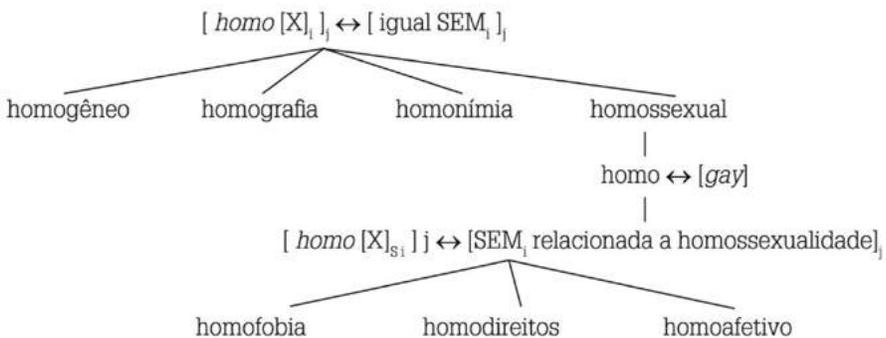


Figura 5. recomposição com *homo-*. Fonte: Gonçalves e Almeida (2014 p. 181)

Pelo exemplo acima, podemos ver que a raiz *homo-*, cujo sentido etimológico é “igual, semelhante”, como em *homonímia* e *homófono*, não é a mesma em *homofobia* e *homoafetivo*, pois nestes casos *homo-* equivale a (ou está por) *homossexual*, constituindo uma parte desse termo (*homo-* = *homossexual*). O mesmo ocorre com *tele-* (longe, ao longe, de longe), ressemantizado nas novas formações. Em *telecurso*, por exemplo, *tele-* equivale a “televisão”; em *televendas*, *tele-*, a “telefone”. Vejamos outros exemplos:

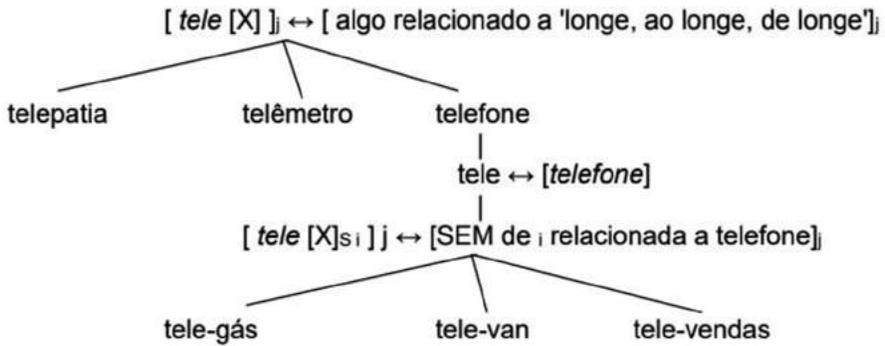
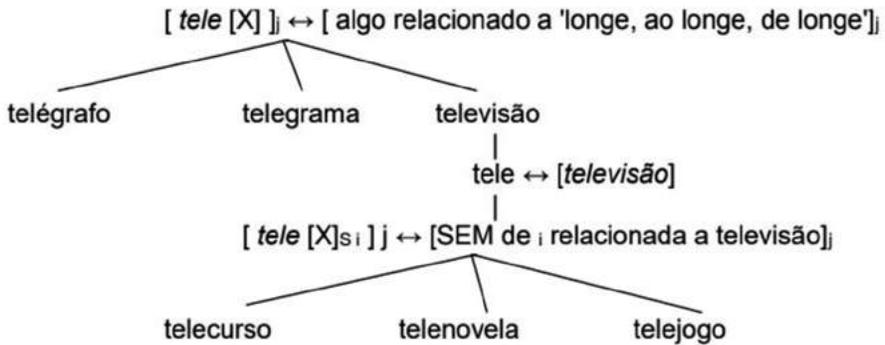


Figura 6. recomposição com *tele-*. Fonte: Pires (2018 p. 95)

Esses elementos neoclássicos ressemantizados que participam do processo de recomposição são chamados na literatura morfológica de “afixoides” (ou pseudoafixos)¹¹.

11 Segundo Gonçalves (2016a, p. 65), o termo “afixoide” pode apresentar três diferentes acepções: 1. forma truncada que remete à palavra original (bio- e agro-); 2. elemento que aparece em formações únicas - os *hápax* (-ebre em “casebre”); 3. elemento ressemantizado coexistente com outra palavra (contra- ou contra-ataque, mania de chocolate ou chocomania).

4. Siglação

A siglação reduz o nome sintagmático de uma organização ou instituição a um conjunto de letras ou sílabas iniciais, criando a sigla: ONU (Organização das Nações Unidas), Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista). Segundo Mesquita (2014, p. 181), a “[...] criação da sigla revela a necessidade de economia e agilidade da vida moderna”.

Abundam designações tanto para o processo quanto para o produto. Para denominar o processo, há vários nomes: siglagem, derivação siglada, acrografia, acronímia, acrossemia, braquigrafia. Para denominar o produto da siglação: sigla, siglema, acrônimo, acrossilabo, acrógrafo, acrograma, braquigrama, bigla, trigla, monograma, siglônimo, alfabetismo.

Para vários autores¹², a distinção entre sigla e acrônimo reside na forma como são pronunciadas as unidades reduzidas: sigla (*GNR* - Guarda Nacional Republicana; *ABNT* - Associação Brasileira de Normas Técnicas) tem pronúncia alfabética; acrônimo, pronúncia silábica, como se pronuncia uma palavra (*Unesp*, *USP*, *Ufir*). Para Gonçalves (2016a, p. 73), sigla é a combinação de letras que possibilita a pronúncia como uma palavra comum, seguindo os padrões fonotáticos: *UPA* (Unidade de Pronto Atendimento); e alfabetismo, as siglas produzidas de forma soletrada: *UPP* (Unidade de Polícia Pacificadora).

A sigla pode ser estrangeira (*CD*, *DJ*, *MP3*) ou vernácula (*SAC*, *USP*). Sendo unidade lexical, permite derivação e flexão: *unespiano* (UNESP), *radares* (RADAR), *petista* (PT).

A ironia está também presente na chamada sigla reversa (GONÇALVES, 2016a, p. 74), quando, a partir de uma sigla já existente, há uma reinterpretação risível: *MMA* (de “Mixed Martial Arts¹³” para “Monte de Machos se Agarrando”), *FIAT* (de “Fábrica Italiana Automobilística de

12 Rodrigues (2016, p. 126), Araújo (2015, p. 141), Santiago (2007, p. 74), Hartmann e James (2001, s.v. *abbreviation*).

13 Em português, Artes Marciais Mistas.

Turim” para “Fui Inganado, Agora é Tarde”), *SUS* (de “Sistema único de Saúde” para “Sistema Único de Sacanagem”).

Considerações finais

Nos processos de formação de palavras, o léxico se expande pela morfologia concatenativa e pela não concatenativa. Neste texto, nossa proposta foi mostrar a diferença entre esses dois processos: um baseado nos princípios morfológicos (morfologia concatenativa), e o outro, nos princípios prosódicos (morfologia não concatenativa).

Entender esses processos morfofonológicos, ilustrados aqui pelo cruzamento vocabular, pela truncação e pela siglação, nos leva a repensar o conceito tradicional de morfema, normalmente definido como a menor unidade linguística portadora de significação. Em virtude do dinamismo existente entre os níveis da linguagem, como pudemos perceber ao longo deste texto, há elementos que não se enquadram nas condições de morfema, sendo destituídos de sentido, não recorrentes e de difícil identificação na estrutura da palavra. No cruzamento *portunhol* (português + espanhol), por exemplo, *nhol* não tem sentido lexical e não é um constituinte recorrente em outras formações, sendo usado apenas nesse cruzamento.

Por isso, chegamos à conclusão de que qualquer elemento que participa da e na construção da palavra pode constituir um morfema.

Referências

ANDRADE, Katia Emmerick; RONDININI, Roberto Botelho. Cruzamento vocabular: um subtipo da composição? **Delta** (Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada), 32.4, p. 861-887, 2016.

ARAÚJO, Gabriel Antunes. Morfologia não-concatenativa em português: os portmanteaux. **Caderno Estudos Linguísticos**, n. 39, p. 5-21, 2000.

_____. Truncamento e reduplicação no Português Brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 61-90, 2002.

ARAÚJO, Mariângela de. Composição sintagmática, por siglas e acrônimos. In: RODRIGUES, Ângela; ALVES, Ieda Maria. **A construção morfológica da palavra**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 123-142.

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BYE, Patrik; SVENONIUS, Peter. Non-concatenative morphology as epiphenomenon. In: TROMMER, J. (ed.). **The Morphology and Phonology of Exponence**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 427-495.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. Fronteiras lexicais: sugestão para uma delimitação dos prefixóides em português. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 42, p. 101-117, set./dez. 2008.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. **Gragoatá**, Niterói, n. 21, p. 219-241, 2. sem. 2006.

_____. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016a.

_____. **Processos 'Marginais' de formação de palavras**. Campinas: Pontes, 2016b.

_____. **Morfologia**. São Paulo: Parábola, 2019.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio; ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. **Alfa**, São Paulo, 58 (1), p. 165-193, 2014.

HARTMANN, R. R. K.; JAMES, Gregory. **Dictionary of Lexicography**. London/New York: Routledge, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa** [DEHLP]. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARTINI, Lirian Daniela. **Morfologia prosódica do português brasileiro**. 2010. 263 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da língua portuguesa**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015a. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/>

MINUSSI, Rafael Dias; NÓBREGA, Vitor Augusto. A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática. **Veredas** (UFJF), v.18, n. 1, p. 161-184, 2014.

NÓBREGA, Vitor Augusto; MINUSSI, Rafael Dias. O tratamento da morfologia não concatenativa pela morfologia distribuída: o caso dos *blends* fonológicos. **Revista Letras**, Curitiba, n. 91 p. 158-177, jan./jun. 2015.

PEREIRA, M. Isabel. P. Processos de construção não concatenativa. In: RIO-TORTO, Graça et al. **Gramática derivacional do português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 521-553.

PIRES, José Augusto de Oliveira. **Uma abordagem construcional dos *splinters* não nativos no português do Brasil**. 2018. 188 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIO-TORTO, Graça. Mecanismos de produção lexical no português europeu. **Alfa**, 42 (n.º especial), p. 15-32, 1998.

RODRIGUES, Alexandra Soares. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: RIO-TORTO, Graça et al. **Gramática derivacional do português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 35-133.

SANTIAGO, Márcio Sales. **Redes de palavras-chave para artigos de divulgação científica da medicina: uma proposta à luz da Terminologia**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007.

“*Mas* quem ia carregar uma nota fiscal?”: uma investigação da função modal de *mas* em língua portuguesa

“*Mas* quem ia carregar uma nota fiscal?”: an investigation on the modal function of *mas* in portuguese

Marceli Cherchiglia Aquino*

Ana Laura Macruz Cinto**

Tamires Arnal Kahil***

RESUMO

Com o presente trabalho propomos uma investigação inicial acerca da categorização de *mas* como partícula modal (PM), adequando a sua classificação nas gramáticas do português brasileiro. Nosso principal objetivo foi, portanto, levantar hipóteses sobre a função modal da PM *mas*, identificando quais pressupostos são ativados por meio de seu uso, diferenciando-a de seu homônimo, a conjunção adversativa. Para auxiliar o estabelecimento de uma classe de palavras modais em português, partimos de uma investigação contrastiva com a língua alemã, que possui uma categorização homogênea das PMs. Como suporte a esse estudo, adotamos contextos de uso autênticos apoiados em tirinhas em língua portuguesa e alemã, contendo a PM *mas*, a conjunção *mas* e a PM alemã *aber*. Tal investigação permitiu delimitar a função

Recebido em 15 de maio de 2020.

Aceito em 9 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.414>

*Universidade de São Paulo, marceli.c.aquino@gmail.com, orcid.org/0000-0003-0518-7639

**Universidade de São Paulo, ana.cinto@usp.br, orcid.org/0000-0003-2034-6191

***Universidade de São Paulo, kahiltamires@gmail.com, orcid.org/0000-0001-7426-1375

modal da partícula *mas*, evidenciando a importância de estudos inclusivos para a identificação de uma classe de palavras modais no português brasileiro.

Palavras-chaves: palavras modais em língua portuguesa; a partícula modal *mas*; análises contrastivas.

ABSTRACT

In this work, a preliminary investigation regarding the classification of *mas* (but) as a modal particle (MP) in Brazilian Portuguese is presented. Our main purpose is to pose hypotheses concerning the modal function of the MP *mas*, aiming to identify the semantic and pragmatic differences of this modal word from its non-modal homonym, the adversative conjunction. To support our study, we performed a contrastive investigation with German, where MPs have a homogenous categorization. In particular, we adopted authentic contexts of usage provided by comics in Brazilian Portuguese and German containing the MP *mas*, the conjunction *mas* and the German MP *aber*. This investigation allowed us to narrow down the modal function of the particle *mas*, emphasizing the importance of inclusive studies in order to identify a class of modal words in Brazilian Portuguese.

Keywords: modal words in Portuguese; *mas* as modal particle; contrastive analysis.

Introdução

A Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962/1990) emergiu como reação à semântica das condições de verdade (*truth-conditional semantics*), que postulava que uma frase, ou segmento linguístico, seria significativo apenas se pudesse ser avaliado em termos de verdade ou falsidade. Para Austin, o uso da linguagem verbal não descreve somente a realidade, produzindo assertivas verdadeiras ou falsas, mas também tem a capacidade de alterá-la e, até mesmo, criar novas realidades. Segundo essa vertente, os segmentos linguísticos podem estabelecer duas categorias de entidades linguísticas, a frase e o enunciado. As frases seriam puramente constatativas, tendo relação com as condições de verdade (veracidade ou falsidade dos estados de coisas descritos), enquanto os enunciados seriam performativos, que implicam as condições de felicidade (a realização de uma determinada ação) (AQUINO, 2016, p. 35).

Assim, a análise da linguagem nessa nova vertente tem como evidência as condições de felicidade de um ato de fala, uma investigação a partir das escolhas adequadas dentro de determinados contextos de uso. A modalidade se encaixa nesta perspectiva, no sentido que, os enunciados devem ser considerados dentro das circunstâncias e da função comunicativa de sua produção. Segundo Palmer (1986, p. 16), a modalidade pode ser definida como a “gramaticalização das atitudes e opiniões do falante”. Desta maneira, ela deve ser examinada do ponto de vista da pragmática linguística tendo em vista a situação e a função da enunciação (AQUINO, 2016, p. 36).

Ao utilizar formas modais, como é o caso das partículas modais (PMs), o falante participa da enunciação, indicando o seu engajamento com o que é expressado, isto é, ela qualifica o seu comprometimento sobre a proposição. Para Leiss (2012, p. 41), a modalidade pode ser compreendida como meio linguístico que auxilia na negociação de uma representação mental. A autora afirma ainda que as PMs constituem as funções mais complexas da modalidade, já que com o seu uso o falante é envolvido em um design intrincado de negociação dos diferentes ambientes cognitivos.¹ Assim, ao utilizar uma PM o falante enfrenta o desafio de encontrar a informação mutuamente manifestada² e convida o ouvinte a compartilhar um conhecimento. Segundo Polenz (1985, p. 195), “os componentes modais e pragmáticos são imprescindíveis para o entendimento do texto enquanto ato comunicativo, e para questionamentos durante a leitura nas suas entrelinhas”.

1 Sperber e Wilson (2005, p. 250) definem contexto como conjunto de premissas usadas na interpretação de um enunciado. Neste sentido, o contexto seria um construto psicológico, um subconjunto das suposições do ouvinte acerca do mundo. Este conjunto de suposições do processo comunicativo constituem o ambiente cognitivo.

2 Para a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2005), a *manifestação mútua* concretiza-se através de um comportamento ostensivo-inferencial entre interlocutores, onde o falante apresenta uma intenção comunicativa (algo a ser comunicado) e uma informativa (o conteúdo a ser comunicado). Para que o processo de comunicação aconteça, o ouvinte precisa ter explicitamente manifesto no seu ambiente cognitivo a intenção comunicativa do ouvinte, a fim de interpretar a respectiva intenção informativa.

As PMs são, portanto, marcadores de funções pertencentes aos domínios da coesão comunicativa e interpessoal (relação ouvinte-falante), por isso o contexto comunicativo em que elas aparecem é tão relevante para seu entendimento (AQUINO, ARANTES, 2020, p. 168). Ao utilizar uma PM, torna-se possível negociar inferências entre os interlocutores, tais como reconhecer a atitude e intenção do falante e as expectativas do ouvinte. Nesse sentido, a necessidade de funções modais nas línguas pode ser postulada pela simples suposição sobre a natureza da comunicação humana (WALTEREIT, 2001: 1399-1400), isto é, a necessidade de meios linguísticos para acessar informações contextuais e compreensão de implicaturas.

A classe de palavras das PMs foi intensamente investigada nas línguas germânicas, mas a existência desses elementos lexicais parece não ser exclusiva do idioma alemão, sendo encontrada também, mesmo contrariando alguns autores alemães, em língua portuguesa (SAID ALI, 1930; KRÖLL, 1968; SCHMIDT-RADEFELT, 1993; WELKER, 1990; FRANCO, 1991; JOHNEN, 1997; RAMOS, 2000; VILELA; KOCH, 2001; TRAUGOTT, 2007; WALTEREIT, 2007; AQUINO, 2012; 2016; 2018; 2020; DIEWALD, 2013; FISCHER; ALM, 2013; ARANTES, 2017; AQUINO, ARANTES, 2020). Esses teóricos assumem a existência de PMs nas línguas como o catalão, croata, francês, inglês e português, abrindo espaço para abordagens inclusivas e análises situadas em contextos de usos. Essas abordagens certamente apresentam tendências importantes e têm sido destaque na literatura, sobretudo porque propõem uma nova classificação desses elementos modalizadores em outras línguas além do alemão (AQUINO, ARANTES, 2020, p. 180).

Nesse artigo, temos a intenção de analisar a função modal da PM *mas*, a fim de refletir acerca da necessidade de uma classificação adequada das PMs no português brasileiro. Para tanto, desenvolvemos uma investigação em um corpus de seis tirinhas, quatro em língua portuguesa (Armandinho, Alexandre Beck) e duas em língua alemã para a análise contrastiva com a PM *aber* (Haiopeis, Thomas Siemens). A fim de delimitar a função modal de *mas*, realizamos uma análise contrastiva com o seu homônimo não modal

(conjunção adversativa) e, com a PM *aber*, identificando o seu equivalente funcional em língua alemã (AQUINO, ARANTES, 2020, p. 180-182). Vale ressaltar que essa proposta é muito relevante para os estudos linguísticos em língua portuguesa, sobretudo porque as PMs são estratégias comunicativas frequentes na linguagem oral e escrita, mas que ainda não possuem uma classificação adequada nas gramáticas normativas da língua.

Nas próximas seções procuramos estabelecer uma base teórica para a nossa investigação e, posteriormente, apresentamos a análise da PM *mas* por meio de exemplos retirados de tirinhas em português e alemão. Finalmente, realizaremos uma discussão acerca da função modal nuclear da PM *mas* e da necessidade de uma adequação de classificação das palavras modais em português brasileiro.

1. Arcabouço teórico

As PMs em língua alemã³ formam uma classe de palavras homogeneamente definida, sendo classificadas como: não flexionáveis; não acentuáveis; não negáveis; não respondem perguntas (sim e não); são combináveis com outras PMs; não formam um enunciado sozinhas; apresentam função nuclear; estão sintaticamente e gramaticalmente integradas na sentença; posicionadas no campo central da oração (*Mittelfeld*); ocorrem em tipos específicos de sentenças; têm escopo sobre toda a sentença; ocorrentes em linguagem falada e escrita; apresentam homônimos não modais em outras categorias; têm sentido inferencial (AQUINO, 2020, p. 139). Além disso, as PMs atribuem o máximo de informação com menor esforço cognitivo; especificam a relação entre falante e ouvinte (AQUINO, 2018, p. 269); referem-se a um acontecimento anterior que pode ser recuperado contextualmente (DIEWALD, 2006, p. 406); indicam significados afetivos (DEGAND; CORNILLIE;

3 As 15 PMs mais frequentes : *aber, auch, bloß, denn, doch, eben, eigentlich, etwa, halt, ja, mal, nur, schon, vielleicht, wohl* (DUDEN, 2016, p. 602).

PIETRANDREA, 2013: 14-15). Diewald (2013, p. 22) afirma ainda que as PMs são modos de introduzir implicações, suposições e alusão de maneira implícita, e que este potencial é a razão de sua riqueza comunicativa.

Na perspectiva da Teoria da Mente (ToM), a habilidade linguística das PMs de identificar as informações contextualizadas e acessar o ambiente cognitivo entre os interlocutores é chamada de *deslocamento duplo* (ABRAHAM; LEISS, 2012, p. 11). De acordo com os postulados dessa teoria, os falantes abrem espaço para que os ouvintes avaliem o sucesso da enunciação, negociando significados e produzindo sentidos. Logo, as partículas são meios retóricos para comunicar uma mensagem eficiente e concreta entre os indivíduos envolvidos no processo interpretativo. Portanto, as PMs se destacam por serem elementos complexos com um status ilocutório único, com um grande impacto gramatical e discursivo.

Mesmo com definições bem delineadas acerca das funções comunicativas e da classe de palavras desses elementos em língua alemã, a sua identificação ainda é desafiadora. Essa dificuldade advém, pelo menos em parte, da existência de homônimos não modais como advérbios, adjuntos, partículas escalares e adversativas e interjeições (ABRAHAM 1991, p. 252). Da mesma maneira que em alemão, as PMs em língua portuguesa apresentam características distintas de seu homônimo, possuindo aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos próprios. Segundo Abraham (1991), as PMs derivam diacronicamente de elementos lexicais através da perda de complexidade semântica, mas ganho de complexidade pragmática. Como vamos argumentar com os resultados da análise (seção 4), defendemos que, mesmo com uma estrutura sintática diferente do alemão (como a posição de ocorrência na oração), o português brasileiro possui palavras modais com categorias delimitadoras semelhantes, justificando a adequação de sua classificação gramatical.

Segundo Vilela (1999, p. 263), há no português “partículas modais típicas”, as quais se referem ao conteúdo frásico total, “transportando um juízo de valor por parte do enunciador” ou se limitando a certas sequências importantes da frase. Para o autor, *mas* é um candidato a integrar essa

categoria, exprimindo “espanto”, “surpresa”. Nesse caso, vamos além da sugestão de Vilela (1999) para compreender a função de *mas* que não está restrita à expressão de surpresa ou espanto, mas também para antecipar um conteúdo proposicional que os interlocutores compartilham.

Aquino e Arantes (2020, p. 181) apresentam um exemplo de uso da PM *mas* através da seguinte situação: alguém veste um casaco sujo para sair de casa e, à porta, o seu interlocutor diz: “mas o seu casaco está todo sujo!”. O locutor não apenas expressa surpresa com o fato de o ouvinte intencionar sair com o casaco sujo, como também ressalta que essa informação é compartilhada entre eles: você sabe que o casaco está sujo e, mesmo assim, está querendo sair com ele. O fato de o casaco estar sujo é conhecido, no entanto, com o uso da PM é possível trazer pistas contextuais, como por exemplo: o casaco está muito mais sujo do que os interlocutores poderiam imaginar/lembrar, e quando estão prestes a sair de casa, percebem que é necessário trocar a peça (AQUINO, ARANTES, 2020, p. 181). Para a interpretação do conteúdo enunciativo como PM é essencial, portanto, a análise da função nuclear, assim como do contexto e das intenções comunicativas entre interlocutores (AQUINO 2017: 174).

Ainda segundo Aquino e Arantes (2020, p. 182), assim como a PM *mas*, a PM alemã *aber* também indica uma quebra de expectativa ou surpresa. Hentschel e Weydt (2013, p. 289) apresentam uma análise comparativa entre a PM e a conjunção *aber*, na qual a conjunção tem a função de ligar dois elementos x e y, de x pode variar uma sequência z que não é verdade, como “Ellen ist klein, *aber* stark”,⁴ isto é, pelo seu tamanho (x) imagina-se que ela não teria força (z), mas não é verdade, ela é forte (y). A PM *aber* não apresenta a função de ligar elementos da frase, mas tem escopo na oração toda, como é possível observar no exemplo “Das Wasser ist *aber* warm!”.⁵ Uma análise contextual poderia indicar que o falante não esperava que a água estivesse tão quente. A PM *aber* indica uma surpresa com relação não

4 Hellen é pequena, mas forte.

5 *Mas* que água quente!

apenas ao fato de a água estar quente, já que isso poderia ser esperado, por exemplo, no caso de ligar um chuveiro, mas a quão aquecida ela se encontra (AQUINO, 2020, p. 141).

No presente estudo propomo-nos a investigar, em contextos de uso, o significado e intenção comunicativa da PM *mas* em língua portuguesa, assumindo uma abordagem minimalista, isto é, considerando que cada PM tem uma função nuclear que modifica a sentença, expressando diferentes graus de intensidade ao conteúdo enunciativo como um todo. Alguns estudos (FRANCO, 1991; SCHMIDT-RADEFELDT, 1993; VILELA; KOCH, 2001) reconhecem que *mas*, dependendo do uso contextualizado, pode apresentar um caráter modal em português, diferenciando-se de seu homônimo (conjunção adversativa). No entanto, não encontramos essa classificação em gramáticas normativas do português, o que indica a necessidade de uma discussão teórica que confronte as descrições encontradas até o momento. É preciso, portanto, investir em um quadro de descrição pragmática das línguas falada e escrita, para que se reconheça as PMs no português brasileiro. A seguir apresentamos a investigação da função modal da PM *mas* em um corpus de tirinhas, contrastando as suas características semânticas e sintáticas com o seu homônimo não modal e o equivalente funcional em língua alemã.

2. Materiais e métodos

Considerando que este artigo investiga as PMs, que são meios retóricos complexos com um status ilocutório único, foi essencial selecionar um corpus de trabalho que oferecesse contextos de uso de linguagem autêntica, no sentido de investigar a sua função comunicativa. Para tanto, optamos por trabalhar com tirinhas do Armandinho, para representação de *mas* em língua portuguesa (Alexandre Beck) e *Haiopeis* para a análise contrastiva com a PM *aber* em língua alemã (Thomas Siemensen). Alguns dos quesitos orientadores para a escolha das tirinhas do Armandinho foram: ser um gênero textual com linguagem acessível; a sua grande circulação e crescente popularidade

nos veículos de informação; oferecer um contexto visual e linguístico para a interpretação das PMs; as críticas sociais.

Assim, além da linguagem, as tirinhas do Armandinho foram selecionadas por serem espaços para manifestação de crítica social, carregadas de ironia e humor, para provocar efeitos de sentido. Marcuschi (2008, p. 149) afirma que o trabalho com gêneros engloba a análise do texto e do discurso para realizar uma descrição da língua e da sociedade. O gênero, portanto, não pode ser tratado independentemente da realidade social e das atividades humanas.

O gênero textual das tirinhas se caracteriza por ser um texto curto, de estrutura em formato retangular, vertical ou horizontal, com um ou mais quadrinhos contendo diálogos curtos, com personagens icônicos, e desfecho imprevisto (LOPES, 2017, p. 33). De acordo com Santos (2002), tirinhas são definidas como uma forma de comunicação visual que se soma a elementos verbais para compor uma narrativa. A linguagem verbal e não verbal das tirinhas, composta por símbolos, imagens, expressões e personagens, oferece, portanto, uma rica conjuntura para interação entre os interlocutores, que também envolve os leitores e, contextos para a compreensão e interpretação das PMs.

A análise foi desenvolvida com foco em três parâmetros: a investigação das implicaturas da PM dentro de contextos de uso específicos, ou seja, por meio dos estímulos linguísticos e visuais das histórias das tirinhas; a delimitação da função nuclear da PM *mas*, tendo em vista os exemplos contextualizados; a discussão acerca das diferenças semânticas e sintáticas da PM e da conjunção adversativa *mas*; uma análise contrastiva do equivalente funcional de *mas* modal em língua alemã, a PM *aber*, estabelecendo uma base de contraste com um idioma que possui uma classe gramatical de palavras modais definida. Tal investigação nos permitirá recuperar as estratégias comunicativas da PM *mas*, evidenciando a relevância da delimitação de uma classe de palavras modais no português brasileiro.

A metodologia se servirá, portanto, da análise de seis tirinhas, quatro em português e duas em alemão, que apresentam *mas* com função modal, como conjunção adversativa e, estabelecendo uma relação com a

classe de palavras de PMs em língua alemã, com o exemplo de *aber* modal e homônimo. Com essa investigação contrastiva temos a intenção principal de reforçar a importância de estudos inclusivos para palavras modalizadoras em nosso repertório linguístico.

3. Análise

Nesta seção apresentaremos as análises da função de *mas* como PM e conjunção adversativa (homônimo não modal) e, no intuito de estabelecer relações de equivalente funcional com um idioma que possui uma classe de palavras de PMs estabelecida, realizaremos uma investigação contrastiva com a PM *aber* de língua alemã. Tais análises são realizadas por meio de um corpus composto por seis tirinhas, divididos em duas subseções, cada uma com três insumos referentes ao uso de *mas* PM, *mas* homônimo e a PM *aber* em alemão.

As investigações desenvolvidas nessa seção procuram estabelecer uma relação contrastiva da função modal de *mas*, no sentido de levantar hipóteses acerca de seu uso dentro de contextos específicos, assim como questionar acerca da necessidade de uma adequação de classificação nas gramáticas de língua portuguesa. Os resultados levantados neste estudo são introdutórios, no entanto, abrem espaço para a discussão da relevância desses elementos modais para a comunicação em língua portuguesa.

3.1. Análise 1

Apresentamos nesta subseção a investigação acerca da função modal de *mas*, por meio da análise contrastiva com um corpus de três tirinhas, dois em língua portuguesa (imagem 1 e 2) com a ocorrência de *mas* (PM e conjunção) e um em língua alemã, contendo a PM *aber* (imagem 3).

A primeira tirinha (imagem 1) discute o racismo em uma abordagem policial, na qual o oficial, ao pedir a nota fiscal, questiona se as bicicletas

pertenciam às duas crianças. A denúncia ao racismo é evidenciada pelo autor através da diferente reação dos dois personagens. Armandinho, o menino de pele branca, se mostra surpreso e indignado, enquanto a menina de pele negra, aparentemente acostumada com a situação, entrega a nota fiscal, não demonstrando a mesma indignação de Armandinho, mas talvez apenas tristeza, como podemos averiguar a seguir:



Imagem 1. Tirinha com o uso de *mas* como PM

Fonte: Beck (2020)⁶

A surpresa e indignação de Armandinho pode ser reconhecida pela linguagem verbal e não-verbal: com a expressão gestual (braços para trás, olhos estalados e boca aberta); com o uso de *mas* no início da oração, “*Mas* quem ia carregar uma nota fiscal?”. Nesse sentido, *mas* é o elemento linguístico que desempenha a função de indicar o efeito de surpresa em relação a um determinado ato ilocutório. Segundo Aquino e Arantes (2020, p. 181), o uso modal de *mas* não se limita apenas à expressão de espanto com o que está sendo enunciado, mas serve também para antecipar um conteúdo proposicional que os interlocutores compartilham ou acreditam compartilhar. Logo, ao utilizar a PM *mas*, o falante negocia inferências entre interlocutores que seriam, nesse caso, além dos personagens da tirinha, o próprio leitor.

6 Disponível em: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho/>

No exemplo dessa tirinha, o falante expressa, portanto, a sua surpresa em decorrência do pedido incomum do policial, no entanto, ele também ressalta que tal sentimento deveria ser compartilhado por todos, ou seja, todos sabem ou deveriam saber que a fala do oficial é incoerente, pois ninguém carrega notas fiscais dos produtos que compraram. O comportamento do policial parece, de fato, surpreendente e contraditório, especialmente para uma criança branca, mas a compreensão da mensagem da tirinha depende do reconhecimento do racismo por parte do leitor, que é evidenciado pelo uso da PM *mas*.

Nesse sentido, a PM *mas*, além de ter a função de indicar uma quebra de expectativa, traz pistas contextuais que auxiliam o leitor a interpretar a ironia da mensagem, isto é, a situação deveria surpreender, mas infelizmente não é o que acontece na história. Assim, para interpretar o conteúdo enunciativo do texto, é preciso reconhecer a intenção comunicativa do falante através da função comunicativa da PM *mas*, que se difere em diversos aspectos de seu homônimo não modal, como podemos observar por meio da análise da segunda tirinha (imagem 2).

A tirinha apresentada abaixo, com diálogo entre os personagens Pudim e Armandinho, faz referência às discussões acerca do isolamento social, causado pela pandemia de Covid-19, que fez com que muitas pessoas deixassem seus postos de trabalho e ficassem em casa, para conter a disseminação do vírus e achatar a curva de contaminação da população, visando evitar o colapso dos sistemas de saúde:



Imagem 2. Tirinha com o uso de *mas* como conjunção adversativa

Fonte: Beck (2020)

No primeiro quadrinho, Pudim, apoiado na justificativa que a sua casa está um caos, afirma que as pessoas precisam voltar a trabalhar, se referindo, como consta no último quadrinho, aos funcionários que realizam tarefas domésticas. Armandinho apresenta, então, um argumento para contestar a opinião do amigo, e para isso, utiliza a conjunção adversativa *mas*. Na oração do segundo quadrinho, *mas* tem a função de ligar duas informações contrastantes, isto é, os dois argumentos acerca do isolamento social: voltar a trabalhar e a importância do isolamento. Na oração “Entendo, mas é necessário”, *mas* liga, portanto, dois itens lexicais, *entendo* (eu entendo o seu ponto de vista) e *necessário* (no entanto, o isolamento é necessário), tendo, assim, a função de indicar um contraste entre os elementos e informações da oração.

Consequentemente, podemos evidenciar que as funções de *mas* modal e conjunção apresentam uma diferença delimitadora essencial. Enquanto a PM *mas* não tem ligação com nenhum item lexical específico, ou seja, tem escopo na frase toda, a conjunção tem a função principal de ligar itens lexicais ou sentenças contrastantes. A compreensão da PM *mas* na primeira tirinha (imagem 1) depende, portanto, de uma investigação contextual que vai além do conteúdo da oração, possibilitando reconhecer a atitude e intenção do falante e as expectativas do ouvinte, que no caso do primeiro exemplo, representa uma quebra dessa expectativa, culminando na reação de surpresa do personagem.

Assim, as PMs não são elementos de ligação, como é o caso das conjunções, mas sim meios retóricos complexos essenciais para a negociação de sentidos entre os interlocutores. Segundo Diewald (2013, p. 22), as PMs introduzem implicações, suposições e alusões de maneira implícita, e a riqueza de suas funções comunicativas e retóricas advém desse potencial. Além disso, outro indicador pode estar atrelado à posição dos elementos na oração, isto é, a PM *mas* ocorre no início da frase e não é separada por vírgulas, já *mas* como conjunção é posicionada entre as orações contrastantes e é separada por vírgula, obedecendo a regra gramatical para o uso de conjunções (CASTILHO, 2016, p. 337 – 338).

A partir da consideração desses exemplos podemos, portanto, evidenciar diferenças relevantes entre os usos de *mas* modal e não modal, levantando hipóteses acerca da necessidade de uma adequação gramatical desses elementos em duas classes de palavras distintas. Nesse sentido, uma relação semelhante entre homônimos pode ser observada na classificação das PMs alemãs, o que corrobora com o pressuposto de existência das PMs também no português.

No sentido de investigar os equivalentes funcionais da PM *mas* em português, apresentamos a seguir uma breve análise da PM *aber*, que será exemplificada com base na tirinha Haiopeis do autor Thomas Siemensen:



Imagem 3. Tirinha com o uso de *aber* como PM

Fonte: Siemensen (2016)⁷

7 Disponível em <https://www.siemensen-cartoons.de/blog/>

Na situação apresentada na imagem 3, o garçom entrega o prato ao cliente, que se surpreende ao ver a pouca quantidade de comida. Tal surpresa, ou até indignação, pode ser evidenciada pela observação da imagem, ou seja, seus olhos arregalados e postura inclinada, assim como pelos aspectos linguísticos na oração, “Oh, das ist *aber* wenig!” (“Oh, *mas* isso é muito pouco!”). Nesse contexto, o emprego de *aber* indica uma surpresa e quebra de expectativa do locutor, como na primeira tirinha apresentada neste trabalho (imagem 1).

Em ambos os casos, as partículas possibilitam que o falante acentue a intenção contida em seu enunciado, estabelecendo estratégias comunicativas, negociando o significado com o interlocutor. Assim, tanto a PM *mas*, como a PM *aber*, apresentam a função de indicar o efeito de surpresa ou quebra de expectativa com relação a um determinado ato ilocutório, antecipando um conteúdo proposicional que os interlocutores compartilham, ou acreditam compartilhar. Na primeira tirinha, a PM *mas* oferece pistas contextuais que auxiliam a interpretação da reação à fala incoerente do policial. Já a PM *aber* indica uma quebra de expectativa com relação à quantidade de comida que, segundo a percepção de um tubarão esfomeado, deveria ser muito maior.

De acordo com as características delimitadoras apontadas por Aquino (2020, p. 141), as PMs alemãs desempenham funções nucleares na comunicação, que ocorrem em todos os seus contextos de uso. A PM *aber* tem a função de indicar que a realidade é diferente da esperada. A quebra de expectativa está relacionada à extensão dos fatos (HENTSCHEL; WEYDT, 2013, p. 286), ou seja, no exemplo apresentado acima, a surpresa está vinculada ao fato não apenas do prato conter pouca comida, mas também que a quantidade é muito menor do que seria o esperado. Além disso, as PMs apresentam uma restrição de posicionamento, aparecendo apenas no campo central (*Mittelfeld*) da oração (entre rema e tema), característica que a diferencia de seu homônimo, também conjunção, como foi discutido anteriormente no arcabouço teórico.

Defendemos, portanto, que tanto a PM *mas*, como a PM *aber*, apresentam características delimitadoras semelhantes. No que tange a sua função comunicativa, ambas indicam uma quebra de expectativa e

antecipam um conteúdo proposicional que os interlocutores compartilham. Com relação às questões estruturais, nas duas línguas as conjunções são separadas por vírgula e ligam elementos da oração, enquanto as PMs não são separadas por vírgula, ocorrem ou no início (*mas*), ou na posição central (*aber*) e tem escopo na oração toda.

Para melhor estabelecer as relações contrastivas e validar as hipóteses levantadas acerca da relação entre *mas* modal e conjunção, e entre os equivalentes funcionais em alemão, apresentamos na próxima seção a análise de outras três tirinhas em língua portuguesa e alemã.

3.2. Análise 2

Na segunda subseção apresentamos três tirinhas para análise contrastiva com a língua alemã, com as ocorrências de *mas* modal (imagem 4), *mas* como conjunção (imagem 5) e da PM *aber* (imagem 6).

A tirinha abaixo (imagem 4) retrata uma cerimônia de casamento, com o pronunciamento oficial da união matrimonial entre duas pessoas, um homem e uma mulher. O terceiro quadrinho contém o foco do humor crítico da tirinha, no qual o personagem Armandinho, ao escutar a declaração do ministrante da cerimônia, “E eu vos declaro, marido e mulher!”, se espanta com a nova designação atribuída à noiva, questionando se o status “mulher” era apenas concedido através do ritual do casamento, como é possível observar a seguir:



Imagem 4. Tirinha com o uso de *mas* como PM

Fonte: Beck (2020)

Nota-se, mais uma vez, a importância do contexto e da interação entre os elementos visuais e linguísticos (BATISTA, 2008, p. 47), para a compreensão de sentido vinculado às PMs. O espanto do personagem é demonstrado pelo seu semblante surpreso, com olhos arregalados, boca completamente aberta e com o braço estendido com a mão para cima, assim como pelo uso da PM *mas* em: “*Mas* ela é mulher só agora?”. Assim, a PM *mas*, neste caso, como na primeira tirinha, carrega a função de apontar uma quebra de expectativa por meio da reação de surpresa a um enunciado anterior.

O autor utiliza novamente da ironia para questionar situações cotidianas que, na verdade, deveriam causar espanto, tanto nos personagens, como nos leitores. No entanto, nos dois casos, apenas o garotinho, com menos experiência com os costumes sociais, parece se incomodar com casos de racismo (imagem 1) e de machismo (imagem 4). Assim, uso da PM *mas*, nas duas ocorrências, relaciona o enunciado a informações contextuais anteriores, permitindo-nos pressupor que a frustração com tais acontecimentos deveria ser compartilhada pelos interlocutores, como é a expectativa de Armandinho, evidenciada pelo uso da PM *mas*.

No sentido de compreender e negociar as informações da tirinha, é preciso, portanto, reconhecer a intenção e função comunicativa da PM *mas*, em cada contexto. Como discutimos na seção anterior, as funções de *mas* modal e o seu homônimo, se diferem em diversos aspectos, como podemos averiguar por meio do exemplo apresentado na quinta tirinha a seguir:



Imagem 5. Tirinha com o uso de *mas* como conjunção adversativa

Fonte: Beck (2020)

A tirinha apresenta o desabafo de uma personagem que reflete sobre as questões de gênero nas tradições culturais do casamento, indagando que percepções machistas e adversas (mulher ser vista como propriedade dos maridos), que ocorriam no passado, ainda estão presentes na sociedade atual. No terceiro quadrinho, a menina inicia a frase com “É incrível, mas (...)”, dando indicações de contradição e insatisfação acerca das informações apresentadas nos dois primeiros quadrinhos.

A conjunção adversativa *mas* apresenta, nesse contexto, as mesmas características delimitadoras discutidas anteriormente: é precedida por vírgula na oração que a antecede e tem a função principal de ligar duas orações contrastantes, isto é, “é incrível” (que as mulheres sejam tratadas como propriedade), e “até hoje alguns agem como se fosse assim”. De acordo com ABREU (2003, p.132), “adversativa é a oração que exprime oposição, contradizendo uma expectativa criada pela oração anterior.” Assim, a contradição é explícita no último quadrinho, no qual o uso de *mas* indica que, ao contrário do que deveria acontecer, algumas pessoas ainda mantêm, nos dias de hoje, o mesmo pensamento arcaico que era considerado comum em outras épocas, apesar de não concordar com o padrão na sociedade moderna.

A análise das funções de *mas* nos exemplos das imagens 4 e 5 compactuam com as encontradas na seção anterior (4.1), isto é, que o uso modal e não modal possui funções semânticas e sintáticas distintas, ainda que as tirinhas compartilhem temáticas similares. A função comunicativa da PM *mas* e a distinção entre a conjunção adversativa encontra equivalentes na PM *aber*. Mesmo com algumas diferenças estruturais, as PMs em português e alemão apresentam uma função nuclear semelhante, ou seja, de indicar surpresa e quebra de expectativa no ambiente cognitivo de seus interlocutores, como podemos observar na tirinha em alemão a seguir:



Imagem 6. Tirinha com o uso de *aber* como PM

Fonte: Siemens (2003)

No primeiro quadrinho, é apresentada uma conversa entre dois personagens que estão em uma oficina. O tubarão de boné, aparentemente o chefe, ao ver o estado desorganizado em que se encontra a estação de trabalho, diz, “Praktikant, so wird die Werkstatt *aber* nicht hinterlassen!” (“Estagiário, *mas* você não pode deixar a oficina assim!”). O locutor, ao empregar a PM *aber*, nesse contexto, tem a intenção de evidenciar que houve uma quebra de expectativa com relação à organização do local e ao trabalho que o estagiário deveria ter realizado, destacando que tal situação não poderia, de forma alguma, permanecer, exigindo uma atitude por parte do interlocutor.

De acordo com AQUINO (2017, p. 67), as PMs funcionam como ferramentas gerando implicaturas fortes, com a redução do esforço despendido para alcançar grandes efeitos contextuais. No exemplo acima, a PM *aber* possibilita que o falante acentue a intenção contida em seu

enunciado (a oficina não pode ficar desarrumada), estabelecendo estratégias comunicativas, negociando o significado com o interlocutor (ele precisa reagir imediatamente) de maneira clara e eficiente.

Nesse sentido, a PM *aber*, assim como a PM *mas*, tem a função de indicar uma quebra de expectativa com relação a uma determinada situação, trazendo à tona um conteúdo proposicional que os interlocutores compartilham, ou deveriam compartilhar. Tanto na tirinha 4 como na tirinha 6, as PMs apontam uma quebra de expectativa com relação a um contexto recuperável por meio de uma situação ou enunciado anterior, no qual os locutores indicam que o interlocutor necessita saber ou perceber que algo, não está de acordo com as suas expectativas, e exige uma atitude ou resposta por parte do ouvinte.

Com os resultados das análises contrastivas desenvolvidas nessa seção, podemos levantar algumas hipóteses principais acerca das diferenças comunicativas e sintáticas entre *mas* como PM e conjunção, além de evidenciar semelhanças entre as PMs em língua alemã e portuguesa, indicando a necessidade de uma adequação de classificação dessas palavras modais em português brasileiro. A principal diferença entre *mas* modal e homônimo parece ser a sua função na oração, uma vez que, nos exemplos analisados, *mas* modal expressa quebras de expectativas através da reação de surpresa, e não de contrastar informações nas orações, como é o caso das conjunções.

No entanto, foi possível notar que *mas* como PM e como conjunção compartilham algumas características básicas. Nos exemplos analisados ambas vinculam informações contraditórias, não obstante, essa contradição está nas conjunções a nível do texto, e as PMs introduzem implicações no ambiente cognitivo dos interlocutores, sendo meios retóricos mais complexos. Nesse sentido, as PMs brasileiras, assim como em alemão (ABRAHAM, 1991, p. 210), parecem derivar diacronicamente de elementos lexicais homônimos através da perda de complexidade semântica, mas ganho de complexidade pragmática. Argumentamos, assim, que o português brasileiro apresenta palavras modais com características delimitadoras distintas de seus

homônimos, no entanto, mais investigações precisam ser desenvolvidas para comprovar teoricamente tal alegação.

Conclusão

Nesse artigo propomos uma investigação contrastiva, a fim de refletir acerca da necessidade de uma classificação adequada do uso modal de *mas* no português brasileiro. No sentido de identificar a função modal de *mas*, de delimitar as diferenças semânticas e sintáticas entre a PM e seu homônimo e estabelecer uma base de contraste com um idioma que possui uma classe de palavras de PM definida, o estudo foi desenvolvido por meio dos insumos verbais e não verbais de seis tirinhas em língua portuguesa e alemã. Tal investigação permitiu a recuperação das estratégias comunicativas da PM *mas*, evidenciando a relevância acerca da compreensão do uso de palavras modais no português brasileiro.

Com relação à função comunicativa nuclear da PM *mas*, identificamos, nos dois exemplos analisados (tirinha 1 e 4), que ela indica uma quebra de expectativa e surpresa, trazendo à tona um conteúdo proposicional que os interlocutores compartilham, ou acreditam compartilhar. Assim, enquanto o seu homônimo, conjunção adversativa, tem a função de ligar, ou contrapor, informações a nível da frase, as PMs evidenciam as inferências contextualizadas a serem processadas, acessando o ambiente cognitivo dos interlocutores.

Portanto, o autor das tirinhas do Armandinho utiliza das PMs no sentido de abrir espaço para uma negociação de significados, implicando na necessidade do leitor compreender a sua intenção por meio da quebra de expectativa, que levaria a uma reflexão crítica acerca das realidades socioculturais discutidas. O uso de *mas* nesses exemplos parece indicar, portanto, que a língua portuguesa também apresenta uma classe de palavras modais, com funções modalizadoras e estruturas sintáticas únicas, e seu conhecimento e delimitação é essencial para a compreensão de estratégias comunicativas em língua portuguesa.

Em língua alemã as PMs representam uma classe de palavras homogênea, com diversas características delimitadoras que as diferenciam do seu homônimo não modal. Assim com a PM *mas*, a PM *aber* tem a função de indicar que a realidade é diferente da esperada, permitindo que o falante acentue a intenção contida em seu enunciado, negociando o significado com o seu interlocutor. Com relação às questões estruturais, nas duas línguas as conjunções são separadas por vírgula e ligam elementos da oração, enquanto as PMs não são separadas por vírgula, ocorrem ou no início (*mas*), ou no campo central (*aber*) e tem escopo na oração toda. Logo, mesmo com algumas diferenças estruturais, as palavras modais nos dois idiomas apresentam características delimitadoras semelhantes.

Concluimos, dessa forma, que as hipóteses levantadas nesse trabalho evidenciam a importância de pesquisas inclusivas que questionem e reflitam acerca da adequação da classificação de palavras modais como *mas* em gramáticas de língua portuguesa, sobretudo porque as PMs são meios retóricos para comunicar uma mensagem eficiente e concreta entre indivíduos envolvidos no processo interpretativo. É preciso, portanto, investir em um quadro de descrição semântico, pragmático e sintático extensivo do português brasileiro, para que se reconheça a força comunicativa das partículas modais portuguesas.

Referências

ABRAHAM, Werner. Discourse particles in German: how does their illocutive force come about? In: ABRAHAM, Werner. (Ed.). **Discourse particles: descriptive and theoretical investigations on the logical, syntactic, and pragmatic properties of discourse particles in German**. Amsterdam: Johns Benjamins, 1991. p. 203-252.

ABRAHAM, Werner; LEISS, Elisabeth. **Modality and Theory of Mind Elements Across Languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012.

ABREU, Antônio Suárez. **Gramática Mínima para o domínio da língua padrão**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003. 351 p.

AQUINO, Marceli. A força comunicativa das partículas modais alemãs no ensino de línguas. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 1, n. 2, p. 103-115, 2012.

AQUINO, Marceli. **O esforço de processamento das partículas modais doch e wohl em tarefas de pós-edição**: uma investigação processual no par linguístico alemão/português. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

AQUINO, Marceli. O questionário como ferramenta de ensino de partículas modais alemãs. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, v. 20, n. 32, p. 156-179, 2017.

AQUINO, Marceli. A tradução da partícula modal *wohl* para o português: uma investigação do esforço de processamento de participantes brasileiros e alemães. **Revista Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 38, n.3, p. 352 - 374, 2018.

AQUINO, Marceli. O ensino das partículas modais alemãs: estratégias didáticas em ALE. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 131-161, 2020.

AQUINO, Marceli; ARANTES, Poliana Coeli Costa. Partículas modais em alemão e seus equivalentes funcionais em português brasileiro: proposta de análise e classificação para o uso. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, v. 23, n. 40, p. 166-190, 2020.

ARANTES, Poliana Coeli Costa. Análise pragmática do uso de partículas modais em alemão e em português: incentivo às abordagens metalinguísticas no ensino de alemão em contexto universitário In: UPHOFF, Dörthe et al. **O ensino de alemão em contexto universitário: modalidades, desafios e perspectivas**. São Paulo: Humanitas, 2017. p. 123-144.

BECK, Alexandre. Armandinho. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tirasarmandinho/>>. Acesso em: 13 mar 2020.

AUSTIN, John Langshaw. **How to Do Things With Words**. Cambridge (Mass.). Paperback: Harvard University Press, 1962. 168 p.

BATISTA, Adriana Danielski. **Os implícitos nas histórias em quadrinhos**. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. 768 p.

DEGAND, Liesbeth; PIETRANDREA, Paola; CORNILLIE, Bert (eds.). **Discourse markers and modal particles. Categorization and description**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2013. 220 p.

DIEWALD, Gabriele. Discourse Particles and Modal Particles as Grammatical Elements. In: FISCHER, Kerstin. **Approaches to Discourse Particles**. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 403-426.

DIEWALD, Gabriele. Same same but different. Modal particles, discourse markers and the art (and purpose) of categorization. In: DEGAND, Liesbeth; PIETRANDREA, Paola; CORNILLIE, Bert (org.). **Discourse markers and modal particles. Categorization and description**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 19-46.

DUDEN. **Grammatik der deutschen Gegenwartssprache**. Mannheim: Bibliographisches Institut, 2016. 1341 p.

FISCHER, Kerstin; ALM, Maria. A radical construction grammar perspective on the modal particle-discourse particle distinction. In: DEGAND, Liesbeth; PIETRANDREA, Paola; CORNILLIE, Bert (org.). **Discourse markers and modal particles. Categorization and description**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 47-88.

FRANCO, António. **Descrição linguística das partículas modais no português e no alemão**. Coimbra: Coimbra Editora, 1991. 448 p.

HENTSCHEL, Elke.; WEYDT, Harald. **Handbuch der Deutschen Grammatik**. 4. ed. Berlin: De Gruyter, 2013. 472 p.

JOHNEN, Thomas. Aí como partícula modal do português. In: 1º CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA, vol. 2, 1997, Salvador, BA. **Anais...** Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 1997. p. 1 -5.

KRÖLL, Heinz. **Die Ortsadverbien im Portugiesischen unter besonderer Berücksichtigung ihrer Verwendung in der modernen Umgangssprache**. Wiesbaden: Mainzer Romanistische Arbeiten, 1968. 244 p.

LEISS, Elisabeth. Epistemicity, evidentiality, and Theory of Mind (ToM). In: ABRAHAM, Werner. **Modality and theory of mind: elements across languages**. Berlin: De Gruyter, 2012. p. 37-66.

LOPES, Magda Aparecida. As tirinhas de Mafalda sob a ótica de Bakhtin no processo ensino-aprendizagem. **Revista X**, Curitiba, v.12, n.3, p. 47-62, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 295 p.

PALMER, Frank Robert. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 200 p.

POLENZ, Peter von. **Deutsche Satzsemantik: Grundbegriffe des Zwischen-den-Zeilen-Lebens**. Berlin/New York, de Gruyter, 1985. 389 p.

RAMOS, Rui Lima. As partículas modais como co-indicadores ilocutórios: o caso das perguntas retóricas. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 2000, Minho, Portugal. **Anais...** Minho: Universidade do Minho, 2000. p. 1-20.

SAID ALI, Manuel. **Meios de Expressão e Alterações Semânticas**, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. 159 p.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **Para reler os quadrinhos Disney**: linguagem, evolução e análise de HQs. São Paulo: Paulinas, 2002. 320 p.

SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen. Partículas discursivas e interacionais no português e no espanhol em contraste com o alemão. In: SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (org.). **Semiótica e linguística portuguesa e românica: Homenagem a José Gonçalo de Carvalho**. Tübingen: Narr, 1993. p. 63-78.

SIEMENSEN, Thomas. Haiiopeis. Disponível em: <<https://www.siemensen-cartoons.de/blog/>>. Acesso em 13 mar 2020.

SPERBER, Dan.; WILSON, Deirdre. Teoria da Relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, p. 221-268, 2005.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Discussion article: Discourse markers, modal particles and contrastive analysis, synchronic and diachronic. **Catalan Journal of Linguistics**. Barcelona, v.6, p. 139-157, 2007.

VILELA, Mário. **Gramática da língua portuguesa**: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso. Coimbra: Almedina, 1999. 381 p.

VILELA, Mário.; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso. Coimbra: Almedina, 2001. 566 p.

WALTEREIT, Richard. Modal particles and their functional equivalents: a speech-act theoretic approach. **Journal of Pragmatics**. Lancaster, v. 33, n. 9, p. 1391-1417, 2001.

WALTEREIT, Richard. Different functions, different histories. Modal particles and discourse markers from a diachronic point of view. **Catalan Journal of Linguistics**, Barcelona, v. 6, p. 61-80, 2007.

“Mas quem ia carregar uma nota fiscal?”: uma investigação da função modal...

Marceli Cherchiglia Aquino, Ana Laura Macruz Cinto e Tamires Arnal Kahil

WELKER, Herbert. As partículas modais no alemão e no português e as equivalências de aber, eben, etwa e vielleicht. 1990. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília. 1990.

Cláusulas finais e cláusulas consecutivas: um estudo dos aspectos discursivos na construção da argumentação

Purpose clauses and consecutive clauses: a study of the discursive aspects in the construction of argumentation

Amanda Heiderich Marchon*

RESUMO

Este artigo investiga a impossibilidade de se empreender uma análise linguística que dissocie os níveis sintático, semântico e pragmático. Sob a perspectiva teórica do Funcionalismo associada a conceitos da Análise do Discurso e da Semântica Argumentativa, analisaremos aspectos discursivos das cláusulas hipotáticas finais e consecutivas na construção da argumentação. Especificamente, discutiremos como essas cláusulas se articulam, no português brasileiro em uso, baseando-nos em um dos aspectos que contribuem para a organização argumentativa do discurso, a hipotaxe circunstancial. Nesse sentido, consideraremos não só o nível microtextual, pautado nas cláusulas, mas também o nível macrotextual, que representa o imaginário sociodiscursivo a respeito de temas polêmicos, bem como os posicionamentos escolhidos pelo enunciador frente a esse questionamento sobre o mundo. Partindo da hipótese de que as estruturas hipotáticas revelam um matiz argumentativo, constituíram como *corpus* de análise desta pesquisa vinte e quatro (24) artigos de

Recebido em 30 de maio de 2020.

Aceito em 13 de julho de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.445>

*claraeamanda@hotmail.com, Universidade Federal do Espírito Santo,
orcid.org/0000-0002-6576-949X

opinião publicados pelo jornal *Folha de São Paulo*, na coluna *Tendências e Debates*, dos quais provêm cento e oitenta e cinco (185) cláusulas hipotáticas circunstanciais.

Palavras-chave: Cláusulas finais. Cláusulas consecutivas. Argumentação. Discurso. Funcionalismo.

ABSTRACT

This article investigates the impossibility of undertaking a linguistic analysis that dissociates the syntactic, semantic and pragmatic levels. Under the theoretical perspective of Functionalism associated with concepts of Discourse Analysis and Argumentative Semantics, we will analyze discursive aspects of the final and consecutive hypothetical clauses in the construction of the argument. Specifically, we will discuss how these clauses are articulated, in Brazilian Portuguese in use, based on one of the aspects that contribute to the argumentative organization of the discourse, the circumstantial hypotaxis. In this sense, we will consider not only the microtextual level, based on the clauses, but also the macrotextual level, which represents the sociodiscursive imaginary regarding controversial themes, as well as the positions chosen by the enunciator in face of this questioning about the world. Based on the hypothesis that the hypothetical structures reveal an argumentative shade, twenty-four (24) opinion articles published by the *Folha de São Paulo* newspaper, in the Trends and Debates column, constituted the corpus of analysis of this research, from which were extracted one hundred and eighty-five (185) circumstantial hypothetical clauses.

Keywords: Purpose Clauses. Consecutive Clauses. Argumentation. Discourse. Functionalism.

Palavras iniciais

A sistematização dos fatos gramaticais é preocupação constante dos gramáticos. A relação entre estrutura sintática e contextos de uso é inquietação que move os linguistas. Na busca por empreender discussões que associem essas duas vertentes, ampliando a visão gramatical e ultrapassando o nível sentencial de análise, propomos um estudo acerca das orações adverbiais finais e das orações adverbiais consecutivas (doravante denominadas, *cláusulas hipotáticas circunstanciais*, pela teoria funcionalista). Destacaremos, especialmente, aspectos discursivos relacionados a essas estruturas, a fim

de discutirmos seus matizes argumentativos. Para tanto, nosso *corpus* de investigação é composto por um total de cento e oitenta e cinco (185) cláusulas hipotéticas circunstanciais, das quais focalizaremos cinquenta e cinco (55) cláusulas finais e cinco (5) cláusulas consecutivas, cotejadas de vinte e quatro (24) artigos de opinião publicados na coluna *Tendências e Debates* do jornal *Folha de São Paulo*.

Embora nossa investigação se vincule, essencialmente, aos postulados funcionalistas sobre o nexos clausal¹, nos termos de Halliday (2004), partiremos dos estudos da tradição gramatical sobre o tema, uma vez que as contribuições da gramática tradicional são basilares para nossa discussão. Conforme destaca Carvalho (2004, p.10),

a inclusão do tratamento concedido a esses processos pela abordagem tradicional [...] se faz necessária uma vez que as propostas de descrição e tipologização de sentenças complexas que têm sido apresentadas na literatura linguística, independentemente das correntes teóricas em que se inserem, fazem, de algum modo, referência a essa abordagem: ou a questionam, demonstrando suas incoerências, e/ou ampliam os seus conceitos.

Na seção intitulada *Articulação de cláusulas: a tradição gramatical e os estudos funcionalistas*, apresentaremos brevemente uma (re)visão do processo sintático de *subordinação* abordado por diversos gramáticos em cujas obras se encontram capítulos específicos sobre o tema. Em seguida, essas definições serão confrontadas com estudos linguísticos mais abrangentes acerca da mesma temática. No que tange, especificamente, às cláusulas finais e às cláusulas consecutivas, buscaremos discutir, especialmente, características sintáticas e semântico-discursivas que as aproximam e que as distanciam. Tais considerações se fazem necessárias, pois defendemos, neste trabalho,

1 Qualquer par de cláusulas relacionadas por interdependência.

que as cláusulas hipotáticas apresentam um matiz argumentativo relevante e, se não são exigência da estruturação gramatical do período, devido ao seu caráter periférico e comportamento de adjunto, são peças importantes para o discurso, para a estruturação da argumentação.

Sobre discurso e argumentação, estudaremos os conceitos de *doxa* e de *polifonia* sob a ótica da Semiologia, de Patrick Charaudeau (2006), e da Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot (1987). Tais conceituações nortearão as discussões acerca dos artigos de opinião analisados nesta investigação, uma vez que, pelas características editoriais da coluna *Tendências e Debate*, os articulistas, ao responderem *sim* ou *não* ao questionamento proposto pelos editores, defendem visões opostas em relação ao tema discutido.

No que se refere à seção destinada à discussão estatística dos dados, procuraremos associar os pressupostos do Funcionalismo, da Análise do Discurso e da Semântica Argumentativa. Consideraremos, portanto, não só o nível microtextual, pautado na análise específica das cláusulas finais e consecutivas, mas também o nível macrotextual, representado pela construção argumentativa dos artigos de opinião dos quais provém o *corpus* de investigação deste estudo, procedimento metodológico que se aproxima do conceito de língua adotado pelo Funcionalismo:

A língua é determinada pelas situações de comunicação real, em que falantes reais interagem e, conseqüentemente, seu estudo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizada, o que depende de cada contexto específico de interação. (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007, p. 157)

Seguindo, portanto, esse viés teórico-metodológico, defendemos, neste artigo, a impossibilidade de se empreender uma análise linguística que dissocie os níveis sintático, semântico e pragmático.

1. A articulação de cláusulas: a tradição gramatical e os estudos funcionalistas

A fim de padronizar a nomenclatura gramatical em uso em nosso país, a Nomenclatura Gramatical Brasileira, doravante denominada NGB, validada pela Portaria Ministerial nº 36, de 28/01/1959, adotou, sob força de lei, apenas dois processos de ligação sintática: a *subordinação* e a *coordenação*. Embora essa dicotomia tenha sido consagrada pela maioria dos gramáticos que segue a tradição, alguns teóricos afirmam que essa classificação oficial não obedece aos critérios coerentes do próprio sistema linguístico. Não é nossa intenção esgotar tal discussão, contudo, julgamos que algumas considerações sobre o assunto contribuem para relacionar a visão tradicional com os postulados do Funcionalismo, embasamento teórico adotado para o estudo das cláusulas finais e das cláusulas consecutivas neste trabalho.

As gramáticas de cunho tradicional, além de restringirem a análise do tema subordinação e coordenação ao nível sentencial, apoiam a maioria das definições apresentadas nos critérios semântico e sintático, juntamente com o conceito de dependência. Contudo, tais concepções, por vezes, não são muito claras, gerando incompreensões e falta de clareza nas exposições teóricas, conforme analisa Azeredo (2000, p. 50-51):

Subordinação e coordenação não correspondem sempre a conceitos muito claros e inconfundíveis. Tradicionalmente, é comum identificar unidades coordenadas com unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes. Esta identificação nada esclarece até que se defina a natureza dessa dependência, que para uns é puramente sintática, mas para outros deve dizer respeito antes ao sentido. (Grifos nossos)

A partir da análise de sete (7) gramáticas tradicionais de diferentes épocas², verificamos que, no bojo das definições dos processos de

2 Para empreender este estudo, utilizamos as seguintes obras: Bechara (2004), Bueno (1963), Cunha e Cintra (2001), Kury (2003), Luft (1985), Rocha Lima (2011) e Said Ali (1965).

subordinação e coordenação, a noção de *dependência* é bastante utilizada, entretanto, ora sob o enfoque sintático, ora semântico, como o ressaltado, anteriormente, por Azeredo (2000). Não há, pois, consenso entre os gramáticos na tarefa de estabelecer distinção entre esses processos, o que se observa são a mistura e a indefinição de critérios (DECAT, 1993). Cunha e Cintra (2001, p. 594), por exemplo, pautam a descrição em critérios estruturais: “As orações³ sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, chamam-se subordinadas”. Bueno (1963, p. 140), por seu turno, centra sua descrição em parâmetros voltados para o sentido: “Se, no período lógico, uma oração não pode ser separada de outra porque ficará incompleta em sua significação, haverá orações subordinadas”.

A dicotomia subordinação-coordenação, preconizada pelas gramáticas tradicionais e sustentada por análises pautadas apenas no nível sentencial, parece, pois, insuficiente para explicar a articulação das cláusulas no âmbito do período complexo. Neste artigo, então, a fim de estudarmos, principalmente, as relações de sentido que emergem do nexos clausal, seguiremos os postulados funcionalistas. O Funcionalismo, ao conceber a linguagem como instrumento de interação social, constitui-se como um conjunto de teorias que se preocupa em pôr em exame os vínculos entre as estruturas linguísticas e os contextos em que elas se realizam. Nichols *apud* Neves (2001, p.3) afirma que, embora analise a estrutura gramatical, a gramática funcional “inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo”. É exatamente esse tratamento que não se limita à sentença, mas que chega à análise de elementos do discurso, o adotado nas análises que propomos neste trabalho.

3 Embora, neste artigo, se empregue o termo *cláusula*, seguindo a nomenclatura do Funcionalismo, utilizaremos o termo *oração* quando nos referirmos às definições apresentadas pelas gramáticas tradicionais aqui analisadas, por ser essa a expressão mais empregada nessas obras.

Para o Funcionalismo, a dicotomia *subordinação-coordenação* cede espaço para uma visão tripartite no que tange à relação entre as cláusulas: *parataxe – hipotaxe – subordinação/encaixamento*. Hopper e Traugott (1993) advogam que as cláusulas complexas poderiam ser distribuídas ao longo de um *continuum* com três pontos:

Quadro 1: *Continuum* de dependência das cláusulas complexas
(HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 170).

	PARATAXE	>	HIPOTAXE	>	SUBORDINAÇÃO
[Dependência]	-		+		+
[Encaixamento]	-		-		+

O quadro 1 revela que a parataxe se situa no ponto de menor grau de encaixamento e de dependência no *continuum*, o que nos leva a perceber que esta relação é representada pela justaposição de cláusulas-núcleo, aproximando-se das orações coordenadas na abordagem tradicional, como ilustram as cláusulas destacadas no exemplo 1 cotejado de um dos artigos de opinião analisados neste estudo:

- (1) Com a justificativa de reduzir o número de homicídios, **o governo federal tirou as armas legais de circulação / e impôs sérias restrições à sua aquisição, posse e porte**. A lei, uma das mais rígidas do mundo, foi implacável na redução do comércio legal de armas.
(*Folha de São Paulo*, 6 de dezembro de 2014)

No outro extremo do *continuum*, a subordinação, ao contrário da parataxe, ocupa o ponto de maior grau de encaixamento e de dependência, tal como verificamos nas orações substantivas e nas orações adjetivas restritivas da tradição gramatical. No nexos clausal a seguir, os argumentos do predicador *saber* são representados sob forma oracional.

- (2) Bem *sei* / **que não quero nenhuma ditadura**, / mas também *sei* / **que essa democracia que aí está não me representa**.

(Folha de São Paulo, 12 de julho de 2014)

A hipotaxe, por seu turno, é a categoria que mostra mais claramente a distinção entre dependência e encaixamento, uma vez que apresenta como traço [- encaixamento] e [+ dependência]. Em outras palavras, a hipotaxe expressa um grau intermediário de dependência, em que a cláusula dependente não exerce função de termo constituinte da cláusula nuclear, embora se sustente pela relação de interdependência entre uma cláusula marginal ou satélite⁴ e sua cláusula-núcleo, de modo que a primeira age sobre o sentido da segunda – são as chamadas orações adjetivas explicativas e orações adverbiais pela gramática tradicional –, conforme exemplo 3 a seguir:

- (3) Para as campanhas políticas, as pesquisas são um formidável instrumento / **se forem utilizadas corretamente** / **para balizar uma estratégia** / e **manter governantes e sociedade atentos com a opinião pública...**

(Folha de São Paulo, 18 de outubro de 2014)

O trecho destacado anteriormente apresenta uma cláusula-núcleo (“*Para as campanhas políticas, as pesquisas são um formidável instrumento*”) articulada com três cláusulas hipotáticas: a primeira imprime a condição de que as pesquisas eleitorais só são instrumentos formidáveis para as campanhas políticas “*se forem utilizadas corretamente*”; as demais cláusulas exprimem a noção de finalidade que balizam a utilização das pesquisas. Ressaltamos que nenhuma das cláusulas negritadas figura como elemento constituinte da cláusula-núcleo, o que instancia um terceiro processo sintático, a hipotaxe.

4 As cláusulas-núcleo distinguem-se das cláusulas-marginais porque podem ocorrer por si mesmas; estas, por sua vez, podem exibir diferentes graus de dependência.

As cláusulas hipotáticas, não sendo selecionadas pelo predicador da cláusula-núcleo, mantêm com ele uma relação menos coesa do que a observada entre predicador e argumentos, o que se manifesta numa certa noção de opcionalidade – umas das propriedades dessas estruturas que, na nossa visão, contribuem para a construção do projeto argumentativo do texto. Defendemos, portanto, que a hipotaxe, diferentemente da subordinação, é prescindível do ponto de vista sintático, conforme Hopper e Traugott (1993), mas imprescindível do ponto de vista discursivo. O emprego das cláusulas hipotáticas está diretamente atrelado aos propósitos do enunciador, contribuindo para a organização argumentativa do discurso, já que se tornam relevantes pela informação que acrescentam ao texto, ou, noutros termos, “pela importância que assumem na organização coerente ou lógica do raciocínio” (AZEREDO, 2012, p. 323).

Nesse viés, discutiremos o papel argumentativo das cláusulas hipotáticas finais e das cláusulas hipotáticas consecutivas, estruturas que, em termos semânticos, guardam determinadas semelhanças. Neves (2018, p. 1005), destaca que “nas construções adverbiais finais, pode ser observada também certa noção consecutiva, especialmente nos contextos que envolvem necessidade”. A autora explica que essa aproximação é possível “já que a ligação entre um ato e a sua finalidade encontra paralelo na ligação entre uma causa e a sua consequência”, questão que será detalhada na seção a seguir.

2. As cláusulas finais e consecutivas: aspectos discursivos

Se os estudos gramaticais equiparam as orações adverbiais aos advérbios, cabe ressaltar que essa classe de palavras é reconhecidamente a menos homogênea e, portanto, difícil de ser definida. Exatamente por isso, relacionar o grande espectro de noções circunstanciais que essas cláusulas podem veicular é tarefa desafiadora, ainda mais quando os critérios empregados para a classificação não são sistemáticos. Soma-se a isso o fato

de tais estruturas oracionais poderem ser codificadas de diversas formas, já que participam essencialmente na formação da coerência discursiva e estão a serviço do enunciador em seu projeto lógico de raciocínio.

A tradição gramatical coloca, no mesmo grupo, todas as chamadas orações adverbiais, mas alguns estudiosos, considerando peculiaridades morfossintáticas e semânticas, desdobram a tradicional subordinação adverbial em mais de um bloco, como Castilho (2010) e Mateus *et alii* (2003); outros consideram a *correlação* como um procedimento sintático para a articulação de cláusulas, como Módolo (2008), Pauliukonis (1995) e Rodrigues (2007). Centraremos nossa atenção, entretanto, à função discursiva das cláusulas, sem que seja necessário nos atermos a questões de ordem sintática mais detalhada⁵.

Sobre o sentido das cláusulas hipotáticas circunstanciais, Azeredo (2002, p. 223) chama a atenção para o fato de algumas construções apresentarem conteúdos que não se distinguem com clareza, já que alguns matizes semânticos podem ser “entendidos como variações de um significado mais fundamental, ou até como conteúdos mistos”. Afastando-se da proposta tradicional da NGB, que classifica as orações adverbiais em nove tipos (causal, comparativa, concessiva, condicional, conformativa, consecutiva, final, proporcional e temporal), o autor considera que essas cláusulas, de acordo com as semelhanças de sentido, expressam quatro macrorrelações: *temporalidade*, *contrataste*, *modo/comparação* e *causalidade*. O quadro a seguir associa essas duas propostas:

5 Reconhecemos que a correlação seja o procedimento sintático que melhor define a relação que se estabelece entre a cláusula-núcleo e a cláusula consecutiva, estrutura analisada neste artigo.

Quadro 2. Comparação entre a classificação das orações adverbiais proposta por Azeredo (2002)⁶ e pela NGB

RELAÇÕES SEMÂNTICAS – AZEREDO (2002)	RELAÇÕES SEMÂNTICAS – NGB
Causalidade	Causais, condicionais, finais, consecutivas
Situação	Temporais, locativas, proporcionais
Modo/Comparação	Comparativas, conformativas, modais
Contraste	Contrastivas e concessivas

Este artigo, conforme já assinalado, dedica-se à análise apenas das cláusulas finais e das cláusulas consecutivas, estruturas que, de acordo com o quadro 2, figuram na macrorrelação de causalidade – “do ponto de vista extremamente lógico, dois fatos se articulam pela relação de causalidade se a realização de um deles depende ou decorre da realização do outro.” (AZEREDO, 2012, p. 323). O gramático explica que a causalidade é uma macrorrelação que se especifica por meio de quatro valores – *causa*, *condição*, *consequência* e *finalidade* – e destaca que *causa* e *efeito* não são ideias opostas, mas complementares. Seguindo essa linha de raciocínio, a ideia de *causa* é codificada por cláusulas *causais* e *condicionais*; o valor de *efeito* é gramaticalmente representado por estruturas *consecutivas* e *finais*.

A fim de diferenciar as cláusulas hipotáticas finais das cláusulas hipotáticas consecutivas, Azeredo (2012, p. 329) explica que as estruturas de finalidade “expressam um *efeito visado*, um propósito, e nisso diferem das consecutivas típicas, que expressam um *efeito contingente*” (AZEREDO, 2012, p. 329 – Grifos nossos). Em outras palavras, as cláusulas consecutivas assinalam simples efeito quando é impossível perceber, no conteúdo da cláusula-núcleo, um fato intencional. Posicionamento coincidente com a tradição gramatical, segundo a qual as cláusulas finais exprimem a

6 Azeredo (2002) acrescenta aos nove tipos oficialmente estabelecidos pela NGB, dois outros valores: locativo e contraste adversativo. Na obra de 2012, *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, o autor ainda acrescenta as orações de modo, adição e preterição.

intenção, o objetivo, a finalidade da declaração expressa na cláusula-núcleo, conforme o exemplo 4; as cláusulas consecutivas, por seu turno, indicam a consequência natural, acidental do acontecimento expresso na cláusula-núcleo, como ilustra o exemplo 5.

- (4) Os programas de prevenção primária que levem em conta a desigualdade de gênero ainda são poucos. Como afirmou Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU: "Peço aos governos que aproveitem as ideias e a liderança dos jovens **para nos ajudar a pôr fim a essa violência pandêmica**. Só então teremos um mundo mais justo, pacífico e equitativo".

(Folha de São Paulo, 5 de abril de 2014)

- (5) Descrita como doenças de homens homossexuais nos primeiros artigos, a Aids criou um movimento cívico sem igual em defesa da vida e da eliminação de preconceitos. A corrente de opinião criada pelos ativistas foi tão forte **que o termo aidético nem sequer se transformou em termo pejorativo como no caso de outras doenças, como tuberculose ("tísico") e hanseníase ("morfético")**.

(Folha de São Paulo, 2 de agosto de 2014)

Bechara (2004, p. 500), todavia, adverte que pode haver um limite muito tênue entre a cláusula final e a cláusula consecutiva. Por isso, nem sempre é pacífico diferenciar efeitos visados de efeitos eventuais, ainda mais quando nos deparamos com cláusulas gerundivas, conforme exemplo 6, uma ocorrência híbrida passível de receber mais de uma análise. Braga (2002, p. 242) aponta que “a identificação da relação semântica codificada pelas orações de gerúndio é muitas vezes problemática, já que elas tendem a favorecer a superposição de proposições relacionais”.

- (6) E mais: muitos trabalhos científicos clínicos foram feitos no mundo **demonstrando claramente que a maconha tem boas propriedades terapêuticas** (dores neuro e miopáticas; esclerose múltipla; náusea e

vômito resultantes da quimioterapia do câncer; e mais recentemente epilepsia e dores terminais do câncer).

(*Folha de São Paulo, 1 de fevereiro de 2014*)

Segundo Decat (1993), embora, em determinadas situações, se possa explicar a articulação hipotática a partir do grau de integração estrutural de uma cláusula em outra, uma abordagem que dê conta somente do nível sentencial não será suficiente para explicar as relações mantidas entre as cláusulas circunstaciais e o discurso maior que as envolve. No que tange, portanto, à análise do exemplo 06, para identificarmos qual relação de sentido emerge do nexos clausal, torna-se indispensável uma análise que ultrapasse o nível sentencial e considere o nível discursivo. Para tanto, cabe esclarecer que o trecho em estudo constitui um dos argumentos que o autor do artigo de opinião intitulado *O novo status da maconha* elenca para sustentar sua tese de que essa erva tem propriedades medicinais, o que nos leva a entender que o enunciador organiza seu discurso de forma a instanciar que as pesquisas foram realizadas com o intuito de demonstrar que a maconha apresenta propriedades terapêuticas. A relação de sentido que emerge dessa construção pode ser lida, portanto, como uma expressão do valor de finalidade, já que é nítido o caráter volitivo e intencional expresso na cláusula hipotática “*demonstrando claramente que a maconha tem boas propriedades terapêuticas*”. Segundo Mateus *et alii* (2003, p. 715), a relação de dependência semântica entre a cláusula-núcleo e a cláusula final é formulada pelo próprio enunciador, o que, a nosso ver, espelha uma manobra discursiva para a tessitura da argumentação: a demonstração das propriedades terapêuticas da *cannabis* não representa efeito acidental, consequência natural das pesquisas – o que incluiria a cláusula hipotática em estudo no rol das consecutivas –, mas o real intuito de os estudos científicos serem realizados – fato que inclui tal estrutura no catálogo das finais –, leitura respaldada por estudos de Dias (2001, p. 55): “a finalidade apresenta uma consequência lógica, constituída em pressuposto pelo falante”.

Essa autora, baseando-se na Teoria da Metáfora, conforme proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) e Lakoff (1987), defende que

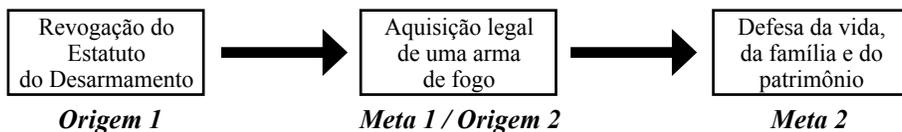
as cláusulas de finalidade codificam o *movimento* no mundo das intenções. O sujeito e/ou locutor estabelecem um propósito ou finalidade, cuja execução do objetivo demanda o deslocamento de uma origem a uma meta, com uma trajetória, no mundo das intenções. Este *movimento* no mundo das intenções *pode sobrepor-se* ao deslocamento no mundo físico. (DIAS, 2001, p. 163 – Grifos da autora)

Esse movimento direcionado de uma origem para uma meta no *mundo das intenções* pode ser observado no exemplo 7 a seguir, destacado do artigo de opinião em que o enunciador defende a revogação da Lei 10.826, conhecida como Estatuto do Desarmamento – legislação que, em 2003, impôs restrições para o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e de munição no Brasil:

- (07) Apresentei há dois anos um projeto para corrigir essa injustiça. O PL nº 3.722/12 revoga o Estatuto do Desarmamento e cria normas mais razoáveis, com critérios objetivos **para que o brasileiro – que quiser e estiver preparado – possa adquirir uma arma / para defender a sua vida, sua família e seu patrimônio.**

(Folha de São Paulo, 6 de dezembro de 2014)

O movimento de finalidade da primeira cláusula destacada tem, na sua origem (origem 1) *a possibilidade de revogação do estatuto do desarmamento*, e, na sua meta (meta 1), *a aquisição legal de uma arma*. Essa meta torna-se a origem (origem 2) sobre a qual se constrói a segunda cláusula de finalidade, cuja meta (meta 2) é *a defesa da vida, dos familiares e dos bens materiais*, conforme o seguinte esquema de deslocamento no mundo das intenções:



Seguindo a proposta de Halliday (2004, p. XXII) de que “a principal razão para estudar o sistema é lançar luz sobre o discurso – naquilo que as pessoas dizem e escrevem, ouvem e leem”, entendemos que o papel argumentativo das cláusulas finais do exemplo 7 é apresentar um objetivo plausível para a legalização do comércio de armas no país.

Como pode ser observado, essas estruturas hipotáticas são caracterizadas por expressarem uma finalidade ou intenção que motiva a ação expressa na cláusula-núcleo, denotando, portanto, um tempo posterior ao tempo desta – “Pela própria natureza da noção de finalidade, o presente projeta-se sempre para um futuro (em relação a esse presente), e o passado projeta-se para um futuro desse passado.” (NEVES, 2018, p. 1015). Como as cláusulas finais representam uma projeção, um movimento no plano das intenções, apresentam um caráter *prospectivo* e *virtual*, mesmo quando estruturadas com verbos no infinitivo, conforme esclarece citação a seguir:

A defectividade temporal do infinitivo é neutralizada pela ação da preposição *para*, que transmite à subordinada *não só informação de posteridade como também de alguma incerteza*, resultando daí que, quando construídas na forma finita, estas orações usem o modo conjuntivo e não o indicativo. (HERNANZ, 1999, p. 2312-2313 *apud* MAGALHÃES, 2016, p. 35 – Grifos nossos.)

De acordo com Raposo *et alii* (2013, p. 2014), tanto em construções com cláusulas finais quanto em construções com cláusulas consecutivas, a situação descrita pela cláusula-núcleo “tem como resultado uma outra situação, mas só na oração final existe intencionalidade” – a cláusula consecutiva⁷ exprime não uma finalidade, mas um *resultado*, uma *consequência* da situação descrita na oração principal. Destacamos, ainda, que “a oração consecutiva não só exprime a consequência devida à ação ou ao estado indicado na principal,

7 Raposo *et alii* (2013, p. 2014) chamam essas estruturas de *orações resultativas* ou *orações consequenciais*.

mas pode denotar que se deve a consequência ao *modo pelo qual é praticada a ação da principal*” (BECHARA, 2004, p. 499 – Grifos nossos). Entendemos que o *modo* sobre o qual Bechara faz referência se aproxima, na obra de Mateus *et alii* (2003, p. 754), da noção de *intensidade*. As autoras explicam que as cláusulas consecutivas “exprimem uma consequência da intensidade de uma qualidade, da quantidade de um objeto, da qualidade de um processo descritos na oração matriz”, conforme ilustra exemplo 8 a seguir:

- (8) “A maconha é uma droga totalmente viciante, **merecendo o ódio dos povos civilizados**”, declarou o governo egípcio, em 1944.
(*Folha de São Paulo, 1 de abril de 2014*)

Embora, destaquemos o emprego do intensificador “totalmente” na cláusula-núcleo, entendemos que inúmeras são as construções consecutivas em que a expressão de intensidade não está expressa, o que aproxima essas estruturas das cláusulas relativas, conforme exemplos de Mateus *et alii* (2003, p. 759): “*Tenho uma casa que abriga muita gente.*” / “*Tenho uma casa tal que abriga muita gente.*”. Discordamos, porém, de que a primeira frase seria “ambígua”, como definem as autoras, uma vez que a interpretação de uma estrutura, para além de sua forma, depende de uma escolha discursivamente motivada, em outras palavras, a análise deve ultrapassar o nível microtextual e chegar ao nível macrotextual. A cláusula gerundiva do trecho a seguir ilustra nosso posicionamento:

- (9) O principal argumento a favor do financiamento exclusivamente público é o combate à corrupção. Afirma-se que ele acabará com o caixa dois e tudo o que isso significa, assegurando a lisura dos pleitos e uma representação política isenta de compromissos espúrios.
Eu, sinceramente, não vejo razão para tanto otimismo. O pressuposto de tal hipótese é o de que os partidos e candidatos ficarão contentes com suas respectivas frações dos recursos públicos, **abstendo-se de buscar recursos adicionais**. Eu não apostaria nisso.
(*Folha de São Paulo, 11 de janeiro de 2014*)

Uma análise do nível sentencial poderia conduzir ao entendimento de que a cláusula destacada representaria um nexos clausal paratático, cuja paráfrase seria: *Os candidatos ficarão contentes com suas respectivas frações dos recursos públicos e abster-se-ão de buscar recursos adicionais*. Não julgamos que seja errada essa interpretação, até porque, como esclarecemos anteriormente, cláusulas reduzidas permitem sobreposição de leituras. Decat (2001) ainda destaca que, quando orações se combinam, há proposições relacionais que emergem e que, frequentemente, não estão sinalizadas por conectores. Todavia, uma análise que considera também o plano discursivo nos faz entender que uma leitura mais coerente com o projeto argumentativo do texto é a de que estamos diante de uma construção consecutiva: *Os candidatos ficarão (suficientemente) contentes com suas respectivas frações dos recursos públicos que abster-se-ão de buscar recursos adicionais*⁸. No artigo de opinião em que tal trecho aparece, o articulista defende que a doação eleitoral feita por empresas privadas não deveria ser proibida. Para sustentar sua tomada de posição, ele mobiliza a tese contrária ao seu posicionamento – um financiamento eleitoral exclusivamente público –, para, em seguida, refutá-la. Nesse jogo de vozes, o enunciador faz surgir o pressuposto do argumento de seu oponente, qual seja, a hipótese de que as verbas públicas seriam suficientes para o financiamento das campanhas eleitorais, o que, conseqüentemente, levaria os políticos a não buscarem recursos extras e ilegais – ideia logo desconstruída no fechamento do parágrafo: “Eu não apostaria nisso.”

Outro ponto que merece destaque é a fronteira sutil que separa resultado intencional de resultado não intencional. Na discussão do exemplo 6, abordamos esse limite tênue, apresentando uma estrutura reduzida de

8 Mann e Thompson (1988) destacam que um mesmo ponto do texto pode receber análises diferentes, seja por ambigüidade na estrutura, por múltipla compatibilidade de interpretações, pelos diferentes julgamentos dos analistas etc. Nesse sentido, entendemos que, do exemplo 9 em análise, seja possível emergir uma relação de *modo* entre as cláusulas, todavia nossa metodologia de análise considera ser a leitura *consecutiva* a mais coerente com o projeto argumentativo do texto.

gerúndio sem nenhum conector que a introduzisse no discurso – tipo de construção favorável à superposição de leituras. Desta vez, destacamos que não é a ausência do conector que torna débil esse limite, conforme ilustram exemplos de Raposo *et alii* (2013, p. 2014): “*Levantei-me mais cedo, de forma que o meu filho chegou a horas.*” / “*Levantei-me mais cedo de forma a que o meu filho chegasse a horas.*”. Os autores observam o modo verbal para distinguirem o sentido que emerge da articulação das duas estruturas hipotáticas com suas respectivas cláusulas nucleares: a cláusula consecutiva tem o verbo no modo indicativo; a cláusula final tem o verbo no subjuntivo. Para Bechara, entretanto, a simples identificação dos modos verbais não é suficiente para promover essa distinção:

Aquilo que se apresenta na oração consecutiva como efeito ou resultado pode representar uma *consequência intencional*, de modo que se associa ao conteúdo consecutivo uma *noção subsidiária de finalidade*. Neste caso o verbo se acha normalmente no subjuntivo.

Chegou cedo ao serviço *de maneira que pudesse ser* elogiado pelo chefe.
Correu de tal sorte *que os amigos não pudessem alcançar*.

Daí resultam certos *cruzamentos consecutivo-finais* na construção do enunciado, cruzamentos que nem sempre são vistos com bons olhos pelos gramáticos (porque tais fatos não estão de acordo com a tradição do idioma e se repetem no francês), embora uns datem de longo tempo. (BECHARA, 2004, p. 500 – Grifos nossos)

Diante de considerações como essas, defendemos, uma vez mais, que o estudo do que o gramático chamou de “cruzamentos consecutivo-finais” carecem de uma análise que ultrapasse o nível da sentença e atinja o nível do discurso, como procedemos com todos os enunciados de leitura aparentemente ambígua apresentados neste artigo. Tanto os exemplos de Raposo *et alii* (2013) quanto os de Bechara (2004) não consideram o contexto em que tais estruturas aparecem, não sendo, pois, exemplos da língua efetivamente em uso.

Como qualquer item lexical ou qualquer enunciado é *dependente* do contexto em que figura, conforme princípio básico da Análise do Discurso, teoria a que também se filia este artigo, passamos a apresentar alguns princípios dessa área de estudos linguísticos, assim como conceitos da Semântica Argumentativa.

3. Da retórica ao discurso: argumentação, *doxa* e polifonia

As ações de linguagem que realizamos diariamente são sempre permeadas por intenções e argumentatividade. O indivíduo, ao interagir por meio da linguagem, o faz visando a estabelecer relações, causar efeitos, desencadear determinados comportamentos (KOCH, 2008). Pensar a respeito da argumentação é se perguntar, portanto, até que ponto o homem é capaz de influenciar os demais, em maior ou menor grau, por meio das possibilidades de construção de seu discurso.

A obra de Aristóteles acerca da *lógica* e do *raciocínio* é indissociável das pesquisas sobre *argumentação*. Heranças de seus postulados, embora lidos e reformulados com o desenvolvimento das ciências, perpassam os estudos sobre o tema, como o conceito de *doxa*, um princípio fundamental para o desenvolvimento das análises propostas neste trabalho. Uma vez considerado que as estruturas hipotáticas revelam um matiz argumentativo, as que constituem nosso *corpus* de análise provêm de vinte e quatro (24) artigos de opinião publicados, aos sábados, pelo jornal *Folha de São Paulo*, na coluna *Tendências e Debates*, entre os meses de janeiro e dezembro de 2014. Essa seção apresenta uma pergunta sobre determinado assunto que suscitou polêmicas ao longo da semana nos noticiários. Os articulistas convidados⁹,

9 Nenhum dos articulistas mantém vínculo profissional com o jornal, mas são figuras com notoriedade na sociedade e, por isso, convidadas para escreverem os artigos de opinião que compõem a coluna. A formação acadêmica e a profissão de todos os autores convidados para exporem suas opiniões estão em estreita relação com o assunto proposto para o debate, o que lhes confere autoridade para se posicionarem.

ao responderem *sim* ou *não* ao questionamento feito pela instância midiática, defendem visões opostas em relação ao tema em tela, aproximando-se ou afastando-se da *doxa* vigente.

Doxa é uma palavra emprestada do grego e designa a opinião, a reputação, o que dizemos das coisas ou das pessoas. A *doxa* corresponde ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais frequentemente, na sua formulação linguística corrente. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 176-177)

Em outras palavras, a *doxa* representa os posicionamentos que são predominantes em uma sociedade específica, em uma determinada época. Esses valores sociais precisam ser considerados para que o projeto argumentativo tenha êxito, conforme destaca Amossy (2005, p. 123):

A importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível; em outras palavras, conduz a uma *doxa* comum. É mediante um trabalho sobre a *doxa* que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista.

Todavia, como a *doxa* é situada social e historicamente, podendo variar a depender da cultura de um povo ou mesmo entre grupos de uma mesma sociedade em uma mesma época, como identificar, então, a *doxa* vigente? Neste trabalho, a solução metodológica adotada foi investigar a *doxa* que emerge dos pares de textos em análise, por meio do reconhecimento de múltiplas vozes presentes nos discursos – a polifonia. Ducrot (1987, p. 172) define polifonia como as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se representam nos enunciados. Para ele, o sentido de um enunciado consiste em uma representação (no sentido teatral) de sua enunciação.

À guisa de exemplificação, analisemos, brevemente, fragmentos de dois textos, publicados no dia 17 de maio de 2014, que respondem ao seguinte

questionamento: “*Inibidores de apetite devem ser proibidos?*”. Tanto o texto que responde *sim* à pergunta do jornal quanto o texto que responde *não* fazem emergir a *doxa* de que medicamentos utilizados para a perda de peso, em maior ou menor grau, afetam a saúde do paciente, como ilustram os fragmentos a seguir:

(10) SIM: REMÉDIO POLÍTICO

O tempo serviu para demonstrar que o uso de medicamentos que contém anfetamínicos gera mais riscos do que a própria doença que pretende tratar.

(Folha de São Paulo, 17 de maio de 2014)

(11) NÃO: SÃO MAIS QUE TRÊS QUILINHOS

Claro que seria mais seguro emagrecer só com dieta e exercício. Todo medicamento traz algum risco para a saúde.

(Folha de São Paulo, 17 de maio de 2014)

Consequentemente, portanto, o articulista que defende o *sim* como resposta ao questionamento da instância midiática refuta a *doxa* vigente.

A compreensão dos conceitos de *doxa* e polifonia é de extrema valia para a produção deste artigo, pois visamos à investigação e à compreensão da hipotaxe circunstancial como estratégia argumentativa em textos que discutem a aceitação ou a refutação das *doxas* adotadas pela sociedade contemporânea, dados que passamos a discutir mais detalhadamente na seção seguinte.

4. Análise dos dados: uma proposta de interface teórica

A leitura de Charaudeau (2006) nos faz acreditar que há uma aproximação entre o conceito de *doxa* e o conceito de *imaginário sociodiscursivo* – capacidade de simbolização da realidade por um determinado domínio de prática social (artística, política, jurídica etc.). O imaginário sociodiscursivo, portanto, imerso no inconsciente coletivo tecido pela história, pode contribuir para o estabelecimento de crenças numa determinada sociedade e orientar as condutas aceitas e as condutas rejeitadas numa dada época.

Defender, pois, um posicionamento que é condenado pela sociedade não é tarefa fácil. Além de selecionar argumentos que sejam eficientes para a sustentação de sua tese, torna-se indispensável que o enunciador considere aspectos linguísticos para a construção de seu projeto argumentativo. Entre os inúmeros recursos de que dispõe o sistema linguístico para a construção da argumentação, investigamos, em trabalho anterior (MARCHON, 2017), os aspectos sintático-discursivos das cláusulas hipotáticas circunstanciais, sob a hipótese de que quanto maior a complexidade de comprovação de uma proposição, mais produtivo seria o emprego desse tipo de estrutura. No trabalho atual, focalizamos apenas as cláusulas finais e as cláusulas consecutivas, construções que expressam o valor de *efeito* na macrorrelação de causalidade. Além dessa semelhança de sentido, chamou-nos a atenção o fato de essas estruturas estarem, respectivamente, entre as cláusulas com maior e com menor representatividade no *corpus* de análise da pesquisa finalizada em 2017, composto pelos mesmos doze pares de texto sobre os quais nos debruçamos para a produção deste artigo:

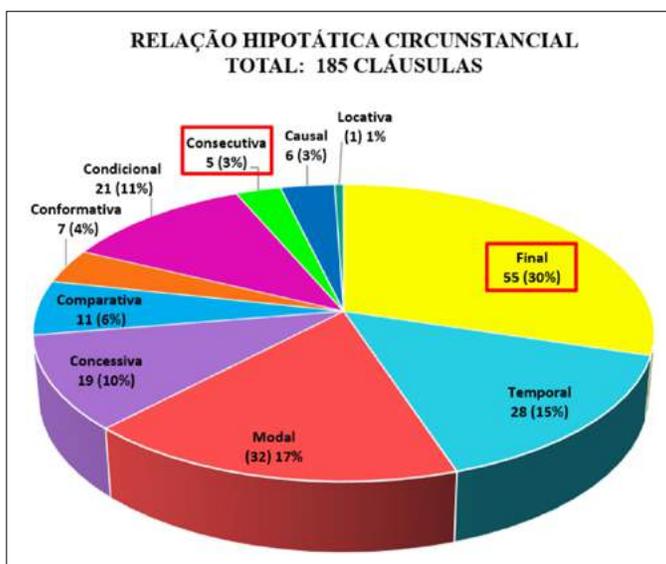


Gráfico 1. Relação hipotática circunstancial (MARCHON, 2017, p. 117)

Reiterando a confirmação da hipótese de 2017, destacamos que a maior incidência de cláusulas hipotáticas (58%) foi encontrada nos artigos de opinião cuja tese mostra-se contrária à *doxa* vigente. Nos textos em que os articulistas defendem posicionamentos compatíveis com a *vox populi*, a produtividade dessas estruturas é menor (42%).

Sobre as cláusulas de finalidade, a análise dos dados quantitativos mostra que essas construções, entre todas as estruturas circunstanciais controladas, são as mais produtivas em nosso *corpus*. Das cento e oitenta e cinco (185) cláusulas investigadas, cinquenta e cinco (55) expressam relação de finalidade, perfazendo 30% do total. Ao desdobrarmos esses dados numéricos para direcionarmos nosso olhar apenas para as cláusulas finais, constatamos que vinte e uma (21) cláusulas foram encontradas em textos que defendem a *vox populi*, o que, em termos percentuais, equivale a 38,19%, ao passo que trinta e quatro (34) delas figuram em textos que se opõem à *doxa*, ou seja, 61,81% do total de cláusulas finais investigadas neste trabalho. A maior incidência de cláusulas finais em textos cujas teses são contrárias à *doxa* vigente é outro dado que confirma o alto grau de argumentatividade dessas estruturas, tendo em vista a complexidade de desconstrução do imaginário sociodiscursivo. À guisa de ilustração, tomemos o exemplo 12, cotejado do texto que defende a tese de que é correta a maneira como as pesquisas eleitorais são feitas no Brasil, opondo-se, portanto, à *doxa* verificada entre o par de textos sobre o tema, *doxa* essa que considera ineficiente a metodologia aplicada à realização das pesquisas eleitorais no país:

- (12) Para as campanhas políticas, as pesquisas são um formidável instrumento se forem utilizadas corretamente **para balizar uma estratégia e manter governantes e sociedade antenados com a opinião pública, inclusive alertando sobre certos desvios pouco democráticos.**

(Folha de São Paulo, 18 de outubro de 2014)

Ao longo do texto intitulado “*Instrumento a serviço da democracia*”, o articulista, na construção de sua argumentação, emprega dezoito (18) cláusulas hipotáticas, dentre as quais, oito (8) são estruturas de finalidade. Em sua tarefa de convencer o interlocutor sobre a credibilidade e a importância das pesquisas eleitorais, o enunciador, no trecho em destaque, constrói uma escala argumentativa crescente, marcada pelo emprego do operador *inclusive*, introdutor do argumento mais forte, em que elenca três argumentos, expressos por cláusulas finais, que justificam o fato de as pesquisas serem um eficaz instrumento para o processo eleitoral: (i) balizar uma estratégia política; (ii) manter governantes e sociedade atentos com a opinião; (iii) alertar sobre desvios de condutas. Numa sociedade em que escândalos de corrupção são frequentes, o mais forte dos argumentos apresentados é o que trata do alerta sobre ações ilícitas que ferem a democracia. Vale ressaltar que o enunciador condiciona essas justificativas à correta utilização das pesquisas, ideia veiculada pela cláusula hipotática condicional “*se forem utilizadas corretamente*” que antecede a sequência de cláusulas finais apresentada.

Quanto aos itens gramaticais que introduzem as cláusulas hipotáticas no discurso, ressaltamos que a ideia de deslocamento é a eles inerente. Esses itens cumprem a trajetória de gramaticalização dos operadores argumentativos: *espaço* > (*tempo*) > *texto*, uma vez que, inicialmente, apresentam noções espaciais e passam a veicular noções não espaciais, a exemplo da estrutura sintático-semântica das construções finais, como esclarece a citação a seguir:

O conectivo *a fim de (que)* apresenta, em sua estrutura, o nome *fim*, noção inicialmente, espacial, que passa a indicar explicitamente a ideia de finalidade, ou seja, o resultado que se quer atingir com uma determinada atitude. Há aí uma metáfora que relaciona a noção espacial do ponto de chegada à noção lógica de finalidade.

Essa origem espacial também pode ser vista nos conectivos *para (que)* e *a (que)*. Na origem de *para* e *a* está a preposição *ad* que, segundo Pereira (1915, p. 557), indicava *movimento, proximidade no espaço e atribuição*. (...) Ainda segundo Pereira (1915, p. 558), a preposição *a*, no português, desenvolveu, além dessas três relações fundamentais

(*movimento, proximidade no espaço e aproximação*), várias outras. Uma delas é a noção de finalidade.

Fatos como esses sugerem que um movimento físico em direção a um espaço determinado pode ser estendido para noções mais abstratas. A noção de movimento espacial da preposição pode se desenvolver em valores de caráter mais gramatical, como, por exemplo, o de conectivo de finalidade (...). (MARTELOTA, 2001, p. 57-58 – Grifos do autor).

Dias (2001, p. 95) observa que “a escolha de *para* como o conector preferencial nas cláusulas hipotáticas de finalidade está associada ao seu valor semântico de *destinação e fim*” (grifos da autora), explicação que pode ser estendida aos demais conectivos finais por expressarem, de fato, uma ideia de deslocamento no mundo físico e/ou no mundo das intenções. Esse deslocamento está associado à ideia de projeção, de futuridade, o que nos faz acreditar que as cláusulas finais são numerosas em artigos que advogam contra o que o senso comum considera politicamente correto, a fim de apontar os benefícios que a mudança de atitude da sociedade pode promover.

No que se refere às cláusulas consecutivas, vale destacar que, das cinco (5) estruturas analisadas, quatro (4) delas figuram em textos em que a tese defendida pelo articulista coincide com a *doxa*, como os exemplos 5 e 8 aqui discutidos. Destacamos, ainda, que a única cláusula consecutiva presente em um artigo de opinião contrário à *vox populi* faz parte de um arranjo argumentativo que representa o argumento dos defensores da *doxa* – o articulista evoca vozes contrárias à sua na construção da argumentação, o que discutimos anteriormente ao apresentarmos o exemplo 9. Esses dados apontam que essas construções linguísticas que materializam um resultado não intencional apresentam, em nosso *corpus*, baixo grau de argumentatividade: além de a frequência ter sido extremamente baixa no *corpus* estudado (3%), essas estruturas estão a serviço da defesa da *doxa* social – advogar favoravelmente ao que a sociedade já consagrou como aceito é menos complexo do que desconstruir todo um imaginário sociodiscursivo e fazer com que outros valores sejam aceitos. Neves (2018, p. 992) aponta

que “uma das relações mais frequentemente expressas nos textos em geral, especialmente em sequências narrativas, é a de causa-consequência”. Pelo gênero textual com o qual trabalhamos, qual seja, artigo de opinião assinado, raras são as sequências narrativas encontradas, o que explica a baixa porcentagem de dados relacionados às cláusulas hipotáticas consecutivas e acena que, comparativamente, essas construções são menos argumentativas do que as cláusulas finais.

Palavras finais

Certos de que toda teoria tem seus limites, independentemente da área do conhecimento a que se relacione, investigamos as cláusulas hipotáticas finais e as cláusulas consecutivas à luz dos pressupostos teóricos do Funcionalismo, da Análise do Discurso e da Semântica Argumentativa. Como nossa perspectiva de análise privilegia a “materialidade textual” e encara como inseparáveis do texto os aspectos discursivos e sociais, foi possível focalizar que as cláusulas hipotáticas circunstanciais refletem escolhas subjetivas do enunciador na tessitura da argumentação. Na *macrorrelação de causalidade*, a cláusula final e a cláusula consecutiva representam o *efeito* da ação veiculada pela cláusula-núcleo, diferenciando-se uma da outra no que se refere à intencionalidade desse efeito: as *cláusulas finais* denotam o *efeito visado*, ao passo que as *cláusulas consecutivas* denotam o *efeito não intencional*.

Partindo do pressuposto de que desconstruir o que é aceito como “correto” pela sociedade (*doxa*) requer um investimento argumentativo maior do que defender a manutenção desses valores, acreditamos que o percentual de incidência das cláusulas finais e das cláusulas consecutivas refletem o grau de argumentatividade dessas duas estruturas. No que se refere à frequência de uso dessas construções, verificamos que as cláusulas de finalidade são expressivamente mais produtivas (30%), sendo mais numerosas em textos cujas teses refutam as *doxas* vigentes. Essas construções expressam

um deslocamento de uma origem a uma meta no mundo das intenções, deslocamento esse que, em nosso *corpus*, pode ser entendido como a própria trajetória de mudança comportamental da sociedade. Quanto às cláusulas consecutivas, das cento e oitenta e cinco (185) cláusulas hipotáticas estudadas, apenas cinco expressam a relação de resultado não intencional. Apesar da baixa frequência, constatamos que, em geral, essas estruturas figuram em textos que defendem a manutenção das *doxas* sociais, sendo, pois, menos argumentativas do que as cláusulas finais.

Entendemos, portanto, que as cláusulas hipotáticas são imprescindíveis no que se refere ao discurso, já que realçam argumentos e encadeiam raciocínios lógicos arquitetados pelo enunciador em seu projeto de argumentação.

Referências

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz et al. São Paulo: Contexto, 2005.

AZEREDO, José Carlos. **Iniciação à sintaxe do português**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Fundamentos da gramática do português**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2012.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BRAGA, Maria Luíza. Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. v. 6. p.239-258.

BUENO, Silveira. **Gramática normativa da língua portuguesa**. São Paulo, Edição Saraiva, 1963.

CARVALHO, Cristina dos Santos. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. In: **Veredas**: Revista de Estudos Linguísticos. vol. 14/15. Juiz de Fora: UFJF, 2004.

CASTILHO, Ataliba de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. **Stéréotypage, stéréotypes**: fonctionnements ordinaires et mises en scène. Langue(s), discours, v. 4. Paris: Harmattan, 2006, p. 49-63.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Leite com manga morre**: da hipotaxe adverbial no português em uso. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua. São Paulo, LAEL/PUC, 1993.

_____. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento; SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; BITTENCOURT, Vanda de Oliveira; LIBERATO, Yara Goulart (Orgs.). **Aspectos da gramática do português**: uma abordagem funcionalista. 1. ed. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001, v. 5. p. 103-166.

DIAS, Nilza Barrozo. **As cláusulas de finalidade**. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2001.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; TAVARES, Maria Alice. Ensino de gramática com base no texto: subsídios funcionalistas. In: **Ariús**: Revista de Ciências Humanas e Artes, v. 13, n. 2, p. 156-162. Campina Grande: Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Letras, 2007.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. 3.ed. London: Hodder Education, 2004.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. Rio de Janeiro, Ática, 2003.

LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Trad. Vera Maluf. Campinas: Mercado de Letras, 2002 [1980].

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 6a ed. Porto Alegre – Rio de Janeiro: Globo, 1985.

MAGALHÃES, Ana Maria Oliveira. **A preposição PARA e as subordinadas infinitivas completivas, relativas infinitivas e adverbiais finais** – contrastes. Dissertação de Mestrado em Linguística. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.

MARCHON, Amanda Heiderich. **As teias da argumentação**: um estudo de interface sintático-discursivo da hipotaxe circunstancial. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2017.

MARTELOTA, Mario Eduardo. Vinculação em cláusulas adverbiais: uma análise das cláusulas finais. In: **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 54-66, 2.º sem. 2001.

MATEUS, Maria Helena *et alii*. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa, Editorial Caminho, 2003.

MANN, William; THOMPSON, Sandra A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, v. 8, n.3, p. 243-281, 1988.

MÓDOLO, Marcelo. As construções correlatas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Função argumentativa da correlação. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. (org. e coord.). **Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RODRIGUES, Violeta Virginia. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.) **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo, Contexto, 2007.

SAID ALI, Manuel. **Gramática elementar da língua portuguesa**. 8. ed. atualizada. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

Gramaticalização do verbo ver: uma análise comparativa no português e no espanhol

Grammaticalization of the verb ver: a comparative analysis in portuguese and spanish

Izabel Larissa Lucena Silva*
Fábio Fernandes Torres**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a gramaticalização do verbo “ver” no português e no espanhol, a partir de dados consultados em diferentes corpora digitais, orais e escritos, com base em Givón (1995, 2001), Gonçalves et al. (2007), Heine et al. (1991), Lehmann (2002 [1982]), Heine e Reh (1984), entre outros. Considerando-se a gramaticalização não apenas como um processo relacionado à mudança diacrônica de um item ou construção, mas também como um processo elaborativo-criativo motivado por aspectos cognitivo-comunicativos (GIVÓN, 1984), constatou-se que o verbo perceptual “ver” exerce diferentes funções, que podem ser distribuídas em um contínuo de abstratização semântica e mudança categorial.

Palavras-chave: Gramaticalização. Abstratização metafórica. Verbo ver.

Recebido em 21 de abril de 2020.

Aceito em 8 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.385>

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, izabel_larissa@unilab.edu.br, orcid.org/0000-0001-5177-8267

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, fabiofortes@unilab.edu.br, orcid.org/0000-0002-5972-5140

ABSTRACT

This paper aims to analyze the grammaticalization of the verb "ver" in Portuguese and Spanish, from data consulted in different digital corpora, oral and written, based on Givón (1984, 1995), Gonçalves et al. (2007), Heine et al. (1991), Lehmann (2002 [1982]), Heine and Reh (1984), and others. Considering grammaticalization not only as a process related to the diachronic change of an item or construction, but also as an elaborative-creative process motivated by cognitive-communicative aspects (GIVÓN, 1984), it was found that the perceptual verb "ver" have different functions, that can be distributed in a continuum of semantic abstraction and categorical change.

Keywords: Grammaticalization. Metaphoric abstraction. Verb ver.

Introdução

A língua portuguesa e a língua espanhola, como língua neolatinas, compartilham, em sua estrutura linguística, semelhanças funcionais bastantes significativas que instigam estudiosos das duas línguas a adotarem posturas comparativas nos fenômenos que analisam. Neste trabalho, investiga-se um fenômeno em particular: a gramaticalização do verbo "ver".

Busca-se comparar usos do verbo "ver" no português e no espanhol, segundo os postulados do Funcionalismo Linguístico e do paradigma da gramaticalização, procurando descrever e analisar as funções semânticas e pragmáticas a que se prestam tais usos, a fim de propor um contínuo de gramaticalização para esse verbo, sob o ponto de vista sincrônico. Para tanto, consideraram-se ocorrências linguísticas disponíveis em diferentes *corpora* digitais (orais e escritos).

Neste estudo, assume-se que a gramaticalização consiste em um processo de mudança linguística relacionado à mudança de estatuto categorial de um item lexical (ou menos gramatical) para gramatical ou mais gramatical (LEHMANN, 2002). A partir dessa concepção, postula-se que a gramaticalização consiste em um processo não apenas diacrônico, ligado à evolução das formas linguísticas, mas, também, em um processo sincrônico, ligado à fluidez categorial das expressões linguísticas, presa a mecanismos cognitivo-semânticos relacionados ao mapeamento metafórico envolvido na

extensão de significados concretos em usos mais abstratos, por meio da inter-relação entre domínios conceptual-cognitivos (TRAUGOTT; HEINE, 1991).

Este artigo está organizado, do ponto de vista retórico, além desta introdução, na qual se apresenta o objetivo geral deste estudo, em mais 5 seções. Na seção 1, discutem-se os postulados funcionalistas que orientam a análise do verbo “ver”. Em seguida, na seção 2, apresenta-se o processo de gramaticalização, para, posteriormente, discutir o processo de abstratização metafórica, como um importante mecanismo desencadeador de processos de gramaticalização. Na seção 3, explicitamos os critérios de delimitação dos *corpora* de análise referentes ao Português e ao Espanhol. Na seção 4, discutem-se os resultados desta análise, procurando enfatizar as semelhanças funcionais que tal verbo cumpre em ambas as línguas, de modo a propor um contínuo de gramaticalização. Por último, na seção 5, expõem-se as considerações finais e suas possíveis contribuições para os estudos que se interessam em analisar a língua a partir de uma perspectiva da fluidez categorial dos usos linguísticos.

1. A perspectiva funcionalista

O paradigma funcionalista concebe a língua como um instrumento de interação social e o sistema linguístico como um sistema de natureza adaptativa, resultante das pressões do uso. Assim, a linguagem é explicada com base nas funções comunicativas e cognitivas, e toda investigação linguística deve ser proveniente da linguagem em uso nos contextos sócio-comunicativos. Longe de ser um fim em si mesma (HALLIDAY, 2004), um conjunto de formas ou signos independentes do contexto de uso, a língua é definida, na visão funcionalista, como um correlato de funções cognitivas e comunicativas, estabelecidas na interação entre falante e ouvinte em um dado contexto de uso (DIK, 1997).

Segundo Neves (2006), partindo-se de uma concepção geral, desvinculada de modelos de propostas particulares, o Funcionalismo

Linguístico é uma teoria que se liga, acima de qualquer coisa, aos fins comunicativos a que servem as unidades linguísticas e ocupa-se, principalmente, dos meios linguísticos de expressão. Assim, o objetivo central da investigação funcionalista é descrever e analisar dois sistemas de regras: (i) as regras de constituição dos enunciados (regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas) e (ii) as regras que regem o uso da língua (regras pragmáticas). Sob esse ponto de vista, o primeiro conjunto de regras é instrumental em relação ao primeiro (DIK, 1989, 1997).

O funcionalismo considera, portanto, que há uma correlação motivada (icônica) entre a sistematicidade da língua e a instrumentalidade do uso linguístico, ou seja, defende-se que há uma relação não arbitrária entre forma e função, entre gramática e cognição-discurso. Em outras palavras, a expressão linguística tem a forma que tem porque cumpre, em última instância, finalidades comunicativas.

Para Givón (1984), a gramática é comparável a um organismo vivo, dentro do qual há subsistemas estruturalmente organizados e funcionalmente relacionados. A sintaxe é determinada por dois outros domínios funcionais: o semântico e o pragmático. Segundo Givón (1995), a língua não pode ser definida como um sistema autônomo porque a gramática só pode ser entendida em referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.

O estabelecimento de uma integração sistemática entre sintaxe, semântica e pragmática na investigação dos usos linguísticos é também postulado por Dik (1989, 1997). De acordo com esse autor, a pragmática é vista como um quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, instrumental em relação à semântica.

Neves (2012) esclarece que o funcionalismo nega categorizações rígidas e imutáveis. Para a autora, um exame rápido das lições funcionalistas nos leva à admissão de que categorizações preestabelecidas, rígidas, estanques e definitivas, alheias ao uso linguístico, devem ser repudiadas, dando lugar a

uma concepção que estabelece a gradualidade das categorias linguísticas. Os conceitos que a língua expressa e a organização do pensamento humano são fortemente influenciados por processos metafóricos e metonímicos e estão ligados à flexibilização dos limites entre membros centrais, que manifestam o número máximo das características das classes centrais (prototípia), e membros periféricos (marginais). Tais comprovações cognitivistas sobre a indeterminação de fronteiras, segundo Neves (2012), dão respaldo à tendência funcionalista em reconhecer o caráter de fluidez categorial dos itens e das expressões linguísticas.

2. O processo de gramaticalização

Segundo Gonçalves et al. (2007), a gramaticalização pode ser considerada paradigma, quando se observa, em um estudo, como as formas gramaticais e construções surgem e como são usadas, e pode ser considerada processo, quando a preocupação do estudo está voltada para descrever como itens gramaticais se tornam mais gramaticais. Esses estudos podem ser feitos em duas perspectivas, segundo os autores: a) diacrônica – se a preocupação é explicar como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua; b) sincrônica – quando se procuram identificar os graus de gramaticalidade que uma forma desenvolve a partir dos deslizamentos funcionais sofridos por ela.

Em linhas gerais, a gramaticalização tem sido entendida como um processo pelo qual uma expressão linguística adquire propriedades gramaticais ou quando se torna ainda mais gramatical, ou seja, tem sua gramaticalidade ampliada. Isso pressupõe que as formas da língua podem ser distribuídas em duas categorias principais: (i) aquelas que possuem apenas um estatuto lexical – elementos autosemânticos, que fazem referência ao universo biossocial, designando qualidades, entidades etc – os itens lexicais; e (ii) aquelas que possuem um estatuto gramatical, que expressam noções gramaticais, como tempo, aspecto, pessoa etc e valores relacionais, como é o caso das preposições e conjunções – os itens gramaticais. Essas categorias,

contudo, não podem ser vistas como discretas, mas como portadoras de um conjunto de propriedades que permitem identificar um elemento pertencente a uma ou outra categoria.

Heine e Reh (1984) procuram compreender o mecanismo interno do processo de gramaticalização, deixando em segundo plano a preocupação de saber onde a gramaticalização começa e termina. Os autores distinguem três tipos de processos que afetam todos os níveis da estrutura linguística: (a) processo funcional: dessemantização, expansão, simplificação e fusão; (b) processo morfossintático: permutação, composição, cliticização, afixação e fossilização; (c) processos fonéticos: adaptação, erosão, fusão e perda.¹ Esses processos, em alguma medida, se arranjam entre si e refletem a ordem cronológica em que aparecem, isto é, um processo funcional cronologicamente precede um processo morfossintático e um processo fonético. Portanto, se uma unidade linguística sofre dessemantização e cliticização, esses processos ocorrem exatamente nesta ordem.

Heine e Reh (1984, p. 67) listam algumas observações gerais que podem ser verificadas quando uma forma sofre um processo de gramaticalização. Quanto mais avançado esteja o processo de gramaticalização de uma forma linguística,

- a) mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional e/ou valor expressivo;
- b) mais ela perde em significância pragmática e ganha em significância sintática;
- c) mais reduzido é o número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;
- d) mais sua variabilidade sintática decresce, isto é, mais sua posição na oração torna-se fixa;

1 Os termos em inglês são os seguintes: (a) functional process: dessemanticization, expansion, simplification, and merger; (b) morphosyntactic process: permutation, compounding, cliticization, affixation, and fossilization; (c) phonetic process: adaptation, erosion, fusion, and loss.

- e) mais seu uso torna-se obrigatório em certos contextos e agramatical em outros;
- f) mais se coalesce semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades;
- g) mais perde em substância fonética. (HEINE; REH, 1984, p. 67, tradução nossa)²

Givón (1971) representa uma importante contribuição para os estudos gramaticais e para a compreensão da sintaxe sincrônica de uma língua. A asserção givoniana mais conhecida e repetida entre os que se dedicam aos fenômenos sintáticos e aos processos de gramaticalização é, sem dúvida, a de que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem” (GIVÓN, 1971, p. 413)³. Segundo o funcionalista norte-americano, “para compreender as morfologias e as morfotáticas atuais de uma língua, devem-se construir hipóteses específicas sobre a ordem sintática e estrutura transformacional da língua em algum estágio anterior de seu desenvolvimento histórico” (GIVÓN, 1971, p. 394, tradução nossa)⁴.

Mais tarde, Givón (1979) apresenta uma revisão de seus pressupostos que inclui a pragmática como o maior parâmetro para entender a estrutura linguística em geral e o desenvolvimento de estruturas sintáticas e categorias

-
- 2 a) the more it loses in semantic complexity, functional significance, and/or expressive value;
b) the more it loses in pragmatic and gains in syntactic significance;
c) the more reduced is the number of members belonging to the same morphosyntactic paradigm;
d) the more its syntactic variability decreases, that is, the more its position within the clauses becomes fixed;
e) the more its use becomes obligatory in certain contexts and ungrammatical in others;
f) the more it coalesces semantically, morphosyntactically, and phonetically with other units;
g) the more it loses in phonetic substance.”
 - 3 Today’s morphology is yesterday’s syntax.
 - 4 In order to understand current morphologies and morphotactics of a language, one must construct specific hypothesis about the syntactic order and transformational structure of the language at some earlier stage of its historical development.

gramaticais em particular. Sob esse aspecto, uma nova asserção, que engloba a primeira, ganha destaque: “a sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem”. Givón argumenta que, no processo de gramaticalização, um modo mais pragmático de comunicação dá lugar a um modo mais sintático, em que estruturas discursivas paratáticas frouxas evoluem para estruturas sintáticas fechadas, obedecendo ao modelo apresentado a seguir: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero (Fonte: GIVÓN, 1979, p. 209)

Lehmann (2002 [1982]) define gramaticalização como “um processo pelo qual não apenas um item lexical pode mudar para um item gramatical, mas também de um estatuto menos gramatical para um estatuto mais gramatical” (LEHMANN, 2002, p.10, tradução nossa)⁵. O linguista adverte para o fato de um processo de gramaticalização ser uma mudança gradual de estado, como um processo em aberto. Embora muitos autores tenham restringido o processo de gramaticalização à passagem de uma construção analítica para uma construção sintética, esse processo de aglutinação se refere a uma fase mais avançada do processo de gramaticalização.

Hopper (1991) retoma as contribuições de Meillet (1912), que introduziu o conceito de gramaticalização, com a preocupação de descrever e explicar a mudança. A partir de uma releitura da noção de gramaticalização, principalmente dos parâmetros propostos por Lehmann (1982), o linguista propõe os cinco princípios de gramaticalização, que têm por objetivo identificar casos potenciais de gramaticalização⁶ ainda em estágios iniciais, visto que os parâmetros propostos por Lehmann flagram estágios mais avançados de gramaticalização: (1) estratificação (layering) – dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas estão continuamente

5 as a process which may not only change a lexical into a grammatical item, but may also shift an item from a less grammatical to a more grammatical status.

6 O termo usado por Hopper é “gramaticização” (grammaticization), mas usaremos aqui o termo “gramaticalização”, por ser o mais recorrente. Na segunda nota de referência, Hopper esclarece que usa o termo “gramaticização” em vez de “gramaticalização” porque o último sugere que as formas resultantes são gramaticais, isto é, parte da gramática.

surgindo, ainda que as camadas mais velhas não sejam necessariamente descartadas, visto que podem coexistir e interagir com as camadas mais novas; (2) divergência – quando uma forma lexical sofre gramaticalização, a forma original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças como um item lexical qualquer; (3) especialização – em determinado estágio, dentro de um domínio funcional, há várias formas com diferentes nuances semânticas; quando a gramaticalização se realiza, um número menor de formas assumem significados gramaticais mais gerais; (4) persistência – quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma função gramatical, alguns traços de seu significado lexical original tendem a aderir a ela e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em restrições de sua distribuição gramatical; (5) decategorização - formas que estão sofrendo gramaticalização tendem a perder ou neutralizar marcas morfológicas e propriedades sintáticas características das categorias plenas de nome e de verbo e assumir atributos característicos de categorias secundárias, tais como adjetivo, particípio, preposição etc (HOPPER, 1991).

Abstratização metafórica

A abstratização metafórica é um importante princípio cognitivo que atua no processo de gramaticalização. Segundo Heine et al. (1991, p. 150), “por meio desse princípio, conceitos concretos são empregados para entender, explicar ou descrever fenômenos menos concretos”, mais abstratos. Assim, experiências não físicas, mais abstratas, são definidas em termos de entidades mais físicas, concretas, como, por exemplo, o tempo, que pode ser definido em relação a noções como espaço ou as relações de causalidade, que podem ser delineadas a partir de noções espaciais.

O que está em jogo nessas relações é a manipulação cognitivo-pragmática relacionada a dois processos cognitivos fortemente ligados ao modo como a mente humana organiza e categoriza a realidade: a metáfora e a metonímia. A metáfora, segundo Lakoff e Johnson (1980), define-se como

um processo cognitivo relacionado à transferência conceptual, que aproxima domínios cognitivos distintos. A metonímia, por outro lado, tem relação com a motivação pragmática, posto que se refere à reinterpretação do significado da expressão linguística induzida pelo contexto pragmático.

A mudança linguística relacionada à gramaticalização é motivada por processos metafóricos, relacionados à abstratização metafórica dos itens e a construções da língua, ou seja, ao modo como o ser humano compreende e conceitua a realidade que o cerca. É por meio da abstratização metafórica (particularmente a relacionada ao tipo *structure-changing abstraction*) que entidades concretas são recrutadas metaforicamente para expressar sentidos mais abstratos.

Para Lakoff e Johnson (1980), a metáfora não pode ser entendida como uma figura de linguagem, ligada à imaginação poética. Na verdade, para esses autores, a metáfora está presente no cotidiano da vida das pessoas, o que significa dizer que não diz respeito apenas à linguagem, mas ao pensamento e às ações dos seres humanos. O sistema conceptual humano é essencialmente metafórico, ou seja, só há metáforas como expressões linguísticas porque existem metáforas no sistema conceptual das pessoas.

Segundo Heine et al. (1991), há dois subtipos de metáforas: (i) a metáfora criativa, que se refere a aspectos de ordem psicológica na formação de novos vocábulos e expressões; (ii) a metáfora emergente, que tem natureza categorial e diz respeito à motivação pragmática, uma vez que não se formam novos itens ou construções, mas velhas formas são reintroduzidas em novos contextos, assumindo, por extensão de significados, novas funções.

A metáfora emergente, categorial, é o subtipo que interessa ao estudo da gramaticalização, pois tem relação com o desenvolvimento das estruturas gramaticais em termos de alguma categoria mais básica, concreta. Assim, na descrição das categorias linguísticas, parte-se, unidirecionalmente, do elemento mais concreto - básico - para se chegar às categorias mais abstratas, em um contínuo que tem a seguinte configuração: pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade.

A partir do reconhecimento de tais postulados, Heine et al. (1991, p. 46) estabelecem as seguintes propriedades envolvidas na gramaticalização do verbo *to go* do inglês: (i) significados metafóricos são definidos em termos de outros significados literais; (ii) domínios conceptuais mais abstratos são definidos em termos de outros domínios mais concretos, por meio de transferência ou mapeamento metafórico; (iii) significados concretos são mais facilmente identificáveis que significados abstratos (e o falante reconhece isso); (iv) violações de regras e anomalias são aparentemente geradas; (v) conceitos do mundo real são utilizados para referir-se a conceitos inanimados; (vi) a expressão metafórica pode, em determinados contextos, ser compreendida em seu sentido literal, gerando-se, assim, ambiguidades.

É importante, ainda, ressaltar o papel complementar da metonímia no desenvolvimento de processos de gramaticalização. Lakoff e Johnson (1980) compreendem a metonímia não como recurso retórico relacionado à linguagem expressiva, mas como um mecanismo provedor de entendimento cuja principal função é definir uma entidade em termos de outra. Isso revela que conceitos metonímicos são sistemáticos, pois se ligam aos pensamentos, às ações e às falas e podem ser exemplificados, principalmente, por meio de relações de substituição da parte pelo todo, do produto pela marca, do objeto pelo usuário.

Neves (1997) esclarece que, enquanto a metáfora diz respeito à transferência conceptual e tem relação com diferentes domínios cognitivos, a metonímia se refere à reinterpretção induzida pelo contexto e tem relação com conceitos interseccionados. Na metáfora, a mudança semântica ocorre a partir de categorias descontínuas (espaço, tempo ou qualidade); na metonímia, a mudança semântica ocorre a partir de uma escala contígua entre categorias ou conceitos, que estão metonimicamente relacionadas. Apesar de esses dois processos serem distintos, Heine et al. (1991) afirmam que a metáfora (do tipo emergente) pressupõe a metonímia, o que significa dizer que tais processos não são mutuamente exclusivos, mas complementares.

Além das noções de metáfora e metonímia, outro conceito importante na discussão sobre a gramaticalização do verbo perceptual “*ver*” no português

e no espanhol diz respeito à noção de prototipia, estabelecida por Rosch (1973). Segundo essa autora, o protótipo constitui o membro mais central de uma categoria, ou seja, o membro que apresenta o maior número de propriedades de uma dada categoria. Dessa forma, os membros que possuem o maior número de traços característicos de uma determinada categoria estão mais próximos do protótipo, ao passo que os membros com um número menor de traços estão mais distantes.

Givón (1984) esclarece que a gramaticalização é essencialmente um processo de mudança metafórica dos protótipos, pelo qual itens gramaticais são desenvolvidos a partir de itens lexicais. Nesse sentido, no processo de gramaticalização do verbo “ver”, o significado mais básico envolvido nesse processo seria o relacionado à percepção visual (“ver com os olhos”), o protótipo, sendo esse significado a forma fonte a partir da qual outros significados se desenvolvem, como os significados relacionados à inferência ou a funções discursivas (marcadores discursivos).

3. Metodologia

Neste estudo, consideraram-se, para a análise comparativa da gramaticalização do verbo perceptual “ver” no português e no espanhol, ocorrências de uso provenientes dos seguintes *corpora*:⁷

- (i) Português - as ocorrências foram consultadas no Corpus do Português, *corpus* eletrônico composto por um bilhão de palavras, retiradas de páginas da Web de quatro países de língua portuguesa, dentre eles Portugal e Brasil. Além disso, foram coletadas ocorrências do CENTENFolha, *corpus* eletrônico composto por cerca de 24 milhões de palavras do português do Brasil, constituído por textos do jornal Folha de São Paulo publicados no ano de 1994.

7 Esporadicamente, alguns exemplos foram extraídos de dissertações ou coletados na internet, tanto para o português quanto para o espanhol.

- (ii) Espanhol - as ocorrências foram consultadas na variedade de Valência, provenientes do PROSEEA - Proyecto para El Estudio del Español de España y de América, que conta com uma equipe de pesquisadores em vários países. Atualmente, existem equipes coletando dados em Espanha, Colômbia, México, Porto Rico, República Dominicana, Venezuela e em Miami.

4. Análise e discussão dos usos do verbo *ver* no português e no espanhol

O verbo “*ver*” integra a categoria dos verbos perceptuais, que “se caracterizam por expressar uma percepção sensorial, estabelecendo uma “relação direta entre o experienciador da percepção e o evento percebido” (MATOS, 2012, p. 39). Carvalho (2004) afirma que os verbos perceptuais podem categorizar cláusulas que expressam em seu conteúdo semântico algo que é resultado da percepção sensorial ou intelectual do referente-sujeito da oração matriz. Para Vendrame-Ferrari (2012), os verbos de percepção tendem a assumir um valor evidencial, haja vista que é por meio deles que se “apreende muitas informações sobre o mundo” (VENDRAME-FERRARI, 2012, p. 102).

Freire (2009) classifica em três subtipos a percepção visual, a saber: (i) percepção direta (experiência sensorial realizada a partir da visão); (ii) percepção indireta (experiência cognitivo-inferencial realizada a partir de pistas contextuais disponíveis na situação comunicativa); (iii) percepção imaginativa (construto mental realizado a partir do conhecimento pragmático do falante, ou seja, com base em suas suposições e crenças).

D’Aglio-Hattner (2018) explica que os verbos perceptuais (*ver*, *ouvir* e *sentir*) podem manifestar diferentes funções evidenciais: (i) percepção de evento - o falante indica que o estado-de-coisas descrito na situação foi testemunhado por ele; (ii) dedução - o falante indica que deduziu uma informação a partir de uma evidência disponível no contexto; (iii) inferência - o falante indica que inferiu um conteúdo proposicional com base em seu conhecimento de mundo;

(iv) reportatividade - o falante indica que um conteúdo foi indiretamente atestado por meio de um relato de fonte definida ou indefinida.

As ocorrências (01), (02), (03) e (04), a seguir, revelam, respectivamente, essas funções do verbo perceptual “*ver*” no português:

(01): “Eu só **vi** o homem correr entre as barracas, cabelos negros, camiseta e calça preta, com a pistola na mão.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril).

(02): “Depois, abri um bocadinho, **vi** que tinham ido embora e fugimos para as matas.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril).

(03): “Quanto a mim, **vejo** que não tinha escrito porque me considerava um «xogunzinho» (como outros que Da Matta aponta), um dono da verdade que o povo assustou e refutou.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril).

(04): “« Eu **vi** no jornal que o Fernando Henrique queria trocar o vice por um de mais credibilidade », declarou.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril).

Essas funções ligadas ao domínio evidencial (percepção de evento, dedução, inferência e reportatividade) são ilustradas, respectivamente, nas ocorrências (05), (06), (07) e (08), adiante, no espanhol:

(05): “Écija muy bonita también/ lo **he visto**/ ee- iba todos los veranos de pequeña// muy bien/ la ciudad de las torres le llaaman/ la sartén de Andalucía (PRESEEA, VAL00111MC01).⁸

(06): “yo recuerdo que no me apetecía estudiar// y hoy me arrepiento/// pues sí/ porque **he visto** que con los estudios tienes mejores// trabajos” (PRESEEA, VAL00412MC01).⁹

8 A identificação do código é a seguinte: VAL: Cidade de Valência; 001: número de ordem do informante; 1: grau de instrução (estudos primários); 1: Idade (20 – 34 anos); M: sexo, mulher; C: língua habitual (falante do castelhano e bilingue passivo; 01: ano de coleta da entrevista (2001).

9 A identificação do código é a seguinte: VAL: Cidade de Valência; 004: número de ordem do informante; 1: grau de instrução (estudos primários); 2: Idade (35 – 55 anos); M: sexo, mulher; B: língua habitual (falante do castelhano e bilingue passivo; 01: ano de coleta da entrevista (2001).

(07):B: yo creo que lo ideal ahora mismo son dos

A: ¿y por qué?

B: porque uno lo veo muy poco// yy- y más de dos/ yo ahora que tengo unaa/ **veo** que eso es una responsabilidad MUUY grande/ (PRESEEA, VAL00111MC01).

(08):”¡oiga! mientras han esta(d)o en mi casa/ mientras han esta(d)o en mi casa/ ¿eh?/ mi hijo yoo lo **veo** en la televisión que ha esta(d)o haciendo caballitos/ con cascos (PRESEEA, VAL00213HB01).¹⁰

As ocorrências (01) e (05) mostram o verbo “*ver*” em sua acepção mais básica, ou seja, concreta, ligada à percepção sensorial visual. Em (02) e (06), observa-se que o verbo “*ver*” indica que o conteúdo encaixado na cláusula principal foi deduzido a partir de uma percepção sensorial visual, que constitui o *input* (“gatilho”) para o processo dedutivo. Em (03) e (07), o verbo “*ver*” encaixa um conteúdo proposicional (constructo mental), fruto do raciocínio lógico do falante, que, com base no conhecimento de mundo que tem, infere o conteúdo descrito na situação. Nessas três acepções, podemos dizer que o falante se apresenta como fonte da informação; todavia, o sentido de “*ver com os olhos*” sofre uma abstratização e passa a significar “*ver com a mente*”. Esse sentido de “*ver com a mente*” pode, ainda, ganhar conotações diferentes, a depender do *input* envolvido no processo inferencial: a inferência pode ser baseada em uma evidência sensorial visual ou no conhecimento que o falante tem armazenado em sua memória de médio ou longo prazo. Por fim, nas ocorrências (04) e (08), observa-se que o verbo “*ver*” encaixa um conteúdo na forma de discurso indireto, assumindo uma acepção reportativa (citativa). Nessa função, o

10 A identificação do código é a seguinte: VAL: Cidade de Valencia; 002: número de ordem do informante; 1: grau de instrução - estudos primários; 3: idade (maior de 55 anos); H: sexo (homem); B: língua habitual: bilíngue (valenciano-castelhanos); 01: ano de coleta da entrevista (2001).

“ver” indica que a informação foi obtida por meio do “ouvir-dizer”, ou seja, trata-se de uma informação cuja fonte não é o falante (fonte indireta).

Vimos que o processo de gramaticalização tem relação com a expansão ou alargamento do escopo de uso de um dado item ou construção, o que quer dizer que elementos lexicais com menor escopo desenvolvem-se em itens gramaticais com escopo maior de atuação. Tal previsão diacrônica tem repercussões sincrônicas, uma vez que, se o verbo “ver” é polissêmico, isto é, exerce diferentes papéis semânticos, em razão de um processo de abstratização metafórica (pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade), isso significa dizer que o verbo “ver” alarga suas funções em uma trajetória unidirecional, que tem como domínio fonte o uso mais concreto do verbo (“testemunhar algo com a visão”) para usos mais abstratos cujas funções se distribuem em um *cline* de abstratização metafórica, a saber: percepção visual > inferência baseada em evidência visual > inferência baseada nas suposições e crenças do falante > uso reportativo/citativo do termo.

Tais funções demonstram que o verbo “ver” tem seu domínio funcional ampliado, ou seja, novas camadas surgiram, embora a camada mais “velha” não tenha sido descartada, visto que, como vimos, pelo subprincípio de estratificação, o surgimento de novas funções atreladas a velhas formas não implica, necessariamente, o desaparecimento das camadas mais velhas.

Além disso, é possível observar que alguns traços semânticos do significado lexical do verbo “ver” tendem a permanecer (subprincípio da persistência) em relação às novas camadas funcionais. Vendrame-Ferrari (2012) mostra que o verbo “ver”, para ter sentido evidencial, precisa estar na primeira pessoa do singular, no modo indicativo e no tempo passado. Tais restrições categoriais tem relação com a forma lexical original do verbo “ver” (fonte do processo de gramaticalização), pois “ver” no sentido mais concreto do termo, ou seja, “atestar um estado-de-coisas por meio da visão” implica as seguintes características: primeira pessoa do singular (o centro dêitico da oração é o próprio falante, que se apresenta como fonte do conteúdo atestado por meio da visão), modo indicativo (o estado-de-coisas só pode ser atestado

por meio da visão se tem (teve) existência em um dado mundo) e tempo passado (não se pode ter presenciado um evento que ainda não aconteceu).

Além de funções ligadas ao domínio evidencial, o verbo perceptual “ver” pode, ainda, assumir outras funções. Numa acepção desprovida de valor referencial, o verbo “ver” assume características discursivas (pragmáticas), relacionadas à organização do discurso e/ou ao monitoramento da interação, como é possível verificar nas ocorrências (09), (10) e (11), a seguir, no português, e (12), (13) e (14), no espanhol:

(09): “essa regra não acontece pois mesmo assim os preços de aqui são totalmente acessíveis. **Veja bem**, um trabalhador operário em fábricas, o que aqui nós “« carinhosamente...” (Corpus do Português. Acesso em: 03 de julho).

(10): Ora, **vejamos** uma coisa: uma Ministra diz que está lá em Pernambuco, o outro Ministro diz que é teatro e o Presidente Lula ontem de novo, outra vez, novamente, vem induzir-nos a acreditar em textos mentirosos que vêm do Palácio, isso é inaceitável (LUCENA, 2008).

(11): “a qualidade do que se apresentou no palco. E tem mais, **viu**? Não houve uma briga, assalto, furto! O Carnaval vai seguir essa.” (Corpus do Português. Acesso em: 03 de julho).

(12): **HABRASE VISTO!** Nos dejan sin cabinas telefónicas y cualquier día nos venderán la historia de que hay que quitar los nombres de las calles porque los navegadores no los necesitan (Diario Sur, 31 dez. 2018. Acesso 30 jul. 2019).

(13) A: ee/ muy bien// **vamos a ver**/ ee// ¿viajar te gusta? (PRESEEA, VAL00412MC01).

(14) si no les dices como yo a los míos/ lees- lees- enseguidaa les dije **¡a ver!** unn- un piso// y a la chiquilla también otro piso/ tengo un hijo y una hija// puess// se lo gastarían también/ aunque ya le digo/ no estoyy// ee estoy contento con ellos y no me puedo quejar (PRESEEA, VAL00712HC01).

Nas ocorrências de (09) a (14), o verbo “ver” sofre um esvaziamento de significado referencial, prestando-se a funções discursivas, ligadas ao

monitoramento da interação. Em português, a construção “veja bem” em (09) funciona como um preenchedor de pausa, exercendo importante função no planejamento/monitoramento do discurso do falante. Em (10), a construção “vejamos (uma coisa)” funciona como um elemento catafórico, pois sinaliza para aquilo que o falante irá comunicar. Na ocorrência (11), o item “viu” exerce função de marcador ilocucionário, na interação entre falante e ouvinte. Em espanhol, na ocorrência (12), a expressão “habrase visto” é um marcador discursivo com função epistêmico-attitudinal e indica descontentamento ou desacordo com uma determinada situação, a partir da qual o enunciado ancorado na expressão faz sentido. Nas ocorrências (13) e (14), as construções “vamos a ver” e “a ver” também não têm valor referencial, não descrevem um evento decorrente do verbo “ver”, mas assumem função extraoracional, como retomada do turno, preenchimento do turno de fala etc.

Destacam-se, ainda, usos do verbo “ver” em construções em que o significado expresso não está no item verbal em si, mas na construção como um todo, seja perifrástica ou não. Essas construções não podem ser consideradas expressões idiomáticas, pois, como esclarece Xatara (1998a, 1998b), seria necessário que funcionassem como unidades lexicais cristalizadas, ou seja, como expressões lexicais com distribuição sintagmática restrita ou fechada. As ocorrências (15), (16), (17) e (18), a seguir, ilustram esses usos em português; por sua vez, as ocorrências (19), (20), (21) e (22), adiante, exemplificam essas construções em espanhol:

(15): “se esbaldar brincando na areia e se refrescando no mar!! **Não vejo a hora de chegar** o verão para levá-la a praia novamente!” (Corpus do Português. Acesso em: 03 de julho).

(16): “Eu desliguei a água, eu ... na máquina, a gente põe só pra centrifugá, a ciça lava tudo na mão. Pra passar, eu passo o estritamente necessário. Né? E isso assim, mas o que não é necessário, essas coisas num precisa. Vamo economizá **pra vê se ... acaba** com essa coisa. Né? Cabô?” (MATOS, 2012, p. 109)¹¹.

11 Os exemplos (16), (17) e (18) foram retirados da dissertação de mestrado de Matos (2012).

(17): “E o que você acha da festa ser na praça? Cê acha que a festa tem de ser na praça?”

Ah eu acho que tem senão tira a tradição da cidade, num **tem nada a ver** mudar a festa pra outro lugar, num fais o estilo. Eu acho que começô lá tem que sempre ser lá porque é lá que todo mundo conhece, é lá que todo mundo gosta” (MATOS, 2012, p. 110).

(18): “Vestibular? Preparado num tô ainda não. Mas eu quero fazer fono, sempre quis fazer fono, sempre quis, meu pai que ... Meu pai mexe com ... aparelho auditivo, então ele conhece muita fono. Aí ele deu a ideia e tal, pra ele é mais fácil né pra me ajudar, pra me pô no ramo, aí eu decidi fazê. Agora vou tentá o ENEM, se Deus quisé (risos), e **vâmo ver** né” (MATOS, 2012, p. 111).

(19): “perdona/ pero a mí es que me da un poco de kjj/ porque le ponen ketchup/ oo salsa brava/ que eso **no tiene nada que ver**” (PRESEEA, VAL01112MC02).

(20): “Bueno, **voy a ver si me entero** de que coño está pasando por el mundo...” (Jaume Mayor, en twitter. Acesso em 30 de jul. 2019).

(21): “El próximo partido es el último mío con esta camiseta y después **veré si sigo jugando** en otro lado; ya lo decidí esta semana”. (Cristian Agosto, futbolista - El Diario, 27 may. 2016. Acesso em 30 de jul. 2019).

(22) ¡No vuelvas en mi presencia a pegar ninguna mujer, ni a maltratar a ningún animal, porque **te verás conmigo**, malnacido! (José María Ballester Sansano, in Matapavos. Acesso em 30 de jul. 2019)

Na ocorrência (15), a construção com o verbo “*ver*” (“*não vejo a hora de + V2*”) assume o sentido de indicar a expectativa do falante no que se refere à realização de um determinado evento (a chegada do verão). Em (16), a construção com o verbo “*ver*” (“*pra vê se + V2*”) indica a finalidade da ação de “*economizar*”. É interessante observar que essa finalidade é colocada no campo da possibilidade. Na ocorrência (17), a construção “*ter nada a ver*” demonstra a discordância do falante em relação àquilo que lhe é perguntado.

Caso a expressão não tivesse o advérbio de negação, a construção denotaria, ao contrário, a concordância do falante. Assim, a função dessa construção é indicar a avaliação do falante em relação a um determinado estado-de-coisas. Em (18), a construção “vamos ver” revela a expectativa (esperança) do falante em relação à ocorrência de um dado estado-de-coisas. Como podemos ver, de modo geral, as construções apresentadas revelam a atitude, a expectativa, a esperança do falante, funcionando, em sentido amplo, como marcas modalizadoras.

Em espanhol, as construções com o verbo “ver” nas ocorrências (19), (20), (21) e (22) têm valor atitudinal, por parte do falante. Em (19), o escopo da discordância é o conteúdo do enunciado que antecede a expressão, avaliado como inadequado pelo falante. Em (20), a atitude do falante é prospectiva em relação a uma situação ou evento que vai acontecer, revelando certo grau de comprometimento com esse evento ou com a probabilidade de sua realização. Em (21), de forma semelhante, a construção denota uma atitude prospectiva do falante, associada à possibilidade de ocorrência do conteúdo descrito na situação, com menor grau de comprometimento. Em (22), a construção revela a ameaça do falante quanto ao comportamento do ouvinte, indicando uma relação condição-consequência.

Considerando-se que a gramaticalização não diz respeito apenas à mudança diacrônica de um item ou construção, mas tem relação com processos elaborativo-criativos motivados por aspectos cognitivo-comunicativos originados nas interações linguísticas (GIVÓN, 1984), pode-se perceber que o verbo “ver” apresenta-se como um forte “candidato” à gramaticalização, uma vez que exerce diferentes funções, que podem ser distribuídas em um contínuo de abstratização semântica e mudança categorial. No quadro 1, a seguir, propõe-se um percurso de gramaticalização do verbo “ver”, no português e no espanhol, considerando-se, além dos usos evidenciais, as demais construções com o verbo “ver” e os usos discursivos (marcadores discursivos). Nesse sentido, pode-se verificar que os usos reportativo e discursivo do verbo “ver” estão em estado mais avançado de abstratização metafórica.

Quadro 1. Percurso de gramaticalização do verbo “ver” no português e no espanhol.

Tipo	Função cognitivo-perceptual	Gramaticalização
percepção de evento	evento atestado pela visão.	+ concreto
dedução	evento deduzido a partir de pistas contextuais presentes na situação comunicativa.	
inferência	evento inferido a partir do conhecimento linguístico- pragmático.	
construções com o verbo “ver”	atitude do falante em relação àquilo que diz.	
reportativo	conteúdo reportado, indiretamente, por meio de fonte definida ou indefinida.	
marcador discursivo	constituente extraoracional, com função discursiva.	
		+ abstrato

Os usos do quadro 01 corroboram a concepção de que os significados não físicos do verbo “ver” (mais abstratos) originam-se de significados físicos (mais concretos), por um processo de metaforização, como aponta Sweetser (1990). Essa extensão de significados do mundo físico para se referir a estados cognitivos tem relação com a metáfora MIND-AS-BODY (metáfora de base corporal), que é motivada pela correspondência entre nossas experiências externas e nossos estados mentais, cognitivos.

Considerações finais

A análise empreendida neste trabalho teve como objetivo investigar, comparativamente, a gramaticalização do verbo “ver” no português e no espanhol. Os dados da pesquisa demonstram que o predicado “ver” constitui meio linguístico multifuncional para a manifestação da evidencialidade em português e em espanhol: evidência direta, evidência indireta (inferencial e reportativa). Além disso, registraram-se usos em que o verbo “ver” aparece

em construções, que, de modo geral, têm a função de revelar a atitude do falante, indicando suas expectativas, esperanças, opiniões e diferentes graus de comprometimento. Destacam-se, ainda, usos desprovidos de valor referencial, cuja função é essencialmente discursiva (como marcador ilocucionário ou preenchedor de pausa).

O percurso de mudança semântica, revelado pela abstratização metafórica, demonstra uma diluição das fronteiras funcionais do verbo, que amplia seus usos para funções mais abstratas, relacionadas à evidencialidade reportativa e à função de marcador discursivo. Esse percurso parece apontar para a seguinte trajetória de gramaticalização, tanto no português quanto no espanhol: percepção visual > inferência sensório-visual > inferência lógico-pragmática > atitude do falante > reportativo > marcador discursivo.

Referências bibliográficas

CARVALHO, C. S. **Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos**: uma análise funcionalista. 2004. 251f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. esp., 2018.

DIK, C.S. **The theory of functional grammar**. Parte 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publication, 1989.

_____. **The theory of functional grammar**. Part 2: Complex and derived constructions. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DUBOIS, J. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (org.). **Typological Studies in Language**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1984.

FREIRE, G. A. N. Sobre percepção e negação de eventos no PB. **Revista Interdisciplinar**. Ano IV, v. 9, 2009, p. 67-77.

GIVÓN, Talmy. **On Understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979a.

_____. **Syntax I**. New York: Academic Press, 1984.

_____. **Discourse and Syntax: Discourse and Syntax**. New York: Academic Press, 1979b.

_____. **Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist 'field trip**. Chicago Linguistic society 7: 394 –415, 1971.

_____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. **Syntax: an introduction**. Vol 1. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Company, 2001.

GONÇALVES, S. L. et al. Tratado Geral sobre Gramaticalização. In: GONÇALVES, S. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. New York:Oxford University Press Inc., 2004.

HEINE, B.; REH, M. **Grammaticalization and reanalysis in African languages**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1984.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (ed.). **Approaches to Grammaticalization**. VI. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

LEHMANN, C. **Thoughts on grammaticalization**. VI. 2ed. Erfurt: Arbeitspapiere des Seminars für Sprachwissenschaft der Universität Erfurt, (2002 [1982]).

LUCENA, I. L. **A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da Assembleia Legislativa do Ceará**. 2008. 110f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MATOS, P. T. **Evidências sobre a polissemia e a gramaticalização do verbo “ver”**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1912, p. 130-148.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997
_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Editora Parábola, 2012.

ROSCH, E. Natural categories. **Cognitive Psychology**. V. 4, 1973.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, Elisabeth Closs; HEINE, Bernard (ed.). **Approaches to Grammaticalization**. VI. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991, p. 17-35.

VENDRAME-FERRARI, V. Verbos de percepção em construções evidenciais de acordo com o modelo da gramática discursivo-funcional. **Revista Linguística**, V. 8, n. 1, 2012.

XATARA, C. M. O campo minado das expressões idiomáticas. **Alfa**, nº 42 (n. esp.), São Paulo: UNESP, 1998a. p. 147-159.

_____. Tipologias das as expressões idiomáticas. **Alfa**, nº 42 (n. esp.), São Paulo: UNESP, 1998b. p. 169-175.

O campo lexical referente ao rural: processos metodológicos e construção

The lexical field relating to the rural: methodological processes and construction

Thyago José da Cruz*

RESUMO

Este trabalho se insere no âmbito da Semântica Estruturalista, em especial em Coseriu (1981) e Geckeler (1976), e se propõe a apresentar o processo metodológico de elaboração de um campo lexical, isto é, o campo lexical referente ao rural. Para tanto, detalha e discute as etapas assumidas na pesquisa, tais como: a seleção das unidades lexicais em dicionários, a análise de suas definições, a identificação do arquilexema, das dimensões, do classema, dos semas adicionais e dos elementos nucleares. Ressalta ainda a importância do método analítico da análise componencial nesse tipo de estudo, além de demonstrar a pertinência do uso de obras lexicográficas e de estudos de outras áreas diferentes da Linguística para a delimitação dos elementos dos campos lexicais.

Palavras-chave: Semântica Estruturalista. Campos Lexicais. Análise Componencial. Rural.

Recebido em 07 de abril de 2020.

Aceito em 25 de maio de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.383>

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, thyagosanjose@gmail.com,
orcid.org/0000-0001-5562-8485

ABSTRACT

This paper falls within the scope of Structuralist Semantics, especially in Coseriu (1981) and Geckeler (1976), and proposes to present the methodological process of elaborating a lexical field, that is, the lexical field relating to the rural. To this end, it details and discusses the steps taken in the research, such as: the selection of lexical units in dictionaries, the analysis of their definitions, the identification of the archilexeme, the dimensions, the classème, the additional semes and the nuclear elements. It also emphasizes the importance of the analytical method of component analysis in this type of study, in addition to demonstrating the relevance of using lexicographic works and studies in other areas other than Linguistics for the delimitation of elements of lexical fields.

Keywords: Structuralist Semantics. Lexical Fields. Component Analysis. Rural.

Introdução

Na Semântica Estruturalista, há, ao menos, dois métodos para se investigar a significação em um campo lexical: o método analítico e o método sintético. O primeiro, utilizado, por exemplo, pelo dicionário Roget's Thesaurus (1911) como método para a definição e classificação das suas unidades, se norteia pela decomposição do item lexical, ao considerar a língua como um conjunto de elementos inter-relacionados em que suas unidades de sentido podem ser submetidas a uma descrição por meio de traços semânticos. Já o segundo, muito empregado em processos de tradução automática, considera as unidades como elementos de base e que é possível extrair a significação por meio de recursos de operações lógicas.

Tendo isso em consideração, propomos como escopo deste artigo demonstrar o processo metodológico de elaboração de um campo lexical, o campo lexical referente ao rural, ao empregar algumas unidades lexicais (doravante ULs) da língua portuguesa, extraídas de três obras lexicográficas, a saber: o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, versão eletrônica, o por ora denominado e-Aurélio (FERREIRA, 2010); o Dicionário Analógico da Língua Portuguesa, o DALPIAT (AZEVEDO, 2010); e o Dicionário de

Sinônimos Antenor Nascente, o Nascentes (NASCENTES, 2018). Trata-se de um recorte de uma pesquisa doutoral (CRUZ, 2020), cujo objetivo foi o de apresentar bases para a elaboração de um dicionário ideológico de locuções. O conceito de “rural” foi o ponto de partida para a identificação dos elementos lexicais, das taxonomias, das classificações e das definições para a delimitação desses parâmetros. Portanto, assim como no Roget’s Thesaurus, uma obra lexicográfica ideológica¹, nos valem da análise componencial, um método estruturalista analítico, para a elaboração deste campo. Esta foi uma das etapas que possibilitaram a adequação da teoria dos campos lexicais, idealizadas por Coseriu (1981) e ampliada por Geckeler (1976), para a inclusão dos fraseologismos na referida tese².

Este estudo está dividido em duas partes principais: na primeira, destinamos uma discussão do que seja a análise componencial e seus métodos e, na segunda, como aplicamos, baseados, principalmente, em Coseriu (1981) e Geckeler (1976), essa teorização para poder construir o campo lexical referente ao rural.

1. Análise componencial: definição e método

Lyons (1977) define a análise componencial, ou decomposição lexical, como um modo de se tornarem formalizadas ou absolutamente precisas as relações de sentido que os lexemas mantêm entre si. Para tanto, há uma decomposição do sentido do lexema em seus elementos constituintes. Metaforicamente, pode-se imaginar esse processo como um pequeno quebra-cabeça, de quatro peças, já montado. Este seria como um lexema e cada uma

-
- 1 Concordamos com Babini (2003, p. 40), que diferencia um dicionário ideológico de um analógico pela presença, principalmente, no primeiro, de um plano de classificação de ideias e de quadros sinópticos, uma vez que o mecanismo de analogia, empregado por ambos, parte do mesmo princípio e funcionamento.
 - 2 Por fugir do escopo desta publicação, não demonstraremos aqui como se efetivou esse processo de inclusão de fraseologismos em campos lexicais.

de suas peças, o seu elemento constituinte. Com a análise componencial, isto é, a separação das peças, seria possível observar detalhadamente cada um desses quatro elementos inter-relacionados, detentores de características próprias, as quais contribuem para a formação completa do referido jogo.

O método da análise componencial não está isento de críticas. Conforme Carvalho e Carvalho (1975, p. 97), esse tipo de análise pode trazer certos questionamentos: “O que se descreve são palavras ou coisas? O sistema criado é parte do léxico ou é conceitual? Essa descrição pode ser generalizada?”. Embora reconheçamos a pertinência dessas indagações, podemos afirmar que uma análise componencial torna-se vantajosa como um método por evidenciar os traços comuns e distintivos de uma categoria detentora de uma grande quantidade de elementos, organizando essas semelhanças e distinções, dentro dessa categoria. Ademais, segundo Pottier (1978, p. 61), ao trabalharmos com um “conjunto de elementos que apresentam o máximo de afinidade, [...] as diferenças serão tanto mais significativas”. Evidenciá-las, portanto, pode auxiliar-nos na construção de obras lexicográficas, principalmente as que se organizam pelos conceitos, como os dicionários ideológicos.

Tendo sido demonstradas algumas vantagens e desvantagens da utilização da análise componencial, a seguir, expomos aquela de base coserianas realizada por Geckeler (1976), a fim de uma melhor elucidação sobre esse processo metodológico.

Geckeler (1976) se propôs a construir o campo lexical dos adjetivos franceses referentes à idade, usadas em um recorte sincrônico do século XX. Como constata a dificuldade de delimitar os elementos integrantes de um campo lexical, propõe a seguinte prerrogativa: primeiramente, devemos tomar o arquilexema como um farol, isto é, um ponto de partida e de regresso³, um arquilexema cujos outros lexemas se subordinarão. Para encontrar esses elementos subordinados, as obras lexicográficas monolíngues

3 Na tradução do texto em espanhol de Geckeler, versão que adotamos, o tradutor usa a expressão “marco luminoso”.

e as que indicam os sinônimos e os antônimos são de grande valia, além de se considerar a competência linguística⁴ do pesquisador para a inclusão ou não desses elementos. Nesse primeiro momento, formam-se, portanto, juntamente com o arquilexema, a estrutura fundamental, ou seja, o núcleo, o centro do campo lexical (GECKELER, 1976, p. 306). Como exemplo, esse pesquisador demonstra como elementos nucleares os lexemas *âge*, *ancien*, *antique*, *frais*, dentre outros. No que se refere ao arquilexema, configura-se este como “adjetivo da idade”.

Além dos elementos nucleares, Geckeler (1976) ressalta a existência dos elementos periféricos, que são aqueles que se distanciam dos elementos centrais e do arquilexema, por não estar diretamente relacionados às redes de oposições estabelecidas entre os integrantes nucleares do campo, possuindo, apenas, um grau de integração com esses. Alguns deles são: *adolescente-adulte*; *cadet-aîne*; *mineur-majeur*, dentre outros. Cabe ressaltar ainda, para este mesmo autor, que as terminologias “centro” e “periferia” foram retiradas dos estudos da Nova Escola de Praga.

Após o levantamento dos elementos nucleares e periféricos e de se ratificar a importância dos traços opositivos, Geckeler (1976) assinala que a delimitação do campo lexical passa por duas grandes etapas distintas: primeiramente, descrevem-se as relações sintagmáticas (que levam ao reconhecimento dos classemas⁵) para que, na segunda fase, estabeleçam-se as relações paradigmáticas (a identificação dos traços distintivos dos elementos do campo). O primeiro precede a análise do conteúdo paradigmático, por

4 A competência linguística, ou na terminologia de Coseriu (2007, p. 128) o “saber linguístico”, se configura na capacidade do indivíduo em articular satisfatoriamente o saber elocucional (saber falar em geral); o saber elaborar um texto baseado em seu saber idiomático, além de poder construir um texto a partir do conhecimento de uma tradição textual calcado numa intuição como um ato linguístico.

5 Fundamenta-se na definição coseriana de classema que o delimita como uma unidade detentora de um conteúdo comum a duas ou mais unidades de um campo (ou até mesmo a todo o campo lexical) ou, pelo menos, a uma dada classe determinada por um outro classema dentro de uma categoria verbal (Coseriu, 1981, p. 171-175).

empregar a análise distribucional, isto é, a descrição de comportamentos essenciais dos lexemas analisados, partindo da delimitação de seus classemas, uma vez que “el significado sistemático de un lexema que funciona en un campo léxico se compone del contenido archilexemático, así como de los semas correspondientes (es decir, dimensiones y semas) y clasemas”⁶(GECKELER, 1976, p. 310). Os classemas, portanto, se tornam fundamentais na estruturação do campo lexical.

Embora não tenha procedido de modo exaustivo, Geckeler (1976) demonstra, em seus estudos, a existência dos seguintes classemas para o campo lexical dos adjetivos referentes à idade: /para não animado/ e /para animado/; deste último se ramifica /para pessoas/ e /para não pessoas/; e para este, /para animais/ e /para plantas/. Identificados os classemas, direcionou-se para a análise paradigmática do conteúdo do campo lexical dos adjetivos referentes à idade. Nesse processo foram delimitados os traços distintivos, a partir do reconhecimento das dimensões e dos elementos centrais, para, logo após, voltar-se a atenção aos itens periféricos.

Com relação às dimensões, Geckeler propôs as seguintes: “idade própria determinada por uma norma”, “idade própria determinada numericamente”, “classificação temporal”, “fases evolutivas”, “relação de idade”, “estado”, “idade própria”. Nelas figuram os elementos centrais e periféricos que se relacionam pelas oposições que possam estabelecer. Essas oposições podem ser observadas e classificadas conforme Coseriu (1981), mediante o reconhecimento dos semas que compõem cada unidade lexical.

A organização dos conteúdos semânticos, a partir deste método estruturalista, pode ser demonstrada de duas formas: pela fórmula de comutação ou pelo resumo esquemático em forma de matriz. A primeira, conforme indica Geckeler (1976, p. 313), se configura como:

6 “[...]o significado sistemático de um lexema que funciona em um campo lexical se compõe do conteúdo arquilexemático, assim como dos semas correspondentes, ou seja, dimensões e semas) e clasemas”.

Quadro 1. Fórmula de comutação

$$\text{Clex} = \Sigma \text{arquilexema} + (\text{dimensão} (\delta\text{es}) + \text{sema}(\text{s}) + \text{classema} (\text{s}))$$

Em que “Clex” corresponde a campo lexical e “ Σ ”, a somatório. Como exemplo, notamos para o conteúdo semântico de “*vieux*”: Clex= “adjetivo da idade + (idade própria + em grau relativamente avançado + para animado) (GECKELER, 1976, p. 313).

Já no que se refere à matriz esquemática de análise de conteúdo, um exemplo, muito semelhante à matriz utilizada por Geckeler (1976),

Quadro 2. Matriz esquemática de análise de conteúdo

ARQUILEXEMA												
LEXEMAS	SEMAS COMUNS (CLAS-SEMA)	SEMAS ADICIONAIS									DIMENSÕES	
		/x/	/a/	/b/	/c/	/d/	/e/	/f/	/g/	/h/	/i/	D1
1	+	+	+	-	+	-	-	-	+	-	+	-
2	+	-	+	-	+	+	-	-	+	-	+	-
3	+	+	+	-	+	+	+	-	-	-	-	+
4	+	+	+	+	+	+	-	-	+	-	+	+

À esquerda do quadro, representados neste exemplo por números, há a disposição dos lexemas que se referem ao campo em questão; na parte superior, há a indicação do arquilexema e, abaixo, o classema (representado pela letra “x”) e os semas adicionais (representados pelas outras letras. A presença do traço para o lexema é indicada pelo sinal de “+”, enquanto, para a ausência, pelo sinal de “-”. Na parte final da matriz, pode-se apresentar as dimensões (marcadas como D1 e D2), que sinalizam a pertença do lexema ou não a esses itens do quadro pela presença ou ausência do sinal “+”.

2. A análise componencial: aplicação do método para a elaboração do campo lexical

Elaboramos a delimitação do campo lexical referente ao rural, a partir da proposta de Geckeler (1976), pois este pesquisador se fundamentou nas teorias de Coseriu (1981) sobre o tema, mas ampliou o instrumental linguístico para a análise semântica (LEONEL, 2000). Com relação à aplicação do método, Geckeler (1976) o empregou para delimitar o campo lexical dos adjetivos franceses referentes à idade. Não apresentamos todo esse processo, mas demonstramos o seu fazer metodológico ao empregar essa teoria em nosso objeto de interesse, isto é, o campo lexical referente ao rural. Passemos, então, à teoria e sua aplicação.

As considerações de Biderman (2002; 2004) vem ao encontro às observações de Geckeler (1976) sobre os dicionários, pois, para aquela linguista o dicionário comporta-se como um acervo lexical da cultura de uma dada língua e pode deixar em eminência tudo aquilo que a memória de um falante não é capaz de preservar. Logo, ao partirmos inicialmente da investigação em dicionários para o levantamento de unidades lexicais, é possível que encontremos unidades que dificilmente saberíamos de sua existência somente valendo-nos de nossa competência linguística.

Para a construção do campo lexical referente ao rural, portanto, partimos das definições de três obras lexicográficas: o e-Aurélio, o DALPIAT e o Nascentes.

A escolha do e-Aurélio, em detrimento de outros dicionários de língua geral, deve-se ao fato de que, como expõe Biderman (2002, p. 112), ao compará-lo com o Dicionário Houaiss, o Aurélio, embora haja várias críticas em relação a ele, “continua sendo um dicionário mais coerente e de melhor qualidade técnica que o Houaiss”. Além disso, observa que, ainda que haja outros dicionários concorrentes, “todos eles eram inferiores ao Aurélio, não só com respeito à atualização [do vocabulário e dos usos do português] mas sobretudo com relação ao conteúdo” (BIDERMAN, 2000, p. 53).

A eleição de um dicionário de sinônimos se deve às orientações de Geckeler (1976) para a delimitação dos elementos nucleares de um campo lexical. Parte-se de uma obra de Antenor Nascentes, haja vista que este se tornou um nome relevante aos estudos lexicográficos brasileiros. Já no que tange ao DALPIAT, decidimos inseri-lo, uma vez que se trata de um repertório lexicográfico semelhante ao produto final da pesquisa de doutorado que realizamos e, ademais, em comparação com outros dicionários que lhes são semelhantes (como o SPITZER, 1953) possui um número elevado de unidades lexicais descritas (aproximadamente 100 mil lexemas). Reconhecidas as obras que participaram deste momento da delimitação do campo lexical, passemos, pois, à análise das definições.

Para o verbete “rural”, unidade denominadora de nosso campo lexical, o e-Aurélio apresenta a seguinte definição:

rural [Do lat. tard. *rurale*] **Adj. 2g.** 1. *V. campestre* (1): *paisagem rural*. 2. *Bras.* Pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo (2); agrícola. 3. *Bras.* Pertencente ou relativo ao campo (4): *as populações rurais; zona rural*. ~ *V. dionisiacas rurais, dionísias rurais, extensão –, guerrilha –, e parceria – S.f.* 4. Caminhonete utilitária de marca Willys (e-Aurélio, 2010).

Chamamos a atenção para os seguintes lexemas e expressões presentes no verbete anterior: *campestre, agrícola, populações rurais; zona rural; dionisiacas (dionísias) rurais; extensão rural; guerrilha rural; parceria rural*. Vejamos como o e-Aurélio define a acepção de cada uma dessas unidades⁷:

7 O e-Aurélio não apresenta uma definição, em específico, para *população rural* e *zona rural*.

Quadro 3. Definições a partir do e-Aurélio

LEMA	DEFINIÇÃO
<i>campo</i> ⁸	[Do lat. campu.] Substantivo masculino. 1. Extensão de terra sem mata e que tem, ou não, árvores esparsas. 2. Terreno extenso e mais ou menos plano que tanto se pode destinar às pastagens do gado como ao cultivo agrícola: <i>Os campos da fazenda estendem-se até às margens do rio</i> . 3. Grande terreno plantado; plantação: <i>um campo de tulipas; campo de trigo</i> . 4. Zona fora do perímetro urbano ou suburbano das grandes cidades, na qual geralmente predominam as atividades agrícolas, ou zona onde se situam pequenas cidades de vilegiatura que não as de praia: <i>A mudança para o campo foi-lhe útil; Sua casa de campo é confortável</i> . 5. Ant. Lugar amplo, sem edificações, dentro de cidade ou povoação: <i>A atual Praça da República, da cidade do Rio de Janeiro, é o antigo Campo de Santana</i> . [...]
campestre	Adj. 2g. 1. Pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo; rural, rústico, campeiro, campesino, campesinho, campino, camponês, agreste. 2. Bot. Diz-se da planta que habita lugares abertos: <i>espécie campestre</i> . 3. Bot. Diz-se da vegetação baixa, subarbusciva e arbustiva, em geral esclerófila, que cobre os campos: <i>formação campestre</i> . S.m. 4. Bras. Pequeno campo alto, de área diminuta, no meio da mata. 5. Bras. RS Amaz. V. clareira (1) 6. Bras. BA Bot. Formação herbácea ou arbustiva, rica em vegetais xerófilos. 7. Bras. SC Campo arenoso.
agrícola	Adj. 2g. 1. Relativo à agricultura. 2. Que se dedica à agricultura: <i>pais agrícola</i> . 3. Que é baseado na agricultura, ou é próprio dela: <i>economia agrícola, ~ V. ano -, bot -, colônia -, defensivo - e fronteira -</i> . S. 2g. 4. Agricultor.

continua

8 Com a finalidade de se evitar ambiguidades, decidimos marcar a UL “campo” em itálico, quando equivaler-se ao termo latino *ager*, isto é o ambiente campesino, para diferenciá-la da terminologia de “campo” referente aos estudos do “campo lexical”.

LEMA	DEFINIÇÃO
dionisiacas (dionísias) rurais	Entre os antigos gregos, festas dramáticas celebradas em fins de dezembro nas aldeias da Ática; dionísias rurais
extensão rural	<i>Rel. Públ.</i> Sistema de assistência aos produtores rurais e suas famílias.
guerrilha rural	Guerrilha (1) cujos princípios gerais foram devidamente adaptados à luta no campo.
parceria rural	A parceria agrícola e a pecuária. ⁹

Vejamos, neste momento, quais são os conceitos que o DALPIAT demonstra para o nosso arquilexema *rural*, ademais dos lemas *campo*, *campestre* e *agrícola*¹⁰ remetidas pelo e-Aurélio¹¹.

Quadro 4. Definições a partir do DALPIAT

LEMA	DEFINIÇÃO
<i>Campo</i>	Agricultura, planície, morada espaço, arena trabalho, pintura, tópico
Rural	agricultura, propriedade, vegetal, planície, morada.
Campestre	vegetal, planície, agricultura.
Agrícola	agricultura.

9 Para o e-Aurélio (2010, p. 1564), a *parceria agrícola* se trata de um “sistema de produção agrícola em que o produto é repartido entre o proprietário da terra e o produtor direto. [...] Contrato que formaliza tal sistema e estipula suas condições, como a proporção de repartição do produto” e a *parceria pecuária*, “Contrato pelo qual se entregam animais a outrem para pastorear, tratar e criar, a troco de uma cota nos lucros”.

10 A fim de uma informação complementar, o conceito que a UL *lavrador* remete, no DADCA, é o de: “agricultura”. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/analogico/lavrador> Acesso em 22 de abril de 2018.

11 Como este artigo se restringe à delimitação dos elementos nucleares do campo lexical por meio de unidades léxicas simples, não incluímos os fraseologismos e os terminologismos que não se comportem como essas unidades.

Ao verificarmos em um dicionário de sinônimos, o Nascentes, da edição de 1981, para os seguintes lemas, observamos as acepções:

Quadro 5. Definições a partir do Nascentes

LEMA	DEFINIÇÃO
agrário, agrícola, rural, rústico (p. 49)	<i>Agrário</i> é o relativo ao campo, próprio do campo: <i>lei agrária</i> . <i>Agrícola</i> é o relativo ao cultivo do campo: <i>trabalhos agrícolas</i> . <i>Rural</i> é o que se refere ao campo, por oposição à cidade: <i>Na zona rural o imposto territorial é mais baixo do que na urbana</i> . <i>Rústico</i> é o relativo à propriedade ainda não cultivada, ao campo, à propriedade territorial em si, e o relativo à grosseria, à falta de delicadeza, da gente do campo.
agreste, campesino, campestre, camponês, campônio, roceiro, rústico (p. 50)	Referindo-se a sítios, <i>agreste</i> significa selvagem, inculto, onde não se fez sentir o trabalho do homem, com rochedos, plantas raquíticas, sem grande beleza natural. Uma das zonas geográficas do Nordeste, entre a costa e o sertão, tem este nome. Referindo-se a pessoas, <i>agreste</i> dá ideia de costumes grosseiros, acompanhados de dureza no trato. <i>Campesino</i> é o relativo à vida no campo, em paralelo com <i>montesino</i> , relativo à vida no monte. <i>Campestre</i> lembra o campo cultivado, podendo ser um lugar muito agradável. <i>Camponês</i> é o homem do campo, em oposição ao homem da cidade. <i>Campônio</i> é a forma pejorativa de <i>camponês</i> . <i>Rústico</i> é o que, vivendo no campo, não possui a urbanidade, própria dos homens que vivem em cidades.
agricultor, agrônomo, cultivador, lavrador (p. 50)	<i>Agricultor</i> é aquele que, por si ou por sua conta e em ponto grande, explora suas terras. <i>Agrônomo</i> é o perito na teoria da agricultura (v. <i>agronomia</i>). <i>Cultivador</i> , em sentido geral, é o que tem como profissão o cultivo da terra, podendo ser um agricultor ou um lavrador; em sentido particular, é o que se dedica a um gênero especial de cultura: <i>Meu sogro se dedica à agricultura; é um cultivador de amoreiras</i> . <i>Lavrador</i> é o que lava a terra, por conta própria ou por conta de outrem, mediante jornal
agricultura, agronomia (p. 50)	<i>Agricultura</i> é a arte de cultivar a terra. <i>Agronomia</i> é a teoria desta arte; é o estudo científico dos processos para o melhor cultivo da terra.

continua

LEMA	DEFINIÇÃO
campo (Portugal), mato (Brasil), roça (idem) (p. 155)	Lugar de habitação, em contraposição à cidade.
campina, campo, prado (p. 154)	<i>Campina</i> é o campo dilatado, descoberto de árvores (Moraes). <i>Campo</i> é uma extensão plana, de terra, o solo onde se trabalha, terreno de cultura. <i>Prado</i> é o campo de erva não cultivado, e de ordinário para pastos (Morais).

A partir da observação dos verbetes, é possível percebermos que os elementos lexicais, em menor ou maior grau, se repetem nas distintas definições, tais como *campo*, *campestre*, *agrícola*, *agricultura*, enquanto outros também se repetem, mas não em forma de unidades lexicais, mas de conceitos, tais como o de *espaços territoriais*, *habitantes do campo*, *trabalhadores do campo* e *formação vegetal*. Tendo isso em mente e conforme nos adverte Geckeler (1976, p. 306), consideramos como núcleo do campo lexical aqueles elementos constituintes que estão em uma rede de oposições conceituais e apresentam um estado mais nítido de solidez no conceito do que os membros do domínio da periferia, estando estes com uma menor integração com relação à estrutura do campo. Em outras palavras, consideramos como núcleo aqueles lexemas que abraçam por completo a verbalização do conceito de “rural”. Já os integrantes do domínio da periferia se comportariam como aqueles que expressam o conceito de “rural”, mas com um grau de intensidade ou de abstração menor.

Logo, pela análise dos verbetes dos três dicionários selecionados e fundamentados também em nossa competência linguística de falantes da língua portuguesa, em sua variante brasileira, podemos apresentar os elementos nucleares do campo lexical do “rural”, acompanhados do arquilexema:

Quadro 6. Campo lexical referente ao Rural

CAMPO LEXICAL DO “RURAL”	
ARQUILEXEMA = <i>AGER</i> ¹²	
ELEMENTOS (LEXEMAS) NUCLEARES	<i>campo</i> , campestre, agrícola, rústico, lavrador, agrário, agreste, campesino, camponês, campônio, roceiro, agricultor, agrônomo, cultivador, agronomia, mato, roça, campina, Prado.

Todos esses elementos se inserem, em maior grau, no campo lexical referente ao rural, além de pertencer a uma das dimensões correspondentes a este campo lexical e possuir todos os classemas característicos desse campo. Cabe ressaltar, de um ponto de vista da significação lexical (COSERIU, 1987, p. 136), a importância que os morfemas lexicais adquirem na formação dos campos. Ao verificar os elementos nucleares, percebe-se que há uma tendência de que seus respectivos radicais e alomorfes (camp-, agr-, rus-, lavr, roç-) contribuam para esta proximidade entre a relação do significado do arquilexema com o significado destes elementos. A partir deste momento, direcionamo-nos à identificação dos classemas e das dimensões dos elementos nucleares do campo referente ao “rural”, no que tange às unidades lexicais.

Ao partir da observação e análise das definições e dos conceitos apresentados nos dicionários escolhidos para a seleção das unidades lexicais do campo lexical referente ao rural, elaboramos a seguinte premissa com respeito ao classema:

- I. Uma vez que os dicionários analisados concordam como definição para o lexema “rural” como aquele que é próprio ou inerente ao *campo*, adotamos como classema do campo lexical referente ao “rural”, para os lexemas, o traço *próprio/ inerente ao campo*;

12 Adotamos como arquilexema o vocábulo latino *ager*, que significa *campo*, para evitar a ambiguidade com o traço semântico /próprio/ inerente ao *campo*/ ou com a terminologia “campo” (de campo lexical).

Antes de proceder análise paradigmática, que possibilita identificar os traços distintivos, deve-se salientar que consideramos o arquilexema, assim como apregoa a teoria coseriana, como uma unidade léxica de caráter heteronímico, constituindo-se como a base comum de um campo lexical. Logo, para o campo léxico referente ao rural, adotamos como arquilexema a unidade latina *ager*, como equivalente à unidade, em língua portuguesa, *campo*. Procedeu-se desse modo a fim de evitar alguma ambiguidade com o traço semântico “próprio/ inerente ao *campo*” ou com a terminologia “campo” (de campo lexical).

A seguir, apresentados os dois modos de análise componencial, isto é, por meio da fórmula de comutação e pela matriz de resumo esquemático¹³.

Quadro 7. Análise componencial por meio da matriz

ARQUILEXEMA = AGER										
LEXEMAS	SEMAS COMUNS (CLASSEMA)	SEMAS ADICIONAIS								
		/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /	/manejo da terra/	/agricul-tura/	/grosseria/	/vegeta-ção/	/ser humano/	/trabalho/	/ciência/	/espaço /
<i>campo</i>	+	+	+	-	+	-	-	-	+	-
campestre	+	-	+	-	+	+	-	-	+	-
agrícola	+	+	+	-	+	+	+	-	-	-
rústico	+	+	+	+	+	+	-	-	+	-

continua

13 Por questões de espaço, não apresentamos na matriz os sete campos dimensionais identificados, os quais serão demonstrados na análise componencial por meio da fórmula.

ARQUILEXEMA = AGER										
LEXEMAS	SEMAS COMUNS (CLASSEMA)	SEMAS ADICIONAIS								
		/próprio ou inerente ao campo/	/manejo da terra/	/agricul-tura/	/grosseria/	/vegeta-ção/	/ser humano/	/trabalho/	/ciência/	/espaço /
lavrador	+	+	+	-	-	+	+	-	-	-
agrário	+	+	+	-	-	-	+	+	+	-
agreste	+	+	+	+	+	-	+	-	+	-
campesino	+	-	-	+	+	+	-	-	+	-
camponês	+	-	-	+	-	+	+	-	-	-
campônio	+	-	-	+	-	+	+	-	-	-
roceiro	+	-	+	-	+	+	+	-	-	+
agricultor	+	+	+	-	-	+	+	-	-	-
agrônomo	+	-	+	-	-	+	+	+	-	-
cultivador	+	+	+	-	-	+	+	-	-	-
agronomia	+	+	+	-	+	-	-	+	-	-
Mato	+	+	-	-	+	-	-	-	+	-
Roça	+	+	+	-	+	-	-	-	+	-
campina	+	-	-	-	+	-	-	-	+	-
prado	+	-	-	-	+	-	-	-	+	+

A partir da disposição dos elementos na fórmula “ $Clex = \Sigma$ arquilexema + (dimensão (ões) + sema(s) + classema (s))”, indicada por Geckeler (1976, p. 313), passamos à identificação do arquilexema, do classema e dos semas

adicionais das unidades lexicais selecionadas. Cabe salientar que já indicamos as dimensões, cujo processo de identificação e delimitação será explicitado mais adiante.

Quadro 8. Análise componencial por meio da fórmula

	CLEX=	Σarquilex	+ (dimensão (ões))	+ sema(s)	+ classema (s))
Lexemas	Clex	Arquilex.	Dimensão (ões)	Sema(s)	Classema(s)
Campo	Rural	Ager	agricultura, espaço, botânica	/manejo da terra/ / agricultura/ / vegetação/ /espaço/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Campestre	Rural	Ager	agricultura, botânica, ser humano, espaço	/agricultura/ / vegetação/ /ser humano/ /espaço/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Agrícola	Rural	Ager	agricultura, botânica, ser humano, botânica, trabalho	/manejo da terra/ / agricultura/ / vegetação/ /ser humano/ / trabalho/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Rústico	Rural	Ager	agricultura, ser humano, botânica, espaço	/manejo da terra/ / agricultura/ /grosseria/ /vegetação/ /ser humano/ /espaço/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Lavrador	Rural	Ager	agricultura, ser humano, trabalho	/manejo da terra/ / agricultura/ /ser humano/ / trabalho/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Agrário	Rural	Ager	agricultura, trabalho, ciência, espaço	/manejo da terra/ / agricultura/ / trabalho/ /ciência/ /espaço/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Agreste	Rural	Ager	agricultura, ser humano, botânica, trabalho, espaço	/manejo da terra/ / agricultura/ /grosseria/ /vegetação/ / trabalho/ /espaço/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Campefino	Rural	Ager	ser humano, botânica, espaço	/grosseria/ /vegetação/ /ser humano/ /espaço/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /

continua

	CLEX=	Σarquilex	+ (dimensão (ões))	+ sema(s)	+ classema (s))
Lexemas	Clex	Arquilex.	Dimensão (ões)	Sema(s)	Classema(s)
Camponês	Rural	Ager	ser humano, trabalho	/grosseria/ /ser humano/ / trabalho/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Campônio	Rural	Ager	ser humano, trabalho	/grosseria/ /ser humano/ / trabalho/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Roceiro	Rural	Ager	agricultura, botânica, ser humano, trabalho, animal	/agricultura/ / vegetação/ /ser humano/ / trabalho/ / animal/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Agricultor	Rural	Ager	agricultura, ser humano, trabalho,	/manejo da terra/ / agricultura/ /ser humano/ / trabalho/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Agrônomo	Rural	Ager	agricultura, ser humano, trabalho, ciência	/agricultura/ /ser humano/ / trabalho/ / ciência/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Cultivador	Rural	Ager	agricultura, ser humano, trabalho	/manejo da terra/ / agricultura/ /ser humano/ / trabalho/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Agronomia	Rural	Ager	agricultura, botânica, ciência	/manejo da terra/ / agricultura/ / vegetação/ /ciência/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Mato	Rural	Ager	botânica, espaço	/vegetação/ /espaço/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Roça	Rural	Ager	agricultura, botânica, espaço	/manejo da terra/ / agricultura/ / vegetação/ /espaço/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Campina	Rural	Ager	botânica, espaço	/vegetação/ /espaço /	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /
Prado	Rural	Ager	botânica, espaço, animal	/vegetação/ /espaço/ / animal/	/próprio ou inerente ao <i>campo</i> /

É possível perceber que todos os lexemas, tanto nas formas dispostas na matriz como na fórmula, compartilham um traço comum – que denominamos de clasema – e se distinguem em menor ou maior grau por meio de traços opositivos. Como podemos perceber, as duas formas de disposição são métodos de análise válidos, podendo possuir as mesmas informações, mas visualmente alocadas de modos distintas.

Está estruturada, desse modo, toda a análise componencial dos elementos (lexemas) nucleares do campo lexical referente ao rural. Passamos ao momento em que expomos como foram delimitadas as dimensões do referido campo.

A função dos campos dimensionais dentro de um campo lexical configura-se como uma articulação entre os membros dessa estrutura semântica. Geckeler (1976) redefine as dimensões coserianas como aquele ponto de vista articulatório atuante no campo lexical e que se caracteriza como uma escala para as oposições dentre os lexemas desse campo. Outrossim, comporta-se como “una especie de archiunidad intermediaria entre los lexemas correspondientes”¹⁴ (GECKELER, 1976, p. 299).

Logo, tanto os elementos centrais do campo como os periféricos podem articular-se por dimensões, sendo “cada una de ellas vertebradas en un punto de vista único que está a servicio de una oposición. Es decir, se trata del eje semántico o común denominador de dos términos imprescindible para que los mismos entren en relación” (MAGALLÓN GARCÍA, 1994, p. 157-158)¹⁵. Diante disso, analisamos os elementos nucleares juntamente com as definições atribuídas a eles no e-Aurélio:

14 “[...] uma espécie de arquiunidade intermediária entre os lexemas correspondentes”

15 “[...] cada uma delas [está] vertebrada em um ponto de vista único que está a serviço de uma oposição. Isto é, trata-se do eixo semântico ou denominador comum de dois termos imprescindíveis para que os mesmos entrem em relação”

Quadro 9. Definições dos elementos nucleares a partir do e-Aurélio

LEXEMAS	DEFINIÇÕES
Agrário	<p>[Do lat. <i>agrariu</i>.] Adjetivo. 1. Relativo à terra: <i>medida agrária</i>. 2. Relativo ou pertencente aos campos e à agricultura; rural: <i>população agrária</i>. ~ <i>V. reforma</i> — <i>a</i>. Substantivo masculino. 3. Partidário do agrarianismo. [Fem.: <i>agrária</i>. Cf. <i>agraria</i>, do v. <i>agrar</i>.]</p>
Agreste	<p>[Do lat. <i>agreste</i>.] Adjetivo de dois gêneros. 1. Relativo ao campo ou agro, sobretudo quando não cultivado; campestre. 2. Tosco, rude, rústico. 3. Inclemente, rigoroso: <i>tempo agreste</i>; "Rompe <u>agreste</u> e chuvosa a madrugada." (Eugênio de Castro, <i>Obras Poéticas</i>, V, p. 71). 4. Desabrido, indelicado. Substantivo masculino. 5. Bras. Zona fitogeográfica do N.E., entre a mata e o sertão, caracterizada pelo solo pedregoso e pela vegetação escassa e de pequeno porte (mirtáceas, leguminosas e combretáceas). Agreste acatingado. 1. Bras. Agreste com certas características próprias da caatinga.</p>
Agrícola	<p>[Do lat. <i>agricola</i>.] Adjetivo de dois gêneros. 1. Relativo à agricultura. 2. Que se dedica à agricultura: <i>pais agrícola</i>. 3. Que é baseado na agricultura, ou é próprio dela: <i>economia agrícola</i>. ~ <i>V. ano</i> —, <i>botânica</i> —, <i>colônia</i> —, <i>defensivo</i> — e <i>fronteira</i> —. Substantivo de dois gêneros. 4. Agricultor.</p>

continua

LEXEMAS	DEFINIÇÕES
Agricultor	(ô) [Do lat. <i>agricultore</i> .] Adjetivo. 1. Que agriculta: <i>povo agricultor</i> . Substantivo masculino. 2. Aquele que agriculta; lavrador. 3. Lavrador (3).
Agronomia	[De <i>agro</i> - ² + <i>-nom(o)-</i> + <i>-ia</i> ¹ .] Substantivo feminino. 1. Conjunto das ciências e dos princípios que regem a prática da agricultura.
Agrônomo	[Do gr. <i>agronómos</i> .] Substantivo masculino. 1. Especialista em agronomia.
Campesino	[Do galego ant. <i>campesyno</i> < port. ant. <i>campés</i> .] Adjetivo. 1. V. <i>campestre</i> (1).
campestre	[Do lat. <i>campestre</i> .] Adjetivo de dois gêneros. 1. Pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo; rural, rústico, campeiro, campesino, campesinho, campino, camponês, agreste. 2. Bot. Diz-se da planta que habita lugares abertos: <i>espécie campestre</i> . 3. Bot. Diz-se da vegetação baixa, subarbustiva e arbustiva, em geral esclerófila, que cobre os campos: <i>formação campestre</i> . Substantivo masculino. 4. Bras. Pequeno campo alto, de área diminuta, no meio da mata. 5. Bras. RS Amaz. V. <i>clareira</i> (1). 6. Bras. BA Bot. Formação herbácea ou arbustiva, rica em vegetais xerófilos. 7. Bras. SC Campo arenoso.
Campina	[De <i>campo</i> + <i>-ina</i> ¹ .] Substantivo feminino. 1. Campo extenso, pouco acidentado e sem árvores, geralmente coberto de ervas; prado. 2. V. <i>planície</i> . 3. Campo limpo. 4. Bras. Pop. Certa raça de galinha.

continua

LEXEMAS	DEFINIÇÕES
Campo	<p>[Do lat. <i>campu</i>.] Substantivo masculino.</p> <p>1. Extensão de terra sem mata e que tem, ou não, árvores esparsas. 2. Terreno extenso e mais ou menos plano que tanto se pode destinar às pastagens do gado como ao cultivo agrícola: <i>Os campos da fazenda estendiam-se até às margens do rio.</i></p> <p>3. Grande terreno plantado; plantação: <i>um campo de tulipas;</i> <i>campo de trigo.</i></p> <p>4. Zona fora do perímetro urbano ou suburbano das grandes cidades, na qual geralmente predominam as atividades agrícolas, ou zona onde se situam pequenas cidades de vilegiatura que não as de praia: <i>A mudança para o campo foi-lhe útil;</i> <i>Sua casa de campo é confortável.</i></p> <p>5. Ant. Lugar amplo, sem edificações, dentro de cidade ou povoação: <i>A atual Praça da República, da cidade do Rio de Janeiro, é o antigo Campo de Santana.</i></p> <p>6. Liça, arena. [...]</p>
Camponês	<p>Substantivo masculino.</p> <p>1. Aquele que habita e/ou trabalha no campo; campino, campônio. Adjetivo.</p> <p>2. V. <i>campestre</i> (1). [Flex.: <i>camponesa</i> (ê), <i>camponeses</i> (ê), <i>camponesas</i> (ê).]</p>
Campônio	<p>Substantivo masculino.</p> <p>1. V. <i>camponês</i> (1). [Us. às vezes como deprec.]</p>
Cultivador	<p>(ô) [De <i>cultivar</i> + <i>-dor</i>.] Substantivo masculino.</p> <p>1. Aquele que cultiva; cultor. 2. Agricultor, lavrador.</p>

continua

LEXEMAS	DEFINIÇÕES
Lavrador	<p>(ô) [Do lat. tard. <i>laboratore</i>.] Adjetivo. 1. Que lavra a terra, ou que serve para lavrar (1): <i>povo lavrador; animal lavrador</i>. Substantivo masculino. 2. Aquele que trabalha na lavoura; agricultor. 3. Aquele que possui propriedades lavradas; agricultor. 4. Marn. Proprietário de salinas. 5. Bras. N.E. Indivíduo a quem um senhor de engenho concede uma casa e um trato de terreno de sua propriedade, sob a condição de plantar um mínimo de cana-de-açúcar, partilhando o produto.</p>
Mato	<p>[De <i>mata</i>¹.] Substantivo masculino. 1. Terreno inculto onde medram plantas agrestes; brenha, charneca, mata. 2. O conjunto dessas plantas, antes e depois de cortadas. 3. Bras. O campo (por oposição à cidade); a roça. [...]</p>
Prado	<p>[Do lat. <i>pratu</i>.] Substantivo masculino. 1. Campo coberto de plantas herbáceas que servem para pastagem; campo relvoso; pasto. 2. Campina¹ (1). 3. Hipódromo.</p>
Roça	<p>[Dev. de <i>roçar</i>.] Substantivo feminino. 1. V. <i>roçada</i> (1). 2. Terreno onde se roça mato. 3. Sementeira plantada em terreno roçado ou no próprio mato. 4. Angol. Santom. Grande propriedade agrícola: "Penaram 30 anos de vida / Nas <u>roças</u> de cacau" (Alda Espírito Santo, <i>É Nosso o Solo Sagrado da Terra</i>, p. 53). 5. Bras. Terreno de pequena lavoura (em especial de mandioca, milho, feijão, etc.). [Sin.: <i>roçado e</i>, na BA, <i>cabrocado</i>.] 6. Bras. P. ext. Mandiocal. 7. Bras. A zona rural; o campo. 8. Bras. BA Chácara para cultivo de frutas e hortaliças. 9. Bras. Rel. BA Aldeia (3).</p>

continua

LEXEMAS	DEFINIÇÕES
Roceiro	<p>[De <i>roça</i> + <i>-eiro</i>.] Substantivo masculino. 1. Homem que roça. 2. Bras. Homem que planta roçados. 3. Bras. Pequeno lavrador. 4. Bras. V. <i>caipira</i> (1). 5. Angol. Santom. Dono de roça (4). Adjetivo. 6. Bras. Diz-se do animal que tem o hábito de penetrar nas roças para nelas pastar. 7. V. <i>caipira</i> (4).</p>
Rústico	<p>[Do lat. <i>rusticu</i>.] Adjetivo. 1. V. <i>campestre</i> (1). 2. Rude, grosseiro, tosco, simples: <i>homem rústico</i>. 3. Diz-se da planta, ou, p. ext., do jardim, do pomar, que nascem por si sós, ou que crescem à vontade, sem requerer nenhum cuidado especial. 4. Diz-se dos móveis, utensílios, etc., simples e toscos, feitos por camponeses. 5. P. ext. Diz-se do que é feito ou fabricado para dar a impressão de rústico, tosco. ~ V. <i>capital</i> —a e <i>prédio</i> —. Substantivo masculino. 6. Indivíduo que habita o campo; camponês. [Cf. <i>rustico</i>, do v. <i>rusticar</i>.]</p>

Após a observação das definições apresentadas nos verbetes e-Aurélio, fazemos um aparte na discussão sobre o rural, com respeito às definições de *campo* em contraste com as definições de urbano, porém sob um viés teórico dos estudos em Geografia – o que não nos distancia do nosso objetivo principal deste momento, isto é, das delimitações dos campos dimensionais.

Embora saibamos que os conceitos de “*campo*” e de “*cidade*” foram sendo transformados com o decorrer dos anos e que, hoje em dia, há duas fortes correntes que estão mais em voga, isto é, uma que considera a dicotomia entre dois polos (o rural e o urbano) e outra que defende a existência de um *continuum* entre esses dois espaços. Cientes disso, nesta seção, nos baseamos, principalmente, nos postulados de Endlich (2010), cuja classificação

sistematizou e operacionalizou algumas técnicas e critérios existentes sobre o que seria o urbano e o rural. Para ela, os centros urbanos se diferenciam do rural pelas delimitações político-administrativa (referentes às delimitações territoriais realizadas por órgãos oficiais), pelo corte populacional (ao contrário das cidades, no campo há uma tendência de dispersão populacional e não uma concentração), pela densidade demográfica (caracterizada pelo quantitativo de habitantes em uma determinada área, geralmente demarcada por metro quadrado – no *campo*, a densidade costuma ser menor do que a da cidade), pela ocupação econômica de seus habitantes (definida, obviamente, pelas atividades econômicas: o rural configura-se primordialmente pelas atividades primárias¹⁶, especialmente as da agropecuária, enquanto os centros urbanos, pelas secundárias e/ ou terciárias).

A esta divisão realizada por Endlich (2010) para diferenciar o rural do urbano, incluímos, por acreditarmos que se torne a distinção entre rural e urbano mais consistente, dois pontos da teoria de Angulo e Domingues (*apud* BERNARDELLI, 2010), ou seja, os critérios de distinção baseados na morfologia (voltada à análise de como se estruturam as edificações, as formas de loteamento, as demarcações de ruas e a utilização do solo) e no modo de vida (referente às divisões de trabalho e à heterogeneidade social); além do que apregoa Abramovay (2003), isto é, a inclusão de fatores como a biodiversidade e o patrimônio paisagístico.

Ao retornar aos estudos linguísticos, em especial, sobre a análise da pequena lista de elementos nucleares, com relação aos semas, notamos que os mais frequentes ocorrem na seguinte ordem: /agricultura/, /vegetação/, /ser humano/, /espaço/ /manejo da terra/ /trabalho/ /grosseria/, /ciência/ e /animal/

16 Segundo o e-Aurélio (2010), o setor primário caracteriza-se como um “conjunto de atividades (agricultura, atividades extrativas) voltadas à produção de mercadorias não transformadas”. Já o setor secundário, como “conjunto de atividades produtivas (indústria de transformação, construção civil) voltadas à transformação de matérias-primas em produtos acabados”. Por fim, o setor terciário, como um “conjunto de atividades produtivas (serviços em geral) de que não resultam bens tangíveis”.

Com o intuito de oferecer uma melhor visualização para poder contrastar, dispomos no quadro a seguir, de um lado, as classificações de acordo com os estudos geográficos – Endlich (2010), Bernardelli (2010) e Abramovay (2003) – e, de outro, os semas obtidos por meio da lista de elementos nucleares:

Quadro 10. Classificações segundo estudos em Geografia e estudos semânticos

Estudos geográficos	semas
Dispersão populacional	/agricultura/
Baixa densidade demográfica	/vegetação/
Atividades primárias como ocupação econômica	/ser humano/
Morfologia	/espaço/
Modo de vida	/manejo da terra/
Biodiversidade	/trabalho/
Patrimônio paisagístico	/grosseria/ /ciência/ /animal/

Ao contrastar os lexemas nucleares do campo lexical referente ao rural (campo, campestre, agrícola, rústico, lavrador, agrário, agreste, campesino, camponês, campônio, roceiro, agricultor, agrônomo, cultivador, agronomia, mato, roça, campina, prado), seu arquilexema (*ager*), seu classema (próprio/inerente ao *campo*), seu semema e as classificações baseadas nos estudos geográficos, é possível realizar as seguintes aproximações:

- dispersão populacional, baixa densidade demográfica – espaço, ser humano;
- morfologia – espaço, ser humano, ciência (estudo), agricultura;
- atividades primárias como ocupação econômica – trabalho, manejo da terra, agricultura;
- modo de vida – trabalho, ser humano, grosseria;
- biodiversidade – vegetação e animal;
- patrimônio paisagístico – vegetação.

Após esse cruzamento de informações, realizamos algumas alterações que se julgaram pertinentes (ou por agrupamento dos itens anteriores em uma única denominação ou por separação destes em categorias diferentes) para que se formassem, deste modo, os campos dimensionais dos elementos nucleares dos lexemas referentes ao rural. São eles:

- ser humano – agrupam os semas que se referem às características (físicas e psicológicas);
- espaço – agrupam o que se refere ao mundo físico e espacial (edificações, acidentes geográficos, loteamentos, paisagem, etc.);
- agricultura – aquilo que se refere à cultura do solo;
- botânica – aquilo que se remete ao reino vegetal;
- animal – refere-se ao reino animal;
- trabalho – formas de trabalho e profissões;
- ciência – remete-se aos estudos e às pesquisas.

Quanto à classificação dessas dimensões, percebe-se que o recorte do campo lexical referente ao rural, com relação aos elementos nucleares dos lexemas, possui campos reconhecidos como unidimensionais, de caráter antonímico e não linear, haja vista que não se desdobram em outros subcampos e seus elementos se opõem em uma espécie de gradação, de um modo não linear (o subcampo “botânica”, por exemplo, pode possuir oposição /+planta aquática/ /-planta aquática/ ou /+ planta frutífera/ /- planta frutífera/).

Após a explanação sobre os campos dimensionais, apresentamos novamente os lexemas nucleares dispostos no quadro seguinte, mas somente ao lado dos campos dimensionais a que se referem.

Quadro 11. Elementos nucleares e seus campos dimensionais

LEXEMAS	DIMENSÃO (ÕES)
Campo	agricultura, espaço, botânica
Campestre	agricultura, botânica, ser humano, espaço

continua

LEXEMAS	DIMENSÃO (ÕES)
Agrícola	agricultura, botânica, ser humano, botânica, trabalho
rústico	agricultura, ser humano, botânica, espaço
Lavrador	agricultura, ser humano, trabalho
Agrário	agricultura, trabalho, ciência, espaço
Agreste	agricultura, ser humano, botânica, trabalho, espaço
Campesino	ser humano, botânica, espaço
Camponês	ser humano, trabalho
Campônio	ser humano, trabalho
Roceiro	agricultura, botânica, ser humano, trabalho, animal
Agricultor	agricultura, ser humano, trabalho,
Agrônomo	agricultura, ser humano, trabalho, ciência
Cultivador	agricultura, ser humano, trabalho
Agronomia	agricultura, botânica, ciência
Mato	botânica, espaço
Roça	agricultura, botânica, espaço
Campina	botânica, espaço
Prado	botânica, espaço, animal

Cabe destacar que demos enfoque à demonstração dos elementos nucleares do campo, haja vista que, devido à rede de associação semântica que há dentro dos campos lexicais, a tentativa de apresentar os elementos periféricos levaria a uma sequência quase que infundável de unidades, uma vez que uma unidade pode se associar a várias outras.

Considerações finais

Neste trabalho, destacamos a importância da análise componencial dentro dos estudos em semântica estrutural e sua aplicabilidade na formação de campos lexicais. Tentamos ressaltar também a importância das obras

lexicográficas de diferentes perfis nesse processo, além da pertinência de aproximar estudos de outras áreas (como a de Geografia, por exemplo) para que não somente se valesse da competência linguística do pesquisador na construção dos campos.

Cabe salientar ainda que, para a pesquisa de Cruz (2020), os procedimentos aqui empregados com relação às unidades lexicais foram fundamentais para a composição do campo lexical referente ao rural, porém tendo como enfoque de análise não só essas unidades, mas sobretudo os fraseologismos, ao se alterar e adequar a teoria dos campos lexicais desenvolvida por Coseriu (1981) e ampliada por Geckeler (1976) para o objeto de estudo em questão.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.

CRUZ, Thyago José da. **Bases para a elaboração de um dicionário ideológico de locuções: uma proposta**. 354 p. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020. AZEVEDO, F. F. dos S. **Dicionário analógico da língua portuguesa: idéias afins/ thesaurus**. 2 ed. atualizada e revista. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

BERNARDELLI, M. L. F. D. H. O caráter urbano das pequenas cidades da região de Catanduva-SP. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (eds.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BIDERMAN, M. T. C. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande, MS: Ed. Da UFMS, 2004, p.185-200. V. II.

BIDERMAN, M. T. C. Aurélio: sinônimo de dicionário? **ALFA: Revista de Linguística**, v. 44, 2000.

CARVALHO, A. O.; CARVALHO, M. B. P. A semântica e a Classificação Decimal Universal. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2. p. 91-102. 1975.

COSERIU, E. **Principios de la semántica estructural**. Madrid: Gredos, 1981.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (Ed.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.

GECKELER, H. **Semántica estructural y teoría del campo léxico**. Trad. Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1976.

LEONEL, M. C. M. Faca e armas brancas: um campo lexical em Grande sertão: veredas. **ALFA: Revista de Linguística**, 2000.

LYONS, J. **Semântica I**. Tradução de Wanda Ramos, Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1977.

MAGALLÓN GARCÍA, A. I. El campo léxico de los sustantivos de temor en los Anales de Tácito. **Habis**, 25, 151-172, 1994.

NASCENTES, A. **Dicionário de sinônimos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: LEXIKON Editora, 2018.

POTTIER, B. **Linguística geral: teoria e descrição**. Tradução de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença, Universidade Santa Úrsula, 1978.

ROGET, P. M. **Roget's Thesaurus of English Words and Phrases**. TY Crowell Company, 1911.

SPITZER, C. **Dicionário analógico da língua portuguesa**. 5ª ed. Porto Alegre: Globo, 1953.

Estudo diatópico-diacrônico das formas *tu* e *você* em cartas pessoais novecentistas paulistas e baianas

Diachronic and diatopic study of the forms *tu* and *você* in 20th century personal letters from São Paulo and Bahia

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro*
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda**
Priscila Starline Estrela Tuy Batista***

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o uso das formas de tratamento *tu* e *você*, na posição de sujeito pleno, em cartas pessoais paulistas e baianas produzidas ao longo do século XX, a fim de verificar se há diferenças entre os sistemas pronominais desses estados, levando em consideração os aspectos semântico-pragmáticos. Os documentos correspondentes ao estado de São Paulo, utilizados para esta análise, foram selecionados do acervo *Cartas Familiares: em torno de Washington Luís - Edição semidiplomática de cartas particulares da 1ª metade do século XX* (KEWITZ, 2016), um dos que compõe o *corpus* do PHPP – *Projeto de História do Português Paulista II*; e os documentos concernentes ao estado da Bahia foram

Recebido em 6 de maio e 2020.

Aceito em 6 de outubro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.407>

*Universidade Estadual de Feira de Santana, zenaide.novais@gmail.com,
orcid.org/0000-0001-5990-4854

**Universidade Estadual de Feira de Santana, marianafag@gmail.com,
orcid.org/0000-0003-4335-3458

***Universidade de São Paulo, priscilatuy@gmail.com, orcid.org/0000-0001-8284-5805

levantados do conjunto *Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy* (TUY BATISTA, no prelo), que integra o banco de dados do projeto *CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Os resultados evidenciaram, nas cartas paulistas e baianas, o uso majoritário de *você* em relações simétricas e assimétricas, e o emprego de *tu* pleno apenas em relações simétricas, nas cartas baianas.

Palavras-chave: Tu/você. Sistema pronominal do português brasileiro. Relações sociais.

ABSTRACT

In this paper we analyze the use of the pronouns "você" and "tu" as full subject in 20th century personal letters from São Paulo and Bahia. It aims to verify possible differences between the pronominal systems of these states, taking into account the semantic-pragmatic aspects. São Paulo documents were selected from the collection *Cartas Familiares: em torno de Washington Luís - Edição semidiplomática de cartas particulares da 1ª metade do século XX* (KEWITZ, 2016), one that makes up the corpus of *PHPP – Projeto de História do Português Paulista II*; and the documents concerning the state of Bahia were taken from the collection *Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy* (TUY BATISTA, in press), which is part of the *CE-DOHS- Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* project database, linked to the Portuguese Language Studies (NELP), from the Feira de Santana State University (UEFS). The results showed, in the letters from São Paulo and Bahia, the majority use of *você* in symmetric and asymmetric relationships, and the use of the full *tu* only in symmetrical relationships in the Bahian letters.

Keywords: Tu / você. Brazilian Portuguese pronominal system. Social relations.

Considerações iniciais

Muitos pesquisadores têm-se dedicado ao estudo do quadro pronominal do português brasileiro (PB), e, apesar de diversas propostas serem apresentadas, tanto para a sincronia quanto para a diacronia, ainda não há um mapeamento completo acerca do sistema pronominal brasileiro para o tratamento de segunda pessoa (LOPES; CAVALCANTE, 2011; LOPES *et al.*, 2018, entre outros). Em se tratando do âmbito diatópico, Scherre *et al.* (2009), controlando a concordância entre o pronome sujeito e o verbo em dados

de fala, apontam que é possível identificar a existência de seis subsistemas pronominais no PB: (i) Uso exclusivo de *você*, com as variantes *você/cê/ocê*; (ii) *Tu* com concordância baixa; (iii) *Tu* com concordância alta; (iv) *Tu/você* com concordância baixa; (v) *Tu/você* com concordância média; (vi) *Você/tu* sem concordância, para os quais Lopes e Cavalcante (2011) propõem uma amálgama, passando a três subsistemas para referência à segunda pessoa: (i) *Você*; (ii) *Tu*; e (iii) Coexistência de *tu* e *você*.

Tendo em vista a proposta de análise diatópica realizada por Scherre *et al.* (2009) e a amálgama dos subsistemas realizada por Lopes e Cavalcante (2011), este artigo apresenta um estudo diatópico-diacrônico das formas *tu* e *você*, na posição de sujeito pleno, levantadas em cartas pessoais produzidas por paulistas e baianos ao longo do século XX. O objetivo é realizar uma análise comparativa entre os subsistemas apresentados pelos redatores das localidades distintas, levando em consideração as relações que se estabeleciam entre os missivistas. A análise tem como base um *corpus* composto por 290 cartas pessoais, organizadas em três subgêneros: *cartas de amor*, *cartas de amigos* e *cartas de familiares*¹. A partir de tais manuscritos, é possível conhecer o contexto social dos missivistas, as relações estabelecidas entre eles e as estratégias linguísticas utilizadas.

Este trabalho está organizado em três seções: na seção 1, apresenta-se o conjunto de documentos utilizado na pesquisa; na seção 2, os princípios teóricos-metodológicos; na seção 3, os resultados.

1. O *corpus*

O conjunto de documentos utilizados é composto por 290 cartas pessoais, sendo: 187 extraídas do *corpus* do PHPP – *Projeto de História do Português Paulista II*, correspondentes à amostra de cartas paulistas; e 103

1 As cartas seguem um padrão composicional típico do gênero (local e data, saudação, corpo do texto, despedida e assinatura).

extraídas do Banco de Dados do projeto *Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro*, do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), correspondentes à amostra de cartas baianas, como apresentado no *Tabela 1*:

Tabela 1. Composição do *corpus* para a comparação.

Período	Acervo	Quant. de cartas
Cartas Paulistas		
1901-1950	Cartas Familiares: em torno de Washington Luís - Edição semidiplomática de cartas particulares da 1ª metade do século XX (KEWITZ, 2016)	187
Cartas Baianas		
1930-1980	Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy (Cartas de amor, família e amigos) (TUY BATISTA, no prelo)	103

1.1 Amostra de cartas paulistas

A análise referente ao estado de São Paulo baseou-se em um conjunto de 187 cartas, correspondentes ao acervo *Cartas Familiares: em torno de Washington Luís – Edição semidiplomática de cartas particulares da 1ª metade do século XX (1900-1950)*. As missivas foram editadas por Kewitz (2016)² e compõem o *corpus* do *Projeto de História do Português Paulista II – Subprojeto Formação de Corpora do Português Paulista*.

Essa documentação epistolar é, em sua maioria, oriunda do estado de São Paulo, sendo que algumas localidades, naquela época, ainda eram vilas.

2 A edição semidiplomática do acervo *Cartas Familiares: em torno de Washington Luís – Edição semidiplomática de cartas particulares da 1ª metade do século XX (1901-1950)* está disponível para consulta e *download* em <<http://php.fflch.usp.br/corpus>>. As informações apresentadas sobre o acervo e os missivistas foram extraídas da apresentação do acervo em questão, disponíveis em Kewitz (2016).

Os remetentes³ (9 mulheres e 16 homens), pertencentes à elite, em sua maioria, são figuras ilustres, membros da família Paes de Barros⁴, de origem paulista, parentes de Washington Luís, por parte de sua esposa, Sophia Oliveira de Barros (1877-1934), filha dos segundos barões de Piracicaba, grandes cafeicultores:

Essa família tem importância na história da capital, do Estado de São Paulo e do Brasil, desde os tempos dos bandeirantes. Há na literatura sobre essa família e outros temas relacionados (como o café, a expansão pelos bandeirantes etc.) vários dados relevantes, direta e indiretamente, para o entendimento do entorno social que fizeram surgir as cartas que aqui se apresentam, seja no campo da História, da Genealogia, da Antropologia, da Economia, da Política e de outras ciências (KEWITZ, 2016, p. 24).

No geral, o tema tratado nas cartas são assuntos familiares, notícias de saúde de parentes e de negócios que se estabelecem entre os membros da família. É possível identificar, também, temas políticos, o que permite concluir não se tratar apenas de relações familiares, mas também políticas, sociais e econômicas.

O destinatário de grande parte das cartas é Washington Luís, Ex-Presidente da República Brasileira. Formado em Direito, atuou em funções diversas na política paulista e nacional, como: Promotor Público em Barra Mansa, no Rio de Janeiro (até 1896); Advogado e Vereador de Batatais (1897-1898); Intendente de Batatais (1898-1900); Deputado Estadual (1904-1905 e 1912-1913); Secretaria de Justiça e Segurança Pública de SP (1906-1912); Prefeito de SP (1914-1919); Presidente do Estado de São Paulo (1920-1924);

3 Kewitz (2016) apresenta também a edição de cartas de pessoas de fora da família Paes de Barros, mas que estavam relacionadas comercialmente, especialmente as cartas de casas comissárias de café, a saber: (i) Pedro d'Alvarenga Ferreira; (ii) Casas comissárias e bancos – a) Tobias de Barros & Cia.; b) Antonio de Toledo Lara; c) Schmidt, Trost & Cia.; d) João Procopio, Irmão & Cia.; e) Banco de Custeio Rural de Rio Claro; f) Sociedade Incorporadora (cf. KEWITZ, 2016, p. 29-30).

4 Família tradicional paulista de cafeicultores desde o século XIX. Para maiores informações, consultar Kewitz (2016).

Senador da República (1925-1926); Presidente do Brasil (1926-1930). Entre 1930 e 1947, cumpriu exílio na Europa. Em 1947, volta ao Brasil e dedica-se aos estudos de História e Genealogia, até 1957, ano de seu falecimento.

1.2 Amostra de cartas baianas

Em relação à amostra de cartas baianas, trata-se de um conjunto de 103 cartas pessoais, escritas ente 1930 e 1980, que compõem o *Acervo da Família Estrela Tuy*, editadas por Tuy Batista (no prelo) e que integra o *Banco de Dados do projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro*⁵, do NELP/UEFS.

As missivas estão organizadas em diferentes subgêneros, a saber: (i) *Cartas de amor trocadas entre Antônio e Maria* – 29 missivas; (ii) *Cartas de amigos recebidas por Antônio e Maria* – 49 missivas; e (iii) *Cartas escritas por Antônio, Maria e outros familiares* – 25 missivas.

As cartas foram produzidas em diferentes localidades do estado da Bahia por 42 remetentes (16 mulheres e 26 homens) pouco e mediantemente escolarizados. Todos os remetentes são baianos, oriundos, em sua maioria, de cidades interioranas e da zona rural, onde a base da economia eram a agricultura e a pecuária. No geral, o poder aquisitivo dos remetentes varia entre médio e baixo⁶.

Os assuntos tratados nas cartas eram de cunho familiar e íntimo – saber notícias de familiares e amigos, viagens, estado de saúde, expressar saudade, entre outros –, como também eram negociações sobre compra e venda de gado,

5 Para maiores informações, consultar: <www.uefs.br/nelp>.

6 Cf. Tuy Batista (2017a, p. 55): “Os indivíduos considerados com poder aquisitivo médio são os que tinham posse de algumas pequenas propriedades ou uma propriedade média, com a renda baseada no cultivo de fumo, milho, feijão e mandioca, além da comercialização de bovinos e leite de vaca, possuindo recursos financeiros para a contratação de pessoas, a fim de auxiliar na realização das atividades campestres. Foram considerados indivíduos com baixo poder aquisitivo, aqueles proprietários de pequenas roças, os quais viviam da agricultura familiar e da venda de animais de pequeno porte (suínos, ovinos e ovíparos)”.

contratação de pessoas para auxiliar nas atividades agropecuárias, prestação de conta de lucros obtidos em sociedade (na criação de gado e plantio). Os principais destinatários são Antônio Carneiro da Silva Tuy e Maria de Souza Estrela, também remetentes⁷.

2. Princípios teórico-metodológicos

A análise proposta neste trabalho debruçou-se sobre as ocorrências de *tu* e *você* na posição de sujeito pleno, considerando os contextos de uso das formas, o grau de parentesco e o tipo de relação estabelecida entre os missivistas, a fim de entender as motivações de uso de uma forma em detrimento de outra. Para tanto, os dados foram analisados a partir dos princípios da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994) e da Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960)⁸.

Com base na metodologia da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994), foram controladas as *formas concretas realizadas*, *tu* e *você*, além dos seguintes fatores extralinguísticos: (i) *relações de simetria*; (ii) *gênero (sexo) dos remetentes*; (iii) *faixa etária dos remetentes*; (iv) *distribuição das ocorrências por décadas* (entre 1900 e 1980); e (v) *subgênero das cartas*.

Para a determinação das relações sociais, foi utilizada a Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960), que propõe que traços da organização social de uma determinada comunidade podem ser revelados através do emprego dos pronomes para referência ao interlocutor⁹. Assim, a

7 O conjunto de cartas é descrito com maiores detalhes em Tuy Batista (2017a) (dissertação de mestrado).

8 Para a realização deste trabalho, de cunho preliminar, foi escolhida apenas a posição de sujeito pleno. Cabe salientar que é indispensável, em um trabalho futuro, analisar a posição de sujeito nulo e as demais formas realizadas para referência à segunda pessoa.

9 Partindo da análise das formas francesas para referência à segunda pessoa, *Tu* e *Vous*, os autores apontam que o *Tu*, usado para o tratamento íntimo, evidencia a semântica da *Solidariedade*, enquanto o *Vous*, usado para o tratamento cerimonioso, evidencia a semântica do *Poder*.

partir da dicotomia de poder e solidariedade, adotando a tipologia proposta por Lopes (2004), define-se que a semântica do *Poder* é estabelecida nas relações assimétricas ascendentes (de inferior para superior) e descendentes (de superior para inferior), não recíprocas; enquanto a semântica da *Solidariedade* é estabelecida nas relações simétricas (igual para igual), recíprocas¹⁰.

3. As formas *tu* e *você* na posição de sujeito pleno

Na amostra de cartas paulistas, relativa ao período de 1900-1950, foram identificados 120 dados de formas de tratamento de referência à segunda pessoa na posição de sujeito pleno, todos correspondentes à forma *você*. Quanto à amostra de cartas baianas, relativa ao período de 1930-1980, foram levantados 134 dados, sendo 30 ocorrências de *tu* e 104 de *você*:

Tabela 2. As formas *tu* e *você* na posição de sujeito pleno, nas cartas paulistas e baianas.

Tratamento na posição de sujeito pleno	Cartas Paulistas (1900-1950)	Cartas Baianas (1930-1980)
Tu	0/120 0%	30/134 22.4%
Você	120/120 100%	104/134 77.6%

Conforme apresentado anteriormente, no estado de São Paulo, a forma *você* foi categórica na posição de sujeito pleno¹¹, exemplificado em (1) e (2):

- 10 Lopes (2004) propõe a readaptação terminológica das relações de poder (não recíproca) em assimétricas (descendentes e ascendentes) e de solidariedade (recíprocas) em simétricas.
- 11 Cabe apontar que as cartas enviadas aos membros dessa família por pessoas próximas, sem relação de parentesco, não apresentaram ocorrências de *tu* e *você*, mas sim formas nominais como *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência* e *O/A Senhor(a)*.

- (1) **Você** devia aproveitar dar uma fugidinha para os seus tam-|bem tomarem um banho de sol e ar puro. (Carta 68 – Santo Antonio, 20 de junho de 1908, APBS-APESP)¹²

- (2) **Você** não pode pagar todo| o custeio e sacou então do Lara 40:000\$ que| **Você** tem a nòta recebem os quebrados, entrando| para o Banco 39:700\$000 reis, conforme combinação| feita com Quincas que e' o director da Socciedade| Incorporadôra e que ahi esteve com Você fican=|do **Você** de entrar com os restantes 40:300\$000 reis| logo que pudesse, dentro de 60 dias, para então| fazer nôvo contracto para este anno. (Carta 81 – Santa Anna, 15 de novembro de 1913, APBS-APESP)

Entretanto, cabe destacar que Lopes *et al.* (2018) ao analisarem um conjunto de 67 cartas pessoais paulistas, produzidas entre 1870 e 1939, de familiares e amigos, levando em consideração as posições de sujeito nulo e pleno, observaram ocorrências de *tu* (60/60 - 100%), todas na posição de sujeito nulo, enquanto a forma *você* apresentou-se majoritariamente na posição de sujeito pleno (*você* pleno 57/68 - 84%; *você* nulo 11/68 - 16%)¹³. Na documentação aqui analisada, também foram observadas ocorrências de *tu* na posição de sujeito nulo, que não foi alvo de investigação neste trabalho preliminar, mas que será considerada para uma análise futura, que já se apresenta frutífera diante dos resultados de tais autores. Desse modo, ao levar em consideração apenas as ocorrências de sujeito pleno no conjunto de cartas analisados, o subsistema identificado é o (i) – uso exclusivo de *você*.

-
- 12 A fonte dos dados apresenta as informações na seguinte ordem: Número da carta, local e data de escrita (quando indicados na missiva), iniciais do remetente e sigla do acervo ou arquivo de origem do documento.
 - 13 As autoras da seção dedicada ao estado de São Paulo no capítulo referido, Sabrina Balsalobre e Vanessa Martins do Monte, concluíram, ainda, que havia um maior número de cartas com o uso exclusivo de *você* do que cartas com o uso exclusivo de *tu*.

Em relação ao estado da Bahia, foram levantadas ocorrências de *tu* e de *você*. A forma *você* mostrou-se majoritária, com 104 dados, correspondentes à 77.6% do total de ocorrências:

- (3) Desejava as-|ber de sua opinião se| os 30 litros de feijão dão| para a minha plantaçoã| mas **você** nada mandou dizer. (Carta 30 - (sem local) 18 de abril de 1958, ABO-CAFET)
- (4) Recebi sua carta, estou cien-|te de tudo que **você** madou me| dizer. (Carta 52 - Bela Vista, 20 de dezembro de 1970, JGE-CAFET)
- (5) Tenha caltela com tua vida, em tudo se| falando. Sendo muito necessário que **você** converse| sempre em boas maneiras. Mas, nestes assuntos| se te tratarem mal? Não fique intopida. (Carta 8 - Faz. Bom Jardim, 16 de dezembro de 1952, ACST-CAFET)

Já as ocorrências de *tu* apresentaram-se menos frequentes, com apenas 30 dados, correspondendo à 22.4% dos dados:

- (6) Envio as cartas que tinha no poder de Oscar, amigui-|nha, **tu** não sabes, quanto eu tenho falado da engrati-|dão d'elle, bôba serás se a mossa que se enganar com| prosa de rapaz, começam com muitos carinhos e terminam| com gratidão. (Carta 36 - Pau-ferro, 4 de julho de 1934, ECC-CAFET)
- (7) Neginha, Bella está sientel| do que **tu** mandas dizer a ella. (Carta 101 - (sem local e sem data), MSE-CAFET)
- (8) Acabo de receber o teu bilhetinho, que me entristeceu também, por saber que **tu** vaes passar estes dias chorando e lembrando um passado que o destino transformou em lagrimas [...]. (Carta 57 - (sem local) 22 de março de 1951, L-CAFET)
- (9) a minha| vida é mesmo assim, só nahir para sofrer, e| **tu** não sabes que o amor traz forças. (Carta 19 - (sem local) 11 de novembro de 1952, MSE-CAFET)

A distribuição das ocorrências de *tu* e *você* permitiu identificar que, para referência à segunda pessoa, há missivas que se encaixam em todos os subsistemas: (i) o uso exclusivo de *tu*; (ii) o uso exclusivo ou majoritário de *você*; e (iii) a mistura de *tu* e *você*; o subsistema que se apresentou produtivo no conjunto de cartas baianas analisadas, todavia, foi o de uso exclusivo ou majoritário de *você*.

É relevante destacar que, sobre o pronome *tu*, Lopes *et al.* (2018) apontam que, nas cartas pessoais do estado da Bahia, não foram encontradas ocorrências de *tu* na posição de sujeito pleno, sendo registrados apenas 6 dados (menos de 1% da amostra, 6/838 ocorrências) desse pronome apenas como sujeito nulo¹⁴. Ainda, Santos, Lacerda e Carneiro (2019) também apontam a baixa frequência de *tu* pleno, registrando apenas 1 dado (1%, 1/93 ocorrências) em cartas pessoais novecentistas baianas¹⁵. Assim, pode-se considerar relevantes os dados de *tu* pleno encontrados na documentação aqui analisada, por contribuir com os estudos acerca do sistema pronominal baiano¹⁶.

14 Em Lopes *et al.* (2018, p.110-111), os autores da seção destinada às cartas baianas, Aroldo de Andrade, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, apontam que “O pronome *tu* apresentou um emprego bastante marginal, com menos de 1% de frequência no *corpus* em análise. Foram identificados apenas 6 dados no total [em uma amostra de 838 dados], categoricamente como sujeito nulo. Os raríssimos dados de *tu* ocorreram, como era esperado, quando havia maior intimidade e solidariedade entre os missivistas, em certos tipos de relação pessoal, como é o caso das relações entre amigos e entre casais. Para o primeiro caso, têm-se os dados de final do século XIX e início do século XX [...]; para o segundo caso, tem-se uma carta trocada entre marido e mulher em fins do século XX [...]”.

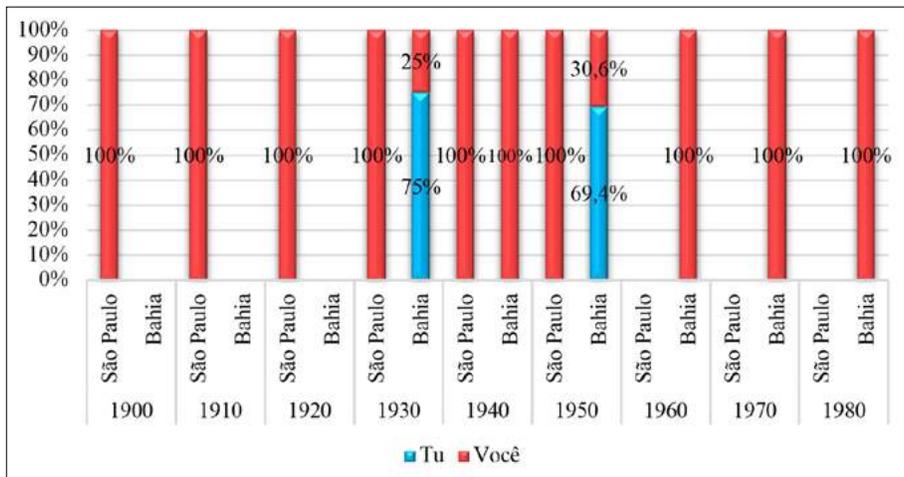
15 Sobre as ocorrências levantadas, Santos, Lacerda e Carneiro (2019, p. 172), destacam que: “Os resultados gerais apresentaram um total de 93 ocorrências de formas de tratamento encontradas em posição de sujeito. A forma *você* obteve maior destaque, com 54% de produtividade (50 ocorrências), seguida da forma *vosmecê*, com 27% (25 ocorrências), e o tratamento *o/a senhor/a*, com 18% (17 ocorrências). O pronome *tu* registrou apenas uma ocorrência em posição de sujeito e, por esta razão, não se consideraram, em sua análise, todas as variantes em estudo”.

16 Ainda sobre a ocorrência de *tu* pleno em cartas baianas, Andrade, Carneiro e Lacerda (2016, p. 264) fazem referência ao acervo que, posteriormente, foi adotado para

3.1. Os resultados distribuídos pelo eixo temporal

O confronto dos dados levantados para a posição de sujeito pleno nas cartas paulistas (de 1900 a 1950) e nas cartas baianas (de 1930 a 1980), apresentado na *Figura 1*, evidencia a produtividade da forma *você* ao longo do século XX. Como é possível observar, as cartas paulistas apresentaram o uso categórico de *você* para referência à segunda pessoa. E, apesar de as cartas baianas apresentarem dados de *tu*, essas ocorrências deram-se em apenas duas décadas 1930 e 1950, sendo o uso de *você* majoritário no período analisado.

Figura 1. As formas *tu* e *você* como sujeito pleno nas cartas produzidas em São Paulo e Bahia (1900-1980).



As cartas correspondentes ao estado de São Paulo apresentaram

investigação por Santos, Lacerda e Carneiro (2019) e trazem como exemplo ocorrência de *tu* pleno que seria identificada pelas autoras:

(a) Aceite lembarnaça minha i de todos meus enviando lembarnaça a pitanga i a ana e a Augusto i a P pedirinho i tu da um abraço ni ana 2 bejinho ni Antonio i 4 ni idebarndo. [Carta de Filomena Pereira da Silva para a amiga.

apenas ocorrências de *você* pleno em todas as décadas controladas, período de 1900 a 1950, exemplificadas de (10) a (15), respectivamente:

- (10) Nada escreverei a| 10 casa em Santos, enquanto Você não me mandar| dizer o resultado de sua conferencia com o| Martinsinho. (Carta 112 – Evangelina, 17 de julho de 1901, EVPS-APESP)
- (11) **voce** me dis que o Comissario| esta reclamando a remessa de café,| pois a ultima remessa que foi a três| dias, da estaçãõ mandaraõ_ me di| 10 ser que não remetesse mais porque| tinhaõ ordem superior de naõ receb|e rem, mas não fes diferença por em| quanto (Carta 43 – sem local, 9 de outubro de 1914, MJMO-APESP)
- (12) Se **voce** quizer me telefone| eu procurarei²²⁶, e seis de ante-mão que| 25 elle terá muito prazer em poder ser| utils ao seu governo. (Carta 138 – sem local, 04 de julho de 1927, JOB-APESP)
- (13) Hontem quando **voce** me telepho|nou, estava no hospital, onde fui pagar| meus peccados. (Carta 146 – São Paulo, 19 de junho de 1930, JOB-APESP)
- (14) Esta é a portadora do meu| abraço bem afectuoso pelo| dia 26, que Deus o conserve| com saude é que de todo| coração desejo, pensei que| este anno tivessesmos o| prazer de vel-o aqui junto| e nós e podermos abraçal-o| pessoalmente, mas **voçê** foi tapeando e nos logrou| com muitas saudades| (Carta 181 – sem local, 22 de outubro de 1946, GSQ-APESP)
- (15) Só **voçê**, com| criterio e prudencia, poderá resolver. (Carta 124 – São Paulo, 17 de junho de 1950, WLPS-APESP)

Os dados de *você* pleno coletados nas cartas paulistas foram produzidos por *homens* nas faixas etárias *jovem*, *adulto* e *idoso*, enquanto os dados produzidos por *mulheres* foram identificados nas faixas etárias *adulto* e *idoso*.

Quanto às cartas produzidas no estado da Bahia, entre 1930 e 1980, é possível verificar que, apenas na década de 1930, o *tu* obteve mais

ocorrências do que a forma *você*. Dos 8 dados coletados nesse período, 6 são de *tu*, e 2 são de *você*:

- (16) Neguinha, Bella está sientel| do que **tu** mandas dizer a ella. **Tu** não avalia como| ella está gorda. Só **tu** vendo. (Carta 103 - sem local [1939], MSET-CAFET)
- (17) Priminha o que vejo, dizer que esta animado| aqui, é a tal micarême para, os caraúnas estão| muito afobados, só, **você** vendo só, falam nisso| já esta aborrecido como tambem em casa de| D. Siazinha vai ter, um baile há phatasinha.| (Carta 58 - Ouriçangas, 2 de abril de 1939, L-CAFET)

Na década de 1940, houve apenas a ocorrência de 1 dado, correspondente à forma *você*, produzido por uma *mulher jovem* e apresentado em (18):

- (18) Peço-te que me mande o nome do remédio| que **você** estava tomando junto com meu| padrinho. (Carta 29 - Lamarão, 5 de janeiro de 1944, ASG-CAFET)

Na década de 1950, as formas *tu* e *você* coexistiram. A forma *você* apresentou-se mais produtiva entre os *homens*, exemplificado em (19), e o *tu* foi produzido majoritariamente por *mulheres*, exemplo (20):

- (19) Antônio só se **você** pudesse formar um carro| para trazer, chegando um dia de Quarta para| botar na sexta feira no meio da Rua para| pegar a feira de sexta à segunda que é o dia| proprio pode até com a vista dos elementos| fazer bom negocio aí depende de você as condi-|ções são estas. (Carta 54 - Salvador, 6 de outubro de 1958, JCST1-CAFET)
- (20) não é as-|sim como **tu** penças assim parece que não| á simpatia nem tão pouco amizade, a minha| vida é mesmo assim, só nahir para sofrer, e| **tu** não sabes que o amor traz forças.. (Carta 19 - sem local, 11 de novembro de 1952, MSE-CAFET)

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, não foram registrados dados de *tu* na posição de sujeito pleno nas cartas analisadas. Quanto ao *você*, na mesma posição, mostrou-se categórico como forma utilizada para referência à segunda pessoa. Em (21), (22) e (23), são apresentados exemplos das ocorrências de *você* correspondentes aos anos 60, 70 e 80, respectivamente:

- (21) A cerca da frente a mi-|nha casa, Sete tarefas tôda sapecada com algumas estacas| queimadas. Cerca da Faz: Caatinga dos Mendes, Sendo de cama de| madeira, com dois fios de arame, eu medí dez tarefas tôda| queimada. **Você** está substituindo com o mesmo arame queimado, e com| madeira inferior. (Carta 91 - 02 de novembro de 1969, ACST-CAFET)
- (22) Que informação| **você** tem para dá sôbre| a ocorrência do advogado? (Carta 92 - sem local, 4 de julho de 1970, ACST-CAFET)
- (23) Antonio me cinto alegre na oferta que **você**| mandou dizer por c/ Antonio na ½ saca de feijão.| (Carta 56 - Salvador, 2 de novembro de 1988, JCST-CAFET)

A forma *você*, na posição de sujeito pleno, mostrou-se a mais produtiva nas cartas baianas, em todas as relações sociais que se estabeleciam entre os missivistas, em todas as faixas etárias controladas – *jovem*, *adulto* e *idoso* –, exceto nas décadas de 1930 e 1950, o que se justifica adiante. Isso parece indicar um uso bastante generalizado de *você* no século XX.

Dessa forma, parece haver uma confluência entre os dados levantados nas cartas paulistas e os dados levantados nas cartas baianas com Scherre *et al.* (2009), ao atestarem, no âmbito sincrônico, que o estado de São Paulo, atualmente, pertence ao subsistema de tratamento com o uso exclusivo das variantes *você/cê/ocê* para referência à segunda pessoa, com exceção de Santos; e, para o estado da Bahia, o *tu/você* sem concordância, com exceção de Salvador.

Apesar de as cartas baianas não contemplarem o período de 1900 a 1920, e as cartas paulistas não contemplarem o período de 1960 a 1980, foi possível identificar que, nos dois conjuntos de cartas analisados, o subsistema predominante foi uso exclusivo/majoritário de *você*.

3.2 Os resultados correlacionados ao eixo social

Na Tabela 3, são sistematizadas as relações sociais levantadas no conjunto de cartas paulistas e de cartas baianas em análise, baseando-se no modelo proposto por Brown e Gilman (1960):

Tabela 3. As relações sociais estabelecidas entre os missivistas das cartas em análise.

Classificações	Relações sociais
Simétricas (de igual para igual)	Correspondência trocada por irmãos, primos, cunhados, casais e amigos íntimos
Assimétricas descendentes (de superior para inferior)	Correspondência enviada de mãe ou pai para filhos; de tios para sobrinhos; de sogros para genro ou nora
Assimétricas ascendentes (de inferior para superior)	Correspondência enviada de filho para mãe ou pai; de sobrinhos para tios; de genro ou nora para sogros

Na amostra de cartas paulistas, as relações *simétricas* foram estabelecidas na correspondência trocada por Washington Luís e seus cunhados: Antonio Paes de Barros Sobrinho; Alvaro de Souza Queirós; Raphael Tobias de Barros; João Oliveira de Barros; João Alves de Lima; e seu primo e cunhado, Everardo Vallim Pereira de Sousa. Os exemplos (24) e (25) foram retirados de uma carta enviada por Washington Luís ao seu cunhado Alvaro de Souza Queirós; e de uma carta enviada por Everardo Vallim Pereira de Sousa para Washington Luís, seu primo e cunhado, respectivamente:

- (24) **Você** servirá os filhos, parecendo-me que todos estarão de acordo, conforme deduzo das cartas que recebido. (Carta 177 – São Paulo, 1 de agosto de 1937, WLPS-APESP)
- (25) Hoje te avisei por telegramma que "seguia co"- mo encomenda a chave da burra, que o Antonio mandou pedir e que **Você** procu|rasse o Gama Cerqueira168 para com elle conversar sobre os empréstimos que a casa Schimidt+Trost169 tem feito com lavradores” (Carta 111 – Villa de Dourado, 10 de maio de 1901, EVPS-APESP)

Também nas cartas enviadas por Sophia de Oliveira Barros para a sua irmã Tuda (Gertrudes Oliveira de Barros), exemplo (26), é estabelecida a relação *simétrica*. No geral, o assunto tratado nas missivas com esse tipo de relação são a troca de informações sobre o estado de saúde de parentes e os negócios estabelecidos entre os familiares.

- (26) Achei que Aracy fez muito bem de guardar os jarrões, pois aqui=lo só serve para desasçussego d'ella mas o que não é quebravel, fazem muito bem de desençaixotar, as= sim como os quadros podiam pendurar, mas te peço que das 25 malas se você encontrar os retra= tos de nossos paes, e o São José que te fallei, leve para sua casa, as= sim como minhas pratas você continuará com o trabalho de 30 guardal-as. Desculpe tanto trabalho, e **você** bem póde cal= cular com que apperto de cora, ção te dou esse trabalho! (Carta 173 – Paris, 12 de setembro de 1931, GOB-APESP)

Nas relações marcadas pela semântica do *Poder* e assimetria nas cartas paulistas, identificaram-se as relações *assimétricas descendentes* – nas cartas enviadas pela 2ª Baronesa de Piracicaba, tratada por familiares como “Mariquinha”, ao seu genro Washington Luís, exemplo (27); e na carta enviada por Washington Luís para a sua sobrinha Cecília de Sousa Braga. E as relações *assimétricas ascendentes* – na carta enviada por Antonio Paes de Barros Sobrinho para sua mãe, a Baronesa de Piracicaba, exemplo (28), a seguir.

- (27) Presado Waschington/ Que com Sofia, e filhos gosem saude. Desculpe encommodal_o, junto remeto essa carta, de minha Sobrinha fasendo esse pedido, e como conheço esse Senhor, [...] me animo a transmitir esse pedido, e assim **você** fará o que entender [...] (Carta 48 – sem local, 26 de dezembro de 1914, MJMO-APESP)

A relação entre a Baronesa de Piracicaba e seu genro Washington Luiz é marcada por níveis hierárquicos distintos, e a ocorrência da forma *você* evidencia seu caráter híbrido. Como já demonstrado por Lopes *et al.*

(2018), há diferentes nuances de relacionamento que variam de acordo com os assuntos tratados nas cartas, sendo possível atestá-lo, a partir do vocativo utilizado pela Baronesa, ora sendo “meu querido filho”, quando os assuntos tratados são familiares, ora sendo “prezado Washington”, quando os assuntos tratados são sobre pedidos de favores e negócios (cf. LOPES *et al.*, 2018)¹⁷.

(28) Isto tudo **Você** já sabe porque além de [lhe] explicar por varias vezes, **Você** escreveu ao Lara sobre isso e elle respondeu que era muito cedo e não cogitasse disso, conforme carta que **Você** me mostrou. **A Senhora** anda muito esquecida e por isso e' que me escreveu reperguntando, o que já em Santo Antonio e depois ahi já lhe tinha exposta, na ultima vez ainda, lhe disse que precisava **Você** tratar de vêr se podia apressar a desapropriação ou então dispôr dos terrenos do Ypiranga [...]. Hoje já está o thermometro em 30°. Adeus Mamãe, aceite saudades de todos e abençoe a este seu filho que muito lhe quer e respeita/ Antonio. (Carta 81 – Santa Anna, 15 de novembro de 1913, APBS-APESP)

A relação *assimétrica ascendente* que se estabelece entre Antonio Paes de Barros Sobrinho e sua mãe, a Baronesa de Piracicaba, é marcada pelo reconhecimento por parte do emissor. Mesmo fazendo o uso majoritário da forma *você* para referência à segunda pessoa, sua mãe, o remetente também apresentou ocorrências de *A Senhora*, na posição de sujeito pleno, como destacado no exemplo (28). Biderman (1972) aponta que, no início do século XX, na sociedade brasileira, já estava sendo comum os filhos tratarem os pais por *você*, o que parece justificar o comportamento desse remetente.

17 No *corpus* de cartas paulistas, analisado por Lopes *et al.* (2018), há cartas que coincidem com as utilizadas nesta análise. Não há como levantar todas as cartas, mas é sabido que os autores utilizaram algumas das cartas nas quais, “Os remetentes mais frequentes são sua sogra e seus cunhados. As relações verificadas nesse conjunto [Cartas a Washington Luiz] são: sobrinho(a) → tio, mãe → filhos, sogra → genro, entre cunhados e entre primos” Lopes *et al.* (2018, p. 80).

Assim, as ocorrências de *você* nas cartas paulistas foram coletadas em cartas com relações *simétricas* (91.7% - 110/120) e relações *assimétricas ascendentes* (8.3% - 10/120).

Quanto às cartas baianas, os dados de *você* foram levantados nas relações *simétricas* estabelecidas na correspondência trocada entre os irmãos: Josuíto Carneiro da Silva Tuy; José Carneiro da Silva Tuy; Antonio Carneiro da Silva Tuy, sendo esse último, o principal destinatário; e as irmãs, Antonia de Lima Estrela e Leonidia de Lima Estrela. No geral, o conteúdo das cartas tratava de assuntos pessoais e familiares, com um alto grau de intimidade e confidencialidade, além de questões relacionadas aos demais familiares, conforme exposto em (29):

- (29) Que informação| **você** tem para dá sobre| a ocorrência do advogado? (Carta 92 – sem local, 04 de julho de 1970, ACST-CAFET)

Na correspondência trocada entre os cunhados, foram levantadas apenas ocorrências de *você*, sendo a relação *simétrica* a estabelecida entre Antonio Carneiro da Silva e Pedro de Souza Estrela, exemplificada (30); e nas cartas trocadas com outro cunhado, Antonio Brito Oliveira, exemplificado em (31):

- (30) Escrevo-lhe com o interesse especial, de obter| as explicações necessárias, no que vou citar abai-|xo; sôbre o dano, que o fogo que **você** botou, me| causou em prejuízos. Eu esperava de que **você**| se aproximasse de mim para saber como havia de| substituir as minhas cercas queimadas. O que **vo-|cê** não fez, era o Seu dever.|| cerca de Seis fios de arame, dezoito tarefas tôda| sapecada com parte das estacas queimadas, **você** está| substituindo com estaca de candeia. (Carta 91B - 02 de novembro de 1969, ACST-CAFET)

- (31) Desejava sa-|ber sua opinião se os 3º litros de feijão dão pra minha plantação mas **você** nada mandou dizer. (Carta 30 - sem local, 18 de abril de 1958-ABO-CAFET)

Na correspondência entre cunhadas, as relações estabelecidas também são *simétricas*; nas missivas recebidas por Maria de Souza Estrela Tuy, enviadas por Elizete Cerqueira Campos e Zezé, a forma escolhida para a referência à segunda pessoa foi o *tu*, como apresentado em (32):

- (32) Sei que **tú** estas bastante sentida e eu| também mamãe e em fim nos todos, porque ele não| podia e como lhe fez declaração. (Carta 36 - Pau-ferro, 04 de julho de 1934, ECC-CAFET)

Na correspondência trocada por primas, em que há uma relação *simétrica*, foi possível notar que a remetente Maria de Souza Estrela usa o pronome *tu* para referir-se à prima Lelinha [Arlinda Gomes Estrela], como no exemplo (33), enquanto Lelinha emprega a forma *você* para referir-se a Maria, como em (34):

- (33) Lelinha manda-me dizer o visual| tudo do micarame ouviu?| Neguinha, Bella está sientel| do que **tu** mandas dizer a ella. (Carta 103 - sem local, [1939], MSE-CAFET)

- (34) Priminha o que vejo, dizer que esta animado| aqui, é a tal micarême para, os caraúnas estão| muito afobados, só, **você** vendo só, falam nisso| já esta aborrecido como tambem em casa de| D. Siazinha vai ter, um baile há phatasinha.| (Carta 58 - Ouriçangas, 2 de abril de 1939, L-CAFET)

Nas missivas recebidas por Antonio Carneiro da Silva Tuy, enviadas por seus amigos, José Gomes Estrela e Dãozinho (relações *simétricas*), verificaram-se apenas ocorrências de *você*, apresentadas em (35) e (36), respectivamente:

- (35) Olha Antonio, **você** não imagina a alegria| que estou sentindo por Fátima está conosco. (Carta 52 - Bela Vista, 20 de dezembro de 1970, JGE-CAFET)

- (36) Se **você** resolver pa-|gar por tarefa a 5.000,00 eu vou pe-|gar uma linha altimal de acordo| posso aumentar mais de uma linha| mais o pasto todo não e possível. (Carta 38 - sem local e sem data, FMS-CAFET)

Já na correspondência enviada a Maria de Souza Estrela por suas amigas íntimas(relação *simétrica*), Marcinha e Laurinha, verificaram-se apenas ocorrências de *tu*, demonstradas nos exemplos (37) e (38):

- (37) Recebi o requeijão está um bom bucado, só **tu** sabe fazer. (Carta 60 - sem local, [entre 1955-1960], M-CAFET)
- (38) Acabo de receber o teu bilheteinho, que me| entristeceu também, por saber que **tu** vaes passar| estes dia chorando e lembrando um passado| que o destino transformou em lágrimas, com os seus injustificáveis caprichos [...]. (Carta 58 - Ouriçangas, 02 de abril de 1939, L-CAFET)

Quanto às cartas de amor trocadas por noivos, constatou-se que Antonio Carneiro da Silva Tuy faz uso majoritário da forma *você*, havendo duas cartas com ocorrências de *tu* (totalizando 3 dados), conforme exemplo (39). E a noiva, Maria de Souza Estrela, faz uso categórico do pronome *tu*, como em (40):

- (39) Eu e todos vamos na forma do costume.| Em segundo lugar te falo que fomos bem| de viagem. Tudo mais **tu** me relata, em| observação. O Mais, o proprio tempo está encubido para tudo.Sim,| **tu** não notou quanto nós ti abusamos?| (Carta 1 - Faz. Bom Jardim, 14 de janeiro de 1952, ACST-CAFET)
- (40) Como foi de viagem meu querido bem| não. Deus queira que sim pois fiquei| muito preocupada depois que **tu** viajou| pois a ora não era conveniente, e ao| mesmo tempo analisando as faltas que| a nossa mãe cometeu, mais ti peço pelo| amor de Deus que não ligue estas coizas| e ti peço mil desculpas, veja quanto soffro| é uma vida agoniada, chorei um pouco| não pude dormir, com as preocupações,| e sentir um pouco a quelas coizas que **tu**| me disse, eu

penço que não mereço pois| mi-|nha natureza é mesmo assim, mais eu ti amo| de todo o meu coração, **tu** é que parece estar| arrependido, noto pelas tuas converças pois| quem ama tem o direito de prezistir, não é as-|sim como **tu** penças assim parece que não| á simpatia nem tão pouco amizade, a minha| vida é mesmo assim, só nahir para sofrer, e| **tu** não sabes que o amôr traz forças.. (Carta 19 - sem local, 11 de novembro de 1952, MSE-CAFET)

Por fim, as relações assimétricas travadas entres os remetentes das cartas baianas não foram tão produtivas quanto às relações simétricas, apresentando um total de 6 ocorrências da forma *você*. Na missiva enviada a Antonio Carneiro da Silva Tuy pelo seu sogro, Manoel de Souza Estrela, evidencia-se uma relação *assimétrica descendente*, exemplo (41). E, na carta enviada a Maria de Souza Estrela por sua sobrinha, Vilma Carneiro Aguiar, a relação *assimétrica ascendente*, exemplo (42):

- (41) Pesa saber por qual motivo| **você** botou o seu gado ai| no pasto, eu não quero abo-|rrecimento, basta o que há. Não ando lhe incomodando,| acho que **você** deveria fazer| o mesmo, **você** sabe que| se precisa de uma| coisa que não nos perten-|ce vai-se ao dono e pede-se.| **Você** deveria fazer isto, pois ai não está atoa. (Carta 39 – Caatinga, 18 de julho de 58, JÁ-CAFET)
- (42) Foi ao médico, fiz uma consulta | sobre você, já comprei os remédios| para as manchas e enfim todos| os que **você** precisa.| Falei a Zezito para quando **você**| vim ele trazê-la. (Carta 73 – Alagoinhas, 19 de setembro de 1973, WCA-CAFET)

Na *Figura 2*, é possível conferir a distribuição dos dados correlacionados às relações *assimétricas* (descendentes e ascendentes) e *simétricas* em relação às décadas de produção, de 1900-1950, as cartas paulistas, e, de 1930-1980, as cartas baianas.

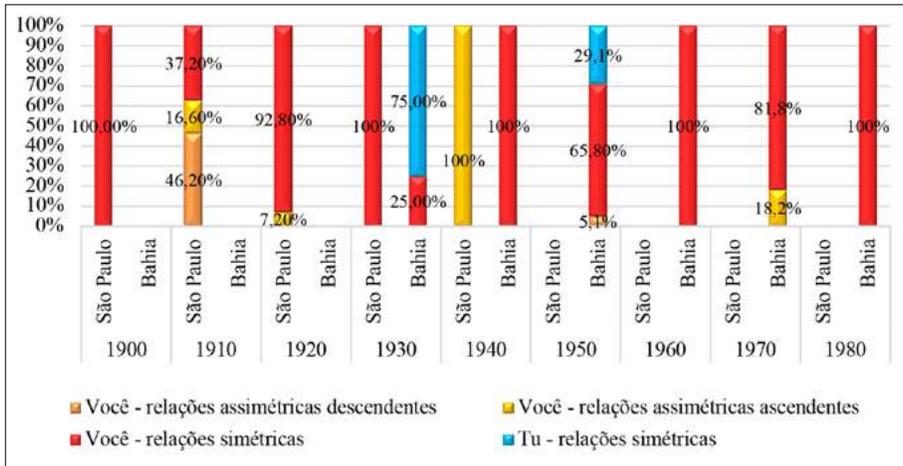


Figura 2. As formas *tu* e *você* e as relações sociais nas cartas paulistas e baianas (1900-1980).

Os resultados apontam que, nas cartas baianas, a forma *você* foi produzida nas relações simétricas (94.2% - 98/104), e nas relações assimétricas descendentes (2.0% - 2/104) e relações assimétricas ascendentes (3.8% - 4/104) – o que parece evidenciar que a forma *você* se encontra disseminada na maioria das relações controladas na amostra de cartas analisadas. Os poucos dados de *tu*, ocorridos apenas nas relações *simétricas* (100% - 30/30), em sua maioria produzidos nas cartas de amor enviadas de noiva para noivo, apontam que esse pronome conservou a semântica de intimidade, tendo sido motivado pelo subgênero da missiva.

Considerações finais

Considerando apenas os dados de *tu* e *você* na posição de sujeito pleno, os resultados obtidos a partir da análise das cartas novecentistas paulistas e baianas revelam que:

Nas cartas paulistas, houve apenas ocorrências da forma *você* (100% – 120/120) para referência à segunda pessoa na posição de sujeito pleno.

Quanto às cartas baianas, para a mesma posição, a forma *você* foi a mais produtiva (77.6% – 104/134), enquanto os exíguos dados de *tu* (22.4 – 30/134) foram produzidos, em sua maioria, por mulheres.

Nas cartas paulistas, a forma *você* apresentou o maior índice de produção nas relações *simétricas* (91.7% – 110/120), seguidas das relações *assimétricas ascendentes* (8.3% – 10/120). No que concerne aos resultados obtidos a partir das cartas baianas, a forma *você* apresentou o maior índice nas relações *simétricas* (94.2% – 98/104), seguidas das relações *assimétricas ascendentes* (3.8% – 4/104) e das relações *assimétricas descendentes* (2.0% – 2/104). Já os dados de *tu* foram produzidos apenas nas relações *simétricas* (100% – 30/30).

A escolha da forma de tratamento *tu* ou *você* pode ter sido feita considerando os aspectos semântico-pragmáticos, o grau de intimidade com o destinatário, sua posição hierárquica, o conteúdo tratado na carta; ou seja, a escolha foi motivada pelas relações sociais estabelecidas.

Em síntese, os resultados obtidos apontam a forma *você* como a estratégia mais produtiva para referência à segunda pessoa, como sujeito pleno, ao longo do século XX, ocupando os espaços antes destinados ao *tu*, em contextos familiares, mais íntimos e mais solidários.

Referências

- ANDRADE, A.; CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O. Formas tratamentais em cartas baianas: sujeito e outras funções. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 58 (2), p. 257-276, 2016.
- BIDERMAN, M. T. C. **Formas de Tratamento e Estruturas Sociais**. Alfa. São Paulo: FFCL de Marília, 1972.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. **Style in Language**. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960.
- CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. 2 ed. (em preparo). São Paulo: Contexto, 2015.

KEWITZ, V. Cartas Familiares: em torno de Washington Luís - **Edição semidiplomática de cartas particulares da 1ª metade do século XX**. São Paulo, 2016. Disponível em < <http://phpp.fflch.usp.br/corpus>>. Acesso em: junho de 2018.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change**: internal factors. Oxford: Blackwell, 1994.

LOPES, C. R. dos S. Vossa mercê > você e Vuestra merced > usted: o percurso evolutivo ibérico. **Alfa**, São Paulo, v. 14, p. 173-190, 2004.

LOPES, C. R. S.; MARCOTULIO, L. L.; RUMEU, M. C. S.; ANDRADE, A.; COELHO, I. L.; MARTINS, M. A.; LACERDA, M. O. F.; GOMES, V. S.; MONTE, V. M.; CARNEIRO, Z. O. N.; SOUZA, C. M. N.; BALSALOBRE, S.; SOUZA, J. P.; OLIVEIRA, T. L.; MOURA, K. K.; CRUZ, I.; CARDOSO, N. D. A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: a posição de sujeito. In. CASTILHO, A. T.; LOPES, C. R. S. **História do Português Brasileiro** – Vol. IV- Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTOS, Elane Santos e; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; "Cartas de Sisal (Bahia): Uma Análise Sociopragmática do Sistema de Tratamento", p. 167 -184. In: **Língua e Sociedade: Diferentes Perspectivas, Fim Comum**. São Paulo: Blucher, 2019.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. P. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. **Revista da ABRALIN**, v. eletrônico, n. Especial, p. 121-146, 2011. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/32348>>.

SCHERRE, M. M. P. et al. Usos dos pronomes “você” e “tu” no português brasileiro. In: **II SIMELP**, Universidade de Évora, 2009

TUY BATISTA, P. S. E. **O uso de tu/você em cartas baianas pessoais do século XX em relações de simetria.** 2017. 175p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

A relação entre as categorias *tempo* e *aspecto* e o ensino de língua portuguesa: como fazem os livros didáticos?

The relationship between *tense* and *aspect* categories and the teaching of the portuguese language: how do textbooks do it?

Maria Auxiliadora Ferreira Lima*
Rodrigo Alves Silva**

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar como dois livros didáticos de Língua Portuguesa de 6º ano (*Tecendo Linguagens* e *Apoema*) abordam a relação entre as categorias linguísticas *tempo* e *aspecto*. A pesquisa parte da discussão sobre tais categorias à luz da perspectiva da Enunciação, baseada em Benveniste (2006), Flores (2013), Travaglia (2016) e outros, e sobre ensino de língua materna, fundamentada em Possenti (1996), Antunes (2007), Bagno (2001) e Neves (2003). Analisou-se a visão de língua e de gramática das autoras em cada obra, como também os exemplos e os enunciados das questões referentes às categorias. Além disso, fez-se um comparativo entre os dois livros, o que apontou semelhanças quanto às atividades de identificação de tempos verbais e diferenças quanto à abordagem das categorias, pois enquanto o livro *Tecendo Linguagens* prioriza questões mais formais, privilegiando a categoria *tempo*, o livro *Apoema*, além da abordagem formal de *tempo*, suscita reflexões quanto ao *aspecto* e os sentidos produzidos por ele.

Palavras-chave: Tempo. Aspecto. Livros Didáticos. Ensino de língua.

Recebido em 31 de maio de 2020.

Aceito em 9 de setembro de 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.449>

*Universidade Federal do Piauí, dora.fl@uol.com.br, <https://orcid.org/0000-0001-9831-5075>

**Universidade Federal do Piauí, rodrigoalvessilva@hotmail.com.br, orcid.org/0000-0001-9783-5589

ABSTRACT

This research aims to analyze how two Portuguese language textbooks from the 6th grade middle school (*Tecendo Linguagens e Apoema*) approach the relationship between the linguistic categories *tense* and *aspect*. The research has as a starting point the discussions about those categories in light of the Enunciation perspective based on Benveniste (2006), Flores (2013), Travaglia (2016), among others; and about mother tongue teaching, supported by Possenti (1996), Antunes (2007), Bagno (2001), and Neves (2003). The matter analyzed were the author's viewpoint about language and grammar in each textbook, as well as the examples and questions' statements referring to the categories. Furthermore, a comparison was made between the two books, which pointed out similarities addressing the activities to identify verbal tenses, and differences regarding the categories' approach, thus while the book *Tecendo Linguagens* prioritize more formal questions, favoring the *tense* category, the textbook *Apoema* also elicits reflections about the *aspect* category, besides the formal *tense* approach, and meaning making.

Keywords: Tense. Aspect. Textbooks. Language teaching.

Introdução

A proposta deste trabalho é investigar o tratamento dado à relação entre as categorias *tempo* e *aspecto* verbal em livros didáticos de Língua Portuguesa de 6º ano. As obras em análise se intitulam *Tecendo Linguagens e Apoema* e pertencem a duas coleções de livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), em sua edição de 2020. Essas e outras coleções são destinadas às escolas públicas e devem ser utilizadas durante o quadriênio 2020-2023.

A pesquisa realizada se justifica pela necessidade de discussões sobre ensino de língua que fuja do modelo tradicional, em que se priorizam nomenclaturas e classificações, como as dos tempos verbais, e se promova, cada vez mais, um ensino de língua articulado com as práticas de leitura e de escrita no cotidiano, conforme defendem Possenti (1996), Antunes (2007), Bagno (2001, 2002) e Neves (2003), entre outros. Para analisar a abordagem das categorias, partiu-se dos conceitos sobre *tempo* e *aspecto*, à luz da perspectiva da enunciação, em articulação com as questões relacionadas ao ensino de língua materna.

Em termos metodológicos, fez-se a análise de cada obra, observando, principalmente: a) a visão de língua e de gramática das autoras em cada livro; b) o modo de abordagem das categorias *tempo* e *aspecto* nas seções sobre verbo e; c) os exercícios propostos para os alunos. A análise das obras permitiu estabelecer um contraponto entre ambos os livros, possibilitando verificar pontos convergentes e divergentes.

Quanto à organização, este trabalho se estrutura da seguinte forma: primeiramente, faz-se uma discussão teórica sobre as categorias linguísticas *tempo* e *aspecto*; em seguida, discorre-se sobre questões de ensino de língua à luz dos documentos oficiais e de autores que discutem ensino de língua materna; posteriormente, apresenta-se a análise dos livros didáticos, seguida das discussões. E, por fim, a conclusão.

1. As categorias *tempo* e *aspecto* à luz da enunciação

1.1 Categoria *tempo*

Assim como a *pessoa* e o *espaço*, o *tempo* faz parte das categorias da enunciação. Para conceituar a categoria *tempo*, é necessário, primeiramente, distinguir o tempo físico, o tempo cronológico e o tempo linguístico. Benveniste (2006, p. 71) define tempo físico como “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade”. É possível entender esse tempo como o intervalo entre o início e o fim de um movimento do mundo físico, como o dia é o intervalo entre o início e o fim do movimento de rotação da Terra.

Relacionado a este tempo está o tempo cronológico, denominado por Benveniste (2006) de tempo *crônico*, que é o tempo dos acontecimentos, que engloba nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos. Para o autor, é este tempo que faz parte da nossa visão de mundo e da nossa existência pessoal, pois é com ele que localizamos os acontecimentos no tempo. Como afirma Benveniste (2006):

Nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem nem o instante que acaba de passar. Nossa vida tem portanto pontos de referência que situamos exatamente numa escala reconhecida por todos, e, aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo (BENVENISTE, 2006, p. 71).

A fim de medir o tempo crônico a partir de suas experiências, o homem utiliza o calendário, que serve de cômputo desse tempo baseado na recorrência dos fenômenos naturais. Além disso, segundo Benveniste (2006), a organização do tempo crônico nos calendários segue algumas condições. A primeira condição é a *estativa*, a qual estabelece um momento axial que serve de ponto de partida para o cômputo. Esse ponto de partida geralmente é um acontecimento muito importante, como o nascimento de Cristo no calendário Ocidental.

A segunda condição é a chamada *diretiva*, a qual se enuncia pelos termos opostos “antes/depois”, a partir de um eixo de referência, como se faz, por exemplo, na marcação de tempo do calendário cristão em “século V a. C.” e “século V d. C.”. A terceira condição é a *mensurativa*, que consiste na utilização de unidades de medida para nomear intervalos constantes entre fenômenos da natureza, como “dia”, “mês”, “ano” etc. Assim, o tempo crônico utiliza eixos de referência para situar melhor os acontecimentos no tempo, conforme afirma Benveniste:

São estes pontos de referência que dão posição objetiva dos acontecimentos, e que definem também nossa situação em relação a estes acontecimentos. Eles nos informam no sentido próprio onde estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram (BENVENISTE, 2006, p. 73).

Com isso, nota-se a objetividade do tempo crônico, já que ele propõe medidas e divisões uniformes em que se situam os acontecimentos, sendo que

estes não podem ser confundidos com o tempo, porque os acontecimentos apenas estão no tempo.

Diferentemente do tempo físico e do tempo crônico ou cronológico, o tempo linguístico se caracteriza por estar organicamente ligado ao exercício da fala, ou seja, o tempo linguístico é estabelecido no momento da enunciação. Tal momento da enunciação é tomado como referência para localizar o tempo do acontecimento.

Dessa forma, a língua se utiliza de formas para expressar a categoria de tempo, por isso não se deve confundir formas linguísticas com tempo, uma vez que *tempo* é uma localização – um acontecimento pode ser concomitante ao presente ou não concomitante ao presente (anterior ou posterior) –, já as formas linguísticas apenas representam um tempo ou uma mesma forma linguística pode representar vários tempos. Cabe ressaltar também que, como afirma Benveniste (2006), o tempo linguístico tem um ponto central, o qual é marcado no momento presente da instância da fala. Sendo assim:

Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do ‘PRESENTE’ (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. É evidente que este presente, na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular. O locutor situa como “presente” tudo que aí está implicado em virtude da forma linguística que ele emprega. Este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido (BENVENISTE, 2006, p. 75).

Sendo o centro de tempo, o presente é também o fundamento das oposições temporais da língua, pois ele constitui a linha de separação entre dois outros momentos imanentes a ele e que são inerentes ao exercício da fala: o passado, momento anterior à enunciação, e o futuro, momento posterior à enunciação. Segundo Benveniste (2006), esses dois momentos correspondem, respectivamente, ao momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo

do discurso, ou seja, deixa de ser presente e está na memória, e ao momento em que o acontecimento ainda não é presente, mas que virá a sê-lo.

Benveniste (2006) afirma que, na realidade linguística, o tempo presente é a única expressão temporal de que dispõe a linguagem, haja vista que o passado e o futuro não estão no mesmo nível do tempo que o presente. Com isso, o autor reforça a noção de tempo presente como eixo referencial do tempo linguístico, afirmando que:

A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância do discurso. É impossível deslocar este eixo referencial para o colocar no passado ou no futuro; não se pode mesmo imaginar o que se tornaria uma língua na qual o ponto de partida da organização do tempo não coincidissem com o presente linguístico e na qual o eixo temporal fosse ele mesmo uma variável da temporalidade (BENVENISTE, 2006, p. 76).

Desse modo, Benveniste conclui que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso e que este presente é implícito. Outro aspecto importante destacado pelo autor é a maneira pela qual o tempo se insere no processo de comunicação. Isso acontece porque a temporalidade organizada no discurso do locutor é aceita sem dificuldade pelo interlocutor. Logo, quando o locutor produz seu discurso criando seu “ontem”, “hoje” ou “amanhã”, ele compartilha as mesmas referências temporais com o interlocutor, o qual reconhece e aceita a temporalidade, utilizando-a no momento que se tornar o locutor da comunicação. Esse é um aspecto que caracteriza a intersubjetividade da linguagem.

Apesar da possibilidade de estabelecer os acontecimentos no eixo temporal, Flores (2013) destaca que Benveniste, ao discutir sobre as relações de tempo no verbo francês, discorda da divisão tradicional do tempo em presente, passado e futuro, visto que acredita que ela é insuficiente para organizar, considerando as realidades de uso da língua, as dimensões temporais. Portanto, Benveniste (2006) propõe distribuir a complexidade

do tempo verbal em dois sistemas distintos e complementares: a *enunciação histórica* e a *enunciação de discurso*.

A *enunciação histórica*, específica da língua escrita, caracteriza a narrativa de eventos passados. Nesse caso, o tempo presente não é utilizado. Essa enunciação é marcada pelas formas de 3ª pessoa e pode prescindir a presença de um locutor. A *enunciação do discurso*, por sua vez, se caracteriza pela interação de um locutor e de um interlocutor. Nela, todos os tempos verbais estão presentes, exceto o ariosto (FLORES, 2013).

Dada a complexidade da categoria *tempo*, é mister ressaltar que, quando se trata de ensino de língua, as gramáticas e os livros didáticos têm rotulado os tempos verbais sem, contudo, considerar as situações de enunciação e a relação com a noção de *aspecto*. Além disso, tem-se atribuído exclusivamente ao verbo a noção de tempo, porém, como afirma Corôa (2005), advérbios, conjunções, numerais e adjetivos são elementos lexicais que também dão informação de natureza temporal. Segundo a autora:

Em qualquer definição, dentro de uma ou de outra teoria linguística, enfatizados no seu caráter dinâmico ou não, os verbos estão sempre associados à noção temporal. É inegável que, embora não detendo o monopólio de sua manifestação, são os verbos os elementos linguísticos que mais de imediato situam a ação, estado, evento ou processo na sua relação temporal com a enunciação e o falante/ouvinte (CORÔA, 2005, p. 34).

Devido a essa relação intrínseca entre verbo e tempo, as gramáticas e os livros didáticos discutem essas categorias em capítulos que tratam da classe gramatical *verbo*. Com isso, apresentam-se, além dos modos, os tempos verbais e suas classificações, priorizando a fixação das formas dos paradigmas verbais que caracterizam cada tempo. Esse *modus operandi* é comentado por Campos (1997), a qual também ressalta a prevalência histórica do *tempo* sobre o *aspecto*, como se vê no excerto seguinte:

A importância atribuída ao tempo gramatical nas gramáticas portuguesas e nos métodos de ensino do português decorre do facto de a nossa língua, como as outras línguas românicas, organizar o sistema verbal em torno do eixo temporal, dividido em passado e presente, ou em passado, presente e futuro, localizando o enunciador o seu enunciado em relação ao momento da sua enunciação, origem da estruturação da temporalidade discursiva. À semelhança do que ainda hoje se passa, entre outras, com as línguas eslavas, eram oposições aspectuais que constituíam a tessitura do sistema verbal em sânscrito e em grego clássico, e também naquilo que se pode reconstituir ou supor para o indo-europeu mais arcaico. Essa base aspectual manteve-se na conjugação do verbo em latim clássico com a oposição entre os temas do presente (“infectum”) e os do perfeito (“perfectum”). Mas, na evolução para as línguas românicas, a morfologia verbal vai progressivamente deslocando o seu eixo para a categoria tempo (CAMPOS, 1997, p. 11-12).

Mesmo havendo essa prevalência do *tempo* em detrimento do *aspecto*, não se pode negar a existência deste, tendo em vista que “é na interpretação das duas categorias – aspecto e tempo – que se constrói a significação” (CAMPOS, 1997, p. 11). Por conta disso, a noção de aspecto deve ser entendida, no intuito de esclarecer sua relação com os tempos verbais. É o que se discute no tópico seguinte.

1.2 Categoria *aspecto*, sua relação com *tempo* e construção de sentidos

Castilho (1968) define *aspecto* como sendo a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento. Esta categoria expressa uma ideia mais concreta e objetiva da ação, porquanto exprime as diferentes maneiras de se conceber a constituição temporal interna de uma situação.

A noção aspectual não é expressa apenas pelo verbo, posto que, como afirma Castilho (1968), o *aspecto* é uma categoria de natureza léxico-sintática, pois, em sua caracterização, interagem o sentido que a

raiz do verbo contém e elementos sintáticos, tais como adjuntos adverbiais, complementos e tipo oracional.

Travaglia (2016), em seus estudos sobre o aspecto verbal no português, define tal categoria da seguinte forma: “**Aspecto** é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação” (TRAVAGLIA, 2016, p. 43. Destaque no original).

A partir desse conceito, observa-se que *aspecto* é uma categoria relacionada ao tempo, já que indica o espaço temporal ocupado pela situação em seu desenvolvimento, marcando a sua duração, isto é, o tempo gasto pela situação em sua realização. Dessa forma, deve-se considerar que uma das diferenças entre a categoria *tempo* e a categoria *aspecto* é o valor dêitico. O tempo é dêitico, uma vez que aponta para o momento da ação (anterior, concomitante ou posterior à situação). Já o *aspecto* não é dêitico, conforme Travaglia (2016), pois ele se refere à situação em si. Como ele afirma, “o **tempo** é ‘um TEMPO externo à situação’ e o **aspecto** é ‘um TEMPO interno à situação’” (TRAVAGLIA, 2016, p. 42. Destaques no original).

Outro ponto destacado no conceito de *aspecto* é a duração da ação, que leva em conta o desenvolvimento, o completamento e a realização da situação. O desenvolvimento da situação se constitui de três fases: início, meio e fim. O completamento da situação constitui-se de duas fases: a da situação incompleta e a da situação completa. E a realização da situação, por sua vez, possui três fases: a da situação por começar, a da situação começada ou não acabada e a da situação acabada (TRAVAGLIA, 2016). O *aspecto* então exprime com mais objetividade e concretude determinados valores temporais, pois se refere à situação em si.

Travaglia (2016) apresenta noções semânticas aspectuais em enunciados do português. Duas dessas noções são a duração e a pontualidade. Segundo o autor, as duas noções são opostas: a primeira marca uma ação mais duradoura, e a segunda marca uma situação cujo início e término ocorrem

ao mesmo tempo ou em intervalo de tempo muito curto. A duração pode ser limitada, quando é possível identificar o início ou o fim ou a duração da situação ou quando se percebe que se trata de uma situação finita, como ocorre nos enunciados seguintes:

8. a - Ele **estava nadando** desde às 6 horas da manhã.
b - Sílvia **limpava** a casa desde cedo e ainda não acabara, quando voltamos.
 9. a - João **ficará estudando** até amanhã.
b - Papai **estaria trabalhando** até as 20 horas.
 10. Antônio **ouviu** música o dia todo.
 11. a - José **lia** um romance, quando sua irmã chegou.
b - **Estamos fazendo** um bolo para mamãe.
c - Minha cabeça **tem doído** muito.
- (TRAVAGLIA, 2016, p. 46. Destaques no original).

Observa-se que, em tais enunciados, o valor temporal é expresso pelas formas verbais, como também pelos advérbios ou locuções adverbiais presentes. Isso reforça o que se disse anteriormente sobre a não exclusividade do verbo de expressar a categoria *tempo*, bem como a categoria *aspecto*. Nas sentenças acima, fica clara também a noção aspectual de duração a partir do uso desses elementos linguísticos.

Importante ressaltar que, quando se trata de ensino, o professor deve chamar a atenção não só às formas verbais com vista na classificação, mas também destacar as noções aspectuais envolvidas. Tomando o enunciado 10 como exemplo, é possível que um professor, em suas aulas sobre *Tempo Verbal*, ensine o aluno a rotular a forma “ouviu” como pretérito perfeito, expressando uma situação pontual. Contudo, a locução “o dia todo” contribui para entender que tal situação não foi pontual, mas teve uma duração explicitada no enunciado. Por conseguinte, é necessário levar em conta, sobretudo no ensino de língua portuguesa, as relações entre *tempo* e *aspecto* e que os valores nos enunciados não são dados, mas construídos no e pelo enunciado, como afirma Culioli (1990).

Ainda quanto aos tipos de duração, Travaglia (2016) apresenta a duração ilimitada, a qual aparece normalmente em frases indicativas de situações, “eternas” ou sentidas como tal numa dada época. Essa noção aspectual está presente em provérbios ou em princípios científicos. Eis alguns exemplos mostrados pelo autor:

12. A Terra **gira** em torno do Sol.
 13. A mocidade **busca** a mocidade. (C. dos Anjos)
 14. Este cachorro **morde**.
 15. A verdade não **envergonha**.
 16. As almas condenadas **vaguearão** para sempre.
 17. Os bons **serão** felizes na vida eterna.
 18. Meu avô **era** pessoa de boa índole.
 19. O clube **ficava** no topo da colina.
- (TRAVAGLIA, 2016, p. 47. Destaques no original).

Ao observar os enunciados acima, notam-se formas verbais normalmente classificadas como presente do indicativo, futuro do presente e pretérito imperfeito. No entanto, Travaglia (2016) chama a atenção ao fato de esses tempos não estarem sendo expressos nos enunciados, porque o que está implícito é a noção aspectual. Tomando como exemplo o enunciado 14, não se pode afirmar que está no tempo presente, porque a ação não está ocorrendo no momento em que se fala. À vista disso, considera-se que se trata de aspecto, e o enunciado traz uma afirmação que pode ser considerada atemporal.

Ainda quanto à relação entre tempo presente e aspecto, Corôa (2005) faz uso da concepção de Otto Jespersen de que o presente pode ser considerado como um ponto movendo-se continuamente para a direita, vendo-o também como o limite entre o passado e o futuro. A autora cita ainda a observação de Heiz Vater de que o presente, como forma não marcada, pode servir para expressar também passado e futuro. Os exemplos citados por Ferrarezi Jr. (2014, p. 76) mostram esse aspecto: “*Eu estava na balada na semana passada e me chega aquele mala...; Estou aqui pensando se eu estou na festa de amanhã*”

e me dá um desmaio”. No primeiro exemplo, toma-se como referência o verbo no passado (estava) que atua como localizador do evento expresso pela marca verbal no presente (me chega), mas que está situado no passado; no segundo, a marca verbal no presente do indicativo (estou na festa) remete a um evento que ocorrerá no futuro e é usado como momento de referência (MR) de outro evento localizado também no futuro em um outro ponto: p1 “estar na festa” e p2 “ter um desmaio”.

O uso de uma marca verbal no tempo gramatical *presente* não implica necessariamente contemporaneidade com o momento da enunciação. É o que mostra, por exemplo, os enunciados “A terra gira em torno do sol” e “Este cachorro morde”, em que predomina o valor aspectual. O *presente* representa o tempo semântico em que o momento da fala (MF), o momento do evento (ME) e o momento de referência (MR) são simultâneos, como em “Neste momento pedimos a sua ajuda”. Vale ressaltar que a simultaneidade ocorre na articulação da marca temporal *neste momento* com o verbo no presente do indicativo. Mas nem sempre essa simultaneidade ocorre. Em enunciados que expressam verdades atemporais, como mostra o exemplo “A terra gira em torno do sol”, esses três momentos se manifestam de maneira distinta. Nesse tipo de enunciado,

o tempo em que a terra gira em torno do sol se configura como infinito e é nessa perspectiva de infinitude (MR) que o evento é visualizado. Dessa forma o ME deve ser forçosamente simultâneo com alguns dos momentos que formam o MR – por ele ser infinito. Pela mesma razão nele também se insere o MF (CORÔA, 2005, p. 46).

Corôa (2005), ao discorrer sobre a relação entre *tempo* e *aspecto*, afirma que, enquanto o primeiro é propriedade, ao mesmo tempo, da sentença e da enunciação, o segundo é propriedade apenas da sentença, pois não se refere ao momento da enunciação. Como ressalta Sousa (2007), o aspecto costuma ser decomposto em aspecto gramatical e aspecto lexical. O primeiro está relacionado ao modo como os tempos verbais delimitam ou não as situações,

e o segundo remete ao modo como a situação é definida pelo verbo e seus argumentos. Para Corôa (2005), no português, o *aspecto* é uma categoria essencialmente gramatical que atinge todos os verbos independentemente do valor semântico de seu radical. Define-o da seguinte forma:

Uma definição de aspecto por oposição a *tempus* vale-se desta característica: os eventos se desenvolvem de um estado inicial para um final. Quando uma visão espacial do processo – desenvolvimento – não é relevante, consideramo-lo pontual, como fizemos ao definir os *tempora* do português. Entretanto, as distorções aspectuais residem justamente na propriedade que o evento tem de se “estender” por um espaço de tempo: daí ser o aspecto muitas vezes identificado com a duração. Mas esta propriedade está inadequadamente caracterizada: a noção temporal que se expressa no aspecto transcende a uma representação linear do tempo (CORÔA, 2005, p. 67).

A definição da autora reforça, mais uma vez, a relação entre as categorias *tempo* e *aspecto* na ação verbal. Desse modo, é mister conceber ambas as categorias nas análises de enunciados e perceber como tais relações ajudam a construir os sentidos.

Tendo em vista a necessidade de exploração dessa construção de sentidos, toma-se ainda como base a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), de Antonie Culioli. Para a teoria, deve-se haver uma preocupação com a função de cada marca linguística no contexto enunciativo. Conforme Cumpri (2012), considera-se também a funcionalidade de cada unidade da língua ao examiná-la no enunciado como um todo; recupera-se a noção de unidade por entender o enunciado como um construto organizado e dotado de sentido por estar relacionado a outros enunciados e que cada enunciado é um fenômeno dinâmico e destinado a um movimento constante de reformulação (atividade parafrástica).

Para Culioli (1990), a atividade da linguagem não consiste apenas em veicular significados, mas também produzir e reconhecer as formas enquanto traços de operações de representação, referenciação e regulação.

O autor defende que a significação não é dada, mas construída no e pelo enunciado. Além disso, é importante ressaltar que “a análise da significação de um enunciado é indissociável da análise das condições que permitem a construção dessas significações” (FRANCKEL, 2011, p. 46).

Portanto, Cumpri (2012) afirma que o sentido é indissociável do contexto, mas o contexto construído no próprio texto, não aquele concebido pela Pragmática, que leva em conta o uso concreto da linguagem, com enfoque nos sujeitos falantes. A noção de sentido defendida por Cumpri (2012) pode ser observada em enunciados cujas marcas são substituídas por outras e em que se notam mudanças de significação:

“Que grande homem!” e “Que grande coisa!” atribuem valores distintos a *grande*: intensidade apreciativa e intensidade depreciativa, respectivamente. Por outro lado, se não fossem os termos *homem* e *coisa*, o termo *grande* não assumiria o mesmo valor. Quer dizer, o sentido oriundo dessa articulação não se mantém mediante a comutação lexical, mesmo que seja de um mesmo campo semântico: “Que grande adulto masculino!” “Que grande objeto!” (CUMPRI, 2012, p. 15. Destaques no original).

Com isso, observa-se que a identidade semântica de cada termo da língua depende das ocorrências e dos valores que cada ocorrência fornece e nisso repousa a síntese do pensamento culioliano sobre a indeterminação da linguagem. Como afirma Franckel (2011):

Nunca observamos nos enunciados o valor próprio ou primeiro de uma unidade, visto só existirem unidades cujo sentido se constrói no e pelo enunciado. O instável é, aqui, primeiro, e a estabilização só se estabelece por meio das interações da palavra com o meio textual que a cerca, essas interações, revelando, segundo hipótese que sustenta a teoria, princípios regulares (FRANCKEL, 2011, p. 51).

Tais noções sobre significação quebram determinados paradigmas quando se trata do ensino de língua e dos valores postos. Pensar em significados

prontos e impassíveis de mudanças é, no mínimo, desprezar a natureza dinâmica da linguagem em seus diversos níveis, sobretudo no nível semântico. A análise que se faz aqui tenta, de certo modo, mostrar possibilidades de análises e interpretações de verbos em diferentes aspectos e tempos, o que permite encarar a linguagem e seu caráter heterogêneo e complexo.

Após a discussão teórica sobre *tempo*, *aspecto* e construção de sentidos, parte-se para reflexões mais pedagógicas sobre ensino de língua. Essa discussão se torna necessária pelo fato de haver uma estreita relação entre livro didático e ensino. Dessarte, a visão de língua e o modo de abordagem que assume o livro didático refletem diretamente na prática pedagógica (e vice-versa).

2. Reflexões sobre o ensino de língua portuguesa

O ensino de língua portuguesa no Brasil, historicamente, tem se caracterizado pela priorização do ensino de gramática tradicional, com o objetivo de ensinar a língua “correta”, em detrimento das variações linguísticas existentes. No entanto, as pesquisas linguísticas e os documentos oficiais que tratam do ensino de língua materna têm orientado quanto às práticas de ensino que levem em conta o uso da língua e priorizem a leitura e a produção de textos orais e escritos, com o propósito de dar ao aluno plena competência comunicativa.

As discussões sobre o que se deve ensinar nas aulas de português, fundamentadas em autores como Possenti (1996), Antunes (2007), Bagno (2001, 2002), Neves (2003) e Travaglia (1996), desvelam ser ineficaz o ensino que prioriza a gramática tradicional, que impõe suas regras prescritivas e suas classificações e nomenclaturas. Tais autores defendem um ensino reflexivo, que priorize as práticas de leitura e de escrita, reconhecendo estruturas formais e utilizando-as, sempre visando à produção do texto oral ou escrito. Isso é previsto também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos (BRASIL, 1998, p. 29).

Diferentemente disso, o ensino tradicional da gramática normativa nas escolas tem privilegiado as regras listadas em compêndios gramaticais e em livros didáticos, com fim em si mesmo. No entanto, um segundo ponto precisa ser ponderado: ensinar gramática não deve ser ensinar uma lista de regras e de nomenclaturas, mas sim levar o aluno a refletir sobre estruturas formais em textos monitorados e como essas estruturas produzem significado. Portanto, o ensino de gramática deve ser baseado na *análise linguística*, que consiste, segundo Bezerra e Reinaldo (2013), em uma postura teórica, a qual propõe uma forma diferenciada de observar os dados da língua, e uma postura metodológica, utilizada em sala de aula como estratégia para o ensino reflexivo da norma-padrão.

Sendo assim, como afirmam Oliveira e Quarezemin (2016, p. 29), “pode-se de fato ensinar gramática tradicional, mas que isso seja feito dentro de uma perspectiva que entende o que é uma gramática e para que ela serve”.

No que tange ao ensino de verbo, geralmente, gasta-se a maior parte do tempo das aulas nas atividades de memorização das tabelas de tempos verbais, nos exercícios de conjugação, com a finalidade de aprender as formas verbais. Muitas vezes, essas atividades são realizadas sem reflexão, desconsiderando o sentido que tais tempos verbais podem exprimir dentro do contexto e que podem relevar intenções comunicativas do sujeito enunciador. Sobre isso, Vargas (2010) comenta que:

Nas gramáticas e nos materiais didáticos (livros, apostilas, manuais de orientação ao professor etc.), o tratamento dado ao verbo, em geral, limita-se à exposição de modelos de conjugação, com todas as formas temporais e modais, sem que se explique, por exemplo, por que alguns verbos permitem certas construções e outros não. Também não se esclarecem as razões do uso de locuções e perífrases verbais, em vez da

adoção das formas simples. Tais modelos não dão conta, portanto, de toda a significação possível do verbo. Infelizmente, não se discute o essencial, isto é, as marcas que o sujeito enunciador deixa de si mesmo ao utilizar as formas verbais para expressar-se, oralmente ou por escrito, e, ainda, o que pretende dizer ao ouvinte/leitor e como quer que este interprete o que foi dito (VARGAS, 2010, p. 4).

Como visto na citação, as gramáticas e os materiais didáticos deixam lacunas na abordagem do *verbo*, priorizando as formas temporais e deixando de explorar a significação que tais verbos podem exprimir em determinados enunciados. É nesse sentido que deveria haver uma relação entre *tempo* e *aspecto* nas abordagens do livro didático para que o aluno perceba as significações construídas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também prevê, como uma das habilidades gerais a serem desenvolvidas no ensino de língua portuguesa no Ensino Fundamental, a abordagem da categoria *aspecto*, quando menciona:

Semântica: Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; modos e **aspectos verbais** (BRASIL, 2017, p. 81. Destaque nosso).

Com isso, nota-se que há previsão, em documentos oficiais que tratam de ensino de língua, para a abordagem da categoria *aspecto*. Importante ressaltar também que esta é a única menção a aspecto verbal na BNCC, o que pode ser um ponto controverso, haja vista que, nas habilidades que tratam do ensino do verbo, sobretudo quanto à categoria *tempo*, dever-se-ia mencionar, sempre que possível, a relação com a categoria *aspecto*.

A partir de tais reflexões, parte-se para a análise dos livros didáticos selecionados para esta pesquisa, na intenção de desvelar o tratamento dado às categorias *tempo* e *aspecto*.

3. Análise dos livros didáticos

Com o intuito de melhor organizar os dados obtidos, fez-se primeiramente a análise do livro *Tecendo Linguagens*. Em seguida, são apresentados os dados obtidos no livro *Apoema*. E, por fim, é possível estabelecer uma comparação entre os dois materiais. Iniciamos a análise apresentando a visão de língua da obra e a proposta de ensino de gramática contida no Manual do Professor. O livro *Tecendo Linguagens* adota, em tese, a visão interacional e social da linguagem, tomando como base teórica os pressupostos de Bakhtin. Segundo as autoras:

Aprender uma língua não significa aprender as palavras e suas combinações, mas aprender os seus significados, que são construídos no processo de interação verbal, determinados pelo contexto. [...] Por isso, não faz sentido estudar a língua desligada da vida, do contexto real de sua enunciação (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2018, p. XXIX).

Vê-se, com isso, que as autoras afirmam defender um ensino de língua pautado na significação, levando em conta os contextos de enunciação. Contudo, o que se observa, sobretudo nas análises seguintes, é que tal abordagem não é sempre assumida quando se trata do ensino de verbo. Por esse motivo, é importante que a proposta da obra e o modo de abordagem dos conteúdos gramaticais estejam alinhados entre si e sigam o que recomendam os documentos oficiais, como os PCN e a BNCC.

Quanto ao eixo Análise Linguística/Semiótica, o qual é nosso objeto de estudo, o Manual do Professor da coleção *Tecendo Linguagens* também traz sua proposta de abordagem, a qual “focaliza procedimentos de análise e reflexão sobre os usos que fazemos dos recursos que a língua nos oferece para produzirmos enunciados em situações de comunicação diversas” (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2018, p. XXIII). As autoras comentam ainda a importância de um estudo reflexivo da gramática e dizem que o estudo da norma pela norma é pouco efetivo. Dessa maneira, a proposta de atividades anunciadas no

manual, segundo as autoras, “permitem ao aluno, com o auxílio do professor (a quem cabe dar outros exemplos retirados do contexto), construir conceitos em relação aos elementos formadores e estruturais da língua, partindo geralmente de um texto” (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2018, p. XXIII).

Diante disso, tendo em vista o que é apresentado no Manual do Professor, a natureza da abordagem a que se propõem as autoras do livro didático é a reflexiva e contextualizada, cujo texto é elemento central de estudo da língua. Contudo, mesmo que isso fique claro na apresentação da obra, alguns aspectos analisados parecem fugir um pouco dessa abordagem e acabam se harmonizando com a abordagem mais tradicional de ensino de língua, como se vê nos dados posteriores.

Os tópicos aqui analisados estão contidos na seção *Reflexão sobre o uso da língua*, especificamente nos que tratam sobre Verbo. Este conteúdo é contemplado nos capítulos 5, 6, 7 e 8. No capítulo 5, tem-se a introdução do conteúdo, trazendo a definição de verbo, a fim de apresentar, posteriormente, a noção de tempo verbal. Veja, a seguir, algumas questões referentes ao tempo verbal.

Quadro 1. Questões sobre formas verbais.

5. Releia mais alguns trechos da primeira notícia.

A faxina após um jogo também foi destaque na Arena Mordovia, na cidade de Saransk. Por lá, os japoneses repetiam cenas vistas na Copa do Mundo, no Brasil, e na Olimpíada do Rio, em 2016, entre outros grandes eventos.

[...]

Essa organização dos japoneses para deixar tudo limpo nas arenas esportivas surpreende muitos estrangeiros. [...] Esse é um hábito que os japoneses adquirem desde a infância.

- a) Transcreva todas as formas verbais empregadas nesses trechos.
- b) Qual dessas formas verbais foram empregadas no presente? E no pretérito?
- c) As formas verbais empregadas nesses tempos estão em primeira ou em terceira pessoa? Que efeito de sentido a escolha dessa pessoa do discurso pode produzir na notícia?

Fonte: Oliveira e Araújo (2018, p. 150).

No trecho acima, observa-se que o objetivo do exercício é apenas identificar, dentro do texto, as formas verbais e, a partir delas, classificar o tempo verbal. Diante disso, o que parece ser mais importante, no momento, é o reconhecimento da forma verbal e o tempo correspondente, sem explorar, contudo, os efeitos de sentido produzido pelas formas, ainda que haja o item *c* que pergunte algo relacionado ao sentido. A questão deixa de explorar outros elementos linguísticos que também contribuem para a construção do valor referencial de tempo, como “após um jogo”, “na Copa do Mundo de 2014”, “na Olimpíada do Rio, em 2016”, deixando a entender que apenas os verbos exprimem valor temporal. Essa não exclusividade do verbo em exprimir valores temporais foi mencionada, neste trabalho, com base em Corôa (2005). Outro trecho destacado do livro está relacionado à abordagem do tempo presente, em que ocorre apenas a classificação da forma, sem discutir noções aspectuais, conforme se vê a seguir:

Quadro 2. Questões sobre formas do tempo presente.

1. Leia o título da notícia e observe o verbo em destaque.

O Brasil **tem** 917 municípios em crise hídrica

- a) A forma verbal empregada no título da notícia expressa um fato presente, passado ou futuro?
- b) Com qual objetivo o autor empregou esse tempo verbal?

Fonte: Oliveira e Araújo (2018, p. 174. Destaque no original)

No enunciado em análise, a forma verbal *tem*, que corresponde ao tempo presente, também expressa noção aspectual, conforme o conceito de Travaglia (2016). Isso porque o verbo expressa uma verdade de duração ilimitada, que não corresponde exatamente ao momento da enunciação, mas que extrapola esse tempo. Em razão disso, a pergunta feita no item *a* parece desprezar a noção aspectual, haja vista que as autoras apenas pedem que os alunos classifiquem o tempo verbal. É em exemplos como esse que o livro deve abordar a significação do tempo presente com valor de *aspecto* e deixar

claro para o aluno que nem sempre o presente corresponde ao momento em que se fala. Se dissermos, por exemplo, *O Brasil tem 26 estados e um distrito federal*, nota-se que o verbo remete-se a um fato que não ocorre necessariamente no momento em que se fala, mas é um fato atemporal, que extrapola o tempo presente.

A noção aspectual é levemente abordada quando se trata dos tempos do pretérito, visando distinguir o pretérito perfeito do pretérito imperfeito, conforme é visto no quadro seguinte:

Quadro 3. Explicação sobre tempos verbais.

Quando queremos nos referir a algo que ocorre naquele exato momento, usamos o **presente**.

[...]

Quando desejamos nos referir a algo que já aconteceu e está totalmente acabado, usamos o **pretérito perfeito**. Isso significa que os fatos foram perfeitamente concluídos. Observe que, no trecho II da atividade anterior, o verbo *ter* expressa uma ação encerrada, concluída.

Quando desejamos nos referir a uma ação que acontecia no passado com frequência, de forma contínua, ou indicar que um fato estava acontecendo antes que outro o interrompesse, usamos o **pretérito imperfeito**.

[...]

Fonte: Oliveira e Araújo (2018, p. 175-176. Destaques no original).

No exemplo acima, confere-se então a noção aspectual de duração e pontualidade, conforme Travaglia (2016), visando distinguir os tempos do pretérito. No pretérito perfeito, conforme dito no Quadro 3, a ação verbal é passada e concluída; já no pretérito imperfeito, a ação verbal é passada e contínua. A partir dessa noção, os exercícios seguintes solicitam aos alunos que identifiquem, em outros enunciados, se se trata de ação concluída ou contínua. Apesar disso, a categoria *tempo*, sobretudo privilegiando as formas, prevalece sobre o *aspecto*. Ademais, os exercícios dos capítulos parecem priorizar a memorização das formas verbais, uma vez que o livro traz quadros

com o paradigma verbal, destacando, morfologicamente, tais formas, e, posteriormente, pede-se aos alunos que preencham um quadro com as formas verbais de cada tempo. Eis um dos grandes problemas do ensino de língua e dos livros didáticos: a priorização de atividades mecânicas que sobrepõem a forma ao sentido. Fazer o aluno identificar se esta ou aquela forma verbal pertence a um determinado tempo, modo e pessoa não o faz ser profícuo em suas práticas de leitura e escrita, as quais devem ser o objetivo primordial nas aulas de língua portuguesa.

O mesmo ocorre quando da abordagem do tempo futuro e sua subdivisão (futuro do presente e futuro do pretérito). Primeiramente, apresentam-se questões aos alunos para identificação das formas verbais, como se vê no quadro a seguir.

Quadro 4. Questões sobre tempo futuro.

1. Leia o trecho a seguir, extraído da reportagem “O que é que as moquecas têm? Veja as diferenças entre a baiana e a capixaba”, e observe os termos destacados.

Dá para usar outros tipos de panelas, o tempo de cocção é o mesmo e o sabor não **vai mudar** muito.

- a) As formas *dá* e *é* expressam a ideia de passado, presente ou futuro?
- b) A locução verbal “vai mudar” pode ser substituída por qual forma verbal?
- c) Que tempo essa forma verbal expressa?

2. Leia as duas frases abaixo:

Se usar outro tipo de panela, **o sabor não mudará muito.**

Se usasse outro tipo de panela, **o sabor não mudaria muito.**

Responda:

- a) Em qual dessas frases o verbo *mudar* indica uma ação que poderia ter acontecido posteriormente a uma situação no passado?
- b) E em qual das duas frases esse verbo expressa uma ação futura em relação ao momento presente?

Fonte: Oliveira e Araújo (2018, p. 237. Destaques no original).

A partir da análise das questões sobre o tempo futuro, observa-se mais uma vez a priorização da classificação do tempo. A distinção feita pelas autoras é que o futuro do presente expressa uma ação que “ocorrerá em um momento posterior ao que se está vivenciando” (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2018, p. 238). Já o futuro do pretérito expressa uma “ação futura que ocorreria no passado” (idem). Essa definição pode parecer meio confusa para o aluno, sobretudo porque envolve dois tempos diferentes. Além disso, a definição deixou de ressaltar a relação que o futuro do pretérito estabelece com a noção de condição. No exemplo dado na questão 2 (“Se usasse outro tipo de panela, o sabor não mudaria muito”), essa relação de condição é percebida.

Outro problema que se observa no tratamento desses tempos verbais é o trabalho com frases, não com enunciados, não apenas por uma questão de nomenclatura, mas pelo fato de, ao se remeter a frases, as autoras não exploram os sentidos que são construídos a partir das formas verbais, pois, como afirma Culioli (1990), é no enunciado que a dinâmica de interações entre as unidades lexicais constroem a significação.

Com isso, encerra-se a análise do livro *Tecendo Linguagens*. Uma conclusão preliminar aponta para uma abordagem mais tradicional do verbo, mesmo que no texto de apresentação da obra, no Manual do Professor, afirme-se que se fará uma abordagem contextualizada. Agora, passa-se para a análise do segundo livro (*Apoema*), e, posteriormente, far-se-á um contraponto entre as duas abordagens.

Nos textos de apresentação da obra, no Manual do Professor, assume-se uma visão de língua em uso, tendo como um dos objetivos principais do ensino de língua portuguesa “a ampliação da competência comunicativa dos alunos” (TEIXEIRA et. al., 2018, p. X). Partindo dessa concepção, as autoras defendem o ensino dos conhecimentos linguísticos articulados com o texto, operando “efetivamente com a noção de língua em uso”. Sobre as atividades propostas no livro didático, as autoras afirmam:

As atividades propostas na coleção têm por objetivo central promover a autonomia e a participação efetiva dos alunos na reflexão e na consequente construção gradativa de conceito, comparações e conclusões que decorrem dos efeitos de sentido dos recursos linguísticos em uso nos textos que compõem as unidades e/ou que se relacionam aos gêneros ou aos temas em foco (TEIXEIRA et. al., 2018, p. XI).

Sobre a visão de gramática, tem-se:

O intuito desta coleção é desenvolver uma visão de gramática como conjunto de regras e procedimentos que oferece as condições de produção de enunciados destinados à interação entre os falantes e à construção de múltiplos efeitos de sentido.

[...]

Trata-se de uma concepção de gramática que acolhe a diversidade e a variação (TEIXEIRA et. al., 2018, p. XI-XII).

Essas noções de língua e de gramática apresentadas serão comparadas com a abordagem sobre *verbo* que vem desde a Unidade 2, quando se fala em sujeito e predicado, porém não de forma explícita. Contudo, é na Unidade 3 e na Unidade 7 que há maior atenção ao *verbo*, incluindo seus tempos e modos. Na Unidade 3, na seção *Língua em foco*, inicia-se com um exercício que objetiva identificar, nos enunciados, a categoria *tempo* expressa pelo verbo e por outros elementos. Observe:

Quadro 5. Questões sobre tempo verbal.

- I. Leia alguns trechos de críticas publicadas na época do lançamento da peça de Maria Clara Machado, *Maroquinhas Fru-fru recebe uma serenata*, em 1961.
- I. “Nos idos de 1951 Maria Clara Machado, Martim Gonçalves e outros inventaram e fundaram “O Tablado”. [...] Autores cientistas e técnicos foram lançados pelo Tablado. [...]”
- II. “Hoje estreia “Maroquinhas Fru-fru”, de Maria Clara Machado, para a crítica dramática [...] no Teatro do Patronato da Gávea. [...]”
- III. “[...] O Tablado, neste período comemorativo do seu 10º aniversário, dará vesperais aos sábados, às 5 horas, e domingo, às 3:30 e às 5 horas. Todos os sábados haverá, às 21 horas, uma sessão única e extraordinária [...]”
- a) A que tempo os fatos narrados se referem: presente, passado ou futuro?
- b) Que verbos ou locuções verbais, em cada trecho, possibilitaram a identificação do tempo?
- c) Que expressões de tempo, em cada trecho, ajudam a identificar o momento em que os fatos se passaram?
- [...]

Fonte: Teixeira et. al. (2018, p. 103).

Observa-se que há um exercício que foca principalmente na identificação dos tempos e dos elementos de natureza verbal ou adverbial que expressam esse valor, como se vê nos itens *b* e *c*. Interessante notar que o exercício, sobretudo no item *c*, ressalta a existência de outras expressões que indicam tempo e não apenas o verbo. Retomando a análise do livro anterior sobre os valores referenciais de tempo (cf. Quadro 1) e, desde já, estabelecendo um comparativo entre os dois, conclui-se que o livro *Apoema* avança um pouco nesta noção de valores temporais marcados não só pelo verbo, mas também por advérbios ou locuções adverbiais, como em I, “Nos idos de 1951”; em II, “hoje”; em III, “aos sábados”, “domingo” e “todos os sábados”. Tais marcas temporais reforçam o valor de tempo e podem ser determinantes na classificação de um tempo verbal. Isso se vê, por exemplo, em um enunciado com a forma verbal “chega”. Ainda que essa forma faça referência, gramaticalmente, ao tempo presente, em

um enunciado como *Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil em 1500*, observa-se que o tempo semântico é passado, o que mostra que o valor temporal não é preestabelecido através de uma marca. Do mesmo modo, um enunciado, cuja forma verbal expresse o *tempo gramatical* presente, pode expressar o *tempo semântico* futuro com o uso de outras marcas temporais, como em *Amanhã a gente chega aí*. Isso justifica a importância de os livros didáticos ressaltarem as marcas temporais presentes no enunciado e explorarem a diferença entre *tempo gramatical* e *tempo semântico*.

Após o exercício mostrado no Quadro 5, tem-se, no livro didático, um quadro explicando como a categoria *tempo* ocorre e como ela pode ser classificada a partir do momento de referência. Veja:

Quadro 6. Explicação sobre tempo verbal.

Os acontecimentos são situados no tempo tendo como referência determinado momento, que pode ser o mesmo em que se fala/escreve ou outro. Os verbos são palavras que, por meio de mudanças em sua forma indicam ações, estados ou eventos no presente, no passado ou no futuro em relação a um momento de referência. [...]

Em “Nos idos de 1951 Maria Clara, Martim Gonçalves [...] e outros fundaram o Tablado”, o tempo do acontecimento (**fundar**) é passado em relação ao momento em que o texto foi escrito (1971), tomado como referência. Já em “Hoje estreia ‘Maroquinhas Fru-fru’”, o tempo do acontecimento (**estrear**) é o mesmo do momento presente em que se inscreve. Em “O Tablado [...] dará vesperais aos sábados”, o tempo do acontecimento (**dar**) é futuro em relação à temporada que se inicia naquele momento em que se escreve.

Fonte: Teixeira et. al. (2018, p. 103. Destaques no original).

Essa definição de tempo a partir do momento de referência é bastante pertinente, haja vista que se aproxima mais dos conceitos teóricos aqui discutidos, como propôs Corôa (2012). A análise que se faz dos enunciados mostra que as autoras levam em conta o tempo do acontecimento e o momento da enunciação (tomado como “momento em que se escreve”). Estabelecer um momento de referência facilita o entendimento do aluno, que irá analisar os enunciados e identificar o sentido do tempo linguístico.

Tal como no livro anterior, aqui há também exercícios que visam identificar o tempo linguístico, como se vê no quadro seguinte:

Quadro 7. Questões sobre tempo verbal em notícias.

6. Leia o título e o início da notícia a seguir sobre a morte de Maria Clara Machado.

30/04/01

Maria Clara Machado

Morre no Rio aos 80 anos.

Morre no Rio de Janeiro, aos oitenta anos, a escritora e teatróloga Maria Clara Machado. Ela sofria de leucemia e morreu em casa. O corpo vai ser velado no Teatro Tablado, no Rio.

- a. Que tempo verbal foi usado no título? E no primeiro parágrafo da notícia?
- b. Quando a notícia foi publicada Maria Clara Machado já tinha morrido?

7. Leia outros títulos e inícios de notícia.

I. Peça de teatro estreia em Nova Iguaçu neste sábado

Jornal de Hoje, 4 de out. 2017.

A Sala de Espetáculos Amir Haddad receberá nesse final de semana o espetáculo *Ricardo – um homem de seu tempo*.

II. Mariana Lima encena aula-performance em “Cérebro Coração”

Espectáculo fica em cartaz de 11 de maio a 17 de junho no Rio de Janeiro.

14/05/2018 14h48 Atualizado 14/05/2018 16h03

- a. Nos dois casos, em que tempo está o verbo do título da notícia?
- b. As ações anunciadas nos títulos já aconteceram, estão acontecendo ou vão acontecer?

8. Compare o tempo verbal do título da notícia da atividade 6 com os da atividade 7 e formule uma conclusão sobre os valores que ele pode indicar.

Fonte: Teixeira et. al. (2018, p. 104-105. Destaques no original).

No exercício anterior, pretende-se fazer o aluno entender que, geralmente, em notícias, usa-se a forma verbal de presente (tempo gramatical) para indicar o tempo passado, tempo presente ou tempo futuro (tempo semântico). Sendo o tempo gramatical o mesmo em todas as situações, o aluno deve entender que são os elementos do cotexto e do contexto que possibilitarão definir qual o tempo semântico, ou seja, de que tempo, de fato, se trata. Nesses exercícios, o aluno pode explorar outras marcas textuais, como a data da escrita da manchete e a data do evento. Consequentemente, torna-se possível a identificação dos tempos, conforme é pedido nos itens *a* das questões 6 e 7.

Na questão 6, por exemplo, em “Maria Clara Machado *morre* no Rio aos 80 anos”, o tempo do enunciado é passado, marcado pela semanticidade do verbo *morrer* e por entender que, geralmente, declara-se notícia de morte após ela ter ocorrido. Na questão 7, sobre as duas manchetes, pergunta-se, no item *b*, se as ações “já aconteceram, estão acontecendo ou vão acontecer”. O Manual do Professor indica que as duas manchetes expressam ações que vão acontecer. Isso pode ser percebido em “Peça de teatro *estreia* em Nova Iguaçu neste sábado” tanto pela locução adverbial “neste sábado” como também pela forma “receberá” no texto da notícia. Porém, em “Mariana Lima encena aula-*performance* em ‘Cérebro Coração’”, o enunciado não expressa uma ação que vai acontecer, como é dito no Manual, mas uma ação que está acontecendo, uma vez que a data da notícia está dentro do período em que as exposições da peça estão acontecendo.

Um ponto que merece ser destacado neste livro é a menção à categoria *aspecto* no momento da abordagem do tempo presente, conforme se vê no quadro seguinte:

Quadro 8. Explicação sobre o presente do indicativo.

O **presente do indicativo** refere-se a ações, estados ou eventos que têm como referência o momento em que se fala ou escreve. Os verbos no presente podem referir-se a aspectos diferentes: um momento definido, pontual (“**Pedimos** o seu apoio”), uma ação frequente, habitual (“Milhões de pessoas **passam** por ali”), um fato ou uma verdade universal (“Curso de água natural que **deságua** em outro rio, no mar ou num lago”).

Fonte: Teixeira et. al. (2018, p. 220. Destaques no original).

Observa-se, no trecho anterior, que o livro aborda a noção de *aspecto* quando cita os diferentes sentidos que o presente pode indicar: ação pontual, frequente ou habitual. Desse modo, essa abordagem vai além do trabalho com a forma verbal que prioriza a classificação, diferentemente do livro *Tecendo Linguagens*, o qual não explicita essa noção aspectual no tempo presente, apenas no pretérito e no futuro. No entanto, analisando o exemplo do Quadro 8, *Pedimos o seu apoio*, vê-se a necessidade de outras marcas temporais ou de se explorar as condições em que tal enunciado poderia ser dito para indicar que se trata de tempo presente, visto que a forma verbal *pedimos* pode ter dois valores temporais e um aspectual. Se o enunciado recebe a marca *neste momento*, a forma verbal *pedimos* assume o valor temporal de presente, mas, na ausência de outra marca temporal que indique presente ou passado, como em “Ontem, pedimos seu apoio”, é necessário que se explore a situação em que tal enunciado é dito. Por exemplo, se um grupo de alunos chega para o professor de língua portuguesa e diz “pedimos seu apoio”, tem-se um valor temporal de presente. Porém, se esses mesmos alunos chegam para o professor de matemática e diz “Pedimos o apoio do professor de língua portuguesa”, tem-se aí um valor temporal de passado e um valor aspectual. A ausência de uma marca temporal articulada à forma verbal justifica a necessidade do cotexto e do contexto para a identificação do tempo semântico.

Uma observação em relação ao enunciado *Milhões de pessoas passam por ali*, apresentado no Quadro 8, é o fato de ter sido retirada, do enunciado,

a marca *Todo dia* presente no texto, a qual reforça o *aspecto*, designando ação frequente, que se repete diariamente. Sem ela, esse sentido fica comprometido. É possível também perceber mudança no valor temporal com a alteração de uma marca neste enunciado. Substituindo, por exemplo, a marca *Todo dia* por *neste momento* (*Milhões de pessoas passam por ali neste momento*), nota-se que o valor de ação habitual e frequente desaparece, e a noção temporal prevalece, pois o momento de referência (MF) e o momento da enunciação (ME) coincidem. Isso mostra que o valor temporal ou aspectual de uma forma verbal tem relação com a situação cotextual e contextual do enunciado, o que reforça que os valores não são preestabelecidos, mas construídos no e pelo enunciado, como observa Culioli (1990).

Ainda na análise do livro *Apoema*, observa-se outra menção à categoria *aspecto* no exercício sobre o tempo presente, sobretudo no item *d*. Veja:

Quadro 9. Questões com abordagem da categoria *aspecto*.

4. Releia mais um trecho do texto do Capítulo 1.

Todo dia, milhões de pessoas passam por ali, e esse ali está em todo lugar. São 25 quilômetros de descaso, sujeira e desrespeito. [...] Esse é o nosso rio? Podre, morto, imundo. É isso que os moradores de uma das maiores cidades do mundo chamam de rio? Não, nós não acreditamos nisso e pedimos o seu apoio.

- a. Que marco temporal aparece na primeira linha do trecho?
- b. Para responder ao próximo item, localize e observe todas as formas verbais usadas.
- c. Com base no que observou, a que período de tempo as formas verbais se referem?
- d. Analise o uso de cada forma verbal. Ele produz o mesmo efeito de sentido ao longo do trecho? Explique sua resposta.

Fonte: Teixeira et. al. (2018, p. 219).

Analisando, primeiramente, o item *a*, verifica-se que o objetivo é que o aluno identifique a marca temporal *Todo dia*, a qual reforça a noção aspectual. Seria interessante também, para um exercício de reflexão da

língua, mostrar para o aluno as mudanças de sentido causadas pelo uso ou não de tal marca, a fim de perceberem como o sentido é construído no e pelo enunciado, conforme dito anteriormente. Quanto aos itens *c* e *d*, observa-se um exercício de identificação das formas verbais, o que é comum ao livro *Tecendo Linguagens*.

O item *d* se refere às formas do presente e tenta fazer o aluno identificar os diferentes efeitos de sentido produzidos pelas formas verbais. Como resposta sugestiva ao professor, extraída do livro em análise, é dito o seguinte:

Em **passam**, indica-se uma ação frequente. Em **chamam**, nota-se esse sentido de algo que é habitual. Em ‘são 25 quilômetros [...]’, tem-se a indicação de como é o rio, fala-se de suas características. Nos demais casos, afirma-se algo relacionado ao momento de fala no presente: expressam-se opiniões e questiona-se sobre a situação do rio (‘esse é o nosso rio?’, ‘nós não acreditamos [...]'). Com o verbo **pedimos**, convocam-se os paulistanos para participar do movimento. Auxilie os alunos na análise do uso de cada forma verbal (TEIXEIRA et. al., 2018, p. 219. Destaques no original).

Com isso, percebe-se que o valor aspectual é levado em conta nessa análise. Cabe então ao professor não só reforçar em sala de aula, mas também explorar a construção e a desconstrução de valores com o uso das marcas linguísticas.

A mesma noção aspectual é abordada quando se trata dos tempos do pretérito tal qual no livro anteriormente apresentado. Aqui a distinção ocorre da seguinte forma: o pretérito imperfeito refere-se a uma ação passada de duração imprecisa, enquanto o pretérito perfeito refere-se a uma ação de duração pontual, conforme se vê a seguir:

Quadro 10. Questões sobre tempo pretérito.

e. Compare os trechos a seguir.

I. “Até os anos de 1930, não eram as praias ou as cachoeiras que faziam a cabeça dos paulistanos”.

II. “A deterioração da paisagem começou já na década de 1930, quando grandes obras de infraestrutura passaram a ser realizadas [...]”.

- Que formas verbais indicam um acontecimento concluído, pontual, e quais delas indicam continuidade no passado?
- De acordo com o que observou, que efeito de sentido o uso das formas verbais produz em I e em II?

f. Releia a notícia e compare os dois primeiros parágrafos e o último. Caracterize-os quanto às sequências que desenvolvem respondendo aos itens a seguir.

- Em qual(is) parágrafo(s) se faz a descrição de uma situação frequente, habitual no passado? Por quê?
- Em qual(is) parágrafo(s) se mostra a mudança de uma situação no tempo? Por quê?

[...]

O passado do modo indicativo realiza-se de diferentes formas. O pretérito imperfeito refere-se a uma ação no passado com duração imprecisa (eram, nadavam, passeavam), O pretérito perfeito refere-se a uma ação pontual que se completou totalmente no passado (começou, passaram).

Em geral, o pretérito imperfeito, que indica situações não concluídas e durativas, é o tempo verbal das sequências descritivas. Já o pretérito perfeito predomina nas sequências narrativas.

Fonte: Teixeira et. al. (2018, p. 220-221).

Além do pretérito, aborda-se também o tempo futuro. Ao apresentar o futuro do presente, as autoras destacam o uso das formas simples e locucional. Além de apresentar as formas, as questões tentam levar o aluno a entender o valor que elas têm no uso cotidiano. Isso é um ponto positivo, já que o conteúdo tenta mostrar as diferentes possibilidades de formação do futuro do presente em situações mais ou menos formais, conforme se vê a seguir:

Quadro 11. Questões sobre usos de formas verbais do futuro.

6. Releia o trecho final do abaixo-assinado do Capítulo 1.

Hoje, o que pode parecer um simples abaixo-assinado **se transformará** em um grande movimento com a sua ajuda. Mas isso só **vai acontecer** pra valer se você compartilhar essa ideia.

- a. Que tempo verbal as palavras em destaque indicam?
- b. Em seu cotidiano, quando fala sobre esse momento temporal, você costuma usar com mais frequência uma locução verbal ou um único verbo? Qual desses usos é mais formal?
- c. Que efeito de sentido o uso de cada uma dessas formas produz no trecho? Em sua resposta, tente explicar por que foram usadas no mesmo trecho, duas formas diferentes para se referir ao mesmo momento no tempo.

Para indicar uma ação ou evento posterior em relação ao presente, que ainda vai acontecer, usamos verbos flexionados no **futuro do presente**. As formas simples (“se transformará”) e a locução verbal (“vai acontecer”) costumam ser usadas em situações diferentes. É mais usual e informal, na comunicação diária, a expressão formada com o verbo ir (vai acontecer, vai se transformar etc.). O futuro simples é mais usado em textos escritos formais.

Fonte: Teixeira et. al. (2018, p. 221).

Enquanto o item *a* é meramente classificatório, os itens *b* e *c* tratam de questões mais aplicadas ao uso da língua quando questionam o aluno sobre quais usos a ele são mais familiares. Isso se coaduna com a proposta inicial do livro, como também vai ao encontro do que preconizam os documentos oficiais, como PCN e BNCC. Uma ressalva que deve ser feita é em relação ao uso das formas verbais em situações mais formais ou menos formais, como se questiona no item *c*. Conforme o Manual do Professor, espera-se do aluno que ele responda que *transformará* seja típico de uma situação mais formal, enquanto que *vai acontecer* seja peculiar ao uso menos formal. Contudo, já se observa que, em situações mais formais, o uso da locução verbal, como *vai acontecer*, também é muito frequente.

Quanto ao item *c*, que pergunta ao aluno sobre o efeito de sentido produzido pelas formas verbais, não fica claro como descobrir tal efeito e que tipo de sentido se refere. Porém, consultando o Manual do Professor, observa-se que se trata da dicotomia *formalidade x informalidade*, a qual já foi questionada quanto ao uso da locução verbal.

Por fim, vê-se, no quadro seguinte, a abordagem do tempo futuro e sua contextualização às práticas de uso da língua. Conforme se observará, as autoras tentam mostrar que a escolha de formas verbais do futuro do presente e do futuro do pretérito podem, de certo modo, expressar formas mais ou menos polidas de se dirigir a alguém.

Quadro 12. Questões sobre usos de formas verbais do futuro.

[...]

b. Considere a oração: “Não sou comentarista de futebol”.

- Que tempo verbal é usado? O que essa oração indica sobre os comentários que virão na carta?

c. Em “**gostaria** de deixar minha impressão [...]”, a forma verbal indica um modo mais direto de falar, um modo mais polido de expressar algo, uma forma rude de se dirigir a alguém ou um uso desrespeitoso ao falar com alguém?

d. Compare os itens a seguir e responda: Que feito de sentido cada uso produz? Explique sua resposta.

I. **Gostaria** de deixar minha impressão sobre a estreia do Brasil na Copa.

II. **Deixarei** minha impressão sobre a estreia do Brasil na Copa.

e. Se você fosse o autor da carta, escolheria a mesma forma verbal para expressar sua opinião sobre o jogo de futebol? Ou escolheria ser mais flexível? Ou mais rude? Pense em um tom para dar ao primeiro parágrafo da carta e escreva usando fórmulas que a deixem com o tom escolhido.

O **futuro do pretérito** é um futuro condicionado a uma ação localizada no passado. É usado também em certas fórmulas de cortesia, para expressar uma opinião e suavizar o que é dito, como em “**gostaria** de deixar minha impressão...”.

Fonte: Teixeira et. al. (2018, p. 222. Destaques no original).

O item *a* explora, mais uma vez, questões de identificações de tempos verbais. A resposta dada no Manual do Professor é de que se trata de tempo presente e que, com esse enunciado, adverte-se o leitor que os comentários que virão em seguida não são feitos por um profissional ou alguém com conhecimento técnico de futebol.

A resposta sugestiva ao item *d*, no Manual do Professor, afirma que “em I, usa-se um modo menos direto, mais polido e educado de expressar, uma opinião sobre algo. Em II, expressa-se uma opinião de modo mais direto, mais firme, mais assertivo” (TEIXEIRA et. al., 2018, p. 222). Quanto a esse efeito de sentido, o livro didático não analisa junto com o aluno, mas deixa a cargo dele e do professor a busca por esse sentido. Seriam interessantes exercícios de análises anteriores que mostrassem para o aluno essas possibilidades de construção de sentidos para, só então, passar-se para as questões.

Há também um ponto positivo na definição do futuro do pretérito: diferentemente do livro anteriormente analisado, traz-se a noção de condição como fator importante para o uso do futuro do pretérito e a possibilidade de usar tal forma como gesto de cortesia. No entanto, apesar de citar a relação de condição, não são apresentados exemplos que mostrem esse caso. Ademais, o livro em questão não traz quadros com as conjugações e os paradigmas verbais como também não há exercícios de conjugação de verbos, como no livro anterior. Isso representa também um avanço, pois há um abandono dos exercícios mecânicos de repetição que não levam ao desenvolvimento das habilidades de uso da língua nos mais diversos contextos.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar, à luz da perspectiva enunciativa, o tratamento dado à relação entre categorias *tempo* e *aspecto* em dois livros didáticos de língua portuguesa de 6º ano. Partiu-se do conceito de *tempo* proposto por Benveniste (2006), bem como da relação entre *tempo* e *aspecto*, fundamentada em Corôa (2005), Travaglia (2016) entre outros. A discussão

teórica permitiu entender que os sentidos dos tempos verbais não são preestabelecidos, mas construídos a partir do contexto e do cotexto, e que os valores de *tempo* e *aspecto* são indicados não só pelo verbo, mas também por outras marcas linguísticas que constituem o enunciado.

Partindo disso, fez-se a análise dos livros didáticos. Com ela, foi possível inferir que ainda há um privilégio da abordagem da categoria *tempo* em detrimento da categoria *aspecto*. Em se tratando das obras em análise, observou-se que permanecem exercícios de identificação e classificação de tempos verbais, sobretudo no livro *Tecendo Linguagens*, apesar de sua proposta de ensino contextualizado. Observou-se também que o volume *Apoema* foi aquele que mais avançou em termos de abordagens das categorias *tempo* e *aspecto*, ao apresentar questões que exploram o sentido provocado pelo uso das formas do presente e do futuro.

Cumprido ressaltar, portanto, que as atividades de classificação e identificação do tempo verbal ainda têm o seu lugar no ensino, porém não se deve parar por aí. O problema não são os exercícios que exigem do aluno o conhecimento dos tempos e modos verbais, pois esse conhecimento é necessário, mas a limitação à mecanicidade provocada por essas atividades. Espera-se, então, que o livro didático e o professor, mediador do ensino, extrapole esse tipo de abordagem, examinando as noções semânticas, utilizando textos reais e cotidianos e estabelecendo a relação entre *tempo* e *aspecto* verbal.

Certamente não se espera, em tais obras, uma teorização linguística densa, explanando teorias enunciativas como as que embasam essa investigação. No entanto, sugere-se que o livro didático aborde tais noções de forma que se aprofunde mais na reflexão linguística, mostrando como se dá a construção de sentidos. Por isso, neste trabalho, apontamos, em alguns momentos da análise, possibilidades de abordagens das questões que envolvem valores referenciais e construção de significado nos enunciados, com o objetivo de explorar ainda mais as potencialidades que envolvem a questão *tempo* e *aspecto* verbal.

Quanto ao tratamento da categoria *aspecto*, foi possível concluir que o livro *Apoema* introduz, com mais relevância, as noções aspectuais, não só nos tempos pretéritos, como no livro *Tecendo Linguagens*, mas também no tempo presente. A partir dessa constatação, percebe-se que já há materiais didáticos que contemplam a relação entre as duas categorias linguísticas, mesmo que de forma incipiente. Com isso, é possível que se inicie, desde as séries do Ensino Fundamental, uma reflexão semântica dos verbos, fazendo o aluno entender que os valores não são dados, mas construídos no e pelo enunciado.

Referências

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Tradução: Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BRASIL. M. da E. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, M. H. C. **Tempo, aspecto e modalidade**. Porto Editora: Porto, 1997.

CASTILHO, A. T. de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília: 1968.

CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português**: uma introdução à sua interpretação semântica. São Paulo: Parábola, 2005, p. 33-76.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation - opérations et représentations**. Paris: Ophrys, 1990.

CUMPRI, M. L.; A contribuição da teoria das operações predicativas e enunciativas para o estudo da produção textual. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 01, n. 01, p. 8–25, jan./jun. 2012.

FERRAREZI JR, C. **O estudo dos verbos na educação básica**. Contexto: São Paulo, 2014.

FLORES, V. do N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. Parábola: São Paulo, 2013.

NEVES, M. H. de M. **Gramática na escola: renovação do ensino da gramática; formalismo x funcionalismo; análise da gramática escolar**. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, T. A.; ARAÚJO, L. A. M. **Tecendo linguagens: língua portuguesa – 6º ano**. 5. ed. Barueri: IBEP, 2018.

SOUSA, Otilia da Costa e. **Tempo e aspecto: o imperfeito no corpus de aquisição**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

TEIXEIRA, L.; SOUSA, S. M. de; FARIA, K.; PATTRESI, N. **Apoema: português – 6º ano**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2018.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 5. ed. Uberlândia: EDUFU, 2016.

VARGAS, M. V. **O ensino do verbo: tempo e aspecto como categorias semântico-discursivas**. Linha D'Água, n. spe, p. 119-131, 27 set. 2010.

VOGÚÉ, S. de, FRANCKEL, J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Contexto, 2011.

A Propósito de *Sim*¹

Cândido Jucá [Filho]

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.492>

A partícula *sim* é notável no português por duas razões.

Primeiro porque, ao contrário do que sucede nas demais línguas românicas, não é empregada para responder afirmativamente. As respostas que no castelhano e no italiano se fazem com um simples *si*, ou com *oui* no francês, fazem-se em vulgar com a repetição do verbo da pergunta, à maneira latina. Escuso de ajudar exemplos. O nosso esquipático *sim* é antes um denotativo de confirmação ou de conformidade, coincidindo, em muitos pontos, com o *all right* britânico.

Segundo porque é motivo de preparo a nasalidade final, que não justificam as leis de derivação vigentes na formação da nossa língua.

Com um pouco daquelas disposições de coragem metafísica de que nos fala João Ribeiro, a páginas vinte e cinco do seu livro *Curiosidades verbais*², poderíamos estranhar essa nasalidade por um terceiro motivo: porque essa ressonância é elemento característico da negação!... De feito, contaminado

1 Artigo publicado no *Correio da Manhã*, edição de 30 de junho de 1929, p. 1. A presente versão sofreu atualização ortográfica e calafetação de dois trechos omissos no original, ambos indicados entre colchetes.

2 [Nota do editor] Ribeiro, João. **Curiosidades verbales**. estudos applicados á lingua nacional. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1927. Uma terceira edição foi preparada pela Academia Brasileira de Letras e pela Biblioteca Nacional em 2008, disponível em https://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/curiosidades_verbais_-_cams_-_para_internet.pdf

da dúvida de três conspícuos confrades estrangeiros³, que vieram de alguma peregrinação miriaglótica, pergunta-se a si próprio o grande mestre no mesmo passo a que nos reportamos acima: “Por que é a negativa sempre nasal?” Entendo que tal inquirição não se restringe aos elementos equivalentes a *não* nas outras línguas, até porque tal *sempre* ruiria com abrirmos somente um dicionário de grego. Também se há em cada língua, entre advérbios, pronomes, preposições, conjunções, alguma palavra negativa com algum fonema nasal, não foi isso coisa que inte[ressasse a al]guém. Mas aos filólogos nada passa despercebido, merecendo tudo sua explicaçõzinha. A que o eminente mestre acatou – a tal que se pode classificar de fisiológica – foi a de que a negação é na origem uma repulsa, havendo de, por isso, interessar o “órgão do olfato, o mais sensível talvez às contrariedades do ambiente”! De sorte que a negação, “no fundo, é uma voz imitativa e nasal da repulsa pelo olfato, depois de haver a expressão mais grosseira da repulsa pelo gesto”!

A razão parece fina, e poderia ser adotada pelo menos como hipótese de trabalho. Mas essas finezas têm a vantagem de ser dispensáveis quando discreteamos terra-terra. Abandono-a, porque se dentro da filologia românica não encontramos cabal justificação da nasalidade de *sim*, ainda mais remotos ficamos se lhe marcamos extravagância fisiológica. Depois estamos em companhia com os gregos, que também tinham uma nasal no seu advérbio de afirmação.

Quando nos empenhamos em destrincar problemas que transcendem as nossas forças, a coisa mais aconselhável e que largamente se tem praticado sempre é remover-lhes por artifício a solução. Por exemplo: Quem é o autor do mundo? É Deus. “Mas o que é Deus, ninguém o entende, que a tanto o engenho humano não se estende”, ajunta desconsoladamente o Poeta⁴.

3 [Nota do editor] Trata-se de Herman Paul (1846-1921), Fritz Mauthner (1849-1923) e Karl von Prantl (1849-1893).

4 [Nota do editor] Citação de um verso que compõe a estrofe 80 do *canto X de Os lusíadas*, de Luís de Camões.

Reconhecendo a dificuldade de explicar a origem da nasalidade em *sim*, parece-me todavia que o fenômeno se pode alargar muito mais e tanto e tanto que se vá interessar o galego.

Antes de tudo, anotaremos que a mesma nasalidade dificulta [a etimologia] do vocábulo *ontem* e de outros como *viagem*, *selvagem*.

Por outro lado, no galego observamos que o pretérito perfeito indicativo tem a desinência *in* para a primeira pessoa do singular: *debin*, *dormin* e às vezes *falin*, por *falei*.

Não se poderiam entrelaçar os fenômenos, dado que português e galego formam um só domínio linguístico? Acho que sim, e os filio já nas vacilações que houve entre *mi* e *mim*, entre *vim* e *vi*, já nas indecisões que perduram entre *homem* e *home*, entre *pentem* e *pente* e quejandos.

Mi somente em época histórica sofreu a contaminação nasal progressiva que o desfigurou em *mim*, exatamente como sucedeu com o vocábulo *mai*, ainda encontradiço em dialetos lusitanos, hoje transformado em *mãe*. Quanto a *vim* podemos admitir que se houvesse desnasalado algum tempo em *vi*, forma ainda corrente no galego.

Da equipolência *mi:mim*, *vi:vim* resultou generalizar-se o caso, tornando-se a terminação “i” (que talvez se articulava com prolação: “ii”, à maneira de alguns brasileiros em “sorri”) equivalente de “in”, tal como ocorreu com o ditongo “ou” que alterna com “oi”.

Daí provieram aquelas pessoas verbais do galego: *debei: debi: debein*, *parti:partin*. No português, a contágio foi no advérbio de afirmação e no substantivo *rubi*, como se vê: *si: sim*, *rubi:rubim*. No dialeto interamnense a nasalização atinge o pronome “si”: “pra sim” é citado por L. Vasconcelos nos seus *Opúsculos* (II, p. 511)⁵.

À dualidade *homem: home*, sendo a última forma popularíssima em Portugal e no Brasil, e a tantas outras como *pentem: pente* (e vem a

5 [Nota do editor] Vasconcelos, José Leite de. *Opúsculos*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 7 v., 1928-1938.

pelo rememorar célebre verso camoniano: “que nunca brando pentem conheceram”)⁶ devemos atribuir a nasalização de *ontem*, *viagem* etc., tanto mais quanto são históricas certas formas como *oõite*, *oõte*, etc.

Mas, na indagação das causas que trouxeram a prevalência de SIM, por que não ponderar a questão do arbítrio que usa emparelhar tantos e tantos vocábulos, consoante um plano de estética construcional? Quando se considera no paralelismo conseguido com *meu*, *teu*, *seu*, e com *nosso*, *vosso*; quando se tem em mente a série *alguém*, *ninguém*, *outrem*, calcada sobre *algum*, *nenhum*, *outro*, e comparadamente *algures*, *nenhures*, *alhures* – fica-se então com o direito de supor que a nasalidade de *não* estava a exigir conformidade em *si*.

Muito a medo faço, contudo, essas considerações.

Quando alguém chega a intoxicar-se de ciência filológica, e vê cada fenômeno explicado pelas suas causas necessárias, cada fato explicado pela sua lógica, também necessária – sente-se necessariamente entranhado de que a evolução das línguas obedece a leis superiores e incoercíveis, processando-se fatalmente, condicionada por circunstâncias mecânicas, independentes do fator arbítrio, ou gosto ou capricho.

Teorias complicadíssimas e razoabilíssimas complanam todas as dificuldades principais. Com os nomes espirituais de analogia, de contaminação, de cruzamento tornam-se exuberantes e até sedutores os erros que medrosamente se perpetravam. Tudo se mecaniza e o mecanismo dos fatos leva a admitir todas as consequências como inelutáveis.

A tal ponto se automatiza aparentemente a evolução linguística que a previsão de um estado porvindouro, para muitos, só encontra óbice na complexidade do problema: assim a previsão do tempo, cuja dificuldade não argui nenhuma inanidade dos conhecimentos meteorológicos.

6 [Nota do editor] “Os cabelos da barba, e os que descem / Da cabeça nos ombros, todos eram / Uns limos prenhes d’água, e bem parecem / Que nunca brando pentem conheceram;” (Camões, Luís de. **Os lusíadas**, canto VI, estrofe 17).

Também os comunistas “verificando” que a história não passa de um fenômeno econômico, penetrando-lhe as causas podem elegantemente presumir a futura sociedade que felizmente lhes é simpática e confortável...

Desconfio de explicações monistas em assuntos tão complexos.

Acode-me que o explicarmos um fenômeno não importa em lhe penetrarmos todas as causas que o efetuaram. Sabemos-lhe frequentemente a grande causa, a eficiente. Falece-nos, não raro, notar a pequenina causa ocasional, cuja importância é, porém, sempre decisiva, tornando o fenômeno contingente.

Em todo caso, a abundância de explicações não prejudica em nada o sítio que realizamos em torno da verdade, por isso dou ansa e publicidade àquelas⁷ razões que em cima vão.

E se algum indiscreto me perguntar se creio nelas, lembrarei que se não deve duvidar, a não ser intimamente, da sinceridade de um iniciado.

7 [Nota do editor] No original “a aquelas”.

RESENHA

NAKAGAWA, Regiane Miranda de Oliveira et al. (Org.). **Diálogos interdisciplinares: intercâmbios e tensionamentos nos estudos de cultura e linguagem.** Salvador: EDUFBA, 2018, 228 p.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i60.441>



Florência Paulo Nhavenge
Centro Universitário de Salvador
florencianhanengue@gmail.com

Alexandre António Timbane
Centro Universitário de Salvador
alextimbana@gmail.com

A obra em resenha resulta das comunicações, debates e contribuições do I Encontro Internacional de Cultura e Tecnologias (ENICECULT) realizado de 22 a 24 de março de 2017 na UFRB (Santo Amaro-BA). É uma obra rica, com contribuições que servem de consulta para pesquisadores, professores e estudantes interessados no assunto. O seu caráter interdisciplinar transforma a obra num material que consegue satisfazer a leitores de diferentes áreas e disciplinas. É um livro de 228 páginas, publicado pela EDUFBA, com capa dura, organizado por quatro mulheres empoderadas e poderosas cientificamente, planejado de forma estratégica e repartindo-se em quatro seções.

A obra inicia com palavras de uma ‘autoridade científica’ (Professor Kabenguele Munanga) cujo texto é *Multiculturalismo e identidade nacional versus democracia no contexto da globalização*. Munanga em 13 páginas levanta uma discussão pertinente sobre o multiculturalismos e identidade nacional que não mexe com o Brasil para qualquer nacionalidade ao sugerir um debate urgente em todos os países do mundo sobre a temática para que as política públicas possam efetivamente respeitar as diferenças em todos os níveis. Munanga aponta a necessidade de respeitar os direitos coletivos que vão desde as diversidades e as minorias excluídas na nossa sociedade. O texto termina chamando atenção à necessidade de interdisciplinar os debates por forma a que se possa atingir as diversas realidades socioculturais apoiando-se nas tecnologias de comunicação possíveis e em uso.

Na primeira seção apresenta duas subseções: O único texto em espanhol cujo título é *Artes de la resistência: etnografias de las formas expresivas* (de Eduardo Álvarez Pedrosian) levanta debates sobre o recurso às etnografias para o estudo das artes de resistências que são necessárias na academia por forma a combater as desigualdades sociais que são muito marcantes no cotidiano. O estudo de Pedrosian mostra como a dança (folclórica), as artes cênicas, a poesia, os jogos e outras manifestações socioculturais são ações e espaços de luta e resistência social. O autor apresenta algumas propostas que visam colocar em foco práticas de resistência aplicáveis em qualquer nação desde que haja uma vontade política para o efeito. A segunda subseção *Diagramas de junho de 2013* (de Tatiana Roque) retoma os debates sobre a resistência de Pedrosian, mas na perspectiva manifestação pública, neste caso, as de junho de 2013. O diagrama, segundo Roque visa “ordenar, aconselhar, prometer, dar palavra, elogiar, levar a sério ou na brincadeira, tirar sarro...” (p.60), mas com fim pedagógico, mas sobretudo como marca de resistência sobre as injustiças sociais e políticas. Os movimentos de manifestação pública de 2013 polarizaram os debates provocando três processos, nomeadamente (i) a batalha política com os dispositivos de poder; (ii) a batalha política dentro do movimento entre as forças de oposição e; (iii) a relação entre o sujeito político e os processos de

subjetivação. O texto termina apresentando algumas sugestões para suportar, organizar e das consistência às mudanças que afetam a subjetividade.

Na segunda seção *Diálogos interdisciplinares: os deveres dos sistemas culturais* brinda o leitor com dois textos: O primeiro cujo título é *Raciocínio semiótico e interdisciplinaridade* (de Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa) inicia as discussões debatendo questões metodológicas (fenomenológico) orientando para o “uso metodológico da semiótica como o intuito de responder a um questionamento que não possui, de fato, um substrato semiótico” (p.80). A Autora remete seus argumentos para a obra de Irene Machado como fonte de inspiração para estratégias metodológicas de análise com raciocínio semiótico e de interdisciplinaridade, claro sem dissociar a relevância da linguagem, de comunicação e da cultura nessa empreitada. O grande mérito deste texto é de propor caminhos possíveis para uma investigação mais minuciosa que valorize o espírito crítico, a heterogeneidade compositiva do texto e a extensão do texto na análise semiótica. O texto termina sem esgotar os debates para que o leitor continue refletindo sobre a pesquisa baseada no raciocínio semiótico que envolve a interdisciplinaridade. O último texto desta seção tem como título *O campo e o corpo da performance* (de Lucio José de Sá Leitão Agra). O autor inicia debatendo o situacionismo apoiando-se na obra “Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade” de Jacques. O autor explica que existem corpos, teorias, linguagens, *performances* e construtivismos e não no singular. Para aprofundar definições orienta-se ao interessado ler o capítulo de Agra. As Artes do Corpo envolvem linguagens que se relacionam ao corpo enquanto que pertencer as Artes ao Vivo “significa compartilhar modos de operação que borram fronteiras com os diversos modos de improviso” (p.102). A ação de testemunhar num espaço público resulta no aprendizado. De forma breve, o autor fala dos atos de fala com base nos argumentos teóricos de Bauman, Hymes e Fonágy. As manifestações da *performance* torna-se ‘forma-função’ que “engendram em novas e inusitadas possibilidades” (p.107). O autor tem o cuidado de apresentar os vários estudos sobre *performance* para que o leitor possa compreender a relevância da valorização dos corpos.

A terceira seção *Análise de linguagens e tecnologias da cultura* oferece três textos: o primeiro *A memória como ritual de presentificação nos escritos de Fred Souza Castro* (de Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins, Rubens da Cunha e Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand) analisa os escritos do escritor de Santo Amaro da Purificação (BA), Fred Souza Castro iniciando com dados biográficos até chegar às reflexões sobre a identidade coletiva e individual que resultam na memória que é uma resistência que “reverbera um movimento de vida e morte” (p.116). As obras de Castro citadas neste texto revelam a capacidade de emergir na poesia, nas lembranças que constituem memórias que não são apenas individuais porque o indivíduo sempre se liga ao coletivo. A memória e morte formam um jogo discursivo circular nos textos trazendo uma característica própria do autor. O capítulo termina enaltecendo as obras de Castro que para além da memória ritual coletiva também carrega a religiosidade e diversas culturas que carregam a identidade coletiva. A segunda subseção “*A vila de Shyamalan e outros espaços do medo* (de Sérgio Ricardo Oliveira Martins, Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins e de Iara Regina Demetrio Sydenstricker Cordeiro) analisam o filme de Shyamalan discutindo e compreendendo o isolamento e o medo enquanto fatores de ‘proteção’ de um *modus vivendi*” (p.136). Os autores analisam profundamente a linguagem cinematográfica defendendo que as relações entre o espaço e o tempo fazem com que o espectador ative a sua memória e materialize o cenário, tornando-a uma experiência viva. Isso significa que o cinema exige uma bagagem cultural para que a realidade seja interpretada de forma explícita pelo espectador.

O terceiro capítulo *Por uma cartografia da diferença à margem: a exposição Bahia (1959)*, de Lina Bo Bardi e Martim Gonçalves (de Cyntia Nogueira e Danilo Barata) o terceiro e último texto *Encontros na dança dos saberes: um experimento de ciência festiva* (de Thais Fernanda Salves de Brito e Pedro Amorim Filho busca “contextualizar e dimensionar a importância e singularidades da exposição Bahia, realiza em São Paulo em 1959, na marquise do Parque Ibirapuera na V Bienal de Artes Plásticas. As expressões

artísticas em análise fazem parte das políticas culturais visam engrandecer a afro-baianidade. A exposição de Bo Bardi e Gonçalves de 1959 questiona a separação e a hierarquização entre a arte primitiva e a arte moderna, a cultura popular e erudita, denunciando o caráter elitista da “grande arte” que inspirava a Bienal. Sobre a ‘cartografia da diferença à margem’, os autores criticam o fato de ser exposta uma cultura fora do recorte antropológico e também pelo fato de ter se tirado uma arquitetura cênica. Os autores sustentam as ideias sobre a arte buscando reflexões de Carla B. Zollinger e Marilyn Strathern para compreender que a arte popular e a arte moderna são artefatos da história que evocam o passado e o futuro de um ecossistema cultural.

A quarta e última seção tem como título *Diálogos dos grupos de trabalho* e é composta por três textos: o primeiro *Afiliação, letramento acadêmico e discurso: implicações recíprocas no Ensino Superior* (de Adriano Dantas de Oliveira) fala sobre a educação no Brasil, em especial o ensino superior desde a interiorização e programas político-educacionais que contribuíram para o ingresso maciça dos cidadãos no ensino superior. O texto analisa os procedimentos de ingresso ao ensino superior dos estudantes brasileiros assim como descortinou as principais ações: pensar, ler, escrever, falar, saber fazer e saber organizar o pensamento. Para analisar o enunciado como unidade da comunicação verbal, o autor busca o filósofo e pensador Mikhail Mikhailovich Bakhtin buscando compreender problemas do letramento e suas práticas sociais letradas em contexto. O autor busca reflexões da Magda Soares e Brian Street para fundamentar definir o conceito de letramento e seus enfoques. O letramento acadêmico (que interessa ao Oliveira) corresponde ao processo de aquisição de habilidades e de conhecimentos de práticas letradas em espaço universitário. O autor debate sobre os conceitos e a origem das palavras ‘texto’, ‘discurso’ e caracteriza os movimentos de enunciação. O capítulo ainda estabelece as relações entre o enunciador, a coenunciador e suas particularidades. O capítulo termina apresentando alguns caminhos possíveis para que o letramento universitário tenha sucesso nas nossas universidades.

O segundo texto *Epistemologias insurgentes e outras interdisciplinares* (de Michel Fernandes da Rosa, Carlos Bonfim e Felipe Milanez) levanta reflexões sobre as reuniões dos grupos de trabalho realizadas na organização do I Enicecult especificamente na organização das 3 sessões temáticas, nomeadamente ‘epistemologias indisciplinadas’, ‘descolonização da cultura e do conhecimento’ e ‘ambientes indisciplinados’. Os autores apresentam os objetivos e reflexões sobre as propostas. Há que realçar a importância do acolhimento das pluralidades de experiências que só enriquecem os debates e troca de conhecimentos. O relato apresentado neste capítulo abre caminhos para que as sessões de trabalho de GT sejam feitos de forma reflexiva e que estejam articuladas, conectadas para contribuir para o avanço da ciência de forma inclusiva.

Diferentemente do capítulo anterior que se centra na parte científica, o terceiro e último texto *Encontros na dança dos saberes: um experimento de ciência festiva* (de Thais Fernanda Salves de Brito e Pedro Amorim Filho) de vira para o entretenimento dos congressistas e proporcionar momentos de relaxamento. Esse momento inclui o compartilhamento de histórias, manifestações culturais (música, dança, etc.) e artísticas (feira de artesanato, etc.). Para que isso aconteça é necessário uma logística que consiste no convite aos artistas, preparação do espaço, acolhimento e acomodação dos convidados. Ao ler o capítulo de Brito e Filho, o leitor terá ideia sobre como organizar um evento e quais os melhores caminhos para que esse empreendimento tenha sucesso. É uma boa experiência.

Desta forma, gostaria de recomendar a leitura atenta desta obra por forma a que se possa sugar o suco vitaminizado das discussões e debates oferecidos pelos autores e autoras desta bela obra. É uma obra escrita usando uma linguagem científica com capítulos estruturados no formato introdução, desenvolvimento, conclusão e referências para cada capítulo.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ADRIANA LEITÃO MARTINS é doutora em Linguística (2010) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua como professora associada do Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras. Atualmente, é chefe do Departamento de Linguística e Filologia e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da mesma universidade. Tem experiência na área de sintaxe, com ênfase no conhecimento linguístico de sujeitos com patologias linguísticas, de crianças adquirindo linguagem e de indivíduos adquirindo L2.

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE é mestre em Linguística e Literatura (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane e doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente atua como professor titular na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). É pesquisador em Linguística Forense aplicada às ciências policiais. É membro do Grupo de Estudos de Linguística Forense da Universidade Federal de Santa Catarina e membro da International Association of Forensic Linguists (IAFL).

AMANDA HEIDERICH MARCHON é professora adjunta do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, mestra (2011) e doutora (2017) em Letras Vernáculas pela Universidade do Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense sob supervisão da Professora Nilza Barrozo Dias. Atua como pesquisadora no Círculo Interdisciplinar de

Análise do Discurso (CIAD-Rio /UFRJ) e no Núcleo de Estudos Linguísticos do Português em Uso (PorUs/UFF). Trabalha, principalmente, com os seguintes temas: hipotaxe circunstancial, argumentação, gêneros textuais e ensino.

ANA LAURA MACRUZ CINTO é graduada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) com habilitação em Linguística. Tem experiência em estudos pragmáticos, com foco nas partículas modais brasileiras, e atua no campo da Filologia e Crítica Textual em documentos jurídicos, sendo colaboradora no Projeto FiloJus, o Laboratório de Pesquisa Filológica da Justiça Federal de São Paulo.

ARABIE BEZRI HERMONT é mestre (1999) e doutora (2005) em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É graduada em Letras (1997) e em Comunicação Social (1989) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e da Graduação em Letras e Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos em Linguagem e Cognição (ElinC) (PUC Minas).

CÂNDIDO JUCÁ [FILHO] (1900-1982) foi um dos mais prestigiados filólogos e gramáticos brasileiros do século XX. Bacharel em Direito, iniciou sua carreira no magistério como auxiliar de ensino na Escola Quinze de Novembro. Foi professor da Escola Visconde de Cairu, catedrático de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e catedrático de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II (1950). Pertenceu à Academia Brasileira de Filologia, à Société de Linguistique Romane e ao PEN Club do Brasil. Publicou inúmeros trabalhos filológicos, entre os quais *O fator psicológico na evolução sintática* (1933).

CLECI REGINA BEVILACQUA é Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. Pós-doutorado pela Universidade de la República (Uruguai). Professora associada do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do TERMISUL - Projeto Terminológico Cone Sul.

DANTE LUCCHESI é professor titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. É autor dos livros: *Língua e sociedade partidas* (Contexto, 2015), agraciado com o Prêmio Jabuti em 2016; *Sistema, mudança e linguagem* (Parábola, 2004); e organizador e autor do livro *O português Afro-Brasileiro* (EDUFBA, 2009). Atua nas seguintes áreas: sociolinguística, história da língua portuguesa, contato entre línguas e história da linguística.

DAVÍ LOPES FRANCO é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em letras: português-literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro do Laboratório de Estudos Filológicos (LabEFil/UFRJ).

DMITRY GUREVICH é doutor em Estudos Românicos pela Universidade Estatal de Moscou Lomonossov. É professor associado do Departamento de Línguas Ibero-românicas da mesma universidade e atua na graduação e pós-graduação em estudo das línguas portuguesa e espanhola. Desenvolve pesquisa na área da gramática funcional, sociolinguística, teoria variacionista.

ENÍSIO GUILHERMINA CUAMBA é doutor em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá - PR, Brasil. É mestre em Educação/Ensino de Português pela Universidade Pedagógica de Maputo - Moçambique. É graduado e bacharel em Letras (Ensino de Português) pela Universidade Pedagógica, Delegação de Nampula - Moçambique. É Docente da Universidade Licungo -Moçambique. É Pesquisador do GEDUEM/CNPq (www.geduem.com.br).

FÁBIO FERNANDES TORRES é professor adjunto II do curso de Letras-Língua Portuguesa e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas

Sociolinguísticas das Variedades Lusófonas (SOCIOLUSO). Tem experiência em descrição e análise linguística, sob a perspectiva sociofuncionalista.

FERNANDO MORENO DA SILVA é doutor em Linguística pela UNESP/Araraquara. Professor associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Pós-doutorado em Linguística pela UNESP/Araraquara e em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Editor da Revista Claraboia e líder do GruPEL/UENP (Grupo Paranaense de Estudos do Léxico).

FLORÊNCIA PAULO NHAVERGE é técnica em enfermagem pelo Centro Técnico Profissional de Araraquara, em São Paulo, graduada em Enfermagem pela Universidade Centro Universitário de Salvador (UNICEUSA), Curso Superior de Graduação Tradicional, Imbuí, Salvador (BA).

GABRIELE FELIPPE tem bacharelado e licenciatura em Letras – Português e Inglês, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro do LINC-UFRJ, onde desenvolve pesquisas no âmbito do Projeto “Intersubjetividade, Figuratividade e Multimodalidade”, como bolsista CNPq/PIBIC.

HELENA REBELO é mestre pela Universidade de Coimbra (Portugal) e docente na Universidade da Madeira (UMa) desde 1998. Realizou uma qualificação em Ciências da Educação na Universidade Aberta, sendo professora auxiliar desde 2005. Doutorou-se em Linguística Portuguesa na UMa e desenvolveu, na Universidade de Aveiro, um pós-doutoramento. Está ligada ao CLLC da Universidade de Aveiro, mais precisamente ao Grupo de Estudo da Variação Linguística, nomeadamente ao AMPER, e ao CIERL da UMa, no Grupo de Estudos da Paisagem. Foi uma das vencedoras do Prémio Maria Aurora (Funchal, 2017) e dirige o Mestrado em Estudos Regionais e Locais da UMa desde 2019.

HELLEN CRISTINA PICANÇO SIMAS é formada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e pós-doutorado

pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM) e no Cursa de Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

HENRIQUE BARROSO é doutor em Ciências da Linguagem, área de conhecimento de Linguística Portuguesa pela Universidade do Minho e Professor Auxiliar (de nomeação definitiva) do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos do Instituto de Letras e Ciências Humanas desta universidade. É investigador (Semântica Aspectual, sobretudo) do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM). Entre muitas outras publicações, é autor de *O Português na Casa do Mundo, hoje* (2018); *Forma e substância da expressão da língua portuguesa* (2011) e *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional/sincrónica* (1994).

IZABEL LARISSA LUCENA SILVA é professora adjunta II do Curso de Letras-Língua Portuguesa e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). É líder do Grupo de Estudos em Linguística Funcional (GELF). Tem experiência em descrição e análise linguística, com ênfase na relação entre gramática, cognição e discurso.

LEONARDO LENNERTZ MARCOTULIO é professor do Departamento de Letras Vernáculas e dos Programas de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV) e em Letras Neolatinas (PPGLEN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduação em Português-Espanhol, mestrado em Língua Portuguesa, doutorado em Língua Portuguesa e, pela Universidade de Santiago de Compostela, pós-doutorado em Linguística Histórica. É líder do Laboratório de Estudos Filológicos (LabEFil/UFRJ).

LILIAN FERRARI é professora titular do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), membro

permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística/UFRJ, Pesquisadora nível 1 do CNPq e líder do Laboratório de Pesquisas em Linguística Cognitiva (LINC) da UFRJ.

MANOELA MOREIRA COSCARELLA é graduada em Português e Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Obteve bolsa de incentivo à docência (PIBID CAPES) durante dois anos. É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas. É monitora do curso intensivo de Português para estrangeiros (PLE) desde 2019 na PUC Minas. Participação do programa Residência Pedagógica em 2019. Atualmente participa do Grupo de Pesquisa Estudos em Linguagem e Cognição (ElinC) da PUC Minas.

MARCELI CHERCHIGLIA AQUINO é professora adjunta do departamento de Língua e Literatura Alemã da Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência em Linguística, com foco em pragmática, modalidade e estudos interculturais; Ensino e Aprendizagem de Alemão e Português como Língua Adicional em contexto universitário; Abordagens cognitivas em Estudos da Tradução.

MARCUS VINÍCIUS PEREIRA DAS DORES é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP) – com financiamento da CAPES. É mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Graduação em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É membro do Laboratório de Estudos Filológicos (LabEFil/UFRJ).

MARIA APARECIDA LINO PAULIUKONIS é professora titular de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ, mestre em Literatura pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado em Análise do Discurso pela Universidade Paris 13, sob a supervisão de Patrick Charaudeau. Desenvolve pesquisas e tem publicações em Semântica lexical, Linguística do Texto e Análise do Discurso de base comunicacional.

Coordena o Laboratório de pesquisa CIAD- Rio (Círculo Interdisciplinar de Análise do discurso). É Líder do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso certificado pelo CNPq.

MARIA AUXILIADORA FERREIRA LIMA é doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997) e pós-doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010). É professora associada da Universidade Federal do Piauí com atuação na graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística.

MARIA CRISTINA VIEIRA BASTOS é mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela UFRJ. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguística de Texto GPLINT-UFRJ. Atua como servidora técnico-administrativa na UFRJ desde 1990. Atualmente, é educadora de Redação no projeto de extensão "Pré-Vestibular Popular Educação para o Desenvolvimento Social", desenvolvido pelo Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social-NIDES-CT/UFRJ em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão/PR-5 da UFRJ.

MARIA DO CÉU FONSECA é professora auxiliar com agregação da Universidade de Évora. As suas áreas de investigação são a Historiografia Linguística e os estudos de sintaxe, áreas onde tem publicado trabalhos. É investigadora do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Universidade de Évora.

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA é mestre (2005) e Doutora (2009) em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, com estágio de doutoramento, financiado pela CAPES, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Centro Linguístico da Universidade de Lisboa. É coordenadora do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana. Possui experiência como docente na área de Letras, com ênfase na história da língua portuguesa, constituição de bancos eletrônicos, diversidade linguística, sintaxe, semântica, produção de texto e ensino de língua portuguesa. É

professora titular da UEFS. Estágio de pós-doutoramento na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Campus I - 2019.

MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA é doutora em Letras Vernáculas pela UFRJ, com pós-doutorado na Universidade Aberta–Lisboa. Atua como professora titular de Língua Portuguesa na UFF e professora convidada na UERJ/FFP. É pesquisadora do CNPq e Cientista do Nosso Estado pela Faperj. Foi presidente da Associação Brasileira de Linguística e atualmente integra seu Conselho deliberativo. Coordena o Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* – UFF, com publicações na área do Funcionalismo e da abordagem construcional da gramática.

MAURÍCIO BERNARDO CIGARROS é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Maringá - PR, Brasil (bolsista da CAPES). É mestre em Jornalismo e Estudos Editoriais pela Universidade Pedagógica (UP) de Maputo - Moçambique. É graduado e bacharel em Letras (Ensino de Português) pela UP de Quelimane - Moçambique. É docente da Universidade Licungo - Moçambique. É estudante no grupo de pesquisa Estudos sobre a aquisição da escrita, da UEM, PR - Brasil/CNPq.

PEDRO GUILHERME doutorou-se em Letras pela Universidade da Beira Interior, onde é Professor Auxiliar Convidado. Leciona atualmente nos cursos de Estudos Portugueses e Espanhóis e Marketing. É nesta área que foca a sua investigação: é investigador do LabCom e tem, com Paulo Osório, um livro editado (*A Prosódia Semântica em Português Europeu - Estatuto e definição de um fenómeno lexical e gramatical*), publicando também em revistas da especialidade. Dedicar-se igualmente aos estudos culturais, entrosando-os amiúde com metodologias atinentes à linguística.

PRISCILA STARLINE ESTRELA TUY BATISTA é mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2017). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da

Universidade de São Paulo (FLP-USP). Integra a equipe de pesquisadores do Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (UEFS) e do projeto M.A.P. – Mulheres na América Portuguesa (USP).

RODRIGO ALVES SILVA é doutorando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre e graduado em Letras pela mesma instituição. Atua como professor de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da Rede Municipal de Educação de Teresina - PI.

TAMIRES ARNAL KAHIL é graduada em Letras com habilitação em Português e Alemão pela Universidade de São Paulo (USP) e cursa a licenciatura na mesma instituição. Atualmente desenvolve um projeto de iniciação científica intitulado “Em busca da classificação de palavras modais no português: uma análise contrastiva das partículas *aber*, *but* e *mas*”.

THYAGO JOSÉ DA CRUZ é doutor em Letras, mestre em Estudos de Linguagens, autor da obra "Os provérbios e a mulher" e desenvolve pesquisas no âmbito da Fraseologia, Fraseografia, da Semântica Estrutural e da Linguística Cognitiva. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Espanhola e Latina, atuando principalmente nos seguintes temas: língua Portuguesa e sua prática de ensino, língua espanhola e sua prática de ensino e língua latina. Atualmente, exerce a função de professor na Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

VANESSA BARBOSA DE PAULA é doutoranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Letras - Português/ Literaturas- pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ -2005), especialização em Língua Portuguesa também pela FFP/UERJ (2007) e mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (2009). Atualmente é professora de língua portuguesa da Prefeitura Municipal de Maricá e da Fundação Pública

Municipal de Educação de Niterói. É membro do Grupo de Pesquisa Discurso & Gramática (D&G), sediado na UFF.

ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO é mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1996) e doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Pós-doutorado em Linguística de Corpus na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2010). Atualmente é professor pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atua no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS (PPGL) na linha Aquisição, variação e mudança linguísticas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ em Linguística.

